Tipo documento: **CAPA PROCESSO**
Evento: **abertura**

PROCESSO

Nº 0046696-30.2006.8.24.0038

Capa: **Parte 1**

Nº do processo 0046696-30.2006.8.24.0038
Classe da ação: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Competência Civil - Bancário
Data de autuação: 08/08/2006 00:00:00
Situação MOVIMENTO
Órgão Julgador:
20º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário
Juiz(a): Rodrigo Tavares Martins
account_treeProcessos relacionados:
5061172-09.2023.8.24.0000/TJSC | Relacionado no 2o. grau | Agravo de Instrumento | GCOM0102

Assuntos

Código	Descrição	Principal
02190312	Contratos bancários, Espécies de contratos, Obrigações, DIREITO CIVIL	Sim

Partes e Representantes

EXEQUENTE	EXECUTADO
BANCO DO BRASIL S.A. (00.000.000/0001-91) - Entidade EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA SC65176A	CONFECCOES SIRPIER LTDA (04.304.816/0001-60) - Pessoa Jurídica
	JAM PIERRE DE OLIVEIRA (631.161.979-20) - Pessoa Física
	SIRLEI LUCIDONIO MELO (719.968.189-53) - Pessoa Física Procurador(es): CARLOS ANDRÉ VIEIRA SC017079
PERITO	
DANIEL MELO CRUZ (027.601.055-80)	

Informações Adicionais

Valor da Causa:	R$ 179.470,69	Nível de Sigilo do Processo:	Sem Sigilo (Nível 0)	Anexos Eletrônicos:	Não há anexos
Ação Coletiva de subst. processual:	Não	Antecipação de Tutela:	Não Requerida	Criança e Adolescente:	Não
Doença Grave:	Não	Grande devedor:	Não	Justiça Gratuita:	Não requerida
Penhora no rosto dos autos:	Não	Penhora/apreensão de bens:	Não	Pessoa com deficiência:	Não
Petição Urgente:	Não	Reconvenção:	Não	Vista Ministério Público:	Não

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 1

Evento:
PROCESSO_DISTRIBUIDO_POR_SORTEIO
Data:
08/08/2006 17:52:06
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
1

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 2

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
10/08/2006 16:10:09
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
2

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 3

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_JUIZ
Data:
14/08/2006 16:29:21
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
3

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 4

Evento:
CONCLUSO_PARA_DESPACHO___SAJ
Data:
15/08/2006 14:30:18
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
4

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 5

Evento:

DECISAO_INTERLOCUTORIA___SAJ___EXPECA_SE_MANDADO_DE_CITACAO_E_PENHORA__PARA_

Data:
18/12/2006 16:59:50

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
5

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 6

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
19/12/2006 14:34:50
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
6

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 7

Evento:

MANDADO_EMITIDO___MANDADO_Nº__1_ SITUACAO__CUMPRIDO LOCAL__5º_CARTORIO_CIVEL_

Data:
02/03/2007 08:52:25

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
7

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 8

Evento:
VISTOS_EM_INSPECAO_CORREICIONAL___CGJ
Data:
05/03/2007 12:56:29
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
8

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 9

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO___MANDADO_N__1_CITACAO____CUMPRIDO
Data:
17/05/2007 15:41:49
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
9

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 10

Evento:
AGUARDANDO_DECURSO_DO_PRAZO
Data:
17/05/2007 15:42:08
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
10

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 11

Evento:

CERTIFICADO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___PENHORA_POSITIVA___INTIMACAO_POSITIVA___PF

Data:
18/05/2007 13:28:13

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
11

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 12

Evento:
PETICAO___SAJ
Data:
24/05/2007 17:25:55
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
12

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 13

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO___MANDADO_N__1___PENHORA__CUMPRIDO
Data:
26/06/2007 18:19:16
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
13

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 14

Evento:

CERTIFICADO_DECURSO_DE_PRAZO___CERTIFICO_QUE_O_PRAZO_DECORREU_SEM_OFERECIME

Data:
26/06/2007 18:21:39

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
14

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 15

Evento:

ATO_ORDINATORIO_CIVEL___FICA_INTIMADO_O_PROCURADOR_DO_EXEQUENTE_SOBRE_A_AVAL

Data:
13/08/2007 18:07:32

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
15

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 16

Evento:

AGUARDANDO_PUBLICACAO___RELACAO__0247_2007 TEOR_DO_ATO__FICA_INTIMADO_O_PROC

Data:
05/11/2007 14:34:48

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
16

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 17

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_EDITAL___RELACAO__0247_2007 DATA_DA_PUBL

Data:
07/11/2007 12:18:16

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
17

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 18

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_ADVOGADO
Data:
12/11/2007 17:57:23
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
18

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 19

Evento:
CARGA_AO_ADVOGADO
Data:
12/11/2007 17:57:40
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
19

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 20

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
16/01/2008 16:44:47
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
20

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 21

Evento:
PROCESSO_SELECIONADO_PARA_O_MUTIRAO_DA_CONCILIACAO
Data:
31/03/2008 19:15:37
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
21

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 22

Evento:

AUDIENCIA_DESIGNADA___SAJ___CONCILIATORIA DATA__30_05_2008_HORA_16_00 LOCAL__AUD

Data:
01/04/2008 15:19:58

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
22

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 23

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___PROTOC_128480___DO_EXEQUENTE
Data:
01/04/2008 17:02:29
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
23

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 24

Evento:

MANDADO_EMITIDO___MANDADO_Nº__2_ SITUACAO__NAO_CUMPRIDO LOCAL__5º_CARTORIO_C

Data:
07/04/2008 13:38:37

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
24

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 25

Evento:

MANDADO_EMITIDO___MANDADO_Nº__3_ SITUACAO__CUMPRIDO LOCAL__5º_CARTORIO_CIVEL_

Data:
07/04/2008 13:38:45

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
25

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 26

Evento:

ATO_ORDINATORIO_CIVEL___FICA_INTIMADA_A_PARTE_AUTORA_NA_PESSOA_DE_SEU_ADVOGAD

Data:
09/04/2008 16:40:41

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
26

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 27

Evento:

ATO_ORDINATORIO_CIVEL___FICAM_INTIMADAS_AS_PARTES_NAS_PESSOAS_DE_SEUS_ADVOGA

Data:
10/04/2008 15:40:30

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
27

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 28

Evento:

AGUARDANDO_PUBLICACAO___RELACAO__0067_2008 TEOR_DO_ATO__FICAM_INTIMADAS_AS_PA

Data:
10/04/2008 16:39:15

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
28

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 29

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_EDITAL___RELACAO__0067_2008 DATA_DA_PUBL

Data:
14/04/2008 12:23:47

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
29

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 30

Evento:

CERTIFICADO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___INTIMACAO_POSITIVA___PF___SEM_PECAS_PROCE

Data:
14/04/2008 17:27:08

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
30

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 31

Evento:
CERTIFICADO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___INTIMACAO_NEGATIVA___PF_PJ
Data:
15/04/2008 15:02:45
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
31

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 32

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO___MANDADO_3___CUMPRIDO
Data:
16/04/2008 19:23:00
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
32

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 33

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO___MANDADO_2___NAO_CUMPRIDO
Data:
16/04/2008 19:25:27
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
33

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 34

Evento:

OFICIO_EXPEDIDO___SAJ___INTIMACAO_PARA_COMPARECIMENTO_EM_AUDIENCIA___PARTES_A

Data:
29/04/2008 16:53:49

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
34

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 35

Evento:

OFICIO_EXPEDIDO___SAJ___INTIMACAO_PARA_COMPARECIMENTO_EM_AUDIENCIA___PARTES_A

Data:
29/04/2008 16:53:58

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
35

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 36

Evento:

OFICIO_EXPEDIDO___SAJ___INTIMACAO_PARA_COMPARECIMENTO_EM_AUDIENCIA___PARTES_A

Data:
29/04/2008 16:54:06

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
36

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 37

Evento:

JUNTADA_DE_AR___JUNTADA_DE_AR___AR955124208TJ SITUACAO___CUMPRIDO DESTINATARIO

Data:
07/05/2008 00:00:00

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
37

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 38

Evento:

JUNTADA_DE_AR___JUNTADA_DE_AR___AR955124239TJ SITUACAO___CUMPRIDO DESTINATARIO

Data:
07/05/2008 00:00:00

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
38

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 39

Evento:

JUNTADA_DE_AR___JUNTADA_DE_AR___AR955124225TJ SITUACAO___AUSENTE DESTINATARIO_

Data:
09/05/2008 00:00:00

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
39

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 40

Evento:

DESPACHO_EM_AUDIENCIA___ABERTA_A_AUDIENCIA_APRESENTADA_A_PROPOSTA_A_CONCILIA

Data:
30/05/2008 17:19:24

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
40

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 41

Evento:
OFICIO_EXPEDIDO___SAJ___INTIMACAO_POR_CARTA___GENERICO
Data:
05/06/2008 13:48:23
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
41

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 42

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_PORTEIRO_LEILOEIRO
Data:
17/06/2008 16:46:47
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
42

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 43

Evento:
CARGA_AO_PORTEIRO_LEILOEIRO
Data:
17/06/2008 16:46:57
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
43

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 44

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
18/07/2008 16:57:50
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
44

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 45

Evento:
JUNTADA_DE_OFICIO___PROTOCOLO__202041
Data:
21/07/2008 17:42:01
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
45

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 46

Evento:
JUNTADA_DE_OFICIO___PROTOCOLO__202040
Data:
21/07/2008 17:43:00
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
46

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 47

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___PROTOCOLO__202038
Data:
21/07/2008 17:43:40
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
47

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 48

Evento:
JUNTADA_DE_OFICIO___PROTOCOLO__202039
Data:
21/07/2008 17:44:18
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
48

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 49

Evento:

MANDADO_EMITIDO___MANDADO_Nº__4_ SITUACAO__NAO_CUMPRIDO LOCAL__CENTRAL_DE_M

Data:
22/07/2008 13:56:06

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
49

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 50

Evento:

ATO_ORDINATORIO_DESIGNACAO_DE_LEILAO_PRACA___FICA_DESIGNADO_O_DIA_08_08_2008_AS

Data:
22/07/2008 14:21:36

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
50

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 51

Evento:

AGUARDANDO_PUBLICACAO___RELACAO__0277_2008 TEOR_DO_ATO__FICA_DESIGNADO_O_DIA_

Data:
22/07/2008 15:09:40

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
51

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 52

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_EDITAL___RELACAO__0277_2008 DATA_DA_PUBL

Data:
24/07/2008 12:46:12

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
52

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 53

Evento:
CERTIFICADO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___CERTIDAO_GENERICA
Data:
06/08/2008 14:15:52
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
53

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 54

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___PROTOCOLO_213559__DO_AUTOR
Data:
20/08/2008 17:13:02
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
54

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 55

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___PROTOCOLO_221840__DO_AUTOR
Data:
28/08/2008 15:23:54
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
55

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 56

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_JUIZ
Data:
29/08/2008 15:42:40
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
56

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 57

Evento:
CONCLUSO_PARA_DESPACHO___SAJ
Data:
04/09/2008 15:50:52
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
57

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 58

Evento:

DECISAO_OUTRAS___I___FLS__62__DEFIRO_CONFORME_SE_REQUER__II___EXPECA_SE_MANDA

Data:
30/10/2008 17:55:28

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
58

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 59

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
06/11/2008 15:35:14
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
59

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 60

Evento:
OFICIO_EXPEDIDO___SAJ___INTIMACAO_POR_CARTA___GENERICO
Data:
27/05/2009 18:18:53
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
60

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 61

Evento:

CERTIFICADO_OUTROS___CERTIFICO_PARA_OS_DEVIDOS_FINS_QUE_CONFORME_INFORMACAO_

Data:
08/06/2009 16:06:49

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
61

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 62

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_JUIZ
Data:
08/06/2009 16:08:21
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
62

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 63

Evento:
CONCLUSO_PARA_DESPACHO___SAJ
Data:
10/06/2009 15:30:10
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
63

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 64

Evento:

DESPACHO_OUTROS___R_H__DIANTE_DA_CERTIDAO_DE_FLS__68_NOMEIO_LEILOEIRO_O_SR__S

Data:
10/06/2009 16:24:59

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
64

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 65

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
10/06/2009 16:43:27
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
65

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 66

Evento:

JUNTADA_DE_AR___JUNTADA_DE_AR___AR298037762TJ SITUACAO___CUMPRIDO DESTINATARIO

Data:
20/07/2009 17:59:56

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
66

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 67

Evento:
OFICIO_EXPEDIDO___SAJ___INTIMACAO_POR_CARTA___GENERICO
Data:
28/07/2009 17:03:53
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
67

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 68

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_PORTEIRO_LEILOEIRO
Data:
18/08/2009 17:05:35
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
68

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 69

Evento:
CARGA_AO_PORTEIRO_LEILOEIRO
Data:
18/08/2009 17:05:39
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
69

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 70

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
21/09/2009 15:02:10
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
70

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 71

Evento:

JUNTADA_DE_AR___JUNTADA_DE_AR___AR368192196TJ SITUACAO___CUMPRIDO DESTINATARIO

Data:
21/09/2009 15:03:48

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
71

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 72

Evento:
AGUARDANDO_DECURSO_DO_PRAZO
Data:
21/09/2009 15:05:59
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
72

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 73

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___DO_EXECUTADO___PROT__43599
Data:
22/09/2009 18:05:52
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
73

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 74

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_ADVOGADO
Data:
22/09/2009 18:07:02
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
74

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 75

Evento:
CARGA_AO_ADVOGADO
Data:
22/09/2009 18:07:06
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
75

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 76

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
25/09/2009 16:41:39
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
76

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 77

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___DO_REQUERIDO___PROT__44823
Data:
29/09/2009 16:45:48
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
77

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 78

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_JUIZ
Data:
05/10/2009 14:53:27
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
78

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 79

Evento:
CONCLUSO_PARA_DESPACHO___SAJ
Data:
06/10/2009 14:19:05
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
79

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 80

Evento:

DECISAO_INTERLOCUTORIA___SAJ___FLS__73__IMPOSSIVEL_A_DESIGNACAO_DE_AUDIENCIA_DE

Data:
31/05/2010 11:04:56

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
80

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 81

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
09/06/2010 16:04:16
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
81

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 82

Evento:

REDISTRIBUICAO_DE_PROCESSO___SAIDA___REDISTRIBUIDO_PARA_A_VARA_DE_PASSAGEM

Data:
03/12/2010 00:23:47

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
82

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 83

Evento:
PROCESSO_REDISTRIBUIDO_POR_DIRECIONAMENTO
Data:
03/12/2010 00:23:47
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
83

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 84

Evento:
REDISTRIBUICAO_DE_PROCESSO___SAIDA___REDISTRIBUIDO
Data:
03/12/2010 13:23:57
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
84

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 85

Evento:

PROCESSO_REDISTRIBUIDO_POR_DIRECIONAMENTO___REDISTRIBUIDO_PARA_A_2ª_VARA_DE_D

Data:
03/12/2010 13:23:57

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
85

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 86

Evento:

AGUARDANDO_PUBLICACAO___RELACAO__0003_2011 TEOR_DO_ATO__FLS__73__IMPOSSIVEL_A

Data:
01/02/2011 14:51:37

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
86

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 87

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_EDITAL___RELACAO__0003_2011 DATA_DA_PUBL

Data:
03/02/2011 11:52:44

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
87

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 88

Evento:

CERTIFICADO_DECURSO_DE_PRAZO___CERTIFICO_QUE_O_PRAZO_DECORREU_SEM_OFERECIME

Data:
04/03/2011 17:08:37

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
88

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 89

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_JUIZ
Data:
01/04/2011 18:35:55
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
89

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 90

Evento:
CONCLUSO_PARA_DESPACHO___SAJ
Data:
01/04/2011 18:37:08
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
90

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 91

Evento:

DESPACHO_OUTROS___DIANTE_DA_CERTIDAO_RETRO_AO_EXEQUENTE_PARA_EM_10__DEZ__DI

Data:
19/04/2011 16:31:48

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
91

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 92

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
26/04/2011 13:00:01
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
92

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 93

Evento:

AGUARDANDO_PUBLICACAO___RELACAO__0116_2011 TEOR_DO_ATO__DIANTE_DA_CERTIDAO_R

Data:
27/04/2011 17:35:14

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
93

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 94

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_EDITAL___RELACAO__0116_2011 DATA_DA_PUBL

Data:
02/05/2011 11:27:41

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
94

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 95

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_ADVOGADO
Data:
09/05/2011 17:36:05
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
95

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 96

Evento:
CARGA_AO_ADVOGADO
Data:
09/05/2011 17:36:11
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
96

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 97

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
11/05/2011 18:36:43
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
97

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 98

Evento:

JUNTADA_DE_PETICAO___PETICAO_PROTOCOLADA_EM_11_05_2011_AS_17_45H_000001550_

Data:
07/06/2011 16:19:01

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
98

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 99

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_JUIZ
Data:
15/07/2011 15:22:23
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
99

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 100

Evento:
CONCLUSO_PARA_DESPACHO___SAJ
Data:
15/07/2011 16:18:27
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
100

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 101

Evento:

DESPACHO_OUTROS___1__NOS_TERMOS_DO_ART__225_DO_CNCGJ_SC_"NOS_PROCESSOS_QUE

Data:
01/08/2011 14:48:45

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
101

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 102

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
08/08/2011 10:10:48
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
102

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 103

Evento:

AGUARDANDO_PUBLICACAO___RELACAO__0298_2011 TEOR_DO_ATO__1__NOS_TERMOS_DO_AR

Data:
08/08/2011 14:52:18

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
103

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 104

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_EDITAL___RELACAO__0298_2011 DATA_DA_PUBL

Data:
10/08/2011 11:56:22

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
104

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 105

Evento:

PAGAMENTO_DE_CUSTAS_DESPESAS___CUSTAS_INTERMEDIARIAS_PAGA_EM_22_08_2011_ATRA

Data:
23/08/2011 15:45:11

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
105

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 106

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___PROTOCOLO_30435
Data:
19/09/2011 14:24:42
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
106

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 107

Evento:

MANDADO_EMITIDO___MANDADO_Nº__5_ SITUACAO__CUMPRIDO LOCAL__2º_CARTORIO_DE_DIR

Data:
20/09/2011 14:13:29

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
107

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 108

Evento:
AGUARDANDO_CUMPRIMENTO_DO_MANDADO
Data:
26/09/2011 15:11:39
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
108

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 109

Evento:
CERTIFICADO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___LAUDO_DE_AVALIACAO
Data:
25/10/2011 11:51:59
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
109

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 110

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO___MANDADO_05__CUMPRIDO_
Data:
26/10/2011 14:25:24
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
110

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 111

Evento:

ATO_ORDINATORIO_CIVEL___FICAM_INTIMADAS_AS_PARTES_PARA_MANIFESTAREM_SE_ACERCA

Data:
26/10/2011 14:28:45

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
111

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 112

Evento:

AGUARDANDO_PUBLICACAO___RELACAO__0028_2012 TEOR_DO_ATO__FICAM_INTIMADAS_AS_PA

Data:
08/02/2012 17:15:58

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
112

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 113

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_EDITAL___RELACAO__0028_2012 DATA_DA_PUBL

Data:
10/02/2012 12:59:28

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
113

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 114

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___PROTOCOLO_63253
Data:
04/04/2012 14:34:07
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
114

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 115

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_JUIZ
Data:
04/04/2012 18:19:29
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
115

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 116

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_JUIZ
Data:
02/05/2012 12:40:13
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
116

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 117

Evento:
CONCLUSO_PARA_DESPACHO___SAJ
Data:
02/05/2012 13:33:15
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
117

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 118

Evento:

DESPACHO_OUTROS___INTIME_SE_A_EXECUTADA_SIRLEI_PARA_TRAZER_AOS_AUTOS_A_PROVA

Data:
27/06/2012 16:19:01

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
118

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 119

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
10/08/2012 14:03:14
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
119

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 120

Evento:
AGUARDANDO_PUBLICACAO
Data:
10/08/2012 14:12:19
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
120

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 121

Evento:

AGUARDANDO_PUBLICACAO___RELACAO__0378_2012 TEOR_DO_ATO__INTIME_SE_A_EXECUTAD

Data:
24/09/2012 16:52:50

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
121

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 122

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_EDITAL___RELACAO__0378_2012 DATA_DA_PUBL

Data:
26/09/2012 11:23:10

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
122

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 123

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_ADVOGADO
Data:
26/09/2012 15:08:25
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
123

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 124

Evento:
CARGA_AO_ADVOGADO
Data:
26/09/2012 15:08:29
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
124

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 125

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
27/09/2012 17:31:28
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
125

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 126

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___PROTOCOLO_58180
Data:
03/10/2012 17:13:48
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
126

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 127

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_JUIZ
Data:
03/10/2012 17:42:20
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
127

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 128

Evento:
AGUARDANDO_ENVIO_PARA_O_JUIZ
Data:
13/12/2012 14:37:33
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
128

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 129

Evento:
CONCLUSO_PARA_DESPACHO___SAJ
Data:
14/12/2012 14:40:49
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
129

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 130

Evento:

DECISAO_INTERLOCUTORIA___SAJ___DIANTE_DO_EXPOSTO_DETERMINO_A_REALIZACAO_DE_NO

Data:
18/12/2013 14:44:20

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
130

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 131

Evento:
RECEBIMENTO___SAJ
Data:
12/02/2014 17:12:53
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
131

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 132

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO___26_08_2014_AS_10_08_H__
Data:
15/05/2014 17:22:28
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
132

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 133

Evento:

ENCAMINHADO_EDITAL_RELACAO_PARA_PUBLICACAO___RELACAO__0226_2014 TEOR_DO_ATO_

Data:
20/05/2014 15:12:26

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
133

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 134

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_INTIMACAO_DE_ADVOGADO___RELACAO__0226_

Data:
22/05/2014 11:48:25

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
134

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 135

Evento:

JUNTADA_DE_PETICAO___JUNTADA_A_PETICAO_DIVERSA___TIPO__PEDIDO_DE_JUSTICA_GRATU

Data:
29/07/2014 15:55:33

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
135

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 136

Evento:

JUNTADA_DE_DOCUMENTO___JUNTADA_A_PETICAO_DIVERSA___TIPO__OUTROS_EM_EXECUCAO

Data:
29/07/2014 15:55:33

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
136

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 137

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
31/07/2014 13:06:34
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
137

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 138

Evento:

DECISAO_INTERLOCUTORIA___SAJ___TRATA_SE_DE_EXECUCAO_POR_QUANTIA_CERTA_NA_QUA

Data:
16/10/2014 17:20:00

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
138

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 139

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
05/11/2014 15:13:39
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
139

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 140

Evento:

ENCAMINHADO_EDITAL_RELACAO_PARA_PUBLICACAO___RELACAO__0167_2015 TEOR_DO_ATO_

Data:
23/03/2015 17:22:19

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
140

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 141

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_INTIMACAO_DE_ADVOGADO___RELACAO__0167_

Data:
26/03/2015 12:40:26

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
141

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 142

Evento:

JUNTADA_DE_DOCUMENTO___JUNTADA_A_PETICAO_DIVERSA___TIPO__OUTROS_EM_EXECUCAO

Data:
01/06/2015 16:02:50

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
142

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 143

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
02/06/2015 12:20:04
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
143

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 144

Evento:

MERO_EXPEDIENTE___SAJ___RELATORIO_VIDE_FL__118__CONSIDERANDO_O_S__DOCUMENTO_S

Data:
02/07/2015 16:20:13

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
144

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 145

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
07/07/2015 16:41:48
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
145

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 146

Evento:

EXPEDIDO_MANDADO___SAJ___MANDADO_Nº__038_2015_038533_3_ SITUACAO__CUMPRIDO___A

Data:
26/08/2015 17:55:55

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
146

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 147

Evento:

JUNTADA_DE_DOCUMENTO___Nº_PROTOCOLO__WJVE_16_10022866_1 TIPO_DA_PETICAO__PROC

Data:
10/10/2016 16:32:31

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
147

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 148

Evento:

ATO_ORDINATORIO_CONCESSAO_DE_CARGA___FICA_CONCEDIDA_A_CARGA_PELO_PRAZO_DE_5

Data:
10/10/2016 16:33:05

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
148

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 149

Evento:

ENCAMINHADO_EDITAL_RELACAO_PARA_PUBLICACAO___RELACAO__0163_2017 TEOR_DO_ATO_

Data:
03/03/2017 15:03:24

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
149

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 150

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_INTIMACAO_DE_ADVOGADO___RELACAO__0163_

Data:
07/03/2017 12:18:09

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
150

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 151

Evento:
AUTOS_ENTREGUES_EM_CARGA_AO_ADVOGADO
Data:
10/03/2017 13:58:42
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
151

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 152

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
16/03/2017 18:14:12
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
152

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 153

Evento:

DECORRIDO_O_PRAZO___CERTIFICO_QUE_O_PRAZO_DECORREU_SEM_OFERECIMENTO_DE_MAN

Data:
13/06/2017 16:32:40

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
153

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 154

Evento:
CERTIFICADO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___AVALIACAO_POSITIVA
Data:
21/06/2017 10:12:03
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
154

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 155

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO___MANDADO_Nº_038_2015_038533_3_CUMPRIDO_
Data:
29/06/2017 15:14:50
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
155

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 156

Evento:

ATO_ORDINATORIO_PRATICADO___SAJ___FICAM_INTIMADAS_AS_PARTES_PARA_MANIFESTAREM

Data:
29/06/2017 15:17:26

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
156

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 157

Evento:

ENCAMINHADO_EDITAL_RELACAO_PARA_PUBLICACAO___RELACAO__0644_2017 TEOR_DO_ATO_

Data:
15/08/2017 13:01:54

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
157

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 158

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_INTIMACAO_DE_ADVOGADO___RELACAO__0644_

Data:
17/08/2017 12:48:51

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
158

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 159

Evento:
AUTOS_ENTREGUES_EM_CARGA_AO_ADVOGADO
Data:
18/08/2017 14:24:12
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
159

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 160

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
22/08/2017 12:28:42
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
160

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 161

Evento:

JUNTADA_DE_PETICAO___Nº_PROTOCOLO__WJVE_17_10138822_1 TIPO_DA_PETICAO__PETICAO

Data:
28/08/2017 16:20:01

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
161

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 162

Evento:

JUNTADA_DE_PROCURACAO___Nº_PROTOCOLO__WJVE_17_10141015_4 TIPO_DA_PETICAO__PRO

Data:
28/08/2017 16:23:11

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
162

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 163

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DESPACHO
Data:
29/08/2017 14:57:20
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
163

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 164

Evento:

MERO_EXPEDIENTE___SAJ___VISTOS_PARA_DESPACHO_I___INTIME_SE_A_PARTE_EXEQUENTE_

Data:
04/09/2017 17:05:37

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
164

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 165

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
05/09/2017 13:01:42
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
165

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 166

Evento:

ENCAMINHADO_EDITAL_RELACAO_PARA_PUBLICACAO___RELACAO__0822_2017 TEOR_DO_ATO_

Data:
16/10/2017 16:54:29

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
166

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 167

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_INTIMACAO_DE_ADVOGADO___RELACAO__0822_

Data:
18/10/2017 14:10:52

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
167

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 168

Evento:
AUTOS_ENTREGUES_EM_CARGA_AO_ADVOGADO
Data:
27/10/2017 16:25:17
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
168

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 169

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
06/11/2017 18:40:35
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
169

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 170

Evento:

JUNTADA_DE_PETICAO___Nº_PROTOCOLO__WJVE_17_10197189_0 TIPO_DA_PETICAO__PROSSEG

Data:
24/11/2017 15:42:42

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
170

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 171

Evento:

JUNTADA_DE_PETICAO___Nº_PROTOCOLO__WJVE_17_10202658_7 TIPO_DA_PETICAO__PETICAO

Data:
24/11/2017 15:44:24

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
171

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 172

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DESPACHO
Data:
01/12/2017 14:12:19
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
172

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 173

Evento:

MERO_EXPEDIENTE___SAJ___VISTOS_PARA_DESPACHO_I___INTIME_SE_A_PARTE_EXEQUENTE_

Data:
05/12/2017 14:07:06

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
173

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 174

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
05/12/2017 18:39:53
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
174

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 175

Evento:

ENCAMINHADO_EDITAL_RELACAO_PARA_PUBLICACAO___RELACAO__1006_2017 TEOR_DO_ATO_

Data:
14/12/2017 16:11:41

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
175

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 176

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_INTIMACAO_DE_ADVOGADO___RELACAO__1006_

Data:
18/12/2017 12:45:06

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
176

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 177

Evento:
AUTOS_ENTREGUES_EM_CARGA_AO_ADVOGADO
Data:
19/01/2018 13:22:05
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
177

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 178

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
22/01/2018 14:31:55
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
178

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 179

Evento:

JUNTADA_DE_PETICAO___Nº_PROTOCOLO__WJVE_18_10005159_3 TIPO_DA_PETICAO__PROSSEG

Data:
22/01/2018 14:53:23

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
179

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 180

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DESPACHO
Data:
24/01/2018 14:41:30
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
180

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 181

Evento:

DECISAO_INTERLOCUTORIA___SAJ___VISTOS_PARA_DECISAO_I___REJEITO_A_IMPUGNACAO_A_A

Data:
25/01/2018 18:21:59

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
181

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 182

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
26/01/2018 14:01:12
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
182

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 183

Evento:
EXPEDIDO_OFICIO___SAJ___INTIMACAO_POR_CARTA___GENERICO
Data:
02/02/2018 16:05:03
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
183

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 184

Evento:

JUNTADA_DE_DOCUMENTO___Nº_PROTOCOLO__WJVE_18_10027340_5 TIPO_DA_PETICAO__INFO

Data:
01/03/2018 13:14:58

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
184

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 185

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DESPACHO
Data:
05/03/2018 14:37:41
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
185

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 186

Evento:

MERO_EXPEDIENTE___SAJ___VISTOS_PARA_DESPACHO_I___INICIALMENTE_INTIMEM_SE_AS_PAR

Data:
06/03/2018 17:40:16

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
186

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 187

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
06/03/2018 21:12:35
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
187

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 188

Evento:

ENCAMINHADO_EDITAL_RELACAO_PARA_PUBLICACAO___RELACAO__0129_2018 TEOR_DO_ATO_

Data:
08/03/2018 13:49:21

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
188

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 189

Evento:

PEDIDO_DE_CONCESSAO_RENOVACAO_DILACAO_DE_PRAZO___Nº_PROTOCOLO__WJVE_18_1007

Data:
14/06/2018 14:08:49

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
189

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 190

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_INTIMACAO_DE_ADVOGADO___RELACAO__0129_

Data:
19/07/2018 14:56:59

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
190

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 191

Evento:

INDICACAO_DE_BENS_A_PENHORA___IMOVEL___Nº_PROTOCOLO__WJVE_18_10132479_8 TIPO_D

Data:
19/07/2018 16:57:40

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
191

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 192

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DESPACHO
Data:
24/07/2018 14:00:16
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
192

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 193

Evento:

MERO_EXPEDIENTE___SAJ___VISTOS_PARA_DESPACHO_I___PROCEDA_SE_O_PRACEAMENTO_D

Data:
30/07/2018 15:49:56

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
193

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 194

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
30/07/2018 15:52:53
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
194

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 195

Evento:
EXPEDIDO_OFICIO___SAJ___INTIMACAO_POR_CARTA___GENERICO
Data:
20/08/2018 18:25:01
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
195

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 196

Evento:
AUTOS_ENTREGUES_EM_CARGA_AO_PORTEIRO_LEILOEIRO
Data:
21/08/2018 15:17:47
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
196

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 197

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
27/08/2018 17:23:14
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
197

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 198

Evento:
EXPEDIDO_OFICIO___SAJ___INTIMACAO_POR_CARTA___GENERICO
Data:
29/08/2018 13:00:00
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
198

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 199

Evento:
EXPEDIDO_OFICIO___SAJ___INTIMACAO_POR_CARTA___GENERICO
Data:
29/08/2018 13:00:00
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
199

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 200

Evento:
EXPEDIDO_OFICIO___SAJ___INTIMACAO_POR_CARTA___GENERICO
Data:
29/08/2018 13:00:00
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
200

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 201

Evento:

INFORMACOES___JUNTADA_A_PETICAO_DIVERSA___TIPO__INFORMACOES_EM_EXECUCAO_DE_T

Data:
29/08/2018 13:30:21

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
201

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 202

Evento:

ATO_ORDINATORIO_DESIGNACAO_DE_LEILAO___FICA_DESIGNADO_O_DIA_14_09_2018_AS_14_00_

Data:
29/08/2018 13:36:36

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
202

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 203

Evento:

ENCAMINHADO_EDITAL_RELACAO_PARA_PUBLICACAO___RELACAO__0582_2018 TEOR_DO_ATO_

Data:
30/08/2018 12:48:04

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
203

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 204

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_INTIMACAO_DE_ADVOGADO___RELACAO__0582_

Data:
03/09/2018 12:20:50

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
204

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 205

Evento:

INFORMACOES___Nº_PROTOCOLO__WJVE_18_10179005_5 TIPO_DA_PETICAO__INFORMACOES D

Data:
17/09/2018 14:00:03

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
205

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 206

Evento:

JUNTADA_DE_AR___JUNTADA_DE_AR___AR913690153TJ SITUACAO___CUMPRIDO MODELO___INT

Data:
20/09/2018 14:21:19

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
206

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 207

Evento:

JUNTADA_DE_AR___JUNTADA_DE_AR___AR913690167TJ SITUACAO___CUMPRIDO MODELO___INT

Data:
20/09/2018 14:21:19

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
207

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 208

Evento:

DEVOLUCAO_DE_CORRESPONDENCIA_OUTROS_MOTIVOS___JUNTADA_DE_AR___AR913690175TJ

Data:
20/09/2018 14:21:19

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
208

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 209

Evento:

ATO_ORDINATORIO_CORRESPONDENCIA_DEVOLVIDA___FICA_INTIMADO_O_EXEQUENTE_PARA_M

Data:
20/09/2018 15:02:55

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
209

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 210

Evento:
AUTOS_ENTREGUES_EM_CARGA_AO_ADVOGADO
Data:
27/09/2018 16:56:25
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
210

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 211

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
22/10/2018 14:32:40
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
211

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 212

Evento:

INFORMACOES___Nº_PROTOCOLO__WJVE_18_10191661_0 TIPO_DA_PETICAO__INFORMACOES D

Data:
29/10/2018 14:56:54

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
212

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 213

Evento:

ATO_ORDINATORIO_PRATICADO___SAJ___FICAM_INTIMADAS_AS_PARTES_PARA_NO_PRAZO_DE_

Data:
29/10/2018 16:57:55

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
213

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 214

Evento:

ENCAMINHADO_EDITAL_RELACAO_PARA_PUBLICACAO___RELACAO__0784_2018 TEOR_DO_ATO_

Data:
07/11/2018 16:16:26

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
214

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 215

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_INTIMACAO_DE_ADVOGADO___RELACAO__0784_

Data:
09/11/2018 12:34:06

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
215

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 216

Evento:

JUNTADA_DE_PETICAO___Nº_PROTOCOLO__WJVE_18_10229813_8 TIPO_DA_PETICAO__PETICAO

Data:
27/11/2018 16:37:56

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
216

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 217

Evento:

DECORRIDO_O_PRAZO___CERTIFICO_QUE_O_PRAZO_DECORREU_SEM_OFERECIMENTO_DE_MAN

Data:
27/11/2018 16:43:26

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
217

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 218

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DESPACHO
Data:
03/12/2018 15:12:22
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
218

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 219

Evento:

MERO_EXPEDIENTE___SAJ___PELO_EXPOSTO_INTIME_SE_A_PARTE_EXEQUENTE_PARA_EM_15_

Data:
11/01/2019 16:13:14

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
219

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 220

Evento:
RECEBIDOS_OS_AUTOS
Data:
11/01/2019 17:02:26
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
220

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 221

Evento:

ENCAMINHADO_EDITAL_RELACAO_PARA_PUBLICACAO___RELACAO__0007_2019 TEOR_DO_ATO_

Data:
11/01/2019 17:15:03

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
221

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 222

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_INTIMACAO_DE_ADVOGADO___RELACAO__0007_

Data:
15/01/2019 13:05:23

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
222

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 223

Evento:

PEDIDO_DE_CONCESSAO_RENOVACAO_DILACAO_DE_PRAZO___Nº_PROTOCOLO__WJVE_19_1002

Data:
18/02/2019 17:45:55

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
223

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 224

Evento:
PROCESSO_FISICO_CONVERTIDO_EM_PROCESSO_ELETRONICO
Data:
14/03/2019 10:48:29
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
224

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 225

Evento:
JUNTADA_DE_PETICAO
Data:
02/04/2019 13:02:39
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
225

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 225, PET1, Página 1

Poder Judiciário
fls. 02

PASSOS & PILLON ADVOGADOS ASSOCIADOS

Mário Vicente dos Passos
Marta S. Scolari Pillon
Sim

038.06.046696-8

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR **JUIZ DE DIREITO** DA **5ª** VARA CÍVEL DA COMARCA DE **JOINVILLE/SC**

BANCO DO BRASIL S/A, sociedade de economia mista, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-91, com agência 1462-1 local, por seu advogado adiante firmado - mandato anexo - com escritório profissional à Rua Dr. João Colin, 128, sala 22,Centro, Joinville/SC, local indicado para eventuais intimações, vem, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no Decreto-lei 413/69, combinado com os artigos 585, VII, e, 646, ambos do Código de Processo Civil, e demais dispositivos legais aplicáveis, propor

com fundamento nos artigos 585, II,III e VII, e, 646, do Código de Processo Civil, Lei 10.931/04, art.28, e demais dispositivos legais aplicáveis, propor

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO COM GARANTIA DE HIPOTECA,

contra

CONFECÇÕES SIRPIER LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.304.816/0001-60, estabelecida à Rua Emílio Landmann, 649, sala 02, B. Aventureiro, Joinville-SC;

JAM PIERRE DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº. 631.161.979-20, residente e domiciliado à Rua Realcy Silveira, 1035, B. Aventureiro, Joinville-SC;

SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF/MF sob nº. 719.968.189-

P J COMARCA DE JOINVILLE 08/AGO/2006 17:18 000054417

Rua Dr. João Colin, 128, sala 22, Centro - Fone/Fax: 047-4221647- e-mail:. mvpassos@zaz.com.br

PASSOS & PILLON ADVOGADOS ASSOCIADOS

Mário Vicente dos Passos
Marta S. Scolari Pillon
Simone Soares Perboni

FL. 03

53, residente e domiciliado à Rua Realcy Silveira, 1035, B. Aventureiro, Joinville-SC.

expondo e requerendo, para tanto, o que segue:

1- O Exeqüente é credor dos Executados da quantia líquida, certa e exigível de **R$ 179.470,69** (cento e setenta e nove mil, quatrocentos e setenta reais e sessenta e nove centavos), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº. 20/02513-0, firmada pela Primeira Executada, figurando os demais como dadores de garantia hipotecária e avalistas, emitida em data de 02 de dezembro de 2.005, no valor de R$ 149.313,75 (cento e quarenta e nove mil, trezentos e treze reais e setenta e cinco centavos), pelo prazo de 60 meses, com incidência de TR e juros à taxa nominal mensal de 1,5%, correspondente a taxa efetiva anual de 19,562% ao ano, com o vencimento da primeira parcela em 15/01/2006 e a final para 15/12/2010, cujos valores constam na cláusula "2.1.", cédula esta celebrada perante a agência 3539-4/Iririú -doc.anexo.

2- Em garantia da operação, deu-se em HIPOTECA CEDULAR de segundo grau e sem concorrência de terceiros, o seguinte bem imóvel:

> *"Localização: Rua Realcy Silveira, município e comarca de Joinville (SC);*
> *Área, confrontações e confrontantes: 520,62 metros quadrados, fazendo frente para a rua Realcy Silveira, com 12,50 metros, tendo de fundos em ambos os lados 41,65 metros, confrontando pelo lado direito com terras de Terravile Comércio de Imóveis Ltda; lado esquerdo com terras de Osvaldo Giosele, fazendo o travessão dos fundos com 12,50 metros, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Joinville",* de propriedade de Jam Pierre de Oliveira ***MATRICULADO sob nº. 73.620,*** Cartório do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição.

3- Obrigaram-se os Executados ao pagamento conforme o contrato e, no caso de inadimplemento de qualquer das obrigações contratadas, não só no título exeqüendo como em qualquer outro firmado com o Exeqüente, importaria no vencimento antecipado de toda a obrigação, conforme cláusula "VENCIMENTO EXTRAORDINÁRIO".

PASSOS & PILLON ADVOGADOS ASSOCIADOS

Mário Vicente dos Passos
Marta S. Scolari Pillon
Simone Soares Perboni

Justiça Federal 04

4- Ocorre que os Executados deixaram de cumprir com suas obrigações, não pagando as parcelas a partir da vencida em 14/03/06 (encargos remanescente) e as subseqüentes, bem como, de outra obrigação mantida junto ao Exeqüente (cédula de crédito bancário 20/02513-0), ocorrendo o vencimento antecipado de toda a obrigação.

5- O débito pode ser assim demonstrado, sendo especificado nas planilhas e extratos anexos, que bem demonstram toda a movimentação havida, valores, índices e encargos cobrados, lançamentos de crédito e débito efetuados, que integram a presente, para os fins e efeitos legais:

Principal/Capital utilizado .....R$ 153.838,92.
Juros de mora: 12%aa.....R$ 533,92.
Multa: 2%.....R$ 3.519,03.
C. Permanência:.....R$ 21.578,82.
TOTAL.....R$ 179.470,69.

Planilhas anexas.

Índices utilizados no período:

a) **Comissão de permanência + juros mora de 1,00%.**
b) **Multa 2%.**

6- E, não tendo conseguido receber o seu crédito pelos meios amigáveis, é a presente para requerer a Vossa Excelência digne-se em determinar a citação das Executadas para que paguem, em 24 (vinte e quatro) horas, a quantia de **R$ 179.470,69** (cento e setenta e nove mil, quatrocentos e setenta reais e sessenta e nove centavos), acrescida de juros contratuais, correção monetária nos termos da Lei 6.899/81, juros moratórios, calculados sobre o capital atualizado, despesas, custas processuais e honorários advocatícios, tudo sob pena de penhora no imóvel hipotecado, intimando-os, a seguir, para que no prazo de 10 (dez) dias, ofereçam embargos, se desejarem, sob pena de revelia, prosseguindo-se a execução em seus ulteriores termos, até final e integral pagamento do débito.

Caso não sejam encontrados os Executados, requer proceda o Sr. Oficial de Justiça ao arresto do bem para garantir a execução, de acordo com o artigo 653, do Código de Processo Civil.

Constritando-se o bem imóvel, requer proceda-se ao registro da constrição perante o Cartório de Registro de Imóveis competente.

Requer, ainda, seja concedido ao Oficial de Justiça os poderes insertos no parágrafo segundo ao artigo 172, do Código de Processo Civil.

Rua Dr. João Colin, 128, sala 22, Centro - Fone/Fax: 047-4221647- e-mail: mvpassos@zaz.com.br

PASSOS & PILLON ADVOGADOS ASSOCIADOS

Mário Vicente dos Passos
Marta S. Scolari Pillon
Simone Soares Perboni

05

Protesta por provas em direito admitidas, notadamente a juntada de novos documentos, depoimento dos Executados, perícia e oitiva de testemunhas.

Termos em que, dando à presente o valor de **R$ 179.470,69** (cento e setenta e nove mil, quatrocentos e setenta reais e sessenta e nove centavos), para os fins e efeitos legais,

Pede deferimento.

Joinville, 03 de agosto de 2006.

pp.-

Mário Vicente dos Passos.
OAB/SC. 7724-A.

Marta S. Scolari Pillon.
OAB/SC. 25.853-B

Rua Dr. João Colin, 128, sala 22, Centro - Fone/Fax: 047-4221647- e-mail: mvpassos@zaz.com.br

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 226

Evento:
JUNTADA_DE_DOCUMENTO
Data:
02/04/2019 13:02:39
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
226

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Fl. 129

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

⇒ Fica concedida a carga, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Joinville, 10/10/2016.

Elizabeth de Borba Rocha

221
DV

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, consta da relação nº 0007/2019, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 2978, cuja data de publicação considera-se o dia 15/01/2019, com início do prazo em 21/01/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução nº 04/07-TJ.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
01/01/2019 à 20/01/2019 - Art. 220 do CPC - Recesso - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Luiz Alberto Gonçalves (OAB 8146/PR)	15	08/02/2019
Emerson Norihiko Fukushima (OAB 30687/SC)	15	08/02/2019
Luiz Fernando Brusamolin (OAB 29941/SC)	15	08/02/2019
Genésio Felipe de Natividade (OAB 35850/SC)	15	08/02/2019
Jose Antonio Broglio Araldi (OAB 30425/SC)	15	08/02/2019

Teor do ato: "Pelo exposto, intime-se a parte exequente para, em 15 dias, promover a atualização do débito, lembrando que o demonstrativo deverá conter: (i) o índice de correção monetária adotado; (ii) a taxa de juros aplicada; (iii) os termos inicial e final de incidência do índice de correção monetária e da taxa de juros utilizados; (iv) a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso; (v) a especificação de desconto obrigatório realizado (art. 798, parágrafo único, do CPC), além das (vi) custas e (vii) honorários advocatícios (art. 831 do CPC)."

Do que dou fé.
Joinville, 15 de janeiro de 2019.

Escrivã(o) Judicial

JUNTADA

Faço juntada Pet

que segue

EM 18 FEV 2019

Assinatura e carimbo

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 227

Evento:
JUNTADA
Data:
02/04/2019 13:02:39
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
227

BANCO DO BRASIL
AJURE/SC

Poder Judiciário
FL. 06

SUBSTABELECIMENTO

AUTOR: **BANCO DO BRASIL S.A.**
RÉU: **CONFECCOES SIRPIER LTDA. - ME**
JAM PIERRE DE OLIVEIRA
SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA

Por este instrumento, substabeleço, SEM RESERVA, os poderes para o foro em geral, em PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO, compreendendo a interposição e resposta de recursos, e, no SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO, a interposição e resposta de agravos de instrumento, ressalvado que o acompanhamento dos recursos ficará a cargo dos advogados empregados do Outorgante, ao(s) Dr(s) MÁRIO VICENTE DOS PASSOS, OAB/SC 7.724-A, CPF 335.414.009-78 & DRA. MARTA SALETE SCOLARI PILLON, OAB/SC 15.853-B, CPF 593.574.790-15, indicados por PASSOS & PILLON ADVOGADOS ASSOCIADOS, com endereço na Rua Dr. João Colin, 128, sala 22, Centro, CEP 89.201-300, Joinville, SC, para representar em juízo a Instituição Financeira Outorgante, especialmente para promover a defesa de seus interesses na ação EXECUCAO TITULO EXTRAJUDICIAL, referente à(s) operação(ões) 20/02513-0 (PARCELAMENTO - MERCADO).

Conferem-se, ainda, poderes necessários para propor ou responder as ações, exceções e incidentes processuais relacionados com as causas sob sua condução, como mandados de segurança, medidas cautelares, embargos de terceiros, declarações de créditos em falências, insolvência civil e concordatas, habilitações de crédito em inventários, arrolamentos, desapropriação e outros.

É vedado o substabelecimento dos poderes supra, salvo para estagiários ou mediante autorização expressa do mandante.

Os poderes ora substabelecidos têm origem no mandato outorgado em 23/8/2005 e substabelecimento de 12/4/2006, conforme instrumento(s) em anexo.

Florianópolis (SC), 30 de junho de 2006.

Jacir Scartezini
OAB/SC 7323
Supervisor Jurídico

Lincoln Fagundes
Advogado
OAB/SC 14.144-A

Cole esta parte na pasta

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
TABELIONATO BORGES TEIXEIRA

DR. GOIÂNIO BORGES TEIXEIRA
TABELIÃO
DR. RAMILO SIMÕES CORRÊA
SUBSTITUTO
SRTV / SUL - Q. 701 - CONJ. L - BL. 01 - LOJA 24 - ANDAR TÉRREO - CENTRO EMPRESARIAL ASSIS CHATEAUBRIAND
FONE: (61) 225-2760 - FAX: (61) 225-7222 / 223-4715 - E-mail: oficio2df@uol.com.br - CEP 70340-905 - BRASÍLIA - DF

Prot.: 273728
Livro: 2425
Folha: 049

Poder Judiciário FL. 07

Cole esta parte na pasta
SISJ/10476

PROCURAÇAO BASTANTE QUE FAZ **BANCO DO BRASIL** FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco **(23/08/2005)**, nesta Cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, neste Serviço Notarial, perante mim, Escrevente Notarial, compareceu como outorgante: **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, sediado no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Bloco C, Lote 32, Edifício Sede III, em Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o número 00.000.000/0001-91, neste ato representado, na forma do art. 27 do respectivo Estatuto registrado na JCDF sob o nº 2005/0003739 em 04.01.2005, por seu Diretor Jurídico, Dr. **MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.648-OAB/CE, data de inscrição 17 de agosto de 1981, CPF/MF sob n.º 053.137.403-34, residente nesta Capital e domiciliado na Sede da Empresa, investido na função conforme Extrato da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 02 de setembro de 2004, arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 20040644758, em 21/10/2004, publicada no Diário Oficial da União de 29 de outubro de 2004, Seção 1, página 37, identificado e reconhecido como o próprio do que dou fé. E por ele me foi dito que, por este instrumento público nomeia e constitui seu bastante procurador o Dr. **GILMAR GERALDO BARBOSA CARNEIRO,** brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade OAB/SC 12.971-B e inscrito no CPF/MF nº 559.248.087-34, residente e domiciliado em Florianopólis-SC, chefe da Assessoria Jurídica Regional do Estado de Santa Catarina, (dados fornecidos por declaração, ficando o outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção), ao qual confere os poderes da cláusula ***ad judicia*** e os especiais de reconhecer a procedência do pedido, desistir, dar e receber quitação, firmar compromisso, apresentar reclamação e representação correicional e ingressar em recinto onde esteja sendo realizada assembléia ou reunião de que participe ou possa participar o Outorgante, ou perante a qual este deva comparecer, para, em quaisquer processos ou procedimentos contenciosos ou administrativos, defender os direitos e interesses do outorgante, podendo, para tanto, propor ou contestar ações, opor exceção de qualquer natureza, reconvir, nomear e impugnar peritos, solicitar abertura de inquéritos policiais, oferecer queixa-crime, prestar informações e usar de todos os recursos em direito permitidos em todas as instâncias, turmas recursais ou tribunais, requerer falências, aceitar ou embargar concordatas, declarar ou impugnar créditos, representá-lo perante órgãos públicos, solicitar informações escritas necessárias ao desempenho de suas funções, receber intimações para ciência e andamento dos respectivos pleitos, exceto as que, por força de lei, devam ser feitas unicamente ao Outorgante; poderes que podem ser substabelecidos, com ou sem reservas. Nas hipóteses em que o Outorgante atue como conveniente, conveniado, mandante, mandatário, gestor, mantenedor, os Outorgados ficam investidos de todos os poderes constantes dos respectivos contratos e ou instrumentos de mandato, que não excedam dos acima descritos.O presente mandato não revoga os anteriormente outorgados. (Lavrada sob minuta apresentada). O Tabelião reserva-se no direito de não corrigir erros materiais, neste ato, advindos de declaração da outorgante. DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS POR VONTADE DAS PARTES. (R$ 17,83). Eu, (JOACY MUNIZ ALMEIDA), Escrevente Notarial, lavrei, conferi, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. Eu, RAMILO SIMÕES CORRÊA, Tabelião Substituto, subscrevo, dou fé e assino. (aa) - MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO; RAMILO SIMÕES CORRÊA. Trasladada na mesma data. Eu, _____ a conferi, subscrevi, dou fé e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO _____ DA VERDADE.

Joacy Muniz Almeida
Escrevente Notorial
2º Ofício de Notas e Protesto
Brasília - DF

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas
Rua Manoel Severino de Oliveira, 653 - Sala 13 - CEP 88062-120 - Largo da Conceição - Florianópolis/SC - Fone/Fax: (48) 3232-1916
Confere com o original na sua parte reproduzida
Florianópolis, 28 de Junho de 2006
Em test da verdade
Patrícia de Fátima Gern Tôres - Tabeliã substituta
Emolumentos R$ 1,65 + selo isento Total R$1,65
AUTENTICAÇÃO

SELO DE FISCALIZAÇÃO ISENTO AOX25277
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DESANTA CATARINA

BANCO DO BRASIL

FL. 08

SUBSTABELECIMENTO

Por este instrumento, substabeleço ao Dr. **LINCOLN FAGUNDES**, Supervisor Jurídico, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado neste Estado, inscrito na OAB/SC sob o nº 14.144-A e CPF/MF 333.200.399-20; ao Dr. **JACIR SCARTEZINI**, Supervisor Jurídico, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado neste Estado, inscrito na OAB/SC sob o nº 7.323, e CPF/MF 383.714.050-49, os poderes da Clausula "ad judicia" que me foram conferidos pelo **BANCO DO BRASIL S.A.** (CNPJ/MF 00.000.000/0001-91), conforme procuração lavrada em 23/08/2005 no 2º Tabelião de Notas e Protesto de Brasília - Distrito Federal, protocolo nº 273728, livro 2425, folha 049, este representado naquele ato pelo Diretor Jurídico **MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO** nos termos do art. 27 do Estatuto, registrado na JCDF sob nº 20020425961, em 30/07/2002 e investido na função conforme Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 13/02/2003, arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 20030148197, em 28/03/2003, para o fim específico de contratação de advogados externos, aos quais serão substabelecidos, sem reserva, exceto aqueles para acompanhar recursos no segundo grau de jurisdição e eventuais recursos junto ao Tribunal Regional Federal, Supremo Tribunal Federal, e Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

O presente instrumento não revoga os outorgados anteriormente.

Florianópolis(SC), 12 de abril de 2006

CARTÓRIO DA LAGOA

GILMAR GERALDO BARBOSA CARNEIRO

Advogado OAB/SC 12.971-B

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas
Rua Manoel Severino de Oliveira, 653 - Sala 13 - CEP: 88062-120 - Lagoa da Conceição - Florianópolis/SC - Fone/Fax: (48) 3232-1896
RECONHECIMENTO 000117
Reconheço a assinatura por ser SEMELHANÇA de:
(1) GILMAR GERALDO BARBOSA CARNEIRO.....
Florianópolis, 12 de Abril de 2006. Em test. da verdade
Patrícia de Fátima Gern Tôrres - Tabeliã Substituta
Emolumentos: R$ 1,60 + selo: isento -- Total: R$ 1,60

Cartório da CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SELO DE FISCALIZAÇÃO ISENTO AOT41560

Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas
Rua Manoel Severino de Oliveira, 653 - Sala 13 - CEP: 88062-120 - Lagoa da Conceição - Florianópolis/SC - Fone/Fax: (48) 3232-1896
Confere com o original na sua parte reproduzida.
Florianópolis, 27 de Junho de 2006
AUTENTICAÇÃO
Em test. da verdade
CÁTIA TEREZINHA PEREIRA TORRES - Escrevente
Emolumentos: R$ 1,65 + isento - Total: R$ 1,65

SELO DE FISCALIZAÇÃO ISENTO AOX25343 CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF8, Página 1

1º CIRCUNSCRIÇÃO Fls. 01 JOINVILLE-SC REG. IMÓVEIS

Poder Judiciário Fls. 09

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

NR. 20/02513-0

1. **EMITENTE**:
Nome/Razão Social(qualificação): CONFECÇÕES SIRPIER LTDA ME
CNPJ/MF: 04.304.816/0001-60
Conta corrente: 9.333-5 Agência (Prefixo): Iririú 3539-4
Endereço: Rua Realcy Silveira 1035 - Aventureiro
Cidade: Joinville UF: SC CEP: 89226-280

2. **DADOS DA OPERAÇÃO**:
2.1. Valor da Operação: R$ 149.313,75 (cento e quarenta e nove mil, trezentos e treze reais e setenta e cinco centavos).
Valor das Prestações: da primeira à terceira R$ 10,00 (dez reais) cada uma, da quarta à sexta R$ 330,00 (trezentos e trinta reais) cada uma, da sétima à décima segunda R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) cada uma, da décima terceira à décima oitava R$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) cada uma, da décima nona à vigésima quarta R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) cada uma, da vigésima quinta à trigésima R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada uma, da trigésima primeira à quadragésima segunda R$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais) cada uma, da quadragésima terceira à quadragésima oitava R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada uma, da quadragésima nona a qüinquagésima nona R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) cada uma e a sexagésima (última) R$ 4.893,75 (quatro mil, oitocentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), acrescidas, cada uma, dos encargos financeiros descritos no item 2.6.
2.3. Prazo: 60 meses
2.4. Vencimento:
2.5. Vencimento da 1ª parcela: 15/01/2006 Vencimento da última parcela: 15/12/2010
2.6. Encargos Financeiros:
2.6.1 - Encargos Básicos: Taxa Referencial (TR)
2.6.2 - Encargos Adicionais: Taxa.Nominal: 1,5 % a.m.
Taxa Efetiva: 19,562 % a.a.
2.7. Data-base para o débito em cada mês: 15

3. **AVALISTA(S)**:
Nome: Jam Pierre de Oliveira
Identidade(RG): 2R 2196646-SSP-SC CPF: 631.161.979-20
Profissão: Empresário Estado civil: Casado
Endereço: Rua Realcy Silveira, 1035 - Aventureiro
Cidade: Joinville UF: SC CEP: 89226-280

Nome do cônjuge: Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira
Identidade(RG): 2604657-SSP-SC CPF: 719.968.189-53
Profissão: Empresária Estado civil: Casada
Endereço: Rua Realcy Silveira, 1035 - Aventureiro
Cidade: Joinville UF: SC CEP: 89226-280

A 15 de dezembro de 2010, pagarei(emos), em moeda corrente nacional, por esta Cédula de Crédito Bancário, ao Banco do Brasil S.A., sociedade de economia mista, com sede em Brasília (DF), inscrito no CNPJ/MF sob o nr. 00.000.000/0001-91, por sua Unidade Regional de

- contnua na folha nr. 02

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF9, Página 1

Poder Judiciário Fl. 10 CIRCUNSCRIÇÃO 1ª Fls. 02 JOINVILLE-SC REG. IMÓVEIS

Continuação da Cédula de Crédito Bancário nr. 20/02513-0, emitida em 02/12/2005 por Confecções Sirpier Ltda ME, no valor de R$ 149.313,75, com vencimento em 15/12/2010.

Reestruturação de Ativos Operacionais (URR), inscrita no CNPJ/MF sob o nr. 00.000.000/4315-08, ou à sua ordem, na praça de pagamento indicada na cláusula local de pagamento, a dívida líquida, certa e exigível, correspondente ao valor do crédito indicado no item 2.1 acima, acrescido dos encargos financeiros previsto nesta cédula.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - A Presente Cédula de Crédito Bancário é emitida nos termos da Lei 10.931, de 02/08/2004.

DESTINAÇÃO DO CRÉDITO - O valor contratado, especificado no item 2.1 do preâmbulo, destina-se única e exclusivamente ao pagamento do saldo devedor das minhas (nossas) dívidas, valor este reconhecido(s) como líquido, certo e exigível, com a intenção de novar, concernente às operações de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, inclusive as dívidas relativas a Adiantamento a Depositantes, a seguir indicadas:

Linha de Crédito	Contrato nr.	Saldo R$
BB Giro Rápido – FAT – Fixo	353.900.936	13.830,13
BB Giro Rápido – FAT – Rotativo c/c 9.333-5	353.900.936	4.560,02
Tarifas	9.333-5	296,00
Desconto de Títulos	353.900.496	121.099,20(*)
Desconto de Cheques	000.610.688	9.528,40(**)

Total das Dívidas: R$ 149.313,75 (cento e quarenta e nove mil, trezentos e treze reais e setenta e cinco centavos).

(*) A amortização destina-se à liquidação dos títulos descontados, abaixo relacionados:

Vencimento	Nome do Sacado	Nosso Número	Nº Título	Valor
28/10/2005	Adrilu Modas Ltda ME	00000003626164201	F803-13001	1.392,50
28/10/2005	Harlen da Silva Alves ME	00000003601270503	2528-15004	1.538,00
28/10/2005	Tak S Com Conf de Roupas	00000003635596010	F2567-3001	1.277,82
30/10/2005	Sonia A de Paula e Silva	00000003629682279	F660-14002	636,00
30/10/2005	Adrilu Modas Ltda ME	00000003626164202	F803-13002	1.392,50
30/10/2005	Loja de Calçados e Conf	00000003621309458	F2746002	645,30
30/10/2005	Jumara Com de Conf Ltda	00000003629682283	F805-13002	330,79
30/10/2005	Joacir Suriani Caetano ME	00000003629682286	F867-13002	527,30
31/10/2005	Eliseu Souza	00000003636778584	2869-13001	583,00
02/11/2005	Harlen da Silva Alves ME	00000003622263226	F2743-3002	1.479,00
05/11/2005	Neusa dos Santos Zucco ME	00000003621309461	F2747002	667,50
08/11/2005	L Orange Modas Ltda	00000003618437734	J552-13003	579,32
10/11/2005	Alexandre Paulo E Cia Ltda	00000003634027919	BRAD0909	1.449,90
11/11/2005	Federal Corporation do Brasil	00000003632525237	470-12001	629,90
11/11/2005	Ailton M de Borba	00000003632134264	2744-12001	795,00
11/11/2005	Maiane Confecções Ltda	00000003622263224	F2740-3003	472,30
11/11/2005	Evaristo Com de Calçados	00000003627321341	F865-13002	844,80
11/11/2005	Loja Kulkamp Ltda ME	00000003626198243	F859-14002	732,50
11/11/2005	Tak S Com Conf de Roupas	00000003613664324	1191-14004	933,60
12/11/2005	E Kraychete Representações	00000003615636984	439-14004	919,10
13/11/2005	Eraci Berkembrock Souza Me	00000003627321338	F863-13002	1.086,55
13/11/2005	A. B. Silva Cia Ltda	00000003626198240	F858-13002	774,60
14/11/2005	Adriana Maria Aparício Prin	00000003641753133	F2663-3001	1.319,00
14/11/2005	Ailton M. de Borba	00000003633683360	2565-13001	767,60
14/11/2005	Comercial San Izidro Ltda.	00000003641753136	F2664-3001	827,00
14/11/2005	Swap Com de Vestuário Ltda	00000003641391213	F2921-3001	798,30

- continua na folha nr. 03 -

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF10, Página 1

Poder Judiciário Fls. 11 1ª CIRCUNSCRIÇÃO Fls. 03 JOINVILLE-SC REG. IMÓVEIS

Continuação da Cédula de Crédito Bancário nr. 20/02513-0, emitida em 02/12/2005 pela Confecções Sirpier Ltda ME, no valor de R$ 149.313,75, com vencimento em 15/12/2010.

- folha nr. 3 –

14/11/2005	Edesia Lohn Ltda Me	00000003636778581	2569-13001	614,64
14/11/2005	Possebom e Silveira Ltda Me	00000003641753139	F2671-3001	693,30
14/11/2005	Comercial Mazu Modas Ltda	00000003641753142	F2675-3001	659,00
18/11/2005	Sonia M Calçados e Confec	00000003638018992	2571-13001	776,18
18/11/2005	Harlen da Silva Alves Me	00000003635987432	F2470-3001	797,00
18/11/2005	Imaruin Confecções Ltda	00000003640198676	2674-3001	872,90
18/11/2005	Leandro de Lima Pacheco	00000003615636980	438-14004	929,33
18/11/2005	Dalakassi Modas Ltda	00000003640198682	F2666-3001	585,30
19/11/2005	Comercial Kassula Ltda	00000003620268014	F2743003	1.260,87
21/11/2005	Couto S Com de Confecções	00000003632915195		1.276,77
21/11/2005	Federal Corporation do Brasil	00000003615636976	436-14004	793,40
21//11/2005	Tele Dois Equipamentos Ltda	00000003643869112	F2677-4001	729,90
22/11/2005	Sonia A de Paula e Silva	00000003634804743	2660-14002	559,75
22/11/2005	Comercio de Conf Michels	00000003627321336	F860-13003	566,00
22/11/2005	Harlen da Silva Alves Me	00000003624397359	2540-14003	2.235,00
22/11/2005	Só Surf Ltda ME	00000003635987435	F2471-3001	659,30
22/11/2005	Marcelo Walatk Cia Ltda ME	00000003639410979	F493-13001	1.158,30
22/11/2005	Anderson Coutinho	00000003635987441	F2843-3001	625,70
25/11/2005	Conf Alyne Ltda	00000003618437737	-	684,00
25/11/2005	Edesia Lohn Ltda ME	00000003634804747	F2568-3002	892,90
25/11/2005	Eliseu Souza	00000003635596013	F2869-3001	583,00
25/11/2005	Thelavi Modas Ltda ME	00000003641391216	F923-13001	673,00
25/11/2005	Lorenci E Lorenci Ltda	00000003618437740	J803-13003	619,45
25/11/2005	Confecções Alyne Ltda	00000003618437743	J803-13006	619,45
27/11/2005	Tak S Com Conf de Roupas	00000003635596011	F2567-3002	1.277,82
28/11/2005	J D M Comércio Ltda	00000003635987438	F2489-3001	895,70
29/11/2005	Sonia A Paula e Silva	00000003629682280	F660-14003	636,00
29/11/2005	Adrilu Modas Ltda ME	00000003626164203	F803-13003	1.392,50
29/11/2005	Loja de Calçados e Conf	00000003621309459	F2746003	645,30
29/11/2005	Joacir Suriani Caetano ME	00000003629682287	F867-13003	527,30
29/11/2005	Jumara Com de Conf Ltda	00000003629682284	F805-13003	330,79
30/11/2005	Eliseu Souza	00000003636778585	2869-13002	583,00
02/12/2005	Harlen da Silva Alves ME	00000003622263227	F2743-3003	1.479,00
05/12/2005	Neusa dos Santos Zucco ME	00000003621309462	F2747003	667,50
09/12/2005	M F Jenczemionski	00000003640198673	2673-3001	934,30
09/12/2005	Federal Corporation do Brasil	00000003632525238	470-12002	629,90
09/12/2005	Ailton M de Borba	00000003632134265	2744-12002	795,00
09/12/2005	Araci Virginia da Silva ME	00000003640198679	F2662-3001	893,00
09/12/2005	New Panka Ltda ME	00000003640198685	F2667-3001	486,90
11/12/2005	Evaristo Com de Calçados	00000003627321342	F865-13003	844,80
11/12/2005	Loja Kulkamp Ltda ME	00000003626198244	F859-14003	732,50
13/12/2005	AB Silva Cia Ltda	00000003626198241	F858-13003	774,60
13/12/2005	Eraci Berkembrock Souza ME	00000003627321339	F863-13003	1.086,55
14/12/2005	Adriana Maria Aparicio Prin	00000003641753134	F2663-3002	1.319,00
14/12/2005	Ailton M de Borba	00000003633683361	2565-13002	766,70
14/12/2005	Comercial San Izidro Ltda	00000003641753137	F2664-3002	827,00
14/12/2005	Swap Com de Vestuário Ltda	00000003641391214	F2921-3002	798,30
14/12/2005	Possebom E Silveira Ltda ME	00000003641753140	F2671-3002	693,30
14/12/2005	Comercial Mazu Modas Ltda	00000003641753143	F2675-3002	659,00
16/12/2005	Meri Modas Ltda ME	00000003646386842	F2816-3001	419,73

- continua na folha nr. 04 -

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF11, Página 1

Poder Judiciário
Fls. 4
Fl. 12 Do 108
CIRCUNSCRIÇÃO
JOINVILLE-SC
REG. IMÓVEIS

Continuação da Cédula de Crédito Bancário nr. 20/02513-0, emitida em 02/12/2005 por Confecções Sirpier Ltda ME, no valor de R$ 149.313,75, com vencimento em 15/12/2010.

- folha nr. 4 –

18/12/2005	Sonia Maria Calçados e Conf	00000003638018993	2571-13002	776,18
18/12/2005	Harlen da Silva Alves ME	00000003635987433	F2470-3002	797,00
18/12/2005	Imaruin Confecções Ltda	00000003640198677	2674-3002	872,90
18/12/2005	Dalakassi Modas Ltda	00000003640198683	F2666-3002	585,30
21/12/2005	Dalakassi Modas Ltda	00000003643869107	F2106-2001	955,00
21/12/2005	Couto S Com de Confecções	00000003632915196	2751-13002	1.276,77
21/12/2005	Ailton M de Borba	00000003643869109	F2673-3001	879,30
21/12/2005	Tele Dois Equipamentos Ltda	00000003643869113	F2677-4002	729,90
21/12/2005	Cecília Manoel Santana ME	00000003643869116	F2809-2001	1.012,12
21/12/2005	Harlen da Silva Alves ME	00000003643869118	F2923-3001	673,30
22/12/2005	Sonia A de Paula e Silva	00000003634804744	2660-14003	559,75
22/12/2005	Harlen da Silva Alves ME	00000003624397360	2540-14004	2.235,00
22/12/2005	Só Surf Ltda ME	00000003635987436	F2471-3002	659,30
22/12/2005	Marcelo Walatk Cia Ltda ME	00000003639410980	F493-13002	1.158,30
22/12/2005	Anderson Coutinho	00000003635987442	F2843-3002	625,70
23/12/2005	Marli Antunes da Costa Bonfim	00000003645150008	F2670-3001	305,75
23/12/2005	Adrilu Modas Ltda ME	00000003644699154	F2111-3001	2.063,30
23/12/2005	Ailton M de Borba	00000003632134266	2744-12003	795,00
23/12/2005	Eliete Abilio Correa ME	00000003645150011	F2672-3001	411,15
23/12/2005	Elice Modas Ltda	00000003645150014	F2679-3001	479,00
23/12/2005	Edesia Lohn Ltda ME	00000003634804748	F2568-3003	892,90
23/12/2005	Elio Wormsbecker ME	00000003645150017	F2683-3001	355,00
25/12/2005	Eliseu Souza	00000003635596014	F2869-3002	583,00
25/12/2005	Thelavi Modas Ltda ME	00000003641391217	F923-13002	673,00
27/12/2005	Tak S Com e Conf de Roupas	00000003635596012	F2567-3003	1.277,82
28/12/2005	J D M Comercio Ltda	00000003635987439	F2489-3002	895,70
29/12/2005	Sonia A de Paula e Silva	00000003629682281	F660-14004	636,00
30/12/2005	Eliseu Souza	00000003636778586	2869-13003	583,26
08/01/2006	M F Jenczemionski Cia Ltda	00000003640198674	2673-3002	934,30
08/01/2006	Araci Virginia da Silva ME	00000003640198680	F2662-3002	893,00
08/01/2006	New Panka Ltda ME	00000003640198686	F2667-3002	486,90
10/01/2006	Loja Kulkamp Ltda ME	00000003626198245	F859-14004	732,50
13/01/2006	Adriana M Aparicio Prin	00000003641753135	F2663-3003	1.319,00
13/01/2006	Ailton M de Borba	00000003633683362	2565-13003	766,70
13/01/2006	Comercial San Izidro Ltda	00000003641753138	F2664-3003	827,00
13/01/2006	Swap Com Vestuário Ltda	00000003641391215	F2921-3003	798,30
13/01/2006	Possebom E Silveira Ltda ME	00000003641753141	F2671-3003	693,30
13/01/2006	Comercial Mazu Modas Ltda	00000003641753144	F2675-3003	659,00
15/01/2006	Meri Modas Ltda ME	00000003646386843	F2816-3002	419,73
17/01/2006	Sonia Maria Calçados e Conf.	00000003638018994	2571-13003	776,18
17/01/2006	Harlen da Silva Alves ME	00000003635987434	F2470-3003	797,00
17/01/2006	Imaruin Confecções Ltda	00000003640198678	2674-3003	872,90
17/01/2006	Dalakassi Modas Ltda	00000003640198684	F2666-3003	585,30
20/01/2006	Dalakassi Modas Ltda	00000003643869108	F2106-2002	955,25
20/01/2006	Ailton M de Borba	00000003643869110	F2673-3002	879,30
20/01/2006	Tele Dois Equipamentos Ltda	00000003643869114	F2677-4003	729,90
20/01/2006	Cecilia Manoel Santana ME	00000003643869117	F2809-2002	1.012,12
20/01/2006	Harlen da Silva Alves ME	00000003643869119	F2923-3002	673,30
21/01/2006	Sonia A de Paula e Silva	00000003634804745	2660-14004	559,75
21/01/2006	Só Surf Ltda ME	00000003635987437	F2471-3003	659,30

- continua na folha nr. 05 -

Poder Judiciário FL. 13 1º CIRCUNSCRIÇÃO Fls. 05 JOINVILLE-SC REG. IMÓVEIS

Continuação da Cédula de Crédito Bancário nr. 20/02513-0, emitida em 02/12/2005 por Confecções Sirpier Ltda ME, no valor de R$ 149.313,75, com vencimento em 15/12/2010.

- folha nr. 5 –

21/01/2006	Marcelo Walatk Cia Ltda ME	00000003639410981	F493-13003	1.158,30
21/01/2006	Anderson Coutinho	00000003635987443	F2843-3003	625,70
22/01/2006	Adrilu Modas Ltda ME	00000003644699155	F2111-3002	2.063,30
22/01/2006	Marli Antunes da Costa Bonfim	00000003645150009	F2670-3002	305,75
22/01/2006	Eliete Abilio Correa ME	00000003645150012	F2672-3002	411,15
22/01/2006	Elice Modas Ltda	00000003645150015	F2679-3002	479,00
22/01/2006	Elio Wormsbecker ME	00000003645150018	F2683-3002	355,00
24/01/2006	Eliseu Souza	00000003635596015	F2869-3003	583,26
24/01/2006	Thelavi Modas Ltda ME	00000003641391218	F923-13003	673,00
27/01/2006	J D M Comércio Ltda	00000003635987440	F2489-3003	895,70
07/02/2006	M F Jenczemionski Cia Ltda	00000003640198675	2673-3003	934,30
07/02/2006	Araci Virginia da Silva ME	00000003640198681	F2662-3003	893,00
07/02/2006	New Panka Ltda ME	00000003640198687	F2667-3003	486,90
14/02/2006	Meri Modas Ltda ME	00000003646386844	F2816-3003	419,73
19/02/2006	Ailton M de Borba	00000003643869111	F2673-3003	879,30
19/02/2006	Tele Dois Equipamentos Ltda	00000003643869115	F2677-4004	729,90
19/02/2006	Harlen da Silva Alves ME	00000003643869120	F2923-3003	673,30
21/02/2006	Adrilu Modas Ltda ME	00000003644699156	F2111-3003	2.063,30
21/02/2006	Marli Antunes da Costa Bonfim	00000003645150010	F2670-3003	305,75
21/02/2006	Eliete Abilio Correa ME	00000003645150013	F2672-3003	411,15
21/02/2006	Elice Modas Ltda	00000003645150016	F2679-3003	479,00
21/02/2006	Elio Wormsbecker ME	00000003645150019	F2683-3003	355,00

(**) A amortização destina-se à liquidação dos cheques descontados, abaixo relacionados:

Banco	Agência	Conta	Número cheque	Valor nominal	Data devolução
237	3476	5008808	104	1.090,00	08/11/2004
237	3476	5008808	108	995,00	14/11/2005
237	3476	5008808	110	1.060,00	31/10/2005
237	3476	5008808	113	1.050,00	08/11/2005
237	3476	5008808	114	1.050,00	16/11/2005
237	3476	5008808	115	1.050,00	22/11/2005
237	3476	5008808	136	1.460,00	22/11/2005
237	3476	5008808	137	1.460,00	29.11.2005

ENCARGOS FINANCEIROS – Os valores lançados na conta vinculada à presente Cédula de Crédito Bancário, bem como o saldo devedor daí decorrente, sofrerão incidência de encargos básicos, calculados com base na Taxa Referencial (TR), na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil, ou outro índice que legalmente venha a substituí-la. Sobre os valores acima citados, devidamente atualizados pelos respectivos encargos básicos, incidirão, ainda, encargos adicionais à taxa nominal de 1,5 (um inteiro e cinco décimos) ponto(s) percentual(ais) ao mês, calculados por dias corridos, com base na taxa proporcional diária (mês de 30 dias), correspondendo a 19,562 (dezenove inteiros e quinhentos e sessenta e dois milésimos) pontos percentuais efetivos ao ano.

Parágrafo Primeiro - Os encargos básicos e adicionais serão debitados e exigidos mensalmente, a cada data-base, inclusive durante o período de carência, no vencimento e na liquidação da dívida.

Parágrafo Segundo - Para efeito do disposto nesta clausula, considere data-base, em cada mês, o dia indicado no item 2.7 do preâmbulo.

- continua na folha nr. 06 -

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF13, Página 1

Poder Judiciário FL. 14 1ª CIRCUNSCRIÇÃO Fls. 16 JOINVILLE-SC REG. IMÓVEIS

Parágrafo Terceiro - Os encargos básicos e adicionais definidos no *caput* desta Cláusula serão debitados e exigidos também nas remições, proporcionalmente aos valores remidos.

TARIFA - Além dos encargos financeiros pactuados, autorizo(amos) o Banco do Brasil S.A. a debitar em minha(nossa) conta de depósitos, a título de remuneração sobre serviços, o valor correspondente à(s) tarifa(s) de Reescalonamento/Renegociação de Dívidas e demais tarifas aplicáveis à operação, vigentes à época da cobrança, constantes da Tabela de Tarifas - Pessoa Física/Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência do Banco do Brasil S.A., dizendo-me(nos) ciente(s) de que tais débitos ser-me(nos-ão) informados mediante aviso de débito e/ou aviso no extrato de conta corrente.

IOF - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que sobre esta operação incidirá Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF, na forma das normas legais vigentes. Os respectivos valores debitados sob aviso, à medida que se tornarem exigíveis, na conta aberta por força deste instrumento, por mim(nós) não contestados, no prazo máximo de 10 (dez) dias da comunicação que o Banco fizer, serão considerados para todos os fins como fornecimentos feitos em dinheiro, incorporando-se ao saldo devedor de capital da operação, para pagamento juntamente com as prestações estipuladas no item 2.2, proporcionalmente aos seus valores nominais.

DESPESAS - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que todas as despesas decorrentes da presente Cédula, inclusive impostos, taxas, tarifas e seguros, são de minha(nossa) responsabilidade.

INADIMPLEMENTO - Em caso de descumprimento de qualquer obrigação legal ou convencional, ou no caso de vencimento antecipado da obrigação, em substituição aos encargos de normalidade pactuados, sobre os valores inadimplidos, a partir dos seus respectivos vencimentos incidirão os seguintes encargos de inadimplemento:

a) comissão de permanência à taxa de mercado do dia do pagamento, nos termos da Resolução 1.129, de 15.05.1986, e Resolução 2.886, de 30.08.2001, do Conselho Monetário Nacional;
b) juros moratórios à taxa efetiva de 1% (um por cento ao ano);
c) multa de 2% (dois por cento), calculada e exigida nas datas das amortizações, sobre os valores amortizados, e na liquidação final, sobre o saldo devedor da dívida.

Parágrafo Único - Os encargos referidos nas alíneas "a" e "b" do *caput* desta cláusula serão debitados e capitalizados no último dia de cada mês e na liquidação da dívida inadimplida e serão exigidos juntamente com as amortizações de capital, proporcionalmente aos seus valores nominais e na liquidação da dívida.

FORMA DE PAGAMENTO – Obrigo-me(amo-nos) a pagar ao Banco do Brasil S.A. 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, nos valores indicados no item 2.2, vencendo-se a primeira em 15/01/2006 e a última em 15/12/2010, acrescidas, cada uma delas, de encargos financeiros estipulados no item 2.6.

Para o pagamento do total da dívida, inclusive os juros moratórios e compensatórios, encargos financeiros, despesas, multa convencional e demais acessórios decorrentes da celebração do presente instrumento, na forma e vencimentos especificados nos itens 2.1 a 2.7, autorizo(amos) o Banco do Brasil S.A., em caráter irrevogável e irretratável, a proceder aos pertinentes e necessários lançamentos contábeis a débito da conta corrente especificada, obrigando-me(nos) a manter, nas épocas próprias, disponibilidade financeira suficiente à acolhida de tais lançamentos, independentemente de aviso ou notificação.

Qualquer recebimento das prestações fora dos prazos avençados constituirá mera tolerância, que não afetará de forma alguma as datas de seus vencimentos ou as demais cláusulas e condições

- continua na folha nr. 07 -

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF14, Página 1

Poder Judiciário FL 15 Fls. 52 JOINVILLE-SC REGISTRO DE IMÓVEIS

deste Título, nem importará novação ou modificação do ajustado, inclusive quanto aos encargos resultantes da mora, imputando-se ao pagamento do débito o valor recebido obrigatoriamente na seguinte ordem: multa, juros moratórios, juros remuneratórios, comissão de permanência, outros acessórios debitados, principal vencido e principal vincendo. A quitação da dívida resultante deste Título dar-se-á após a liquidação do saldo devedor da(s) parcela(s) referida(s) na(s) cláusula(s) Forma de Pagamento antes descrita(s).

LOCAL DO PAGAMENTO - Cumprirei(emos) as obrigações assumidas nesta Cédula de Crédito Bancário junto à Agência do Banco do Brasil S.A., em que for mantida nossa conta corrente, praça de pagamento que fica designada como fôro desta Cédula.

VENCIMENTO EXTRAORDINÁRIO - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que, além das hipóteses previstas em lei, o Banco do Brasil S.A. poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, considerar vencida antecipadamente esta Cédula de Crédito Bancário, com a imediata exigibilidade de toda a dívida, inclusive com juros moratórios e compensatórios, encargos financeiros, despesas, multa convencional e demais acessórios, ocorrendo, além das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil, quaisquer dos seguintes casos: **a)** deixar(mos) de efetuar o pagamento qualquer obrigação assumida neste Instrumento ou em outros que porventura tenha(mos) firmado ou venha(mos)a firmar com o Banco do Brasil S.A. ou qualquer uma de suas Subsidiárias; **b)** se, na vigência desta obrigação, for transferido o controle do nosso capital e/ou substituído qualquer um dos atuais dirigentes ou modificado o nosso estatuto ou o nosso contrato social, sem expressa concordância do Banco do Brasil S.A., considerando, outrossim, para os efeitos penais, todos os meus(nossos) atos praticados que importarem violação das obrigações assumidas neste Instrumento; **c)** requerer(mos) recuperação judicial ou extrajudicial, ou tiver(mos) a falência requerida; **d)** descumprir(mos) quaisquer das demais obrigações aqui assumidas; **e)** dar(mos) causa ao encerramento de minha(nossa) conta corrente de depósitos, por força de normas legais ou regulamentares editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil; **f)** figurar(mos) como devedor(es), co-devedor(es), fiador(es) ou avalista(s) em situação de mora ou de inadimplemento junto ao Banco do Brasil S.A. ou suas Subsidiárias; **g)** sofrer(mos) ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou o cumprimento das obrigações aqui assumidas; **h)** diretamente ou através de preposto ou mandatários, prestar (mos) ao CREDOR informações incompletas ou alteradas, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza; **i)** diretamente ou através de prepostos ou mandatários, deixar(mos) de prestar informações que, se do conhecimento do CREDOR, poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações; **j)** tornar(mos) inadimplentes em outras operações mantidas junto ao CREDOR; **l)** desviar(mos) no todo ou em parte os bens vinculados à garantia deste Instrumento; **m)** ou, ainda, pela ocorrência de quaisquer das hipóteses de antecipação legal do vencimento.

GARANTIA – Os bens vinculados são os seguintes: em hipoteca cedular de SEGUNDO grau e sem concorrência de terceiros, aqui constituída, o imóvel de propriedade de Jam Pierre de Oliveira e seu cônjuge Sirlei Lucidônio Melo de Oliveira, que se encontra em sua posse mansa e pacífica, livre de ônus e de responsabilidades de qualquer espécie, inclusive fiscais, com as seguintes características:

Matrícula: 73.620 do Cartório de Registro de Imóveis – 1ª Circunscrição de Joinville (SC).

Localização: Rua Realcy Silveira em Joinville (SC).

Área: 520,62 (quinhentos e vinte metros e sessenta e dois decímetros quadrados), lote 02 do desmembramento .

- continua na folha nr. 08 -

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF15, Página 1

Poder Judiciário FL. 16 1ª CIRCUNSCRIÇÃO Fls. 91 JOINVILLE-SC REG. IMÓVEIS

Confrontações: Frente para a Rua Realcy Silveira, com 12,50 metros, tendo de fundos em ambos os lados 41,65 metros, confrontando pelo lado direito com terras de Terraville Comércio de Imóveis Ltda., lado esquerdo com terras de Osvaldo Giosele, fazendo o travessão dos fundos com 12,50 metros, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Joinville.

Título de domínio: Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 27.08.1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, Comarca de Joinville – SC – livro 259, fls 163, registrado sob n. R-1-73.620, no livro 2, em 31/08/1993, no Cartório de Registro de Imóveis - 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville.

Dito bem já se acha hipotecado ao Banco do Brasil S.A. pela Cédula de Crédito Industrial 21/90180-5, emitida por Confecções Sirpier Ltda. ME, em 20/05/2002, no valor de R$ 47.314,50 (quarenta e sete mil, trezentos e quatorze reais e cinqüenta centavos) ao prazo total de 05 anos, vencimento em 20/05/2007, registrada sob o nr. R.2-73.620, no livro 2, em 24/05/2002, no Cartório do Registro de Imóveis de Joinville (SC) – 1ª Circunscrição.

Para os fins de direito, integram-se também ao imóvel hipotecado as benfeitorias eventualmente existentes ou que forem a ele acrescidas na vigência desta Cédula.

SEGURO - Obrigamo-nos a segurar os bens constitutivos da garantia, em favor e no interesse do Banco do Brasil S.A., até final liquidação da dívida.

NOVO GRAVAME - Fica estabelecido que não poderei(emos) gravar de qualquer ônus em favor de terceiros, nem arrendar, ceder, transferir ou de qualquer forma alienar, na vigência desta Cédula, os bens constitutivos de garantia.

COTA DE REMIÇÃO - Para remição do bem vinculado à garantia deste Título, obrigamo-nos a recolher 100% (cem por cento) do valor de comercialização do bem a ser liberado.

OBRIGAÇÃO ESPECIAL - GARANTIA - Caso a(s) garantia(s) vier(em) a cair em nível inferior a 100% (cem por cento) do valor do saldo devedor desta dívida, por qualquer razão, inclusive em decorrência de elevação de saldo devedor motivada por débito(s) de encargos financeiros, obrigo-me(amo-nos) a diligenciar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no sentido de restabelecer aquele nível, promovendo, para esse efeito, o necessário reforço de garantia, sob pena de vencimento antecipado da dívida, mediante notificação. Obrigo-me(amo-nos) ainda a: **a)** providenciar, nas épocas próprias os pagamentos de todos os impostos que incidem ou venham a incidir sobre os bens vinculados a garantia deste Instrumento; **b)** manter em perfeito estado de conservação os bens gravados e a permitirem suas livres inspeções por preposto do BANCO; **c)** não alugar, alienar ou onerar os bens gravados sem prévio e expresso consentimento do BANCO, dado por escrito; **d)** manter saldo em conta corrente suficiente para fazer face a todas as despesas que se fizerem necessárias para plena conservação e regularidade de seus direitos creditórios inclusive as despesas de impostos, taxas, custas e emolumentos relativos ao presente Instrumento e respectivo registro no cartório competente; **e)** manter em dia os pagamentos dos salários e quaisquer indenizações devidas a seus empregados, assim como todas as obrigações fiscais, parafiscais e previdenciárias.

COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS - Autorizo(amos) o Banco do Brasil S.A., em caráter irrevogável e irretratável, independentemente de prévio aviso, a proceder à compensação, prevista no Artigo nº 368 do Código Civil Brasileiro, entre o crédito do Banco, correspondente ao saldo devedor apresentado na conta de abertura de crédito, e os créditos de qualquer natureza que tenha(mos) ou venha(mos) a ter junto ao Banco.

COBRANÇA EXTRAJUDICIAL DA DÍVIDA - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que se o Banco do Brasil S.A. tiver despesas referentes à cobrança extrajudicial, tais como, notificação para constituição em mora do devedor, comissão de empresa de cobrança extrajudicial de

- continua na folha nr. 09 -

Poder Judiciário FL. 17
CIRCUNSCRIÇÃO Fls. 09 JOINVILLE-SC REG. IMÓVEIS

Continuação da Cédula de Crédito Bancário nr. 20/02513-0, emitida em 02/12/2005 por Confecções Sirpier Ltda ME, no valor de R$ 149.313,75, com vencimento em 15/12/2010.

dívidas, honorários advocatícios extrajudiciais, estes limitados à 10% (dez por cento) do saldo devedor apurado, aí compreendidos principal, juros e demais despesas, terá direito ao ressarcimento do valor despendido, desde que devidamente comprovado.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que se o Banco do Brasil S.A. tiver de recorrer aos meios judiciais, ainda que em processo falimentar ou concurso de credores, para haver o pagamento de seu crédito, terá direito à pena convencional irredutível de 2% (dois por cento) do saldo devedor apurado, aí compreendidos principal, juros e demais despesas, desde que despachada a petição de cobrança ou de habilitação do crédito, além de honorários advocatícios, a título de sucumbência, a serem fixados pelo juiz da causa.

PLANILHA DE CÁLCULO PARA COBRANÇA - Declaro-me(amo-nos) cientes de que o saldo devedor será demonstrado pelo Banco do Brasil S.A. nos estritos termos desta Cédula de Crédito Bancário, por meio de planilhas de cálculos elaboradas para fins de cobrança judicial ou extrajudicial, que integrarão a presente Cédula para todos os fins de direito, dos quais constarão os lançamentos a débito ou a crédito efetuados em minha(nossa) conta corrente de depósitos, os montantes utilizados, as eventuais amortizações da dívida, os encargos financeiros e os encargos de inadimplemento incidentes sobre o crédito utilizado.

AVALISTAS - Comparecem nesta Cédula de Crédito Bancário, na condição de avalistas, com obrigação sobre a totalidade da dívida, as pessoas indicadas e qualificadas no item 3 do preâmbulo.

FORMALIZAÇÃO - Esta Cédula é emitida em 04 vias, sendo que somente a primeira delas será negociável. As demais vias contém a expressão *via não negociável*.

Esta Cédula poderá ser aditada, retificada e ratificada mediante termo de aditamento escrito, com os requisitos previstos no *caput*, quanto à quantidade de vias e a via negociável, que passará a integrar esta Cédula para todos os fins de direito.

CESSÃO - Declaro-me(amo-nos) ciente(s) de que esta Cédula poderá ser objeto de cessão ou endosso, nos termos do Código Civil e não haverá necessidade de o cessionário ser instituição financeira ou entidade a ela equiparada. O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos do cedente, podendo, inclusive cobrar os juros e demais encargos na forma aqui pactuada. E por ser de minha(nossa) livre e espontânea vontade, assino(amos) esta Cédula de Crédito Bancário em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os fins de direito.

Joinville (SC), 02 de dezembro de 2005.

Emitente:
Confecções Sirpier Ltda ME, sediada em Joinville, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.304.816/0001-60:

FIRMA 2º TABELIONATO RECONHECIDA

Nome: Jam Pierre de Oliveira
CPF: 631.161.979-20

FIRMA 2º TABELIONATO RECONHECIDA

Nome: Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira
CPF: 719.968.189-53

- continua na folha nr. 10 -


2º Tabelionato de Notas
Rua Dona Francisca, 363 - Centro
Fone/Fax: (47) 422-6968
Cep.: 89201-250 - Joinville - Santa Catarina
Reconheço como verdadeira a(s) firma(s) de:
JAM PIERRE DE OLIVEIRA;
SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA;
****
do que dou fé.
Em testemunho da verdade.
Joinville (SC), 05 de dezembro de 2005.
49
Qualquer emenda ou rasura será considerado com indício de adulteração ou tentativa de fraude
Ruth Silva - Tabeliã
Maria Elisa Wetzel da Silva Moreira - Substituta
Yara Silvane Tamanini - Substituta
Cláudia Maria Fuck da Silva - Substituta
Vilma Neidi Gelhardt de Moura - Escrevente
Maria Cláudia Lino da Silva Salfer - Escrevente
Andréa Moreira de Oliveira - Escrevente
SEGUNDO TABELIONATO DE NOTAS
Ofício de Protesto
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SELO DE FISCALIZAÇÃO
2 ATOS
AAE38580
JOINVILLE - SC

1ª CIRCUNSCRIÇÃO Fls. 10 JOINVILLE-SC REG. IMÓVEIS

Continuação da Cédula de Crédito Bancário nr. 20/02513-0, emitida em 02/12/2005 por Confecções Sirpier Ltda ME, no valor de R$ 149.313,75, com vencimento em 15/12/2010.

- folha nr. 10 –

Avalista(s):

FIRMA 2º TABELIONATO RECONHECIDA

Nome: Jam Pierre de Oliveira
CPF: 631.161.979-20

FIRMA 2º TABELIONATO RECONHECIDA

Nome do cônjuge: Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira
CPF: 719.968.189-53

Poder Judiciário FL. 18

Assino esta Cédula de Crédito Bancário, constituindo HIPOTECA do imóvel de minha propriedade, matriculado sob o nr 73.620, no Cartório de Registro de Imóveis de Joinville (SC) – 1ª Circunscrição, em garantia das obrigações assumidas pela Emitente.

FIRMA 2º TABELIONATO RECONHECIDA

Nome: Jam Pierre de Oliveira
CPF: 631.161.979-20

Assino também esta Cédula de Crédito Bancário, na qualidade de cônjuge de Jam Pierre de Oliveira, para declarar que dou o meu consentimento à constituição da garantia descrita na cláusula GARANTIA, a qual abrangerá a totalidade do(s) referido(s) bem(ns), sem exclusão da parte integrante da minha meação.

FIRMA 2º TABELIONATO RECONHECIDA

Nome: Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira
CPF: 719.968.189-53

2º Tabelionato de Notas
Rua Dona Francisca, 363 - Centro
Fone/Fax: (47) 422-6968
Cep.: 89201-250 - Joinville - Santa Catarina

Reconheço como verdadeira a(s) firma(s) de:
JAM PIERRE DE OLIVEIRA;
SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA;
****
do que dou fé.
Em testemunho da verdade.
Joinville (SC), 05 de dezembro de 2005.

49

Qualquer emenda ou rasura será considerado dou... indício de adulteração ou tentativa de fraude.

Ruth Silva - Tabeliã
Maria Elisa Wetzel da Silva Moreira - Substituta
Yara Silvane Tamanini - Substituta
Cláudia Maria Fuck da Silva - Substituta
Vilma Neldi Gelhardt de Moura - Escrevente
Maria Cláudia Lino da Silva Salfer - Escrevente
Andréa Moreira de Oliveira - Escrevente

SEGUNDO TABELIONATO DE NOTAS Ofício de Protestos
Ruth Silva Tabeliã
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SELO DE FISCALIZAÇÃO
SELOS E ATOS AA 98581
Ruth Silva Tabeliã JOINVILLE - SC

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
BEATRIZ Ma. DOUAT LOYOLA
COMARCA DE JOINVILLE - 1ª. CIRCUNSCRIÇÃO
Nº. 186315 Protocolo 1-M Fls. 002-9
Apresentado em 05/12/05
R.3-do matrícula 78.620
de 06/12/05 e
Averbação nº 1.605-6 do
[illegible]

Joinville, 06 de Dezembro de 2005

O Oficial: _____

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SELO DE FISCALIZAÇÃO
Beatriz M. Loyola - Matr. 6622
Registro de Imóveis
Be[illegible] Loyola Lobo
MAIOR
2 ATOS [illegible]ra - Matrícula 6624
AAC 69153
Je[illegible] L. Rosa
ESCREVENTES JURAMENTADOS
1ª. CIRCUNSCRIÇÃO
COMARCA DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

R$ 1.Emol 1.000,60
R$ 360,00 1.140

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF20, Página 1

Livro Nº 2

REGISTRO GERAL

Ficha Nº 01

Ano 1.993.

Matrícula Nº 73.620 Data: 31 de agosto de 1.993.-

IMOVEL:- Um terreno situado nesta cidade, fazendo frente - para a rua Realcy Silveira, com 12,50 metros, tendo de fundos em ambos os lados 41,65 metros, confrontando pelo lado direito com terras de Terraville Comércio de Imóveis Ltda., lado esquerdo com terras de Osvaldo Giosele, fazendo o travessão dos fundos com 12,50metros, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Joinville, contendo a área total de 520,62 metros quadrados.- (Lote 02 do Desmembramento). - BENFEITORIAS:- Não há.- PROPRIETÁRIA:- TERRAVILLE COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA., estabelecida nesta cidade, CGC 83.943.191/0001-52.- REGISTRO ANTERIOR:- Matrícula sob nº. 72.927, do Lº02-RG., - neste cartório.- Oficial

LCM.

R-1:- Em, 31 de agosto de 1.993.- TITULO:- Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos - 27.08.1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca,(Lº. 259, fls.163).- TRANSMITENTE:- TERRAVILLE COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA., já qualificada, no ato representada por seu proprietário ALCEU VALDO JULIANI, brasileiro, do comércio, casado, CPF 059.228.449-20, residente nesta cidade.- ADQUIRENTE:- JAM PIERRE DE OLIVEIRA, brasileiro, bancário, CPF 631.161.979-20, casado com SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, - pelo regime da comunhão universal de bens, na vigência da - lei 6.515/77, residentes nesta cidade.- VALOR:- CR$ 25.500,00(vinte e cinco mil e quinhentos cruzeiros reais).- CONDIÇÕES:- Não há.(17:40hs).-Oficial

LCM.

R-2:-Em, 24 de maio de 2.002.- Pela Cédula de Crédito Industrial nº 21/90180-5, emitida - aos 20.05.2002, nesta cidade, por: CONFECÇÕES SIRPIER LTDA-ME, com sede nesta cidade, CNPJ nº 04.304.816/0001-60, re - presentada por: JAM PIERRE DE OLIVEIRA e SIRLEI LUCIDONIO - MELO DE OLIVEIRA, já qualificados; o proprietário JAM PIERRE DE OLIVEIRA DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE PRIMEIRO GRAU, o- imóvel desta matrícula, ao BANCO DO BRASIL S/A, sociedade - de economia mista, com sede em Brasilia-DF, por sua agência IRIRIU-JOINVILLE-SC, CNPJ nº 00.000.000/4065-70 ou à sua ordem, para garantia do crédito de R$ 47.314,50 (Quarenta e -

Cont. no verso...

Poder Judiciário FL. 19

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS - 1º CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-60
Joinville - Santa Catarina

sete mil, trezentos e quatorze reais e cinquenta centavos), nas condições constantes do registro feito no Livro 3-Auxiliar, sob nº 1.216-C, neste Cartório.-Oficial

6mlc 8550 CRE

R-3-73.620:- Em, 06 de Dezembro de 2.005.-
Pela Cédula de Crédito Bancário nº 20/02513-0, emitida aos 02.12 2005, nesta cidade, por: CONFECÇÕES SIRPIER LTDA.ME, sediada nesta cidade de Joinville-SC, CNPJ 04.304.816/0001-60; o proprietário JAM PIERRE DE OLIVEIRA, CPF 631.161.979-20 e sua mulher SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, CPF 719.968.189-53, DERAM EM HIPOTECA CEDULAR DE SEGUNDO GRAU, o imóvel desta matrícula ao BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, com sede em Brasilia-DF, CNPJ 00.000.000/0001-91, por sua Unidade Regional de - Reestruturação de Ativos Operacionais (URR), CNPJ 00.000.000/4315-08, ou à sua ordem, para garantia do crédito de R$ 49.313,75, (cento e quarenta e nove mil, trezentos e treze reais e setenta e cinco centavos), nas condições constantes feitas no Lº03-Registro Auxiliar, sob nº 1.605-C, neste Cartório.-Prot.18.315,de 05 12.2005.-Oficial

6mlc 14940 CG

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE A PRESENTE CONFERE COM A ORIGINAL EM MEU PODER E A FOTOCÓPIA RETRO É EXTRATO FIÉL DA MESMA, DOU FÉ.

JOINVILLE, 03 DE agosto DE 2006

OFICIAL: Mfernandes

Maria Aparecida F. Fernandes
ESCREVENTE

CUSTAS R$: 5,75 12,15 hs.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Beatriz Mª Doudt Loyola
1º Circunscrição
JOINVILLE - S.C.

Beatriz Mª Doudt Loyola - Mat. 6622
Oficial do Registro de Imóveis
Bel. Joshua Loycla Lobo
OFICIAL MAIOR
Ademir Vieira - Matrícula 6624
ESCREVENTE JURAMENTADO
Maria Aparecida F. Fernandes
ESCREVENTE
1º CIRCUNSCRIÇÃO
COMARCA DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AUTENTICIDADE
AWM94030

BANCO DO BRASIL S.A. SISTEMA CLC - Versao 4.04 FL.1
Extrato de Conta Vinculada 10.07.2006 - 13:28:56 CLC700

Agência.....: 4956-5 Operação.....: 20/02513-0 Variação....: 002 Contratação...: 02.12.2005
Periodicidade: 992 Multa.....: 2.00% Inadimplência : 05.04.2006
Cond.Proagro.: 2
Mutuário.....: **CONFECÇÕES SIRPIER LTDA ME**
Empreend.....: **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**
Observações .: Período de Inadimpl.: Comissão de Perman. + Juros de mora de 1,00% a.a. + Multa de 2,00%

CÁLCULO 002

Data	Histórico	Valor	Saldo
05.04.2006	Saldo Transferido Cálculo 001	-153.838,92 D #	-153.838,92
30.04.2006	Comis. Perman.	-6.986,18 D	-160.825,10
31.05.2006	Comis. Perman.	-8.174,45 D	-168.999,55
30.06.2006	Comis. Perman.	-3.662,69 D	-172.662,24
28.07.2006	Comis. Perman.	-2.755,50 D	-175.417,74
	Juros de Mora	-533,92 D	-175.951,66
	Multa	-3.519,03 D	
	Saldo Devedor Total para Ajuizamento		**-179.470,69**

Carmem Schwarz
Assistente de Operações

Total de Movimentação.....: -153.838,92
Total de Juros de Mora.....: -533,92
Total de Multa.....: -3.519,03
Total de Comissao de Permanencia.....: -21.578,82

ATENCAO : Juros moratorios mensais nao cobrados conforme opcao do Usuario.

Taxas utilizadas no calculo:

FACP de 05.04.2006 : 10,642.75256767
FACP de 30.04.2006 : 11,126.06481089
FACP de 31.05.2006 : 11,691.58247930
FACP de 04.06.2006 : 11,776.22371256
FACPE de 04.06.2006 : 36.43279149
FACPE de 30.06.2006 : 36.95863621
FACPE de 28.07.2006 : 37.54845636

Legenda :

FACP -> Fator Acumulado de Comissao de Permanencia
FACPE -> Fator Acumulado de Comissao de Permanencia - Especial
-> Movimentação

FL. 21

BANCO DO BRASIL S.A. SISTEMA CLC - Versao 4.04 CLC700
Extrato de Conta Vinculada 10.07.2006 - 13:17:46

Agência.....: 4956-5 Operação.....: 20/02513-0 Variação....: 001 Contratação...: 02.12.2005
Periodicidade: 207 Taxa Correção: 100.000%
Cond.Proagro.: 2
Taxa de juros: 19,562% a.a. Capitalização : anual
Mutuário.....: **CONFECÇÕES SIRPIER LTDA ME**
Empreend.....: **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**
Observações .: Período de Normalidade: TR + Juros de 19,562% a.a.

CÁLCULO 001

Data	Histórico	Valor	Saldo
02.12.2005	CAPITAL-IMPL-COMPOSICAO	-149.313,75 D #	-149.313,75
06.12.2005	ACESSORIOS-IOF	-1.984,32 D #	-151.298,07
01.01.2006	Correcao Monetaria	-315,42 D	-151.613,49
	Debito de Juros	-2.466,98 D	-154.080,47
23.01.2006	JUROS-RECEBIDOS	3.395,20 C #	-150.685,27
	CORRECAO-RECEBIDA	457,79 C #	-150.227,48
	CAPITAL - AMORTIZACAO	10,00 C #	-150.217,48
	ACESSORIOS-RECEBIDOS	0,13 C #	-150.217,35
01.02.2006	Correcao Monetaria	-355,53 D	-150.572,88
	Debito de Juros	-2.582,36 D	-153.155,24
15.02.2006	ACESSORIOS-RECEBIDOS	0,13 C #	-153.155,11
	CAPITAL - AMORTIZACAO	10,00 C #	-153.145,11
	CORRECAO-RECEBIDA	319,67 C #	-152.825,44
	JUROS-RECEBIDOS	2.349,91 C #	-150.475,53
01.03.2006	Correcao Monetaria	-110,17 D	-150.585,70
	Debito de Juros	-2.311,30 D	-152.897,00
01.04.2006	Correcao Monetaria	-316,96 D	-153.213,96
	Debito de Juros	-2.580,63 D	-155.794,59
05.04.2006	MULTA CONTRATUAL	-46,18 D #	-155.840,77
	CAPITAL - AMORTIZACAO	10,00 C #	-155.830,77
	ACESSORIOS-RECEBIDOS	46,31 C #	-155.784,46
	CORRECAO-RECEBIDA	96,82 C #	-155.687,64
	JUROS-RECEBIDOS	2.202,14 C #	-153.485,50
	Correcao Monetaria	-14,79 D	-153.500,29
	Debito de Juros	-338,63 D	
	Saldo Devedor		-153.838,92

********** CONTINUA NO CÁLCULO 002...**********

Carmem Schwartz
Assistente de Operações

Total de CAPITAL-IMPL-COMPOSICAO.....:	-149.313,75
Total de ACESSORIOS-IOF.....:	-1.984,32
Total de JUROS-RECEBIDOS.....:	7.947,25
Total de CORRECAO-RECEBIDA.....:	874,28
Total de CAPITAL - AMORTIZACAO.....:	30,00
Total de ACESSORIOS-RECEBIDOS.....:	46,57
Total de MULTA CONTRATUAL.....:	-46,18
Total de Correcao Monetaria.....:	-1.112,87
Total de Juros.....:	-10.279,90

Taxas utilizadas no calculo:

TRDB	de 02.12.2005 :	0.2082	DUTR = 21	TRDB	de 06.12.2005 :	0.2777	DUTR = 23
TRDB	de 01.01.2006 :	0.2326	DUTR = 22	TRDB	de 01.02.2006 :	0.0725	DUTR = 18
TRDB	de 01.03.2006 :	0.2073	DUTR = 23	TRDB	de 01.04.2006 :	0.0855	DUTR = 18

Legenda :

TRDB -> Taxa Referencial - Data Base
-> Movimentação

BESC | 027-2 |

Instruções para Pagamento
Até o vencimento, ou no 1º dia útil seguinte, se aquele não o for, poderá ser pago em qualquer banco participante da Compensação de Cobrança.
Após o vencimento, somente nas agências do BESC.

RECIBO DO SACADO

Cedente				Agência/Código Cedente	Vencimento
TRIBUNAL DE JUSTIÇA				21864-20	NA APRESENTAÇÃO
Data do Documento	Nº do Documento	Espécie Doc	Aceite	Data do Processamento	Nosso Número
03/08/2006	038.06.046696-8	GRJ	N	03/08/2006	03811.1428.2013.837
Nº da Conta/Respo.	Carteira / Espécie	Quantidade		Valor	(=) Valor do Documento
	25 R$				1.999,79

Instruções:
Bloqueto válido por 30 dias.
TRX 336

Requerente: Banco do Brasil S/A
Requerido: Confecções Sirpier Ltda ME e outros
Valor da ação: 179.470,69 Percentual de cálculo: 100%
Classe: Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimento
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(+) Valor Cobrado

Sacado:
Banco do Brasil S/A

Sacador/Avalista: *Código da Baixa*

Autenticação Mecânica

Recebimento através do cheque nº
do banco
Esta quitação só terá validade após o pagamento do cheque pelo banco sacado.

Poder Judiciário FL. 22

FICHA DE CAIXA

BESC | 027-2 |

Cedente				Agência/Código Cedente	Vencimento
TRIBUNAL DE JUSTIÇA				21864-20	NA APRESENTAÇÃO
Data do Documento	Nº do Documento	Espécie Doc	Aceite	Data do Processamento	Nosso Número
03/08/2006	038.06.046696-8	GRJ	N	03/08/2006	03811.1428.2013.837
Nº da Conta/Respo.	Carteira / Espécie	Quantidade		Valor	(=) Valor do Documento
	25 R$				1.999,79

Instruções:
Bloqueto válido por 30 dias.
TRX 336

Requerente: Banco do Brasil S/A
Requerido: Confecções Sirpier Ltda ME e outros
Valor da ação: 179.470,69 Percentual de cálculo: 100%
Classe: Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimento
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(+) Valor Cobrado

Sacado:
Banco do Brasil S/A

Sacador/Avalista: *Código da Baixa*

Autenticação Mecânica

07/08/2006 BANCO DO BRASIL - 16:52:07
315511290 0495

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO ESTADO DE SANTA CATAR

02792186480382511142482013027428132520000199979
DATA DO PAGAMENTO 07/08/2006
VALOR DO DOCUMENTO 1.999,79
VALOR COBRADO 1.999,79

NR.AUTENTICACAO 2.94A.6DA.403.4C0.882

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Fl. 23

Autos nº 038.06.046696-8
Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda Me e outros

R.H.

Expeça-se mandado de citação e penhora.

Para as hipóteses de pagamento ou de não oferecimento de embargos, fixo desde já os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do débito.

Cumpra-se.

Joinville (SC), 12 de dezembro de 2006.

Yhon Tostes
JUIZ DE DIREITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 24

MANDADO DE EXECUÇÃO

GRJ n. 1142820-13/ R$ 1999,79

Autos n° 038.06.046696-8
Mandado 1 - Zona 04
Oficial de Justiça: (0)
Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda Me e outros

O(A) Doutor(a) Yhon Tostes, Juiz de Direito da(o) 5ª Vara Cível, da Comarca de Joinville, na forma da lei, etc.

MANDA o Senhor Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A CITAÇÃO DO EXECUTADO**, para que pague, dentro de 3 (três) dias, o principal e cominações legais, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida. Se o citando não pagar, **PROCEDA À PENHORA, AO DEPÓSITO E À AVALIAÇÃO** de bens de sua propriedade. Após, **EFETUE A INTIMAÇÃO DO EXECUTADO** da penhora e avaliação. Não encontrando quaisquer bens penhoráveis, proceda à descrição na certidão dos que guarnecem a residência ou o estabelecimento do devedor (art. 659, § 3°, do CPC). Não sendo encontrado o executado, **PROCEDA AO ARRESTO** de bens pertencentes ao mesmo, como a sua intimação, nos moldes do art. 653 do CPC. O executado, independente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de **EMBARGOS**, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado de citação aos autos (art. 738 do CPC, com redação dada pela Lei n. 11.382/06).

VALOR DO DÉBITO: R$ 179.470,69 + acréscimos legais.

DATA DO CÁLCULO: 03/08/2006. (fl. 05)

OBSERVAÇÃO: Recaindo a penhora em bens imóveis, deverá ser procedida, igualmente, a intimação do cônjuge do executado.

ADVERTÊNCIA: No mandado de citação, faça-se constar a advertência legal que a parte executada poderá opor-se à Execução por meio de Embargos, independente de penhora, depósito ou caução, desde que oferecidos no prazo de 15 dias, a contar da data da juntada aos autos do mandado de citação (CPC, arts. 736 c/c 738).8. Faça constar também a advertência de que no caso de Embargos manifestamente protelatórios, será imposta multa de até 20% do valor da Execução (parágrafo único do art. 740 do CPC). De igual forma, no prazo dos Embargos poderá o Executado requerer seja admitido a pagar a dívida em 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento ao mês), desde que, em tal requerimento, reconheça o crédito de Exeqüente e comprove o depósito de 30% do valor da Execução, inclusive custas e honorários de advogado (CPC, art. 745-A).

Destinatário

Confeccoes Sirpier Ltda Me, rua Emilio Landmann, 649, Sala 2, Aventureiro - CEP 89.226-030, Joinville-SC

Jam Pierre de Oliveira, Rua: Realcy Silveira, 1035, Aventureiro - CEP 89.226-280, Fone (047), Joinville-SC, CPF 631.161.979-20, RG 2/R 2196646 e

Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira, rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro - CEP 89.226-280, Joinville-SC, CPF 719.968.189-53.

Eu, Tatiane Abel da Silva, o digitei, e eu, _____, Flávia Tschoeke, Escrivã Judicial, o conferi e subscrevi. Joinville (SC), 16 de fevereiro de 2007.

Yhon Tostes
Juiz de Direito

Endereço: Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Bairro Saguaçu - CEP 89.221-902, Joinville-SC - E-mail: jveciv5@tj.sc.gov.br

JUNTADA

Faço juntada mandado
fls. 25126
que segue(m).

EM 16 MAI 2007

Assinatura
e carimbo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 25

MANDADO DE EXECUÇÃO

GRJ n. 1142820-13/ R$ 1999,79

Autos n° 038.06.046696-8
Mandado 1 - Zona 04
Oficial de Justiça: (0) Valter
Ação: **Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução**
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda Me e outros

O(A) Doutor(a) Yhon Tostes, Juiz de Direito da(o) 5ª Vara Cível, da Comarca de Joinville, na forma da lei, etc.

MANDA o Senhor Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A CITAÇÃO DO EXECUTADO**, para que pague, dentro de 3 (três) dias, o principal e cominações legais, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida. Se o citando não pagar, **PROCEDA À PENHORA, AO DEPÓSITO E À AVALIAÇÃO** de bens de sua propriedade. Após, **EFETUE A INTIMAÇÃO DO EXECUTADO** da penhora e avaliação. Não encontrando quaisquer bens penhoráveis, proceda à descrição na certidão dos que guarnecem a residência ou o estabelecimento do devedor (art. 659, § 3º, do CPC). Não sendo encontrado o executado, **PROCEDA AO ARRESTO** de bens pertencentes ao mesmo, como a sua intimação, nos moldes do art. 653 do CPC. O executado, independente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de **EMBARGOS**, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado de citação aos autos (art. 738 do CPC, com redação dada pela Lei n. 11.382/06).

VALOR DO DÉBITO: R$ 179.470,69 + acréscimos legais.

DATA DO CÁLCULO: 03/08/2006. (fl. 05)

OBSERVAÇÃO: Recaindo a penhora em bens imóveis, deverá ser procedida, igualmente, a intimação do cônjuge do executado.

ADVERTÊNCIA: No mandado de citação, faça-se constar a advertência legal que a parte executada poderá opor-se à Execução por meio de Embargos, independente de penhora, depósito ou caução, desde que oferecidos no prazo de 15 dias, a contar da data da juntada aos autos do mandado de citação (CPC, arts. 736 c/c 738).8. Faça constar também a advertência de que no caso de Embargos manifestamente protelatórios, será imposta multa de até 20% do valor da Execução (parágrafo único do art. 740 do CPC). De igual forma, no prazo dos Embargos poderá o Executado requerer seja admitido a pagar a dívida em 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento ao mês), desde que, em tal requerimento, reconheça o crédito de Exeqüente e comprove o depósito de 30% do valor da Execução, inclusive custas e honorários de advogado (CPC, art. 745-A).

Destinatário

Confeccoes Sirpier Ltda Me, rua Emilio Landmann, 649, Sala 2, Aventureiro - CEP 89.226-030, Joinville-SC
Jam Pierre de Oliveira, Rua: Realcy Silveira, 1035, Aventureiro - CEP 89.226-280, Fone (047), Joinville-SC, CPF 631.161.979-20, RG 2/R 2196646 e
Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira, rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro - CEP 89.226-280, Joinville-SC, CPF 719.968.189-53.

Eu, Tatiane Abel da Silva, o digitei, e eu, _____, Flávia Tschoeke, Escrivã Judicial, o conferi e subscrevi. Joinville (SC), 16 de fevereiro de 2007.

Yhon Tostes
Juiz de Direito

Endereço: Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Bairro Saguaçu - CEP 89.221-902, Joinville-SC - E-mail: jveciv5@tj.sc.gov.br

Central de Mandados

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, CERT29, Página 1

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 26

CERTIDÃO

Autos n° 038.06.046696-8
Mandado n° 1 -
Oficial de Justiça: Valter Guntert (5933)

Certifico que, em cumprimento ao mandado extraído dos autos mencionados, compareci no local indicado e após as formalidades legais, **procedi a citação** de **Confeccoes Sirpier Ltda Me**, nas pessoas de seus representantes legais, Srs. Jam Pierre de Oliveira e Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira, e após terem tomado ciência do inteiro teor do mandado e das peças processuais que o acompanham, aceitaram a contrafé que ofereci, exarando suas assinaturas. Dou fé.

Diligências: 01

Joinville, 14 de maio de 2007.

Valter Güntert
Oficial de Justiça-Matr. 5933

Cole esta parte
na pasta

JUNTADA

Faço juntada do mandado

que segue(m).

EM 26 JUN 2007

Assinatura e carimbo

Cole esta parte na pasta

SISJ/10478

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Fl. 27

MANDADO DE EXECUÇÃO

GRJ n. 1142820-13/ R$ 1999,79

Autos n° 038.06.046696-8
Mandado 1 - Zona 04
Oficial de Justiça: (0)
Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda Me e outros

O(A) Doutor(a) Yhon Tostes, Juiz de Direito da(o) 5ª Vara Cível, da Comarca de Joinville, na forma da lei, etc.

MANDA o Senhor Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A CITAÇÃO DO EXECUTADO**, para que pague, dentro de 3 (três) dias, o principal e cominações legais, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida. Se o citando não pagar, **PROCEDA À PENHORA, AO DEPÓSITO E À AVALIAÇÃO** de bens de sua propriedade. Após, **EFETUE A INTIMAÇÃO DO EXECUTADO** da penhora e avaliação. Não encontrando quaisquer bens penhoráveis, proceda à descrição na certidão dos que guarnecem a residência ou o estabelecimento do devedor (art. 659, § 3°, do CPC). Não sendo encontrado o executado, **PROCEDA AO ARRESTO** de bens pertencentes ao mesmo, como a sua intimação, nos moldes do art. 653 do CPC. O executado, independente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de **EMBARGOS**, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado de citação aos autos (art. 738 do CPC, com redação dada pela Lei n. 11.382/06).

VALOR DO DÉBITO: R$ 179.470,69 + acréscimos legais.
DATA DO CÁLCULO: 03/08/2006. (fl. 05)
OBSERVAÇÃO: Recaindo a penhora em bens imóveis, deverá ser procedida, igualmente, a intimação do cônjuge do executado.
ADVERTÊNCIA: No mandado de citação, faça-se constar a advertência legal que a parte executada poderá opor-se à Execução por meio de Embargos, independente de penhora, depósito ou caução, desde que oferecidos no prazo de 15 dias, a contar da data da juntada aos autos do mandado de citação (CPC, arts. 736 c/c 738).8. Faça constar também a advertência de que no caso de Embargos manifestamente protelatórios, será imposta multa de até 20% do valor da Execução (parágrafo único do art. 740 do CPC). De igual forma, no prazo dos Embargos poderá o Executado requerer seja admitido a pagar a dívida em 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento ao mês), desde que, em tal requerimento, reconheça o crédito de Exeqüente e comprove o depósito de 30% do valor da Execução, inclusive custas e honorários de advogado (CPC, art. 745-A).

Destinatário

Confeccoes Sirpier Ltda Me, rua Emilio Landmann, 649, Sala 2, Aventureiro - CEP 89.226-030, Joinville-SC
Jam Pierre de Oliveira, Rua: Realcy Silveira, 1035, Aventureiro - CEP 89.226-280, Fone (047), Joinville-SC, CPF 631.161.979-20, RG 2/R 2196646 e
Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira, rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro - CEP 89.226-280, Joinville-SC, CPF 719.968.189-53.

Eu, Tatiane Abél da Silva, o digitei, e eu, _____, Flávia Tschoeke, Escrivã Judicial, o conferi e subscrevi. Joinville (SC), 16 de fevereiro de 2007.

Yhon Tostes
Juiz de Direito

Endereço: Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Bairro Saguaçu - CEP 89.221-902, Joinville-SC - E-mail: jveciv5@tj.sc.gov.br

Recebi em 14/05/07

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 28

AUTO DE PENHORA E DEPÓSITO

Autos nº 038.06.046696-8
Mandado nº 1 - ___
Oficial de Justiça: Valter Guntert (5933)

Aos 17/05/2007, nesta Cidade e Comarca de Joinville, Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao mandado extraído dos autos do processo epigrafado, me dirigi ao local indicado e, após as formalidades legais, **procedi a penhora** do(s) bem(ns) abaixo descrito(s). A seguir, **depositei o(s) referido(s) bem(ns) penhorado(s)** em mãos de JIM Pierre de Oliveira, o(a) qual passará a se responsabilizar pela guarda e conservação das coisas, não abrindo mão das mesmas sem ordem expressa da autoridade judiciária responsável e sob as penalidades da lei.

Rol de Bens

- um terreno, situado nesta cidade, fazendo frente para a Rua Reitor Silveira, com 12,50 mts, tendo de fundos em ambos os lados 41,65 mts, fazendo travessão dos fundos com 12,50 mts área total 520,62 m². Matrícula sob o nº. 27.695. (com edificação de um sobrado com área de 420 m²).

E, para constar, foi determinada a lavratura do presente auto, que vai assinado por mim, Oficial de Justiça-Matr. 5933, pelo(a) Depositário(a) e pelas testemunhas presentes.

Valter Guntert
Oficial de Justiça-Matr. 5933

Depositário

Cole esta parte na pasta

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 29

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Autos nº 038.06.046696-8
Mandado nº ____.
Oficial de Justiça: Valter Guntert (5933)

Aos 17/05/2007, nesta Comarca de Joinville, Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao mandado extraído dos autos mencionados, compareci no local indicado e após as formalidades legais, **procedi a Avaliação do(s) seguinte(s) bem(ns):**

BEM(NS):

- um terreno, situado nesta cidade, fazendo frente para a Rua Relcy Silveira, com área total de 520,62 m². Matrícula n. 27.695. O terreno está edificado com um sobrado com área de 420 m².

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil) reais.

Procedida à penhora de bens, conforme auto anexo e a avaliação supra, **efetuei a intimação** de JAM Pierre de Oliveira
que bem ciente ficou do inteiro teor do auto de penhora e do prazo para interposição de embargos. Dou fé.

Lavrei o presente laudo que subscrevo.

Valter Guntert
Valter Guntert
Oficial de Justiça-Matr. 5933

Executado

Poder Judiciário
Santa Catarina
fls. 30

CERTIDÃO

Autos n° 038.06.046696-8
Mandado n° 1 -
Oficial de Justiça: Valter Guntert (5933)

Certifico que, em cumprimento ao mandado extraído dos autos mencionados, procedida a citação, conforme mandado já entregue em cartório, compareci no local indicado e após as formalidades legais, **procedi à penhora, ao depósito e a avaliação**, conforme auto anexo, e **efetuei a intimação** de **Confeccoes Sirpier Ltda Me, Jam Pierre de Oliveira e Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira**, que bem ciente ficou do inteiro teor do auto de penhora, exarando sua assinatura. Dou fé.

Diligências: 03

Joinville, 18 de maio de 2007.

Valter Güntert
Oficial de Justiça-Matr. 5933

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Fl. 31

CERTIDÃO

Certifico que o prazo decorreu sem oferecimento de manifestação pelo executado acerca da certidão de fls. 26.

Joinville, 26/06/2007.

Tatiane Abel da Silva

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Fl. 32

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

Conforme o Manual de Procedimentos do Cartório Cível, pratiquei o ato processual abaixo:

⇒ **Fica intimado o procurador do exeqüente sobre a avaliação do bem penhorado de fl. 29. Prazo: 05 dias.**

Joinville, 13/08/2007.

Flávia Tschoeke
Téc. Jud. Auxiliar - mat. 12967

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 33

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0247/2007, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Mario Vicente dos Passos (OAB 007.724-A/SC)	D.J.

Teor do ato: "Fica intimado o procurador do exeqüente sobre a avaliação do bem penhorado de fl. 29. Prazo: 05 dias."

Do que dou fé.
Joinville, 5 de novembro de 2007.

Escrivã(o) Judicial

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 34

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que a intimação do ato abaixo, constante da relação nº 0247/2007, foi publicada no Diário da Justiça nº 325, do dia 07/11/2007, página 438/439, com início do prazo em 08/11/2007, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Mario Vicente dos Passos (OAB 007.724-A/SC)	5	12/11/2007

Teor do ato: "Fica intimado o procurador do exeqüente sobre a avaliação do bem penhorado de fl. 29. Prazo: 05 dias."

Do que dou fé.
Joinville, 7 de novembro de 2007.

Escrivã(o) Judicial

CARGA

CERTIFICO que, nesta data, os presentes autos, contendo 34 folhas, foram entregues a(o) Maria M. S. Pillon, referente carga nº 2007.111986, do livro respectivo, ficando o(a) mesmo(a) intimado(a) de todos os demais atos do processo. Era o que me cumpria certificar. O referido é verdade e dou fé. 12 de 11 de 07.

(Assinatura e carimbo)

RECEBIMENTO

Recebi _____.

EM 16 JAN 2008

Assinatura e carimbo

CARGA RÁPIDA – 5ª VARA CÍVEL

Em 24 de 03 de 08, às 17:51 entreguei os presentes autos para Dr. Mario Vicente dos Passos mediante apresentação de autorização. Eu, _____, o subscrevo.

JUNTADA

Faço juntada de petição que segue(m). fls. 135

EM 01 ABR 2008

Assinatura e carimbo

RECEBIMENTO

Recebi _____.

EM 24 MAR 2008

Assinatura e carimbo

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 35

Passos & Pillon Advogados Associados S/C

MARIO VICENTE DOS PASSOS
OAB/SC 7724-A

MARTA S. SCOLARI PILLON
OAB/SC 15853-B

SIMONE SOARES PERBONI
OAB/SC 17206.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA QUINTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOINVILLE/SC.

AUTOS Nº 038.06.046696-8

BANCO DO BRASIL S/A, qualificado nos autos supra mencionados, de Ação de Execução, movida contra **CONFECÇÕES SIRPIER LTDA ME E OUTROS,** igualmente qualificados, em trâmite perante este juízo e escrivania do cível, vem, por seus advogados adiante firmados, manifestar a concordância com a avaliação feita às folhas 29.

Requer-se, assim, a designação de datas para realização de praça/leilão.

Pede deferimento.

Joinville, 15 de janeiro de 2.008.

Mário Vicente dos Passos
OAB/SC. 7724-A

Marta S. Scolari Pillon
OAB/SC-15853-B

Simone Soares Perboni
OAB/SC 17206

PJ COMARCA DE JLLE 15/JAN/2008 17:36 128480

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 36

MANDADO DE INTIMAÇÃO

GRJ 1142820-13 **"MUTIRÃO"**
Autos nº 038.06.046696-8
Mandado 2 - Zona 04
Oficial de Justiça: (0)

Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

O(A) Doutor(a) Yhon Tostes, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, da Comarca de Joinville, na forma da lei, etc.

MANDA o Senhor Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A INTIMAÇÃO,** da(s) pessoa(s) a seguir relacionada(s), para que compareçam na audiência designada, junto à Sala de Audiências deste Juízo de Direito.

AUDIÊNCIA: Conciliatória
DATA: 30/05/2008 às 16:00h Audiências da 5ª Vara Cível
LOCAL: Sala de audiências da 5ª Vara Cível, Comarca de Joinville - Endereço: Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Bairro Saguaçu - CEP 89.221-902, Joinville-SC - E-mail: jveciv5@tj.sc.gov.br.
ADVERTÊNCIA: A(s) parte(s) deverá(ão) comparecer para prestar(em) depoimento pessoal, sob pena de se presumirem confessados os fatos contra ela alegados (art. 343, §§ 1º e 2º, do CPC).
OBSERVAÇÃO: Não obtida a conciliação o processo seguirá o trâmite normal, independentemente de nova intimação.

Destinatário
Executado: **Confeccoes Sirpier Ltda,** com endereço à rua Emilio Landmann, 649, Sala 2, Aventureiro, CEP 89.226-030, Joinville-SC
Executado: **Jam Pierre de Oliveira**, com endereço à Rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro, CEP 89.226-280, Fone: (047), Joinville-SC e
Executado: **Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira,** com endereço à Rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro, CEP 89.226-280, Joinville-SC

Eu, Roseli Aparecida de Liz Ribeiro de Souza, o digitei, e eu, _____, Fabrício Costa Mello, Escrivão Judicial, o conferi e subscrevi. Joinville (SC), 07 de abril de 2008.

Fabrício Costa Mello
Escrivão Judicial - Mat. 14.911

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 31

MANDADO DE INTIMAÇÃO

GRJ 1142820-13 **"MUTIRÃO"**
Autos n° 038.06.046696-8
Mandado 3 - Zona 10
Oficial de Justiça: (0)

Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

O(A) Doutor(a) Yhon Tostes, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, da Comarca de Joinville, na forma da lei, etc.

MANDA o Senhor Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A INTIMAÇÃO,** da(s) pessoa(s) a seguir relacionada(s), para que compareçam na audiência designada, junto à Sala de Audiências deste Juízo de Direito.

AUDIÊNCIA: Conciliatória
DATA: 30/05/2008 às 16:00h Audiências da 5ª Vara Cível
LOCAL: Sala de audiências da 5ª Vara Cível, Comarca de Joinville - Endereço: Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Bairro Saguaçu - CEP 89.221-902, Joinville-SC - E-mail: jveciv5@tj.sc.gov.br.
ADVERTÊNCIA: A(s) parte(s) deverá(ão) comparecer para prestar(em) depoimento pessoal, sob pena de se presumirem confessados os fatos contra ela alegados (art. 343, §§ 1° e 2°, do CPC).
OBSERVAÇÃO: Não obtida a conciliação o processo seguirá o trâmite normal, independentemente de nova intimação.

Destinatário

Exequente: **Banco do Brasil S/A**, com endereço à Rua Luiz Niemeyer, 54, centro, CEP 89.201-060, Joinville-SC

Eu, Roseli Aparecida de Liz Ribeiro de Souza, o digitei, e eu, _____, Fabrício Costa Mello, Escrivão Judicial, o conferi e subscrevi. Joinville (SC), 07 de abril de 2008.

Fabrício Costa Mello
Escrivão Judicial - Mat. 14.911

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Fl. 38

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

Conforme o Manual de Procedimentos do Cartório Cível, pratiquei o ato processual abaixo:

⇒ **Ficam intimadas as partes, nas pessoas de seus advogados, para a realização da Audiência do Mutirão de Conciliação, que ocorrerá no dia 30/05/2008, às 16:00h, na sala de audiência da 5ª Vara Cível.**

Joinville, 10/04/2008.

Roseli Aparecida de Liz Ribeiro de Souza

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 39

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que a intimação do ato abaixo, constante da relação nº 0067/2008, foi publicada no Diário da Justiça nº 421, do dia 14/04/2008, página 361/362, com início do prazo em 15/04/2008, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
21/04/2008 - Tiradentes - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Mario Vicente dos Passos (OAB 007.724-A/SC)	5	22/04/2008

Teor do ato: "Ficam intimadas as partes, nas pessoas de seus advogados, para a realização da Audiência do Mutirão de Conciliação, que ocorrerá no dia 30/05/2008, às 16:00h, na sala de audiência da 5ª Vara Cível."

Do que dou fé.
Joinville, 14 de abril de 2008.

Escrivã(o) Judicial

JUNTADA

Faço juntada MANDADO 3

que segue(m).

EM 16 ABR 2008

Assinatura e carimbo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Bradesco CORRESPONDÊNCIA 10 ABR 2008 RECEBIDA

Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina Fls. 40

MANDADO DE INTIMAÇÃO "MUTIRÃO"

GRJ 1142820-13
Autos n° 038.06.046696-8
Mandado 3 - Zona 10
Oficial de Justiça: (0)

Roald Nunes Amaral Gurgel
Gerente Geral UA

Recebido em 14.04.08

Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

O(A) Doutor(a) Yhon Tostes, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, da Comarca de Joinville, na forma da lei, etc.

MANDA o Senhor Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A INTIMAÇÃO,** da(s) pessoa(s) a seguir relacionada(s), para que compareçam na audiência designada, junto à Sala de Audiências deste Juízo de Direito.

AUDIÊNCIA: Conciliatória
DATA: 30/05/2008 às 16:00h Audiências da 5ª Vara Cível
LOCAL: Sala de audiências da 5ª Vara Cível, Comarca de Joinville - Endereço: Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Bairro Saguaçu - CEP 89.221-902, Joinville-SC - E-mail: jveciv5@tj.sc.gov.br.
ADVERTÊNCIA: A(s) parte(s) deverá(ão) comparecer para prestar(em) depoimento pessoal, sob pena de se presumirem confessados os fatos contra ela alegados (art. 343, §§ 1º e 2º, do CPC).
OBSERVAÇÃO: Não obtida a conciliação o processo seguirá o trâmite normal, independentemente de nova intimação.

Destinatário

Exequente: **Banco do Brasil S/A**, com endereço à Rua Luiz Niemeyer, 54, centro, CEP 89.201-060, Joinville-SC

Eu, Roseli Aparecida de Liz Ribeiro de Souza, o digitei, e eu, _____, Fabrício Costa Mello, Escrivão Judicial, o conferi e subscrevi. Joinville (SC), 07 de abril de 2008.

Central Mandados

Fabrício Costa Mello
Escrivão Judicial - Mat. 14.911

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 41

CERTIDÃO

Autos n° 038.06.046696-8
Mandado n° 3 -
Oficial de Justiça: Sionei Flores (115)

Certifico que, em cumprimento ao mandado extraído dos autos mencionados, compareci no local indicado e após as formalidades legais, procedi a intimação da Exequente Banco do Brasil S/A, na pessoa de seu representante legal,que bem ciente ficou do inteiro teor do mandado, aceitou a contrafé que ofereci, em seguida passando sua assinatura. Dou fé.
Diligências: 01

Joinville, 14 de abril de 2008.

Sionei Flores
Oficial de Justiça - Mat. 1555

JUNTADA

Faço juntada MANDADO

que segue(m).

EM 16 ABR 2008

Assinatura e carimbo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Fls. 42

MANDADO DE INTIMAÇÃO

GRJ 1142820-13 **"MUTIRÃO"**
Autos n° 038.06.046696-8
Mandado 2 - Zona 04
Oficial de Justiça: (0) Londozo

Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

O(A) Doutor(a) Yhon Tostes, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, da Comarca de Joinville, na forma da lei, etc.

MANDA o Senhor Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A INTIMAÇÃO,** da(s) pessoa(s) a seguir relacionada(s), para que compareçam na audiência designada, junto à Sala de Audiências deste Juízo de Direito.

AUDIÊNCIA: Conciliatória
DATA: 30/05/2008 às 16:00h Audiências da 5ª Vara Cível
LOCAL: Sala de audiências da 5ª Vara Cível, Comarca de Joinville - Endereço: Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Bairro Saguaçu - CEP 89.221-902, Joinville-SC - E-mail: jveciv5@tj.sc.gov.br.
ADVERTÊNCIA: A(s) parte(s) deverá(ão) comparecer para prestar(em) depoimento pessoal, sob pena de se presumirem confessados os fatos contra ela alegados (art. 343, §§ 1° e 2°, do CPC).
OBSERVAÇÃO: Não obtida a conciliação o processo seguirá o trâmite normal, independentemente de nova intimação.

293

4

Destinatário
Executado: **Confeccoes Sirpier Ltda,** com endereço à rua Emilio Landmann, 649, Sala 2, Aventureiro, CEP 89.226-030, Joinville-SC
Executado: **Jam Pierre de Oliveira,** com endereço à Rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro, CEP 89.226-280, Fone: (047), Joinville-SC e
Executado: **Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira,** com endereço à Rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro, CEP 89.226-280, Joinville-SC

Eu, Roseli Aparecida de Liz Ribeiro de Souza, o digitei, e eu, _____, Fabrício Costa Mello, Escrivão Judicial, o conferi e subscrevi. Joinville (SC), 07 de abril de 2008.

Fabrício Costa Mello
Escrivão Judicial - Mat. 14.911

Central Mandados

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 43

CERTIDÃO

Autos n° 038.06.046696-8
Mandado n° 2 -
Oficial de Justiça: Carlos Roberto Cardozo (13)

Certifico que, em cumprimento ao mandado extraído dos autos mencionados, compareci no local indicado e após as formalidades legais, deixei de proceder a intimação de **Confeccoes Sirpier Ltda, Jam Pierre de Oliveira e Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira**, em virtude de não mais encontrarem-se nos endereços declinados, sendo no lugar da empresa existe Igreja Batista Renovada, no endereço residencial encontrei apenas a Sra. Silvana, que disse os réus separaram-se, mudando para lugar ignorado. Dou fé.

Diligências: 03 Aventureiro

Joinville, 15 de abril de 2008.

Carlos Roberto Cardozo
Oficial de Justiça - Mat. 1896

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 44

Ofício nº 038060466968-000-001 Joinville, 29 de abril de 2008.

Autos n° 038.06.046696-8

Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente carta de intimação com aviso de recebimento (AR), fica o destinatário desta INTIMADO para comparecer na audiência designada, junto à Sala de Audiências deste Juízo de Direito.

AUDIÊNCIA: Conciliatória
DATA: 30/05/2008 às 16:00h Audiências da 5ª Vara Cível
LOCAL: Sala de audiências da 5ª Vara Cível, Comarca de Joinville- Endereço:Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Bairro Saguaçu - CEP 89.221-902, Joinville-SC - E-mail: jveciv5@tj.sc.gov.br.
ADVERTÊNCIA: A(s) parte(s), deverá(ão) comparecer para prestar(em) depoimento pessoal, sob pena de presumirem-se confessados os fatos contra ela alegados (art. 343, §§ 1° e 2°, do CPC).

Fabrício Costa Mello
Escrivão Judicial

Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira
Rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro
Joinville-SC
CEP 89.226-280
ralrs

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 45

Ofício nº 038060466968-000-002 Joinville, 29 de abril de 2008.

Autos n° 038.06.046696-8

Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente carta de intimação com aviso de recebimento (AR), fica o destinatário desta INTIMADO para comparecer na audiência designada, junto à Sala de Audiências deste Juízo de Direito.

AUDIÊNCIA: Conciliatória
DATA: 30/05/2008 às 16:00h Audiências da 5ª Vara Cível
LOCAL: Sala de audiências da 5ª Vara Cível, Comarca de Joinville- Endereço:Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Bairro Saguaçu - CEP 89.221-902, Joinville-SC - E-mail: jveciv5@tj.sc.gov.br.
ADVERTÊNCIA: A(s) parte(s), deverá(ão) comparecer para prestar(em) depoimento pessoal, sob pena de presumirem-se confessados os fatos contra ela alegados (art. 343, §§ 1° e 2°, do CPC).

Fabrício Costa Mello
Escrivão Judicial

Jam Pierre de Oliveira
Rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro
Joinville-SC
CEP 89.226-280
ralrs

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 46

Ofício nº 038060466968-000-003 Joinville, 29 de abril de 2008.

Autos nº 038.06.046696-8

Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente carta de intimação com aviso de recebimento (AR), fica o destinatário desta INTIMADO para comparecer na audiência designada, junto à Sala de Audiências deste Juízo de Direito.

AUDIÊNCIA: Conciliatória
DATA: 30/05/2008 às 16:00h Audiências da 5ª Vara Cível
LOCAL: Sala de audiências da 5ª Vara Cível, Comarca de Joinville- Endereço:Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Bairro Saguaçu - CEP 89.221-902, Joinville-SC - E-mail: jveciv5@tj.sc.gov.br.
ADVERTÊNCIA: A(s) parte(s), deverá(ão) comparecer para prestar(em) depoimento pessoal, sob pena de presumirem-se confessados os fatos contra ela alegados (art. 343, §§ 1º e 2º, do CPC).

Fabrício Costa Mello
Escrivão Judicial

Confeccoes Sirpier Ltda
Rua: Realcy Silveira, 1035, Representante **Jam Pierre de Oliveira**, Aventureiro
Joinville-SC
CEP 89.226-280
ralrs

JUNTADA DE AVISO DE RECEBIMENTO

Em 07 de maio de 2008 faço a juntada a estes autos, do aviso de recebimento referente ao ofício n. Intimação para Comparecimento em Audiência - Partes_Advogados [038.06.046696-8_000], do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, _____, o subscrevo.

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 47

CORREIOS **AR** *AVISO DE RECEBIMENTO*

DESTINATÁRIO
Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira
Rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro
89.226-280, Joinville, SC

MUTIRÃO 2008

AR955124208TJ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
5º Cartório Cível
Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Saguaçu
89.221-902, Joinville, SC

MP JOINVILLE
ACS
30 ABR 2008
CARTA
99093-0-CR/08-DR/SC
CORREIOS

MP 293

CDD JOINVILLE LESTE
05 MAI 2008

TENTATIVAS DE ENTREGA
1ª 02/05/08 13:50 h
2ª ___/___/___ ___:___ h
3ª ___/___/___ ___:___ h

ATENÇÃO
Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

DECLARACAO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)
038060466968-000-001

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
9 Outros
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
Romano de Lima
Matr. 8.709.050-3
CARTEIRO
CDD JOINVILLE LESTE

ASSINATURA DO RECEBEDOR
Sirlei Melo de Oliveira

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA ENTREGA
06/05/08

Nº DOC. DE IDENTIDADE
2.604.657

JUNTADA DE AVISO DE RECEBIMENTO

Em 07 de maio de 2008 faço a juntada a estes autos, do aviso de recebimento referente ao ofício n. Intimação para Comparecimento em Audiência - Partes_Advogados [038.06.046696-8_000], do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, _____, o subscrevo.

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 48

CORREIOS **AR** *AVISO DE RECEBIMENTO*

MP

DESTINATÁRIO
Confeccoes Sirpier Ltda
Rua: Realcy Silveira, 1035, Representante Jam Pierre de Oliveira, Aventureiro
89.226-280, Joinville, SC

AR955124239TJ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
5º Cartório Cível
Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Saguaçu
89.221-902, Joinville, SC

AC JOINVILLE 2008 MOVIMENTO LE 30 ABR 2008

CARTA 99093-0-CR/08-DR/SC TJ/SC CORREIOS

CDD JOINVILLE LESTE 05 MAI 2008

TENTATIVAS DE ENTREGA
1ª 02/05/08 13:50 h
2ª ___/___/___ ___:___ h
3ª ___/___/___ ___:___ h

ATENÇÃO
Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)
038060466968-000-003

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
Rogério de Lima
Matr. 8.709.050-3
CARTEIRO
CDD JOINVILLE LESTE

ASSINATURA DO RECEBEDOR
Isabela Melo de Oliveira

DATA ENTREGA
08/05/08

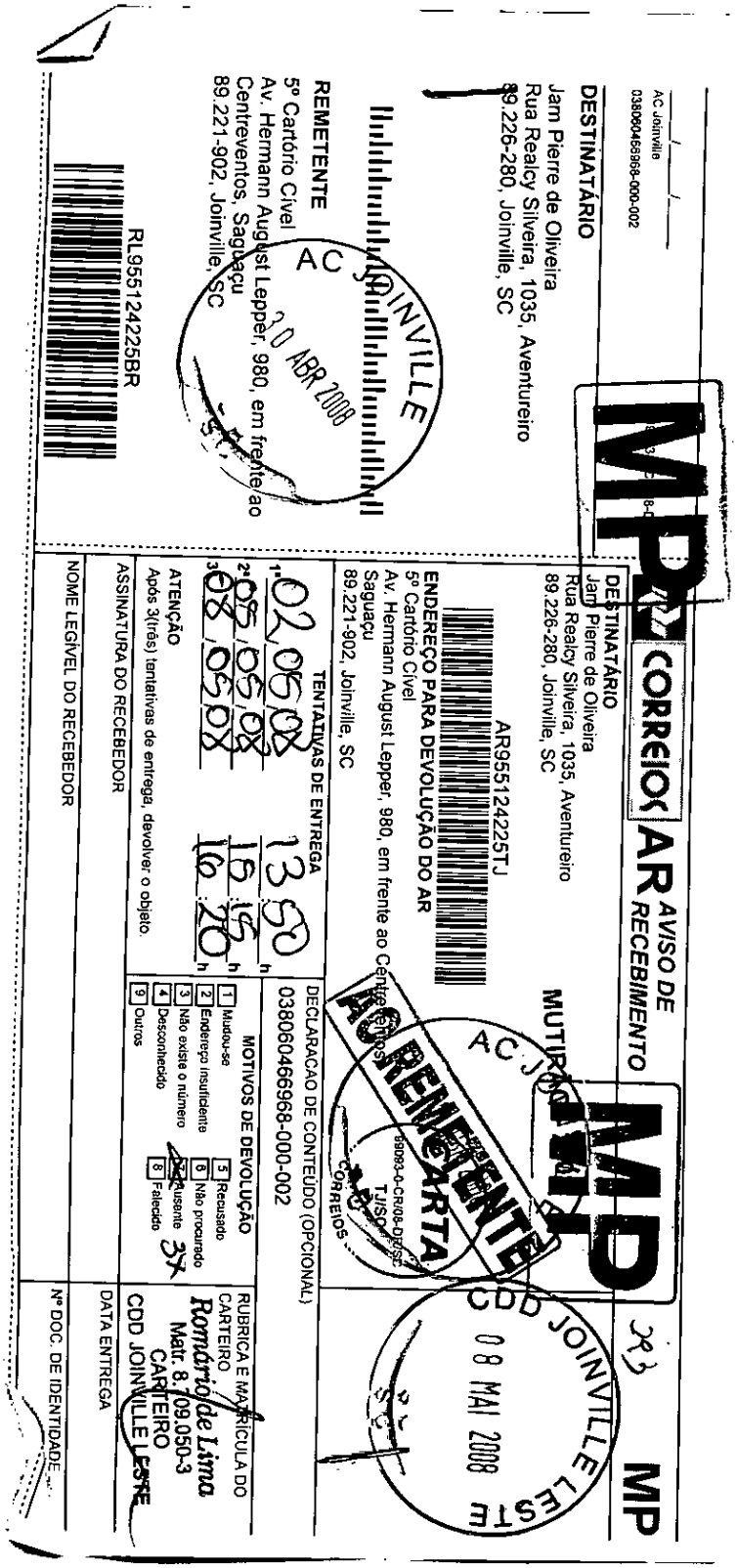
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE
2.600.657-7

JUNTADA DE CORRESPONDÊNCIA DEVOLVIDA

Em 09 de maio de 2008 faço a juntada a estes autos, do envelope e respectivo aviso de recebimento (Ausente) referente ao ofício n. Intimação para Comparecimento em Audiência - Partes_Advogados [038.06.046696-8_000], do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, _____, o subscrevo.

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 49



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 50

TERMO DE AUDIÊNCIA

Autos nº 038.06.046696-8
Ação Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros
Data: 30 de maio de 2008.
Local: Sala de Audiências da 5ª Vara Cível da Comarca de Joinville.
PRESENÇAS:
Juiz de Direito: Yhon Tostes
Partes: Banco do Brasil S/A X Confecções Sirpier Ltda Me representada por Jam Pierre de Oliveira e Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira
Advogados: Mario Vicente dos Passos

Aberta a audiência, apresentada a proposta a conciliação restou inexitosa. Defiro o pedido de praceamento de bens nomeando como leiloeiro o Sr. Carlos Osvaldo Hilinski. Os executados se recusaram a assinar o termo. E, para constar, foi determinada a lavratura do presente termo. Eu, Daniel Heinz de Souza, o digitei, o conferi e subscrevi.

Yhon Tostes
JUIZ DE DIREITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 31

Ofício nº 038060466968-000-004 Joinville, 05 de junho de 2008.

Autos nº 038.06.046696-8

Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente carta de intimação com aviso de recebimento (AR), fica o destinatário desta INTIMADO de que foi nomeado como leiloeiro no processo acima indicado, para que cumpra suas funções na forma da Portaria nº 6/06 deste Juízo.

Valho-me do ensejo para reiterar os mais elevados protestos de consideração.

Fabrício Costa Mello
Escrivão Judicial

Enviado por e-mail

Carlos Osvaldo Hilinski
Rua Botafogo, 539, Itaum, Floresta
Joinville-SC
CEP 89.210-050
ralrs

CARGA – 5ª VARA CÍVEL

CERTIFICO que, nesta data, os presentes autos, contendo 51 folhas, foram entregues a(o): Carlos Osvaldo Filinski, mediante carga nº 2008/166287, do livro respectivo, ficando o(a) mesmo(a) intimado(a) de todos os demais atos do processo. O referido é verdade e dou fé.
Joinville(SC), 17 de junho de 2008.

(Assinatura e carimbo)

CARGA – 5ª VARA CÍVEL

CERTIFICO que, nesta data, [illegible]

JUNTADA

Faço juntada 52

que segue(m).

EM 21 JUL 2008

Assinatura
e carimbo

52

HASTA PÚBLICA
LEILÕES

Hasta Pública – Leilões

Comerciais – Industriais – Agropecuários – Judiciais

Ofício nº 04/2008

Autos: 038.06.046696-8

Execução por quantia certa contra devedor solvente.

Exeqüente: Banco do Brasil SA
Executado: Confecções Sirpier Ltda Me e outros

Prezado Senhor,

Por ordem do M.M Juiz de Direito da 5ª Vara Cível Dr. Yhon Tostes, através da presente carta de intimação, fica o destinatário desta **INTIMADO** das respectivas datas designadas para a realização da venda judicial dos bens penhorados no feito em referência, a realizar-se no átrio do edifício do Fórum da Comarca de Joinville, Av. Hermann August Lepper, 980, Bairro Saguaçu.

PRIMEIRA PRAÇA/LEILÃO: Dia 08/08/2008 às 14:00 horas.
SEGUNDA PRAÇA/LEILÃO: Dia 22/08/2008 às 14:00 horas.

OBSERVAÇÃO: Não se realizando, por motivo justo, a praça ou o leilão, o Juiz de Direito mandará publicar pela imprensa local e no órgão oficial a transferência (art. 688, do CPC). Quando o valor dos bens penhorados não exceder 60 (sessenta) vezes o salário mínimo vigente na data da avaliação, será dispensada a publicação de editais; nesse caso, o preço da arrematação não será inferior ao da avaliação (art. 686, § 3° do CPC).

Marta S. Scolari Pillon
OAB/SC 15.853-B

Passos & Pillon Advogados Associados

Joinville, 25 de Junho de 2008.

DJ 02/06/06 DE 11/11/2008 15:12 227v

Rua Botafogo, nº 539 – Itaum – Joinville – SC – CEP 89210-050
Fone: (47) 3025.6170 – Fone/fax: (47) 3025.6169
www.hastapublica.lel.br - hastapublica@hastapublica.lel.br

JUNTADA

Faço juntado 53

que segue(m).

EM 21 JUL 2008

Assinatura
e carimbo

53

HASTA PÚBLICA
LEILÕES

Hasta Pública – Leilões

Comerciais – Industriais – Agropecuários – Judiciais

Ofício nº 06/2008

Autos: 038.06.046696-8

Execução por quantia certa contra devedor solvente.

Exeqüente: Banco do Brasil SA
Executado: Confecções Sirpier Ltda Me e outros

Prezado Senhor,

Por ordem do M.M Juiz de Direito da 5ª Vara Cível Dr. Yhon Tostes, através da presente carta de intimação, fica o destinatário desta **INTIMADO** das respectivas datas designadas para a realização da venda judicial dos bens penhorados no feito em referência, a realizar-se no átrio do edifício do Fórum da Comarca de Joinville, Av. Hermann August Lepper, 980, Bairro Saguaçu.

PRIMEIRA PRAÇA/LEILÃO: Dia 08/08/2008 às 14:00 horas.
SEGUNDA PRAÇA/LEILÃO: Dia 22/08/2008 às 14:00 horas.

OBSERVAÇÃO: Não se realizando, por motivo justo, a praça ou o leilão, o Juiz de Direito mandará publicar pela imprensa local e no órgão oficial a transferência (art. 688, do CPC). Quando o valor dos bens penhorados não exceder 60 (sessenta) vezes o salário mínimo vigente na data da avaliação, será dispensada a publicação de editais; nesse caso, o preço da arrematação não será inferior ao da avaliação (art. 686, § 3° do CPC).

Jean Pierre de Oliveira

Joinville, 27 de Junho de 2008.

CORREIOS DE JLLE 18/JUN/2008 15:12 202040

Rua Botafogo, nº 539 – Itaum – Joinville – SC – CEP 89210-050
Fone: (47) 3025.6170 – Fone/fax: (47) 3025.6169
www.hastapublica.lel.br - hastapublica@hastapublica.lel.br

JUNTADA

Faço juntada 54

que segue(m).

EM 21 JUL 2008

Assinatura
e carimbo

54

HASTA PÚBLICA
LEILÕES

Hasta Pública – Leilões

Comerciais – Industriais – Agropecuários - Judiciais

AUTO DE REAVALIAÇÃO

PROCESSO Nº: 038.06.046696-8
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S/A
EXECUTADO: CONFECÇÕES SIRPIER LTDA ME e OUTROS

Carlos Osvaldo Hilinski, Leiloeiro Público Oficial e Rural, nos autos acima, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, comunicar que reavaliei o bem a seguir descrito:

1 – 01 (um) Terreno, situado nesta cidade, fazendo frente para a Rua Relcy Silveira, com área total de 520,62 m2, matrícula nº 27.695. O terreno está edificado com um sobrado com área de 420 m2.

Reavaliado em R$ 250.000,00(Duzentos e cinqüenta mil reais).

Joinville, 08 de Julho de 2008.

Jam Pierre de Oliveira

VIDE OBS.
Sirlei Lucidonio M. Oliveira

CARLOS OSVALDO HILINSKI
Leiloeiro Oficial e Rural
Matr. AARC1093 - JUCESC
DEPOSITÁRIO JUDICIAL PARTICULAR

PJ COMARCA DE JLLE 18/JUL/2008 15:11 202038

Rua Botafogo, nº 539 – Itaum – Joinville – SC – CEP 89210-050
Fone: (47) 3025.6170 – Fone/ Fax: (47) 3025.6169
www.hastapublica.lel.br – hastapublica@hastapublica.lel.br

Devolvo sem assinatura de Sirlei Lucidonio Melo de Olliveira após diligência a sua residência e após 3 contatos via email como solicitado pela Sra. Sirlei, mas todos sem resposta da mesma.

Joinville, 18 de julho de 2008.

CARLOS OSVALDO HILINSKI
Leiloeiro Oficial e Rural
Matr. AARC/093 - JUCESC
DEPOSITÁRIO JUDICIAL PARTICULAR

JUNTADA
Faço juntada 55
que segue(m).
EM 21 JUL 2008
Assinatura
e carimbo

55

HASTA PÚBLICA
LEILÕES

Hasta Pública – Leilões

Comerciais – Industriais – Agropecuários – Judiciais

Ofício nº 05/2008

Autos: 038.06.046696-8

Execução por quantia certa contra devedor solvente.

Exeqüente: Banco do Brasil SA
Executado: Confecções Sirpier Ltda Me e outros

Prezado Senhor,

Por ordem do M.M Juiz de Direito da 5ª Vara Cível Dr. Yhon Tostes, através da presente carta de intimação, fica o destinatário desta **INTIMADO** das respectivas datas designadas para a realização da venda judicial dos bens penhorados no feito em referência, a realizar-se no átrio do edifício do Fórum da Comarca de Joinville, Av. Hermann August Lepper, 980, Bairro Saguaçu.

PRIMEIRA PRAÇA/LEILÃO: Dia 08/08/2008 às 14:00 horas.
SEGUNDA PRAÇA/LEILÃO: Dia 22/08/2008 às 14:00 horas.

OBSERVAÇÃO: Não se realizando, por motivo justo, a praça ou o leilão, o Juiz de Direito mandará publicar pela imprensa local e no órgão oficial a transferência (art. 688, do CPC). Quando o valor dos bens penhorados não exceder 60 (sessenta) vezes o salário mínimo vigente na data da avaliação, será dispensada a publicação de editais; nesse caso, o preço da arrematação não será inferior ao da avaliação (art. 686, § 3° do CPC).

VIDE OBS.

Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira

Joinville, ____ de Junho de 2008.

PJ CUMPRA-SE DE ALE 18/JUL/2008 15:12 202039

Rua Botafogo, nº 539 – Itaum – Joinville – SC – CEP 89210-050
Fone: (47) 3025.6170 – Fone/fax: (47) 3025.6169
www.hastapublica.lel.br - hastapublica@hastapublica.lel.br

Devolvo sem assinatura de Sirlei Lucidonio Melo de Olliveira após diligência a sua residência e após 3 contatos via email como solicitado pela Sra. Sirlei, mas todos sem resposta da mesma.

Joinville, 18 de julho de 2008.

CARLOS OSVALDO HILINSKI
Leiloeiro Oficial e Rural
Matr. AARC/093 - JUCESC
DEPOSITÁRIO JUDICIAL PARTICULAR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 56 A

MANDADO DE INTIMAÇÃO - HASTA PÚBLICA
EX-OFFICIO

Autos n° 038.06.046696-8
Mandado 4 - Zona 04
Oficial de Justiça: (0)

Ação: **Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução**
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

O(A) Doutor(a) Yhon Tostes, Juiz de Direito da(o) 5ª Vara Cível, da Comarca de Joinville, na forma da lei, etc.

MANDA o Senhor Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A INTIMAÇÃO** do Executado, bem como do credor hipotecário, caso existente, da respectiva data designada para a realização da venda judicial do(s) bem(ns) penhorado(s) no feito em referência, a realizar-se no átrio do edifício do Fórum da Comarca de Joinville, av. Hermann August Lepper, 980, bairro Saguaçu.

PRIMEIRA PRAÇA/LEILÃO: **Dia 08/08/2008 às 14:00 horas.**
SEGUNDA PRAÇA/LEILÃO: **Dia 22/08/2008 às 14:00 horas.**
OBSERVAÇÃO: Não se realizando, por motivo justo, a praça ou o leilão, o juiz mandará publicar pela imprensa local e no órgão oficial a transferência (art. 688, do CPC). Quando o valor dos bens penhorados não exceder 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo vigente na data da avaliação, será dispensada a publicação de editais; nesse caso, o preço da arrematação não será inferior ao da avaliação (art. 686, § 3º do CPC).

Destinatário

Executado: **Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira**, com endereço à Rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro, CEP 89.226-280, Joinville-SC .

Eu, Roseli Aparecida de Liz Ribeiro de Souza, o digitei, e eu, ____, Fabrício Costa Mello, Escrivão Judicial, o conferi e subscrevi. Joinville (SC), 22 de julho de 2008.

Fabrício Costa Mello
Escrivão Judicial - Mat. 14.911

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Fl. 57

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

Conforme o Manual de Procedimentos do Cartório Cível, pratiquei o ato processual abaixo:

⇒ **Fica designado o dia 08/08/2008, às 14:00 horas, para a primeira praça/leilão e o dia 22/08/2008, às 14:00, para a segunda praça/leilão.**

Joinville, 22/07/2008.

Adriana Simas

Poder Judiciário de Santa Catarina Fl. 58

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que a intimação do ato abaixo, constante da relação nº 0277/2008, foi publicada no Diário da Justiça nº 491, do dia 24/07/2008, página 537/541, com início do prazo em 25/07/2008, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Mario Vicente dos Passos (OAB 007.724-A/SC)	5	29/07/2008

Teor do ato: "Fica designado o dia 08/08/2008, às 14:00 horas, para a primeira praça/leilão e o dia 22/08/2008, às 14:00, para a segunda praça/leilão."

Do que dou fé.
Joinville, 24 de julho de 2008.

Escrivã(o) Judicial

JUNTADA

Faço juntada da petição

que segue(m).

EM 20 AGO 2008

Assinatura
e carimbo

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 59

Passos & Pillon Advogados Associados S/C

MÁRIO VICENTE DOS PASSOS
OAB/SC 7724-A

MARTA S. SCOLARI PILLON
OAB/SC 15853-B

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOINVILLE-SANTA CATARINA.

AUTOS 038.06.046696-8.

BANCO DO BRASIL S/A, qualificado nos autos supra mencionados, de Ação de Execução, proposta contra **CONFECÇÕES SIRPIER LTDA e Outras**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, por seu advogado adiante firmado, perante Vossa Excelência, para requerer:

a) **juntada da publicação de 22/07/08 pertinente ao edital de praça/leilão;**

b) **juntada da nota fiscal respectiva, no valor de R$ 352,00, a qual deve ser incluída nas despesas/custas processuais.**

Pede Deferimento.

Joinville, 04 de agosto de 2.008.

Mário Vicente dos Passos.
OAB/SC 7724-A

Marta S. Scolari Pillon.
OAB/SC 15853-B

PJ COMARCA DE JLLE 06/08/2008 17:07 213559

Rua Dr. João Colin, 128 Sala 22 Fone/Fax 4221647- Joinville/SC CEP 89201-300
e-mail: mvpassos@terra.com.br

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 60

Araújo
Publicidade e Propaganda
Razão Social: Torres de Araújo Publicações Legais Ltda.
Fone/Fax: (48) 3443.3888/3443.2225/9978.9810
Rua Cel. Marcos Rovaris, 54 - Centro - CEP 88801-100 - CRICIÚMA - SC
E-mail: marlonaraujo@engeplus.com.br

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS

Nº 002177

CNPJ(MF): 01.247.420/0001-30
Inscr. Municipal: 20500
Natureza da Operação: à Vista ☐ à Prazo ☐
Data da Emissão: 22/07/2008

USUÁRIO DOS SERVIÇOS

Cliente: Banco do Brasil S.A.
End.:
Município: UF: Fone:
CNPJ/CPF: 00.000.000/0001-91 Inscr. Est.:
Cond. Pagto.: Data Vencimento:

Quant.	Descrição dos Serviços	Preço Unit.	TOTAL
1	Publicação Edital de bens	Valor	352,00
	Comarca de Joinville		
	Processo: 038.06.046696-8 /		
	038.06.046677-1		
	Executado: Confiança Serviços		
	Ltda ME e outros		
	Publicado no Jornal Notícias		
	do Dia em 22.07.08		

Marcus Antonio Gordeiro Ribas
Advogado
OAB/SC 9.491

I.S.S. R$
O Imposto sobre Serviço foi calculado pela alíquota de ____ % de acordo com a lei.

Valor Total da Nota R$ 352,00

OTOMAR - Fone/Fax: (48) 3432-3357 - Içara - CNPJ: 75.891.291/0001-54 - 05 Bls. 50x3 de 002001 à 002250 - Aut. Nº. 6997/08 em 08/04/2008 - P. M. CRICIÚMA

Declaro que foram prestados os serviços constantes da Nota Fiscal de Serviço

Nº 002177

Em ____/____/____ Ass.:

Alimentos. Aumento no preço da carne perde ímpeto devido à retração nas vendas

Preço sobe, consumo cai

O preço da carne já subiu 10,24% este ano para o consumidor, de janeiro a junho, mas está desacelerando, porque o brasileiro está deixando de comprá-la. De acordo com o economista do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), da FGV (Fundação Getulio Vargas), André Braz, embora o consumidor encontre a carne mais cara, o ritmo de aumento de preços está diminuindo. "E isso é indício de que a diminuição da demanda já pode estar limitando o repasse de preços ao consumidor", informou.

Sobre a elevação do preço da carne, ele afirmou ser reflexo da febre aftosa, que aconteceu há quatro anos e incentivou o abate de gado reprodutor. "Até o bezerro ganhar peso para abate, leva tempo", explicou o economista. Ele ainda apontou um mercado exportador mais atrativo, que reduz o abastecimento interno. Ele ainda disse que quem vende para o varejo sente que o "fôlego para novos aumentos de preços ao consumidor já está diminuindo".

No primeiro semestre deste ano, enquanto a carne de primeira registrou até diminuição de preços, a de segunda aumentou consideravelmente nos açougues. O motivo para isso? "A carne de segunda subiu mais porque houve mais espaço para exportação", disse Braz.

Em junho, o economista ressaltou que não houve recuo de preços da carne. A menor variação ficou com a maminha, de 2,63%, e a maior, com o fígado, de 13,73%. No mês, as carnes encareceram 8,05%. De acordo com Alerta Setorial divulgado ontem pela consultoria integrada Tendências, a oferta nacional de carne continua influenciada pela redução de abate dos bovinos, o que tende, no curto prazo, a elevar os preços. A consultoria afirma que a queda de 10% no abate trimestral implicou uma elevação de quase 19% nos preços no mercado interno ao longo do primeiro semestre.

10,24%
Foi aumento médio do preço da carne para o consumidor



Abastecimento. Oferta de carne caiu 10% no segundo trimestre do ano



Econômicas

JOÃO AFONSO BOER



Construção 1

O emprego na indústria da construção civil superou a marca de dois milhões de trabalhadores com carteira assinada em maio no Brasil chegando a 2,02 milhões, segundo

Construção 2

Na comparação com maio do ano passado, foi registrado no mês aumento de 17,5% do número de trabalhadores. Em relação a abril de

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF74, Página 1

JUNTADA

Faço juntado da petição

que segue(m).

EM 28 AGO 2008

Assinatura
e carimbo

fl. 62

Passos & Pillon Advogados Associados S/C

MÁRIO VICENTE DOS PASSOS
OAB/SC 7724-A

MARTA S. SCOLARI PILLON
OAB/SC 15853-B

SIMONE SOARES PERBONI.
OAB/SC 17206.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA QUINTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOINVILLE/SC.

AUTOS Nº. 038.06.046696-8

BANCO DO BRASIL S/A, qualificado nos autos supra mencionados, de Ação de Execução, movida contra **CONFECÇÕES SIRPIER LTDA E OUTRO,** em trâmite perante este juízo e escrivania do cível, vem, por seus advogados adiante firmados, requerer que sejam designadas novas datas para realização de praça/leilão.

Requer-se, ainda, que os Executados sejam intimados por hora certa, em conformidade com o artigo 227 do Código de Processo Civil.

Pede deferimento.

Joinville/SC, 20 de agosto de 2008.

Mário Vicente dos Passos
OAB/SC. 7724-A

Marta S. Scolari Pillon
OAB/SC-15853-B

Simone Soares Perboni
OAB/SC 17206

PJ COMARCA DE JLLE 20/AGO/2008 14:58 221849

Rua 9 de Março, 485, Sala 706, Ed. Freitag, Fone/Fax 4221647- Joinville/SC CEP 89201-400
e-mail: mvpassos@terra.com.br

CONCLUSÃO

Faço conclusos a(o) Juiz(a) de Direito.

EM 29 AGO 2008

Assinatura e carimbo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Poder Judiciário do Santa Catarina
Fl 63

Autos nº 038.06.046696-8
Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

R.h.

I – Fls. 62: Defiro, conforme se requer.
II – Expeça-se mandado de intimação.
III – Ao leiloeiro para designação de nova data.
Int.
Joinville (SC), 30 de outubro de 2008.

Regina Aparecida Soares Ferreira
Juíza Substituta

JUNTADA

Faço juntada
desde fls. 64/66
que segue(m)

EM 15 DEZ 2008

Assinatura
e carimbo

583

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Judiciário
Catarina
64

MANDADO DE INTIMAÇÃO - HASTA PÚBLICA
EX-OFFICIO

Autos n° 038.06.046696-8
Mandado 4 - Zona 04
Oficial de Justiça: (0)

Ação: **Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução**
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

O(A) Doutor(a) Yhon Tostes, Juiz de Direito da(o) 5ª Vara Cível, da Comarca de Joinville, na forma da lei, etc.

MANDA o Senhor Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A INTIMAÇÃO** do Executado, bem como do credor hipotecário, caso existente, da respectiva data designada para a realização da venda judicial do(s) bem(ns) penhorado(s) no feito em referência, a realizar-se no átrio do edifício do Fórum da Comarca de Joinville, av. Hermann August Lepper, 980, bairro Saguaçu.

PRIMEIRA PRAÇA/LEILÃO: **Dia 08/08/2008 às 14:00 horas.**
SEGUNDA PRAÇA/LEILÃO: **Dia 22/08/2008 às 14:00 horas.**
OBSERVAÇÃO: Não se realizando, por motivo justo, a praça ou o leilão, o juiz mandará publicar pela imprensa local e no órgão oficial a transferência (art. 688, do CPC). Quando o valor dos bens penhorados não exceder 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo vigente na data da avaliação, será dispensada a publicação de editais; nesse caso, o preço da arrematação não será inferior ao da avaliação (art. 686, § 3º do CPC).

4

Destinatário

Executado: **Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira**, com endereço à Rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro, CEP 89.226-280, Joinville-SC .

Eu, Roseli Aparecida de Liz Ribeiro de Souza, o digitei, e eu, _____, Fabrício Costa Mello, Escrivão Judicial, o conferi e subscrevi. Joinville (SC), 22 de julho de 2008.

Central Mandados

Fabrício Costa Mello
Escrivão Judicial - Mat. 14.911

55

HASTA PÚBLICA

Hasta Pública – Leilões

Comerciais – Industriais – Agropecuários – Judiciais

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl 65

Ofício nº 05/2008

Autos: 038.06.046696-8

Execução por quantia certa contra devedor solvente.

Exeqüente: Banco do Brasil SA
Executado: Confecções Sirpier Ltda Me e outros

Prezado Senhor,

Por ordem do M.M Juiz de Direito da 5ª Vara Cível Dr. Yhon Tostes, através da presente carta de intimação, fica o destinatário desta **INTIMADO** das respectivas datas designadas para a realização da venda judicial dos bens penhorados no feito em referência, a realizar-se no átrio do edifício do Fórum da Comarca de Joinville, Av. Hermann August Lepper, 980, Bairro Saguaçu.

PRIMEIRA PRAÇA/LEILÃO: Dia 08/08/2008 às 14:00 horas.
SEGUNDA PRAÇA/LEILÃO: Dia 22/08/2008 às 14:00 horas.

OBSERVAÇÃO: Não se realizando, por motivo justo, a praça ou o leilão, o Juiz de Direito mandará publicar pela imprensa local e no órgão oficial a transferência (art. 688, do CPC). Quando o valor dos bens penhorados não exceder 60 (sessenta) vezes o salário mínimo vigente na data da avaliação, será dispensada a publicação de editais; nesse caso, o preço da arrematação não será inferior ao da avaliação (art. 686, § 3° do CPC).

VIDE OBS

Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira

Joinville, ____ de Junho de 2008.

Rua Botafogo, nº 539 – Itaum – Joinville – SC – CEP 89210-050
Fone: (47) 3025.6170 – Fone/fax: (47) 3025.6169
www.hastapublica.lel.br - hastapublica@hastapublica.lel.br

CERTIDÃO

Poder Judiciário
do Santa Catarina
Fl 66

Autos nº 038.06.046696-8
Mandado nº 4 -
Oficial de Justiça: Flávia Cristina Rodrigues (19123)

Certifico que,deixo de dar cumprimento ao presente mandado, conforme prevê o art. 19, § 2º do CPC: "Compete ao autor adiantar as despesas relativas a atos, cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público.". Diante do exposto, devolvo o mandado para os devidos fins. Dou fé.

Diligências: *

Joinville, 05 de agosto de 2008.

Flávia Cristina Rodrigues
Oficial de Justiça - Mat. 7977

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 67

Ofício nº 038060466968-000-005 Joinville, 27 de maio de 2009.

Autos nº 038.06.046696-8

Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente carta de intimação com aviso de recebimento (AR), fica o destinatário desta **INTIMADO** a cumprir o despacho judicial de folha 63, para designação de nova data do leilão. Em conformidade da Portaria 05/06 que segue anexo.

Tatiane Abe da Silva
Escrivã Judicial

Carlos Osvaldo Hilinski
Rua Botafogo, 539, Itaum, Floresta
Joinville-SC
CEP 89.210-050

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Fl. 68

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que conforme informação prestada pelo Sr. Carlos Osvaldo Hilinski, leiloeiro oficial, sua matrícula está suspensa temporariamente, razão pelo qual faço os autos conclusos ao M.M. Juiz de direito dessa Unidade.

Joinville, 08/06/2009.

Tatiane Abel da Silva

CONCLUSÃO

Faço conclusos ao(à) Juiz(a) de Direito.

EM 08 JUN 2009

Assinatura
e carimbo

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, DESP86, Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

5ª VARA CÍVEL
Fls. 69
JOINVILLE / SC

Autos nº 038.06.046696-8
Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

R.H.

Diante da certidão de fls. 68, nomeio leiloeiro o Sr. Silvio Polzin Pereira.

Intimem-se.

Joinville (SC), 10 de junho de 2009.

Yhon Tostes
JUIZ DE DIREITO

JUNTADA DE AVISO DE RECEBIMENTO

Em 20 de julho de 2009 faço a juntada a estes autos, do aviso de recebimento referente ao ofício n. 038060466968-000-005, do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, _____, o subscrevo.

Poder Judiciário
de Santa Catarina
Fl. 70

CORREIOS **AR** *AVISO DE RECEBIMENTO* **MP**

DR/SC

DESTINATÁRIO
Carlos Osvaldo Hilinski
Rua Botafogo, 539, Itaum, Floresta
89210-050, Joinville, SC

AR298037762TJ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
5º Cartório Cível
Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Saguaçu
89221-902, Joinville, SC

AGC JOINVILLE 03 JUN 2009 CARTA AGC/CRP/DR/SC TJ/SC CORREIOS

CDD I JOINVILLE SUL 08 JUN. 2009 SC

TENTATIVAS DE ENTREGA
1ª 4/6/9 10:01 h
2ª 5/6/9 9:09 h
3ª ___/___/___ ___:___ h

ATENÇÃO: Após realizar 3(três) tentativas de entrega, deixar em Posta Restante por 10(dez) dias corridos.

DECLARACAO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)
038060466968-000-005

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
1 Mudou-se 2 Endereço insuficiente 3 Não existe o número 4 Desconhecido 5 Recusado 6 Não procurado 7 Ausente 8 Falecido 9 Outros

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
Sérgio Fernando Schwalz
Matr. 8.707.423-C
Carteiro II

ASSINATURA DO RECEBEDOR
CARLOS OSVALDO HILINSKI

DATA ENTREGA 8/6/9

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE 4.647.537

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl 71

Ofício nº 038060466968-000-006 Joinville, 28 de julho de 2009.

Autos nº 038.06.046696-8

Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccões Sirpier Ltda e outros

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente carta de intimação com aviso de recebimento (AR), fica o destinatário desta **INTIMADO** a cumprir o despacho judicial de folha 63 e 69, para designação de nova data do leilão. Em conformidade da Portaria 05/06 que segue anexo.

Tatiane Abel da Silva
Escrivã Judicial

Silvio Polzin Pereira
Avenida Hermann August Lepper, 1500, Saguaçu
Joinville-SC
CEP 89.201-974

ccme

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, os presentes autos, contendo 11 fls., foram entregues ao Dr. Heiloaro Dr. Silva Polzin Pereira mediante carga nº. _____, ficando o(a) mesmo(a) intimado(a) de todos os demais atos do processo. Do que dou fé.

Em 18 08 2009.

RECEBIMENTO

Recebi _____ em 21 SET 2009

Assinatura e carimbo

JUNTADA DE AVISO DE RECEBIMENTO

Em 21 de setembro de 2009 faço a juntada a estes autos, do aviso de recebimento referente ao ofício n. 038060466968-000-006, do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, _____, o subscrevo.

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 72

CORREIOS **AR AVISO DE RECEBIMENTO** 2206 MP

DESTINATÁRIO
Silvio Polzin Pereira
Avenida Hermann August Lepper, 1500, Saguaçu
89201-974, Joinville, SC

AR368192[illegible]6TJ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
5º Cartório Cível
Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos Saguaçu
89221-902, Joinville, SC

AC JOINVILLE 11 AGO 2009 CARTA 99999-0-CR/06-DR/SC TJ/SC CORREIOS

CARIMBO DE ENTRADA E DE ENTREGA
AC JOINVILLE 18 AGO 2009 SC

TENTATIVAS DE ENTREGA
1ª 12/8/09 15:03h
2ª 13/8/09 15:05h
3ª 14/8/09 13:30h

ATENÇÃO: Após realizar 3(três) tentativas de entrega, deixar em Posta Restante por 10(dez) dias corridos.

DECLARACAO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)
038060466968-000-006

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
Zeni Bernardes
Agente de Correios - Ativ. Comercial
Mat. 87066785

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA ENTREGA
18-08-09

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE
6765[illegible]-9

JUNTADA

Faço juntada

que segue

EM 22 SET 2009

Assinatura
e carimbo

SOUZA POSTAI
Advogados Associados
OAB/SC 1270

Salustiano Luiz de Souza — Erondina Postai de Souza
George W. Postai de Souza — Jean M. Postai de Souza
Daniela K. B. Postai de Souza — Patrícia C. Zanoni Ra[illegible]

Poder Judiciário
CSC
Fl. 73

MM. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOINVILLE - SC

Autos nº 038.06.046696-8 – Ação de Execução

SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, devidamente qualificada nos autos do processo supra, por seu procurador, vem ao Juízo expor e requerer:

Requer a juntada do instrumento procuratório em anexo, a fim de regularizar a representação processual do Réu, sendo o outorgado habilitado nos autos como Patrono da causa, com as anotações de secretaria.

Requer-se, doravante, que todas as publicações e intimações sejam feitas ao novo Patrono constituído, Dr. Salustiano Luiz de Souza, inscrito na OAB/SC sob o nº 10.952, com endereço nesta cidade, na rua Dona Francisca, nº 260 – sala 1302 – 13º. Andar, Centro, CEP: 89.201-250, sob pena de nulidade.

Requer-se, ainda, vistas aos autos supra mencionados, a fim de dar seguimento ao feito.

Termos em que Requer e Espera Deferimento.

Joinville - SC, 22 de setembro de 2009

SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA
Advogado - OAB/SC 10.952

Rua Dona Francisca, 260 - Sala 1302 - 13º andar - Ed. Deville - Centro - CEP 89.201-250 - Joinville - SC
www.souzapostai.com.br - Fones (47) 3028-3761 - 3028-8191 - advocacia@souzapostai.com.br

PROCURAÇÃO

Outorgante:

Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira, brasileira, separada de fato, desempregado, Cédula de Identidade 2.604.657, CPF 719.968.189-53, residente na rua Realcy Silveira, 1035 - Aventureiro, Joinville, SC, abaixo assinado, nomeia e constitui as pessoas abaixo indicadas como seus bastante procuradores.

Objeto da Procuração:

Interposição de Ação Cível

Outorgados:

SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o n° 10.952, CPF nº 382.471.789-15, **GEORGE WILLIAN POSTAI DE SOUZA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o n° 23.789, CPF nº 036.530.159-01, **ERONDINA POSTAI DE SOUZA**, brasileira, casada, bacharel de Direito, portadora da cédula de identidade n° 928.069-3. **DANIELA KARINA BELLO POSTAI DE SOUZA**, brasileira, casada, bacharel de Direito, portadora da cédula de identidade n° 4.295.413, CPF 038.101.999-31, **JEAN MICHEL POSTAI DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, estágiário de direito, portador da cédula de identidade n° 4.876.085-4 e **DANIELA POHL BAARTZ**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/SC sob o n. 24.979, CPF 022.439.669-21, todos membros do Escritório de Advocacia **SOUZA POSTAI ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita na OAB/SC sob o n° 1270/2007, CNPJ 09.054.758/0001-87, com endereço profissional nesta cidade, na rua Dona Francisca, 260, Centro Empresarial Deville, 13° andar, sala 1302, onde recebem notificações/intimações, outorgando os poderes das cláusulas *ad judicia et extra* e os especiais para promoverem e contestarem ações, inclusive como assistentes judiciários, fazerem acordos, transigirem, desistirem e renunciarem em juízo e fora dele, receberem valores e darem quitações, inclusive perante os Juizados Especiais Federais e Estaduais, receberem alvarás e requisições de valor a qualquer título, arrematarem ou adjudicarem em qualquer praça ou leilão, firmarem compromissos, inclusive de inventariante, assinarem petição inicial, interporem quaisquer recursos, prestarem e oferecerem garantias e cauções, renunciarem aos valores excedentes ao teto dos Juizados Especiais Estaduais (quarenta salários mínimos) e Federais (sessenta salários mínimos) apurados até a data do ajuizamento, ingressarem com pedidos administrativos de benefícios junto ao INSS, recursos ou qualquer outra forma de petição, além de retirarem em cargas processos daquela Autarquia, praticando todos os atos que julgarem conveniente ou necessário ao fiel desempenho do presente mandato, podendo atuar em conjunto ou separadamente, mandato este que poderá ser substabelecido, no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes.

Desde já fica ressalvado que qualquer dos outorgados que deixar de ser membro do escritório acima, **perderá automaticamente os poderes outorgados nesta procuração**.

Ainda, o Outorgante declara sob as penas da lei, não dispor de condições financeiras, por ora, para custear a presente demanda, requerendo a concessão do **benefício da Gratuidade de Justiça**.

Joinville - SC, 22/09/09.

Cole esta parte na pasta

SISJ/10476

CERTIDÃO

Certifico que nesta data, os presentes autos, contendo 74 fls., foram entregues ao DR GEORGE WILLIAN P. DE SOUZA

mediante carga nº._____, ficando o(a) mesmo(a) intimado(a) de todos os demais atos do processo. Do que dou fé.

Em 22/09/2009.

RECEBIMENTO

Recebi _____

Em 25 SET 2009

Assinatura e carimbo

JUNTADA

Faço juntada petição fls. 74/86

que segue(m).

Em 29 SET 2009

Assinatura e carimbo

Cole esta parte na pasta

SOUZA POSTAI
Advogados Associados
OAB/SC 1270

Salustiano Luiz de Souza
George W. Postai de Souza
Daniela K. B. Postai de Souza
Erondina Postai de Souza
Jean M. Postai de Souza
Patrícia C. Zanoni Rangel

MM. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DE JOINVILLE - SC

Autos 038.06.046696-8 – Execução por Quantia Certa

SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, devidamente qualificada nos autos do processo supra, vem ao r. Juízo, por seu procurador, expor e requerer:

Em primeiro, requer seja atualizada a dívida objeto dos autos, remetendo-se os autos à Contadoria Judicial, considerando-se que o débito remonta à 03/2006.

Em segundo, requer seja feita nova avaliação do valor dado ao imóvel, porquanto conforme avaliação em anexo, o valor venal do mesmo gira em torno de R$ 350.000,00 (trezentos e cinqüenta mil reais).

Em terceiro, informa que a Executada não tinha poderes de gerência na empresa Executada, podendo comprovar tais fatos por meio de testemunhas, pelo que se requer designação de audiência, a fim de que possa produzir suas provas.

Portanto, requer também a produção de todas as provas permitidas em direito, notadamente testemunhais, documentais e periciais, além da juntada de novos documentos que se fizerem necessários.

Requer sejam as intimações publicadas UNICAMENTE em nome do Dr. Salustiano Luiz de Souza, inscrito na OAB/SC sob o nº 10.952.

No mais, e tendo em vista a peculiar situação atual da Embargante, o que não lhe permite custear a presente demanda, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, pugna pelo deferimento do benefício da **Gratuidade da Justiça.**

Termos Em Que Requer e Espera Deferimento.

Joinville - SC, 24 de setembro de 2009

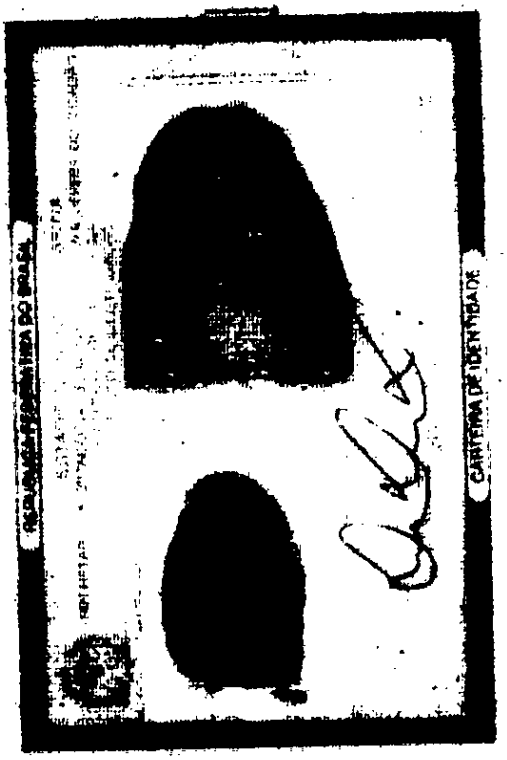
GEORGE WILLIAN POSTAI DE SOUZA
Advogado – OAB/SC 23.789

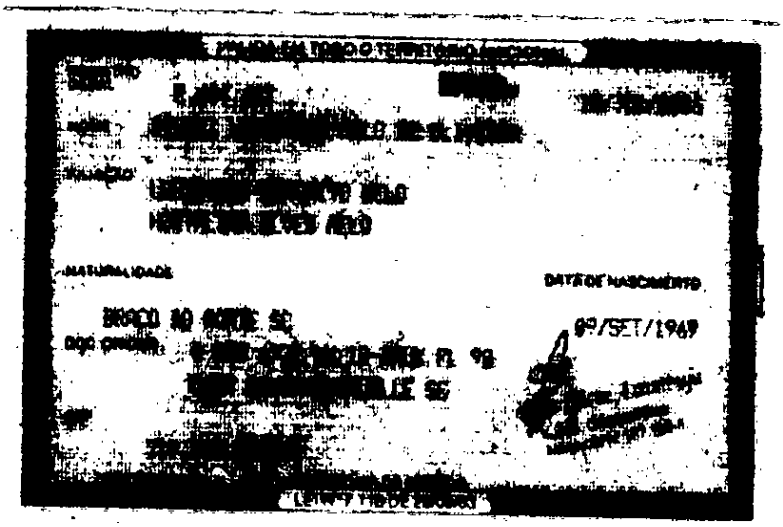
SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA
Advogado - OAB/SC 10.952

Fl. 1 COMARCA DE JLLE 25/SET/2009 16:22 [illegible]

Rua Dona Francisca, 260 - Sala 1302 - 13º andar - Ed. Deville - Centro - CEP 89.201-250 - Joinville - SC
www.souzapostai.com.br - Fones (47) 3028-3761 - 3028-8191 - advocacia@souzapostai.com.br

76


CARTEIRA DE IDENTIDADE


NATURALIDADE
DATA DE NASCIMENTO
09/SET/1969

DECLARAÇÃO

Eu, **Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira**, abaixo assinado, declaro sob as penas da lei, não ter condições financeiras para ingressar com processo judicial, não tendo como arcar com qualquer das despesas necessárias, sem prejuízo ao meu sustento e de minha família, razão porque venho requerer o benefício da Gratuidade da Justiça.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Joinville - SC, 24/09/09.

78

Joinville, 22 de setembro de 2009.

À Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira
Rua Realcy Silveira nr. 1035 aventureiro
CPF/MF: 719968189-53

REF.: AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

Conforme solicitação feita a Célio D Ávila, brasileiro, Maior, corretor de imóveis, residente a rua Emilio Landmann nr. 356 Aventureiro CPF/MF 751 124 779-20, RG 2/r2.270.249 creci 6127, Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina.
estou avaliando o imóvel de propriedade da Sr(a) Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira.
A avaliação foi feita pelo Método Comparativo de Dados de Mercado como consta na NBR - 5676/89.

- IMÓVEL:

- AVALIAÇÃO: A avaliação feito do referido imóvel resultou em um valor de 350.000,00 (trezentos e cinqüenta mil reais), um terreno situado nesta cidade na rua Realcy Silveira nr. 1035 bairro aventureiro medindo 12,50 metros de frente, fundos em ambos os lados com 41,65 metros, travessão de fundos com 12,50 metros, área total de 520,62 metros quadrados. Edificado com um sobrado em alvenaria medindo 420,00 metros quadrados, com 03 aptos e sala comercial. Registro Geral de imóveis matricula nr. 73.620 da 1ª Circunscrição desta comarca.

Limitando-nos a solicitação colocamo-nos a sua disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

CELIO D'AVILA
Creci 6127

3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA FIRMA
CONFECÇÕES SIRPIER LTDA -ME

JAM PIERRE DE OLIVEIRA, brasileiro, natural de Curitibanos – SC, casado com comunhã universal de bens, comerciante, nascida em 15/11/1970, portador do CPF 631.161.979-20 da RG 2/R 2.196.646 SSP/SC; e **SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA**, brasileir natural de Braço do Norte – SC, casada com comunhão universal de bens, comerciant nascida em 09/09/1969, portadora do CPF 719.968.189-53 e da RG 2/C 2.604.657 SSP/S **ambos** residentes e domiciliados à Rua Realcy Silveira, 1035, Bairro Aventureiro em Joinvil – SC, CEP 89226-280, **resolvem** alterar o contrato social da empresa CONFECÇÕE SIRPIER LTDA -ME, do CNPJ 04.304.816/0001-60, com sede à Rua Realcy Silveira, 103 Bairro Aventureiro em Joinville – SC, CEP 89226-280, e com registro na junta comercial d Santa Catarina Nº 42202949791 em 19/02/2001.

1ª. Diante das alterações acima e face à necessidade de adaptar seu contrato social à novas exigências da Lei 10.406 de 10-01-2002 os sócios deliberam REFORMAR E DA NOVA REDAÇÃO CONSOLIDADA ao seu contrato social, que passa a vigorar sob a cláusulas seguintes:

Artigo 1º - A sociedade girará sob a denominação social de " CONFECÇÕES SIRPIER LTD -ME ".

Artigo 2º - A sociedade tem como nome fantasia **"CONFECÇÕES SIRPIER"**.

Artigo 3º - A Sociedade tem sede e foro na cidade de Joinville - SC, onde funciona à Rua Realcy Silveira, 1035, Bairro Aventureiro, CEP 89226-280.

Artigo 4º - A sociedade tem como atividade principal a exploração no ramo de **CONFECÇÃ DE ROUPAS EM TECIDO (ROUPAS SOCIAIS) - (CNAE 18.12-0/01)**.

Artigo 5º - A sociedade iniciou suas atividades em **01/03/2001**.

Artigo 6º - A sociedade tem duração por prazo indeterminado.

Artigo 7º - O Capital social é de R$ 28.000,00 (Vinte e Oito mil reais), já subscrito e integralizado em moeda corrente do pais, dividido em 28.000 (Vinte e Oito mil) cotas, no valor nominal de R$ 1,00 (Um real) cada uma assim distribuídas entre os sócios:

Nome	quotas	%	R$
• **JAM PIERRE DE OLIVEIRA**	**14.000**	**50**	**14.000,00**
• **SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA**	**14.000**	**50**	**14.000,00**

Artigo 8ª- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos Respondem solidariamente pela integralização do capital social;

Artigo 9ª- O capital social poderá ser aumentado ou reduzido, mediante alteração contratual, deliberado por sócios que representem 75% (setenta e cinco) por cento do capital social;

Artigo 10ª- Havendo diminuição do capital a mesma será proporcional a cada cota possuída.

Artigo 11ª - A transferência ou cessão de cotas dependerá do consentimento expresso dos demais sócios, aos quais são ressalvados os direitos de preferência. Notificados os sócios, por carta protocolada e, no prazo de trinta dias, o silêncio será interpretado como renúncia à preferência, ficando o interessado a transferir, liberado para negociações com terceiros dando à sociedade ciência do fato.

Artigo 12ª - **A retirada de um sócio se dará pela sua vontade unilateral, pelo óbito, pela falência da sociedade empresarial, pela liquidação de suas quotas obtidas pela sua execução conforme prevê o art.1.026 da lei 10406/2002;**
PARÁGRAFO 1° – **O sócio também poderá ser expulso ou excluído da sociedade, por atos de inegável gravidade, justa causa ou incapacidade superveniente, conforme previsto no Parágrafo Único do art.1085 da Lei 10406/2002;**

Artigo 13ª - A sociedade não se dissolverá com o falecimento de qualquer dos sócios, as prosseguirá com os remanescentes, aos herdeiros do falecido, sua quota de capital e sua parte nos lucros líquidos apurados até a data do falecimento, pela seguinte forma: 20% (vinte por cento) no prazo de três meses, 30% (trinta por cento) no prazo de seis meses e 50% (cinqüenta por cento) no prazo de doze meses, tudo a contar da data do falecimento;

Artigo 14ª - **A sociedade será dissolvida quando ocorrer:**
- **a)- a deliberação da maioria absoluta dos sócios;**
- **b)- a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias;**
- c)- por decisão judicial;

Artigo 15ª - O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano; No final de cada exercício social proceder-se-á a verificação de lucros ou prejuízos, levantado por balanço geral e demonstração de resultados, de conformidade com as normas técnicas contábeis;

PARÁGRAFO 1° – Os lucros apurados em balanço serão distribuídos aos sócios na proporção do capital de cada um na sociedade ou então, serão destinados para futuro aumento de capital. Igualmente, os prejuízos apurados serão suportados pelos sócios proporcionalmente ou permanecerão em reserva, em conta especial, para serem amortizados com lucros futuros;

PARÁGRAFO 2º – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores se for o caso;

Artigo 16ª - A sociedade será administrada pelos sócios, **JAM PIERRE DE OLIVEIRA** e **SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA**, com poderes e atribuições de **ADMINISTRADORES**, autorizados ao uso do nome empresarial, vedado no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização dos demais sócios;

PARÁGRAFO 1º – **O administrador aqui designado e neste ato empossado, exercerá suas funções por prazo indeterminado e estão dispensados de caução, podendo no entanto ser destituído a qualquer tempo, sem direito a qualquer indenização, por deliberação de sócios que representem 75%(setenta e cinco por cento) do capital social, procedendo-se a respectiva alteração contratual.**

PARÁGRAFO 2º - **O uso da denominação social é privativa dos administradores nomeados, que respondem solidária e ilimitadamente por culpa presumível por invigilância, imperícia, desídia ou dolo, pelos atos praticados contra este contrato social ou determinados por Lei. Os administradores não podem obrigar a sociedade em operações estranhas ao objeto social, tais como fiança, avais, endossos ou aceites de títulos de favor.**

PARÁGRAFO 3º - **Os administradores têm o dever de diligência, de lealdade e de informar, é obrigado a prestar aos demais sócios contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes balancetes mensais, inventario anual, relatório da administração que deverá entre outros fatores relevantes, incluir as demonstrações financeiras e patrimoniais da sociedade.**

PARÁGRAFO 4º - **Á administração é atribuído todo o poder necessário á realização do objeto social da sociedade Internamente, são atribuídos os poderes de gestão administrativas e externamente, são atribuídos os poderes para representar a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dividas, fazer acordos, contrair obrigações, adquirir, alienar ou onerar bens móveis e imóveis, nas condições deste contrato. Nos atos de alienação ou oneração de bens do ativo permanente , pedido de concordata ou falência, os administradores dependem de autorização dos sócios que representem a maioria do capital social e presentes a reunião de quotista.**

PARÁGRAFO 5º – **A administração poderá, a pedido de sócios que representem no mínimo 5%(cinco por cento) do capital social, elaborar balanços intermediários e os sócios poderão deliberar pela distribuição total ou parcial dos lucros apurados.**

82

Artigo 18ª - A sociedade poderá, por deliberação dos sócios que representarem 75% (setenta e cinco) por cento do capital social:

- **a)- transformar-se em outro tipo social;**
- **b)- incorporar outra sociedade ou ser incorporada;**
- **c)- fundir-se com outra sociedade;**
- **d)- cindir-se total ou parcialmente;**

PARÁGRAFO 1° – Aos sócios dissidentes fica assegurado o direito de retirar-se da sociedade, nos termos do artigo 1077 da lei 10406/2002.

Artigo 19ª - A sociedade atualmente não possui filiais, mas poderá a qualquer tempo abrir e fechar filiais ou outras dependências em qualquer localidade do território nacional, mediante deliberação em reunião de sócios convocada pelos administradores e aprovada por maioria do capital;

Artigo 20ª - **A reunião de sócios será convocada pelos administradores com 10 (dez) dias de antecedência, mediante a expedição de cartas convocatórias, com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para os endereços dos sócios para esse fim entregues na sede da sociedade. Os sócios detentores de 5% (cinco por cento)das quotas de capital também poderão requerer aos Administradores a convocação de reunião de sócios, indicando desde logo, a matéria a ser deliberada;**

PARÁGRAFO 1° – **As deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social corresponderá a um voto, serão tomadas em reuniões de sócios, cujo quorum de instalação será a maioria absoluta do capital social . O quorum de deliberação é também o de maioria absoluta do capital social, exceto unicamente para alienação do estabelecimento comercial, cisão, fusão ou transformação, ou alteração do contrato social, quando o quorum deliberativo será então de 75% (setenta e cinco) por cento do capital votante;**
PARÁGRAFO 2° - **As convocações e anúncios, bem como o quorum de deliberação nas reuniões de sócios obedecerão as prescrições do art. 1.073 e seguintes da Lei 10406/2002;**

PARÁGRAFO 3° - **O sócio que discordar de qualquer decisão majoritária poderá exercer o direito de retirar-se da sociedade, manifestando sua intenção por escrito a sociedade e aos sócios, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data da deliberação que discordou, sendo que seus haveres serão apurados e pagos em parcelas acordadas entre o sócio retirante e os administradores;**.
PARÁGRAFO 4° - **A sociedade deverá manter livros próprios para a transcrição das atas de reuniões de sócios e dos atos de administração, que serão assinadas pelos membros da mesa e sócios presentes;**

83

PARÁGRAFO 4º - **A sociedade deverá manter livros próprios para a transcrição das atas de reuniões de sócios e dos atos de administração, que serão assinadas pelos membros da mesa e sócios presentes;**

Artigo 21ª - **A sociedade manterá os livros contábeis e fiscais necessários e contratará os serviços de contabilista devidamente habilitado para a execução dos serviços de escrituração dentro das normas técnicas e legais pertinentes dando cumprimento as disposições do art.1177 e seguintes da Lei 10406/2002;**

Artigo 22ª - **Os Administradores e Sócios signatários deste instrumento declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica ou a propriedade.**

Artigo 23ª - **O casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Novo Código Civil, e de outros dispositivos legais que lhes sejam aplicáveis;**

E por estarem devidamente contratados, assinam o presente contrato em 3(três) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas comprometendo-se, por si e seus herdeiros, a tudo fielmente cumprirem.

Joinville, 17 de Novembro de 2003.

Sócios:

SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA

JEAN PIERRE DE OLIVEIRA

Testemunhas:

Carlos Adriano Narloch
RG.: 1.132.986 SSI SC
CPF.: 468.598.969-49

Flavio Rocha
RG.: 3.507.716 SSP SC
CPF.: 014.562.909-08.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 10/12/2003
SOB Nº: 20032580231
Protocolo: 03/258023-1
Empresa: 42 2 0294979 1
CONFECCOES SIRPIER LTDA ME

FABIANA EVERLING DE FREITAS
SECRETÁRIA GERAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Delegacia de Polícia / Norte de Joinville **COMUNICAÇÃO: 20/11/2007 17:55:00**

Endereço: Rua Marquês de Olinda **Número:** 1022 **Bairro:** Costa e Silva **Telefone:** 4734356600

REGISTRO: 00084 - 2007 - 06583

Boletim de Ocorrência

FATO

Data: 06/11/2007 Data/Hora Incerta: IGNORADA

Local do Fato (Residência Particular): RUA REALCY SILVEIRA nº 1035, AVENTUREIRO, JOINVILLE - SC - BR

Detalhamento do Local: CONFECÇÕES SIRPIER LTDA EPP

Fato Comunicado
Estelionato

PARTICIPANTES

SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA: COMUNICANTE

Mãe: HORTALINA ALVES MELO Pai: LUCIDONIO HONORITO MELO Nascimento: 09/09/1969 - BRAÇO DO NORTE - SC - BR Idade: 38

Sexo: Feminino Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileiro Grau de Instrução: 2º Grau Completo

Profissão: Empresário Local de Trabalho: CONFECÇÕES SIRPIER

CPF: 71996818953

Carteira de Identidade (RG): 2604657 UF: SC Emissão: 18/07/2006 Instituto Geral de Perícias

Carteira de Habilitação: 3921113517 UF: SC Emissão: 01/09/2006 - DETRAN SC

Endereço - Residencial

RUA REALCY SILVEIRA nº 1035 CASA, AVENTUREIRO, JOINVILLE - SC - BR

Telefone Residencial: 4734671214

RELATO

Conta-nos que seu marido JAM PIERRE DE OLIVEIRA, fone 99663410 (endereço desconhecido por enquanto) vem subtraindo mercadorias da empresa em que são sócios e não está prestando contas e que falsifica assinaturas da comunicante junto à financeira TAIPA FOMENTO MERCANTIL que liberou R$4.900,92 para o autor. e que na data de hoje esteve na empresa e retirou 2 caixas e 3 pacotes contendo malhas no valor de R$8.00,00 além de agredir a comunicante fisicamente.

ASSINATURAS

HERON HENRIQUE PEREIRA
COMISSARIO DE POLICIA

SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA
COMUNICANTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Delegacia de Proteção da Mulher, Criança e Adolescente **COMUNICAÇÃO: 20/11/2007 16:30:00**

Endereço: Rua Dr. Plácido Olimpio de Oliveira **Número:** 843 **Bairro:** Bucarien **Telefone:** 47 34334714

REGISTRO: 00088 - 2007 - 04933

Boletim de Ocorrência

Guia(s) de Perícia Exame: 1.011.00

FATO

Data: 20/11/2007 Hora: 15:20:00

Local do Fato (Residência Particular): RUA REALCI SILVEIRA nº 1035, AVENTUREIRO, JOINVILLE - SC - BR

Detalhamento do Local: PRÓX. AO COLÉGIO JOÃO ROCHA

Fato Comunicado

Violência doméstica - Lesão corporal contra mulher

PARTICIPANTES

SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA: VÍTIMA

Mãe: HORTALINA ALVES MELO Pai: LUCIDONIO HONORITO MELO Nascimento: 09/09/1969 - BRAÇO DO NORTE - SC - BR Idade: 38

Sexo: Feminino Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileiro Grau de Instrução: 2º Grau Completo

Profissão: Empresário Local de Trabalho: CONFECÇÕES SIRPIER

CPF: 71996818933

Carteira de Identidade (RG): 2604657 UF: SC Emissão: 18/07/2006 - Instituto Geral de Perícias

Carteira de Habilitação: 3921113517 UF: SC Emissão: 01/09/2006 - DETRAN SC

Endereço - Residencial

RUA REALCY SILVEIRA nº 1035 CASA, AVENTUREIRO, JOINVILLE - SC - BR Referência: PRÓX. AO COLÉGIO JOÃO ROCHA .

Telefone Celular: 4734672720

JAIR PIERRE DE OLIVEIRA: AUTOR

Mãe: IRDA COSTA DE OLIVEIRA Pai: NAO INFORMADO Nascimento: 15/11/1970 - CURITIBANOS - SC - BR Idade: 37

Sexo: Masculino Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileiro Grau de Instrução: 2º Grau Completo

Profissão: Empresário Local de Trabalho: CONFECÇÕES SIRPIER

CPF: 63116197920

Carteira de Identidade (RG): 2196646 UF: SC Emissão: 01/01/1900 - Secretaria de Segurança Pública /SC

Carteira de Habilitação: 2165553600 UF: SC Emissão: 05/03/2007 - DETRAN SC

Endereço - Residencial

RUA REALCY SILVEIRA nº 1035, AVENTUREIRO, JOINVILLE - SC - BR Referência: PRÓX. AO COLÉGIO JOÃO ROCHA

Telefone Celular: 4799663410

RELATO

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Delegacia de Proteção da Mulher, Criança e Adolescente **COMUNICAÇÃO: 20/11/2007 16:30:00**

Endereço: Rua Dr. Plácido Olimpio de Oliveira **Número:** 843 **Bairro:** Bucarien **Telefone:** 47 34334714

REGISTRO: 00088 - 2007 - 04933

Boletim de Ocorrência

Relata que é casada há 15 anos com Jam e possuem apenas um filho com 22 anos; acontece que em 15/02/2007 ficou sabendo que ele tinha uma amante; ela era espôsa de um representante comercial da fábrica do casal; o marido dela foi quem contou-lhe o que estava acontecendo; desde então, a situação em seu lar mudou radicalmente; ele tornou-se um homem agressivo e passou a agredí-la com palavras e fisicamente. estando com lesão corporal; tudo isto porque ele saiu de casa há uns 10 dias e, hoje, entrou na casa, na força, tendo levado roupas (2 caixas e 03 sacolas de mercadorias no valor de R$ 8.000,00); estão brigando porque ele quer separar-se e ela não; e por causa das comissões da fábrica, pois ela não está recebendo o que lhe é devido; deseja representar criminalmente contra o acusado. Era o relato.

GUIA PARA EXAME DE CORPO DELITO

ASSINATURAS

MARILDA MENDES NUNES
INSPETOR DE POLICIA

SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA
VITIMA

MARILISA BOEHM
DELEGADO DE POLICIA

VIVIAN GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

86

Delegacia de Proteção da Mulher, Criança e Adolescente **COMUNICAÇÃO: 13/12/2007 15:07:00**

Endereço: Rua Dr. Plácido Olimpio de Oliveira **Número:** 843 **Bairro:** Bucarien **Telefone:** 47 34334714

REGISTRO: 00088 - 2007 - 05350

Boletim de Ocorrência

FATO

Data: 13/12/2007 Hora: 11:30:00

Local do Fato (Residência Particular): RUA REALCI SILVEIRA nº 1035 CASA, AVENTUREIRO, JOINVILLE - SC - BR

Fato Comunicado

Ameaça contra mulher

PARTICIPANTES

SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA: COMUNICANTE, VÍTIMA

Mãe: HORTALINA ALVES MELO Pai: LUCIDONIO HONORITO MELO Nascimento: 09/09/1969 - BRAÇO DO NORTE - SC - BR Idade: 38

Sexo: Feminino Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileiro Grau de Instrução: 2º Grau Completo

Profissão: Empresário Local de Trabalho:

CPF: 71996818953

Carteira de Identidade (RG): 2604657 UF: SC Emissão: 18/07/2006 - Instituto Geral de Perícias

Carteira de Habilitação: 3921113517 UF: SC Emissão: 01/09/2006 - DETRAN SC

Endereço - Residencial

RUA REALCY SILVEIRA nº 1035 CASA, AVENTUREIRO, JOINVILLE - SC - BR

Telefone Residencial: 4734672720, Telefone Celular: 4734672720

JAM PIERRE DE OLIVEIRA: AUTOR

Mãe: IRDA COSTA DE OLIVEIRA Pai: NAO INFORMADO Nascimento: 15/11/1970 - CURITIBANOS - SC - BR Idade: 37

Sexo: Masculino Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileiro Grau de Instrução: 2º Grau Completo

Profissão: Empresário Local de Trabalho:

CPF: 63116197920

Carteira de Identidade (RG): 2196646 UF: SC Emissão: 01/01/1900 - Secretaria de Segurança Pública /SC

Carteira de Habilitação: 2165553600 UF: SC Emissão: 05/03/2007 - DETRAN SC

Endereço - Residencial

RUA ALBERTO T. VEIGA nº 326, IRIRIU, JOINVILLE - SC - BR Referência: CASA DA MÃE.

Telefone Celular: 4799663410, Telefone Celular: 4799663410

RELATO

Relata a comunicante/vítima que é casada há 15 anos com o autor e que atuamente estão em processo de separação residindo em casas separadas. Relata que hoje pela manhã o autor foi até sua casa e ameaçou-a de morte em virtude da vítima não ter deixado ele entrar. Relata que o autor falou que se ela não abrisse a casa iria matá-la e que em seguida começou a proferir palavras de baixo calão para ela, sendo acionado a Policia Militar que afastou o autor da casa. A vítima deseja representar criminalmente contra o autor. Era o relato.

ASSINATURAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Delegacia de Proteção da Mulher, Criança e Adolescente **COMUNICAÇÃO: 13/12/2007 15:07:00**

Endereço: Rua Dr. Plácido Olimpio de Oliveira **Número:** 843 **Bairro:** Bucarien **Telefone:** 47 34334714

REGISTRO: 00088 - 2007 - 05350

Boletim de Ocorrência

RODRIGO ALVES DE BRITO
ESCREVENTE POLICIAL

SRA. EMILIDONIO MELO DE OLIVEIRA
COMUNICANTE. VÍTIMA

VIVIAN GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

MARILISA BOEHM
DELEGADO DE POLICIA

CONCLUSÃO
Faço conclusos a(o) Juiz(a) de Direito.

EM 05 OUT. 2009
Assinatura e carimbo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
5ª Vara Cível

Poder Judiciário de Santa Catarina
Fl. 87
90

Autos nº 038.06.046696-8
Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Vistos etc.

Fls. 73: Impossível a designação de audiência de instrução, isto porque se trata de execução por quantia certa, sendo que aos executados caberia, quando da citação, o ajuizamento das medidas judiciais pertinentes.

No mais, intimados executados sobre a avaliação, quedaram-se inertes, conforme certidão de fls. 31, sendo que, mais uma vez, intimadas sobre a avaliação os executados poderiam impugná-la com base no art. 683 do CPC, não se perdendo de vista que "O incidente é de cognição sumária, devendo ser decidido de plano pelo juiz. *Por isso, cumpre ao interessado exibir com a impugnação a prova do alegado.* É após a avaliação que se dá ensejo às modificações da penhora, sob as formas de redução e ampliação (...)." (Humberto Theodoro Jr., Curso de Direito Processual Civil, 13ª ed., vol. II, pág. 223). (grifei), o que, repita-se, não ocorreu a seu tempo.

Desta forma, encaminhem-se os autos ao Sr. Leiloeiro Judicial, que deverá cumprir suas funções na forma da Portaria n. 05/06 deste Juízo, para a designação de data e hora para praça/leilão do bem penhorado à fls. 29.

Deste modo, ao exequente para que, no prazo de 10 dias, apresente memória discriminada e atualizada do cálculo do crédito postulado, mês a mês, declinando a taxa de juros e indexador da correção monetária.

Por outro lado, na data designada deve estar nos autos o valor da avaliação devidamente atualizado pela correção monetária (Agravo de Instrumento n. 98.015183-0, rel. Des. Nelson Schaefer Martins).

Int.

Joinville (SC),27 de maio de 2010

Regina Aparecida Soares Ferreira
Juíza Substituta

Endereço: Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Bairro Saguaçu - CEP 89.221-902, Joinville-SC - E-mail: jveciv5@tjsc.jus.br

88

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que a intimação do ato abaixo, consta da relação nº 0003/2011, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 1088, cuja data de publicação considera-se o dia 03/02/2011, com início do prazo em 04/02/2011, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução n° 04/07-TJ.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Mario Vicente dos Passos (OAB 007.724-A/SC)	10	14/02/2011

Teor do ato: "Fls. 73: Impossível a designação de audiência de instrução, isto porque se trata de execução por quantia certa, sendo que aos executados caberia, quando da citação, o ajuizamento das medidas judiciais pertinentes. No mais, intimados executados sobre a avaliação, quedaram-se inertes, conforme certidão de fls. 31, sendo que, mais uma vez, intimadas sobre a avaliação os executados poderiam impugná-la com base no art. 683 do CPC, não se perdendo de vista que "O incidente é de cognição sumária, devendo ser decidido de plano pelo juiz. Por isso, cumpre ao interessado exibir com a impugnação a prova do alegado. É após a avaliação que se dá ensejo às modificações da penhora, sob as formas de redução e ampliação (...)." (Humberto Theodoro Jr., Curso de Direito Processual Civil, 13ª ed., vol. II, pág. 223). (grifei), o que, repita-se, não ocorreu a seu tempo. Desta forma, encaminhem-se os autos ao Sr. Leiloeiro Judicial, que deverá cumprir suas funções na forma da Portaria n. 05/06 deste Juízo, para a designação de data e hora para praça/leilão do bem penhorado à fls. 29. Deste modo, ao exequente para que, no prazo de 10 dias, apresente memória discriminada e atualizada do cálculo do crédito postulado, mês a mês, declinando a taxa de juros e indexador da correção monetária. Por outro lado, na data designada deve estar nos autos o valor da avaliação devidamente atualizado pela correção monetária (Agravo de Instrumento n. 98.015183-0, rel. Des. Nelson Schaefer Martins). Int."

Do que dou fé.
Joinville, 3 de fevereiro de 2011.

Escrivã(o) Judicial

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Fl. 89

CERTIDÃO

Certifico que o prazo decorreu sem oferecimento de manifestação pelos interessados acerca da decisão de fls. 87.

Joinville, 04/03/2011.

Elizabeth de Borba Rocha

CONCLUSÃO

Faço conclusos a(o) Juiz(a) de Direito.

EM 01 ABR 2011

Assinatura e carimbo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Autos nº 038.06.046696-8
Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Vistos para despacho.

Diante da certidão retro, ao exequente para em 10 (dez) dias dar impulso ao feito, requerendo o que entender pertinente, sob pena de arquivamento administrativo.

Joinville (SC), 19 de abril de 2011.

Augusto Cesar Allet Aguiar
Juiz de Direito

Endereço: Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Saguaçú - CEP 89.221-902, Joinville-SC - E-mail: jvedb2@tjsc.jus.br

DAB

91
6

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que a intimação do ato abaixo, consta da relação nº 0116/2011, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 1145, cuja data de publicação considera-se o dia 02/05/2011, com início do prazo em 03/05/2011, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução n° 04/07-TJ.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Mario Vicente dos Passos (OAB 007.724-A/SC)	10	12/05/2011

Teor do ato: "Diante da certidão retro, ao exequente para em 10 (dez) dias dar impulso ao feito, requerendo o que entender pertinente, sob pena de arquivamento administrativo."

Do que dou fé.
Joinville, 2 de maio de 2011.

Escrivã(o) Judicial

C A R G A – 2.ª VARA DIREITO BANCÁRIO

CERTIFICO que, nesta data, os presentes autos, contendo 91 folhas, foram entregues a(o): Dr. Mario Vicente Passo, mediante carga nº _____/_____, do livro respectivo, ficando o(a) mesmo(a) intimado(a) de todos os demais atos do processo. O referido é verdade e dou fé.

Joinville(SC), 09 de 05 de 2011.

(Assinatura e carimbo)

RECEBIMENTO

Recebi

EM 11 MAI 2011

Assinatura e carimbo

JUNTADA

Faço juntada petição

que segue(m).

EM 07 JUN 2011

Assinatura e carimbo

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PET116, Página 1

92

Passos & Pillon Advogados Associados s/c

MÁRIO VICENTE DOS PASSOS
OAB/SC 7724-A

MARTA S. SCOLARI PILLON
OAB/SC 15853-B

SIMONE SOARES PERBONI.
OAB/SC 17206.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE – SANTA CATARINA.

AUTOS: 038.06.046696-8

PJ JOINVILLE 11/MAI/2011 17:45 00000150

BANCO DO BRASIL S/A, por seus procuradores constituídos, nos autos da ***AÇÃO EXECUTÓRIA*** epigrafada, proposta em desfavor de **CONFECÇÕES SIRPIER LTDA E OUTROS,** vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência para expor e requerer:

Consoante assevera o demonstrativo de cálculo incluso, o montante atualizado do crédito exeqüendo importa em **R$ 365.960,97 (trezentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta reais e noventa e sete centavos)**, ao qual deverá somar-se a devida verba honorária a ser arbitrada por Vossa Excelência.

POSTO ISTO, requer a juntada aos autos do demonstrativo de cálculo adiante carreado, bem como o prosseguimento da demanda executiva, fazendo figurar o imóvel hipotecado em nova praça, de modo a satisfazer o interesse do credor consignado na peça vestibular.

Termos em que
Espera deferimento.

Joinville, 11 de maio de 2.011.

Mário Vicente dos Passos
OAB/SC. 7724-A

Marta S. Scolari Pillon
OAB/SC-15853-B

Simone Soares Perboni
OAB/SC 17206

Rua 9 de Março, 485, Sala 706, Ed. Freitag, Fone/Fax 4221647- Joinville/SC CEP 89201-400
e-mail: mvpassos@terra.com.br

93

Corregedoria Geral da Justiça

Atualização Monetária > Cálculo de Atualização Monetária > Resultado

Atualização monetária referente ao valor original de: **R$179.470,69** em **08/08/2006** até **30/04/2011**.
Juro legal simples de **1%** ao mês a partir de **08/08/2006** até **30/04/2011**.

Cálculo de Atualização Monetária

Data do índice	Variação da Correção Monetária	Valor Corrigido	Variação dos juros	Variação da Correção Monetária sobre juros	Valor dos juros	Variação da Taxa Selic	Valor da Taxa Selic	Valor total
08/08/2006	0,0000	179.470,69	0,0000	0,0000	0,00	0,0000	0,00	179.470,69
31/08/2006	0,0000	179.470,69	0,7562	0,0000	1.357,09	0,0000	0,00	180.827,78
30/09/2006	0,1534	179.745,98	1,7425	0,0000	3.132,01	0,0000	0,00	182.877,98
31/10/2006	0,4221	180.504,72	2,7616	0,0000	4.984,90	0,0000	0,00	185.489,61
30/11/2006	0,4203	181.263,45	3,7479	0,0000	6.793,65	0,0000	0,00	188.057,09
31/12/2006	0,6149	182.378,05	4,7671	0,0000	8.694,19	0,0000	0,00	191.072,23
31/01/2007	0,4933	183.277,80	5,7863	0,0000	10.605,01	0,0000	0,00	193.882,80
28/02/2007	0,4213	184.049,95	6,7068	0,0000	12.343,95	0,0000	0,00	196.393,91
31/03/2007	0,4414	184.862,41	7,7260	0,0000	14.282,52	0,0000	0,00	199.144,92
30/04/2007	0,2651	185.352,55	8,7123	0,0000	16.148,52	0,0000	0,00	201.501,08
31/05/2007	0,2608	185.835,98	9,7315	0,0000	18.084,64	0,0000	0,00	203.920,64
30/06/2007	0,3107	186.413,44	10,7178	0,0000	19.979,43	0,0000	0,00	206.392,88
31/07/2007	0,3206	187.011,02	11,7370	0,0000	21.949,46	0,0000	0,00	208.960,48
31/08/2007	0,5816	188.098,77	12,7562	0,0000	23.994,19	0,0000	0,00	212.092,95
30/09/2007	0,2606	188.588,92	13,7425	0,0000	25.916,77	0,0000	0,00	214.505,69
31/10/2007	0,2991	189.152,94	14,7616	0,0000	27.922,08	0,0000	0,00	217.075,02
30/11/2007	0,4224	189.951,95	15,7479	0,0000	29.913,53	0,0000	0,00	219.865,48
31/12/2007	0,9544	191.764,86	16,7671	0,0000	32.153,45	0,0000	0,00	223.918,31
31/01/2008	0,6968	193.101,05	17,7863	0,0000	34.345,53	0,0000	0,00	227.446,56
29/02/2008	0,4833	194.034,34	18,7397	0,0000	36.361,50	0,0000	0,00	230.395,84
31/03/2008	0,5121	195.028,08	19,7589	0,0000	38.535,41	0,0000	0,00	233.563,50
30/04/2008	0,6335	196.263,55	20,7452	0,0000	40.715,28	0,0000	0,00	236.978,81
31/05/2008	0,9511	198.130,16	21,7644	0,0000	43.121,81	0,0000	0,00	241.251,97
30/06/2008	0,9116	199.936,34	22,7507	0,0000	45.486,89	0,0000	0,00	245.423,23
31/07/2008	0,5911	201.118,09	23,7699	0,0000	47.805,50	0,0000	0,00	248.923,59
31/08/2008	0,2237	201.567,95	24,7890	0,0000	49.966,77	0,0000	0,00	251.534,73
30/09/2008	0,1532	201.876,83	25,7753	0,0000	52.034,44	0,0000	0,00	253.911,27
31/10/2008	0,4856	202.857,14	26,7945	0,0000	54.354,60	0,0000	0,00	257.211,73
30/11/2008	0,3840	203.636,02	27,7808	0,0000	56.571,76	0,0000	0,00	260.207,78
31/12/2008	0,2935	204.233,59	28,8000	0,0000	58.819,28	0,0000	0,00	263.052,88
31/01/2009	0,6279	205.516,06	29,8192	0,0000	61.283,20	0,0000	0,00	266.799,28
28/02/2009	0,3234	206.180,80	30,7397	0,0000	63.379,41	0,0000	0,00	269.560,22
31/03/2009	0,2019	206.597,09	31,7589	0,0000	65.612,97	0,0000	0,00	272.210,06
30/04/2009	0,5395	207.711,69	32,7452	0,0000	68.015,62	0,0000	0,00	275.727,31
31/05/2009	0,5980	208.953,88	33,7644	0,0000	70.551,98	0,0000	0,00	279.505,84
30/06/2009	0,4242	209.840,17	34,7507	0,0000	72.920,90	0,0000	0,00	282.761,06

31/07/2009	0,2400	210.343,77	35,7699	0,0000	75.239,67	0,0000	0,00	285.583,44
31/08/2009	0,0830	210.518,33	36,7890	0,0000	77.447,68	0,0000	0,00	287.966,00
30/09/2009	0,1563	210.847,34	37,7753	0,0000	79.648,31	0,0000	0,00	290.495,66
31/10/2009	0,2388	211.350,94	38,7945	0,0000	81.992,58	0,0000	0,00	293.343,50
30/11/2009	0,3653	212.123,09	39,7808	0,0000	84.384,31	0,0000	0,00	296.507,41
31/12/2009	0,2406	212.633,39	40,8000	0,0000	86.754,42	0,0000	0,00	299.387,81
31/01/2010	0,8621	214.466,44	41,8192	0,0000	89.688,10	0,0000	0,00	304.154,53
28/02/2010	0,7044	215.977,19	42,7397	0,0000	92.308,06	0,0000	0,00	308.285,25
31/03/2010	0,7119	217.514,80	43,7589	0,0000	95.182,09	0,0000	0,00	312.696,88
30/04/2010	0,7285	219.099,41	44,7452	0,0000	98.036,48	0,0000	0,00	317.135,88
31/05/2010	0,4413	220.066,30	45,7644	0,0000	100.711,98	0,0000	0,00	320.778,28
30/06/2010	0,0122	220.093,16	46,7507	0,0000	102.895,05	0,0000	0,00	322.988,19
31/07/2010	0,0000	220.093,16	47,7699	0,0000	105.138,20	0,0000	0,00	325.231,34
31/08/2010	0,0000	220.093,16	48,7890	0,0000	107.381,34	0,0000	0,00	327.474,47
30/09/2010	0,5217	221.241,31	49,7753	0,0000	110.123,62	0,0000	0,00	331.364,94
31/10/2010	0,9074	223.248,94	50,7945	0,0000	113.398,23	0,0000	0,00	336.647,16
30/11/2010	1,0256	225.538,56	51,7808	0,0000	116.785,73	0,0000	0,00	342.324,31
31/12/2010	0,6163	226.928,45	52,8000	0,0000	119.818,23	0,0000	0,00	346.746,69
31/01/2011	0,9291	229.036,80	53,8192	0,0000	123.265,72	0,0000	0,00	352.302,53
28/02/2011	0,5541	230.305,84	54,7397	0,0000	126.068,78	0,0000	0,00	356.374,62
31/03/2011	0,6560	231.816,59	55,7589	0,0000	129.258,39	0,0000	0,00	361.074,97
30/04/2011	0,7154	233.475,06	56,7452	0,0000	132.485,91	0,0000	0,00	365.960,97

Exportar dados para: CSV | Excel | XML | PDF | RTF

Honorários Advocatícios **(0,00%)** resultando em **R$0,00**

Total (Valor Corrigido + Juros + Honários): **R$365.960,97**

Cálculo efetuado em: **11/05/2011**

CONSULTAS

Processos
1º Grau
Comarca

Pesquisar por
Núm. do Processo
Número ou nome
OK

Jurisprudência
Palavra chave
OK

SERVIÇOS

- Adoções
- Conselhos da Comunidade
- Cartórios Extrajudiciais
- Circunscrições judiciárias
- Distritos das comarcas
- Endereços, telefones e fax
- E-mails das Comarcas
- Feriados nas Comarcas
- Juízes em Atividade
- Movimento Forense
- Plantão Judiciário
- Municípios das comarcas
- Turmas de Recursos
- Custas Judiciais
- Tradutores Juramentados

PESQUISAS

- Advogados Suspensos e Excluídos
- Atualização Monetária - Tabela
- Atualização Monetária - Cálculo
- Provimentos e Circulares
- Índice de Provimentos, Circulares e Ofícios Circulares

Consulta de e-mails
OK

DOCUMENTOS

- Normas e Manuais
- Regimento de Custas e Emolumentos
- Regimento Interno
- Manual do Programa Inspeção Virtual
- Lei dos Notários
- Lei Orgânica da Magistratura Nacional (20/06/2001)
- Manual das Cartas Rogatórias
- Manual de Procedimento Disciplinar (19/06/2001)
- Código de Normas: Foros Judicial e Extrajudicial - Atualizado
- Manual do Selo de Fiscalização - Atualizado

Estado de Santa Catarina
Poder Judiciário

CEJA
Comissão Estadual Judiciária de Adoção

Conselhos da Comunidade

BacenJud
BANCO CENTRAL DO BRASIL

Utilidade Pública
Jornais e Revistas

96

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Autos nº 038.06.046696-8
Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Vistos para despacho.

1- Nos termos do art. 225 do CNCGJ/SC *"Nos processos que pendem exclusivamente de realização de praça ou leilão, **já atualizado o débito exeqüendo e a avaliação**, o juiz designará leiloeiro oficial, objetivando a concretização das hastas públicas, independentemente de compromisso".*

Assim, não competindo ao leiloeiro a avaliação do imóvel, mas sim ao Sr. Oficial de Justiça, desde que recolhidas as diligências, expeça-se mandado de avaliação do bem penhorado à **fl.29**, devendo ser encaminhado junto com o mandado a avaliação realizada em 2007 (**fl.29**).

2- Ao Sr. Oficial de Justiça para proceder nova avaliação do imóvel penhorado à **fl.29**.

3- Em seguida, proceda-se novo praceamento do bem penhorado (**fl.29**).

Nomeio como leiloeiro o Sr. Lúcio Ubialli, o qual deverá ser intimado para indicar as datas para a praça a ser realizada.

Joinville (SC), 01 de agosto de 2011.

Augusto Cesar Allet Aguiar
Juiz de Direito

Endereço: Av. Hermann August Lepper, 980, em frente ao Centreventos, Saguaçú - CEP 89.221-902, Joinville-SC - E-mail: jvedb2@tjsc.jus.br

DAB

97
9

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que a intimação do ato abaixo, consta da relação nº 0298/2011, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 1216, cuja data de publicação considera-se o dia 10/08/2011, com início do prazo em 11/08/2011, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução n° 04/07-TJ.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Mario Vicente dos Passos (OAB 007.724-A/SC)	10	22/08/2011
Salustiano Luiz de Souza (OAB 010.952/SC)	10	22/08/2011

Teor do ato: "1- Nos termos do art. 225 do CNCGJ/SC "Nos processos que pendem exclusivamente de realização de praça ou leilão, já atualizado o débito exeqüendo e a avaliação, o juiz designará leiloeiro oficial, objetivando a concretização das hastas públicas, independentemente de compromisso". Assim, não competindo ao leiloeiro a avaliação do imóvel, mas sim ao Sr. Oficial de Justiça, desde que recolhidas as diligências, expeça-se mandado de avaliação do bem penhorado à fl.29, devendo ser encaminhado junto com o mandado a avaliação realizada em 2007 (fl.29). 2- Ao Sr. Oficial de Justiça para proceder nova avaliação do imóvel penhorado à fl.29. 3- Em seguida, proceda-se novo praceamento do bem penhorado (fl.29). Nomeio como leiloeiro o Sr. Lúcio Ubialli, o qual deverá ser intimado para indicar as datas para a praça a ser realizada."

Do que dou fé.
Joinville, 10 de agosto de 2011.

Escrivã(o) Judicial

JUNTADA

Faço juntada petição

que segue(m).

EM 19 SET 2011

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PET124, Página 1

98

Passos & Pillon Advogados Associados s/c

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE – SANTA CATARINA.

AUTOS: 038.06.046696-8.

147

BANCO DO BRASIL S/A, por seus procuradores constituídos, nos autos da **AÇÃO EXECUTÓRIA** epigrafada, proposta em desfavor de **CONFECÇÕES SIRPIER LTDA-ME**, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência para requerer a juntada aos autos do comprovante de recolhimento do valor correspondente à diligência do oficial de justiça.

Termos em que
Espera deferimento.

Joinville, 22 de agosto de 2011.

Mário Vicente dos Passos
OAB/SC. 7724-A

Marta S. Scolari Pillon
OAB/SC-15853-B

Simone Soares Perboni
OAB/SC 17206

22/08/2011 13:44 00003435

Rua Nove de Março, 485, sala 706, 7° andar, Edifício Freitag, Centro-
Fone/Fax: (47)422-1647- e-mail: mvpassos@terra.com.br

99

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL CDAN4332
CDA - CONTROLE DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS
AVISO DE LANCAMENTO 22/08/2011

---------- Pag: 001

FAVORECIDO....: 83.845.701/0001-59 TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SANTA C

******* PAGAMENTO NAO REALIZADO, PENDENTE DE CONFIRMACAO *******

EVENTO.....: CUSTAS PROCESSUAIS - DEMANDAS OPCRE
FORNECEDOR....: 083845701000159 TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SANTA C

PAGAMENTO NUMERO.....: 49901070
DATA DO PAGAMENTO...: 22/08/2011
DEP. PAGADORA.....: 1915 - 9 CSO CURITIBA PR
CNPJ PAGADORA.....: 00.000.000/1266-16
TIPO DE EMPRESA.....: 990 DEMAIS PESSOAS JURIDICAS
FORMA DE PAGAMENTO..: 60000 GUIAS E BOLETOS BANCARIOS
SITUACAO.....: 210 REGISTRADO-A CONFIRM
ORIGEM.....: PGTOS ON-LINE
VALORES:
DESPESA.....: 56,70
PAGAMENTO LIQUIDO: 56,70

TITULO/CONVENIO			Autenticacao	
Dt.Vncto.	Vl.Nominal	Vl.Desconto	Vl.Multa	Vl.Cobrado
00194592871000038113273566021350900000005670 0				
14/09/2011	56,70	0,00	0,00	56,70

Tipo Documento	Nr. Documento	Nr.Ser.	Dt.Emissao	Vl. Documento
BOLETO BANCARIO	038060466968		15/08/2011	56,70

OBSERVACOES
REEMB BB X CONFECçõES SIRPIER LTDA ME BBJUR 2006/0060455
AUTOS 038.06.046696-8
ADV PASSOS E PILLON ADV ASSOC
GERAT JOINVILLE

GRJ 1327356-60

190

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

MANDADO DE AVALIAÇÃO

GRJ nº 1327356-60 R$56,70

Autos nº 038.06.046696-8
Mandado 5 - Zona 04 - Oficial de Justiça
Oficial de Justiça: (0)

Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

O(A) Doutor(a) Augusto Cesar Allet Aguiar, Juiz de Direito da(o) 2ª Vara de Direito Bancário, da Comarca de Joinville, na forma da lei, etc.

MANDA o Senhor Oficial de Justiça/Avaliador que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A AVALIAÇÃO** dos bens constantes da relação abaixo:

BENS: Um terreno situado nesta cidade, fazendo frente para a Rua Realcy Silveira, com área total de 520,62 m². Matricula nº 27.695. O terreno está edificado com um sobrado com área de 420 m².
LOCAL DA DILIGÊNCIA: Rua Realcy Silveira, 1035 – Aventureiro – Joinville/SC.

Eu, Cristiane Cattoni Elias, o digitei, e eu, _____, Gilmara Nass Steffen, Escrivã Designada, o conferi e subscrevi. Joinville (SC), 20 de setembro de 2011.

Gilmara Nass Steffen
Chefe de Cartório
Subscreve por ordem da Portaria n.º 08/2011 - GJ

JUNTADA

Faço juntada mandado

que segue(m).

EM 26 OUT 2011

101

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

MANDADO DE AVALIAÇÃO

GRJ nº 1327356-60 R$56,70

Autos nº 038.06.046696-8
Mandado 5 - Zona 04 - Oficial de Justiça
Oficial de Justiça: (0) Nilton

Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

O(A) Doutor(a) Augusto Cesar Allet Aguiar, Juiz de Direito da(o) 2ª Vara de Direito Bancário, da Comarca de Joinville, na forma da lei, etc.

MANDA o Senhor Oficial de Justiça/Avaliador que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A AVALIAÇÃO** dos bens constantes da relação abaixo:

BENS: Um terreno situado nesta cidade, fazendo frente para a Rua Realcy Silveira, com área total de 520,62 m². Matricula nº 27.695. O terreno está edificado com um sobrado com área de 420 m².
LOCAL DA DILIGÊNCIA: Rua Realcy Silveira, 1035 – Aventureiro – Joinville/SC.

4

Eu, Cristiane Cattoni Elias, o digitei, e eu, _____ Gilmara Nass Steffen, Escrivã Designada, o conferi e subscrevi. Joinville (SC), 20 de setembro de 2011.

Gilmara Nass Steffen
Chefe de Cartório
Subscreve por ordem da Portaria n.º 08/2011 - GJ

CENTRAL DE MANDADOS

102

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Autos nº 038.06.046696-8
Mandado nº 5 -
Oficial de Justiça: Nilton César Cipriano (121)

Aos vinte e cinco dias do mês de Outubro de 2011, nesta Comarca de Joinville, Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao mandado extraído dos autos mencionados, compareci no local indicado e após as formalidades legais, procedi a Avaliação do(s) seguinte(s) bem(ns):

BEM(NS): Um imóvel, constituído de um terreno, fazendo frente para a rua Realci Silveira, com área total de 520,62m2, edificado com um sobrado com área de 420,00m2, sob nrº 1035 na referida rua, imóvel que avaliei em trezentos e dez mil reais .....R$ 310.000,00

Dil.Cfe.Tab. 02 x Bairro Aventureiro

Lavrei o presente laudo que subscrevo.

Nilton César Cipriano
Oficial de Justiça - Mat. 5644

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Fl. 103

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

Conforme o Manual de Procedimentos do Cartório Cível, pratiquei o ato processual abaixo:

⇒ **Ficam intimadas as partes, para manifestarem-se acerca do laudo de avaliação de fl.102, no prazo de 10 (dez) dias.**

Joinville, 26/10/2011.

Cristiane Vansuita

104

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que a intimação do ato abaixo, consta da relação nº 0028/2012, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 1329, cuja data de publicação considera-se o dia 10/02/2012, com início do prazo em 13/02/2012, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução n° 04/07-TJ.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Mario Vicente dos Passos (OAB 007.724-A/SC)	10	22/02/2012
Salustiano Luiz de Souza (OAB 010.952/SC)	10	22/02/2012

Teor do ato: "Ficam intimadas as partes, para manifestarem-se acerca do laudo de avaliação de fl.102, no prazo de 10 (dez) dias."

Do que dou fé.
Joinville, 10 de fevereiro de 2012.

Escrivã(o) Judicial

JUNTADA
Fica juntada a petição
que acompanha.

Em 03 ABR 2012

Assinatura
e carimbo

SOUZA POSTAI
Advogados Associados
OAB/SC 1270

Salustiano Luiz de Souza
George W. Postai de Souza
Daniela K. B. Postai de Souza
Erondina Postai de Souza
Jean M. Postai de Souza
Patrícia C. Zanoni Rangel

105

MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO
DA COMARCA DE JOINVILLE - SC

Autos nº 038.06.046696-8 – Ação de Execução

SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, devidamente qualificada nos autos do processo supra, por seu procurador, vem ao Juízo expor e requerer:

Tendo em vista o Laudo de Avaliação disposto nos autos, informa a Executada que **não concorda** com o mesmo.

Isto porque referido Laudo avaliou o imóvel em R$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), sendo que não houve a devida atualização do valor do bem.

Conforme já disposto e comprovado nos Embargos à Arrematação, o valor correto do imóvel, conforme avaliação documentada e juntada nestes autos, é de R$ 350.000,00 (trezentos e cinqüenta mil reais), em documento realizado em 2009.

156

Desta forma, impugna a Executada o Laudo de Avaliação dos autos, haja vista que não houve a correta avaliação do bem até os dias atuais, conforme comprovado documentalmente em petição anterior.

No mais, pugna pelo seguimento do feito, com a aceitação do valor atualizado do imóvel até a data de 2012, **com base em prova documental realizada nos Embargos à Arrematação de nº 038.09.041724-8, requerendo prova emprestada para fins de correta avaliação.**

Termos em que Requer e Espera Deferimento.

Joinville - SC, 13 de fevereiro de 2012.

GEORGE WILLIAN POSTAI DE SOUZA
Advogado - OAB/SC 23.789

SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA
Advogado - OAB/SC 10.952

Rua Dona Francisca, 260 - Sala 1302 - 13º andar - Ed. Deville - Centro - CEP 89.201-250 - Joinville - SC
www.souzapostai.com.br - Fones (47) 3028-3761 - 3028-8191 - advocacia@souzapostai.com.br

CONCLUSÃO

Faço conclusos o(a) Juiz(a) de Direito.

EM 02 MAI 2012

Assinatura e carimbo

106

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Autos nº 038.06.046696-8
Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Vistos para despacho.

INTIME-SE a executada Sirlei para trazer aos autos a prova a que se refere na petição de **fl.105**, uma vez que os autos n. 038.09.041724-8 estão arquivados e só podem ser reabertos mediante o pagamento de taxa de desarquivamento, o que deve ser providenciado pela parte interessada.

Cumprido o item acima pela parte executada, ao exequente para manifestação, em cinco dias.

Joinville (SC), 27 de junho de 2012.

Augusto Cesar Allet Aguiar
Juiz de Direito

107

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que a intimação do ato abaixo, consta da relação nº 0378/2012, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 1484, cuja data de publicação considera-se o dia 26/09/2012, com início do prazo em 27/09/2012, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução n° 04/07-TJ.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Salustiano Luiz de Souza (OAB 010.952/SC)	10	08/10/2012

Teor do ato: "INTIME-SE a executada Sirlei para trazer aos autos a prova a que se refere na petição de fl.105, uma vez que os autos n. 038.09.041724-8 estão arquivados e só podem ser reabertos mediante o pagamento de taxa de desarquivamento, o que deve ser providenciado pela parte interessada. Cumprido o item acima pela parte executada, ao exequente para manifestação, em cinco dias."

Do que dou fé.
Joinville, 26 de setembro de 2012.

Escrivão(ã) Judicial

C A R G A – 2.ª VARA DIREITO BANCÁRIO

CERTIFICO que, nesta data, os presentes autos, contendo 107 folhas, foram entregues a(o): George William Bastos de Souza, mediante carga nº _____/_____, do livro respectivo, ficando o(a) mesmo(a) intimado(a) de todos os demais atos do processo. O referido é verdade e dou fé.

Joinville(SC), 26 de Set de 2012.

(Assinatura e carimbo)

RECEBIMENTO

Recebi o processo

EM 27 SET 2012

Assinatura e carimbo

JUNTADA

Faço juntada

que segue(m).

EM 03 SET 2012

Assinatura e carimbo

SOUZA POSTAI
Advogados Associados
OAB/SC 1270

Salustiano Luiz de Souza
George W. Postai de Souza
Daniela K. B. Postai de Souza
Erondina Postai de Souza
Jean M. Postai de Souza
Patrícia C. Zanoni Rangel

103

DJ JOINVILLE 27/SET/2012 15:49 05818D

MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO

DA COMARCA DE JOINVILLE - SC

Autos nº 038.06.046696-8 – Ação de Execução

132

SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, devidamente qualificada nos autos do processo supra, por seu procurador, vem ao Juízo expor e requerer:

Tendo em vista o despacho de fls. 106, informa que o documento a que se refere a petição de fls. 105 encontra-se com cópia nestes próprios autos, às fls. 78.

Desta forma, retifica que não é necessário prova emprestada, mas tão somente a consideração deste r. Juízo quanto ao valor do imóvel, avaliado por corretor de imóveis especializado.

No mais, pugna pelo seguimento do feito, com a aceitação do valor de mercado do imóvel, conforme fls. 78.

Termos em que Requer e Espera Deferimento.

Joinville - SC, 27 de setembro de 2012.

GEORGE WILLIAN POSTAI DE SOUZA
Advogado - OAB/SC 23.789

SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA
Advogado - OAB/SC 10.952

Rua Dona Francisca, 260 - Sala 1302 - 13º andar - Ed. Deville - Centro - CEP 89.201-250 - Joinville - SC
www.souzapostai.com.br - Fones (47) 3028-3761 - 3028-8191 - advocacia@souzapostai.com.br

CONCLUSÃO

Faço conclusão ao Juízo de Direito.

EM 13 DEZ 2012

Assinatura e carimbo

109

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Autos n° 038.06.046696-8
Ação: Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Solvente/Execução
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Decisão Interlocutória:

Trata-se de **Execução por Quantia Certa** na qual o Exequente insurgiu-se em relação ao valor da segunda avaliação do imóvel penhorado, realizada pelo Sr. Oficial de Justiça.

Compulsando os autos verifica-se que, após a citação válida do Executado, foi realizada penhora no autos de bem imóvel (um terreno edificado com um sobrado de mat. 29.695) em data de 17/05/2007, sendo avaliado inicialmente em R$ 250.000,00 – fl. 29. Transcorrido o prazo para interposição de embargos sem manifestação alguma dos Executados, foi determinado o praceamento.

Todavia, antes de realizado o praceamento do imóvel, a Executada Sirlei Lucidonio Melo Souza requereu em 24/09/2009, tendo em vista o tempo transcorrido, a atualização do valor do débito e nova avaliação do imóvel penhorado, buscando seu atual valor de mercado, uma vez que nos autos 038.09.041724-8 este mesmo imóvel foi avaliado (fl. 78 dos presentes autos) no patamar de R$ 350.000,00 (Trezentos e Cinquenta Mil Reais).

Deferido pelo Juízo o pedido, foi atualizado o valor do débito pelo Exequente (fl. 92/95) e realizada nova avaliação do imóvel penhorado em data de 25/10/2013 pelo Sr. Oficial de Justiça (fl. 102) no valor de R$ 310.000,00 (Trezentos e Dez Mil Reais), sendo esta última impugnada pela Executada por apresentar valor abaixo do que entende ser o valor de mercado do imóvel.

Com efeito, é possível que se determine nova avaliação do bem quando houver fundada dúvida sobre o valor a ele atribuído, sendo exatamente a situação que se verifica no caso presente, pois a Executada menciona e compara três avaliações diferentes do mesmo imóvel, com valores diversos e todas realizadas em datas diversas, todavia de 2007 a 2009 teria havido uma grande valorização do imóvel e posteriormente para 2013, ao contrário, uma considerável desvalorização. Assim dispõe o Código de Processo

> Art. 683. É admitida nova avaliação quando:
>
> I - qualquer das partes argüir, fundamentadamente, a ocorrência de erro na avaliação ou dolo do avaliador;
>
> II - se verificar, posteriormente à avaliação, que houve majoração ou diminuição no valor do bem; ou
>
> **III - houver fundada dúvida sobre o valor atribuído ao bem (art. 668, parágrafo único, inciso V).**

110

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Diante do exposto, DETERMINO a realização de nova avaliação do imóvel penhorado nos presentes autos por Oficial de Justiça Avaliador, devendo ser intimada a Executada Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira para que providencie o recolhimento das custas do Sr. Oficial de Justiça no prazo de 05 (cinco) dias.

Com a juntada da avaliação nos autos, intimem-se as partes. Havendo insurgência retornem conclusos.

Do contrário, intime-se o credor em 10 dias para dizer se pretende adjudicar o bem pelo valor da avaliação.

Havendo interesse na adjudicação, conclusos.

Não havendo, deverá ser realizada a praça, nomeando-se leiloeiro o Sr. Vicente Alves Pereira Neto, com endereço à Av. Hermann August Lepper, n. 1500, Bairro Saguaçú, Joinville - SC, fone (47) 3026-1615, devendo ser intimado para cumprimento.

Joinville (SC), 10 de fevereiro de 2014.

Edenildo da Silva
Juiz de Direito

JUNTADA

Faço juntada petição

que segue(m).

EM 15 MAI 2014

Assinatura
e carimbo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

Protocolo Eletrônico e-SAJ - Petição Intermediária

Dados do Processo:

Foro: **Joinville**
Vara: **2ª Vara de Direito Bancário**
Processo: **0380604-66.968 . . .**
Tipo da petição: **Procuração/Substabelecimento**
Assunto: -
Exequente: **Banco do Brasil S/A**
Advogado: **Mario Vicente dos Passos**
Executado: **Confeccoes Sirpier Ltda**

Petição protocolada por: **EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA**
E-mail: **faa753@gmail.com**
Número da GRJ: -
Quantidade de folhas impressas (cotar nas custas finais): **3**

Petição protocolada em **26/08/2013, às 10:08 h.**

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PET144, Página 1

NATIVIDADE E GONÇALVES
SOCIEDADE DE ADVOGADOS - OAB/PR 361

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE – ESTADO DE SANTA CATARINA

Autos nº 038.06.046696-8

Autor: BANCO DO BRASIL

Réu: CONFECÇÕES SIRPIER LTDA

BANCO DO BRASIL S/A, sociedade de economia mista, sediada no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Bloco C, lote 32, Ed. Sede III, em Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.000.000/0001-91, devidamente representada por seu procurador, com escritório profissional Rua Araújo Figueiredo, 119, Sala 701, centro, Florianópolis, Santa Catarina, onde recebe intimações, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, nos autos em epígrafe **requerer** a juntada de procuração e substabelecimento a fim de regularizar sua representação processual, bem como o **DESARQUIVAMENTO** para **vista dos autos fora do Cartório**, pelo prazo legal, nos termos do art. 40, do CPC.

Por fim, requer que as intimações no Diário de Justiça ocorram em nome dos patronos **Genésio Felipe de Natividade** (OAB/SC 35.850-A), **Luiz Alberto Gonçalves** (OAB/SC 35.836-A) e **Emerson Norihiko Fukushima** (OAB/SC 30.687-A), sob pena de nulidade, nos termos do art. 236, § 1º, do CPC.

Termos em que,
Pede Deferimento.
Florianópolis, 23 de Agosto de 2013.

Genésio Felipe de Natividade	**Luiz Alberto Gonçalves**	**Emerson Norihiko Fukushima**
OAB/SC 35.850-A	**OAB/SC 35.836-A**	**OAB/SC 30.687-A**

MATRIZ: Rua Voluntários da Pátria, 400, Cj. 901, Centro, Curitiba/PR. (41) 3089-8585 - E-MAIL: contato@natividadegoncalves.com.br
FILIAL PR: Rua Paraná, 3056 – cj. 1202, Centro, Cascavel/PR. (45) 3038-8574
FILIAL SC: Rua Araújo Figueiredo, 119, Sala 701, Centro, Florianópolis/SC. (48) 3879-7612
FILIAL RS: Travessa Francisco Leonardo Truda, 40, Cj. 96, Centro Histórico, Porto Alegre/RS. (51) 3085-5855

Este documento é cópia fiel do original assinado digitalmente por EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA.
Para visualizar o original, acesse o site 5, e informe o processo 0380604-66.968 . . . e o código 1516V.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PROC145, Página 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Livro : 2004

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS DO DISTRITO FEDERAL

Ronaldo Ribeiro de Faria - Tabelião

FLS : 191

Prot : 579663

SISJN0476

Cole esta parte na pasta

CNA 2 - LOTE 01 - LOJAS 01 e 02 (PRAÇA DO DI) - TAGUATINGA - DF - CEP 72.110-025
FONE:(61) 3036-4444 - FAX (61) 3351-6992
email: cartorio5df@gmail.com

3486-993f-07a3-d2a9
0d64-598d-9083-44e6
www.certisign.com.br

P R O C U R A Ç Ã O bastante que faz(em):**BANCO DO BRASIL S.A.**

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (23/08/2010), nesta cidade de Taguatinga, Distrito Federal, em Cartório, lavro este instrumento público, em que, comparece(m) como outorgante(s), **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, sediado no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Bloco C, Lote 32, Edifício Sede III, em Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o número 00.000.000/0001-91, com seus atos constitutivos registrados e arquivados no Departamento Nacional do Registro do Comércio sob o número 83, neste ato representado, na forma prevista no artigo 27 do Estatuto, por seu Diretor Jurídico, **Dr. ORIVAL GRAHL**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 6.266, CPF/MF nº 486.267.409-72, Carteira de Identidade nº 7/R.866.416, expedida em 16.11.1987 pela SSP/SC, residente nesta Capital e domiciliado na Sede da Empresa, investido na função conforme decisão do Conselho de Administração do Banco do Brasil, reunido em 14 de dezembro de 2009, registrada em 1º de fevereiro de 2010, sob o nº 20100078320, na Junta Comercial do Distrito Federal, cuja cópia fica aqui arquivada, identificado e reconhecido como o próprio do que dou fé. E por ele, na forma como vem representado, me foi dito que, por este instrumento público, nomeia e constitui seus procuradores **GENÉSIO FELIPE DE NATIVIDADE**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR sob o nº 10.747 e no CPF/MF sob o nº 233.839.849-15 e **LUIZ ALBERTO GONÇALVES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR sob o nº 08.146 e no CPF/MF sob o nº 146.884.339-72, na condição de sócios de Natividade e Gonçalves Sociedade de Advogados, sociedade registrada na OAB/PR sob o nº 00361, inscrita no CNPJ/MF nº 01.802.618/0001-38, sediada na Rua Voluntários da Pátria, nº 475, conjunto 412, Centro, em Curitiba-PR, CEP 80020-926 (dados fornecidos por declaração, ficando o Outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção), que foi credenciada e contratada ao amparo do Edital de Licitação 2008/0425 (7421) SL para prestar serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica ao Outorgante nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ficam conferidos aos procuradores os poderes necessários à defesa dos interesses do Outorgante nas esferas administrativa e extrajudicial, além dos poderes da cláusula ***ad judicia***, para atuar em primeiro e segundo graus de jurisdição, bem como nos juizados especiais, colégios e turmas recursais, compreendendo ainda os atos de interpor recursos e apresentar contrarrazões a recursos interpostos aos tribunais superiores e ao Supremo Tribunal Federal, apenas ressalvado que o acompanhamento de processos e a atuação nesses tribunais ficarão exclusivamente a cargo dos advogados-empregados do Outorgante, e ainda os poderes especiais, quando autorizados pelo Outorgante, de reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber e dar quitação em autos de processo judicial, com recebimento de crédito do Outorgante somente mediante depósito judicial, vedado aos Outorgados o levantamento do valor depositado, podendo os Outorgados, no entanto, requerer a expedição de alvará de levantamento apenas em nome do Outorgante, retirar em cartório ou serventia judicial o alvará de levantamento para entrega ao Outorgante, não podendo retirar em cartório ou serventia judicial qualquer alvará de levantamento, quando expedido em nome dos Outorgados, firmar compromisso, apresentar reclamação e representação correicional e ingressar em recinto no qual esteja sendo realizada assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o Outorgante, ou perante a qual este deva comparecer, podendo, para tanto, propor ou contestar ações, inclusive ações rescisórias, opor exceção de qualquer natureza, reconvir, nomear e impugnar peritos, prestar informações e usar de todos os recursos em direito permitidos, aceitar ou embargar concordatas, requerer falências, declarar ou impugnar créditos, praticar todos os atos necessários em processos de recuperação judicial e extrajudicial, representar o Outorgante perante órgãos públicos, solicitar informações escritas necessárias ao desempenho dos poderes ora outorgados, receber intimações para ciência e andamento dos respectivos pleitos, exceto as que, por força de lei, devam ser feitas unicamente ao Outorgante. Os poderes ora outorgados poderão ser exercidos conjunta ou individualmente. O presente mandato não revoga outros mandatos que anteriormente tenham sido firmados e ratifica todos os atos praticados em decorrência destes. Os poderes ora conferidos aos Outorgados podem ser substabelecidos com reserva.. Esclareço ao(s) outorgante(s) o significado deste ato após o que lhe(s) li em voz alta e pausada o presente instrumento que aceitou(aram) e assinou(aram). DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS DE ACORDO COM A LEI. DOU FÉ. Eu _____ ELIENE GOMES LIMA SAMPAIO SILVA, Escrevente Autorizada, a lavrei, conferi, li e encerro e presente ato colhendo as assinaturas. E eu, Tabelião Substituto, dou fé, assino e subscrevo. (aa.) **GERALDO EUSTÁQUIO PEREIRA, ORIVAL GRAHL. Nada mais.** Trasladada em seguida.

EM TESTEMUNHO ( ) DA VERDADE.

Emol. R$ 23,55 - LILI.

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS DO DISTRITO FEDERAL
Ariane Augusto N. Gomes
ESCREVENTE AUTORIZADO

Este documento é cópia fiel do original assinado digitalmente por EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA.
Para visualizar o original, acesse o site 5, e informe o processo 0380604-66.968... e o código 2516V.

Cole esta parte na pasta
SISJ/10477

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, **COM RESERVA**, os poderes que me foram outorgados por **BANCO DO BRASIL S/A** ao advogado: **Emerson Norihiko Fukushima**, brasileiro, advogado, inscrito na **OAB/SC sob nº 30.687-A**, com escritório profissional à Rua Voluntários da Pátria, nº. 400, Edifício Wawel, 9º. Andar, sala 901475, 4º andar, cj. 412, Centro, Curitiba/PR, CEP 80.020-000.

Curitiba, 13 de setembro de 2012.

10o TABELIONATO DE NOTAS
CNPJ 75.228.[illegible]/0001-53
RUA CANDIDO LOPES [illegible]
GALERIA TIJUCAS - [illegible]
EJA12613

RECONHECIMENTO=*0135*72174*

EM CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NO PROVIMENTO 60/2005 E OF. CIRCULAR 17/05 DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTICA, A PRESENTE FIRMA É RECONHECIDA POR SEMELHANÇA POR NÃO TER COMPARECIDO O SIGNATÁRIO PESSOALMENTE NESSA SERVENTIA. RECONHECO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE: // LUIZ ALBERTO GONÇALVES (0504392) // [illegible]

DOU QUE DOU FÉ.
CURITIBA-PR, 13 de setembro de 2012.

Thaís Polli Pompilho
10º Serventia Notarial
E. Juramentada

LUIZ ALBERTO GONÇALVES
OAB/PR 8.146

Este documento é cópia fiel do original assinado digitalmente por EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA.
- Para visualizar o original, acesse o site 5, e informe o código 03516V.

115
C

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, consta da relação nº 0226/2014, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 1875, cuja data de publicação considera-se o dia 22/05/2014, com início do prazo em 23/05/2014, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução n° 04/07-TJ.

Advogado	Prazo em dia	Término do prazo
Emerson Norihiko Fukushima (OAB 30687AS/C)	10	02/06/2014
Genésio Felipe de Natividade (OAB 35850AS/C)	10	02/06/2014
Luiz Alberto Gonçalves (OAB 35836AS/C)	10	02/06/2014
Salustiano Luiz de Souza (OAB 10952/SC)	10	02/06/2014

Teor do ato: "Diante do exposto, DETERMINO a realização de nova avaliação do imóvel penhorado nos presentes autos por Oficial de Justiça Avaliador, devendo ser intimada a Executada Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira para que providencie o recolhimento das custas do Sr. Oficial de Justiça no prazo de 05 (cinco) dias. Com a juntada da avaliação nos autos, intimem-se as partes. Havendo insurgência retornem conclusos. Do contrário, intime-se o credor em 10 dias para dizer se pretende adjudicar o bem pelo valor da avaliação. Havendo interesse na adjudicação, conclusos. Não havendo, deverá ser realizada a praça, nomeando-se leiloeiro o Sr. Vicente Alves Pereira Neto, com endereço à Av. Hermann August Lepper, n. 1500, Bairro Saguaçú, Joinville - SC, fone (47) 3026-1615, devendo ser intimado para cumprimento."

Do que dou fé.
Joinville, 22 de maio de 2014.

Escrivão(ã) Judicial

JUNTADA

Faço juntada [illegible]

que segue(m).

EM 29 JUL 2014

Assinatura e carimbo

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PET149, Página 1

Souza Postai
OAB/SC 1270 Advogados Associados

Salustiano Luiz de Souza
George W. Postai de Souza
Jean M. Postai de Souza
Erondina Postai de Souza
Daniela K. B. Postai de Souza
Patrícia C. Zanoni Rangel

MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO

DA COMARCA DE JOINVILLE - SC

Autos nº 038.06.046696-8 – Ação de Execução

SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, devidamente qualificada nos autos do processo supra, por seu procurador, vem ao Juízo expor e requerer:

Informa a Executada que não tem condições de efetuar o recolhimento de quaisquer custas, eis que litiga pela Justiça Gratuita.

No mais, pugna por nova avaliação do imóvel.

352

Termos em que Requer e Espera Deferimento.

Joinville - SC, 22 de maio de 2014.

Salustiano Luiz de Souza
Advogado - OAB / SC 10.952

George Willian Postai de Souza
Advogado - OAB / SC 23.789

Jean Michel Postai de Souza
Advogado - OAB / SC 29.984

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA. Protocolado em 22/05/2014 às 09:44:45, sob o número WJVE.14.10024625-0. Para acessar os autos processuais, acesse o site http://www.tjsc.jus.br/portal, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038/80015 e o código 106C73F.

Rua Dona Francisca, 260 - Sala 1302 - 13º andar - Ed. Deville - Centro - CEP 89.201-250 - Joinville - SC
www.souzapostai.com.br - Fones (47) 3028-3761 - 3028-8191 - advocacia@souzapostai.com.br

JUNTADA

Faço juntada

que segue(m).

EM 29 JUL 2014

Assinatura
e carimbo

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PET151, Página 1

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOINVILLE – ESTADO DE SANTA CATARINA

Autos nº: 038.06.046696-8

Autor: BANCO DO BRASIL S/A

Réu: CONFECÇÕES SIRPIER LTDA ME

BANCO DO BRASIL, devidamente qualificado e representado nos autos em epígrafe, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por meio de seus advogados, em atenção ao despacho de fls., indicar o leiloeiro abaixo, de acordo com o previsto no art. 706 do CPC:

Sra. ELIZABETE UBIALLI, com escritório situado a Rua Jade Magalhães, 73/71. Centro. Florianópolis/SC.. Fone (48) 9168-2023, 9188-5405. elizabete@uniallileiloes.com.br

Diante do exposto, requer a intimação dos leiloeiros indicados, para que se possa efetivar o leilão do bem penhorado.

Aproveita o ensejo para requer que as intimações no Diário de Justiça ocorram em nome dos patronos **Genésio Felipe de Natividade** (OAB/SC 35.850-A), **Luiz Alberto Gonçalves** (OAB/SC 35.836-A) e **Emerson Norihiko Fukushima** (OAB/SC 30.687-A), sob pena de nulidade, nos termos do art. 236, § 1º, do CPC.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Florianópolis, 30 de maio de 2014.

Genésio Felipe de Natividade
OAB/SC 35.850-A

Luiz Alberto Gonçalves
OAB/SC 35.836-A

Emerson Norihiko Fukushima
OAB/SC 30.687-A

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE. Protocolado em 30/05/2014 às 17:28:54, sob o número WJVE.14.10028017-3. Para acessar os autos processuais, acesse o site http://www.tjsc.jus.br/portal, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038/80016 e o código 117AE19.

CONCLUSÃO

Faço conclusos [illegible] de Direito.

EM 31 JUL 2014

Assinatura
e carimbo

118
ams

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Autos n° 0046696-30.2006.8.24.0038
Ação: Execução de Título Extrajudicial/PROC
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Decisão Interlocutória:

Trata-se de execução por quantia certa na qual foram citados os executados (fl.26) e penhorado bem imóvel, tendo o prazo transcorrido sem manifestação(fl.31).

Atualizado o valor do débito(fls. 92/95) e avaliado o imóvel penhorado por oficial de justiça (fl. 102), foi impugnada a avaliação pela executada Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira, sendo determinado por este Juízo a realização de nova avaliação do imóvel mediante o recolhimento das custas do oficial de justiça pelo executado(fls. 109/110).

Intimada a executada, informou que não possui condições de efetuar o recolhimento das custas eis que litiga pela Justiça Gratuita.

Ocorre, todavia, que em nenhum momento a executada trouxe aos autos os documentos necessários à comprovação da hipossuficiência alegada e, ainda, em nenhum momento lhe foi concedido o benefício da justiça gratuita.

Sendo assim, intime-se a executada Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira para que encarte aos autos contracheque e extrato bancário de sua titularidade, relativo aos últimos 03(três) meses ou ainda, proceda o recolhimento das custas do oficial de justiça para nova avaliação do imóvel, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de o valor apresentado na avaliação à fl. 102 ser considerado válido.

Joinville (SC), 20 de outubro de 2014.

Edenildo da Silva
Juiz de Direito

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, CERT154, Página 1

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, consta da relação nº 0167/2015, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 2078, cuja data de publicação considera-se o dia 26/03/2015, com início do prazo em 27/03/2015, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução n° 04/07-TJ.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Salustiano Luiz de Souza (OAB 10952/SC)	10	06/04/2015

Teor do ato: "Trata-se de execução por quantia certa na qual foram citados os executados (fl.26) e penhorado bem imóvel, tendo o prazo transcorrido sem manifestação(fl.31). Atualizado o valor do débito(fls. 92/95) e avaliado o imóvel penhorado por oficial de justiça (fl. 102), foi impugnada a avaliação pela executada Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira, sendo determinado por este Juízo a realização de nova avaliação do imóvel mediante o recolhimento das custas do oficial de justiça pelo executado(fls. 109/110). Intimada a executada, informou que não possui condições de efetuar o recolhimento das custas eis que litiga pela Justiça Gratuita. Ocorre, todavia, que em nenhum momento a executada trouxe aos autos os documentos necessários à comprovação da hipossuficiência alegada e, ainda, em nenhum momento lhe foi concedido o benefício da justiça gratuita. Sendo assim, intime-se a executada Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira para que encarte aos autos contracheque e extrato bancário de sua titularidade, relativo aos últimos 03(três) meses ou ainda, proceda o recolhimento das custas do oficial de justiça para nova avaliação do imóvel, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de o valor apresentado na avaliação à fl. 102 ser considerado válido."

Do que dou fé.
Joinville, 26 de março de 2015.

Escrivã(o) Judicial

JUNTADA

Faço juntada
que segue(m)

EM 01 JUN 2015

Assinatura
e carimbo

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PET156, Página 1

Souza Postai
OAB/SC 1270 Advogados Associados

Salustiano Luiz de Souza | Erondina Postai de Souza
George W. Postai de Souza | Daniela K. B. Postai de Souza
Jean M. Postai de Souza | Patrícia C. Zanoni Rangel

120

fls. 1

MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DE JOINVILLE - SC

Autos nº 038.06.046696-8 – Ação de Execução

SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, devidamente qualificada nos autos do processo supra, por seu procurador, vem ao Juízo expor e requerer:

A Parte Executada a fim de comprovar que não tem condições de arcar com o pagamento de quaisquer custas, sem o comprometimento da sua subsistência, requer a juntada de cópia da sua CTPS, demonstrando que em seus últimos vínculos trabalhistas, bem como no atual, a sua renda mensal é de R$ 1.100,00 (um mil e cem reais).

Outrossim, através das cópias anexas, podemos constatar que a Parte Executada está empregada há pouquíssimo tempo, desde 16 de março do corrente ano, razão pela qual não possui cópia de contracheque e/ou extratos bancários, sendo que, infelizmente, não permaneceu por grandes períodos nas empresas anteriores.

162

Assim sendo, certo se mostra que a Parte Autora é carecedora dos benefícios da Justiça Gratuita, devendo-se deferir tal benefício à mesma, isentando-a de todas as custas processuais.

No mais, pugna pelo regular seguimento do feito, com a determinação de nova avaliação do imóvel do imóvel penhorado nos autos.

Termos em que Requer e Espera Deferimento.

Joinville - SC, 31 de março de 2015.

Salustiano Luiz de Souza	***George Willian Postai de Souza***	***Jean Michel Postai de Souza***
Advogado - OAB / SC 10.952	*Advogado - OAB / SC 23.789*	*Advogado - OAB / SC 29.984*

Rua Dona Francisca, 260 - Sala 1302 - 13º andar - Ed. Deville - Centro - CEP 89.201-250 - Joinville - SC
www.souzapostai.com.br - Fones (47) 3028-3761 - 3028-8191 advocacia@souzapostai.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA. Protocolado em 31/03/2015 às 11:15:06, sob o número WJVE.15.10035952-8. Para conferir o original, acesse o site http://www.tjsc.jus.br/portal, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038/80017 e o código 27986FB.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA. Protocolado em 31/03/2015 às 11:15:06, sob o número WJVE.15.10035952-8. Para conferir o original, acesse o site http://www.tjsc.jus.br/portal, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038/80017 e o código 27986FE.

fls. 2

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: Atrio Hotels S.A.bis Styles Joinville
CNPJ: 80.732.928/0009-87
Endereço: COMANDANTE FREDERICO STOLL 47
Município: Joinville Estado: SC

Colaborador: 82 - SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA
Cadastro: 82 Ficha: 82
Cargo: Atendente A&B I CBO: 422105
Admissão: 04/12/2014
Remuneração: 1.100,00 Mensal

.....
.....
.....
.....
ATRIO HOTEIS S/A
Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....
Data saída 30 de DEZEMBRO de 2014
.....
ATRIO HOTEIS S/A
Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....
Com. Dispensa CD Nº .....

Contrato de trabalho 17

02.554.179/0001-54

Empregador .....
KOPSCH CONFECÇÕES LTDA - ME
CGC/MF .....
Rua Rua Xavier [illegible] Nº .....
Município Joinville - [illegible]
Data do estabelecimento .....
Cargo Costureira
CBO nº 763810
Data admissão 04 de Fevereiro de 2015
Registro nº 548 Ficha .....
Remuneração especificada R$ 1.100,00 p/ mês
(Hum mil e cem reais)
KOPSCH CONFECÇÕES LTDA - ME
.....
Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....
Data saída 10 de Fevereiro de 2015
KOPSCH CONFECÇÕES LTDA - EPP
Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....
Com. Dispensa CD Nº .....

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF157, Página 1

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA. Para conferir o original, acesse o site http://www.tjsc.jus.br/portal, informe o processo 00466696-30.2006.8.24.0038/80017 e o código 27986FE.

fls. 3

15 80.935.091/0001-96

Empregador HESTILUS INDUSTRIA COMERCIO EXPORTAÇÃO LTDA.

COC/M.F. .....

Rua RUA SENADOR NILO COELHO, 50 Nº .....

Município COSTA E SILVA - Est. SANTA CATARINA CEP 89219-340

Esp. do estabelecimento JOINVILE

Cargo Auxiliar de produção

..... C.B.O. nº .....

Data admissão 16 de Março de 19 96

Registro nº 490 Fls./Ficha 5

Remuneração especificada R$ 5,00 (Cinco reais) Salário hora

.....

.....

.....

HESTILUS INDUSTRIA COMERCIO EXPORTAÇÃO LTDA.

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de 19 .....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

CONTRATO DE TRABALHO 19

Empregador .....

.....

CGC/M.F. .....

Rua ..... Nº .....

Município ..... Est. .....

Esp. do estabelecimento .....

Cargo .....

..... C.B.O. nº .....

Data admissão ..... de ..... de 19 .....

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

.....

.....

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de 19 .....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF158, Página 1

CONCLUSÃO

Faço conclusos a(o) Juiz(a) de Direito.

EM 02 JUN 2015

Assinatura e Carimbo

123

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Autos nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Ação: Execução de Título Extrajudicial/PROC
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Despacho:

Relatório vide fl. 118.

Considerando o(s) documento(s) constante(s) à(s) fl(s). 121/122, **DEFIRO** a justiça gratuita à executada Sirlei Lucidonio para liberar a postulante do pagamento das custas/despesas processuais.

EXPEÇA-SE mandado de avaliação do imóvel penhorado (fl. 28) com a ressalva de que a parte executada é beneficiária da justiça gratuita.

Com o retorno do mandado, **INTIMEM-SE** as partes para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias.

Ao final conclusos.

Joinville (SC), 02 de julho de 2015.

Luciana Lampert Malgarin
Juíza Substituta

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Processo Físico 124

MANDADO DE AVALIAÇÃO

Autos n° 0046696-30.2006.8.24.0038
Mandado 038.2015/038533-3 - Zona 07 - Oficial de Justiça (Joinville)
Oficial de Justiça: (0)
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A/
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros/

O(A) Doutor(a) Luciana Lampert Malgarin, Juíza Substituta da(o) 2ª Vara de Direito Bancário, da Comarca de Joinville, na forma da lei, etc.

MANDA o Senhor Oficial de Justiça/Avaliador que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, EFETUE A AVALIAÇÃO dos bens constantes da relação abaixo:

BENS: Um terreno situado nesta cidade, fazendo frente para a Rua Relcy Silveira, com 12,50m, tendo de fundos em ambos os lados 41,65m, fazendo travessão dos fundos dom 12,50m. Área total 520,62m². Matrícula sob o n° 27.695 (com edificação de um sobrado com área de 420m²).

OBSERVAÇÃO: A parte executada é beneficiária da justiça gratuita.

Joinville (SC), 26 de agosto de 2015.

Luciana Lampert Malgarin
Juíza Substituta

Observação: Quando constar no cabeçalho a expressão "Processo Digital", nos casos em que a fluência do prazo inicia com a juntada do mandado, a movimentação de liberação da certidão assinada digitalmente na pasta digital equivalerá, para todos os fins, à juntada do mandado. (Resolução Conjunta n. 3/2013-GP/CGJ,artigo 40, parágrafo único).

JUNTADA

Faço juntada petição

que segue(m)

EM 10 OUT 2016

Assinatura e carimbo

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PET163, Página 1

67

125
fls 1

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE- SC

SUP_284527

Autos nº 0046696-30.2006.8.24.0038

BANCO DO BRASIL S.A., já devidamente qualificado nos autos supra de ação de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**, em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME,** vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seus procuradores que ao final assinam, **PROMOVER A JUNTADA DE PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO,** sem reserva de poderes (anexo), comunicando no mesmo ato a revogação do mandato dos procuradores anteriormente constituídos.

Em ato contínuo, requer:

a) **VISTA DOS AUTOS FORA DE CARTÓRIO** pelo prazo de 05 (cinco) dias, a fim de tomar ciência dos termos da demanda e possibilitar o prosseguimento do feito;

61

b) Que independente da cadeia de substabelecimentos, toda e qualquer intimação relativa ao presente feito seja dirigida EXCLUSIVAMENTE em nome do procurador **Luiz Fernando Brusamolin – OAB/SC 29.941,** sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Curitiba, 29 de janeiro de 2016

JOSÉ ANTONIO BROGLIO ARALDI
OAB/RS 60.292
OAB/SC 30.425

LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN
OAB/RS 78.688
OAB/SC 29.941

NELSON PILLA FILHO
OAB/RS 41.666
OAB/SC 31.773

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, Protocolado em 25/02/2016 às 10:30:30, sob o número WJVE.16.10022866-1. Para conferir o original, acesse o site http://www.tjsc.jus.br/portal, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038/80018 e o código 4936585.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PROC164, Página 1

QNA 04 - LOTES 32/34 (PRAÇA DO DI) - TAGUATINGA - DF - CEP 72110-040
FONE:(61) 3961-8900 / 3351-8787 - FAX:(61) 3351-6992
Site: www.cartoriodenotasdf.com.br - email: cartorio5df@gmail.com

P R O C U R A Ç Ã O bastante que faz(em):**BANCO DO BRASIL S/A**

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze **(11/12/2015)**, nesta cidade de Taguatinga, Distrito Federal, em Cartório, lavro este instrumento público, em que, comparece(m) como outorgante(s), **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, sediado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre I, 8º Andar, Edifício Banco do Brasil, em Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o número 00.000.000/0001-91, com seus atos constitutivos registrados e arquivados no Departamento Nacional do Registro do Comércio sob o número 83, neste ato representado, na forma prevista no artigo 27 do Estatuto, por seu Diretor Jurídico, **ANTONIO PEDRO DA SILVA MACHADO**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB-DF sob nº 1.739-A e OAB-SC 7.459, portador da carteira de identidade nº 2.594.785-SSP/DF e do CPF nº 239.664.400-91, residente nesta Capital e domiciliado na Sede da Empresa, investido na função conforme decisão do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. em reunião em 16 de setembro de 2013, cuja ata foi registrada sob o nº 20130880639 na Junta Comercial do Distrito Federal em 08 de outubro de 2013; identificado(a)(s) como o(a)(s) próprio(a)(s) em face dos documentos que me foram exibidos e de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ele(a)(s) me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia(m) e constitui(em) seu(ua)(s) procurador(a)(es)(as), **NELSON PILLA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 31.773 e no CPF/MF sob o nº 349.722.000-06, **MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA,** brasileiro, separado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 31.856 e no CPF/MF sob o nº 437.205.280-49, **LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 29.941 e no CPF/MF sob o nº 942.867.109-63, **MAURÍCIO KAVINSKI,** brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 31.712 e no CPF/MF sob o nº 796.457.049-87 e **JOSÉ ANTÔNIO BROGLIO ARALDI**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 30.425 e no CPF/MF sob o nº 804.777.040-34, sócios da sociedade de advogados **LESSA, PILLA, BRUSAMOLIN, KAVINSKI & ADVOGADOS ASSOCIADOS,** registrada na OAB/SC sob o nº 1867, inscrita no CNPJ/MF nº 04.074.640/0003-69, sediada na Rua Tenente Silveira, nº 225, sala 706, Centro, Florianópolis-SC (dados fornecidos por declaração, ficando o Outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção), que foi credenciada e contratada ao amparo do Edital de Licitação nº 2013/016655 (7421) SL, para prestar serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica ao Outorgante, no Estado de Santa Catarina, de acordo e nos limites do(s) contrato(s) administrativo(s) entabulado(s) com o Banco do Brasil. Ficam conferidos aos procuradores os poderes necessários à defesa dos interesses do Outorgante nas esferas administrativa e extrajudicial, além dos poderes da cláusula ***ad judicia***, para a prática de atos em processos no âmbito cível, fiscal, administrativo, previdenciário, trabalhista e penal, para: atuar em primeiro e segundo graus de jurisdição, nos juizados especiais, colégios e turmas recursais, compreendendo inclusive interpor recursos e apresentar contrarrazões a recursos interpostos aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal, apenas **ressalvado** que o acompanhamento de processos e a atuação nesses tribunais ficarão exclusivamente a cargo dos advogados empregados do Outorgante, propor e contestar ações, reconvir, nomear e impugnar peritos, prestar informações e usar de todos os recursos em direito permitidos, requerer falências, declarar ou impugnar créditos, praticar todos os atos necessários em processos de recuperação judicial ou extrajudicial, inclusive em assembleias de credores , representar o Outorgante perante órgãos públicos, solicitar informações escritas necessárias ao desempenho dos poderes ora outorgados, e ainda os **poderes especiais**, quando autorizados pelo Outorgante, de: reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber e dar quitação em autos de processo judicial, com recebimento de créditos do Outorgante somente mediante depósito judicial em favor do Outorgante, firmar compromisso, apresentar reclamação e representação correicional e ingressar em recinto, repartição ou outro local no qual esteja sendo realizada assembleia ou reunião de que tenha interesse, participe ou possa participar o Outorgante, ou perante a qual este deva ou tenha interesse em comparecer, para, em quaisquer processos ou procedimentos contenciosos judiciais ou administrativos, inclusive de recuperação judicial ou extrajudicial, defender os direitos e interesses do Outorgante, podendo impetrar mandados de segurança, propor ações rescisórias, opor exceção de qualquer natureza, solicitar abertura de inquéritos policiais, oferecer queixas-crime com observância ao artigo 44 do Código de Processo Penal, apresentar representação, ajuizar medidas cautelares, preventivas ou assecuratórias, bem como incidente de falsidade na esfera penal; receber intimações para ciência e andamento dos respectivos pleitos, exceto as que, por força de lei, devam ser feitas unicamente ao Outorgante. Fica **vedado** ao(s) outorgado(s) o levantamento do valor depositado em favor do Outorgante, podendo o(s) Outorgado(s), no entanto, requerer a expedição de alvará de levantamento apenas em nome do Outorgante e retirá-lo em cartório ou serventia judicial para entrega ao Outorgante. Deste modo, ao(s) Outorgado(s) fica vedada a retirada de alvará de levantamento de valores a favor do Outorgante, ainda que o alvará tenha sido expedido indevida ou equivocadamente em nome do(s) Outorgado(s), bem como requerer que os alvarás cujos valores sejam destinados ao Outorgante sejam

Cole esta parte na pasta
SISJ/10476
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN. Para conferir o original, acesse o site http://www.tjsc.jus.br/portal, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038/80018 e o código 4936585.

127
fls. 3

expedidos em nome do(s) Outorgado(s). Os poderes ora outorgados poderão ser exercidos conjunta ou individualmente. O presente mandato ratifica todos os atos praticados. Os poderes ora conferidos aos Outorgados podem ser substabelecidos, com reserva. Esclareço ao(s) outorgante(s) o significado deste ato após o que lhe(s) li em voz alta e pausada o presente instrumento que aceitou(aram) e assinou(aram). DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS DE ACORDO COM A LEI. DOU FÉ. Eu, ELIENE GOMES LIMA SAMPAIO SILVA, Escrevente Autorizada, a lavrei, conferi, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. E eu, Tabelião Substituto, dou fé, assino e subscrevo. **(aa.)MARCELO DE FARIA COSTA, Tabelião Substituto, ANTONIO PEDRO DA SILVA MACHADO, nada mais.** Trasladada em seguida. E eu, _____, subscrevo, dou fé, e assino em público e raso. Guia de recolhimento nº 00175897, no valor de R$ 31,55, referente aos emolumentos cartorários. Selo Digital nº TJDFT20150100854902TCPD. Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

EM TESTEMUNHO ( ) DA VERDADE.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN. Para conferir o original, acesse o site http://www.tjsc.jus.br/portal, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038/80018 e o código 4936585.

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Substabelecimento

Pelo presente instrumento, substabelecemos, com reserva de iguais, nas pessoas da:

Filial Paraná:
ANDRÉ LUIZ CALVO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PR 33.699; ANDRÉA CRISTIANE GRABOVSKI, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PR 36.223, PRISCILLA AURELIO RODRIGUES DOS REIS, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP 225.050; estes com escritório profissional sito à Rua Padre Anchieta, 2286, sobreloja – Bigorrilho, CEP 80.730-000, Curitiba/PR, Fone (41) 3017-5650, Fax (41) 3017-5682.

Matriz Rio Grande do Sul:
CAMILA CARTAGENA ESPELOCIN, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PR 85.869; JULIANO MUNHOZ DA SILVEIRA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 80.785; THIAGO DIAMANTE, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 76.412, estes com escritório profissional sito à Avenida Protássio Alves, 2561, cjs. 503 e 504, CEP 90.410-002, Porto Alegre/RS, Fone/Fax (51) 3397-1169.

Filial Santa Catarina:
CARLOS H. SANTOS DE ALCÂNTARA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SC 19.756, com escritório profissional sito à Rua XV de Novembro, nº 153, Sl 301, Ed. João Moritz, Centro, CEP 88.010-400, Florianópolis/SC, Fone (48) 3333-0335.

os poderes que nos foram conferidos no instrumento de mandato retro.

Observação: independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer-se que todas e quaisquer intimações deste processo sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - OAB/PR 21.777/OAB/SC 29.941-A e NELSON PILLA FILHO – OAB/RS 41.666, sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no art. 236, §1º do CPC/1973 e 272, §2º do CPC/2015

Curitiba (PR) / Porto Alegre (RS), 14 de janeiro de 2016

NELSON PILLA FILHO
OAB/PR – 58.341
OAB/RS – 41.666
OAB/SC – 37.773

LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN
OAB/PR – 21.777
OAB/RS – 78688A
OAB/SC – 29.941

Cole esta parte na pasta
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN. Para conferir o original, acesse o site http://www.[illegible] e informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038/80018 e o código 4936585.

130

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, consta da relação nº 0163/2017, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 2537, cuja data de publicação considera-se o dia 07/03/2017, com início do prazo em 08/03/2017, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução nº 04/07-TJ.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
09/03/2017 - Aniversário de Joinville - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Luiz Fernando Brusamolin (OAB 29941/SC)	5	15/03/2017

Teor do ato: "Fica concedida a carga, pelo prazo de 5 (cinco) dias."

Do que dou fé.
Joinville, 7 de março de 2017.

Escrivã(o) Judicial

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Fl. 131

CERTIDÃO

Certifico que o prazo decorreu sem oferecimento de manifestação pelo exequente acerca do ato ordinatório de fls. 129.

Joinville, 13/06/2017.

Rosana Gonçalves da Costa da Silva

132

devolução de mandado

✕ EXCLUIR ← RESPONDER ← RESPONDER A TODOS → ENCAMINHAR •••



Rosana Goncalves Da Costa Da Silva
ter 13/06/2017 16:37

Marcar como não lida

Para: Joinville - Central de Mandados;

Prezada Coordenadora,

Solicito a devolução do mandado de avaliação 038.2015/038533-3 cumprido (autos 0046696-30.2006.8.24.0038) .

Att,

Rosana Gonçalves da Costa da Silva
TJA4782
2ª Vara de Direito Bancário
Joinville/SC

JUNTADA

Faço juntada emmeio
fls. 132
que segue(m).

EM 29 JUN 2017

Assinatura
e carimbo

133

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Processo Físico

CERTIDÃO

Autos n. 0046696-30.2006.8.24.0038

Mandado n. 038.2015/038533-3 -
Oficial de Justiça: Adriano Augusto Bernardo (33163)

Certifico que, em cumprimento ao mandado extraído dos autos mencionados, compareci no local indicado e, após as formalidades legais, procedi à avaliação dos bens que segue:

01 Terreno situado nesta cidade, fazendo frente para a Rua Realcy Silveira, com 12,50 m, tendo de fundos em ambos os lado 41,65 m, fazendo travessão de fundos com 12,50 m. Área total 520,62 m/2. Matrícula sob nº 27.695 edificado com um sobrado com área de 420 m/2, que avalio em R$ 449.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil reais).

Total da Avaliação: R$ 449.000,00. Dou fé.

Conduções: 2

Resumo dos atos/diligências

Ato: Avaliação
Resultado:
Pessoa: Banco do Brasil S/A
Diligência:
30/09/2015 as 00:00 - local: Rua Realcy Silveira, 1035 - Aventureiro (distância 0 km)
20/06/2017 as 00:00 - local: Rua Realcy Silveira, 1035 - Aventureiro (distância 0 km)

Joinville, 21 de junho de 2017.

Adriano Augusto Bernardo
Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Art. 212
"DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Lei n. 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III, a"

Observação: quando constar no cabeçalho a expressão "Processo Digital", nos casos em que a fluência do prazo inicie-se com a juntada do mandado, a movimentação de liberação da certidão assinada digitalmente na pasta digital equivalerá, para todos os fins, à juntada do mandado. (Resolução Conjunta n. 3/2013-GP/CGJ, art. 40, parágrafo único).

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ADRIANO AUGUSTO BERNARDO. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038 e o código 12000005QPR4.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Fl. 134

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

⇒ Ficam intimadas as partes para manifestarem-se, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da certidão de fls. 133 "Certifico que, em cumprimento ao mandado extraído dos autos mencionados, compareci no local indicado e, após as formalidades legais, procedi à avaliação dos bens que segue:01 Terreno situado nesta cidade, fazendo frente para a Rua Realcy Silveira, com 12,50 m, tendo de fundos em ambos os lado 41,65 m, fazendo travessão de fundos com 12,50 m. Área total 520,62 m/2. Matrícula sob nº 27.695 edificado com um sobrado com área de 420 m/2, que avalio em R$ 449.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil reais).Total da Avaliação: R$ 449.000,00. Dou fé."

Joinville, 29/06/2017.

Gabriel Langaro Ortega

135

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, consta da relação nº 0644/2017, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 2649, cuja data de publicação considera-se o dia 17/08/2017, com início do prazo em 18/08/2017, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução nº 04/07-TJ.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Salustiano Luiz de Souza (OAB 10952/SC)	10	31/08/2017
Luiz Alberto Gonçalves (OAB 8146/PR)	10	31/08/2017
Emerson Norihiko Fukushima (OAB 30687/SC)	10	31/08/2017
Luiz Fernando Brusamolin (OAB 29941/SC)	10	31/08/2017
Genésio Felipe de Natividade	10	31/08/2017

Teor do ato: "Ficam intimadas as partes para manifestarem-se, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da certidão de fls. 133 "Certifico que, em cumprimento ao mandado extraído dos autos mencionados, compareci no local indicado e, após as formalidades legais, procedi à avaliação dos bens que segue: 01 Terreno situado nesta cidade, fazendo frente para a Rua Realcy Silveira, com 12,50 m, tendo de fundos em ambos os lado 41,65 m, fazendo travessão de fundos com 12,50 m. Área total 520,62 m/2. Matrícula sob nº 27.695 edificado com um sobrado com área de 420 m/2, que avalio em R$ 449.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil reais).Total da Avaliação: R$ 449.000,00. Dou fé.""

Do que dou fé.
Joinville, 17 de agosto de 2017.

Escrivã(o) Judicial

CARGA – 2ª VARA DIREITO BANCARIO

Certifico que, nesta data, os presentes autos contendo 135 folhas, foram entregues a(o): Shirlei, ficando (a/o) mesmo (a) intimado(a) de todos os demais atos do processo. O referido é verdade e dou fé. Jlle (SC), 16/08/17,

(assinatura)

RECEBIMENTO

Certifico que recebi os presentes autos em cartório na data de / / .

(assinatura).

JUNTADA

Faço juntada das fls. 136 a 139 que seguem.

EM 28 AGO 2017

Assinatura e carimbo

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PET176, Página 1

136

Souza Postai
Advogados Associados
OAB/SC 1270 Desde 1996

Salustiano Luiz de Souza — *Erondina Postai de Souza*
George W. Postai de Souza — *Jean M. Postai de Souza*
Daniela K. B. Postai de Souza — *Jamila D. H. Postai de Souza*
Luana Bileski — *Helena do Rosário*

MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC

Autos nº 0046696-30.2006.8.24.0038 – Execução de Título

CONFECCOES SIRPIER LTDA. E OUTROS, devidamente qualificados nos autos do processo supra, por intermédio dos seus procuradores, vem perante este r. Juízo manifestar-se acerca da Certidão de Avaliação de Imóvel às fls. 133:

Impugna-se a avaliação realizada pelo Oficial de Justiça, visto que o bem foi analisado por dois Corretores de Imóveis, ao qual estimou valores superiores ao do Oficial de Justiça, conforme relatórios anexos.

183

Termos Em Que Requer e Espera Deferimento.

Joinville - SC, 21 de agosto de 2017.

Salustiano Luiz de Souza
Advogado - OAB / SC 10.952

George Willian Postai de Souza
Advogado - OAB / SC 23.789

Jean Michel Postai de Souza
Advogado - OAB / SC 29.984

Rua Dona Francisca, 260 - Sala 1302 - 13º andar - Ed. Deville - Centro - CEP 89.201-250 - Joinville - SC
www.souzapostai.com.br - Fones (47) 3028-3761 - 3028-8191 - advocacia@souzapostai.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA.Protocolado em 21/08/2017 às 14:55:28, sob o número WJVE17101388221. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF177, Página 1

137

Joinville, 05 de julho de 2017

À Sirlei Lucidonio Melo
Rua Realcy Silveira nr. 1035 aventureiro
CPF/MF: 719968189-53

REF.: AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

Conforme solicitação feita a Célio D Ávila, brasileiro, Maior, corretor de imóveis, residente a rua Emilio Landmann nr. 356 Aventureiro CPF/MF 751 124 779-20, RG 2/r2.270.249 creci 6127, Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina.
estou avaliando o imóvel de propriedade da Sr(a) Sirlei Lucidonio Melo.
A avaliação foi feita pelo Método Comparativo de Dados de Mercado como consta na NBR - 5676/89.

- IMÓVEL:

- AVALIAÇÃO: A avaliação feito do referido imóvel resultou em um valor de 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), um terreno situado nesta cidade na rua Realcy Silveira nr. 1035 bairro aventureiro medindo 12,50 metros de frente, fundos em ambos os lados com 41,65 metros, travessão de fundos com 12,50 metros, área total de 520,62 metros quadrados. Edificado com um sobrado em alvenaria medindo 320,00 metros quadrados aproximadamente. com 03 aptos e sala comercial
Registro Geral de imóveis matricula nr. 73.620 da 1ª Circunscrição desta comarca.

Limitando-nos a solicitação colocamo-nos a sua disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

CELIO D'AVILA
Creci 6127

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA.Protocolado em 21/08/2017 às 14:55:28, sob o número WJVE17101388221. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/. Informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Scanned by CamScanner

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF178, Página 1

138

SOLICITAÇAO DE: SIRLEI LUCIDONIO MELO
CPF N.719.968.8189-53, Brasileira, Casada, pensionista
RESIDENTE; á Rua: REALCY SILVEIRA 1035.
Bairro Aventureiro- Joinville SC.

Terreno Residencial. Laudo de Avaliação

Conforme solicitação feita a Jose Artemio Reichert- Brasileiro, Casado, Residente na Rua Servidão João Paulino de Oliveira 508. em Joinville SC. Corretor de Imóveis- Autonomo, CRECI/SC 24744-F, do Conselho Regional dos corretores do Estado de Santa Catarina.

Matricula do imóvel. ° 73.620
Com registro junto à 1ª primeira Circunscrição de imóveis da comarca de Joinville
O IPTU N°12-1-30-20-4925 este cadastrado a Prefeitura Municipal de Joinville – SC.

Característica do imóvel e suas medidas:
Um terreno situado nesta cidade, na rua realcy Silveira n° 1035 bairro aventureiro com as seguintes medidas 12.5 de frente por 41.65 ambas as latereais e fundos com 12.5 totalizando 520.625 m² Urbanização denominada frente a nordeste

Benfeitorias. CONSTRUÇAO, Sobrado com 3 pavimentos 350 m². Parte térrea contendo uma sala ampla com garagem mais 01 apartamento.
1° piso sendo 02 apartamentos mais varanda funda sacada frente à rua principal
2° piso contendo um mezanino amplo.

Observação: Construção, que se encontra não esta regularizada junto aos órgãos públicos.
Encontra-se esse terreno com benfeitorias, murado, aterrado

Considerando, localização do imóvel, suas dimensões, com energia elétrica, água de rede
Rede de esgoto com toda infra-estrutura necessária, bem como outros aspectos que influenciam diretamente ou indiretamente em uma possível negociação
Informamos que de acordo com o mercado atual chegamos ao seguinte valor

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA.Protocolado em 21/08/2017 às 14:55:28, sob o número WJVE17101388221. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Scanned by CamScanner

139

Valor do terreno em R$250.000.00. (duzentos e cinqüenta mil reais)

Valor do sobrado. R$. 295.000.00 (duzentos e noventa e cinco mil reias).

Valor total desse Imóvel. 545.000.000 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais)

Cálculo: AT X VM² =

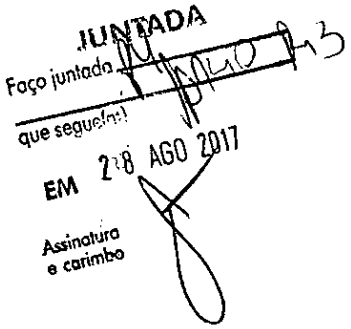
Essa avaliação foi elaborada pelo método comparativo do mercado imobiliário.

Joinville 05 de julho de 2017

Jose Artemio Reichert
CPF: 593.926.499.91
E-mail: joscreichert118@gmail.com

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA.Protocolado em 21/08/2017 às 14:55:28, sob o número WJVE17101388221. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Scanned by CamScanner


JUNTADA
Faço juntada
que segue(m)
EM 28 AGO 2017
Assinatura
e carimbo

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

140

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

* 2 8 4 5 2 7 *

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	
CÓDIGO:	20060060455000
RESPONSÁVEL:	
FICHA:	N 106708.0

Autos nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Autor: BANCO DO BRASIL S.A.
Réu: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME

BANCO DO BRASIL S.A., já devidamente qualificado nos autos supra, com sede no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre 1, 8º andar, Edifício Banco do Brasil, em Brasília Distrito Federal, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seus procuradores que ao final assinam, **PROMOVER A JUNTADA DE PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO,** comunicando no mesmo ato a revogação do mandato outorgado aos procuradores anteriormente constituídos.

Desta feita, requer-se a exclusão dos antigos patronos, em especial do DR. GENÉSIO FELIPE DE NATIVIDADE, inscrito na OAB/SC sob o n.º 35.850-A, do rol de advogados intimados dos atos processuais.

Em ato contínuo, requer que independente da cadeia de substabelecimentos, toda e qualquer intimação relativa ao presente feito seja dirigida EXCLUSIVAMENTE em nome do procurador **Luiz Fernando Brusamolin – OAB/SC 29.941** que recebe intimações eletronicamente através do endereço **intimacao@lpbk.adv.br** sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa.

Nestes termos,
Pede Deferimento.
Curitiba, 22 de agosto de 2017

JOSÉ ANTÔNIO BROGLIO ARALDI
OAB/SC 30.425

LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN
OAB/SC 29.941

NELSON PILLA FILHO
OAB/SC 31.773

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.Protocolado em 23/08/2017 às 14:41:34, sob o número WJVE17101410154. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/ informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PROC182, Página 1

141

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Livro : 2641
CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS FLS : 175
DE TAGUATINGA - DF Prot : 707475
Ronaldo Ribeiro de Faria - Tabelião

QNA 04 - LOTES 32/34 (PRAÇA DO DI) - TAGUATINGA - DF - CEP 72110-040
FONE:(61) 3961-8900 / 3351-8787 - FAX:(61) 3351-6992
Site: www.cartoriodenotasdf.com.br - email: cartorio5df@gmail.com

PROCURAÇÃO bastante que faz(em):**BANCO DO BRASIL S/A**

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze **(11/12/2015)**, nesta cidade de Taguatinga, Distrito Federal, em Cartório, lavro este instrumento público, em que, comparece(m) como outorgante(s), **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, sediado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre I, 8º Andar, Edifício Banco do Brasil, em Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o número 00.000.000/0001-91, com seus atos constitutivos registrados e arquivados no Departamento Nacional do Registro do Comércio sob o número 83, neste ato representado, na forma prevista no artigo 27 do Estatuto, por seu Diretor Jurídico, **ANTONIO PEDRO DA SILVA MACHADO**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB-DF sob nº 1.739-A e OAB-SC 7.459, portador da carteira de identidade nº 2.594.785-SSP/DF e do CPF nº 239.664.400-91, residente nesta Capital e domiciliado na Sede da Empresa, investido na função conforme decisão do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. em reunião em 16 de setembro de 2013, cuja ata foi registrada sob o nº 20130880639 na Junta Comercial do Distrito Federal em 08 de outubro de 2013; identificado(a)(s) como o(a)(s) próprio(a)(s) em face dos documentos que me foram exibidos e de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ele(a)(s) me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia(m) e constitui(em) seu(ua)(s) procurador(a)(es)(as), **NELSON PILLA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 31.773 e no CPF/MF sob o nº 349.722.000-06, **MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA**, brasileiro, separado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 31.856 e no CPF/MF sob o nº 437.205.280-49, **LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 29.941 e no CPF/MF sob o nº 942.867.109-63, **MAURÍCIO KAVINSKI**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 31.712 e no CPF/MF sob o nº 796.457.049-87 e **JOSÉ ANTÔNIO BROGLIO ARALDI**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 30.425 e no CPF/MF sob o nº 804.777.040-34, sócios da sociedade de advogados **LESSA, PILLA, BRUSAMOLIN, KAVINSKI & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, registrada na OAB/SC sob o nº 1867, inscrita no CNPJ/MF nº 04.074.640/0003-69, sediada na Rua Tenente Silveira, nº 225, sala 706, Centro, Florianópolis-SC (dados fornecidos por declaração, ficando o Outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção), que foi credenciada e contratada ao amparo do Edital de Licitação nº 2013/016655 (7421) SL, para prestar serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica ao Outorgante, no Estado de Santa Catarina, de acordo e nos limites do(s) contrato(s) administrativo(s) entabulado(s) com o Banco do Brasil. Ficam conferidos aos procuradores os poderes necessários à defesa dos interesses do Outorgante nas esferas administrativa e extrajudicial, além dos poderes da cláusula ***ad judicia***, para a prática de atos em processos no âmbito cível, fiscal, administrativo, previdenciário, trabalhista e penal, para: atuar em primeiro e segundo graus de jurisdição, nos juizados especiais, colégios e turmas recursais, compreendendo inclusive interpor recursos e apresentar contrarrazões a recursos interpostos aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal, apenas **ressalvado** que o acompanhamento de processos e a atuação nesses tribunais ficarão exclusivamente a cargo dos advogados empregados do Outorgante, propor e contestar ações, reconvir, nomear e impugnar peritos, prestar informações e usar de todos os recursos em direito permitidos, requerer falências, declarar ou impugnar créditos, praticar todos os atos necessários em processos de recuperação judicial ou extrajudicial, inclusive em assembleias de credores , representar o Outorgante perante órgãos públicos, solicitar informações escritas necessárias ao desempenho dos poderes ora outorgados, e ainda os **poderes especiais**, quando autorizados pelo Outorgante, de: reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber e dar quitação em autos de processo judicial, com recebimento de créditos do Outorgante somente mediante depósito judicial em favor do Outorgante, firmar compromisso, apresentar reclamação e representação correicional e ingressar em recinto, repartição ou outro local no qual esteja sendo realizada assembleia ou reunião de que tenha interesse, participe ou possa participar o Outorgante, ou perante a qual este deva ou tenha interesse em comparecer, para, em quaisquer processos ou procedimentos contenciosos judiciais ou administrativos, inclusive de recuperação judicial ou extrajudicial, defender os direitos e interesses do Outorgante, podendo impetrar mandados de segurança, propor ações rescisórias, opor exceção de qualquer natureza, solicitar abertura de inquéritos policiais, oferecer queixas-crime com observância ao artigo 44 do Código de Processo Penal, apresentar representação, ajuizar medidas cautelares, preventivas ou assecuratórias, bem como incidente de falsidade na esfera penal; receber intimações para ciência e andamento dos respectivos pleitos, exceto as que, por força de lei, devam ser feitas unicamente ao Outorgante. Fica **vedado** ao(s) outorgado(s) o levantamento do valor depositado em favor do Outorgante, podendo o(s) Outorgado(s), no entanto, requerer a expedição de alvará de levantamento apenas em nome do Outorgante e retirá-lo em cartório ou serventia judicial para entrega ao Outorgante. Deste modo, ao(s) Outorgado(s) fica vedada a retirada de alvará de levantamento de valores a favor do Outorgante, ainda que o alvará tenha sido expedido indevida ou equivocadamente em nome do(s) Outorgado(s), bem como requerer que os alvarás cujos valores sejam destinados ao Outorgante sejam

Cole esta parte na pasta

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.Protocolado em 23/08/2017 às 14:41:34, sob o número WJVE17101410154. Para conferir informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PROC183, Página 1

142

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Livro : 2641
CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS
DE TAGUATINGA - DF
Ronaldo Ribeiro de Faria - Tabelião
FLS : 176
Prot : 707475

QNA 04 - LOTES 32/34 (PRAÇA DO DI) - TAGUATINGA - DF - CEP 72110-010
FONE (61) 3961-8900 / 3351-8787 - FAX:(61) 3351-6992
Site: www.cartoriodenotasdf.com.br - email: cartorio5df@gmail.com

expedidos em nome do(s) Outorgado(s). Os poderes ora outorgados poderão ser exercidos conjunta ou individualmente. O presente mandato ratifica todos os atos praticados. Os poderes ora conferidos aos Outorgados podem ser substabelecidos, com reserva. Esclareço ao(s) outorgante(s) o significado deste ato após o que lhe(s) li em voz alta e pausada o presente instrumento que aceitou(aram) e assinou(aram). DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS DE ACORDO COM A LEI. DOU FÉ. Eu, ELIENE GOMES LIMA SAMPAIO SILVA, Escrevente Autorizada, a lavrei, conferi, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. E eu, Tabelião Substituto, dou fé, assino e subscrevo. **(aa.)MARCELO DE FARIA COSTA, Tabelião Substituto, ANTONIO PEDRO DA SILVA MACHADO, nada mais.** Trasladada em seguida. E eu, _____, subscrevo, dou fé, e assino em público e raso. Guia de recolhimento nº 00175897, no valor de R$ 31,55, referente aos emolumentos cartorários. Selo Digital nº TJDFT20150100854902TCPD. Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

EM TESTEMUNHO ( ) DA VERDADE.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.Protocolado em 23/08/2017 às 14:41:34, sob o número WJVE17101441054. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

143

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, substabelecemos, com reserva de iguais, nas pessoas de:

Filial Paraná:
ANDRÉA CRISTIANE GRABOVSKI, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PR 36.223, PRISCILLA AURELIO RODRIGUES DOS REIS, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP 225.050; estes com escritório profissional sito à Rua Padre Anchieta, 2286, sobreloja – Bigorrilho, CEP 80.730-000, Curitiba/PR, Fone (41) 3017-5650, Fax (41) 3017-5682.

Filial Santa Catarina:
CARLOS H. SANTOS DE ALCÂNTARA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SC 19.756, com escritório profissional sito à Rua XV de Novembro, nº 153, Sl 301, Ed. João Moritz, Centro, CEP 88.010-400, Florianópolis/SC, Fone (48) 3333-0335.

os poderes que nos foram conferidos no instrumento de mandato retro.

Observação: independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer-se que todas e quaisquer intimações deste processo sejam feitas – **EXCLUSIVAMENTE** - em nome de **LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - OAB/PR 21.777/ OAB/SC 29.941-A**, sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no art. 272, §2º do CPC/2015.

Curitiba (PR) / Florianópolis (SC), 22 de agosto de 2017

NELSON PILLA FILHO
OAB/PR – 58.341
OAB/RS – 41.666
OAB/SC – 37.773

LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN
OAB/PR – 21.777
OAB/RS – 78688A
OAB/SC – 29.941

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.Protocolado em 23/08/2017 às 14:41:34, sob o número WJVE17101410154. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

CONCLUSÃO

Faço conclusos a(o) Juiz(a) de Direito.

EM 24 AGO 2017

Assinatura e carimbo



144

PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
COMARCA DE JOINVILLE
2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO

Autos n. 0046696-30.2006.8.24.0038 Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Vistos para despacho.

I – Intime-se a parte exequente, para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o teor da petição de fl. 136 e documentos de fls. 137-139, em analogia ao disposto no art. 437, §1º, do CPC/15.

II – Após, com ou sem manifestação, certifique-se e retorne o feito concluso para deliberação.

Cumpra-se.

Joinville (SC), 04 de setembro de 2017.

Rafael Maas dos Anjos
Juiz de Direito

145

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, consta da relação nº 0822/2017, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 2689, cuja data de publicação considera-se o dia 18/10/2017, com início do prazo em 19/10/2017, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução nº 04/07-TJ.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
28/10/2017 - Funcionário Público - Prorrogação
02/11/2017 - Finados - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Luiz Fernando Brusamolin (OAB 29941/SC)	15	09/11/2017

Teor do ato: "Vistos para despacho.I - Intime-se a parte exequente, para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o teor da petição de fl. 136 e documentos de fls. 137-139, em analogia ao disposto no art. 437, §1º, do CPC/15.II - Após, com ou sem manifestação, certifique-se e retorne o feito concluso para deliberação.Cumpra-se."

Do que dou fé.
Joinville, 18 de outubro de 2017.

Escrivã(o) Judicial

CARGA – 2ª VARA DIREITO BANCARIO

Certifico que, nesta data, os presentes autos contendo 145 folhas, foram entregues a(o): Dr. Luiz F Busomolin. ficando (a/o) mesmo (a) intimado(a) de todos os demais atos do processo. O referido é verdade e dou fé. Jlle (SC), 21/10/17.

(assinatura)

RECEBIMENTO

Certifico que recebi os presentes autos em cartório na data de 06/11/17.

(assinatura)

JUNTADA
Faço juntada fls. 146
que segue.
EM 24 NOV 2017
Assinatura e carimbo

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PET189, Página 1

146

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.



PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	13/11/2017
CÓDIGO:	20060060455000
RESPONSÁVEL:	TAISA
FICHA:	N 108070.0

Autos nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Exequente: BANCO DO BRASIL S.A.
Executado: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos supra de **Execução de Título Extrajudicial**, proposto em face de **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME**, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador que ao final assina, em atenção ao despacho retro, quanto à documentação juntada referente a impugnação da avaliação realizada, informa que a impugnação trata de uma **Matrícula nº 73.620**, enquanto que a avaliação realizada pelo oficial de justiça de fls. 133 trata da **Matrícula 27.695**.

Assim, requer o prosseguimento do feito, uma vez que o objeto da impugnação não é o mesmo da avaliação realizada.

98

Por derradeiro, requer que sempre seja intimado o subscritor da presente **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941**, independentemente da juntada de qualquer substabelecimento com reservas no curso do feito, sob pena de nulidade, com fulcro no artigo 272, §5º do nCPC.

Nestes termos, pede deferimento.
Curitiba, 10 de novembro de 2017

Luiz Fernando Brusamolin	José Antônio Broglio Araldi	Carlos H. Santos de Alcântara
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.Protocolado em 13/11/2017 às 17:08:51, sob o número WJVE17101971890. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.


JUNTADA
Faço juntada
que segue(m)
EM 24 NOV 2017
Assinatura
e carimbo

147
VARA

Souza Postai
Advogados Associados
OAB/SC 1270 Desde 1996

Salustiano Luiz de Souza
Erondina Postai de Souza — *George W. Postai de Souza*
Jean M. Postai de Souza — *Daniela K. B. Postai de Souza*
Jamila D. H. Postai de Souza — *Luana Bileski*

MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC

Autos nº 0046696-30.2006.8.24.0038 – Execução de Título

CONFECCOES SIRPIER LTDA. E OUTROS, devidamente qualificados nos autos do processo supra, por intermédio dos seus procuradores, vem perante este r. Juízo manifestar-se acerca da Certidão do Laudo de Avaliação retro:

Impugna-se a avaliação realizada pelo Oficial de Justiça, visto que o bem foi analisado pelo Corretor de Imóveis, ao qual estimou valores superiores ao do Sr. Meirinho, avaliado no patamar de R$ 545.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais), conforme anexo.

Termos Em Que Requer e Espera Deferimento.

Joinville - SC, 21 de novembro de 2017.

Salustiano Luiz de Souza
Advogado - OAB / SC 10.952

George Willian Postai de Souza
Advogado - OAB / SC 23.789

Jean Michel Postai de Souza
Advogado - OAB / SC 29.984

Rua Dona Francisca, 260 - Sala 1302 - 13º andar - Ed. Deville - Centro - CEP 89.201-250 - Joinville - SC
www.souzapostai.com.br - Fones (47) 3028-3761 - 3028-8191 - advocacia@souzapostai.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA.Protocolado em 21/11/2017 às 17:00:40, sob o número WJVE17102026587. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF192, Página 1

SOLICITAÇAO DE: SIRLEI LUCIDONIO MELO
CPF N.719.968.8189-53, Brasileira, Casada, pensionista
RESIDENTE; á Rua: REALCY SILVEIRA 1035.
Bairro Aventureiro- Joinsville SC.

Terreno Residencial. Laudo de Avaliação

Conforme solicitação feita a **Jose Artemio Reichert**- Brasileiro, Casado, Residente na Rua Servidão João Paulino de Oliveira 508, em Joinville SC, Corretor de Imoveis Autonomo, **CRECI/SC 24744-F, do Conselho Regional dos corretores do Estado de Santa Catarina.**

Matricula do imóvel. ° 73.620
Com registro junto à 1ª primeira Circunscrição de imóveis da comarca de Joinville
O IPTU N°12-1-30-20-4925 este cadastrado a Prefeitora Municipal de Joinville – SC.

Caracteristica do imóvel e suas medidas:
Um terreno situado nesta cidade, na rua realcy Silveira n° 1035 bairro aventureiro com as seguintes medidas 12.5 de frente por 41.65 ambas as latereais e fundos com 12.5 totalizando 520.625 m² Urbanização denominada frente a nordeste

Benfeitorias. CONSTRUÇAO. Sobrado com 3 pavimentos 350 m². Parte térrea contendo uma sala ampla com garagem mais 01 apartamento.
1° piso sendo 02 apartamentos mais varanda funda sacada frente à rua principal
2° piso contendo um mezanino amplo.

Observação: Construção, que se encontra não esta regularizada junto aos órgãos públicos.
Encontra-se esse terreno com benfeitorias, murado, aterrado

Considerando, localização do imóvel, suas dimensões, com energia elétrica, água de rede
Rede de esgoto com toda infra-estrutura necessária, bem como outros aspectos que influenciam diretamente ou indiretamente em uma possivel negociação
Informamos que de acordo com o mercado atual chegamos ao seguinte valor

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA.Protocolado em 21/11/2017 às 17:00:40, sob o número WJVE17102026587. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Scanned by CamScanner

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF193, Página 1

Valor do terreno em R$250.000.00. (duzentos e cinqüenta mil reais)

Valor do sobrado. RS. 295.000.00 (duzentos e noventa e cinco mil reias).

Valor total desse Imóvel. 545.000.000 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais)

Cálculo: AT X VM² =

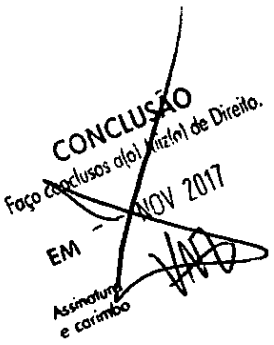
Essa avaliação foi elaborada pelo método comparativo do mercado imobiliário.

Joinville 05 de julho de 2017

Jose Artemio Reichert
CPF: 593.926.499.91
E-mail: josereichert118@gmail.com

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA.Protocolado em 21/11/2017 às 17:00:40, sob o número WJVE17102026587. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Scanned by CamScanner


CONCLUSÃO
Faço conclusos ao(à) Juiz(a) de Direito.
EM 07 NOV 2017
Assinatura
e carimbo


CONCLUSÃO
Faço conclusos ao(à) Juiz(a) de Direito.
EM 01 DEZ 2017
Assinatura
e carimbo

150
8

PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
COMARCA DE JOINVILLE
2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO

Autos n. 0046696-30.2006.8.24.0038 Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Vistos para despacho.

I – Intime-se a parte exequente, para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o teor da petição de fl. 147 e documento de fls. 148-149, em analogia ao disposto no art. 437, §1º, do CPC/15.

II – Após, com ou sem manifestação, certifique-se e retorne o feito concluso para deliberação.

Cumpra-se.

Joinville (SC), 04 de dezembro de 2017.

Rafael Maas dos Anjos
Juiz de Direito

151

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, consta da relação nº 1006/2017, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 2729, cuja data de publicação considera-se o dia 18/12/2017, com início do prazo em 19/12/2017, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução nº 04/07-TJ.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
20/12/2017 à 31/12/2017 - Art. 220 do CPC - Recesso - Suspensão
01/01/2018 à 20/01/2018 - Art. 220 do CPC - Recesso - Suspensão

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Luiz Alberto Gonçalves (OAB 8146/PR)	15	08/02/2018
Emerson Norihiko Fukushima (OAB 30687/SC)	15	08/02/2018
Luiz Fernando Brusamolin (OAB 29941/SC)	15	08/02/2018
Genésio Felipe de Natividade	15	08/02/2018

Teor do ato: "Vistos para despacho.I - Intime-se a parte exequente, para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o teor da petição de fl. 147 e documento de fls. 148-149, em analogia ao disposto no art. 437, §1º, do CPC/15.II - Após, com ou sem manifestação, certifique-se e retorne o feito concluso para deliberação.Cumpra-se."

Do que dou fé.
Joinville, 18 de dezembro de 2017.

Escrivã(o) Judicial

CARGA – 2ª VARA DIREITO BANCARIO

Certifico que, nesta data, os presentes autos contendo 151 folhas, foram entregues a(o): Luiz F. Brusamolin, ficando (a/o) mesmo (a) intimado(a) de todos os demais atos do processo. O referido é verdade e dou fé. Jlle (SC), 19/01/18.

(assinatura)

RECEBIMENTO

Certifico que recebi os presentes autos em cartório na data de

(assinatura)

JUNTADA

Faço juntada PETIÇÃO
fls 152/163
que segue(m).

EM 22 JAN 2018

Assinatura e carimbo

152

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	19/01/18
CÓDIGO:	20060060455000
RESPONSÁVEL:	TIAGO SOUZA
FICHA:	N 108070.0

Autos nº 0046696-30.2006.8.24.0038 ( )
Autor: BANCO DO BRASIL S.A.
Réu: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos supra de **Execução de Título Extrajudicial**, proposto em face de **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME**, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador que ao final assina, em atenção despacho retro, expor e requerer o quanto segue.

O executado apresentou impugnação à avaliação dada pelo senhor oficial de justiça junto à fls. 133, sob o argumento de que o valor apresentado pelo oficial de justiça é menor do que o real valor do imóvel.

Contudo, observa-se que as diferenças entre a avaliação do senhor oficial de justiça é a do Executado são infirmas, sendo um percentual de menos de 10% (dez por cento).

Outro ponto a se considerar, em que pese se descreverem características idênticas, o imóvel avaliado pelo senhor oficial de justiça é o de matrícula 27.695, no entanto, a avaliação apresentada pelo Executado é do imóvel matrícula 73.620, portanto, são imóveis distintos.

Desta forma, pugna-se pelo não acolhimento da impugnação apresentada, primeiro, pela diferença ínfima entre as duas avaliações, segundo, por se tratarem de imóveis com matrículas distintas.

Por derradeiro, requer que sempre seja intimado o subscritor da presente Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941, independentemente da juntada de

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.Protocolado em 19/01/2018 às 14:20:47, sob o número WJVE18100051593. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

qualquer substabelecimento com reservas no curso do feito, sob pena de nulidade, com fulcro no artigo 272, §5º do nCPC.

Nestes termos, pede deferimento.

Curitiba, 18 de janeiro de 2018

Luiz Fernando Brusamolin	José Antônio Broglio Araldi	Carlos H. Santos de Alcântara
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.Protocolado em 19/01/2018 às 14:20:47, sob o número WJVE18100051593. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

CONCLUSÃO

Faço conclusos ao(à) Juiz(a) de Direito.

EM 24 JAN 2018

Assinatura e carimbo

154

PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
COMARCA DE JOINVILLE
2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO

Autos n. 0046696-30.2006.8.24.0038
Ação: Execução de Título Extrajudicial/PROC
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Vistos para decisão.

I – Rejeito a impugnação à avaliação, eis que embasada na declaração de um único corretor de imóveis e desacompanhada de outras provas que demonstrem que o bem penhorado possui valor maior do que a avaliação realizada no feito.

II – Proceda-se ao praceamento do bem.

III – Nomeio como leiloeiro o Sr. **EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA**, com endereço à Rua Araújo Figueiredo, n. 119, CJ 401 e 403, Centro, Florianópolis/SC.

Cumpra-se, com urgência.

Joinville (SC), 25 de janeiro de 2018.

Rafael Maas dos Anjos
Juiz de Direito

155

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Ofício n. 0046696-30.2006.8.24.0038-0007

Joinville, 01 de fevereiro de 2018

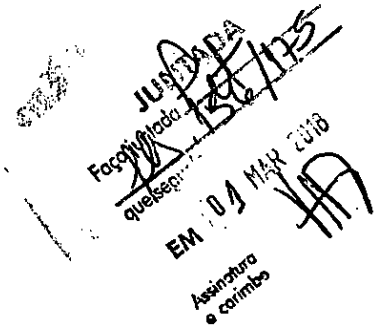
Autos n. 0046696-30.2006.8.24.0038

Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A/
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros/
Juiz de Direito: Rafael Maas dos Anjos
Técnico Judiciário Auxiliar: José Rech

Pela presente carta de intimação fica o destinatário desta INTIMADO de que foi nomeado leiloeiro oficial nos presentes autos, devendo proceder o praceamento do imóvel penhorado..

José Rech
Chefe de Cartório Designado
(Autorizado pela Portaria 04/2016 - GJ)
- VIA E-MAIL -

Eduardo Abreu Alves Barbosa .
Rua Araújo Figueiredo, 119, sala 903, Centro
Florianópolis-SC
CEP 88010-520
md


JUNTADA
Fls. 1564/1565
EM 01 MAR 2018
Assinatura
e carimbo

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PET204, Página 1

156

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DE JOINVILLE/SC.

Processo nº: 0046696-30.2006.8.24.0038

Exequente: Banco do Brasil S/A

Executado: Confecções Sirpier Ltda. E outros

MM. Juiz(a), venho respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos autos acima, informar que foi solicitada a certidão de matrícula constante nos autos (27.695 – 1º RI de Joinville/SC) para confecção da pauta. No entanto, a matrícula informada trata-se de uma "matrícula mãe" de um loteamento desmembrado em 74 unidades, onde acredito que tenha origem o imóvel penhorado no processo acima citado. Entrei em contato com o 1º RI de Joinville com a finalidade de tentar descobrir qual o número da matrícula do imóvel penhorado, porém não fui bem sucedido e tal confecção foi prejudicada.

Diante do exposto, encaminho esta petição devidamente acompanhada da certidão de matrícula para o número informado no Auto de Avaliação, para a devida comprovação do acima relatado e também solicitar um maior detalhamento sobre o bem penhorado (o número de matrícula do lote específico). Dessa forma, poderemos prosseguir com os atos preparatórios do Leilão.

Nestes termos, pede deferimento.

Joinville/SC, 23 de fevereiro de 2018.

Respeitosamente,

Eduardo Abreu Alves Barbosa
Leiloeiro Público Oficial – SC
Matrícula JUCESC: AARC/258

Endereço: Rua Araújo Figueiredo, 119 sala 401 - Florianópolis/SC - Tel.: (48)3025-1050
E-mail: eduardo.abreu@bestleiloes.com.br - Site: www.bestleilões.com.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF205, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

157
VA

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº 1
Ano 1.982

Matrícula Nº 27.695 Data: 05 de Agosto de 1.982

IMÓVEL:- Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Iririú, fazendo - frente à Oeste, em uma linha oblíqua medindo 65,10 (sessenta e cinco- metros e dez centímetros) para a rua Tuiuti; tendo de fundos, à Sul , lado direito de quem da rua olha, em duas linhas, partindo de Oeste - para Leste, a primeira medindo 209,46 (duzentos e nove metros e qua - renta e seis centímetros) e a segunda fazendo pequena deflexão para a esquerda medindo 868,28 (oitocentos e sessenta e cinco metros e vinte e oito centímetros), ambas com terras de Francisco José dos Santos; à Norte, lado esquerdo, com quatro linhas, partindo de Oeste para Leste, a primeira medindo 245,94 (duzentos e quarenta e cinco metros e noven ta e quatro centímetros), a segunda fazendo pequena deflexão para a - esquerda medindo 825,28 (oitocentos e vinte e cinco metros e vinte e oito centímetros), ambas com terras de Isabel C. dos Santos, a tercei re fazendo deflexão para a direita medindo 25,00 (vinte e cinco me - tros) e a quarta fazendo deflexão para à esquerda medindo 40,00 (qua- renta metros), ambas com terras de Dalva da Rosa e Fernando da Rosa ; fazendo o travessão dos fundos à Leste, medindo 28,65 (vinte e oito - metros e sessenta e cinco centímetros) com terras de Rodrigo O. Lobo; contendo a área total de 56.926,23ms2 (cinquenta e seis mil, novecen- tos e vinte e seis metros e vinte e tres decímetros quadrados). Sem - benfeitorias. O imóvel está localizado no lado par da rua Tuiuti e - dista 300,00 (trezentos metros) da Avenida Santos Dumont.

PROPRIETÁRIO:- TERRAVILLE-COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA., estabelecida nes ta cidade, inscrita no CGC sob nº 83.943.191/0001-52.

REGISTRO ANTERIOR:- Matrículas nºs. 25.712 e 25.713 (FUSÃO), do Livro 02 de Registro Geral, neste Cartório.

FORMA DO TÍTULO:- Requerimento da proprietária solicitando unificação de imóvel de acordo com o artigo 234 da Lei 6.015 de 31.12.73 regula- mentada pela Lei 6.216 de 30.06.75.

Oficial

m.l.

AV-1:- Em 04 de Janeiro de 1.983
Pela escritura de 11 de Novembro de 1.982, do Cartório do 2º Tabelião de Notas, desta Comarca (Lº 294, fls. 18v), Tabelião substituto desig nado Rodrigo Octávio Lobo; a firma proprietária alienou 7 (sete) áreas: uma de 12.663,90ms2 (doze mil, seiscentos e sessenta e tres metros e noventa decímetros quadrados) e seis de 443,25ms2 (quatrocentos e qua renta e tres metros e vinte e cinco decímetros quadrados) cada uma, à PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, devidamente matriculadas sob nºs.-

Continua no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
Oficial: Beatriz Mª Loyola da Rosa
Joinville — Santa Catarina

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF206, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

158

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Continuação da Matrícula Nº 27.695

29.409 à 29.415 respectivamente do Livro 02 de Registro Geral, neste Cartório. Dou Fé.
Oficial
m.l.

R-2:- Em 23 de Abril de 1984.
O terreno objeto da matrícula, de acôrdo com a Lei nº 6766/79, Certidão nº 297/84 expedida pela Prefeitura Municipal desta cidade e requerimento de 22.03.84. Foi desmembrado em 74(setenta e quatro) lotes numerados de 1 à 74 contendo a área total de 41.602,83ms2.(quarenta e um mil, seiscentos e dois metros e oitenta e tres centimetros quadrados), sendo que os lotes nºs 1 à 3 fazem frente para a rua Tuiuti e de nºs 4 à 74 para a rua Realcy Silveira com as metragens e confrontações dos lotes constantes do Memorial Descritivo e planta aprovada, anexo ao processo arquivado neste Cartório.
Oficial
VH.

AV-3:- Em 25 de Setembro de 1.984
Pela escritura de 11 de Julho de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas, - desta Comarca, (Lº 149,fls.177); a Firma proprietária alienou o lote nº 28- com a área de 558,11ms2(quinhentos e cincoenta e oito metros e onze decímetros quadrados), à UMBERTO MAFRA, devidamente matriculado sob nº 37.014 do- livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial
VG.

AV-4:- Em 25 de Setembro de 1.984
Pela escritura de 11 de Julho de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas,- desta Comarca, (Lº 149,fls.178); A firma proprietária alienou o lote nº 18- com a área de 541,45ms2(quinhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), à JOSÉ DE OLIVEIRA, devidamente matriculado sob nº 37.015 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial
VG.

AV-5:- Em 25 de Setembro de 1.984
Pela escritura de 23 de Maio de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas, - desta Comarca, (Lº 150,fls.145); A firma proprietária alienou o lote nº 11- com a área de 520,62ms2(quinhentos e vinte metros e sessenta e dois decímetros quadrados), à BERNARDO BAILICH, devidamente matriculado sob nº 37.016- do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial
VG.

AV-6:- Em 03 de Outubro de 1.984
Pela escritura de 29 de Maio de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas, - desta Comarca, (Lº 150,fls.150); A firma proprietária alienou o lote nº 15-

continua na ficha nº 02...

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF207, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

159
VA

Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº 02
Ano 1.984

Matricula Nº 27.695 Data: 03 de Outubro de 1.984

com a área de 541,45ms2(quinhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco decimetros quadrados), à ANANIR BARBOSA DE OLIVEIRA, devidamente matriculado sob nº 37.144 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartorio Dou fé.
Oficial

VG.

AV-7:- Em 03 de Outubro de 1.984
Pela escritura de 15 de Junho de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas desta Comarca, (Lº 151,fls.038); A firma proprietária alienou o lote nº 01 com a área de 657,36ms2(seiscentos e cincoentaze sete metros, e trinta e seis decimetros quadrados), à LINDO CANI, devidamente matriculado sob nº 37.145 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório;Dou fé.
Oficial

VG.

AV-8:- Em 03 de Outubro de 1.984
Pela escritura de 03 de Setembro de 1.984, do Cartório do 3º Oficio de Notas desta Comarca, (Lº 151,fls.148); A firma proprietária alienou o lote nº 10 com a área de 520,65ms2(quinhentos e vinte metros e sessenta e cincodecimetros quadrados), à NERY MIGUEL MEDEIROS, devidamente matriculado sob nº 37.146 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial

VG.

AV-9:- Em 03 de outubro de 1.984
Pela escritura de 20 de Agosto de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas desta Comarca, (Lº 148,fls.099); A firma proprietária alienou o lote nº 17 com a área de 596,01ms2(quinhentos e noventa e seis metros e um decimetros quadrados), à AUGUSTO DA SILVA VIEIRA, devidamente matriculado sob nº 37.148 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório, Dou fé.
Oficial

VG.

AV-10-Em 15 de outubro de 1.984
Pela escritura de 24 de agosto de 1.934, do Cartório do 3º Ofício de Notas desta Comarca, (Lº 151, fls.140); A firma proprietária alienou o lote nº 60, com a área de 499,80 ms2 (quatrocentos e noventa e nove metros e oitenta decímetros quadrados), à IOLANDO RODRIGUES SKROSK, devidamente matriculado sob nº 37.241 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.

continua no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83545350/0001-60
Joinville — Santa Catarina

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF208, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

160

Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Continuação da Matrícula Nº 27.695

Oficial

ma.

AV-11-em 15 de outubro de 1.984
Pela escritura de 24 de agosto de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas, desta Comarca, (Lº 151, fls.142); A firma proprietária alienou o lote nº 59, com a área de 499,80 ms2 (quatrocentos e noventa e nove metros e oitenta decímetros quadrados), à LEONOR DEL SANT, devidamente matriculado sob nº 37.24 2 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.

m.

AV-12:- Em 20 de Março de 1.985
Pela escritura de 15 de Janeiro de 1.985, do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº 154,fls.140); A firma proprietária alienou o lote nº 09 com a área de 520,62ms2(quinhentos e vinte metros e sessenta e dois decimetros quadrados), à EDITE MATTHIES BENINCA, devidamente matriculada sob nº 39.220 do livro 02 de Registro Geral,neste Cartório. Dou fé.
Oficial

VG.-

AV-13:- Em 30 de Maio de 1.985
Pela escritura de 28.02.85, do 3º Ofício de Notas desta comarca,(Lº 155,fls 129);A proprietária, alienou o lote nº 54 com a área de 699,83ms2(seiscentos e noventa e nove metros e oitenta e três decimetros quadrados),á ADEMAR DE SOUZA,devidamente matriculado sob nº 39.984 do Lº 2 de Registro Geral, neste Cartório. Dou fé.
Oficial

VG.

AV-14:- Em 13 de Junho de 1.985
Pela escritura de 15.04.85 do 3º Ofício de Notas desta Comarca,(Lº 155,fls. 194),a proprietária alienou o lote nº 48 com a área de 553,945ms2 à ADILSON STEFFENS, devidamente matriculado sob nº 40.179 do Lº 2 de Registro Geral, neste Cartório. Dou fé.
Oficial

VG.

AV-15:- Em 26 de Junho de 1.985
Pela escritura de Compra e venda,lavrada no 3º Ofício de Notas desta comarca,aos 15.04.85,(Lº-155,fls.195),A proprietária alienou o lote nº 47 com a área de 553,945ms2 à ARLINDO STEFFENS, devidamente matriculado sob nº 40.335 do Lº 2 de Registro Geral neste Cartório.. Dou fé.
Oficial

VG.

AV-16:- Em 29 de julho de 1985.
Pela escritura de 24.05.85 do Cartório do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº158, fls. 91); A proprietária alienou o lote nº 25 com a área de 558,11-

continua na ficha 03....

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF209, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

161

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº 03
Ano 1985

Matricula Nº 27.695 Data: 29 de julho de 1985.

ms2. (quinhentos e cinquenta e oito metros e onze centímetros quadrados), à ADEMAR MARTINI, devidamente matriculado sob nº 40.845 do Lº2 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.-

Oficial

ssd.

AV-17:- Em 20 de agosto de 1985.
Pela escritura de 06.07.85 do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº159 fls. 100); A proprietária alienou o lote nº 02 com a área de 568,62 - ms2 (quinhentos e sessenta e oito metros e sessenta e dois centíme - tros quadrados), à LOURENÇO ROCHA, devidamente matriculado sob nº 41. 056 do Lº 2 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.-

Oficial

ssd.

AV-18:-Em 20 de agosto de 1985.
Pela escritura de 16.07.85 do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº159 fls. 101); A proprietária alienou o lote nº 03 com a área de 666,36ms2 (seiscentos e sessenta e seis metros e trinta e seis centímetros quadrados), à LOURENÇO ROCHA, devidamente matriculado sob nº 41.057 do - Lº 2 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.-

Oficial

ssd.

AV-19:-Em 20 de agosto de 1985.
Pela escritura de 08.05.85 do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº158 fls. 061); A proprietária alienou o lote nº 05 com a área de 520,62 - ms2 (quinhentos e vinte metros e sessenta e dois centímetros quadra - dos), à JOSÉ TURIBIO DE SOUZA, devidamente matriculado sob nº 41065 - do Lº 2 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.-

Oficial

ssd.

AV-20:-Em 29 de agosto de 1985.
Pela escritura de 08.05.85 do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº 158 fls. 059); A porprietária alienou o lote nº 22 com a área de 702,41ms2 (setecentos e dois metros e quarenta e um centímetros quadrados), à - OSVALDO JOSÉ DE SOUZA, devidamente matriculado sob nº 41.180 do Lº2 - de Registro geral, neste Cartório; Dou fé.-

Oficial

ssd.

AV-21:- Em 04 de Setembro de 1.985
Pela escritura de 31.07.85 do 3º Ofício de Notas desta Cp

continua no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-60
Joinville — Santa Catarina

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF210, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

162

Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Continuação da Matrícula Nº 27.695

marca,(Lº 159,fls.117), A proprietária alienou o lote nº 55, - com a área de 499.80ms2(quatrocentos e noventa e nove metros e oitenta decimetros quadrados),à VALMIR BRAGA DE MEDEIROS,devidamente matriculado sob nº 41.348 Lº 2 de Registro Geral,neste - Cartório. Dou fé.
Oficial
VG.

AV-22:- Em 25 de Outubro de 1985.
Pelu escritura de 18 de julho de 1985 pelo Cartório do 3ºOficio de notas = desta Comarca (Lº 160 fls. 033); a proprietaria alienou o lote nº 13 com 702,05m2(setecentos e dois metros e cinco centimetros quadrados); à ARI = MICHELUZZI, devidamente matriculado sob nº 42.1[illegible]6 Lº2 de registro geral = neste cartório; dou fé.
Oficial
VH.

AV-23:- Joinville, 20 de janeiro de 1986
Pela escritura de 26.11.85, pelo Cartório do 3º Ofício de Notas desta comarca (Lº 159 fls.197) a proprietária alienou o lote 38 com a área de 503,965m2 à VILANIR QUADRA, devidamente matriculado sob nº 43.149 do Lº 02 de Registro Geral neste cartório. Dou fé.
Oficial
mm

AV-24:- Em 5 de Fevereiro de 1986
Pela Escritura de 14/10/1985, do 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 158, fls. 186); A proprietária alienou a área de - 558,11m2 (quinhentos e cinquenta e oito metros e onze decime - tros quadrados), à NIRLEI DA SILVA, devidamente matriculado sob nº 43.386 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial
IC.

AV-25:- Em 14 de Fevereiro de 1.986
Pela escritura de 09.10.85 do 3º Ofício de Notas, desta Comarca,(Lº 160,fls.128), a proprietária alienou o lote nº 27 com a área de 558.11m2(quinhentos e cincoenta e oito metros e onze - decimetros quadrados), a DIONARIO ABREU VIEIRA,devidamente matriculado sob nº 43.493 Lº 2 de Registro Geral,neste Cartório. Dou fé.
Oficial
VG.

AV-26:- Joinville, 14 de março de 1986
Pela escritura de 16.12.85 pelo Cartório do 3º Tabelionato de Notas desta comarca (Lº 164 fls.019) a proprietária alienou o lote 63 com a área de - 524,79m2 (quinhentos e vinte e quatro metros e setenta e nove decimetros qua

continua na ficha 04

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF211, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

163

Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº. 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº. 03
Ano 1986

Matrícula Nº. 27.695 Data: 14 de março de 1986

drados) à JAIR LEITE, devidamente matriculado sob nº 43.836 do Lº 02 de Registro Geral, neste cartório. Dou fé.

Oficial

mm

AV-27:- Em 17 de Abril de 1986
Pela Escritura de 26/11/85, pelo Cartório do 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 159, fls. 196); A proprietária alienou o lote nº 52, com a área de 553,945m2(quinhentos e cinquenta e três metros e novecentos e quarenta e cinco decímetros quadrados), à ANDRE ROBERTO BREUER, devidamente matriculado sob nº 44.152 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.

Oficial

IC.

AV-28:- Em 21 de Julho de 1986.
Pela escritura de 13/03/86,pelo Cartório do 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº164,fls.125); A proprietária alienou o lote nº 26, com a área de 558,11m2 (quinhentos e cinquenta e oito metros e onze decímetros quadrados), à ANTONIO FERNANDES NAZÁRIO, devidamente matriculado sob nº 45.389 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.

Oficial

CS

AV-29:- Em 08 de Agosto de 1.986
Pela escritura de 01.07.86 do 3º Ofício de Notas,desta Comarca,(Lº 165,fls.151),a proprietária alienou o lote nº 34-coma área de 503,96m2(quinhentos e três metros e noventa e seis decimetros quadrados),a LINDAURA ALAIDE PAULO,devidamente matriculado sob nº 45.716 Lº 2 de Registro Geral,neste Cartório. Dou fé.

Oficial

VG.

AV-30:- Joinville, 19 de Agosto de 1986
Pela escritura de 25.06.86 pelo Cartório do 3º Tabelionato de Notas desta comarca (Lº 165 fls.133) a proprietária alienou o lote 23 comaa área de 699,83m2 (seiscentos e noventa e nove metros e oitenta e três decímetros quadrados) à NELSON PERSIKE, devidamente matriculado sob nº 45.833 do Lº 02 de Registro Geral, neste cartório. Dou fé.

Oficial

mm

Continua no verso....

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª. CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 850/0001-60
Joinville — Santa Catarina

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj. informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF212, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

164

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Continuação da Matrícula Nº. 27.695

AV-31:- Em 16 de Dezembro de 1986
Pela Escritura de 31.03.86, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 165, fls. 38); A proprietária alienou o lote nº 11, com a área de 709,16m2(setecentos e oito metros e dezesseis decimetros quadrados), à VALMIREI NAZÁRIO MACHADO, devidamente matriculado sob nº 47.304 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial
IC.

AV-32:- Em 23 de Dezembro de 1986
Pela Escritura de 02.10.86, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 167, fls. 156); A proprietária alienou o lote nº33 com a área de 700,92m2(setecentos metros e oitenta e dois decimetros quadrados), à MARIA CAMILO MARTINS, devidamente matriculado sob nº 47.363 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório;- Dou fé.
Oficial
IC.

AV-33:- Em 5 de Fevereiro de 1987
Pela Escritura de 09.10.81, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 131, fls. 193); A proprietária alienou o lote nº04- com a área de 520,62m2(quinhentos e vinte metros e sessenta e - dois decimetros quadrados), à JOSÉ VALDO GONÇALVES DE SOUZA, devidamente matriculado sob nº 47.686 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial
IC.

AV-34:- Em 5 de Fevereiro de 1987
Pela Escritura de 13.01.87, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 170, fls. 101); A proprietária alienou o lote nº 11 com a área de 541,45m2(quinhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco decimetros quadrados), à JODESIA CACILDA KOEHLER, devidamente matriculado sob nº 47.650 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé. Em 04/02/87.
Oficial
IC.

AV-35:- Em 29 de Maio de 1987
Pela Escritura de 22.09.86, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta- Comarca (Lº 168, fls.084); A proprietária alienou o lote nº50, - com a área de 553,94m2(quinhentos e cinquenta e três metros e - noventa e quatro decimetros quadrados), à ADELINO LOPES DA SILVEIRA, devidamente matriculado sob nº 49.308 do Lº 02 de Regis--

Continua na ficha nº 05...

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF213, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

165

Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº. 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº 5
Ano 1987

Matricula Nº 27.695 Data: 29 de Maio de 1987
tro Geral, neste Cartório. Dou fé.
Oficial

IC

AV-36:- Em 25 de Junho de 1.987
Pela Escritura de 20.11.1.986, pelo 3º Ofício de Notas desta Comarca.(Lº 167, fls. 175).A proprietária alienou o lote nº 19 com a área de 541,45m2(quinhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco centimetros quadrados), à MARLENE FAUSTINO PEDROSO, devidamente matriculado sob nº 49.502 do Lº 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.
Oficial

MS

AV-37:- Em 02 de Julho de 1.987
Pela Escritura Pública de Compra e Venda de 02.03.1.985 pelo 3º Ofício de Notas desta Comarca.(Lº 155, fls. 145). A proprietária alienou o lote nº 40 com a área de 503.965m2 - à JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA,devidamente matriculado sob nº 49.571 do Lº 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.
Oficial

MS

AV-38:-Em 26 de Agosto de 1.987
Pela Escritura de 19.06.1.987, pelo 3º Ofício de Notas desta Comarca.(Lº 171,fls.55).A proprietária alienou o lote nº 24 com a área de 558,11m2(quinhentos e cincoenta e oito metros e onze centimetros quadrados),à UGO MAFRA,devidamente-matriculado sob nº 50.115 do Lº 02 de registro geral,neste-Cartório,dou fé.
Oficial

MS

AV-39: Em 05 de fevereiro de 1988.
Pela Escritura de 30.06.87,pelo 3º Tabelionato de Notas desta comarca. (Lº.171,fls.090).A proprietária alienou o lote nº 31 com a área de 570,60m2.(quinhentos e setenta metros e sessenta centímetros),à ARISTIDES RUDNICK,devidamente matriculado sob nº 51.470 do Lº 02 de registro geral,neste cartório,dou fé.
OFICIAL

NO

AV-40: Em 05 de Fevereiro de 1988.
Pela Escritura de 30.05.87, pelo 3º Tabelionato de Notas,-

Continua no verso

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª. CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83.545.350/0001-60
Joinville — Santa Catarina

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF214, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

166
VA

Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Continuação da Matrícula Nº. 27.695

desta Comarca, (Lº 171 fls. 091), a proprietária alienou o lote nº 32 da quadra Geral do Desmembramento com a área de 700,82m2 (Setecentos metros e oitenta e dois centímetros quadrados), à- ARISTIDES RUDNICK, devidamente matriculado sob nº 51.469 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório, dou fé.
Oficial
OR.

AV-41:- Em 10 de Março de 1988
Pela escritura de 12.01.88, pelo 3º Tabelionto de Notas desta comarca (Lº.- 175, fls.63); a proprietaria alienou o lote nº 20 com a área de 541,45m2 (- quinhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco centímetros quadrados) à LAUDELINO ROCHA, devidamente matriculado sob nº 51.737 do Lº02 de Regis - tro Geral, neste cartório. Dou fé. OFICIAL
GFN

AV-42:- Em 06 de julho de 1988
Pela escritura de 30/05/88 pelo 3º Tabelionato de Notas desta - comarca, (Lº 179 fls nº 41); a proprietaria alienou o lote 65 com a área de 700,65m2 (setecentos metros e sessenta e cinco - centimetros quadrados), à VALTAMIR MARQUES devidamente matricu lado sob nº 53.152 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório. Dou fé. Oficial
AR

AV-43:- Em 22 de agosto de 1988.
Pela escritura de 27.04.1988, pelo 3º Tabelionato de Notas desta comarca.(Lº 176, fls.121), a proprietária alienou o lote 21 com a área de 541,45 m2.(qui nhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), à DALVA TEREZINHA ROSA, devidamente matriculado sob nº 53.763 do Lº.02 de re - gistro geral, neste cartório, dou fé.
OFICIAL
NO

AV-44:- Em 22 de agosto de 1988
Pela escritura de 27/04/88 pelo 3º Tabelionato de Notas desta - comarca, (Lº 176 fls. 120), a proprietária alienou o lote 64 - com a área de 700,82m2 (setecentos metros e oitenta e dois cen- timetros quadrados), à FERNANDO ODAIR ROSA, devidamente matricu lado sob nº 53.764 do Lº 02 de Registro Geral, neste cartório. Dou fé. Oficial
AR

AV-45:- Em 06 de dezembro de 1988.
Pela escr. públ. de C/V. lavrada aos 17/10/88 pelo 3º Tab. des ta Comarca (Lº 183,fls.56), a proprietária alienou o lote 46,/ com a área de 553,945ms2. (quinhentos e cinquenta e tres metros,
Continua na ficha 06:-

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF215, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

167

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº. 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº. 06
Ano 1988.

Matrícula Nº. 27.695 Data: 06 de dezembro de 1988.

novecentos e quarenta e cinco centímetros quadrados) à ALBERTINA RODRIGUES, matriculado sob nº 55.036, Lº 2 de Reg. Geral deste Cartório. Dou fé. O Oficial.-

BL

AV-46:- Em, 02 de janeiro de 1989.
Pela escrit. públ. de compra e venda lavrada aos 06 de dezembro de 1988, pelo 3º Tabelionato de Notas dessa comarca-(Lº184 fls.145), a proprietaria alienou o lote 35 com a área total de 503,965ms2(quinhentos e treis metros e novecentos e sessênta e cinco centimetros quadrados)à MODESTO FERNANDO KOEHLER, matriculado sob nº55.403, do Lº02 de registro geral deste cartório. Dou fé. O Oficial

SM.

AV-47:-em 26 de Maio de 1.989
Pela escritura de 11.04.1.989 pelo 3º ofício de notas desta Comarca.(Lº 189,fls.42). A proprietária alienou o lote nº 57 com a área de 499,80ms2(quatrocentos e noventa e nove metros e oitenta centimetros quadrados),à CECILIA FIGUEIREDO, devidamente matriculado sob nº 57.309 do Lº 02 de registro geral, neste Cartório.Dou Fé.
OFICIAL

AV-48:-Em 26 de Maio de 1.989
Pela escritura de 11.04.1.989, pelo 3º Ofício de Notas desta comarca.(Lº 189,fls.44).A proprietária alienou o lote nº 56, com a área de 499,80ms2(quatrocentos e oitenta e nove metros e oitenta centimetros quadrados),à CECILIA FIGUEIREDO, devidamente matriculado sob nº 57.310 do Lº 02 de registro geral,neste Cartório, dou fé.
OFICIAL

MS.

AV-49.-Em, 11 de Abril de 1990.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda lavrada aos 23 de março de 1990, pelo 3º Tabelionato de notas desta comarca -(Lº0205,fls113) a proprietaria alienou o lote nº69, com a área total de 506,05m2 à IVO GARCIA devidamente matriculado sob nº61.694 do Lº02 Registro Geral neste cartório.-Dou fé-
Oficial

AR:

cont. no verso.....

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1º. CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-60
Joinville — Santa Catarina

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF216, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

168

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Continuação da Matrícula Nº. 27.695

AV-50:- Em, 16 de julho de 1.990.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 07.06.90, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.208, fls. 071) a proprietária ALIENOU o lote 61, com a área total de 499,80 - metros quadrados, à SILVANA [illegible], devidamente matriculado sob nº. 62.568, Lº02, Registro geral, neste cartório, dou fé.- Oficial
LCH.-

AV-51:-Em, 10 de Agosto de 1.990
Pela escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 26 de Julho de 1.990, pelo 3º Ofício de Notas, desta comarca.(Lº 210,- fls. 030).A proprietária alienou o lote nº 41, com a área de- 503,965ms2, à [illegible], devidamente matriculado sob nº 63. 610 do Livro 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.
OFICIAL
MS.-

AV-52:-Em, 19 de Setembro de 1.990
Pela escritura Pública de Compra e Venda,lavrada aos 14.09.1.9 90, pelo 3º Ofício de Notas, desta comarca.(Lº 212, fls.088).- A proprietária alienou o lote nº 67, com a área de 506,05ms2, à LUIZ ALBERTO DOS SANTOS,devidamente matriculado sob nº 63.94 5 do Livro 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.
OFICIAL
MS.

AV-53:-Em, 12 de Dezembro de 1.990
Pela escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 04 de - Outubro de 1.990, pelo 3º Ofício de Notas, desta comarca.(Lº- 211, fls.134). A proprietária alienou o lote nº 36, com a área de 503,965 metros quadrados, à ZEDIR KOBALL, devidamente matriculado ~~sob nº 66.027 do Lº 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.~~
OFICIAL
MS

AV-54:- Em, 19 de dezembro de 1.990.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 20.11.90, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.213, fls.122) à proprietária ALIENOU o lote 71 com a área de 506,05ms2, à - CLAUDIA INES NOVALOSKI, devidamente matriculada sob nº.66.058, do Lº02- registro geral, neste cartório.- Dou fé.-
Oficial
LCH.

AV-55:- Em, 03 de Janeiro de 1.991

cont. na ficha nº 07...

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF217, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

169

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº. 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº. 07
Ano 1.991

Matrícula Nº. 27.695 Data: 03 de Janeiro de 1991

Pela escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 04.12.90, pelo 3º Ofício de Notas, desta comarca.(Lº 314, fls.046) A proprietária alienou o lote nº 43, com a área de 700,82ms2, à NISIO PRANGER, devidamente matriculado sob nº 66.102 - do Livro 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.- OFICIAL

MS

AV-56:-Em, 16 de Outubro de 1991.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 31 de maio de 1991, pelo 3º Tabelionato de Notas desta Comarca.- (Lº188, Fls.200)., a proprietária ALIENOU o lote nº 72 com a área total de 506,05 ms2., à ANTONIO JOSÉ ALIPIC, devidamente matriculado sob nº 68.066 do Lº 02-RG, neste cartório.-Dou fé.-
Oficial

LC.

AV-57:- Em, 30 de julho de 1.992.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 10.07.92, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.235, - fls. 154), a proprietária ALIENOU o lote 33, com a área de - 699,83m2, à FLORI ALVES, devidamente matriculado sob nº.69.972, do Lº02-Registro Geral, neste cartório.- Dou fé.-
Oficial

LCM.

AV-58:- Em, 25 de março de 1.993.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 15.03.1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.251, fls.017), a proprietária ALIENOU o lote 68 com a área de - 506,05m2, à ALBINO DE VARGAS, devidamente matriculado sob nº.- 72.042, do Lº02-RG, neste cartório.- Dou fé.- (14:25hs).-.-
Oficial

LCM

AV-59:- Em, 08 de junho de 1.993.-
Conforme requerimento datado de 04.04.1993 e documentação - anexa, fica transferido o lote nº.74, com a área de 066,00-m2 para a matrícula nº.72.927, do Lº02-RG, neste cartório,- em virtude de Unificação.- Dou fé.- (09:30hs).-.-.-.-.-.-.-.-
Oficial

LCM.

cont. no verso...

CARTÓRIO DO REG.º DE IMÓVEIS — 1ª. CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-60
Joinville - Santa Catarina

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF218, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

170

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Continuação da Matrícula Nº. 27.695

AV-60:- Em, 05 de Outubro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 27.09.93, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.261, fls.160), a proprietária ALIENOU o lote70 com a área de 506,05m2., à MATIAS PINTO, devidamente matriculado sob nº.74.002, do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.- (16:30hs).Oficial
LCM.

AV-61:- Em, 28 de outubro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 22.10.1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca.,(Lº-0265,fls.-013); à proprietária ALIENOU o lote nº-06, com a área de 520,62 ms2; à FRANCISCO GENEROSO; devidamente matriculado sob nº-74.222 do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.- (14:00hs).-.-.-.-.-.-.-. Oficial
RRO

AV-62:- Em, 04 de Novembro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 07.10.1993 pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.263,fls.005), - a proprietária ALIENOU o lote nº.30, com a área de 558,11m2., - à MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA CAPISTRANO, devidamente matriculado sob nº.74.263, do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.-(10:00 hs).-Oficial
LCM.

AV-63:- Em, 04 de Novembro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 18.10.1993 pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.265, fls.001),- a proprietária ALIENOU o lote nº.58, com a área de 499,80m2., - à AMÉLIA JOSÉ FERREIRA, devidamente matriculado sob nº.74.264, - do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.- (10:05hs).-.-.-.-.-.-.-.-. Oficial
LCM.

AV-64:- Em, 16 de novembro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 18.10.1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca.,(Lº-0263,fls.-042); à proprietária ALIENOU o lote nº-16, com a área de 596,01 ms2; à ELIZEU STOFELLI e SILENE MARIA APOLINÁRIO; devidamente matriculados sob nº-74.408 do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé. (17:05hs). Oficial
RRO

AV-65:- Em, 16 de Novembro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 03.11.1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.263, fls.-089), a proprietária ALIENOU o lote 42, com a área de 508,13m2.,

cont. na ficha 08...

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF219, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

171

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº 08
Ano 1.993.

Matrícula Nº 27.695 Data: 16 de Novembro de 1.993.

à VALCENIR BRAZ CRISPIM, devidamente matriculado sob nº. - 74.409, do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.- (17:15hs). - Oficial

LCM.

AV-66:- Em, 02 de dezembro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 23.11 1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca.,(Lº.-026 3,fls.152); à proprietária ALIENOU o lote nº-37, com a área de 503,965ms2; à GENILDO KOBALL e LUCIMAR FAGUNDES; devidamente matriculados sob nº-74.589 do Lº02-RG., neste cartório Dou fé.- (15:15hs).- Oficial

RRO.

AV-67:- Em, 09 de novembro de 1.994.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 26.10 1994, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca; (Lº-0283 fls.003); à proprietária ALIENOU o lote nº-66, com a área de 506,05ms2; à OSMAR JOSÉ SCHULTZ; devidamente matriculado sob nº-78.295 do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.- (11:40 hs).- Oficial

RRO

AV-68:- Em, 16 de maio de 1.995.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 20.02 1995, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca; (Lº-0284 fls.145); à proprietária ALIENOU o lote nº-62, com a área de 499,80ms2; à ETHEVALDO HANSEN; devidamente matriculado sob nº-79.756 do Lº02-RG., neste cartório.- (16:00hs).-.-.- Oficial

RRO

AV-69:- Em, 22 de março de 1.996.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 13.0 2.1996, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca;(Lº030 7,fls.043), a proprietária ALIENOU o Lote nº 45, com a área de 553,945m2; a MARÇAL ALVES, devidamente matriculado sob nº 82.634 do Lº 02-RG, neste Cartorio.-(16:25hs).-.-.- Oficial

CRE.

AV-70-27.695:- Em, 04 de março de 2.004.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 02.0 2.2004, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca;(Lº0486 fls.191/193); a proprietária ALIENOU o Lote nº 12 com a -

cont. no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS - 1º CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-60
Joinville - Santa Catarina

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

172
VAD

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Continuação da Matrícula Nº -27.695-

área de 700,32m2.; à ARNOLDO CRISTOFOLINI JÚNIOR, devidamente matriculado sob o nº 104.449, do Lº.02-RG., neste Cartório.- DOU FÉ.- Oficial

AJK.

AV.-71-27.695: - Em 04 de Abril de 2014. - **Abertura de matrícula.**
A unidade autônoma **Lote 08** foi devidamente matriculada sob nº. **145.770** do Livro 2 dessa serventia registral. Protocolo: 257.596, 27 de Março de 2014. Selo de fiscalização: DKK98663-1NC8.
Escrevente Substituta - Lidiane Hepp

AV.-72-27.695: - Em 28 de Abril de 2015. - **Abertura de matrícula.**
A unidade autônoma **Lote 39** foi devidamente matriculada sob nº. **150.961** do Livro 2 dessa serventia registral. Protocolo: 271.023, 27 de Abril de 2015.
Escrevente Substituta - Lidiane Hepp

AV.-73-27.695: - Em 19 de Outubro de 2017. - **Averbação.**
Conforme documentação hábil, averba-se para que conste a razão social da proprietária como sendo Terravile Comércio de Imóveis LTDA, não como constou. Protocolo: 300.700, 11 de Outubro de 2017. Emolumentos: R$ 101,40. Selo de fiscalização: EVA10460-NT9C - R$ 1,85.
Escrevente Substituta - Natacha Micaela Dias Bertolli

AV.-74-27.695: - Em 19 de Outubro de 2017. - **Abertura de matrícula.**
A unidade autônoma Lote 07 foi devidamente matriculada sob nº. **161.957** do Livro 2 dessa serventia registral. Protocolo: 300.700, 11 de Outubro de 2017.
Escrevente Substituta - Natacha Micaela Dias Bertolli

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF221, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

173

Livro Nº 2 — **REGISTRO GERAL** — Ficha Nº 1 — Ano 1984

Matrícula Nº 27.695 — Data: 23 de Abril de 1984

FICHA AUXILIAR - DESMEMBRAMENTO CFE.Certidão nº 297/84 e Lei 6766

PROPRIETÁRIO: TERRAVELIE - COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA.....

LOTE	RUA	AREA	MATRICULA
1	Tuiuti	657,36	37.145
2	"	568,62	41.066
3	"	666,36	41.057
4	Realcy Silveira	520,62	47.686
5	"	520,62	41.065
6	"	520,62	34.222 -AV-
7	"	520,62	161.957 - AV.24
8	"	520,62	M5440 AV.7A
9	"	520,62	39.220
10	"	520,62	37.146
11	"	520,62	37.016
12	"	700,32	69.449 -
13	"	702,05	42.136
14	"	541,45	47.658
15	"	541,45	37.144
16	"AV - 64	596,01	34.408
17	"	596,01	37.148
18	"	541,45	32.015
19	"	541,45	49.502
20	"	541,45	51.737
21	"	541,45	53.763
22	"	702,41	41.180
23	"	699,83	45.833
24	"	558,11	50.115
25	"	558,11	40.845
26	"	558,11	45.380
27	"	558,11	43.493
28	"	558,11	37.014
29	"	558,11	43.386
30	"	558,11	74.263 4462
31	"	570,60	51.470
32	"	700,82	51.469
33	"	699,83	69.972.
34	"	503,965	45.716
35	"	503,965	55.403
36	"	503,965	66.027
37	"AV-66	503,965	74.589

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83.545.350/0001-60.
Joinville — Santa Catarina

continua no verso.....

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

174

Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Continuação da Matrícula Nº 27695

38		Realcy Silveira	503,965	43.149
39		"	503,965	150961-AV72
40		"	503,965	49.571
41		"	503,965	X 63.610
42		"	508,13 -Av-68	74.409
43		"	700,82	66.102
44		"	708,16	47.304
45		"	553,945 -- AV-69	82.634
46		"	553,945	55.036
47		"	553,945	40.335
48		"	553,945	40.179
49		"	553,945	
50		"	553,945	X 49.308
51		"	553,945	
52		"	553,945	44.152
53		"	700,82	47.363
54		"	699,83	39.984
55		"	499,80	41.348
56		"	499,80	X
57		"	499,80	X
58		"	499,80	74264 Av63
59		"	499,80	37.242
60		"	499,80	37.241
61		"	499,80	X 62.568.-
62		"	499,80	79.756-Av-68
63		"	524,79	X 43.836
64		"	700,82	53.764
65		"	700,65	53.152
66		"	506,05	78.295-Av-67
67		"	506,05	X 63.945
68		" Av-58	506,05	X 72.092
69		"	506,05	X 61.694
70		" Av-60	506,05	94.002
71		"	506,05	X 66.058
72		"	506,05	X 68.066
73		"	508,13	
74		" Retificação	666,00	X 72.927(unif.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4970C669-70AA-45BF-B054-52A10D0B0CFE

175

Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR
Matrícula nº: 27.695 (até Av.74)

Certifico que o presente documento é fiel expressão dos registros existentes no 1º Registro de Imóveis de Joinville, conforme dispõe o art. 16 da Lei 6.015/73.

O referido é verdade e dou fé.

Joinville, 22 de Fevereiro de 2018.

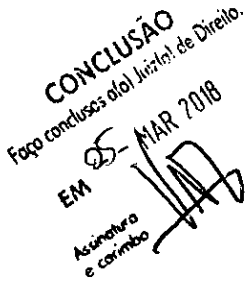
[ ] Bianca Castellar de Faria – Titular
[ ] Fernanda Elisa Tonioti Pedrini - Substituta
[ ] Letícia Luiza Krüger - Escrevente de Certidão
[ ] Carina da Silva Pires - Escrevente de Certidão
[ ] Munique Cristina da Silva - Escrevente Registral
[ ] Lucas Alberto Hepp - Escrevente Registral
[ ] Joseane A. P. Luciano – Escrevente de Certidão
[ ] Valentine Bevilaqua - Escrevente Operacional
[ ] Thamires Siedschlag – Escrevente Operacional
[ ] Marina da Silva - Escrevente Registral
[ ] Sirlene de Sousa Santos - Escrevente de Atendimento
[ ] Patricia Correa - Escrevente de Atendimento

Emolumentos:
01 Certidão de Inteiro Teor..... R$ 10,35
07 Certidão - fichas excedentes..... R$ 27,30
Selos: R$ 1,90
Total: R$ 39,55

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal
EYF28018-21ZF
Confira os dados do ato em:
selo.tjsc.jus.br

CERTIDÃO VÁLIDA POR TRINTA (30) DIAS.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.Protocolado em 23/02/2018 às 16:19:02, sob o número WJVE18100273405. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.


CONCLUSÃO
Faço conclusos ao(à) Juiz(a) de Direito.
EM 05 MAR 2018
Assinatura
e carimbo

176/

PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
COMARCA DE JOINVILLE
2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO

Autos n. 0046696-30.2006.8.24.0038 Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Vistos para despacho.

I – Inicialmente, intimem-se as partes da decisão de fl. 154.

II – Na sequência, a fim de possibilitar o praceamento do bem penhorado nos autos, intime-se a parte exequente para, em 15 (quinze) dias, apresentar matrícula individualizada do imóvel, sob pena de arquivamento administrativo dos autos, em caso de inércia.

III – Ao final, volte concluso o feito.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Joinville (SC), 06 de março de 2018.

Fernando Seara Hickel
Juiz de Direito

177

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, consta da relação nº 0129/2018, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 2775, cuja data de publicação considera-se o dia 12/03/2018, com início do prazo em 13/03/2018, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução nº 04/07-TJ.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Luiz Alberto Gonçalves (OAB 8146/PR)	15	
Emerson Norihiko Fukushima (OAB 30687/SC)	15	
Luiz Fernando Brusamolin (OAB 29941/SC)	15	
Genésio Felipe de Natividade (OAB 10747/PR)	15	

Teor do ato: "Vistos para despacho.I - Inicialmente, intimem-se as partes da decisão de fl. 154.II - Na sequência, a fim de possibilitar o praceamento do bem penhorado nos autos, intime-se a parte exequente para, em 15 (quinze) dias, apresentar matrícula individualizada do imóvel, sob pena de arquivamento administrativo dos autos, em caso de inércia.III - Ao final, volte concluso o feito.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se."

Do que dou fé.
Joinville, 12 de março de 2018.

Escrivã(o) Judicial

JUNTADA

Faço juntada ff.
Fl. 178
que segue

EM 14 JUN 2018

Assinatura e carimbo Eduarda

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PET228, Página 1

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	04/05/18
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Tiago Souza
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Exequente: BANCO DO BRASIL S.A.
Executado: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos supra de **Execução de Título Extrajudicial**, proposto em face de **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME**, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador que ao final assina.

Para que seja viável o melhor e mais adequado cumprimento da determinação no prazo definido pelo juízo, o Autor solicita **Dilação de Prazo** para acostar aos autos a manifestação requerida.

Resta frisar que o REQUERENTE não pretende descumprir a determinação judicial ou cumpri-la de forma inadequada. Somente requer a **DILAÇÃO DO PRAZO**, EM 30 (TRINTA) DIAS, para a juntada da manifestação preterida.

Por derradeiro, requer que sempre seja intimado o subscritor da presente **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941,** independentemente da juntada de qualquer substabelecimento com reservas no curso do feito, sob pena de nulidade, com fulcro no artigo 272, §5º do nCPC.

Nestes termos, pede deferimento.

Curitiba, 3 de maio de 2018

Luiz Fernando Brusamolin	José Antônio Broglio Araldi	Carlos H. Santos de Alcântara
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN.Protocolado em 04/05/2018 às 11:28:02, sob o número WJVE18100764522. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

JUNTADA

Faço juntada das fls. 179 a 196 que segue(m).

EM 19 JUL 2018

Assinatura e carimbo

179

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	19/07/18
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Tiago Souza
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Exequente: BANCO DO BRASIL S.A.
Executado: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe **Execução de Título Extrajudicial**, em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME**, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador, expor e requerer o que segue, promover a juntada de matrícula atualizada, requerendo o prosseguimento do feito.

Por derradeiro, requer que sempre seja intimado o subscritor da presente Luiz Fernando Brusamolin, **OAB/SC 29.941**, independentemente da juntada de qualquer substabelecimento com reservas no curso do feito, sob pena de nulidade, com fulcro no artigo 272, §5º do nCPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 18 de julho de 2018

Luiz Fernando Brusamolin	José Antônio Broglio Araldi	Carlos H. Santos de Alcântara
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF231, Página 1

180

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº 1
Ano 1.982

Matrícula Nº 27.695 Data: 05 de Agosto de 1.982

IMÓVEL:- Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Iririú, fazendo - frente à Oeste, em uma linha oblíqua medindo 65,10 (sessenta e cinco- metros e dez centímetros) para a rua Tuiuti; tendo de fundos, à Sul , lado direito de quem da rua olha, em duas linhas, partindo de Oeste - para Leste, a primeira medindo 209,46 (duzentos e nove metros e qua - renta e seis centímetros) e a segunda fazendo pequena deflexão para a esquerda medindo 865,28 (oitocentos e sessenta e cinco metros e vinte e oito centímetros), ambas com terras de Francisco José dos Santos; à Norte, lado esquerdo, com quatro linhas, partindo de Oeste para Leste, a primeira medindo 245,94 (duzentos e quarenta e cinco metros e noven ta e quatro centímetros), a segunda fazendo pequena deflexão para a - esquerda medindo 825,28 (oitocentos e vinte e cinco metros e vinte e oito centímetros), ambas com terras de Isabel C. dos Santos, a tercei re fazendo deflexão para a direita medindo 25,00 (vinte e cinco me - tros) e a quarta fazendo deflexão para à esquerda medindo 40,00 (qua- renta metros), ambas com terras de Dalva da Rosa e Fernando da Rosa ; fazendo o travessão dos fundos à Leste, medindo 28,65 (vinte e oito - metros e sessenta e cinco centímetros) com terras de Rodrigo O. Lobo; contendo a área total de 56.926,23ms2 (cinquenta e seis mil, novecen- tos e vinte e seis metros e vinte e tres decímetros quadrados). Sem - benfeitorias. O imóvel está localizado no lado par da rua Tuiuti a - dista 300,00 (trezentos metros) da Avenida Santos Dumont.

PROPRIETÁRIO:- TERRAVILLE-COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA., estabelecida nes ta cidade, inscrita no CGC sob nº 83.943.191/0001-52.

REGISTRO ANTERIOR:- Matrículas nºs. 25.712 e 25.713 (FUSÃO), do Livro 02 de Registro Geral, neste Cartório.

FORMA DO TÍTULO:- Requerimento da proprietária solicitando unificação de imóvel de acordo com o artigo 234 da Lei 6.015 de 31.12.73 regula- mentada pela Lei 6.216 de 30.06.75.

Oficial

m.l.

AV-1:- Em 04 de Janeiro de 1.983
Pela escritura de 11 de Novembro de 1.982, do Cartório do 2º Tabelião de Notas, desta Comarca (Lº 294, fls. 18v), Tabelião substituto desig nado Rodrigo Octávio Lobo; a firma proprietária alienou 7 (sete) áreas: uma de 12.663,90ms2 (doze mil, seiscentos e sessenta e tres metros e noventa decímetros quadrados) e seis de 443,25ms2 (quatrocentos e qua renta e tres metros e vinte e cinco decímetros quadrados) cada uma, à PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, devidamente matriculadas sob nºs.-

Continua no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
Oficial: Beatriz Mª Loyola da Rosa
Joinville — Santa Catarina

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF232, Página 1

181

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Continuação da Matrícula Nº 27.695

29.409 à 29.415 respectivamente do Livro 02 de Registro Geral, neste Cartório. Dou Fé.
Oficial

m.l.

R-2:- Em 23 de Abril de 1984.
O terreno objeto da matrícula, de acôrdo com a Lei nº 6766/79, Certidão nº 297/84 expedida pela Prefeitura Municipal desta cidade e requerimento de 22.03.84. Foi desmembrado em 74(setenta e quatro) lotes numerados de 1 à 74 contendo a área total de 41.602,83ms2.(quarenta e um mil, seiscentos e dois metros e oitenta e tres centimetros quadrados), sendo que os lotes nºs 1 à 3 fazem frente para a rua Tuiuti e de nºs 4 à 74 para a rua Realoy Silveira com as metragens e confrontações dos lotes constantes do Memorial Descritivo e planta aprovada, anexo ao processo arquivado neste Cartório.
Oficial

VH.

AV-3:- Em 25 de Setembro de 1.984
Pela escritura de 11 de Julho de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas, - desta Comarca, (Lº 149,fls.177); a Firma proprietária alienou o lote nº 28- com a área de 558,11ms2(quinhentos e cincoenta e oito metros e onze decímetros quadrados), à UMBERTO MAFRA, devidamente matriculado sob nº 37.014 do- livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial

VG.

AV-4:- Em 25 de Setembro de 1.984
Pela escritura de 11 de Julho de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas,- desta Comarca, (Lº 149,fls.178); A firma proprietária alienou o lote nº 18- com a área de 541,45ms2(quinhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), à JOSÉ DE OLIVEIRA, devidamente matriculado sob nº 37.015 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial

VG.

AV-5:- Em 25 de Setembro de 1.984
Pela escritura de 23 de Maio de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas, - desta Comarca, (Lº 150,fls.145); A firma proprietária alienou o lote nº 11- com a área de 520,62ms2(quinhentos e vinte metros e sessenta e dois decímetros quadrados), à BERNARDO BAILICH, devidamente matriculado sob nº 37.016- do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial

VG.

AV-6:- Em 03 de Outubro de 1.984
Pela escritura de 29 de Maio de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas, - desta Comarca, (Lº 150,fls.150); A firma proprietária alienou o lote nº 15-

continua na ficha nº 02...

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF233, Página 1

182

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº02

Ano 1.984

Matrícula Nº27.695 Data: 03 de Outubro de 1.984

com a área de 541,45ms2(quinhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco decimetros quadrados), à ANANIR BARBOSA DE OLIVEIRA, devidamente matriculado sob nº 37.144 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartorio Dou fé.

Oficial

VG.

AV-7:- Em 03 de Outubro de 1.984
Pela escritura de 15 de Junho de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas desta Comarca, (Lº 151,fls.038); A firma proprietária alienou o lote nº 01 com a área de 657,36ms2(seiscentos e cincoentaze sete metros, e trinta e seis decimetros quadrados), à LINDO CANI, devidamente matriculado sob nº 37.145 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório;Dou fé.

Oficial

VG.

AV-8:- Em 03 de Outubro de 1.984
Pela escritura de 03 de Setembro de 1.984, do Cartório do 3º Oficio de Notas desta Comarca, (Lº 151,fls.148); A firma proprietária alienou o lote nº 10 com a área de 520,65ms2(quinhentos e vinte metros e sessenta e cincodecimetros quadrados), à MERY MIGUEL MEDEIROS, devidamente matriculado sob nº 37.146 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.

Oficial

VG.

AV-9:- Em 03 de outubro de 1.984
Pela escritura de 20 de Agosto de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas desta Comarca, (Lº 148,fls.099); A firma proprietária alienou o lote nº 17 com a área de 596,01ms2(quinhentos e noventa e seis metros e um decimetros quadrados), à AUGUSTO DA SILVA VIEIRA, devidamente matriculado sob nº 37.148 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório, Dou fé.

Oficial

VG.

AV-10-em 15 de outubro de 1.984
Pela escritura de 24 de agosto de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas desta Comarca, (Lº 151, fls.140); A firma proprietária alienou o lote nº 60, com a área de 499,80 ms2 (quatrocentos e noventa e nove metros e oitenta decímetros quadrados), à IOLANDO RODRIGUES SKROCK, devidamente matriculado sob nº 37.241 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.

continua no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-60
Joinville — Santa Catarina

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF234, Página 1

183

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Continuação da Matrícula Nº 27.695

Oficial

ma.

AV-11-em 15 de outubro de 1.984
Pela escritura de 24 de agosto de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas, desta Comarca, (Lº 151, fls.142); A firma proprietária alienou o lote nº 59, com a área de 499,80 ms2 (quatrocentos e noventa e nove metros e oitenta decímetros quadrados), à LUCIOR DEL SANT, devidamente matriculado sob nº 37.242 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.

m.

AV-12:- Em 20 de Março de 1.985
Pela escritura de 15 de Janeiro de 1.985, do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº 154,fls.140); A firma proprietária alienou o lote nº 09 com a área de 520,62ms2(quinhentos e vinte metros e sessenta e dois decimetros quadrados), à EDITE MATTHIES BENINCA, devidamente matriculada sob nº 39.220 do livro 02 de Registro Geral,neste Cartório. Dou fé.
Oficial

VG.-

AV-13:- Em 30 de Maio de 1.985
Pela escritura de 28.02.85, do 3º Ofício de Notas desta comarca,(Lº 155,fls 129);A proprietária, alienou o lote nº 54 com a área de 699,83ms2(seiscentos e noventa e nove metros e oitenta e três decimetros quadrados),á ADEMAR DE SOUZA,devidamente matriculado sob nº 39.984 do Lº 2 de Registro Geral, neste Cartório. Dou fé.
Oficial

VG.

AV-14:- Em 13 de Junho de 1.985
Pela escritura de 15.04.85 do 3º Ofício de Notas desta Comarca,(Lº 155,fls. 194),a proprietária alienou o lote nº 48 com a área de 553,945ms2 à ADILSON STEFFENS, devidamente matriculado sob nº 40.179 do Lº 2 de Registro Geral, neste Cartório. Dou fé.
Oficial

VG.

AV-15:- Em 26 de Junho de 1.985
Pela escritura de Compra e venda,lavrada no 3º Oficio de Notas desta comarca,aos 15.04.85,(Lº 155,fls.195),A proprietária alienou o lote nº 47 com a área de 553,945ms2 à ARLINDO STEFFENS, devidamente matriculado sob nº 40.335 do Lº 2 de Registro Geral neste Cartório.. Dou fé.
Oficial

VG.

AV-16:- Em 29 de julho de 1985.
Pela escritura de 24.05.85 do Cartório do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº158, fls. 91); A proprietária alienou o lote nº 25 com a área de 558,11-

continua na ficha 03....

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF235, Página 1

184

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº 2 — REGISTRO GERAL — Ficha Nº 03 — Ano 1985

Matricula Nº 27.695 — Data: 29 de julho de 198c.

ms2. (quinhentos e cinquenta e oito metros e onze centímetros quadrados), à ADEMAR MARTINI, devidamente matriculado sob nº 40.845 do Lº2 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.-

Oficial

ssd.

AV-17:- Em 20 de agosto de 1985.
Pela escritura de 06.07.85 do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº159 fls. 100); A proprietária alienou o lote nº 02 com a área de 568,62 - ms2 (quinhentos e sessenta e oito metros e sessenta e dois centíme - tros quadrados), à LOURENÇO ROCHA, devidamente matriculado sob nº 41. 056 do Lº 2 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.-

Oficial

ssd.

AV-18:-Em 20 de agosto de 1985.
Pela escritura de 16.07.85 do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº159 fls. 101); A proprietária alienou o lote nº 03 com a área de 666,36ms2 (seiscentos e sessenta e seis metros e trinta e seis centímetros quadrados), à LOURENÇO ROCHA, devidamente matriculado sob nº 41.057 do - Lº 2 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.-

Oficial

ssd.

AV-19:-Em 20 de agosto de 1985.
Pela escritura de 08.05.85 do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº158 fls. 061); A proprietária alienou o lote nº 05 com a área de 520,62 - ms2 (quinhentos e vinte metros e sessenta e dois centímetros quadra - dos), à JOSÉ TURIBIO DE SOUZA, devidamente matriculado sob nº 41065 - do Lº 2 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.-

Oficial

ssd.

AV-20:-Em 29 de agosto de 1985.
Pela escritura de 08.05.85 do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº 158 fls. 059); A porprietária alienou o lote nº 22 com a área de 702,41ms2 (setecentos e dois metros e quarenta e um centímetros quadrados), à - OSVALDO JOSÉ DE SOUZA, devidamente matriculado sob nº 41.180 do Lº2 - de Registro geral, neste Cartório; Dou fé.-

Oficial

ssd.

AV-21:- Em 04 de Setembro de 1.985
Pela escritura de 31.07.85 do 3º Ofício de Notas desta Cp

continua no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1º CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-60
Joinville — Santa Catarina

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

185

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Continuação da Matrícula Nº 27.695

marca,(Lº 159,fls.117), A proprietária alienou o lote nº 55, - com a área de 499.80ms2(quatrocentos e noventa e nove metros e oitenta decimetros quadrados),à VALMIR BRAGA DE MEDEIROS,devidamente matriculado sob nº 41.348 Lº 2 de Registro Geral,neste - Cartório. Dou fé.
Oficial

VG.

AV-22:- Em 25 de Outubro de 1985.
Pelo escritura de 18 de julho de 1985 pelo Cartório do 3ºOficio de notas - desta Comarca (Lº 160 fls. 033); a proprietaria alienou o lote nº 13 com 702,05m2(setecentos e dois metros e cinco centimetros quadrados); à ARI - MICHELUZZI, devidamente matriculado sob nº 42.1[illegible]6 Lº2 de registro geral - neste cartório; dou fé.
Oficial

VH.

AV-23:- Joinville, 20 de janeiro de 1986
Pela escritura de 26.11.85, pelo Cartório do 3º Ofício de Notas desta comarca (Lº 159 fls.197) a proprietária alienou o lote 38 com a área de 503,965m2 à VILAMIR QUADRA, devidamente matriculado sob nº 43.149 do Lº 02 de Registro Geral neste cartório. Dou fé.
Oficial

mm

AV-24:- Em 5 de Fevereiro de 1986
Pelo Escritura de 14/10/1985, do 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 158, fls. 186); A proprietária alienou a área de - 558,11m2 (quinhentos e cinquenta e oito metros e onze decime - tros quadrados), à NIRLEI DA SILVA, devidamente matriculado sob nº 43.386 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial

IC.

AV-25:- Em 14 de Fevereiro de 1.986
Pela escritura de 09.10.85 do 3º Ofício de Notas, desta Comarca,(Lº 160,fls.128), a proprietária alienou o lote nº 27 com a área de 558.11m2(quinhentos e cincoenta e oito metros e onze - decimetros quadrados), a DIONARIO ABREU VIEIRA,devidamente matriculado sob nº 43.493 Lº 2 de Registro Geral,neste Cartório. Dou fé.
Oficial

VG.

AV-26:- Joinville, 14 de março de 1986
Pela escritura de 16.12.85 pelo Cartório do 3º Tabelionato de Notas desta comarca (Lº 164 fls.019) a proprietária alienou o lote 63 com a área de - 524,79m2 (quinhentos e vinte e quatro metros e setenta e nove decimetros qu

continua na ficha 04

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF237, Página 1

186

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº. 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº. 08
Ano 1986

Matrícula Nº. 27.695 Data: 14 de março de 1986
dredos) à JAIR LEITE, devidamente matriculado sob nº 43.036 do Lº 02 de Registro Geral, neste cartório. Dou fé.
Oficial
mm

AV-27:- Em 17 de Abril de 1986
Pela Escritura de 26/11/85, pelo Cartório do 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 159, fls. 196); A proprietária alienou o lote nº 52, com a área de 553,945m2(quinhentos e cinquenta e três metros e novecentos e quarenta e cinco decímetros quadrados), à ANDRE ROBERTO BREMER, devidamente matriculado sob nº 44.152 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial
IC.

AV-28:- Em 21 de Julho de 1986.
Pela escritura de 13/03/86,pelo Cartório do 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº164,fls.125); A proprietária alienou o lote nº 26, com a área de 558,11m2 (quinhentos e cinquenta e oito metros e onze decímetros quadrados), à ANTONIO FERNANDES NAZÁRIO, devidamente matriculado sob nº 45.389 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial
CS

AV-29:- Em 08 de Agosto de 1.986
Pela escritura de 01.07.86 do 3º Ofício de Notas,desta Comarca,(Lº 165,fls.151),a proprietária alienou o lote nº 34-coma área de 503,96m2(quinhentos e três metros e noventa e-seis decimetros quadrados),a LINDAURA ALAIDE PAULO,devidamente matriculado sob nº 45.716 Lº 2 de Registro Geral,neste Cartório. Dou fé.
Oficial
VG.

AV-30:- Joinville, 19 de Agosto de 1986
Pela escritura de 25.06.86 pelo Cartório do 3º Tabelionato de Notas desta comarca (Lº 165 fls.133) a proprietária alienou o lote 23 comaa árca de 699,83m2 (seiscentos e noventa e nove metros e oitenta e três decímetros quadrados) à NELSON PERSIKE, devidamente matriculado sob nº 45.833 do Lº 02 de Registro Geral, neste cartório. Dou fé.
Oficial
mm

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª. CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83.545.350/0001-60
Joinville — Santa Catarina

Continua no verso....

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF238, Página 1

187

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Continuação da Matrícula Nº. 27.695

AV-31:- Em 16 de Dezembro de 1986
Pela Escritura de 31.03.86, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 165, fls. 38); A proprietária alienou o lote nº 11, com a área de 700,16m2(setecentos e oito metros e dezesseis decimetros quadrados), à VALMIRET NAZÁRIO MACHADO, devidamente matriculado sob nº 47.304 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial IC.

AV-32:- Em 23 de Dezembro de 1986
Pela Escritura de 02.10.86, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 167, fls. 156); A proprietária alienou o lote nº30 com a área de 700,92m2(setecentos metros e noventa e dois decimetros quadrados), à MARIA CAMILO MARTINS, devidamente matriculado sob nº 47.363 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial IC.

AV-33:- Em 5 de Fevereiro de 1987
Pela Escritura de 09.10.81, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 131, fls. 193); A proprietária alienou o lote nº04 com a área de 520,62m2(quinhentos e vinte metros e sessenta e dois decimetros quadrados), à JOSÉ VALDO GONÇALVES DE SOUZA, devidamente matriculado sob nº 47.686 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial IC.

AV-34:- Em 5 de Fevereiro de 1987
Pela Escritura de 13.01.87, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 170, fls. 191); A proprietária alienou o lote nº 11 com a área de 541,45m2(quinhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco decimetros quadrados), à JODESIA CACILDA KOEHLER, devidamente matriculado sob nº 47.650 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé. Em 01/02/87.
Oficial IC.

AV-35:- Em 29 de Maio de 1987
Pela Escritura de 22.09.86, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 168, fls.084); A proprietária alienou o lote nº50, com a área de 553,94m2(quinhentos e cinquenta e três metros e noventa e quatro decimetros quadrados), à ADELINO LOPES DA SILVEIRA, devidamente matriculado sob nº 49.308 do Lº 02 de Regis--

Continua na ficha nº 05...

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF239, Página 1

188

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº. 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº 5
Ano 1987

Matrícula Nº 27.695 Data: 29 de Maio de 1987
tro Geral, neste Cartório. Dou fé.
Oficial

IC

AV-36:- Em 25 de Junho de 1.987
Pela Escritura de 20.11.1.986, pelo 3º Ofício de Notas desta Comarca.(Lº 167, fls. 175).A proprietária alienou o lote nº 19 com a área de 541,45m2(quinhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco centimetros quadrados), à MARLENE FAUSTINO PEDROSO, devidamente matriculado sob nº 49.502 do Lº 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.
Oficial

MS

AV-37:- Em 02 de Julho de 1.987
Pela Escritura Pública de Compra e Venda de 02.03.1.985 pelo 3º Ofício de Notas desta Comarca.(Lº 155, fls. 145). A proprietária alienou o lote nº 40 com a área de 503.965m2 - à JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA, devidamente matriculado sob nº 49.571 do Lº 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.
Oficial

MS

AV-38:-Em 26 de Agosto de 1.987
Pela Escritura de 19.06.1.987, pelo 3º Ofício de Notas desta Comarca.(Lº 171,fls.55).A proprietária alienou o lote nº 24 com a área de 558,11m2(quinhentos e cincoenta e oito metros e onze centimetros quadrados),à UGO MAFRA,devidamente-matriculado sob nº 50.115 do Lº 02 de registro geral,neste-Cartório,dou fé.
Oficial

MS

AV-39: Em 05 de fevereiro de 1988.
Pela Escritura de 30.06.87,pelo 3º Tabelionato de Notas desta comarca. (Lº.171,fls.090).A proprietária alienou o lote nº 31 com a área de 570,60m2.(quinhentos e setenta metros e sessenta centímetros),à ARISTIDES RUDNICK,devidamente matriculado sob nº 51.470 do Lº 02 de registro geral,neste cartório,dou fé.
OFICIAL

NO

AV-40: Em 05 de Fevereiro de 1988.
Pela Escritura de 30.05.87, pelo 3º Tabelionato de Notas,-

Continua no verso

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1º. CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83.545.350/0001-60
Joinville — Santa Catarina

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF240, Página 1

189

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Continuação da Matrícula Nº. 27.695

desta Comarca, (Lº 171 fls. 091), a proprietária alienou o lote nº 32 da quadra Geral do Desmembramento com a área de 700,82m2 (Setecentos metros e oitenta e dois centímetros quadrados), à- ARISTIDES RUDNICK, devidamente matriculado sob nº 51.469 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório, dou fé.
Oficial

DR.

AV-41:- Em 10 de Março de 1988
Pela escritura de 12.01.88, pelo 3º Tabelionto de Notas desta comarca (Lº.- 175, fls.63); a proprietaria alienou o lote nº 20 com a área de 541,45m2 (- quinhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco centímetros quadrados) à LAUDELINO ROCHA, devidamente matriculado sob nº 51.737 do Lº02 de Regis - tro Geral, neste cartório. Dou fé. OFICIAL

GFH

AV-42:- Em 06 de julho de 1988
Pela escritura de 30/05/88 pelo 3º Tabelionato de Notas desta - comarca, (Lº 179 fls nº 41); a proprietaria alienou o lote 65 com a área de 700,65m2 (setecentos metros e sessenta e cinco - centimetros quadrados), à VALTAMIR MARQUES devidamente matricu lado sob nº 53.152 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório. Dou fé. Oficial

AR

AV-43:- Em 22 de agosto de 1988.
Pela escritura de 27.04.1988, pelo 3º Tabelionato de Notas desta comarca.(Lº 176, fls.121), a proprietária alienou o lote 21 com a área de 541,45 m2.(qui nhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), à DALVA TEREZINHA ROSA, devidamente matriculado sob nº 53.763 do Lº.02 de re - gistro geral, neste cartório, dou fé.
OFICIAL

NO

AV-44:- Em 22 de agosto de 1988
Pela escritura de 27/04/88 pelo 3º Tabelionato de Notas desta - comarca, (Lº 176 fls. 120), a proprietária alienou o lote 64 - com a área de 700,82m2 (setecentos metros e oitenta e dois cen- timetros quadrados), à FERNANDO ODAIR ROSA, devidamente matricu lado sob nº 53.764 do Lº 02 de Registro Geral, neste cartório. Dou fé. Oficial

AR

AV-45:- Em 06 de dezembro de 1988.
Pela escr. públ. de C/V. lavrada aos 17/10/88 pelo 3º Tab. des ta Comarca (Lº 183,fls.56), a proprietária alienou o lote 46,/ com a área de 553,945ms2. (quinhentos e cinquenta e tres metros,

Continua na ficha 08:-

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF241, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº. 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº. 06
Ano 1988.

Matrícula Nº. 27.695 Data: 06 de dezembro de 1988.

novecentos e quarenta e cinco centímetros quadrados) à ALBERTINA RODRIGUES, matriculado sob nº 55.036, Lº 2 de Reg. Geral deste Cartório. Dou fé. O Oficial:-

BL

AV-46:- Em, 02 de janeiro de 1989.
Pela escrit. públ. de compra e venda lavrada aos 06 de dezembro de 1988, pelo 3º Tabelionato de Notas dessa comarca-(Lº184 fls.145), a proprietaria alienou o lote 35 com a área total de 503,965ms2(quinhentos e treis metros e novecentos e sessenta e cinco centimetros quadrados)à MODESTO FERNANDO KOEHLER, matriculado sob nº55.403, do Lº02 de registro geral deste cartório. Dou fé. O Oficial

SMK.

AV-47:-em 26 de Maio de 1.989
Pela escritura de 11.04.1.989 pelo 3º ofício de notas desta Comarca.(Lº 189,fls.42). A proprietária alienou o lote nº 57 com a área de 499,80ms2(quatrocentos e noventa e nove metros e oitenta centimetros quadrados),à CECILIA FIGUEIREDO, devidamente matriculado sob nº 57.309 do Lº 02 de registro-geral, neste Cartório.Dou Fé.
OFICIAL

AV-48:-Em 26 de Maio de 1.989
Pela escritura de 11.04.1.989, pelo 3º Ofício de Notas desta comarca.(Lº 189,fls.44).A proprietária alienou o lote nº 56, com a área de 499,80ms2(quatrocentos e oitenta e nove metros e oitenta centimetros quadrados),à CECILIA FIGUEIREDO, devidamente matriculado sob nº 57.310 do Lº 02 de registro-geral,neste Cartório, dou fé.
OFICIAL

MS.

AV-49.-Em, 11 de Abril de 1990.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda lavrada aos 23 de março de 1990, pelo 3º Tabelionato de notas desta comarca -(Lº0205,fls113) a proprietaria alienou o lote nº69, com a área total de 506,05m2 à IVO GARCIA devidamente matriculado-sob nº61.694 do Lº02 Registro Geral neste cartório.-Dou fé-Oficial

AR:

cont. no verso.....

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1º. CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83.545.350/0001-60
Joinville — Santa Catarina

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF242, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817 ,
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Continuação da Matricula Nº. 27.695

AV-50:- Em, 16 de julho de 1.990.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 07.06.90, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.208, fls. 071) a proprietária ALIENOU o lote 61, com a área total de 499,80 - metros quadrados, à SILVANA [illegible], devidamente matriculado sob nº. 62.568, Lº02, Registro geral, neste cartório, dou fé.- Oficial

LCL.-

AV-51:-Em, 10 de Agosto de 1.990
Pela escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 26 de Julho de 1.990, pelo 3º Ofício de Notas, desta comarca.(Lº 210,- fls. 030).A proprietária alienou o lote nº 41, com a área de- 503,965ms2, à WILSON [illegible], devidamente matriculado sob nº 63.610 do Livro 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.
OFICIAL

MS.-

AV-52:-Em, 19 de Setembro de 1.990
Pela escritura Pública de Compra e Venda,lavrada aos 14.09.1.990, pelo 3º Ofício de Notas, desta comarca.(Lº 212, fls.088).- A proprietária alienou o lote nº 67, com a área de 506,05ms2, à LUIZ ALBERTO DOS SANTOS,devidamente matriculado sob nº 63.945 do Livro 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.
OFICIAL

MS.

AV-53:-Em, 12 de Dezembro de 1.990
Pela escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 04 de - Outubro de 1.990, pelo 3º Ofício de Notas, desta comarca.(Lº- 211, fls.134). A proprietária alienou o lote nº 36, com a área de 503,965 metros quadrados, à ZEDIR KOBALL, devidamente matriculado ~~sob nº 66.027 do Lº 02~~ de registro geral, neste Cartório, dou fé.
OFICIAL

MS

AV-54:- Em, 19 de dezembro de 1.990.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 20.11.90, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.213, fls.122) à proprietária ALIENOU o lote 71 com a área de 506,05ms2, à - CLAUDIA INES NOVAKOSKI, devidamente matriculada sob nº.66.058, do ~~Lº02~~ registro geral, neste cartório.- Dou fé.-
Oficial

LCM.

AV-55:- Em, 03 de Janeiro de 1.991

cont. na ficha nº 07...

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF243, Página 1

192

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº. 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº. 07
Ano 1.991

Matrícula Nº. 27.695 Data: 03 de Janeiro de 1991

Pela escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 04.12.90, pelo 3º Ofício de Notas, desta comarca.(Lº 314, fls.046) A proprietária alienou o lote nº 43, com a área de 700,82ms2, à NISTO BRANDER, devidamente matriculado sob nº 66.102 - do Livro 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.- OFICIAL.

MS

AV-56:-Em, 16 de Outubro de 1991.- Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 31 de maio de 1991, pelo 3º Tabelionato de Notas desta Comarca.- (Lº188, Fls.200)., a proprietária ALIENOU o lote nº 72 com a área total de 506,05 ms2., à ANTONIO JOSÉ ALIPIC, devidamente matriculado sob nº 68.066 do Lº 02-RG, neste cartório.-Dou fé.- Oficial

LM.

AV-57:- Em, 30 de julho de 1.992.- Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 10.07.92, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.235, - fls. 154), a proprietária ALIENOU o lote 33, com a área de - 699,83m2, à FLORI ALVES, devidamente matriculado sob nº.69.972, do Lº02-Registro Geral, neste cartório.- Dou fé.- Oficial

LCM.

AV-58:- Em, 25 de março de 1.993.- Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 15.03.1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.251, fls.017), a proprietária ALIENOU o lote 68 com a área de - 506,05m2, à ALBINO DE VARGAS, devidamente matriculado sob nº.- 72.042, do Lº02-RG, neste cartório.- Dou fé.- (14:25hs).-.- Oficial

LCM

AV-59:- Em, 08 de junho de 1.993.- Conforme requerimento datado de 04.04.1993 e documentação - anexa, fica transferido o lote nº.74, com a área de 660,00-m2 para a matrícula nº.72.927, do Lº02-RG, neste cartório,- em virtude de Unificação.- Dou fé.- (09:30hs).-.-.-.-.-.-.- Oficial

LCM.

cont. no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª. CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83.545.350/0001-60
Joinville - Santa Catarina

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF244, Página 1

193

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Continuação da Matrícula Nº. 27.695

AV-60:- Em, 05 de Outubro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 27.09.93, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.261, fls.160), a proprietária ALIENOU o lote70 com a área de 506,05m2., à MATIAS PINTO, devidamente matriculado sob nº.74.002, do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.- (16:30hs).Oficial

LCM.

AV-61:- Em, 28 de outubro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 22.10.199 3, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca.,(Lº-0265,fls. - 013); à proprietária ALIENOU o lote nº-06, com a área de 520,62 ms2; à FRANCISCO GENEROSO; devidamente matriculado sob nº-74.22 2 do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.- (14:00hs).-.-.-.-.-.-.- Oficial

RRO

AV-62:- Em, 04 de Novembro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 07.10.1993 pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº. 263, fls.005), - a proprietária ALIENOU o lote nº.30, com a área de 558,11m2., - à MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA CAPISTRANO, devidamente matriculado sob nº.74.263, do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.-(10:00 hs).-Oficial

LCM.

AV-63:- Em, 04 de Novembro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 18.10.1993 pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº. 265, fls.001), - a proprietária ALIENOU o lote nº.58, com a área de 499,80m2., - à AMÉLIA JOSÉ FERREIRA, devidamente matriculado sob nº.74.864, - do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.- (10:05hs).-.-.-.-.-.-.-.- Oficial

LCM.

AV-64:- Em, 16 de novembro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 18.10.199 3, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca.,(Lº-0263,fls. - 042); à proprietária ALIENOU o lote nº-16, com a área de 596,01 ms2; à ELIZEU STOFELLI e SILENE MARIA APOLINÁRIO; devidamente matriculados sob nº-74.408 do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé. (17:05hs).- Oficial

RRO

AV-65:- Em, 16 de Novembro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 03.11.199 3, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.263, fls. - 089), a proprietária ALIENOU o lote 42, com a área de 508,13m2.,

cont. na ficha 08...

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, INF245, Página 1

194

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Livro Nº 2

REGISTRO GERAL

Ficha Nº 08

Ano 1.993.

Matrícula Nº 27.695 Data: 16 de Novembro de 1.993.

à VALCENIR BRAZ CRISPIM, devidamente matriculado sob nº. - 74.409, do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.- (17:15hs). - Oficial

LCM.

AV-66:- Em, 02 de dezembro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 23.11 1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca.,(Lº.-026 3,fls.152); à proprietária ALIENOU o lote nº-37, com a área de 503,965ms2; à GENILDO KOBALL e LUCIMAR FAGUNDES; devidamente matriculados sob nº-74.589 do Lº02-RG., neste cartório Dou fé.- (15:15hs).- Oficial

RRO.

AV-67:- Em, 09 de novembro de 1.994.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 26.10 1994, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca; (Lº-0283 fls.003); à proprietária ALIENOU o lote nº-66, com a área de 506,05ms2; à OSMAR JOSÉ SCHULTZ; devidamente matriculado sob nº-78.295 do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.- (11:40 hs).- Oficial

RRO

AV-68:- Em, 16 de maio de 1.995.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 20.02 1995, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca; (Lº-0284 fls.145); à proprietária ALIENOU o lote nº-62, com a área de 499,80ms2; à ETHEVALDO HANSEN; devidamente matriculado sob nº-79.756 do Lº02-RG., neste cartório.- (16:00hs).-.-.- Oficial

RRO

AV-69:- Em, 22 de março de 1.996.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 13.0 2.1996, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca;(Lº030 7,fls.043), a proprietária ALIENOU o lote nº 45, com a área de 553,945m2; a MARÇAL ALVES, devidamente matriculado sob nº 82.634 do Lº 02-RG, neste Cartorio.-(16:25hs).-.-.- Oficial

CRE.

AV-70-27.695:- Em, 04 de março de 2.004.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 02.0 2.2004, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca;(Lº0486 fls.191/193); a proprietária ALIENOU o lote nº 12 com a -

cont. no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS - 1º CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-60
Joinville - Santa Catarina

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

195

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

Continuação da Matrícula Nº -27.695-

área de 700,32m2.; à ARNOLDO CRISTOFOLINI JÚNIOR, devidamente matriculado sob o nº 104.449, do Lº.02-RG., neste Cartório.- DOU FÉ.- Oficial

AJK.

AV.-71-27.695: - Em 04 de Abril de 2014. - **Abertura de matrícula.**
A unidade autônoma **Lote 08** foi devidamente matriculada sob nº. **145.770** do Livro 2 dessa serventia registral. Protocolo: 257.596, 27 de Março de 2014. Selo de fiscalização: DKK98663-1NC8.
Escrevente Substituta - Lidiane Hepp

AV.-72-27.695: - Em 28 de Abril de 2015. - **Abertura de matrícula.**
A unidade autônoma **Lote 39** foi devidamente matriculada sob nº. **150.961** do Livro 2 dessa serventia registral. Protocolo: 271.023, 27 de Abril de 2015.
Escrevente Substituta - Lidiane Hepp

AV.-73-27.695: - Em 19 de Outubro de 2017. - **Averbação.**
Conforme documentação hábil, averba-se para que conste a razão social da proprietária como sendo Terravile Comércio de Imóveis LTDA. não como constou. Protocolo: 300.700, 11 de Outubro de 2017. Emolumentos: R$ 101,40. Selo de fiscalização: EVA10460-NT9C - R$ 1,85.
Escrevente Substituta - Natacha Micaela Dias Bertolli

AV.-74-27.695: - Em 19 de Outubro de 2017. - **Abertura de matrícula.**
A unidade autônoma Lote 07 foi devidamente matriculada sob nº. **161.957** do Livro 2 dessa serventia registral. Protocolo: 300.700, 11 de Outubro de 2017.
Escrevente Substituta - Natacha Micaela Dias Bertolli

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

196

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 16CD7BCC-6FEF-481C-B9CA-760C36C8EEBC

Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua XV de Novembro, 817
Centro - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3026-5147

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR
Matrícula nº: 27.695 (até Av.74)

Certifico que o presente documento é fiel expressão dos registros existentes no 1º Registro de Imóveis de Joinville, conforme dispõe o art. 16 da Lei 6.015/73.

O referido é verdade e dou fé.

Joinville, 08 de Maio de 2018.

[ ] Bianca Castellar de Faria – Titular
[ ] Fernanda Elisa Tonioti Pedrini - Substituta
[ ] Letícia Luiza Krüger - Escrevente de Certidão
[ ] Carina da Silva Pires - Escrevente de Certidão
[ ] Munique Cristina da Silva - Escrevente Registral
[ ] Joseane A. P. Luciano – Escrevente de Certidão
[ ] Valentine Bevilaqua - Escrevente Operacional
[ ] Thamires Siedschlag – Escrevente Operacional
[ ] Marina da Silva - Escrevente Registral
[ ] Sirlene de Sousa Santos - Escrevente de Atendimento
[ ] Patricia Correa - Escrevente de Atendimento

Emolumentos:
01 Certidão de Inteiro Teor..... R$ 10,35
07 Certidão - fichas excedentes..... R$ 27,30
Selos: R$ 1,90
Total: R$ 39,55

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal
EYE84508-0CMX
Confira os dados do ato em:
selo.tjsc.jus.br

CERTIDÃO VÁLIDA POR TRINTA (30) DIAS.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 19/07/2018 às 11:31:44, sob o número WJVE18101324798. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

CONCLUSÃO

Faço conclusos ao(à) Juiz(a) de Direito.

EM 29 JUL 2019

Assinatura e carimbo

PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
COMARCA DE JOINVILLE
2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO

Autos n. 0046696-30.2006.8.24.0038 Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Vistos para despacho.

I – Proceda-se o praceamento do bem penhorado.

II – Nomeio como leiloeira a Sra. Tatiane dos Santos Duarte, com endereço profissional na Rua Henrique Mayer, n. 280, Sala 507, Joinville/SC, telefone n. (47) 4063-9404 e e-mail: tatiane.duarte@sbjud.com.br.

Cumpra-se, com urgência.

Joinville (SC), 30 de julho de 2018.

Rafael Maas dos Anjos
Juiz de Direito

198

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Ofício n. 0046696-30.2006.8.24.0038-0008

Joinville, 16 de agosto de 2018

Autos n. 0046696-30.2006.8.24.0038

Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A/
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros/
Juiz de Direito: Rafael Maas dos Anjos
Técnico Judiciário Auxiliar: José Rech

Pela presente carta de intimação fica o destinatário desta INTIMADO de que foi nomeada como leiloeira nos presentes autos, devendo proceder o praceamento do bem penhorado.

José Rech
Chefe de Cartório Designado
(Autorizado pela Portaria 04/2016 - GJ)

E-MAIL

Tatiane dos Santos Duarte
Henrique Mayer, 280, Sala 507, Centro
Joinville-SC
CEP 89201-405
md

CARGA – 2ª VARA DIREITO BANCARIO

Certifico que, nesta data, os presentes autos contendo 198 folhas, foram entregues a(o): Luciane dos Santos Duarte, ficando (a/o) mesmo (a) intimado(a) de todos os demais atos do processo. O referido é verdade e dou fé. Jlle (SC) 27/08/2018

Abigail
(assinatura)

RECEBIMENTO

Certifico que recebi os presentes autos em cartório na data de ___/___/___.

(assinatura).

JUNTADA

Faço juntada Petição
que segue(m).

EM 29 AGO 2018

Assinatura e carimbo

DUARTE LEILÕES OFICIAIS

TATIANE DOS SANTOS DUARTE
Leiloeira Oficial
Matrícula AARC / 301

199

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville/SC.

Autos n.0046696-30.2006.8.24.0038
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confecções Sirpier Ltda. e outros

TATIANE DOS SANTOS DUARTE, Leiloeira Pública Oficial, matriculada na JUCESC sob n° AARC-301/2013, vem manifestar pleno interesse em atender a honrosa nomeação ao encargo de Leiloeira Oficial nos presentes autos, desde já dando início aos trabalhos, informa data, hora e local abaixo para a realização do leilão presencial e eletrônico:

Data dos Leilões:

1º LEILÃO: 14/SETEMBRO/2018, 14:00 horas;
2º LEILÃO: 28/SETEMBRO/2018, 14:00 horas.

Local do Pregão Físico : Auditório da Leiloeira - Rua Henrique Mayer, 280, Sl 507, Joinville/SC

Leilão eletrônico no Site: www.canaljudicial.com.br/dloficiais

REQUER, se assim este juízo entender conveniente, a publicação de praxe pela vara, no Diário da Justiça com pelo menos 05 dias de antecedência da data do 1º Leilão, e a fixação no local de costume, nos termos do art. 887, §1º. do CPC. (segue anexo edital).

O EDITAL será publicado na ferramenta eletrônica www.canaljudicial.com.br/dloficiais.com.br – link Tribunal de Justiça de Santa Catarina, nos termos do art. 887 CPC.

Termos em que,

Aguarda as deliberações deste Juízo.

Joinville(SC), 24 de agosto de 2018.

TATIANE DOS SANTOS DUARTE
Leiloeira Pública Oficial
Matricula AARC 301/2013

039 RJVE.18.00024421-7 270818 1707 76

DUARTE LEILÕES OFICIAIS

TATIANE DOS SANTOS DUARTE
Leiloeira Oficial
Matrícula AARC / 301

200

EDITAL DE LEILÃO

Tatiane dos Santos Duarte, Leiloeira Pública Oficial, autorizada pelo Exmo. Sr. Dr. **RAFAEL MAAS DOS ANJOS, JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE/SC, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que a 2ª Vara de direito Bancário da comarca de Joinville, levará a venda em Leilão Judicial eletrônico nas datas, local, horário e sob as condições adiante descritas, o(s) bem (ns) penhorado (s) na **Ação de Execução de Título Extrajudicial,** processo n. **0046696-30.2016.8.24.0038,** em que são partes: **Exequente:** Banco do Brasil **e Executado:** Confecções Sirpier Ltda. e outros

I. DATAS E LOCAL DA ALIENAÇÃO JUDICIAL:

1º LEILÃO: 14/SETEMBRO/2018, 14:00 horas, - Por lance igual ou superior ao da Avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação dos bens no 1º LEILÃO, seguir-se-á sem interrupção o 2º Leilão;

2º LEILÃO: Serão aceitos lances a partir de **50%** (cinquenta por cento) do valor da avalição, a encerrar-se no dia **28/SETEMBRO/2018 a partir das 14:00 horas,** - Sempre considerando o horário Oficial do Brasil, (Horário de Brasília).

Local do leilão Físico: Rua Henrique Mayer, 280, 5º andar – sala 507, Edifício Helbor Offices, Joinville/SC., e **simultaneamente, por meio eletrônico através do site da rede Internet www.canaljudicial.com.br/dloficiais,** podendo ser oferecidos lances via Internet em igualdade de condições com o pregão físico, mediante a realização de habilitação no site. As informações necessárias para a participação do licitante no leilão, bem como procedimentos e regras adotadas para sua validade poderão ser obtidas através do tel. (47) 99964-5777 ou (47) 4063-9404- Ramal 8256, ou email: contato@dloficiais.com.br ou através do site: www.canaljudicial.com.br/dloficiais. O leilão será presidido pela Leiloeira Oficial Tatiane dos Santos Duarte (AARC 301/SC), com escritório em Joinville/SC, Rua Henrique Meyer, 280, sala 507, Ed. Helbor Offices. As condições de venda e pagamento, fotos, informações pertinentes ao bem e todas as regras do leilão também estarão disponíveis no site www.canaljudicial.com.br/dloficiais – no link: Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

II. DOS LANCES e DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO:

1. Os lances deverão ser ofertados pela rede Internet, através do Portal www.canaljudicial.com.br/dloficiais.com.br,

2. Durante o leilão, profissionais do canal judicial poderão auxiliar os interessados que desejam participar do leilão, através do telefone (11 4950-9690) ou *e-mail* (cac@canaljudicial.com.br).

3. As pessoas físicas e jurídicas que se habilitarem para o leilão eletrônico e que tiverem seu cadastro homologado, estarão automaticamente outorgando poderes a leiloeira oficial para assinar em seu nome os autos de arrematação.

DUARTE LEILÕES OFICIAIS

TATIANE DOS SANTOS DUARTE
Leiloeira Oficial
Matrícula AARC / 301

4. **Do Lance Automático:** É uma facilidade do Portal Canal Judicial que permite a programação de lances automáticos até um limite máximo pré-determinado pelo ofertante. Com esta opção, caso outro participante oferte um lance maior, o sistema gerará outro lance acrescido de um incremento mínimo, até o limite máximo definido. Este mecanismo permite que o usuário possa ofertar lances até o limite estipulado, sem a necessidade de acompanhamento do leilão.

4.1 O Incremento é o valor mínimo que será somado ao lance anteriormente ofertado. Todos os lotes terão seu incremento mínimo.

4.2 O interessado no lote pode ofertar mais do que o incremento mínimo, utilizando os múltiplos disponíveis. Porém, nunca poderá ofertar valor inferior ao incremento mínimo. O valor do incremento mínimo varia de acordo com o preço do lote. O valor do incremento é definido pelo Leiloeiro e pode variar no decorrer do leilão.

5. **Da irrevogabilidade e irretratabilidade do lance** – Os lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. O Usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.

6. **Do Tempo extra** - Toda vez que um lance é ofertado durante os últimos 03 (três) minutos de apregoamento de um lote, será concedido tempo extra, retroagindo o cronômetro disponível na seção "tela de lance" do Portal Canal Judicial a 03 (três) minutos do encerramento, de forma a permitir que todos os interessados tenham tempo hábil para ofertar novos lances.

7. **Das Condições para ofertar lances** – O usuário deverá ser capaz de exercer atos da vida civil, conforme determina a legislação em vigor. Os menores de 18 anos não serão admitidos a participar dos leilões.

8. O usuário declara que tem capacidade, autoridade e legitimidade para assumir as responsabilidades e obrigações descritas neste documento.

9. Mesmo que o usuário tenha capacidade civil e jurídica para contratar, necessariamente deverá ter a livre disposição de seus bens para ofertar lances nos leilões divulgados no Portal Canal Judicial.

10. **Da aceitação das Regras:** Para participar do leilão pela internet o usuário deverá ACEITAR os termos e condições estabelecidas

III ADVERTÊNCIAS:

11. Ficam devidamente intimados pela publicação deste edital no sítio eletrônico (www.canaljudicial.com.br/dloficiais) e afixação no local de costume os devedores e respectivos cônjuges, no caso de serem casados, das datas dos leilões e do valor da avaliação.

12. O credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, que não seja de qualquer modo parte na execução, o coproprietário de bem indivisível do qual tenha sido penhorada fração ideal, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, o promitente comprador, quando a penhora recair sobre bem em relação ao qual haja promessa de compra e venda registrada, o promitente vendedor, quando a penhora recair sobre direito aquisitivo derivado de promessa de compra e venda registrada, a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado, que não foram intimados

DUARTE LEILÕES OFICIAIS

TATIANE DOS SANTOS DUARTE
Leiloeira Oficial
Matrícula AARC / 301

202

pessoalmente, ficam neste ato intimados da realização dos respectivos praças/leilões (art. 889, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII do NCPC);

13. O(s) bem(ns) poderá(ão) ter a sua avaliação corrigida até a data do 1º Leilão, caso decorrido vasto lapso temporal da última avaliação;

14. Não ocorrendo à venda ou adjudicação na primeira data, será aberto o segundo Leilão conforme data e horário supra, onde haverá a alienação a quem mais ofertar (art. 886, V, do NCPC), desde que não a preço vil. Considera-se vil o preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz e constante do edital, ou seja abaixo de 50% do valor da avaliação;

15. Nos casos de acordo consensual entre as partes e/ou nos casos de suspensão ou extinção da ação depois de iniciados os atos preparatórios do leilão, incumbe ao exequente (ou ao executado, se assim for ajustado), juntamente com os demais ônus, arcar com os honorários do leiloeiro, estabelecido em 5% sobre o valor do acordo, salvo decisão judicial em contrário.

16. Compete ao interessado na arrematação, a verificação dos bens.

17. Violência ou fraude em arrematação judicial - Art. 358 do Código Penal. Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena – detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência;

18. Se o arrematante ou seu fiador não pagar o preço no prazo estabelecido, o juiz impor-lhe-á, em favor do exequente, a perda da caução, voltando os bens a nova praça ou leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos (Art. 897 do Novo Código de Processo Civil).

19. O arrematante ou adjudicante se for o caso, deverá pagar ao leiloeiro comissão estabelecida em lei, arbitrada em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação ou adjudicação;

19.1. A comissão do leiloeiro não está inclusa no valor do lance e não será devolvida em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias a vontade do arrematante.

IV. DOS PAGAMENTOS:

20. Salvo pronunciamento judicial em sentido diverso, os pagamentos da arrematação e da comissão do leiloeiro, deverão ser realizado em 24 horas, contados do dia útil seguinte ao encerramento do leilão, pelo arrematante, por depósito judicial, por meio eletrônico em guia a ser repassada pelo leiloeiro, (artigo 892 do NCPC);

21. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação ou até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma do (artigo 895, do NCPC).

V. CONDIÇÕES GERAIS:

22.Assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que

DUARTE LEILÕES OFICIAIS

TATIANE DOS SANTOS DUARTE
Leiloeira Oficial
Matrícula AARC / 301

203

trata o § 4o do artigo 903 do NCPC, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos. (art. 903, caput, do NCPC);

23. O arrematante recebe o bem livre de hipotecas, penhoras e débitos anteriores relativos ao IPTU e condomínio, na forma do art. 908 do CPC e art. 130, § único, do CTN, sujeitando-se, entretanto, a eventuais outros ônus existentes sobre o bem e com os custos de transferência;

24. Mediante autorização do Juiz, os dados cadastrais dos arrematantes inadimplentes poderão ser inscritos junto aos órgãos de proteção ao crédito.

25 - Todas as regras, fotografias, matrícula(s) do(s) imóvel(eis) e condições do Leilão, estarão publicadas e disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/dloficiais, Link Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

26 - A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Autos n.0046696-30.2006.8.24.0038
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confecções Sirpier Ltda. e outros

Descrição do Bem:
01 terreno situado nesta cidade de Joinville-SC, na Rua Realcy Silveira n. 1035, bairro Iririú, com as seguintes medidas e confrontações: Fazendo frente para a Rua Realcy Silveira, com 12,50mm tendo de fundos em ambos os lados 41,65m, fazendo travessão de fundos com 12,50m, **contendo área total de 520,62m2**.
Obs1: Edificado com sobrado de 3 pavimentos, com aproximadamente 350m2. Sendo Parte térrea contendo uma sala ampla com garagem mais 01 apartamento; 1º Piso sendo 02 apartamentos mais varanda; 2º piso contendo um mezanino amplo. O terreno é murado e aterrado.
Obs2. Este imóvel é oriundo da "matricula mãe" n. 27.695 do 1º Registro de Imóveis de Joinville, abaixo descrita: "Um terreno situado nesta cidade de Joinville-SC, Bairro Iririú, fazendo frente à Oeste, em uma linha oblíqua medindo 65,10m2 para a rua Tuiuti; tendo de fundos, à Sul, lado direito de quem da rua olha, em duas linhas, partindo de Oeste para Leste, a primeira medindo 209,46m2 e a segunda fazendo pequena deflexão para esquerda medindo 865,25m2, ambas com terras de Francisco José dos Santos; à Norte, lado esquerdo, com quadro linhas, partindo de Oeste para Leste, a primeira medindo 245,94 m2, a segunda fazendo pequena deflexão para esquerda medindo 825,28 m2, ambas com terras de Israel C. dos Santos, a terceira fazendo deflexão para a direita medindo 25,00m2 e a quarta fazendo deflexão para a esquerda medindo 40,00m2, ambas com terras de Dalva da Rosa e Fernando da Rosa; fazendo o travessão dos fundos à Leste, medindo 28,65 m2 com terras de Rodrigo O. Lobo; contendo área total de 56.926,23m2"

Avaliação: R$449.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil reais), em 21/06/2017. Certidão de fls. 133

Foto:

204

DUARTE LEILÕES OFICIAIS

TATIANE DOS SANTOS DUARTE
Leiloeira Oficial
Matrícula AARC / 301



E para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei na ferramenta eletrônica: http://www.canaljudicial.com.br/dloficiais. Mais informações: no Escritório da Leiloeira, Rua Henrique Meyer, 280, 5º andar, sala 507, Edifício Helbor Offices, Joinville/SC; telefone: (47) 4063-9404 ou (47) 9964-5777 e e-mail: contato@dloficiais.com.br

Joinville (SC), 24 de Agosto de 2018.

TATIANE DOS SANTOS DUARTE
Leiloeira Pública Oficial
Matricula AARC 301/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Fl. 205

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

⇒ **Fica designado o dia 14/09/2018, às 14:00 horas, para a primeira praça/leilão e o dia 28/09/2018, às 14:00, para a segunda praça/leilão, conforme documentos juntados às fls. 199/204.**

Local do Pregão Físico: Auditório da Leiloeira - Rua Henrique Mayer, 280, 5º andar, sl 507, Edifício Helbor Offices, Joinville/SC.

Leilão eletrônica no Site: www.canaljudicial.com.br/dloficiais

Joinville, 29/08/2018.

Thais Guimarães Freitas

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

206

Ofício n. 0046696-30.2006.8.24.0038-0009

Joinville, 29 de agosto de 2018

Autos n. 0046696-30.2006.8.24.0038

Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A/
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros/
Juiz de Direito: Mauricio Cavallazzi Povoas
Técnico Judiciário Auxiliar: Iara Cristina Niehues

Através da presente carta de intimação com aviso de recebimento (AR), fica o destinatário desta INTIMADO que foi designado o dia 14/09/2018, às 14:00 horas, para a primeira hasta pública, e o dia 28/09/2018, às 14:00, para a segunda hasta pública.

Local do Leilão Físico: Auditório da Leiloeira Tatiane dos Santos Duarte AARC 301/2013: Rua Henrique Mayer, 280, 5º andar, sala 507, Edifício Helbor Offices, Joinville/SC.

Leilão eletrônico no Site: www.canaljudicial.com/br/dloficiais.

Iara Cristina Niehues
Chefe de Cartório
Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça – Art. 212
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Lei nº 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III, "a".

Jam Pierre de Oliveira
Rua Alberto T. Veiga, 326, Iririú
Joinville-SC
CEP 89227-553

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

207

Ofício n. 0046696-30.2006.8.24.0038-0010

Joinville, 29 de agosto de 2018

Autos n. 0046696-30.2006.8.24.0038

Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A/
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros/
Juiz de Direito: Mauricio Cavallazzi Povoas
Técnico Judiciário Auxiliar: Iara Cristina Niehues

Através da presente carta de intimação com aviso de recebimento (AR), fica o destinatário desta INTIMADO que foi designado o dia 14/09/2018, às 14:00 horas, para a primeira hasta pública, e o dia 28/09/2018, às 14:00, para a segunda hasta pública.

Local do Leilão Físico: Auditório da Leiloeira Tatiane dos Santos Duarte AARC 301/2013: Rua Henrique Mayer, 280, 5º andar, sala 507, Edifício Helbor Offices, Joinville/SC.

Leilão eletrônico no Site: www.canaljudicial.com/br/dloficiais.

Iara Cristina Niehues
Chefe de Cartório
Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça – Art. 212
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Lei nº 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III, "a".

Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira
Rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro
Joinville-SC
CEP 89226-280

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

208

Ofício n. 0046696-30.2006.8.24.0038-0011

Joinville, 29 de agosto de 2018

Autos n. 0046696-30.2006.8.24.0038

Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A/
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros/
Juiz de Direito: Mauricio Cavallazzi Povoas
Técnico Judiciário Auxiliar: Iara Cristina Niehues

Através da presente carta de intimação com aviso de recebimento (AR), fica o destinatário desta INTIMADO que foi designado o dia 14/09/2018, às 14:00 horas, para a primeira hasta pública, e o dia 28/09/2018, às 14:00, para a segunda hasta pública.

Local do Leilão Físico: Auditório da Leiloeira Tatiane dos Santos Duarte AARC 301/2013: Rua Henrique Mayer, 280, 5º andar, sala 507, Edificio Helbor Offices, Joinville/SC.

Leilão eletrônico no Site: www.canaljudicial.com/br/dloficiais.

Iara Cristina Niehues
Chefe de Cartório
Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça – Art. 212
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Lei nº 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III, "a".

Confeccoes Sirpier Ltda
Rua Dona Helena, 50, (Na pessoa da sócia proprietária da empresa a Sra., Irirriu
Joinville-SC
CEP 89200-000

439 209

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA - COMARCA DE JOINVILLE
Certidão - Processo 0046696-30.2006.8.24.0038

Emitido em: 03/09/2018 12:21
Página: 1

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, consta da relação nº 0582/2018, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 2897, cuja data de publicação considera-se o dia 03/09/2018, com início do prazo em 04/09/2018, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução nº 04/07-TJ.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
07/09/2018 - Independência do Brasil - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Salustiano Luiz de Souza (OAB 10952/SC)	5	11/09/2018
Luiz Alberto Gonçalves (OAB 8146/PR)	5	11/09/2018
Emerson Norihiko Fukushima (OAB 30687/SC)	5	11/09/2018
Luiz Fernando Brusamolin (OAB 29941/SC)	5	11/09/2018
Genésio Felipe de Natividade (OAB 35850/SC)	5	11/09/2018
Jose Antonio Broglio Araldi (OAB 30425/SC)	5	11/09/2018

Teor do ato: "Fica designado o dia 14/09/2018, às 14:00 horas, para a primeira praça/leilão e o dia 28/09/2018, às 14:00, para a segunda praça/leilão, conforme documentos juntados às fls. 199/204. Local do Pregão Físico: Auditório da Leiloeira - Rua Henrique Mayer, 280, sl 507, Joinville/SC. Leilão eletrônica no Site: www.canaljudicial.com.br/dloficiais "

Do que dou fé.
Joinville, 3 de setembro de 2018.

Escrivã(o) Judicial

JUNTADA

Juntada Pet.

fls. 210

que segue

EM 17 SET 2018

Assinatura e carimbo Eduarda

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, AUTO264, Página 1

DUARTE LEILÕES OFICIAIS

TATIANE DOS SANTOS DUARTE
Leiloeira Oficial
Matrícula AARC / 301

AUTO NEGATIVO DE 1º LEILÃO
14/SETEMBRO/2018 – 14h

2ª Vara de Direito Bancário de Joinville/SC

Autos n.0046696-30.2006.8.24.0038
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confecções Sirpier Ltda. e outros

Aos **CATORZE** dias do mês de **SETEMBRO** do ano de **DOIS MIL E DEZOITO**, nesta Cidade e Comarca de Joinville/SC, Estado de Santa Catarina, no local determinado por este Juízo, auditório da Leiloeira – Rua Henrique Mayer, 280, sala 507, Joinville/SC, às **14:00** horas, e concomitantemente, via internet, em igualdade de condições, através do canal de leilão/site: www.canaljudicial.com.br/dloficiais , foi levado à Leilão, **pelo valor da avaliação**, o imóvel abaixo descrito, penhorado no processo em epigrafe:
"01 terreno situado nesta cidade de Joinville-SC, na Rua Realcy Silveira n. 1035, bairro Iririú, com as seguintes medidas e confrontações: Fazendo frente para a Rua Realcy Silveira, com 12,50mm tendo de fundos em ambos os lados 41,65m, fazendo travessão de fundos com 12,50m, **contendo área total de 520,62m2**.
Obs1: Edificado com sobrado de 3 pavimentos, com aproximadamente 350m2. Sendo Parte térrea contendo uma sala ampla com garagem mais 01 apartamento; 1º Piso sendo 02 apartamentos mais varanda; 2º piso contendo um mezanino amplo. O terreno é murado e aterrado.
Obs2. Este imóvel é oriundo da "matricula mãe" n. 27.695 do 1º Registro de Imóveis de Joinville, abaixo descrita: "Um terreno situado nesta cidade de Joinville-SC, Bairro Iririú, fazendo frente à Oeste, em uma linha oblíqua medindo 65,10m2 para a rua Tuiuti; tendo de fundos, à Sul, lado direito de quem da rua olha, em duas linhas, partindo de Oeste para Leste, a primeira medindo 209,46m2 e a segunda fazendo pequena deflexão para esquerda medindo 865,25m2, ambas com terras de Francisco José dos Santos; à Norte, lado esquerdo, com quadro linhas, partindo de Oeste para Leste, a primeira medindo 245,94 m2, a segunda fazendo pequena deflexão para esquerda medindo 825,28 m2, ambas com terras de Israel C. dos Santos, a terceira fazendo deflexão para a direita medindo 25,00m2 e a quarta fazendo deflexão para a esquerda medindo 40,00m2, ambas com terras de Dalva da Rosa e Fernando da Rosa; fazendo o travessão dos fundos à Leste, medindo 28,65 m2 com terras de Rodrigo O. Lobo; contendo área total de 56.926,23m2"
Avaliação: R$449.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil reais), em 21/06/2017. Certidão de fls. 133"
Sendo que no final do leilão restou **SEM LANCES.**

Em face do ocorrido, encerrou-se o 1º Leilão, procedendo-se, em seguida, à lavratura do respectivo auto, foi dado então, a abertura do 2º leilão, com lance mínimo de 50% da avaliação do bem com encerramento designado para o dia 28/Setembro/2018.

É o que cumpria informar.

TATIANE DOS SANTOS DUARTE
Leiloeira Oficial - JUCESC – AARC 301/2013

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TATIANE DOS SANTOS DUARTE.Protocolado em 14/09/2018 às 14:46:49, sob o número WJVE18101790055. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

JUNTADA

Faço juntada fls. 211 a 213

que segue(m).

EM 20 SET 2018

Assinatura e carimbo

211

JUNTADA DE AVISO DE RECEBIMENTO

Em 20 de setembro de 2018 faço a juntada a estes autos, do aviso de recebimento referente ao ofício n. 0046696-30.2006.8.24.0038-0009, do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, Abigail, o subscrevo.

Correios **AR** AVISO DE RECEBIMENTO 439 **MP**

DESTINATÁRIO
Jam Pierre de Oliveira
Rua Alberto T. Veiga, 326, Iririú
89227-553, Joinville, SC

AR913690153TJ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
2º Cartório de Direito Bancário
Rua Hermman August Lepper, 980, ., Saguaçú
89221-902, Joinville, SC

Carta
9912239932/15-DR/SC
TJ/SC
Correios

CDD JOINVILLE LESTE
06 SET. 2018
SC

TENTATIVAS DE ENTREGA
1ª 06/09/18 9:16 h
2ª ___/___/___ ___:___ h
3ª ___/___/___ ___:___ h

ATENÇÃO: Após realizar 3(três) tentativas de entrega, deixar em Posta Restante por 10(dez) dias corridos.

DECLARACAO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)
0046696-30.2006.8.24.0038-0009

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
Claudevan Fortunato
Mat.: 8710403-2
CDD Joinville Leste

ASSINATURA DO RECEBEDOR
Jam Pierre Oliveira

DATA ENTREGA 06-09-18

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE 9196696

212

JUNTADA DE AVISO DE RECEBIMENTO

Em 20 de setembro de 2018 faço a juntada a estes autos, do aviso de recebimento referente ao ofício n. 0046696-30.2006.8.24.0038-0010, do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, Abigail, o subscrevo.

Correios **AR** *AVISO DE RECEBIMENTO* **MP**

DESTINATÁRIO
Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira
Rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro
89226-280, Joinville, SC

AR913690167TJ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
2º Cartório de Direito Bancário
Rua Hermman August Lepper, 980, ., Saguaçú
89221-902, Joinville, SC

Carta
9912239932/15-DR/SC
TJ/SC
Correios

CDD JOINVILLE LESTE
06 SET 2018
SC

TENTATIVAS DE ENTREGA
1ª ____/____/____ ____:____h
2ª ____/____/____ ____:____h
3ª ____/____/____ ____:____h

ATENÇÃO: Após realizar 3(três) tentativas de entrega, deixar em Posta Restante por 10(dez) dias corridos.

DECLARACAO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)
0046696-30.2006.8.24.0038-0010

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros

RUBRICA E MATRÍCULA DC CARTEIRO
Leandro Remi de Oliveira
Carteiro
3707.019-7

ASSINATURA DO RECEBEDOR
Sirlei Melo

DATA ENTREGA
06/9/18

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE
2509637

213

JUNTADA DE CORRESPONDÊNCIA DEVOLVIDA

Em 20 de setembro de 2018 faço a juntada a estes autos, do envelope e respectivo aviso de recebimento (AR913690175TJ - Não existe nº indicado) referente ao ofício n. 0046696-30.2006.8.24.0038-0011, do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, _____, o subscrevo.

AC Joinville
0046696-30.2006.8.24.0038-0011

20 9912239932/15-DR/SC

DESTINATÁRIO

Confeccoes Sirpler Ltda
Rua Dona Helena, 50, (Na pessoa da sócia proprietária da empresa a Sra., Irirriu
~~89200-000,~~ Joinville, SC

27429

REMETENTE

2º Cartório de Direito Bancário
Rua Hermman August Lepper, 980, ., Saguaçú
89221-902, Joinville, SC

JJ913690175BR

Correios **AR** AVISO DE RECEBIMENTO

439

DESTINATÁRIO
Confeccoes Sirpler Ltda
Rua Dona Helena, 50, (Na pessoa da sócia proprietária da empresa a Sra., Irirriu
~~89200-000,~~ Joinville, SC

AR913690175TJ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
2º Cartório de Direito Bancário
Rua Hermman August Lepper, 980, ., Saguaçú
89221-902, Joinville, SC

Carta
9912239932/15-DR/SC
TJ/SC
Correios

CDD JOINVILLE LESTE
10 SET 2018
SC

TENTATIVAS DE ENTREGA	DECLARACAO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)	
1ª ____/____/____ ____:____h	0046696-30.2006.8.24.0038-0011	
2ª ____/____/____ ____:____h	**MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO**	RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
3ª ____/____/____ ____:____h	1 Mudou-se · 2 Endereço insuficiente · X Não existe o número · 4 Desconhecido · 9 Outros · 5 Recusado · 6 Não procurado · 7 Ausente · 8 Falecido	Eduardo Machado Mat.: 8709989-6 CDD Joinville Leste
ATENÇÃO: Após realizar 3(três) tentativas de entrega, deixar em Posta Restante por 10(dez) dias corridos.		
ASSINATURA DO RECEBEDOR	AO REMETENTE	DATA ENTREGA
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR		Nº DOC. DE IDENTIDADE

SIPJ/459

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, AR268, Página 1

JUNTADA

Faço juntada Fls. 214 que segue(m).

EM 26 OUT 2018

Assinatura e carimbo

CARGA – 2ª VARA DIREITO BANCARIO

Certifico que, nesta data, os presentes autos contendo 213 folhas, foram entregues a(o): Shirlei Aparecida, ficando (a/o) mesmo (a) intimado(a) de todos os demais atos do processo. O referido é verdade e dou fé. Jlle (SC). 27/08/18.

(assinatura)

RECEBIMENTO

Certifico que recebi os presentes autos em cartório na data de ___/___/___.

(assinatura).

214

SEM EFEITO

DUARTE LEILÕES OFICIAIS

TATIANE DOS SANTOS DUARTE
Leiloeira Oficial
Matrícula AARC / 301

AUTO NEGATIVO DE 2º LEILÃO
28/SETEMBRO/2018 – 14h

2ª Vara de Direito Bancário de Joinville/SC

Autos n.0046696-30.2006.8.24.0038
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confecções Sirpier Ltda. e outros

Aos **VINTE E OITO** dias do mês de **SETEMBRO** do ano de **DOIS MIL E DEZOITO**, nesta Cidade e Comarca de Joinville/SC, Estado de Santa Catarina, no local determinado por este Juízo, auditório da Leiloeira – Rua Henrique Mayer, 280, sala 507, Joinville/SC, às **14:00** horas, e concomitantemente, via internet, em igualdade de condições, através do canal de leilão/site: www.canaljudicial.com.br/dloficiais , foi levado à 2º Leilão, **por 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação**, o imóvel abaixo descrito, penhorado no processo em epigrafe:
"01 terreno situado nesta cidade de Joinville-SC, na Rua Realcy Silveira n. 1035, bairro Iririú, com as seguintes medidas e confrontações: Fazendo frente para a Rua Realcy Silveira, com 12,50mm tendo de fundos em ambos os lados 41,65m, fazendo travessão de fundos com 12,50m, **contendo área total de 520,62m2**.
Obs1: Edificado com sobrado de 3 pavimentos, com aproximadamente 350m2. Sendo Parte térrea contendo uma saia ampla com garagem mais 01 apartamento; 1º Piso sendo 02 apartamentos mais varanda; 2º piso contendo um mezanino amplo. O terreno é murado e aterrado.
Obs2. Este imóvel é oriundo da "matricula mãe" n. 27.695 do 1º Registro de Imóveis de Joinville, abaixo descrita: "Um terreno situado nesta cidade de Joinville-SC, Bairro Iririú, fazendo frente à Oeste, em uma linha oblíqua medindo 65,10m2 para a rua Tuiuti; tendo de fundos, à Sul, lado direito de quem da rua olha, em duas linhas, partindo de Oeste para Leste, a primeira medindo 209,46m2 e a segunda fazendo pequena deflexão para esquerda medindo 865,25m2, ambas com terras de Francisco José dos Santos; à Norte, lado esquerdo, com quadro linhas, partindo de Oeste para Leste, a primeira medindo 245,94 m2, a segunda fazendo pequena deflexão para esquerda medindo 825,28 m2, ambas com terras de Israel C. dos Santos, a terceira fazendo deflexão para a direita medindo 25,00m2 e a quarta fazendo deflexão para a esquerda medindo 40,00m2, ambas com terras de Dalva da Rosa e Fernando da Rosa; fazendo o travessão dos fundos à Leste, medindo 28,65 m2 com terras de Rodrigo O. Lobo; contendo área total de 56.926,23m2"
Avaliação: R$449.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil reais), em 21/06/2017. Certidão de fls. 133"

Sendo que no final do 2º leilão restou **SEM LANCES.**

Em face do ocorrido, encerrou-se o 2º Leilão, procedendo-se, em seguida, à lavratura do respectivo auto.

É o que cumpria informar.

TATIANE DOS SANTOS DUARTE
Leiloeira Oficial - JUCESC – AARC 301/2013

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TATIANE DOS SANTOS DUARTE.Protocolado em 28/09/2018 às 14:06:29, sob o número WJVE18101916610. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Fl. 215

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

⇒ Ficam intimadas as partes para no prazo de 5 (cinco) dias se manifestarem acerca do resultado do leilão, fls. 210 e 214.

Joinville, 29/10/2018.

Luiza dos Santos

216

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, consta da relação nº 0784/2018, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 2943, cuja data de publicação considera-se o dia 09/11/2018, com início do prazo em 12/11/2018, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução nº 04/07-TJ.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
15/11/2018 - Proclamação da República - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Luiz Alberto Gonçalves (OAB 8146/PR)	5	19/11/2018
Emerson Norihiko Fukushima (OAB 30687/SC)	5	19/11/2018
Luiz Fernando Brusamolin (OAB 29941/SC)	5	19/11/2018
Genésio Felipe de Natividade (OAB 35850/SC)	5	19/11/2018
Jose Antonio Broglio Araldi (OAB 30425/SC)	5	19/11/2018

Teor do ato: "Ficam intimadas as partes para no prazo de 5 (cinco) dias se manifestarem acerca do resultado do leilão, fls. 210 e 214. "

Do que dou fé.
Joinville, 9 de novembro de 2018.

Escrivã(o) Judicial

CONCLUSÃO

Faço conclusão [illegible] de Direito.

EM - NOV 2018

Assinatura e carimbo

EM BRANCO

JUNTADA

Faço juntada fls. 297.

que segue(m)

EM 27 NOV 2018

Assinatura e carimbo

217
5

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Roberto Tavares Filho
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Requerente: BANCO DO BRASIL S.A.
Requerido: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe (**Execução de Título Extrajudicial**) em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME** vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador, requerer se designadas novas datas para leilão do bem objeto de penhora.

Por derradeiro, requer que sempre seja intimado o subscritor da presente **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941,** independentemente da juntada de qualquer substabelecimento com reservas no curso do feito, sob pena de nulidade, com fulcro no artigo 272, §5º do nCPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 14 de novembro de 2018

Luiz Fernando Brusamolin	**José Antônio Broglio Araldi**	**Carlos H. Santos de Alcântara**
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 16/11/2018 às 12:10:26, sob o número WJVE18102298138. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Fl. 218
5

CERTIDÃO

Certifico que o prazo decorreu sem oferecimento de manifestação pelo requerido acerca do ato ordinatório de fl. 216.

Joinville, 27/11/2018.

Jeniffer Caroline Andrade

CONCLUSÃO

Faço conclusos ao(à) Juiz(a) de Direito.

SEM EFEITO

EM 06 NOV 2018

Assinatura e carimbo

CONCLUSÃO

Faço conclusos ao(à) Juiz(a) de Direito.

EM 03 DEZ 2018

Assinatura e carimbo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Processo Físico

Autos n. 0046696-30.2006.8.24.0038

Ação: Execução de Título Extrajudicial/PROC
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

D E S P A C H O

Com efeito, "ao propor a execução, incumbe ao exequente [...] instruir a petição inicial [...] com o demonstrativo do débito atualizado até a data de propositura da ação [...]" (art. 798, inc. I, alínea b, do CPC).

Da leitura do dispositivo, percebe-se que à parte exequente compete manter a memória do débito atualizada. A propósito: "[...] o inadimplemento da obrigação no prazo avençado impõe o dever de atualizar o valor do débito, em face do princípio que proíbe o enriquecimento sem causa" (TJSC, Apelação cível n. 98.016149-5, de Turvo, rel. Des. Eder Graf, Terceira Câmara Civil, j. 27/4/1999).

Pelo exposto, **intime-se** a parte exequente para, em 15 dias, promover a atualização do débito, lembrando que o demonstrativo deverá conter: (i) o índice de correção monetária adotado; (ii) a taxa de juros aplicada; (iii) os termos inicial e final de incidência do índice de correção monetária e da taxa de juros utilizados; (iv) a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso; (v) a especificação de desconto obrigatório realizado (art. 798, parágrafo único, do CPC), além das (vi) custas e (vii) honorários advocatícios (art. 831 do CPC).

Joinville (SC), 09 de janeiro de 2019.

Yhon Tostes
Juiz de Direito

US / WHS

Poder Judiciário de Santa Catarina
FL. 220

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0007/2019, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Luiz Alberto Gonçalves (OAB 8146/PR)	D.J
Emerson Norihiko Fukushima (OAB 30687/SC)	D.J
Luiz Fernando Brusamolin (OAB 29941/SC)	D.J
Genésio Felipe de Natividade (OAB 35850/SC)	D.J
Jose Antonio Broglio Araldi (OAB 30425/SC)	D.J

Teor do ato: "Pelo exposto, intime-se a parte exequente para, em 15 dias, promover a atualização do débito, lembrando que o demonstrativo deverá conter: (i) o índice de correção monetária adotado; (ii) a taxa de juros aplicada; (iii) os termos inicial e final de incidência do índice de correção monetária e da taxa de juros utilizados; (iv) a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso; (v) a especificação de desconto obrigatório realizado (art. 798, parágrafo único, do CPC), além das (vi) custas e (vii) honorários advocatícios (art. 831 do CPC)."

Do que dou fé.
Joinville, 11 de janeiro de 2019.

Escrivã(o) Judicial

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 227, PET281, Página 1

222

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE – SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Carla Ossuna
PJ	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Requerente: BANCO DO BRASIL S.A.
Requerido: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos da **Ação de Execução de Título Extrajudicial** em epígrafe, que promove em face de **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME E OUTROS** vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador signatário, para expor e requerer o que segue.

Em atenção ao teor do despacho retro, que determinou ao Exequente apresentar o cálculo atualizado da dívida no prazo de 15 dias e no intuito de não prejudicar o andamento processual, o Exequente vem REQUERER a concessão do prazo suplementar de mais 15 (QUINZE) dias para juntar a planilha atualizada do débito executado.

Importa mencionar que, o Exequente não se nega a cumprir com o referido despacho, mas devido a questões administrativas não poderá fazê-lo no prazo determinado, uma vez que obedece a um rígido regimento interno, ditado pelo Banco Central e disciplinado pela Política Monetária Nacional, por se tratar de Instituição Financeira de Economia Mista que trabalha com capital governamental.

Assim, ciente de vosso entendimento, o exequente REQUER a concessão do prazo suplementar de derradeiros 15 (QUINZE) dias para cumprir a determinação judicial retro.

Por derradeiro, requer que sempre seja intimado o subscritor da presente **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941,** independentemente da juntada de qualquer substabelecimento com reservas no curso do feito, sob pena de nulidade, com fulcro no artigo 272, §5º do nCPC.

Nesses termos, pede deferimento.
Curitiba, 5 de fevereiro de 2019

Luiz Fernando Brusamolin	**José Antônio Broglio Araldi**	**Carlos H. Santos de Alcântara**
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI.Protocolado em 06/02/2019 às 13:01:19, sob o número WJVE19100205710. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/, informe o processo 0046696-30.2006.8.24.0038.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 228

Evento:

ATO_ORDINATORIO_PRATICADO___SAJ___VISANDO_A_CELERIDADE_E_EFETIVIDADE_NA_PRESTA

Data:
28/06/2019 12:46:45

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
228

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Autos n° 0046696-30.2006.8.24.0038

Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

Visando a celeridade e efetividade na prestação jurisdicional, ficam as partes cientificadas que estes autos foram convertidos digitalmente e não tramitarão mais em sua forma física. Ressalta-se que os peticionamentos a partir de agora deverão ser realizados tão somente pela forma eletrônica, conforme Resolução n. 3/2013, artigos 16 ao 23. Eventuais dúvidas podem ser facilmente resolvidas no site do TJSC, no portal dos advogados (http://esaj.Tjsc.jus.Br/esaj/portal).

Joinville(SC), 28 de junho de 2019

Michele Martins da Silva
Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Art. 212
"DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Lei n. 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III"

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, consta da relação nº 0400/2019, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 3092, cuja data de publicação considera-se o dia 02/07/2019, com início do prazo em 03/07/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução n° 04/07-TJ.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Salustiano Luiz de Souza (OAB 10952/SC)	5	09/07/2019
Luiz Fernando Brusamolin (OAB 29941/SC)	5	09/07/2019
Jose Antonio Broglio Araldi (OAB 30425/SC)	5	09/07/2019

Teor do ato: "Visando a celeridade e efetividade na prestação jurisdicional, ficam as partes cientificadas que estes autos foram convertidos digitalmente e não tramitarão mais em sua forma física. Ressalta-se que os peticionamentos a partir de agora deverão ser realizados tão somente pela forma eletrônica, conforme Resolução n. 3/2013, artigos 16 ao 23. Eventuais dúvidas podem ser facilmente resolvidas no site do TJSC, no portal dos advogados (http://esaj.Tjsc.jus.Br/esaj/portal)."

Do que dou fé.
Joinville, 1 de julho de 2019.

Escrivã(o) Judicial

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 229

Evento:

ATO_ORDINATORIO_PRATICADO___SAJ___FICA_INTIMADO_O_EXEQUENTE_POR_SEU_PROCURAD

Data:
28/06/2019 14:41:05

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
229

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Autos n° 0046696-30.2006.8.24.0038

Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

Fica intimado o exequente, por seu procurador, para manifestar seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, ciente de que sua inércia poderá resultar na suspensão do processo.

Joinville(SC), 28 de junho de 2019

Michele Martins da Silva
Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Art. 212
"DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Lei n. 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III"

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, consta da relação nº 0400/2019, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 3092, cuja data de publicação considera-se o dia 02/07/2019, com início do prazo em 03/07/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução n° 04/07-TJ.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Genésio Felipe de Natividade (OAB 35850/SC)	5	09/07/2019
Luiz Alberto Gonçalves (OAB 8146/PR)	5	09/07/2019
Luiz Fernando Brusamolin (OAB 29941/SC)	5	09/07/2019

Teor do ato: "Fica intimado o exequente, por seu procurador, para manifestar seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, ciente de que sua inércia poderá resultar na suspensão do processo."

Do que dou fé.
Joinville, 1 de julho de 2019.

Escrivã(o) Judicial

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 230

Evento:

ENCAMINHADO_EDITAL_RELACAO_PARA_PUBLICACAO___RELACAO__0400_2019 TEOR_DO_ATO_

Data:
28/06/2019 18:17:24

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
230

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 231

Evento:

ENCAMINHADO_EDITAL_RELACAO_PARA_PUBLICACAO___RELACAO__0400_2019 TEOR_DO_ATO_

Data:
28/06/2019 18:20:14

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
231

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 232

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_INTIMACAO_DE_ADVOGADO___RELACAO__0400_

Data:
01/07/2019 18:51:50

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
232

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 233

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_INTIMACAO_DE_ADVOGADO___RELACAO__0400_

Data:
01/07/2019 18:52:32

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
233

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 234

Evento:

PEDIDO_DE_CONCESSAO_RENOVACAO_DILACAO_DE_PRAZO___Nº_PROTOCOLO__WJVE_19_1015

Data:
08/07/2019 15:56:07

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
234

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	09/07/2019
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Kessye Karynne Lui
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Exequente: BANCO DO BRASIL S.A.
Executado: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe de **Execução de Título Extrajudicial** em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador, para requerer a juntada do cálculo atualizado no valor de R$ 1.357.888,75 (um milhão, trezentos e cinquenta e sete, oitocentos e oitenta e oito e setenta e cinco centavos), em anexo.

Ainda, para requerer a dilação de prazo de 30 (trinta) dias para requerimentos e prosseguimento do feito. O prazo é necessário visto que, em nova análise dos autos, verificou-se que não houve a penhora do imóvel de matrícula nº 73.620, indicado em inicial. Em verdade, a penhora realizada é correspondente ao imóvel nº 27.695, sendo esta uma "matrícula mãe".

Assim, para que não restem dúvidas quanto à constrição e titularidade do imóvel, requer-se o deferimento do pedido retro para juntada de matrículas atualizadas.

No tocante às intimações, independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer deste processo, incluindo todos os incidentes apensos e vinculados, sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941,** sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 5 de julho de 2019.

Luiz Fernando Brusamolin	José Antônio Broglio Araldi	Carlos H. Santos de Alcântara
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

Demonstrativo de Conta Vinculada

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Cliente	CPF / CNPJ	Operação / Finalidade
CONFECCOES SIRPIER LTDA ME	04.304.816/0001-60	17/29374-X , ex-20/02513-0 - 0

Observação(ões):

TAXAS UTILIZADAS NO CÁLCULO:

- COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, com base na variação do FACP,debitados e capi
talizados mensalmente.

Data	Histórico / Documento	Extrato de normalidade				Extrato de inadimplemento				Saldo geral
		Débito	Crédito	Transferência	Saldo	Débito	Crédito	Transferência	Saldo	
28.07.2006	SALDO CALCULO ANTERIOR				-	-179.470,69			-179.470,69	**-179.470,69**
31.07.2006	Comissão de permanência				-	-142,09			-179.612,78	**-179.612,78**
31.08.2006	Comissão de permanência				-	-3.178,01			-182.790,79	**-182.790,79**
30.09.2006	Comissão de permanência				-	-3.039,38			-185.830,17	**-185.830,17**
31.10.2006	Comissão de permanência				-	-2.840,35			-188.670,52	**-188.670,52**
30.11.2006	Comissão de permanência				-	-2.859,72			-191.530,24	**-191.530,24**
31.12.2006	Comissão de permanência				-	-3.009,49			-194.539,73	**-194.539,73**
31.01.2007	Comissão de permanência				-	-2.942,99			-197.482,72	**-197.482,72**
28.02.2007	Comissão de permanência				-	-2.686,68			-200.169,40	**-200.169,40**
31.03.2007	Comissão de permanência				-	-3.266,23			-203.435,63	**-203.435,63**
30.04.2007	Comissão de permanência				-	-2.752,26			-206.187,89	**-206.187,89**
31.05.2007	Comissão de permanência				-	-3.148,61			-209.336,50	**-209.336,50**
30.06.2007	Comissão de permanência				-	-3.107,28			-212.443,78	**-212.443,78**
31.07.2007	Comissão de permanência				-	-2.989,81			-215.433,59	**-215.433,59**
31.08.2007	Comissão de permanência				-	-3.225,07			-218.658,66	**-218.658,66**
30.09.2007	Comissão de permanência				-	-3.016,26			-221.674,92	**-221.674,92**
31.10.2007	Comissão de permanência				-	-3.013,47			-224.688,39	**-224.688,39**
30.11.2007	Comissão de permanência				-	-3.014,65			-227.703,04	**-227.703,04**
31.12.2007	Comissão de permanência				-	-3.060,78			-230.763,82	**-230.763,82**
31.01.2008	Comissão de permanência				-	-3.315,37			-234.079,19	**-234.079,19**
29.02.2008	Comissão de permanência				-	-3.044,24			-237.123,43	**-237.123,43**
31.03.2008	Comissão de permanência				-	-3.190,84			-240.314,27	**-240.314,27**
30.04.2008	Comissão de permanência				-	-3.353,06			-243.667,33	**-243.667,33**
31.05.2008	Comissão de permanência				-	-3.536,29			-247.203,62	**-247.203,62**
30.06.2008	Comissão de permanência				-	-3.447,41			-250.651,03	**-250.651,03**
31.07.2008	Comissão de permanência				-	-3.927,81			-254.578,84	**-254.578,84**
31.08.2008	Comissão de permanência				-	-4.057,18			-258.636,02	**-258.636,02**
30.09.2008	Comissão de permanência				-	-3.937,42			-262.573,44	**-262.573,44**
31.10.2008	Comissão de permanência				-	-4.399,51			-266.972,95	**-266.972,95**

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Demonstrativo de Conta Vinculada

Data	Histórico / Documento	Extrato de normalidade				Extrato de inadimplemento				Saldo geral
		Débito	Crédito	Transferência	Saldo	Débito	Crédito	Transferência	Saldo	
30.11.2008	Comissão de permanência				-	-4.294,38			-271.267,33	**-271.267,33**
31.12.2008	Comissão de permanência				-	-4.233,74			-275.501,07	**-275.501,07**
31.01.2009	Comissão de permanência				-	-4.435,72			-279.936,79	**-279.936,79**
28.02.2009	Comissão de permanência				-	-3.762,91			-283.699,70	**-283.699,70**
31.03.2009	Comissão de permanência				-	-4.101,41			-287.801,11	**-287.801,11**
30.04.2009	Comissão de permanência				-	-3.873,25			-291.674,36	**-291.674,36**
31.05.2009	Comissão de permanência				-	-3.912,77			-295.587,13	**-295.587,13**
30.06.2009	Comissão de permanência				-	-3.613,23			-299.200,36	**-299.200,36**
31.07.2009	Comissão de permanência				-	-3.886,21			-303.086,57	**-303.086,57**
31.08.2009	Comissão de permanência				-	-4.137,51			-307.224,08	**-307.224,08**
30.09.2009	Comissão de permanência				-	-3.693,01			-310.917,09	**-310.917,09**
31.10.2009	Comissão de permanência				-	-3.888,44			-314.805,53	**-314.805,53**
30.11.2009	Comissão de permanência				-	-3.478,02			-318.283,55	**-318.283,55**
31.12.2009	Comissão de permanência				-	-3.933,26			-322.216,81	**-322.216,81**
31.01.2010	Comissão de permanência				-	-3.962,47			-326.179,28	**-326.179,28**
28.02.2010	Comissão de permanência				-	-3.597,76			-329.777,04	**-329.777,04**
31.03.2010	Comissão de permanência				-	-3.985,43			-333.762,47	**-333.762,47**
30.04.2010	Comissão de permanência				-	-3.871,77			-337.634,24	**-337.634,24**
31.05.2010	Comissão de permanência				-	-4.195,64			-341.829,88	**-341.829,88**
30.06.2010	Comissão de permanência				-	-4.414,93			-346.244,81	**-346.244,81**
31.07.2010	Comissão de permanência				-	-4.938,75			-351.183,56	**-351.183,56**
31.08.2010	Comissão de permanência				-	-4.673,01			-355.856,57	**-355.856,57**
30.09.2010	Comissão de permanência				-	-4.815,19			-360.671,76	**-360.671,76**
31.10.2010	Comissão de permanência				-	-4.973,55			-365.645,31	**-365.645,31**
30.11.2010	Comissão de permanência				-	-4.563,03			-370.208,34	**-370.208,34**
31.12.2010	Comissão de permanência				-	-5.323,74			-375.532,08	**-375.532,08**
31.01.2011	Comissão de permanência				-	-5.185,39			-380.717,47	**-380.717,47**
28.02.2011	Comissão de permanência				-	-5.112,62			-385.830,09	**-385.830,09**
31.03.2011	Comissão de permanência				-	-5.457,27			-391.287,36	**-391.287,36**
30.04.2011	Comissão de permanência				-	-5.564,36			-396.851,72	**-396.851,72**
31.05.2011	Comissão de permanência				-	-5.661,15			-402.512,87	**-402.512,87**
30.06.2011	Comissão de permanência				-	-5.850,14			-408.363,01	**-408.363,01**
31.07.2011	Comissão de permanência				-	-6.348,90			-414.711,91	**-414.711,91**
31.08.2011	Comissão de permanência				-	-6.246,98			-420.958,89	**-420.958,89**
30.09.2011	Comissão de permanência				-	-6.201,00			-427.159,89	**-427.159,89**
31.10.2011	Comissão de permanência				-	-5.917,81			-433.077,70	**-433.077,70**
30.11.2011	Comissão de permanência				-	-5.912,83			-438.990,53	**-438.990,53**
31.12.2011	Comissão de permanência				-	-6.467,33			-445.457,86	**-445.457,86**

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Demonstrativo de Conta Vinculada

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Cliente	CPF / CNPJ	Operação / Finalidade
CONFECCOES SIRPIER LTDA ME	04.304.816/0001-60	17/29374-X , ex-20/02513-0 - 0

Data	Histórico / Documento	Extrato de normalidade				Extrato de inadimplemento				Saldo geral
		Débito	Crédito	Transferência	Saldo	Débito	Crédito	Transferência	Saldo	
31.01.2012	Comissão de permanência				-	-5.884,76			-451.342,62	**-451.342,62**
29.02.2012	Comissão de permanência				-	-5.601,66			-456.944,28	**-456.944,28**
31.03.2012	Comissão de permanência				-	-6.351,69			-463.295,97	**-463.295,97**
30.04.2012	Comissão de permanência				-	-5.383,80			-468.679,77	**-468.679,77**
31.05.2012	Comissão de permanência				-	-5.850,92			-474.530,69	**-474.530,69**
30.06.2012	Comissão de permanência				-	-5.694,56			-480.225,25	**-480.225,25**
31.07.2012	Comissão de permanência				-	-5.423,22			-485.648,47	**-485.648,47**
31.08.2012	Comissão de permanência				-	-5.805,28			-491.453,75	**-491.453,75**
30.09.2012	Comissão de permanência				-	-5.430,02			-496.883,77	**-496.883,77**
31.10.2012	Comissão de permanência				-	-5.325,49			-502.209,26	**-502.209,26**
30.11.2012	Comissão de permanência				-	-5.278,90			-507.488,16	**-507.488,16**
31.12.2012	Comissão de permanência				-	-5.294,13			-512.782,29	**-512.782,29**
31.01.2013	Comissão de permanência				-	-5.617,18			-518.399,47	**-518.399,47**
28.02.2013	Comissão de permanência				-	-5.116,30			-523.515,77	**-523.515,77**
31.03.2013	Comissão de permanência				-	-5.749,00			-529.264,77	**-529.264,77**
30.04.2013	Comissão de permanência				-	-5.520,30			-534.785,07	**-534.785,07**
31.05.2013	Comissão de permanência				-	-5.934,58			-540.719,65	**-540.719,65**
30.06.2013	Comissão de permanência				-	-6.198,00			-546.917,65	**-546.917,65**
31.07.2013	Comissão de permanência				-	-6.346,88			-553.264,53	**-553.264,53**
31.08.2013	Comissão de permanência				-	-7.007,90			-560.272,43	**-560.272,43**
30.09.2013	Comissão de permanência				-	-6.419,96			-566.692,39	**-566.692,39**
31.10.2013	Comissão de permanência				-	-7.338,86			-574.031,25	**-574.031,25**
30.11.2013	Comissão de permanência				-	-7.406,46			-581.437,71	**-581.437,71**
31.12.2013	Comissão de permanência				-	-7.107,44			-588.545,15	**-588.545,15**
31.01.2014	Comissão de permanência				-	-7.968,02			-596.513,17	**-596.513,17**
28.02.2014	Comissão de permanência				-	-7.756,57			-604.269,74	**-604.269,74**
31.03.2014	Comissão de permanência				-	-7.743,74			-612.013,48	**-612.013,48**
30.04.2014	Comissão de permanência				-	-8.112,19			-620.125,67	**-620.125,67**
31.05.2014	Comissão de permanência				-	-8.873,93			-628.999,60	**-628.999,60**
30.06.2014	Comissão de permanência				-	-7.909,55			-636.909,15	**-636.909,15**
31.07.2014	Comissão de permanência				-	-9.223,44			-646.132,59	**-646.132,59**
31.08.2014	Comissão de permanência				-	-9.158,79			-655.291,38	**-655.291,38**
30.09.2014	Comissão de permanência				-	-8.782,43			-664.073,81	**-664.073,81**
31.10.2014	Comissão de permanência				-	-9.600,83			-673.674,64	**-673.674,64**
30.11.2014	Comissão de permanência				-	-9.413,70			-683.088,34	**-683.088,34**

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Demonstrativo de Conta Vinculada

Data	Histórico / Documento	Extrato de normalidade				Extrato de inadimplemento				Saldo geral
		Débito	Crédito	Transferência	Saldo	Débito	Crédito	Transferência	Saldo	
31.12.2014	Comissão de permanência				-	-9.482,42			-692.570,76	**-692.570,76**
31.01.2015	Comissão de permanência				-	-10.397,30			-702.968,06	**-702.968,06**
28.02.2015	Comissão de permanência				-	-9.449,30			-712.417,36	**-712.417,36**
31.03.2015	Comissão de permanência				-	-10.504,23			-722.921,59	**-722.921,59**
30.04.2015	Comissão de permanência				-	-10.636,30			-733.557,89	**-733.557,89**
31.05.2015	Comissão de permanência				-	-11.437,77			-744.995,66	**-744.995,66**
30.06.2015	Comissão de permanência				-	-11.101,99			-756.097,65	**-756.097,65**
31.07.2015	Comissão de permanência				-	-12.756,83			-768.854,48	**-768.854,48**
31.08.2015	Comissão de permanência				-	-12.319,30			-781.173,78	**-781.173,78**
30.09.2015	Comissão de permanência				-	-12.616,51			-793.790,29	**-793.790,29**
31.10.2015	Comissão de permanência				-	-13.439,89			-807.230,18	**-807.230,18**
30.11.2015	Comissão de permanência				-	-11.999,12			-819.229,30	**-819.229,30**
31.12.2015	Comissão de permanência				-	-13.668,08			-832.897,38	**-832.897,38**
31.01.2016	Comissão de permanência				-	-13.924,14			-846.821,52	**-846.821,52**
29.02.2016	Comissão de permanência				-	-12.230,26			-859.051,78	**-859.051,78**
31.03.2016	Comissão de permanência				-	-14.349,98			-873.401,76	**-873.401,76**
30.04.2016	Comissão de permanência				-	-14.337,75			-887.739,51	**-887.739,51**
31.05.2016	Comissão de permanência				-	-13.568,80			-901.308,31	**-901.308,31**
30.06.2016	Comissão de permanência				-	-15.020,87			-916.329,18	**-916.329,18**
31.07.2016	Comissão de permanência				-	-15.411,09			-931.740,27	**-931.740,27**
31.08.2016	Comissão de permanência				-	-15.288,28			-947.028,55	**-947.028,55**
30.09.2016	Comissão de permanência				-	-15.277,22			-962.305,77	**-962.305,77**
31.10.2016	Comissão de permanência				-	-14.957,97			-977.263,74	**-977.263,74**
30.11.2016	Comissão de permanência				-	-15.105,59			-992.369,33	**-992.369,33**
31.12.2016	Comissão de permanência				-	-16.905,46			-1.009.274,79	**-1.009.274,79**
31.01.2017	Comissão de permanência				-	-15.365,00			-1.024.639,79	**-1.024.639,79**
28.02.2017	Comissão de permanência				-	-14.726,70			-1.039.366,49	**-1.039.366,49**
31.03.2017	Comissão de permanência				-	-15.456,73			-1.054.823,22	**-1.054.823,22**
30.04.2017	Comissão de permanência				-	-14.366,06			-1.069.189,28	**-1.069.189,28**
31.05.2017	Comissão de permanência				-	-14.534,64			-1.083.723,92	**-1.083.723,92**
30.06.2017	Comissão de permanência				-	-14.678,99			-1.098.402,91	**-1.098.402,91**
31.07.2017	Comissão de permanência				-	-14.349,45			-1.112.752,36	**-1.112.752,36**
31.08.2017	Comissão de permanência				-	-14.677,74			-1.127.430,10	**-1.127.430,10**
30.09.2017	Comissão de permanência				-	-13.649,59			-1.141.079,69	**-1.141.079,69**
31.10.2017	Comissão de permanência				-	-12.311,11			-1.153.390,80	**-1.153.390,80**
30.11.2017	Comissão de permanência				-	-12.267,52			-1.165.658,32	**-1.165.658,32**
31.12.2017	Comissão de permanência				-	-12.777,07			-1.178.435,39	**-1.178.435,39**
31.01.2018	Comissão de permanência				-	-12.178,23			-1.190.613,62	**-1.190.613,62**

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Demonstrativo de Conta Vinculada

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Cliente	CPF / CNPJ	Operação / Finalidade
CONFECCOES SIRPIER LTDA ME	04.304.816/0001-60	17/29374-X , ex-20/02513-0 - 0

Data	Histórico / Documento	Extrato de normalidade				Extrato de inadimplemento				Saldo geral
		Débito	Crédito	Transferência	Saldo	Débito	Crédito	Transferência	Saldo	
28.02.2018	Comissão de permanência				-	-11.519,22			-1.202.132,84	**-1.202.132,84**
31.03.2018	Comissão de permanência				-	-13.187,80			-1.215.320,64	**-1.215.320,64**
30.04.2018	Comissão de permanência				-	-11.716,93			-1.227.037,57	**-1.227.037,57**
31.05.2018	Comissão de permanência				-	-12.895,76			-1.239.933,33	**-1.239.933,33**
30.06.2018	Comissão de permanência				-	-12.679,56			-1.252.612,89	**-1.252.612,89**
31.07.2018	Comissão de permanência				-	-12.464,37			-1.265.077,26	**-1.265.077,26**
31.08.2018	Comissão de permanência				-	-13.582,01			-1.278.659,27	**-1.278.659,27**
30.09.2018	Comissão de permanência				-	-13.032,21			-1.291.691,48	**-1.291.691,48**
31.10.2018	Comissão de permanência				-	-12.729,37			-1.304.420,85	**-1.304.420,85**
30.11.2018	Comissão de permanência				-	-13.034,96			-1.317.455,81	**-1.317.455,81**
31.12.2018	Comissão de permanência				-	-13.207,49			-1.330.663,30	**-1.330.663,30**
31.01.2019	Comissão de permanência				-	-13.911,47			-1.344.574,77	**-1.344.574,77**
28.02.2019	Comissão de permanência				-	-13.313,98			-1.357.888,75	**-1.357.888,75**

Saldo Devedor em 28.02.2019 -1.357.888,75

Taxas utilizadas no cálculo de inadimplência

Descrição	Data	Taxa	Obs.
FACP	28.07.2006	37,5484	
FACP	30.09.2006	38,8789	
FACP	31.12.2006	40,7011	
FACP	31.03.2007	42,5623	
FACP	30.06.2007	44,4470	
FACP	30.09.2007	46,3783	
FACP	31.12.2007	48,2798	
FACP	31.03.2008	50,2780	
FACP	30.06.2008	52,4406	
FACP	30.09.2008	54,9350	
FACP	31.12.2008	57,6397	
FACP	31.03.2009	60,2130	
FACP	30.06.2009	62,5980	

Descrição	Data	Taxa	Obs.
FACP	31.07.2006	37,5781	
FACP	31.10.2006	39,4732	
FACP	31.01.2007	41,3168	
FACP	30.04.2007	43,1381	
FACP	31.07.2007	45,0725	
FACP	31.10.2007	47,0087	
FACP	31.01.2008	48,9735	
FACP	30.04.2008	50,9795	
FACP	31.07.2008	53,2624	
FACP	31.10.2008	55,8554	
FACP	31.01.2009	58,5677	
FACP	30.04.2009	61,0234	
FACP	31.07.2009	63,4110	

Descrição	Data	Taxa	Obs.
FACP	31.08.2006	38,2430	
FACP	30.11.2006	40,0715	
FACP	28.02.2007	41,8789	
FACP	31.05.2007	43,7969	
FACP	31.08.2007	45,7472	
FACP	30.11.2007	47,6395	
FACP	29.02.2008	49,6104	
FACP	31.05.2008	51,7193	
FACP	31.08.2008	54,1112	
FACP	30.11.2008	56,7539	
FACP	28.02.2009	59,3550	
FACP	31.05.2009	61,8420	
FACP	31.08.2009	64,2767	

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Demonstrativo de Conta Vinculada

Taxas utilizadas no cálculo de inadimplência

Descrição	Data	Taxa	Obs.
FACP	30.09.2009	65,0493	
FACP	31.12.2009	67,4134	
FACP	31.03.2010	69,8290	
FACP	30.06.2010	72,4405	
FACP	30.09.2010	75,4589	
FACP	31.12.2010	78,5679	
FACP	31.03.2011	81,8642	
FACP	30.06.2011	85,4367	
FACP	30.09.2011	89,3694	
FACP	31.12.2011	93,1976	
FACP	31.03.2012	96,9297	
FACP	30.06.2012	100,4716	
FACP	30.09.2012	103,9569	
FACP	31.12.2012	107,2831	
FACP	31.03.2013	110,7315	
FACP	30.06.2013	114,4248	
FACP	30.09.2013	118,5621	
FACP	31.12.2013	123,1340	
FACP	31.03.2014	128,0440	
FACP	30.06.2014	133,2526	
FACP	30.09.2014	138,9360	
FACP	31.12.2014	144,8980	
FACP	31.03.2015	151,2480	
FACP	30.06.2015	158,1890	
FACP	30.09.2015	166,0750	
FACP	31.12.2015	174,2569	
FACP	31.03.2016	182,7311	
FACP	30.06.2016	191,7123	
FACP	30.09.2016	201,3314	

Descrição	Data	Taxa	Obs.
FACP	31.10.2009	65,8629	
FACP	31.01.2010	68,2424	
FACP	30.04.2010	70,6390	
FACP	31.07.2010	73,4738	
FACP	31.10.2010	76,4994	
FACP	31.01.2011	79,6528	
FACP	30.04.2011	83,0284	
FACP	31.07.2011	86,7650	
FACP	31.10.2011	90,6075	
FACP	31.01.2012	94,4288	
FACP	30.04.2012	98,0561	
FACP	31.07.2012	101,6062	
FACP	31.10.2012	105,0710	
FACP	31.01.2013	108,4583	
FACP	30.04.2013	111,8865	
FACP	31.07.2013	115,7527	
FACP	31.10.2013	120,0975	
FACP	31.01.2014	124,8011	
FACP	30.04.2014	129,7412	
FACP	31.07.2014	135,1823	
FACP	31.10.2014	140,9446	
FACP	31.01.2015	147,0733	
FACP	30.04.2015	153,4733	
FACP	31.07.2015	160,8579	
FACP	31.10.2015	168,8868	
FACP	31.01.2016	177,1700	
FACP	30.04.2016	185,7308	
FACP	31.07.2016	194,9365	
FACP	31.10.2016	204,4609	

Descrição	Data	Taxa	Obs.
FACP	30.11.2009	66,5905	
FACP	28.02.2010	68,9952	
FACP	31.05.2010	71,5168	
FACP	31.08.2010	74,4515	
FACP	30.11.2010	77,4541	
FACP	28.02.2011	80,7224	
FACP	31.05.2011	84,2128	
FACP	31.08.2011	88,0720	
FACP	30.11.2011	91,8446	
FACP	29.02.2012	95,6008	
FACP	31.05.2012	99,2802	
FACP	31.08.2012	102,8208	
FACP	30.11.2012	106,1755	
FACP	28.02.2013	109,5287	
FACP	31.05.2013	113,1281	
FACP	31.08.2013	117,2189	
FACP	30.11.2013	121,6470	
FACP	28.02.2014	126,4239	
FACP	31.05.2014	131,5978	
FACP	31.08.2014	137,0985	
FACP	30.11.2014	142,9141	
FACP	28.02.2015	149,0503	
FACP	31.05.2015	155,8663	
FACP	31.08.2015	163,4354	
FACP	30.11.2015	171,3973	
FACP	29.02.2016	179,7288	
FACP	31.05.2016	188,5696	
FACP	31.08.2016	198,1351	
FACP	30.11.2016	207,6212	

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Demonstrativo de Conta Vinculada

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Cliente	CPF / CNPJ	Operação / Finalidade
CONFECCOES SIRPIER LTDA ME	04.304.816/0001-60	17/29374-X , ex-20/02513-0 - 0

Taxas utilizadas no cálculo de inadimplência

Descrição	Data	Taxa	Obs.
FACP	31.12.2016	211,1581	
FACP	31.03.2017	220,6877	
FACP	30.06.2017	229,8053	
FACP	30.09.2017	238,7341	
FACP	31.12.2017	246,5495	
FACP	31.03.2018	254,2666	
FACP	30.06.2018	262,0688	
FACP	30.09.2018	270,2447	
FACP	31.12.2018	278,3983	

Descrição	Data	Taxa	Obs.
FACP	31.01.2017	214,3728	
FACP	30.04.2017	223,6933	
FACP	31.07.2017	232,8075	
FACP	31.10.2017	241,3098	
FACP	31.01.2018	249,0974	
FACP	30.04.2018	256,7180	
FACP	31.07.2018	264,6766	
FACP	31.10.2018	272,9079	
FACP	31.01.2019	281,3088	

Descrição	Data	Taxa	Obs.
FACP	28.02.2017	217,4539	
FACP	31.05.2017	226,7342	
FACP	31.08.2017	235,8783	
FACP	30.11.2017	243,8763	
FACP	28.02.2018	251,5075	
FACP	31.05.2018	259,4160	
FACP	31.08.2018	267,5182	
FACP	30.11.2018	275,6351	
FACP	28.02.2019	284,0944	

Legenda:

FACP = Fator Acumulado de Comissão de Permanência
Cálculo = 2125366

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 235

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DESPACHO
Data:
10/07/2019 16:41:26
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
235

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 236

Evento:

MERO_EXPEDIENTE___SAJ___1__INTIME_SE_A_PARTE_CREDORA_PARA_QUE_EM_15_DIAS_INSTR

Data:
15/10/2019 19:43:26

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
236

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Processo Digital

Autos n. 0046696-30.2006.8.24.0038

Ação: Execução de Título Extrajudicial/PROC
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

D E S P A C H O

1. Intime-se a parte credora para que, em 15 dias, instrua a petição de fl. 286 com as cópias atualizadas das matrículas mencionadas (n. 73.620 e n. 27.695), sob pena de suspensão e arquivamento administrativo (art. 921, III, do CPC).

2. Decorrido o prazo sem manifestação, suspendo a execução pelo prazo de um ano, durante o qual ficará suspenso o curso do prazo prescricional (art. 921, § 1º, do CPC).

3. Ao término do prazo acima sem a manifestação da parte exequente, começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (art. 921, § 4º, do CPC). (ii) Assim, certifique-se o decurso do prazo e arquivem-se os autos administrativamente (art. 921, § 2º, do CPC).

4. Transcorrido o prazo de cinco anos (art. 206, § 5º, inc. I, do CC), a contar do ânuo legal referido no item 1, certifique-se e intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias (art. 921, § 5º, do CPC).

Joinville (SC), 10 de outubro de 2019.

Fernando Speck de Souza
Juiz de Direito

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0690/2019, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Salustiano Luiz de Souza (OAB 10952/SC)	D.J
Genésio Felipe de Natividade (OAB 35850/SC)	D.J
Luiz Alberto Gonçalves (OAB 8146/PR)	D.J
Emerson Norihiko Fukushima (OAB 30687/SC)	D.J
Luiz Fernando Brusamolin (OAB 29941/SC)	D.J
Jose Antonio Broglio Araldi (OAB 30425/SC)	D.J

Teor do ato: "1. Intime-se a parte credora para que, em 15 dias, instrua a petição de fl. 286 com as cópias atualizadas das matrículas mencionadas (n. 73.620 e n. 27.695), sob pena de suspensão e arquivamento administrativo (art. 921, III, do CPC). 2. Decorrido o prazo sem manifestação, suspendo a execução pelo prazo de um ano, durante o qual ficará suspenso o curso do prazo prescricional (art. 921, § 1º, do CPC). 3. Ao término do prazo acima sem a manifestação da parte exequente, começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (art. 921, § 4º, do CPC). (ii) Assim, certifique-se o decurso do prazo e arquivem-se os autos administrativamente (art. 921, § 2º, do CPC). 4. Transcorrido o prazo de cinco anos (art. 206, § 5º, inc. I, do CC), a contar do ânuo legal referido no item 1, certifique-se e intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias (art. 921, § 5º, do CPC)."

Joinville, 17 de outubro de 2019.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, consta da relação nº 0690/2019, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 3171, cuja data de publicação considera-se o dia 21/10/2019, com início do prazo em 22/10/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução n° 04/07-TJ.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
28/10/2019 - Dia do Servidor Público - Prorrogação
02/11/2019 - Finados - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Salustiano Luiz de Souza (OAB 10952/SC)	15	12/11/2019
Genésio Felipe de Natividade (OAB 35850/SC)	15	12/11/2019
Luiz Alberto Gonçalves (OAB 8146/PR)	15	12/11/2019
Emerson Norihiko Fukushima (OAB 30687/SC)	15	12/11/2019
Luiz Fernando Brusamolin (OAB 29941/SC)	15	12/11/2019
Jose Antonio Broglio Araldi (OAB 30425/SC)	15	12/11/2019

Teor do ato: "1. Intime-se a parte credora para que, em 15 dias, instrua a petição de fl. 286 com as cópias atualizadas das matrículas mencionadas (n. 73.620 e n. 27.695), sob pena de suspensão e arquivamento administrativo (art. 921, III, do CPC). 2. Decorrido o prazo sem manifestação, suspendo a execução pelo prazo de um ano, durante o qual ficará suspenso o curso do prazo prescricional (art. 921, § 1º, do CPC). 3. Ao término do prazo acima sem a manifestação da parte exequente, começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (art. 921, § 4º, do CPC). (ii) Assim, certifique-se o decurso do prazo e arquivem-se os autos administrativamente (art. 921, § 2º, do CPC). 4. Transcorrido o prazo de cinco anos (art. 206, § 5º, inc. I, do CC), a contar do ânuo legal referido no item 1, certifique-se e intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias (art. 921, § 5º, do CPC)."

Joinville, 21 de outubro de 2019.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 237

Evento:

ENCAMINHADO_EDITAL_RELACAO_PARA_PUBLICACAO___RELACAO__0690_2019 TEOR_DO_ATO_

Data:
17/10/2019 20:44:37

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
237

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 238

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_INTIMACAO_DE_ADVOGADO___RELACAO__0690_

Data:
21/10/2019 10:51:35

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
238

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 239

Evento:

PROSSEGUIMENTO_DO_FEITO___Nº_PROTOCOLO__WJVE_19_10257581_7 TIPO_DA_PETICAO__PR

Data:
05/11/2019 14:35:16

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
239

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Rafael Gustavo Linke
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Requerente: BANCO DO BRASIL S.A.
Requerido: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME E OUTROS

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe de **Execução de Título Extrajudicial** em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME e outros**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador expor e requerer o que segue:

Em atenção ao ter do despacho retro, vem o exequente requer a juntada das matrículas 73.620 e 27.695, para que não reste dúvidas quanto à constrição e titularidade dos imóveis.

Assim, tendo em vista que o atual proprietário do imóvel matrícula 73.620 é o Sr. JAM PIERRE DE OLIVEIRA e sua esposa Sra. SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, ambos executados nesta lide, requer o prosseguimento do feito reduzindo a termo a penhora sobre o imóvel sob matrícula nº 73.620, bem este dado em garantia conforme registro R-3.73.620.

Por conseguinte, para regular prosseguimento do feito e satisfação da dívida constituída, requer a continuidade dos atos expropriatórios pugnando pela intimação do executado do JAM PIERRE DE OLIVEIRA e esposa SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, pela via postal, consoante artigo 841, § 2º do CPC.

No tocante as intimações, independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer deste processo, incluindo todos os incidentes apensos e vinculados, sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941**, sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 4 de novembro de 2019

Luiz Fernando Brusamolin	José Antônio Broglio Araldi	Carlos H. Santos de Alcântara
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 239, INF292, Página 1

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Livro Nº 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº 1
Ano 1.982

Matrícula Nº 27.695 Data: 05 de Agosto de 1.982

IMÓVEL:- Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Iririú, fazendo - frente à Oeste, em uma linha oblíqua medindo 65,10 (sessenta e cinco- metros e dez centímetros) para a rua Tuiuti; tendo de fundos, à Sul , lado direito de quem da rua olha, em duas linhas, partindo de Oeste - para Leste, a primeira medindo 209,46 (duzentos e nove metros e qua - renta e seis centímetros) e a segunda fazendo pequena deflexão para a esquerda medindo 865,28 (oitocentos e sessenta e cinco metros e vinte e oito centímetros), ambas com terras de Francisco José dos Santos; à Norte, lado esquerdo, com quatro linhas, partindo de Oeste para Leste, a primeira medindo 245,94 (duzentos e quarenta e cinco metros e noventa e quatro centímetros), a segunda fazendo pequena deflexão para a - esquerda medindo 825,28 (oitocentos e vinte e cinco metros e vinte e oito centímetros), ambas com terras de Isabel C. dos Santos, a terceira fazendo deflexão para a direita medindo 25,00 (vinte e cinco me - tros) e a quarta fazendo deflexão para à esquerda medindo 40,00 (quarenta metros), ambas com terras de Dalva da Rosa e Fernando da Rosa ; fazendo o travessão dos fundos à Leste, medindo 28,65 (vinte e oito - metros e sessenta e cinco centímetros) com terras de Rodrigo O. Lobo; contendo a área total de 56.926,23ms2 (cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e seis metros e vinte e tres decímetros quadrados). Sem - benfeitorias. O imóvel está localizado no lado par da rua Tuiuti e - dista 300,00 (trezentos metros) da Avenida Santos Dumont.

PROPRIETÁRIO:- TERRAVILLE-COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA., estabelecida nesta cidade, inscrita no CGC sob nº 83.943.191/0001-52.

REGISTRO ANTERIOR:- Matriculas nºs. 25.712 e 25.713 (FUSÃO), do Livro 02 de Registro Geral, neste Cartório.

FORMA DO TÍTULO:- Requerimento da proprietária solicitando unificação de imóvel de acordo com o artigo 234 da Lei 6.015 de 31.12.73 regulamentada pela Lei 6.216 de 30.06.75.

Oficial

m.l.

AV-1:- Em 04 de Janeiro de 1.983
Pela escritura de 11 de Novembro de 1.982, do Cartório do 2º Tabelião de Notas, desta Comarca (Lº 294, fls. 18v), Tabelião substituto designado Rodrigo Octávio Lobo; a firma proprietária alienou 7 (sete) áreas: uma de 12.663,90ms2 (doze mil, seiscentos e sessenta e tres metros e noventa decímetros quadrados) e seis de 443,25ms2 (quatrocentos e quarenta e tres metros e vinte e cinco decímetros quadrados) cada uma, à PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, devidamente matriculadas sob nºs.-

Continua no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
Oficial: Beatriz Mª Loyola da Rosa
Joinville — Santa Catarina

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Continuação da Matrícula Nº 27.695

29.409 à 29.415 respectivamente do Livro 02 de Registro Geral, neste Cartório. Dou Fé.
Oficial

m.l.

R-2:- Em 23 de Abril de 1984.
O terreno objeto da matricula, de acôrdo com a Lei nº 6766/79, Certidão nº 297/84 expedida pela Prefeitura Municipal desta cidade e requerimento de 22.03.84. Foi desmembrado em 74(setenta e quatro) lotes numerados de 1 à 74 contendo a área total de 41.602,83ms2.(quarenta e um mil, seiscentos e dois metros e oitenta e tres centimetros quadrados), sendo que os lotes nºs 1 à 3 fazem frente para a rua Tuiuti e de nºs 4 à 74 para a rua Realcy Silveira com as metragens e confrontações dos lotes constantes do Memorial Descritivo e planta aprovada, anexo ao processo arquivado neste Cartório.
Oficial

VH.

AV-3:- Em 25 de Setembro de 1.984
Pela escritura de 11 de Julho de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas, - desta Comarca, (Lº 149,fls.177); a Firma proprietária alienou o lote nº 28- com a área de 558,11ms2(quinhentos e cincoenta e oito metros e onze decímetros quadrados), à UMBERTO MAFRA, devidamente matriculado sob nº 37.014 do- livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial

VG.

AV-4:- Em 25 de Setembro de 1.984
Pela escritura de 11 de Julho de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas,- desta Comarca, (Lº 149,fls.178); A firma proprietária alienou o lote nº 18- com a área de 541,45ms2(quinhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), à JOSÉ DE OLIVEIRA, devidamente matriculado sob nº 37.015 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial

VG.

AV-5:- Em 25 de Setembro de 1.984
Pela escritura de 23 de Maio de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas, - desta Comarca, (Lº 150,fls.145); A firma proprietária alienou o lote nº 11- com a área de 520,62ms2(quinhentos e vinte metros e sessenta e dois decímetros quadrados), à BERNARDO BAILICH, devidamente matriculado sob nº 37.016- do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial

VG.

AV-6:- Em 03 de Outubro de 1.984
Pela escritura de 29 de Maio de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas, - desta Comarca, (Lº 150,fls.150); A firma proprietária alienou o lote nº 15-

continua na ficha nº 02...

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Livro Nº 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº02

Ano 1.984

Matrícula Nº27.695 Data: 03 de Outubro de 1.984

com a área de 541,45ms2(quinhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco decimetros quadrados), à ANANIR BARBOSA DE OLIVEIRA, devidamente matriculado sob nº 37.144 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartorio Dou fé.

Oficial

VG.

AV-7:- Em 03 de Outubro de 1.984

Pela escritura de 15 de Junho de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas desta Comarca, (Lº 151,fls.038); A firma proprietária alienou o lote nº 01 com a área de 657,36ms2(seiscentos e cincoentaze sete metros, e trinta e seis decimetros quadrados), à LINDO CANI, devidamente matriculado sob nº 37.145 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório;Dou fé.

Oficial

VG.

AV-8:- Em 03 de Outubro de 1.984

Pela escritura de 03 de Setembro de 1.984, do Cartório do 3º Oficio de Notas desta Comarca, (Lº 151,fls.148); A firma proprietária alienou o lote nº 10 com a área de 520,65ms2(quinhentos e vinte metros e sessenta e cincodecimetros quadrados), à NERY MIGUEL MEDEIROS, devidamente matriculado sob nº 37.146 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.

Oficial

VG.

AV-9:- Em 03 de outubro de 1.984

Pela escritura de 20 de Agosto de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas desta Comarca, (Lº 148,fls.099); A firma proprietária alienou o lote nº 17 com a área de 596,01ms2(quinhentos e noventa e seis metros e um decimetros quadrados), à AUGUSTO DA SILVA VIEIRA, devidamente matriculado sob nº 37.148 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório, Dou fé.

Oficial

VG.

AV-10-em 15 de outubro de 1.984

Pela escritura de 24 de agosto de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas desta Comarca, (Lº 151, fls.140); A firma proprietária alienou o lote nº 60, com a área de 499,80 ms2 (quatrocentos e noventa e nove metros e oitenta decímetros quadrados), à IOLANDO RODRIGUES SKROBK, devidamente matriculado sob nº 37.241 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.

continua no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-60
Joinville — Santa Catarina

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Continuação da Matrícula Nº 27.695

Oficial

ma.

AV-11-em 15 de outubro de 1.984
Pela escritura de 24 de agosto de 1.984, do Cartório do 3º Ofício de Notas, desta Comarca, (Lº 151, fls.142); A firma proprietária alienou o lote nº 59, com a área de 499,80 ms2 (quatrocentos e noventa e nove metros e oitenta decímetros quadrados), à LEONOR DEL SANT, devidamente matriculado sob nº 37.24 2 do livro 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.

Oficial

ma.

AV-12:- Em 20 de Março de 1.985
Pela escritura de 15 de Janeiro de 1.985, do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº 154,fls.140); A firma proprietária alienou o lote nº 09 com a área de 520,62ms2(quinhentos e vinte metros e sessenta e dois decimetros quadrados), à EDITE MATTHIES BENINCA, devidamente matriculada sob nº 39.220 do livro 02 de Registro Geral,neste Cartório. Dou fé.
Oficial

VG.-

AV-13:- Em 30 de Maio de 1.985
Pela escritura de 28.02.85, do 3º Ofício de Notas desta comarca,(Lº 155,fls 129);A proprietária, alienou o lote nº 54 com a área de 699,83ms2(seiscentos e noventa e nove metros e oitenta e três decimetros quadrados),á ADEMAR DE SOUZA,devidamente matriculado sob nº 39.984 do Lº 2 de Registro Geral, neste Cartório. Dou fé.
Oficial

VG.

AV-14:- Em 13 de Junho de 1.985
Pela escritura de 15.04.85 do 3º Ofício de Notas desta Comarca,(Lº 155,fls. 194),a proprietária alienou o lote nº 48 com a área de 553,945ms2 à ADILSON STEFFENS, devidamente matriculado sob nº 40.179 do Lº 2 de Registro Geral, neste Cartório. Dou fé.
Oficial

VG.

AV-15:- Em 26 de Junho de 1.985
Pela escritura de Compra e venda,lavrada no 3º Ofício de Notas desta comarca,aos 15.04.85,(Lº-155,fls.195),A proprietária alienou o lote nº 47 com a área de 553,945ms2 à ARLINDO STEFFENS, devidamente matriculado sob nº 40.335 do Lº 2 de Registro Geral neste Cartório.. Dou fé.
Oficial

VG.

AV-16:- Em 29 de julho de 1985.
Pela escritura de 24.05.85 do Cartório do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº158, fls. 91); A proprietária alienou o lote nº 25 com a área de 558,11-

continua na ficha 03....

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Livro Nº 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº 03
Ano 1985

Matrícula Nº 27.695 Data: 29 de julho de 1985.

ms2. (quinhentos e cinquenta e oito metros e onze centímetros quadrados), à ADEMAR MARTINI, devidamente matriculado sob nº 40.845 do Lº2 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.-

Oficial

ssd.

AV-17:- Em 20 de agosto de 1985.
Pela escritura de 06.07.85 do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº159 fls. 100); A proprietária alienou o lote nº 02 com a área de 568,62 - ms2 (quinhentos e sessenta e oito metros e sessenta e dois centíme - tros quadrados), à LOURENÇO ROCHA, devidamente matriculado sob nº 41. 056 do Lº 2 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.-

Oficial

ssd.

AV-18:-Em 20 de agosto de 1985.
Pela escritura de 16.07.85 do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº159 fls. 101); A proprietária alienou o lote nº 03 com a área de 666,36ms2 (sesicentos e sessenta e seis metros e trinta e seis centímetros quadrados), à LOURENÇO ROCHA, devidamente matriculado sob nº 41.057 do - Lº 2 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.-

Oficial

ssd.

AV-19:-Em 20 de agosto de 1985.
Pela escritura de 08.05.85 do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº158 fls. 061); A proprietária alienou o lote nº 05 com a área de 520,62 - ms2 (quinhentos e vinte metros e sessenta e dois centímetros quadra - dos), à JOSÉ TURIBIO DE SOUZA, devidamente matriculado sob nº 41065 - do Lº 2 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.-

Oficial

ssd.

AV-20:-Em 29 de agosto de 1985.
Pela escritura de 08.05.85 do 3º Ofício de Notas desta Comarca (Lº 158 fls. 059); A porprietária alienou o lote nº 22 com a área de 702,41ms2 (setecentos e dois metros e quarenta e um centímetros quadrados), à - OSVALDO JOSÉ DE SOUZA, devidamente matriculado sob nº 41.180 do Lº2 - de Registro geral, neste Cartório; Dou fé.-

Oficial

ssd.

AV-21:- Em 04 de Setembro de 1.985
Pela escritura de 31.07.85 do 3º Ofício de Notas desta Cp

continua no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-60
Joinville — Santa Catarina

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Continuação da Matrícula Nº 27.695

marca,(Lº 159,fls.117), A proprietária alienou o lote nº 55, - com a área de 499.80ms2(quatrocentos e noventa e nove metros e oitenta decimetros quadrados),à VALMIR BRAGA DE MEDEIROS,devidamente matriculado sob nº 41.348 Lº 2 de Registro Geral,neste - Cartório. Dou fé.
Oficial .

VG.

AV-22:- Em 25 de Outubro de 1985.
Pela escritura de 18 de julho de 1985 pelo Cartório do 3ºOficio de notas = desta Comarca (Lº 160 fls. 033); a proprietaria alienou o lote nº 13 com 702,05m2(setecentos e dois metros e cinco centimetros quadrados); à ARI = MICHELUZZI, devidamente matriculado sob nº 42.1[illegible]6 Lº2 de registro geral = neste cartório; dou fé.
Oficial .

VH.

AV-23:- Joinville, 20 de janeiro de 1986
Pela escritura de 26.11.85, pelo Cartório do 3º Ofício de Notas desta comarca (Lº 159 fls.197) a proprietária alienou o lote 38 com a área de 503,965m2 à VILAMIR QUADRA, devidamente matriculado sob nº 43.149 do Lº 02 de Registro Geral neste cartório. Dou fé.
Oficial .

mm

AV-24:- Em 5 de Fevereiro de 1986
Pela Escritura de 14/10/1985, do 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 158, fls. 186); A proprietária alienou a área de - 558,11m2 (quinhentos e cinquenta e oito metros e onze decime - tros quadrados), à NIRLEI DA SILVA, devidamente matriculado sob nº 43.386 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial .

IC.

AV-25:- Em 14 de Fevereiro de 1.986
Pela escritura de 09.10.85 do 3º Ofício de Notas, desta Comarca,(Lº 160,fls.128), a proprietária alienou o lote nº 27 com a área de 558.11m2(quinhentos e cincoenta e oito metros e onze - decimetros quadrados), a DIONARIO ABREU VIEIRA,devidamente matriculado sob nº 43.493 Lº 2 de Registro Geral,neste Cartório. Dou fé.
Oficial .

VG.

AV-26:- Joinville, 14 de março de 1986
Pela escritura de 16.12.85 pelo Cartório do 3º Tabelionato de Notas desta comarca (Lº 164 fls.019) a proprietária alienou o lote 63 com a área de - 524,79m2 (quinhentos e vinte e quatro metros e setenta e nove decimetros qua

continua na ficha 04

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Livro Nº. 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº. 04

Ano 1986

Matrícula Nº. 27.695 Data: 14 de março de 1986

drados) à JAIR LEITE, devidamente matriculado sob nº 43.836 do Lº 02 de Registro Geral, neste cartório. Dou fé.

Oficial

mm

AV-27:- Em 17 de Abril de 1986

Pela Escritura de 26/11/85, pelo Cartório do 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 159, fls. 196); A proprietária alienou o lote nº 52, com a área de 553,945m2(quinhentos e cinquenta e três metros e novecentos e quarenta e cinco decímetros quadrados), à ALEXANDRO ROBERTO PREIS, devidamente matriculado sob nº 44.152 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.

Oficial

IC.

AV-28:- Em 21 de Julho de 1986.

Pela escritura de 13/03/86,pelo Cartório do 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº164,fls.125); A proprietária alienou o lote nº 26, com a área de 558,11m2 (quinhentos e cinquenta e oito metros e onze decímetros quadrados), à ANTONIO FERNANDES NAZÁRIO, devidamente matriculado sob nº 45.389 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.

Oficial

CS

AV-29:- Em 08 de Agosto de 1.986

Pela escritura de 01.07.86 do 3º Ofício de Notas,desta Comarca,(Lº 165,fls.151),a proprietária alienou o lote nº 34-comaa área de 503,96m2(quinhentos e três metros e noventa e-seis decimetros quadrados),a LINDAURA ALAIDE PAULO,devidamente matriculado sob nº 45.716 Lº 2 de Registro Geral,neste Cartório. Dou fé.

Oficial

VG.

AV-30:- Joinville, 19 de Agosto de 1986

Pela escritura de 25.06.86 pelo Cartório do 3º Tabelionato de Notas desta comarca (Lº 165 fls.133) a proprietária alienou o lote 23 comaa área de 699,83m2 (seiscentos e noventa e nove metros e oitenta e três decímetros quadrados) à NELSON PERSIKE, devidamente matriculado sob nº 45.833 do Lº 02 de Registro Geral, neste cartório. Dou fé.

Oficial

mm

Continua no verso....

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª. CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-60
Joinville — Santa Catarina

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Continuação da Matrícula Nº. 27.695

AV-31:- Em 16 de Dezembro de 1986
Pela Escritura de 31.03.86, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 165, fls. 38); A proprietária alienou o lote nº 11, com a área de 709,16m2(setecentos e oito metros e dezesseis decimetros quadrados), à VALMIRE NAZÁRIO MACHADO, devidamente matriculado sob nº 47.304 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial

IC.

AV-32:- Em 23 de Dezembro de 1986
Pela Escritura de 02.10.86, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 167, fls. 156); A proprietária alienou o lote nº33 com a área de 700,92m2(setecentos metros e oitenta e dois decimetros quadrados), à MARIA CAMILO MARTINS, devidamente matriculado sob nº 47.363 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório;- Dou fé.
Oficial

IC.

AV-33:- Em 5 de Fevereiro de 1987
Pela Escritura de 09.10.81, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 131, fls. 193); A proprietária alienou o lote nº04- com a área de 520,62m2(quinhentos e vinte metros e sessenta e - dois decimetros quadrados), à JOSÉ VALDO GONÇALVES DE SOUZA, devidamente matriculado sob nº 47.686 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé.
Oficial

IC.

AV-34:- Em 5 de Fevereiro de 1987
Pela Escritura de 13.01.87, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 170, fls. 101); A proprietária alienou o lote nº 11 com a área de 541,45m2(quinhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco decimetros quadrados), à JODESIA CACILDA KOEHLER, devidamente matriculado sob nº 47.659 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório; Dou fé. Em 04/02/87.
Oficial

IC.

AV-35:- Em 29 de Maio de 1987
Pela Escritura de 22.09.86, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca (Lº 168, fls.084); A proprietária alienou o lote nº50, - com a área de 553,94m2(quinhentos e cinquenta e três metros e - noventa e quatro decimetros quadrados), à ADELINO LOPES DA SILVEIRA, devidamente matriculado sob nº 49.308 do Lº 02 de Regis--

Continua na ficha nº 05...

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Livro Nº. 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº 5
Ano 1987

Matrícula Nº 27.695 Data: 29 de Maio de 1987

tro Geral, neste Cartório. Dou fé.
Oficial

IC

AV-36:- Em 25 de Junho de 1.987
Pela Escritura de 20.11.1.986, pelo 3º Ofício de Notas desta Comarca.(Lº 167, fls. 175).A proprietária alienou o lote nº 19 com a área de 541,45m2(quinhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco centimetros quadrados), à MARLENE FAUSTINO PEDROSO, devidamente matriculado sob nº 49.502 do Lº 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.
Oficial

MS

AV-37:- Em 02 de Julho de 1.987
Pela Escritura Pública de Compra e Venda de 02.03.1.985 pelo 3º Ofício de Notas desta Comarca.(Lº 155, fls. 145). A proprietária alienou o lote nº 40 com a área de 503.965m2 à JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA,devidamente matriculado sob nº 49.571 do Lº 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.
Oficial

MS

AV-38:-Em 26 de Agosto de 1.987
Pela Escritura de 19.06.1.987, pelo 3º Ofício de Notas desta Comarca.(Lº 171,fls.55).A proprietária alienou o lote nº 24 com a área de 558,11m2(quinhentos e cincoenta e oito metros e onze centimetros quadrados),à UGO MAFRA,devidamente matriculado sob nº 50.115 do Lº 02 de registro geral,neste Cartório,dou fé.
Oficial

MS

AV-39: Em 05 de fevereiro de 1988.
Pela Escritura de 30.06.87,pelo 3º Tabelionato de Notas desta comarca. (Lº.171,fls.090).A proprietária alienou o lote nº 31 com a área de 570,60m2.(quinhentos e setenta metros e sessenta centímetros),à ARISTIDES RUDNICK,devidamente matriculado sob nº 51.470 do Lº 02 de registro geral,neste cartório,dou fé.
OFICIAL

NO

AV-40: Em 05 de Fevereiro de 1988.
Pela Escritura de 30.05.87, pelo 3º Tabelionato de Notas,-

Continua no verso

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª. CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83.545.350/0001-60
Joinville — Santa Catarina

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Continuação da Matrícula Nº. 27.695

desta Comarca, (Lº 171 fls. 091), a proprietária alienou o lote nº 32 da quadra Geral do Desmembramento com a área de 700,82m2 (Setecentos metros e oitenta e dois centímetros quadrados), à ARISTIDES RUDNICK, devidamente matriculado sob nº 51.469 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório, dou fé.
Oficial.

DR.

AV-41:- Em 10 de Março de 1988
Pela escritura de 12.01.88, pelo 3º Tabelionto de Notas desta comarca (Lº.- 175, fls.63); a proprietaria alienou o lote nº 20 com a área de 541,45m2 (- quinhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco centímetros quadrados) à LAUDELINO ROCHA, devidamente matriculado sob nº 51.737 do Lº02 de Regis - tro Geral, neste cartório. Dou fé. OFICIAL.

GFM

AV-42:- Em 06 de julho de 1988
Pela escritura de 30/05/88 pelo 3º Tabelionato de Notas desta - comarca, (Lº 179 fls nº 41); a proprietaria alienou o lote 65 com a área de 700,65m2 (setecentos metros e sessenta e cinco - centimetros quadrados), à VALTAMIR MARQUES devidamente matricu lado sob nº 53.152 do Lº 02 de Registro Geral, neste Cartório. Dou fé. Oficial

AR

AV-43:- Em 22 de agosto de 1988.
Pela escritura de 27.04.1988, pelo 3º Tabelionato de Notas desta comarca.(Lº 176, fls.121), a proprietária alienou o lote 21 com a área de 541,45 m2.(qui nhentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), à DALVA TEREZINHA ROSA, devidamente matriculado sob nº 53.763 do Lº.02 de re - gistro geral, neste cartório, dou fé.
OFICIAL.

NO

AV-44:- Em 22 de agosto de 1988
Pela escritura de 27/04/88 pelo 3º Tabelionato de Notas desta - comarca, (Lº 176 fls. 120), a proprietária alienou o lote 64 - com a área de 700,82m2 (setecentos metros e oitenta e dois cen- timetros quadrados), à FERNANDO ODAIR ROSA, devidamente matricu lado sob nº 53.764 do Lº 02 de Registro Geral, neste cartório. Dou fé. Oficial.

AR

AV-45:- Em 06 de dezembro de 1988.
Pela escr. públ. de C/V. lavrada aos 17/10/88 pelo 3º Tab. des ta Comarca (Lº 183,fls.56), a proprietária alienou o lote 46,/ com a àrea de 553,945ms2. (quinhentos e cinquenta e tres metros,

Continua na ficha 06:-

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Livro Nº. 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº. 06

Ano 1988.

Matrícula Nº. 27.695 Data: 06 de dezembro de 1988.

novecentos e quarenta e cinco centímetros quadrados) à ALBERTINA RODRIGUES, matriculado sob nº 55.036, Lº 2 de Reg. Geral deste Cartório. Dou fé. O Oficial:

BL

AV-46:- Em, 02 de janeiro de 1989.
Pela escrit. públ. de compra e venda lavrada aos 06 de dezembro de 1988, pelo 3º Tabelionato de Notas dessa comarca-(Lº184 fls.145), a proprietaria alienou o lote 35 com a área total de 503,965ms2(quinhentos e treis metros e novecentos e sessenta e cinco centimetros quadrados)à MODESTO FERNANDO KOEHLER, matriculado sob nº55.403, do Lº02 de registro geral deste cartório. Dou fé. O Oficial

SMR.

AV-47:-em 26 de Mio de 1.989
Pela escritura de 11.04.1.989 pelo 3º ofício de notas desta Comarca.(Lº 189,fls.42). A proprietária alienou o lote nº 57 com a área de 499,80ms2(quatrocentos e noventa e nove metros e oitenta centimetros quadrados),à CECILIA FIGUEIREDO, devidamente matriculado sob nº 57.309 do Lº 02 de registro-geral, neste Cartório.Dou Fé.
OFICIAL

AV-48:-Em 26 de Maio de 1.989
Pela escritura de 11.04.1.989, pelo 3º Ofício de Notas desta comarca.(Lº 189,fls.44).A proprietária alienou o lote nº 56, com a área de 499,80ms2(quatrocentos e oitenta e nove metros e oitenta centimetros quadrados),à CECILIA FIGUEIREDO, devidamente matriculado sob nº 57.310 do Lº 02 de registro-geral,neste Cartório, dou fé.
OFICIAL

MS.

AV-49.-Em, 11 de Abril de 1990.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda lavrada aos 23 de-março de 1990, pelo 3º Tabelionato de notas desta comarca -(Lº0205,fls113) a proprietaria alienou o lote nº69, com a área total de 506,05m2 à IVO GARCIA devidamente matriculado-sob nº61.694 do Lº02 Registro Geral neste cartório.-Dou fé-
Oficial

AR:

cont. no verso.....

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS — 1ª. CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83.545.350/0001-60
Joinville — Santa Catarina

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Continuação da Matrícula Nº. 27.695

AV-50:- Em, 16 de julho de 1.990.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 07.06.90, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.208, fls. 071) a proprietária ALIENOU o lote 61, com a área total de 499,80 - metros quadrados, à SILVESTRE BANCIL CUNIQUES, devidamente matriculado sob nº. 62.568, Lº02, Registro geral, neste cartório, dou fé.- Oficial

LCM.-

AV-51:-Em, 10 de Agosto de 1.990
Pela escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 26 de Julho de 1.990, pelo 3º Ofício de Notas, desta comarca.(Lº 210,- fls. 030).A proprietária alienou o lote nº 41, com a área de- 503,965ms2, à NELSON EMRAT, devidamente matriculado sob nº 63. 610 do Livro 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.
OFICIAL

MS.-

AV-52:-Em, 19 de Setembro de 1.990
Pela escritura Pública de Compra e Venda,lavrada aos 14.09.1.9 90, pelo 3º Ofício de Notas, desta comarca.(Lº 212, fls.088).- A proprietária alienou o lote nº 67, com a área de 506,05ms2, à LUIZ ALBERTO DOS SANTOS,devidamente matriculado sob nº 63.94 5 do Livro 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.
OFICIAL

MS.

AV-53:-Em, 12 de Dezembro de 1.990
Pela escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 04 de - Outubro de 1.990, pelo 3º Ofício de Notas, desta comarca.(Lº- 211, fls.134). A proprietária alienou o lote nº 36, com a área de 503,965 metros quadrados, à ZEDIR KORALL, devidamente matriculado sob nº 66.027 do Lº 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.
OFICIAL

MS

AV-54:- Em, 19 de dezembro de 1.990.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 20.11.90, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.213, fls.122) à proprietária ALIENOU o lote 71 com a área de 506,05ms2, à - CLAUDIA INES NOVALOSKI, devidamente matriculada sob nº.66.058, do Lº02- registro geral, neste cartório.- Dou fé.-
Oficial

LCM.

AV-55:- Em, 03 de Janeiro de 1.991

cont. na ficha nº 07...

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Livro Nº. 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº. 07
Ano 1.991

Matrícula Nº. 27.695 Data: 03 de Janeiro de 1991

Pela escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 04.12.90, pelo 3º Ofício de Notas, desta comarca.(Lº 314, fls.046) A proprietária alienou o lote nº 43, com a área de 700,82ms 2, à NISIO PRANGER, devidamente matriculado sob nº 66.102 - do Livro 02 de registro geral, neste Cartório, dou fé.-
OFICIAL

MS

AV-56:-Em, 16 de Outubro de 1991.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 31 de maio de 1991, pelo 3º Tabelionato de Notas desta Comarca.-(Lº188, Fls.200)., a proprietária ALIENOU o lote nº 72 com a área total de 506,05 ms2., à ANTONIO JOSÉ ALIPIC, devidamente matriculado sob nº 68.066 do Lº 02-RG, neste cartório.-Dou fé.-
Oficial

LM.

AV-57:- Em, 30 de julho de 1.992.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 10.07.92, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.235, - fls. 154), a proprietária ALIENOU o lote 33, com a área de - 699,83m2, à FLORI ALVES, devidamente matriculado sob nº.69.972, do Lº02-Registro Geral, neste cartório.- Dou fé.-
Oficial

LCM.

AV-58:- Em, 25 de março de 1.993.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 15.03.1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.251, fls.017), a proprietária ALIENOU o lote 68 com a área de - 506,05m2, à ALBINO DE VARGAS, devidamente matriculado sob nº.-72.042, do Lº02-RG, neste cartório.- Dou fé.- (14:25hs).-.-
Oficial

LCM.

AV-59:- Em, 08 de junho de 1.993.-
Conforme requerimento datado de 04.04.1993 e documentação - anexa, fica transferido o lote nº.74, com a área de 060,00-m2 para a matrícula nº.72.927, do Lº02-RG, neste cartório,- em virtude de Unificação.- Dou fé.- (09:30hs).-.-.-.-.-.-.-.-
Oficial

LCM.

cont. no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS - 1ª. CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-80
Joinville - Santa Catarina

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Continuação da Matrícula Nº. 27.695

AV-60:- Em, 05 de Outubro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 27.09.93, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.261, fls.160), a proprietária ALIENOU o lote70 com a área de 506,05m2., à MATIAS PINTO, devidamente matriculado sob nº.74.002, do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.- (16:30hs).Oficial
LCM.

AV-61:- Em, 28 de outubro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 22.10.1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca.,(Lº-0265,fls.-013); à proprietária ALIENOU o lote nº-06, com a área de 520,62 ms2; à FRANCISCO GENEROSO; devidamente matriculado sob nº-74.222 do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.- (14:00hs).-.-.-.-.-.-.-.-. Oficial
RRO

AV-62:- Em, 04 de Novembro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 07.10.1993 pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.263,fls.005), - a proprietária ALIENOU o lote nº.30, com a área de 558,11m2., - à MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA CAPISTRANO, devidamente matriculado sob nº.74.263, do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.-(10:00 hs).-Oficial
LCM.

AV-63:- Em, 04 de Novembro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 18.10.1993 pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.265, fls.001),- a proprietária ALIENOU o lote nº.58, com a área de 499,80m2., - à AMÉLIA JOSÉ FERREIRA, devidamente matriculado sob nº.74.264, - do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.- (10:05hs).-.-.-.-.-.-.-.-. Oficial
LCM.

AV-64:- Em, 16 de novembro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 18.10.1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca.,(Lº-0263,fls.-042); à proprietária ALIENOU o lote nº-16, com a área de 596,01 ms2; à ELIZEU STOFELLI e SILENE MARIA APOLINÁRIO; devidamente matriculados sob nº-74.408 do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé. (17:05hs).- Oficial
RRO

AV-65:- Em, 16 de Novembro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos 03.11.1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca, (Lº.263, fls.-089), a proprietária ALIENOU o lote 42, com a área de 508,13m2.,

cont. na ficha 08...

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 239, INF292, Página 15

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Livro Nº 2

REGISTRO GERAL

Ficha Nº 08
Ano 1.993.

Matrícula Nº 27.695 Data: 16 de Novembro de 1.993.

à VALCENIR BRAZ CRISPIM, devidamente matriculado sob nº. - 74.409, do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.- (17:15hs). - Oficial

LCM.

AV-66:- Em, 02 de dezembro de 1.993.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 23.11 1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca.,(Lº.-026 3,fls.152); à proprietária ALIENOU o lote nº-37, com a área de 503,965ms2; à GENILDO KOBALL e LUCIMAR FAGUNDES; devidamente matriculados sob nº-74.589 do Lº02-RG., neste cartório Dou fé.- (15:15hs).- Oficial

RRO.

AV-67:- Em, 09 de novembro de 1.994.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 26.10 1994, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca; (Lº-0283 fls.003); à proprietária ALIENOU o lote nº-66, com a área de 506,05ms2; à OSMAR JOSÉ SCHULTZ; devidamente matriculado sob nº-78.295 do Lº02-RG., neste cartório.- Dou fé.- (11:40 hs).- Oficial

RRO

AV-68:- Em, 16 de maio de 1.995.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 20.02 1995, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca; (Lº-0284 fls.145); à proprietária ALIENOU o lote nº-62, com a área de 499,80ms2; à ETHEVALDO HANSEN; devidamente matriculado sob nº-79.756 do Lº02-RG., neste cartório.- (16:00hs).-.-.- Oficial

RRO

AV-69:- Em, 22 de março de 1.996.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 13.0 2.1996, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca;(Lº0307,fls.043), a proprietária ALIENOU o Lote nº 45, com a área de 553,945m2; a MARÇAL ALVES, devidamente matriculado sob nº 82.634 do Lº 02-RG, neste Cartório.-(16:25hs).-.-.- Oficial

CRE.

AV-70-27.695:- Em, 04 de março de 2.004.-
Pela Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada aos 02.0 2.2004, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta Comarca;(Lº0486 fls.191/193): a proprietária ALIENOU o Lote nº 12 com a -

cont. no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS - 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-60
Joinville - Santa Catarina

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Continuação da Matrícula Nº -27.695-

área de 700,32m2.; à ARNOLDO CRISTOFOLINI JÚNIOR, devidamente matriculado sob o nº 104.449, do Lº.02-RG., neste Cartório.- DOU FÉ.- Oficial

AJK.

AV.-71-27.695: - Em 04 de Abril de 2014. - **Abertura de matrícula.**
A unidade autônoma **Lote 08** foi devidamente matriculada sob nº. **145.770** do Livro 2 dessa serventia registral. Protocolo: 257.596, 27 de Março de 2014. Selo de fiscalização: DKK98663-1NC8.
Escrevente Substituta - Lidiane Hepp

AV.-72-27.695: - Em 28 de Abril de 2015. - **Abertura de matrícula.**
A unidade autônoma **Lote 39** foi devidamente matriculada sob nº. **150.961** do Livro 2 dessa serventia registral. Protocolo: 271.023, 27 de Abril de 2015.
Escrevente Substituta - Lidiane Hepp

AV.-73-27.695: - Em 19 de Outubro de 2017. - **Averbação.**
Conforme documentação hábil, averba-se para que conste a razão social da proprietária como sendo Terravile Comércio de Imóveis LTDA, não como constou. Protocolo: 300.700, 11 de Outubro de 2017. Emolumentos: R$ 101,40. Selo de fiscalização: EVA10460-NT9C - R$ 1,85.
Escrevente Substituta - Natacha Micaela Dias Bertolli

AV.-74-27.695: - Em 19 de Outubro de 2017. - **Abertura de matrícula.**
A unidade autônoma Lote 07 foi devidamente matriculada sob nº. **161.957** do Livro 2 dessa serventia registral. Protocolo: 300.700, 11 de Outubro de 2017.
Escrevente Substituta - Natacha Micaela Dias Bertolli

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 268ED13F-24D5-DD6F52A11B59

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR
Matrícula nº: 27.695 (até Av-74)

Certifico que o presente documento é fiel expressão dos registros existentes no 1º Registro de Imóveis de Joinville, conforme dispõe o art. 16 da Lei 6.015/73.

O referido é verdade e dou fé.

Joinville, 29 de Outubro de 2019.

_____

[ ] Bianca Castellar de Faria – Titular
[ ] Natacha Micaela Dias Bertolli - Substituta
[ ] Fernanda Elisa Tonioti Pedrini - Escrevente Substituta
[ ] Tainara Karin Ribeiro - Escrevente de Certidão
[ ] Carina da Silva Pires - Escrevente de Certidão
[ ] Munique Cristina da Silva - Escrevente Registral
[ ] Joseane A. P. Luciano – Escrevente de Certidão
[ ] Valentine Bevilaqua - Escrevente Operacional
[ ] Thamires Siedschlag – Escrevente Operacional
[ ] Sirlene de Sousa Santos - Escrevente de Atendimento
[ ] Patricia Correa - Escrevente de Atendimento
[ ] Jaciara de Souza Klug - Escrevente de Atendimento
[ ] Thaís Caroline Pereira - Escrevente de Registro

Emolumentos:
01 Certidão de Inteiro Teor..... R$ 10,80
07 Certidão - fichas excedentes..... R$ 28,35
Selos: R$ 1,95
Total: R$ 42,26

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal
FPZ69373-ERRN
Confira os dados do ato em:
selo.tjsc.jus.br

CERTIDÃO VÁLIDA POR TRINTA (30) DIAS.

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4FE6A9FC-F816-4AEC-9607-943147F7032E

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Livro Nº 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº 01 Ano 1.993.

Matrícula Nº 73.620 Data: 31 de agosto de 1.993.-

IMOVEL:- Um terreno situado nesta cidade, fazendo frente - para a rua Realcy Silveira, com 12,50 metros, tendo de fundos em ambos os lados 41,65 metros, confrontando pelo lado direito com terras de Terraville Comércio de Imóveis Ltda., lado esquerdo com terras de Osvaldo Giosele, fazendo o travessão dos fundos com 12,50metros, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Joinville, contendo a área total de 520,62 metros quadrados.- (Lote 02 do Desmembramento). - BENFEITORIAS:- Não há.- PROPRIETÁRIA:- TERRAVILLE COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA., estabelecida nesta cidade, CGC 83.943.191/0001-52.- REGISTRO ANTERIOR:- Matrícula sob nº. 72.927, do Lº02-RG.,- neste cartório.- Oficial

LCM.

R-1:- Em, 31 de agosto de 1.993.- TITULO:- Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos - 27.08.1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca,(Lº. 259, fls.163).- TRANSMITENTE:- TERRAVILLE COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA., já qualificada, no ato representada por seu proprietário ALCÉU VALDO JULIANI, brasileiro, do comércio, casado, CPF 059.228.449-20, residente nesta cidade.- ADQUIRENTE:- JAM PIERRE DE OLIVEIRA, brasileiro, bancário, CPF 631.161.979-20, casado com SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, - pelo regime da comunhão universal de bens, na vigência da - lei 6.515/77, residentes nesta cidade.- VALOR:- CR$ 25.500,00(vinte e cinco mil e quinhentos cruzeiros reais).- CONDIÇÕES:- Não há.(17:40hs). Oficial

LCM.

R-2:-Em, 24 de maio de 2.002.- Pela Cédula de Crédito Industrial nº 21/90180-5, emitida - aos 20.05.2002, nesta cidade, por: CONFECÇÕES SIRPIER LTDA-ME, com sede nesta cidade, CNPJ nº 04.304.816/0001-60, representada por: JAM PIERRE DE OLIVEIRA e SIRLEI LUCIDONIO - MELO DE OLIVEIRA, já qualificados; o proprietário JAM PIERRE DE OLIVEIRA DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE PRIMEIRO GRAU, o- imóvel desta matrícula, ao BANCO DO BRASIL S/A, sociedade - de economia mista, com sede em Brasilia-DF, por sua agência IRIRIU-JOINVILLE-SC, CNPJ nº 00.000.000/4065-70 ou à sua ordem, para garantia do crédito de R$ 47.314,50 (Quarenta e -

Cont. no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS - 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-60
Joinville - Santa Catarina

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4FE6A9FC-F816-4AEC-9607-943147F7032E

1º Registro de Imóveis Joinville
Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

sete mil, trezentos e quatorze reais e cinquenta centavos), nas condições constantes do registro feito no Livro 3-Auxiliar, sob nº 1.216-C, neste Cartório.-Oficial
Emol R$ 53,00 CRE

R-3-73.620:- Em, 06 de Dezembro de 2.005.-
Pela Cédula de Crédito Bancário nº 20/02513-0, emitida aos 02.12 2005, nesta cidade, por: CONFECÇÕES SIRPIER LTDA.ME, sediada nesta cidade de Joinville-SC, CNPJ 04.304.816/0001-60; o proprietário JAM PIERRE DE OLIVEIRA, CPF 631.161.979-20 e sua mulher SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, CPF 719.968.189-53, DERAM EM HIPOTECA CEDULAR DE SEGUNDO GRAU, o imóvel desta matrícula ao BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, com sede em Brasilia-DF, CNPJ 00.000.000/0001-91, por sua Unidade Regional de - Reestruturação de Ativos Operacionais (URR), CNPJ 00.000.000/4315-08, ou à sua ordem, para garantia do crédito de R$ 149.313,75, (cento e quarenta e nove mil, trezentos e treze reais e setenta e cinco centavos), nas condições constantes feitas no Lº03-Registro Auxiliar, sob nº 1.605-C, neste Cartório.-Prot.186.315,de 05 12.2005.-Oficial
Emol R$ 44,00 CG

R-4-73.620:-Em, 11 de julho de 2.008.-
Conforme Mandado de Execução, passado aos 16.02.2007, pelo MM.Juiz de Direito da 5ª Vara Cível Da Comarca de Joinville-SC, Dr. - Yhon Tostes, extraído dos autos nº 038.06.046696-8 da Ação de / - Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente, entre partes BANCO DO BRASIL S/A contra CONFECÇÕES SIRPIER LTDA ME e Outros, - fica o imóvel desta matrícula PENHORADO.-Valor do débito: R$179.470,69+acréscimos legais.-Data do Cálculo: 03.08.2006.-Avaliação do imóvel: R$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais).-Depositário: Jam Pierre de Oliveira.-Prot.201.641 de 10.07.2008.-.-. Emol.R$ 246,66.-Oficial
CRE.

R-5-73.620:-Em, 11 de julho de 2.008.-
Conforme Mandado de Execução, passado aos 16.02.2007, pelo MM.Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Joinville-SC, Dr. - Yhon Tostes, extraído dos autos nº 038.06.046677-1 da Ação de / - Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente, entre partes BANCO DO BRASIL S/A contra CONFECÇÕES SIRPIER LTDA ME e Outros, - fica o imóvel desta matrícula PENHORADO.-Valor do débito: R$ 21.784,64+acréscimos legais.-Data do Cálculo: 03.08.2006.-Avaliação do imóvel: R$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais).-Depositário: Jam Pierre de Oliveira.-Prot.201.642 de 10.07.2008.-.- Emol.R$ 56,96.-Oficial
CRE.-

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: 4FE6A9FC-F816-4AEC-9607-943147F7032E

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR
Matrícula nº: 73.620 (até R.-5)

Certifico que o presente documento é fiel expressão dos registros existentes no 1º Registro de Imóveis de Joinville, conforme dispõe o art. 16 da Lei 6.015/73.

O referido é verdade e dou fé.

Joinville, 05 de Setembro de 2019.

_____

[ ] Bianca Castellar de Faria – Titular
[ ] Natacha Micaela Dias Bertolli - Substituta
[ ] Fernanda Elisa Tonioti Pedrini - Escrevente Substituta
[ ] Tainara Karin Ribeiro - Escrevente de Certidão
[ ] Carina da Silva Pires - Escrevente de Certidão
[ ] Munique Cristina da Silva - Escrevente Registral
[ ] Joseane A. P. Luciano – Escrevente de Certidão
[ ] Valentine Bevilaqua - Escrevente Operacional
[ ] Thamires Siedschlag – Escrevente Operacional
[ ] Sirlene de Sousa Santos - Escrevente de Atendimento
[ ] Patricia Correa - Escrevente de Atendimento
[ ] Jaciara de Souza Klug - Escrevente de Atendimento
[ ] Thaís Caroline Pereira - Escrevente de Registro

Emolumentos:
01 Certidão de Inteiro Teor..... R$ 10,80
Selos: R$ 1,95
Total: R$ 13,07

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal
FOL23968-7L3N
Confira os dados do ato em:
selo.tjsc.jus.br

CERTIDÃO VÁLIDA POR TRINTA (30) DIAS.

Documento Assinado Digitalmente por TAINARA KARIN RIBEIRO. CPF: 08874852940

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 240

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
12/11/2019 18:05:07
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
240

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 241

Evento:

DECISAO_INTERLOCUTORIA___SAJ___1__CONSIDERANDO_QUE_OS_DOCUMENTOS_DE_FLS__299

Data:
14/11/2019 17:34:31

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
241

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Processo Digital

Autos n. 0046696-30.2006.8.24.0038

Ação: Execução de Título Extrajudicial/PROC
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

1. Considerando que os documentos de fls. 299-319 demonstram os direitos da parte devedora sobre o bem imóvel indicado às fls. 297-8, defiro a sua penhora.

2. A medida deverá ser formalizada mediante termo nos autos (art. 845, § 1º, do CPC), atentando-se para os requisitos previstos no art. 838 do CPC.

3. Tendo em vista a inexistência de depositário judicial nesta comarca, bem como que, por se tratar de bem imóvel, não é possível a sua remoção, atribuo o encargo à parte executada (art. 840, §§ 1º e 2º, do CPC),

4. Formalizada a penhora por qualquer dos meios legais, dela será imediatamente intimada a parte executada, atentando-se para o encargo que lhe foi atribuído, bem como para uma das formas previstas nos arts. 841 e 848 do CPC.

5. Intimem-se os eventuais condôminos do(s) bem(ns).

6. Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial (art. 844 do CPC).

7. Intime-se a parte credora.

Joinville (SC), 13 de novembro de 2019.

Fernando Speck de Souza
Juiz de Direito

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0734/2019, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Salustiano Luiz de Souza (OAB 10952/SC)	D.J
Genésio Felipe de Natividade (OAB 35850/SC)	D.J
Luiz Alberto Gonçalves (OAB 8146/PR)	D.J
Emerson Norihiko Fukushima (OAB 30687/SC)	D.J
Luiz Fernando Brusamolin (OAB 29941/SC)	D.J
Jose Antonio Broglio Araldi (OAB 30425/SC)	D.J

Teor do ato: "1. Considerando que os documentos de fls. 299-319 demonstram os direitos da parte devedora sobre o bem imóvel indicado às fls. 297-8, defiro a sua penhora. 2. A medida deverá ser formalizada mediante termo nos autos (art. 845, § 1º, do CPC), atentando-se para os requisitos previstos no art. 838 do CPC. 3. Tendo em vista a inexistência de depositário judicial nesta comarca, bem como que, por se tratar de bem imóvel, não é possível a sua remoção, atribuo o encargo à parte executada (art. 840, §§ 1º e 2º, do CPC), 4. Formalizada a penhora por qualquer dos meios legais, dela será imediatamente intimada a parte executada, atentando-se para o encargo que lhe foi atribuído, bem como para uma das formas previstas nos arts. 841 e 848 do CPC. 5. Intimem-se os eventuais condôminos do(s) bem(ns). 6. Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial (art. 844 do CPC). 7. Intime-se a parte credora."

Joinville, 14 de novembro de 2019.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, consta da relação nº 0734/2019, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 3191, cuja data de publicação considera-se o dia 19/11/2019, com início do prazo em 20/11/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução n° 04/07-TJ.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Salustiano Luiz de Souza (OAB 10952/SC)	15	10/12/2019
Genésio Felipe de Natividade (OAB 35850/SC)	15	10/12/2019
Luiz Alberto Gonçalves (OAB 8146/PR)	15	10/12/2019
Emerson Norihiko Fukushima (OAB 30687/SC)	15	10/12/2019
Luiz Fernando Brusamolin (OAB 29941/SC)	15	10/12/2019
Jose Antonio Broglio Araldi (OAB 30425/SC)	15	10/12/2019

Teor do ato: "1. Considerando que os documentos de fls. 299-319 demonstram os direitos da parte devedora sobre o bem imóvel indicado às fls. 297-8, defiro a sua penhora. 2. A medida deverá ser formalizada mediante termo nos autos (art. 845, § 1º, do CPC), atentando-se para os requisitos previstos no art. 838 do CPC. 3. Tendo em vista a inexistência de depositário judicial nesta comarca, bem como que, por se tratar de bem imóvel, não é possível a sua remoção, atribuo o encargo à parte executada (art. 840, §§ 1º e 2º, do CPC), 4. Formalizada a penhora por qualquer dos meios legais, dela será imediatamente intimada a parte executada, atentando-se para o encargo que lhe foi atribuído, bem como para uma das formas previstas nos arts. 841 e 848 do CPC. 5. Intimem-se os eventuais condôminos do(s) bem(ns). 6. Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial (art. 844 do CPC). 7. Intime-se a parte credora."

Joinville, 19 de novembro de 2019.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 242

Evento:

ENCAMINHADO_EDITAL_RELACAO_PARA_PUBLICACAO___RELACAO__0734_2019 TEOR_DO_ATO_

Data:
14/11/2019 20:44:55

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
242

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 243

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_INTIMACAO_DE_ADVOGADO___RELACAO__0734_

Data:
19/11/2019 10:55:18

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
243

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 244

Evento:

PROSSEGUIMENTO_DO_FEITO___Nº_PROTOCOLO__WJVE_19_10270760_8 TIPO_DA_PETICAO__PR

Data:
25/11/2019 15:04:35

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
244

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Rafael Gustavo Link
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Requerente: BANCO DO BRASIL S.A.
Requerido: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME E OUTROS

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe de **Execução de Título Extrajudicial** em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME e outros**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador requerer que seja reduzida a termo a penhora sobre o imóvel matrícula nº. 73.620, para que este peticionante providencie o registo da constrição junto ao cartório responsável.

Por conseguinte, requer seja intimada Executada Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira acerca da penhora, por seus procuradores, nos termos do artigo 841, § 1º do CPC.

Ademais, requer sejam intimados Executados Jam Pierre de Oliveira e Confecções Surpier Ltda ME acerca da penhora, pela via postal no endereço indicado às fls. 266, nos termos do artigo 841, § 2º do CPC.

No tocante as intimações, independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer deste processo, incluindo todos os incidentes apensos e vinculados, sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941,** sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 25 de novembro de 2019

Luiz Fernando Brusamolin	José Antônio Broglio Araldi	Carlos H. Santos de Alcântara
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 245

Evento:
EXPEDIDO_TERMO___PENHORA_POR_TERMO_NOS_AUTOS
Data:
02/12/2019 15:12:34
Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
245

PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca - Joinville
2ª Vara de Direito Bancário
Processo n. 0046696-30.2006.8.24.0038

TERMO DE PENHORA NOS AUTOS

Ação: Execução de Título Extrajudicial/PROC
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

Em 02 de dezembro de 2019, nesta Comarca de Joinville, Estado de Santa Catarina, no 2º Cartório de Direito Bancário, nos termos dos arts. 844 e 845, § 1º, do CPC e de acordo com a petição de fl.297/298*, fica reduzida a TERMO a penhora conforme rol abaixo. Ato contínuo, fica o executado ciente do depósito do(s) referido(s) bem(ns) em mãos do executado.

ROL DE BENS: O imóvel matriculado sob o número 73.620 constituído por um terreno situado nesta cidade, fazendo frente para a rua Realcy Silveira, com 12,50 metros, confrontando pelo lado direito com terras de Terraville Comércio de Imóveis Ltda., lado esquerdo com terras de Osvaldo Giosele, fazendo o travessão dos fundos com 12,50 metros , confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Joinville, contendo a área total de 520,62 metros quadrados (lote 2 do desmembramento).
VALOR DA CAUSA: R$ 179.470,69
DATA DO VALOR: 08/08/2006

Joinville (SC), 02 de dezembro de 2019.

Nalú Ganzenmuller
Técnico Judiciário Auxiliar

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 246

Evento:

ATO_ORDINATORIO_PRATICADO___SAJ___O_EXECUTADO_FICA_INTIMADO_DA_PENHORA_REALIZ

Data:
02/12/2019 15:18:59

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
246

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Autos n° 0046696-30.2006.8.24.0038

Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

O executado fica intimado da penhora realizada, conforme termo de fls. 325, bem como, que foi atribuído o encargo de depositário judicial (arts. 841 e 848 do CPC e art. 840, §§1º e 2º, do CPC).

Joinville(SC), 02 de dezembro de 2019

Nalú Ganzenmuller
Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Art. 212
"DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Lei n. 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III"

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0765/2019, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Salustiano Luiz de Souza (OAB 10952/SC)	D.J

Teor do ato: "O executado fica intimado da penhora realizada, conforme termo de fls. 325, bem como, que foi atribuído o encargo de depositário judicial (arts. 841 e 848 do CPC e art. 840, §§1º e 2º, do CPC)."

Joinville, 2 de dezembro de 2019.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, consta da relação nº 0765/2019, inclusa no Diário da Justiça Eletrônico nº 3202, cuja data de publicação considera-se o dia 04/12/2019, com início do prazo em 05/12/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e Resolução n° 04/07-TJ.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
08/12/2019 - Dia da Justiça - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Salustiano Luiz de Souza (OAB 10952/SC)	5	11/12/2019

Teor do ato: "O executado fica intimado da penhora realizada, conforme termo de fls. 325, bem como, que foi atribuído o encargo de depositário judicial (arts. 841 e 848 do CPC e art. 840, §§1º e 2º, do CPC)."

Joinville, 4 de dezembro de 2019.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 247

Evento:

ATO_ORDINATORIO_PRATICADO___SAJ___A_PARTE_CREDORA_FICA_INTIMADA_DA_PENHORA_EF

Data:
02/12/2019 15:22:44

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
247

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca - Joinville
2ª Vara de Direito Bancário

Autos n° 0046696-30.2006.8.24.0038

Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A
Executado: Confeccoes Sirpier Ltda e outros

CERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIO

A parte credora fica intimada da penhora efetuada através do termo de fls. 325. Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial (art. 844 do CPC).

Joinville(SC), 02 de dezembro de 2019

Nalú Ganzenmuller
Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Art. 212
"DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Lei n. 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III"

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 248

Evento:

ENCAMINHADO_EDITAL_RELACAO_PARA_PUBLICACAO___RELACAO__0765_2019 TEOR_DO_ATO_

Data:
02/12/2019 20:42:50

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
248

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 249

Evento:

CERTIFICADA_A_PUBLICACAO_DA_RELACAO_DE_INTIMACAO_DE_ADVOGADO___RELACAO__0765_

Data:
04/12/2019 10:52:15

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
249

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 250

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___EXTRATO_COM_DADOS_DO_PROCESSO_MIGRADO_DO_SAJ_PARA_O_

Data:
15/01/2020 01:29:17

Usuário:
MIG - USUÁRIO DE MIGRAÇÃO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
250

SUBSTABELECIMENTO COM RESERVA

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
251

Substabelecido:
SC023789 - GEORGE WILLIAN POSTAI DE SOUZA - ADVOGADO

Substabelecente:
SC010952 - SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA - ADVOGADO

Tipo:
Substabelecimento com reserva

Data:
21/01/2020 10:28:00

Usuário que assina digitalmente o substabelecimento:
SC010952 - SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA - ADVOGADO

Substabelecimento assinado eletronicamente pelo usuário acima indicado na forma do art. 1º, § 2º, III, b da Lei nº 11.419/2006.

Substabelecimento realizado em conformidade com o disposto no art. 29 da Resolução Conjunta nº 05/2018, que dispõe sobre a tramitação do processo eletrônico no sistema eproc no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina: "Art. 29. O substabelecimento com ou sem reserva dos poderes outorgados pela parte será feito pelo substabelecente em rotina própria no eproc somente para advogados previamente credenciados como usuários, dispensada a juntada de qualquer documento. Parágrafo único. A revogação de substabelecimento com reserva será feita diretamente no sistema, pelo substabelecente, na forma do caput deste artigo."

SUBSTABELECIMENTO COM RESERVA

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
252

Substabelecido:
SC023789 - GEORGE WILLIAN POSTAI DE SOUZA - ADVOGADO

Substabelecente:
SC010952 - SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA - ADVOGADO

Tipo:
Substabelecimento com reserva

Data:
21/01/2020 10:28:00

Usuário que assina digitalmente o substabelecimento:
SC010952 - SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA - ADVOGADO

Substabelecimento assinado eletronicamente pelo usuário acima indicado na forma do art. 1º, § 2º, III, b da Lei nº 11.419/2006.

Substabelecimento realizado em conformidade com o disposto no art. 29 da Resolução Conjunta nº 05/2018, que dispõe sobre a tramitação do processo eletrônico no sistema eproc no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina: "Art. 29. O substabelecimento com ou sem reserva dos poderes outorgados pela parte será feito pelo substabelecente em rotina própria no eproc somente para advogados previamente credenciados como usuários, dispensada a juntada de qualquer documento. Parágrafo único. A revogação de substabelecimento com reserva será feita diretamente no sistema, pelo substabelecente, na forma do caput deste artigo."

SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
253

Substabelecido:
SC023789 - GEORGE WILLIAN POSTAI DE SOUZA - ADVOGADO

Substabelecente:
SC010952 - SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA - ADVOGADO

Tipo:
Substabelecimento sem reserva

Data:
27/01/2020 17:49:42

Usuário que assina digitalmente o substabelecimento:
SC010952 - SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA - ADVOGADO

Substabelecimento assinado eletronicamente pelo usuário acima indicado na forma do art. 1º, § 2º, III, b da Lei nº 11.419/2006.

Substabelecimento realizado em conformidade com o disposto no art. 29 da Resolução Conjunta nº 05/2018, que dispõe sobre a tramitação do processo eletrônico no sistema eproc no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina: "Art. 29. O substabelecimento com ou sem reserva dos poderes outorgados pela parte será feito pelo substabelecente em rotina própria no eproc somente para advogados previamente credenciados como usuários, dispensada a juntada de qualquer documento. Parágrafo único. A revogação de substabelecimento com reserva será feita diretamente no sistema, pelo substabelecente, na forma do caput deste artigo."

SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
254

Substabelecido:
SC023789 - GEORGE WILLIAN POSTAI DE SOUZA - ADVOGADO

Substabelecente:
SC010952 - SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA - ADVOGADO

Tipo:
Substabelecimento sem reserva

Data:
27/01/2020 17:49:42

Usuário que assina digitalmente o substabelecimento:
SC010952 - SALUSTIANO LUIZ DE SOUZA - ADVOGADO

Substabelecimento assinado eletronicamente pelo usuário acima indicado na forma do art. 1º, § 2º, III, b da Lei nº 11.419/2006.

Substabelecimento realizado em conformidade com o disposto no art. 29 da Resolução Conjunta nº 05/2018, que dispõe sobre a tramitação do processo eletrônico no sistema eproc no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina: "Art. 29. O substabelecimento com ou sem reserva dos poderes outorgados pela parte será feito pelo substabelecente em rotina própria no eproc somente para advogados previamente credenciados como usuários, dispensada a juntada de qualquer documento. Parágrafo único. A revogação de substabelecimento com reserva será feita diretamente no sistema, pelo substabelecente, na forma do caput deste artigo."

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 255

Evento:
PETICAO
Data:
11/03/2020 13:58:41
Usuário:
SC023789 - GEORGE WILLIAN POSTAI DE SOUZA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
255

Souza Postai
Advogados Associados
OAB/SC 1270 Desde 1996

MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC

Autos nº 0046696-30.2006.8.24.0038 – Execução de Título Extrajudicial

CONFECÇÕES SIRPIER LTDA. E SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, devidamente qualificadas nos autos do processo supra, por intermédio dos seus procuradores, vêm perante este r. Juízo expor e requerer:

Tendo em vista **a renúncia de mandato** por parte dos procuradores, bem como considerando que o envio de correspondência ao cliente foi feito para seu endereço correto e que cabe às partes informar eventual alteração de endereço (art. 77 do CPC), requer sejam descredenciados os presentes advogados dos autos, estando ciente a Parte Executada de que possui 10 dias para contratar novos advogados.

No mais, pugna pelo prosseguimento do feito.

Termos Em Que Requer e Espera Deferimento.

Joinville - SC, 6 de dezembro de 2019.

Jean Michel Postai de Souza
Advogado - OAB / SC 29.984

George Willian Postai de Souza
Advogado - OAB / SC 23.789

Salustiano Luiz de Souza
Advogado - OAB / SC 10.952

Rua Dona Francisca, 260 - Sala 1302 - 13º andar - Ed. Deville - Centro - CEP 89.201-250 - Joinville - SC
www.souzapostai.com.br - Fones (47) 3028-3761 - 3028-8191 - advocacia@souzapostai.com.br

Souza Postai
Advogados Associados
OAB/SC 1270 Desde 1996

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

ATENÇÃO DE:
SIRPIER CONFECÇÕES LTDA.
SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA
Rua Realcy Silveira, n. 1035, bairro Aventureiro
CEP: 89.226-280 - Joinville/SC

Por meio da presente notificação extrajudicial, o Escritório de Advocacia **SOUZA POSTAI ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita na OAB/SC sob o n° 1270, CNPJ 09.054.758/0001-87, com endereço na Rua Dona Francisca, nº 260, Centro Empresarial Deville, 13° andar, sala 1302, Centro, Joinville/SC, por seus sócios **GEORGE WILLIAN POSTAI DE SOUZA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o n° 23.789 e **JEAN MICHEL POSTAI DE SOUZA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o n° 29.984, e conforme já tratado pessoalmente, **renunciam os poderes das procurações outorgadas por CONFECÇÕES SIRPIER LTDA e SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA**, isentando a partir desta data os outorgados nas seguintes ações judiciais:

1) Autos nº 0046677-24.2006.8.24.0038, em trâmite na 2ª Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville/SC;
2) Autos nº 0046696-30.2006.8.24.0038, em trâmite na 2ª Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville/SC;
3) Autos nº 0013012-80.2007.8.24.0038, em trâmite na 1ª Vara de Direito Bancário de Joinville/SC;

Fica o Notificado ciente, ainda, que **no prazo de 10 (dez) dias** a contar desta data, deverá constituir novo mandatário.

Joinville – SC, 4 de dezembro de 2019.

Jean Michel Postai de Souza
Advogado - OAB / SC 29.984

George Willian Postai de Souza
Advogado - OAB / SC 23.789

Rua Dona Francisca, 260 - Sala 1302 - 13º andar - Ed. Deville - Centro - CEP 89.201-250 - Joinville - SC
www.souzapostai.com.br - Fones (47) 3028-3761 - 3028-8191 - advocacia@souzapostai.com.br



George Willian Postai de Souza <george@souzapostai.com.br>

A/C Sirlei Lucidonio

1 mensagem

George Willian Postai de Souza <george@souzapostai.com.br> 6 de dezembro de 2019 14:55
Para: sirlei melo <sirleilucidoniomelo@hotmail.com>

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

-

-

ATENÇÃO DE:
SIRPIER CONFECÇÕES LTDA.
SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA
Rua Realcy Silveira, n. 1035, bairro Aventureiro
CEP: 89.226-280 - Joinville/SC

Por meio da presente notificação extrajudicial, o Escritório de Advocacia **SOUZA POSTAI ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita na OAB/SC sob o n° 1270, CNPJ 09.054.758/0001-87, com endereço na Rua Dona Francisca, nº 260, Centro Empresarial Deville, 13° andar, sala 1302, Centro, Joinville/SC, por seus sócios **GEORGE WILLIAN POSTAI DE SOUZA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o n° 23.789 e **JEAN MICHEL POSTAI DE SOUZA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o n° 29.984, e conforme já tratado pessoalmente, **renunciam os poderes das procurações outorgadas por CONFECÇÕES SIRPIER LTDA e SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA**, isentando a partir desta data os outorgados nas seguintes ações judiciais:

1) Autos nº 0046677-24.2006.8.24.0038, em trâmite na 2ª Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville/SC;

2) Autos nº 0046696-30.2006.8.24.0038, em trâmite na 2ª Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville/SC;

3) Autos nº 0013012-80.2007.8.24.0038, em trâmite na 1ª Vara de Direito Bancário de Joinville/SC;

Fica o Notificado ciente, ainda, que **no prazo de 10 (dez) dias** a contar desta data, deverá constituir novo mandatário.

Joinville – SC, 6 de dezembro de 2019.

Jean Michel Postai de Souza
Advogado - OAB / SC 29.984

George Willian Postai de Souza
Advogado - OAB / SC 23.789

Atenciosamente,

Dr. George Willian Postai de Souza

OAB/SC 23.789

george@souzapostai.com.br

SOUZA POSTAI ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

Direito Previdenciário, Cível e Trabalhista

Rua Dona Francisca, 260 – Sala 1302

Edifício Centro Empresarial Deville

CEP 89201-250 – Centro – Joinville – SC

Fone/Fax: (47) 3028-3761 - 9948-9388 - 3028-8191

Visite nosso site: www.souzapostai.com.br

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE:

Esta mensagem e seus anexos são de uso exclusivo de pessoas e entidades autorizadas pela empresa e podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. É proibido revelar, alterar, copiar, divulgar ou se beneficiar, direta ou indiretamente, destas informações sem a autorização de seus autores. Se você recebeu este e-mail por engano, por favor, informe o remetente e apague a mensagem imediatamente. A empresa se reserva no direito de pleitear ressarcimento pelos prejuízos decorrentes do uso indevido das informações e de requerer a aplicação das penalidades cabíveis.

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 68300662 - AC JOINVILLE
JOINVILLE - SC
CNPJ....: 34028316131631 Ins Est.: 250254700
COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento..: 04/12/2019 Hora.....: 14:49:58
Caixa.....: 94507003 Matricula..: 87107619
Lancamento.: 038 Atendimento: 00020
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 1745449098

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R$)
CARTA COML REGISTRA	1	14,20+
Valor do Porte(R$)..:	2,70	
Cep Destino:	89212-404 (SC/Joinville)	
Peso real (G).....:	23	
Peso Tarifado:.....:	0,023	
OBJETO ==========> JU598492950BR		
REGISTRO A VISTA....:	5,75	
AVISO DE RECEBIMENTO:	5,75	
CARTA COML REGISTRA	1	14,20+
Valor do Porte(R$)..:	2,70	
Cep Destino:	89227-603 (SC/Joinville)	
Peso real (G).....:	23	
Peso Tarifado:.....:	0,023	
OBJETO ==========> JU598492963BR		
REGISTRO A VISTA....:	5,75	
AVISO DE RECEBIMENTO:	5,75	
CARTA COML REGISTRA	1	14,20+
Valor do Porte(R$)..:	2,70	
Cep Destino:	89226-280 (SC/Joinville)	
Peso real (G).....:	23	
Peso Tarifado:.....:	0,023	
OBJETO ==========> JU598492977BR		
REGISTRO A VISTA....:	5,75	
AVISO DE RECEBIMENTO:	5,75	

Jelton Mario

TKO Transportes
Balneario Piçarras

Sirpier confecções

TOTAL DO ATENDIMENTO(R$) 42,60

Valor Declarado não solicitado(R$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado.

TOTAL(R$) ==========> 42,60
VALOR RECEBIDO(R$) => 100,00

TROCO(R$) ==========> 57,40

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pre-Atendimento dos Correios
Tenha sempre em maos o numero do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.
VIA-CLIENTE

SARA 7.9.02

JU598492977BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



A entrega não pode ser efetuada - Cliente mudou-se
06/12/2019 14:27 JOINVILLE / SC

06/12/2019 14:27 JOINVILLE / SC	A entrega não pode ser efetuada - Cliente mudou-se Objeto em devolução ao remetente
06/12/2019 08:21 JOINVILLE / SC	**Objeto saiu para entrega ao destinatário**
04/12/2019 14:49 JOINVILLE / SC	**Objeto postado**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 256

Evento:
EXPEDICAO_DE_OFICIO___3_CARTAS
Data:
24/03/2020 18:28:39
Usuário:
JCECYN - JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
256

Poder Judiciário
Justiça Estadual - Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville
Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3461-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

OFÍCIO Nº 310002480196

OBJETO: Fica o destinatário desta INTIMADO acerca da penhora realizada, conforme termo de fls. 325, bem como, que foi atribuído o encargo de depositário judicial (arts. 841 e 848 do CPC e art. 840, §§1ºe 2º, do CPC).

Fica intimado ainda para, constituir novo procurador nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias.

CHAVE DO PROCESSO 769764036620: Utilize esta chave, de uso pessoal e intransferível, para a consulta do conteúdo integral do processo na página do sistema eproc do site do Tribunal de Justiça de Santa Catarina na internet. O acesso aos autos digitais via sistema é considerada vista pessoal.

Documento eletrônico assinado por **JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR, Chefe de Cartório**, em 24/3/2020, às 18:28:39, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310002480196v2** e do código CRC **1cec2367**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 257

Evento:

JUNTADA___CARTA_PELO_CORREIO_DEVOLVIDA_SEM_CUMPRIMENTO___REFER__AO_EVENTO__

Data:
14/04/2020 16:52:05

Usuário:
VPOST - SISTEMA VPOST - CORREIOS -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
257

AVISO DE RECEBIMENTO **Digital**

27/03/2020
LOTE: 5374

AR
99122399932/2019-SE/SC
TJ/SC(eproc)
Correios

DESTINATÁRIO

CONFECCOES SIRPIER LTDA

RUA REALCY SILVEIRA, 1035, -, AVENTUREIRO

Joinville, SC

89226-280

AR829152401TJ

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª __/__/__ __:__ h

2ª __/__/__ __:__ h

3ª __/__/__ __:__ h

ATENÇÃO:
Posta restante de 10 (dez) dias corridos.

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

CDD JOINVILLE LESTE
07 ABR 2020

JC

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros AG: Ginar G. Vicente

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Ismael R. Z. de Andrade
Agente Postal - CDD JVE Leste
Matr. 87090562

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

AO REMETENTE

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA
__/__/__

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

1997320-05: 0474485 - VPOST_911359201_5374_68705051.PDF

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 258

Evento:

JUNTADA___CARTA_PELO_CORREIO_COMPROVANTE_DE_ENTREGA___REFER__AO_EVENTO__25

Data:
14/04/2020 16:52:20

Usuário:
VPOST - SISTEMA VPOST - CORREIOS -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
258

Executado:
JAM PIERRE DE OLIVEIRA

Prazo:
15 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
15/04/2020 00:00:00

Data Final:
22/05/2020 23:59:59

Suspensões e Feriados:
SUSPENSÃO DE PRAZOS COM EXPEDIENTE: 01/04/2020 a 30/04/2020
Tiradentes: 21/04/2020
Dia do Trabalho: 01/05/2020

AVISO DE RECEBIMENTO **Digital**

27/03/2020
LOTE: 5374

AR
9912239932/2015-SE/SC
TJ/SC(eproc)
Correios

DESTINATÁRIO

JAM PIERRE DE OLIVEIRA

Rua Alberto T Veiga, 326, -, Iririú

Joinville, SC

89227-553

AR829152415TJ

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª __/__/__ __:__h

2ª __/__/__ __:__h

3ª __/__/__ __:__h

ATENÇÃO:
Posta restante de 10 (dez) dias corridos.

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

CDD JVE LESTE
03 ABR 2020
SC

JC

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros _____

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR JAM PIERRE DEOLIVEIRA

DATA DE ENTREGA 2/4/20

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 2101670

173 / 320 - OS: 0474485 - VPOST_911359201_5374_68705051.PDF

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 259

Evento:

JUNTADA___CARTA_PELO_CORREIO_COMPROVANTE_DE_ENTREGA___REFER__AO_EVENTO__25

Data:
14/04/2020 16:52:20

Usuário:
VPOST - SISTEMA VPOST - CORREIOS -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
259

Executado:
SIRLEI LUCIDONIO MELO

Prazo:
15 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
15/04/2020 00:00:00

Data Final:
22/05/2020 23:59:59

Suspensões e Feriados:
SUSPENSÃO DE PRAZOS COM EXPEDIENTE: 01/04/2020 a 30/04/2020
Tiradentes: 21/04/2020
Dia do Trabalho: 01/05/2020

AVISO DE RECEBIMENTO **Digital**

27/03/2020
LOTE: 5374

AR
99122399932/2015-SE/SC
TJ/SC(eproc)
Correios

DESTINATÁRIO

SIRLEI LUCIDONIO MELO

rua Realcy Silveira, 1035, -, Aventureiro

Joinville, SC

89200-000

AR829152429TJ

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª __/__/__ __:__h

2ª __/__/__ __:__h

3ª __/__/__ __:__h

ATENÇÃO:
Posta restante de 10 (dez) dias corridos.

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA
CDD JOINVILLE LESTE
07 ABR 2020

JC

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros _____

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Ismael R. Z. de Andrade
Agente Postal - CDD JVE Leste
Matr. 87090562

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Gilmar Gil Vicente

DATA DE ENTREGA

07/04/2020

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Gilmar Gil Vicente

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

3790680

127 / 320 - OS: 0047485 - VPOST_91135920I_5374_68705051.PDF

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 260

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
17/04/2020 12:21:48
Usuário:
SANDRA.RIBAS - SANDRA GRACIELI GRITZENCO RIBAS - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
260

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville

Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3461-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

ATO ORDINATÓRIO

Fica intimada a parte ativa para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a Carta pelo Correio Devolvida sem Cumprimento: "Evento n. 257".

Documento eletrônico assinado por **SANDRA GRACIELI GRITZENCO RIBAS**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310002873975v2** e do código CRC **290f73f0**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): SANDRA GRACIELI GRITZENCO RIBAS
Data e Hora: 17/4/2020, às 12:21:48

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 261

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
17/04/2020 12:21:48
Usuário:
SANDRA.RIBAS - SANDRA GRACIELI GRITZENCO RIBAS - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
261
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
04/05/2020 00:00:00
Data Final:
08/05/2020 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE, LUIZ ALBERTO GONÇALVES, EMERSON NORIHIKO FUKUSHIMA, L
Suspensões e Feriados:
SUSPENSÃO DE PRAZOS COM EXPEDIENTE: 01/04/2020 a 30/04/2020
Tiradentes: 21/04/2020
Dia do Trabalho: 01/05/2020

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 262

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___CONFIRMADA___REFER__AO_EVENTO__261
Data:
20/04/2020 07:57:29
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
262

SUBSTABELECIMENTO COM RESERVA

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
263

Substabelecido:
SC030425 - JOSÉ ANTÔNIO BROGLIO ARALDI - ADVOGADO

Substabelecente:
RS060292 - JOSÉ ANTÔNIO BROGLIO ARALDI - ADVOGADO

Tipo:
Substabelecimento com reserva

Data:
29/04/2020 09:10:51

Usuário que assina digitalmente o substabelecimento:
RS060292 - JOSÉ ANTÔNIO BROGLIO ARALDI - ADVOGADO

Substabelecimento assinado eletronicamente pelo usuário acima indicado na forma do art. 1º, § 2º, III, b da Lei nº 11.419/2006.

Substabelecimento realizado em conformidade com o disposto no art. 29 da Resolução Conjunta nº 05/2018, que dispõe sobre a tramitação do processo eletrônico no sistema eproc no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina: "Art. 29. O substabelecimento com ou sem reserva dos poderes outorgados pela parte será feito pelo substabelecente em rotina própria no eproc somente para advogados previamente credenciados como usuários, dispensada a juntada de qualquer documento. Parágrafo único. A revogação de substabelecimento com reserva será feita diretamente no sistema, pelo substabelecente, na forma do caput deste artigo."

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 264

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__261
Data:
29/04/2020 12:22:42
Usuário:
RS060292 - JOSÉ ANTÔNIO BROGLIO ARALDI - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
264

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Daniele Oliveira dos Santos Ma
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Requerente: BANCO DO BRASIL S.A.
Requerido: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe de **Execução de Título Extrajudicial** em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador expor e requerer o que segue.

Da detida análise dos autos, verifica-se que a Casa Bancária foi intimada ante o retorno negativo do AR acostado no evento 257, para intimação da executada Confeccções Sirpier Ltda, ante a penhora perfectibilizada nos autos sobre o imóvel de matrícula 73.620 do CRI de Joinville/SC.

Entretanto, conforme se depreende dos autos, mais precisamente ás fls. 26, verifica-se que a executada fora citada no mesmo endereço em que diligenciado a sua intimação.

Pois bem. O art. 274, parágrafo único do Código de Processo Civil, preconiza que "presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não

recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço".

Nesse sentido, dispõe ainda o art. 77, V do CPC, dispõe que cabe as partes declinarem no primeiro momento que lhes couber manifestar nos autos, informar o endereço para a sua localização, devendo atualizar essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação.

No caso em tela, a parte foi citada no endereço constante no mandado de citação, todavia não foi localizada quando da intimação da penhora, ou seja, a executada não informou ao juízo seu endereço atualizado, razão pela qual por analogia, requer nos termos do art. 841, §4º do CPC, seja considerada realizada a intimação relativo ao imóvel penhorado nos autos, haja vista que a executada se mudou sem prévia comunicação ao juízo.

Após a executada ser considerada intimada da penhora, conforme fundamentado acima, requer-se o prosseguimento do feito, a fim de que seja expedido mandado de avaliação do imóvel de matrícula 73.620 do CRI de Joinville/SC, a ser cumprido por Oficial de Justiça, nos termos do art. 870 e seguintes do Código de Processo Civil.

Por fim, o exequente informa que a presente peça preenche o requisito da tempestividade, tendo em vista a Resolução do CNJ publicada em 19.03.2020, quanto a suspensão dos prazos por 30 (trinta) dias no país, considerando a pandemia em relação ao novo Coronavírus pela Organização Mundial da Saúde – OMS, de 11 de Março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da OMS, de 30 de janeiro de 2020

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

No tocante as intimações, independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer deste processo, incluindo todos os incidentes apensos e vinculados, sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941,** sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 28 de abril de 2020

Luiz Fernando Brusamolin	**José Antônio Broglio Araldi**	**Carlos H. Santos de Alcântara**
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 313, DE 19 DE MARÇO DE 2020.

Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, regime de Plantão Extraordinário, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19, e garantir o acesso à justiça neste período emergencial.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO que cabe ao Conselho Nacional de Justiça a fiscalização e a normatização do Poder Judiciário e dos atos praticados por seus órgãos (artigo 103-B, § 4º, I, II e III, da CF);

CONSIDERANDO a declaração pública de **pandemia** em relação ao novo Coronavírus pela Organização Mundial da Saúde – OMS, de 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da OMS, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, bem como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN veiculada pela Portaria nº 188/GM/MS, em 4 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO que as autoridades públicas médicas e sanitárias já declararam a existência de transmissão comunitária em unidades da Federação, em que não se consegue identificar a trajetória de infecção pelo novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a aprovação pela Câmara dos Deputados da Mensagem Presidencial nº 93/2020, que reconheceu o estado de calamidade pública no Brasil;

CONSIDERANDO que o grupo de risco para infecção pelo novo Coronavírus – Covid-19 compreende idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras com morbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfecções;

CONSIDERANDO a natureza essencial da atividade jurisdicional e a necessidade de se assegurarem condições mínimas para sua continuidade, compatibilizando-a com a preservação da saúde de magistrados, agentes públicos, advogados e usuários em geral;

CONSIDERANDO que a existência de critérios conflitantes quanto à suspensão do expediente forense gera insegurança jurídica e potenciais prejuízos à tutela de direitos fundamentais;

CONSIDERANDO a necessidade de se uniformizar, nacionalmente, o funcionamento do Poder Judiciário em face desse quadro excepcional e emergencial;

CONSIDERANDO que o caráter ininterrupto da atividade jurisdicional é garantido, ainda que suspenso o expediente forense, no período noturno, nos finais de semana e nos feriados, por meio de sistema de plantões judiciais;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o regime de Plantão Extraordinário, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários e garantir o acesso à justiça neste período emergencial, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19.

Parágrafo único. Esta Resolução não se aplica ao Supremo Tribunal Federal e à Justiça Eleitoral.

Art. 2º O Plantão Extraordinário, que funcionará em idêntico horário ao do expediente forense regular, estabelecido pelo respectivo Tribunal, importa em suspensão do trabalho presencial de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores nas unidades judiciárias, assegurada a manutenção dos serviços essenciais em cada Tribunal.

§ 1º Os tribunais definirão as atividades essenciais a serem prestadas, garantindo-se, minimamente:

I – a distribuição de processos judiciais e administrativos, com prioridade aos procedimentos de urgência;

II – a manutenção de serviços destinados à expedição e publicação de atos judiciais e administrativos;

III – o atendimento aos advogados, procuradores, defensores públicos, membros do Ministério Público e da polícia judiciária, de forma prioritariamente remota e, excepcionalmente, de forma presencial;

IV – a manutenção dos serviços de pagamento, segurança institucional, comunicação, tecnologia da informação e saúde; e

V – as atividades jurisdicionais de urgência previstas nesta Resolução.

§ 2º As chefias dos serviços e atividades essenciais descritos no parágrafo anterior deverão organizar a metodologia de prestação de serviços, prioritariamente, em regime de trabalho remoto, exigindo-se o mínimo necessário de servidores em regime de trabalho presencial.

§ 3º Deverão ser excluídos da escala presencial todos os magistrados, servidores e colaboradores identificados como de grupo de risco, que compreende pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras com morbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfecções, e que retornaram, nos últimos quatorze dias, de viagem em regiões com alto nível de contágio.

Art. 3º Fica suspenso o atendimento presencial de partes, advogados e interessados, que deverá ser realizado remotamente pelos meios tecnológicos disponíveis.

§ 1º Cada unidade judiciária deverá manter canal de atendimento remoto, a ser amplamente divulgado pelos tribunais.

§ 2º Não logrado atendimento na forma do parágrafo primeiro, os tribunais providenciarão meios para atender, presencialmente, advogados, públicos e privados, membros do Ministério Público e polícia judiciária, durante o expediente forense.

Art. 4º No período de Plantão Extraordinário, fica garantida a apreciação das seguintes matérias:

I – *habeas corpus* e mandado de segurança;

II – medidas liminares e de antecipação de tutela de qualquer natureza, inclusive no âmbito dos juizados especiais;

III – comunicações de prisão em flagrante, pedidos de concessão de liberdade provisória, imposição e substituição de medidas cautelares diversas da prisão, e desinternação;

IV – representação da autoridade policial ou do Ministério Público visando à decretação de prisão preventiva ou temporária;

V – pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, interceptações telefônicas e telemáticas, desde que objetivamente comprovada a urgência;

VI – pedidos de alvarás, justificada a sua necessidade, pedidos de levantamento de importância em dinheiro ou valores, substituição de garantias e liberação de bens apreendidos, pagamento de precatórios, Requisições de Pequeno Valor – RPVs e expedição de guias de depósito;

VII – pedidos de acolhimento familiar e institucional, bem como de desacolhimento;

VIII – pedidos de progressão e regressão cautelar de regime prisional, concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas e pedidos relacionados com as medidas previstas na Recomendação CNJ nº 62/2020;

IX – pedidos de cremação de cadáver, exumação e inumação; e

X – autorização de viagem de crianças e adolescentes, observado o disposto na Resolução CNJ nº 295/2019.

§ 1º O Plantão Extraordinário não se destina à reiteração de pedido já apreciado no órgão judicial de origem ou em plantões anteriores, nem à sua reconsideração ou reexame.

§ 2º Nos processos envolvendo réus presos e adolescentes em conflito com a lei internados, aplica-se o disposto na Recomendação CNJ nº 62, de 17 de março de 2020.

Art. 5º Ficam suspensos os prazos processuais a contar da publicação desta Resolução, até o dia 30 de abril de 2020.

Parágrafo único. A suspensão prevista no *caput* não obsta a prática de ato processual necessário à preservação de direitos e de natureza urgente, respeitado o disposto no artigo 3º desta Resolução.

Art. 6º Os tribunais poderão disciplinar o trabalho remoto de magistrados, servidores e colaboradores para realização de expedientes internos, como elaboração de decisões e sentenças, minutas, sessões virtuais e atividades administrativas.

Art. 7º Nos concursos públicos em andamento, no âmbito de qualquer órgão do Poder Judiciário, ficam vedados a aplicação de provas, qualquer que seja a fase a que esteja relacionada, realização de sessões presenciais de escolha e reescolha de

serventias, nos concursos das áreas notarial e registral, bem como outros atos que demandem comparecimento presencial de candidatos.

Art. 8º Ficam autorizados os tribunais a adotar outras medidas que se tornem necessárias e urgentes para preservar a saúde dos magistrados, agentes públicos, advogados, servidores e jurisdicionados, devidamente justificadas.

Art. 9º Os tribunais deverão disciplinar sobre a destinação dos recursos provenientes do cumprimento de pena de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo nas ações criminais, priorizando a aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate da pandemia Covid-19, a serem utilizados pelos profissionais da saúde.

Art. 10. Os tribunais adequarão os atos já editados e os submeterão, no prazo máximo de dez dias, ao Conselho Nacional de Justiça, bem como suas eventuais alterações.

Art. 11. No período de vigência desta Resolução, ficam mantidas as regras do plantão judiciário ordinário, estabelecidas na Resolução CNJ nº 71/2009, que devem ser aplicadas com as adaptações estabelecidas na presente Resolução.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e terá validade até 30 de abril de 2020, prorrogável por ato do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, enquanto subsistir a situação excepcional que levou à sua edição.

Ministro **DIAS TOFFOLI**
Presidente

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 265

Evento:
AUTOS_COM_JUIZ_PARA_DESPACHO_DECISAO
Data:
04/05/2020 14:50:25
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
265

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 266

Evento:
DECURSO_DE_PRAZO___REFER__AOS_EVENTOS__258_E_259
Data:
24/05/2020 01:15:14
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
266

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 267

Evento:
PETICAO
Data:
05/06/2020 16:25:09
Usuário:
SC030425 - JOSÉ ANTÔNIO BROGLIO ARALDI - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
267

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Daniele Oliveira dos Santos Ma
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Exequente: BANCO DO BRASIL.
Requerido: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME E OUTROS.

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe de **Execução de Título Extrajudicial** em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador expor e requerer o que segue.

Inicialmente, o exequente requer a juntada da matrícula atualizada do imóvel 73.620 do 1º CRI de Joinville/SC.

Ademais, reitera o petitório retro, no sentido de que a executada foi citada no endereço constante no mandado de citação, todavia não foi localizada quando da intimação da penhora, ou seja, a executada não informou ao juízo seu endereço atualizado, razão pela qual por analogia, requer nos termos do art. 841, §4º do CPC, seja considerada realizada a intimação relativo ao imóvel penhorado nos autos, haja vista que a executada se mudou sem prévia comunicação ao juízo.

Após a executada ser considerada intimada da penhora, conforme explanado acima e na petição anterior, requer-se o prosseguimento do feito, a fim de que seja expedido mandado de avaliação do imóvel de matrícula 73.620 do CRI de Joinville/SC, a ser cumprido por Oficial de Justiça, nos termos do art. 870 e seguintes do Código de Processo Civil.

No tocante as intimações, independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer deste processo, incluindo todos os incidentes apensos e vinculados, sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941,** sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 4 de junho de 2020

Luiz Fernando Brusamolin	**José Antônio Broglio Araldi**	**Carlos H. Santos de Alcântara**
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: F9F79DA5-B530-F34AE4CE0116

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Documento Assinado Digitalmente por Joseane Aparecida Pereira Luciano

Livro Nº 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº 01 Ano 1.993.

Matrícula Nº 73.620 Data: 31 de agosto de 1.993.-

IMOVEL:- Um terreno situado nesta cidade, fazendo frente - para a rua Realcy Silveira, com 12,50 metros, tendo de fundos em ambos os lados 41,65 metros, confrontando pelo lado direito com terras de Terraville Comércio de Imóveis Ltda., lado esquerdo com terras de Osvaldo Giosele, fazendo o travessão dos fundos com 12,50metros, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Joinville, contendo a área total de 520,62 metros quadrados.- (Lote 02 do Desmembramento). - BENFEITORIAS:- Não há.- PROPRIETÁRIA:- TERRAVILLE COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA., estabelecida nesta cidade, CGC 83.943.191/0001-52.- REGISTRO ANTERIOR:- Matrícula sob nº. 72.927, do Lº02-RG., neste cartório.- Oficial

LCM.

R-1:- Em, 31 de agosto de 1.993.- TITULO:- Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos - 27.08.1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca,(Lº. 259, fls.163).- TRANSMITENTE:- TERRAVILLE COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA., já qualificada, no ato representada por seu proprietário ALCÉU VALDO JULIANI, brasileiro, do comércio, casado, CPF 059.228.449-20, residente nesta cidade.- ADQUIRENTE:- JAM PIERRE DE OLIVEIRA, brasileiro, bancário, CPF 631.161.979-20, casado com SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, - pelo regime da comunhão universal de bens, na vigência da - lei 6.515/77, residentes nesta cidade.- VALOR:- CR$ 25.500,00(vinte e cinco mil e quinhentos cruzeiros reais).- CONDIÇÕES:- Não há.(17:40hs). Oficial

LCM.

R-2:-Em, 24 de maio de 2.002.- Pela Cédula de Crédito Industrial nº 21/90180-5, emitida - aos 20.05.2002, nesta cidade, por: CONFECÇÕES SIRPIER LTDA-ME, com sede nesta cidade, CNPJ nº 04.304.816/0001-60, representada por: JAM PIERRE DE OLIVEIRA e SIRLEI LUCIDONIO - MELO DE OLIVEIRA, já qualificados; o proprietário JAM PIERRE DE OLIVEIRA DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE PRIMEIRO GRAU, o- imóvel desta matrícula, ao BANCO DO BRASIL S/A, sociedade - de economia mista, com sede em Brasilia-DF, por sua agência IRIRIU-JOINVILLE-SC, CNPJ nº 00.000.000/4065-70 ou à sua ordem, para garantia do crédito de R$ 47.314,50 (Quarenta e -

Cont. no verso...

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS - 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-60
Joinville - Santa Catarina

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 267, MATRIMÓVEL2, Página 2

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: F9F79DA5-B530-F34AE4CE0116

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

Documento Assinado Digitalmente por Joseane Aparecida Pereira Luciano

Continuação da Matrícula Nº -73.620-

sete mil, trezentos e quatorze reais e cinquenta centavos), nas condições constantes do registro feito no Livro 3-Auxiliar, sob nº 1.216-C, neste Cartório.-Oficial

Emol R$ 53,00 CRE

R-3-73.620:- Em, 06 de Dezembro de 2.005.-
Pela Cédula de Crédito Bancário nº 20/02513-0, emitida aos 02.12 2005, nesta cidade, por: CONFECÇÕES SIRPIER LTDA.ME, sediada nesta cidade de Joinville-SC, CNPJ 04.304.816/0001-60; o proprietário JAM PIERRE DE OLIVEIRA, CPF 631.161.979-20 e sua mulher SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, CPF 719.968.189-53, DERAM EM HIPOTECA CEDULAR DE SEGUNDO GRAU, o imóvel desta matrícula ao BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, com sede em Brasilia-DF, CNPJ 00.000.000/0001-91, por sua Unidade Regional de - Reestruturação de Ativos Operacionais (URR), CNPJ 00.000.000/4315-08, ou à sua ordem, para garantia do crédito de R$ 149.313,75, (cento e quarenta e nove mil, trezentos e treze reais e setenta e cinco centavos), nas condições constantes feitas no Lº03-Registro Auxiliar, sob nº 1.605-C, neste Cartório.-Prot.186.315,de 05 12.2005.-Oficial

Emol R$ 44,90 CG

R-4-73.620:-Em, 11 de julho de 2.008.-
Conforme Mandado de Execução, passado aos 16.02.2007, pelo MM.Juiz de Direito da 5ª Vara Cível Da Comarca de Joinville-SC, Dr. - Yhon Tostes, extraído dos autos nº 038.06.046696-8 da Ação de /- Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente, entre partes BANCO DO BRASIL S/A contra CONFECÇÕES SIRPIER LTDA ME e Outros,- fica o imóvel desta matrícula PENHORADO.-Valor do débito: R$179.470,69+acréscimos legais.-Data do Cálculo: 03.08.2006.-Avaliação do imóvel: R$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais).-Depositário: Jam Pierre de Oliveira.-Prot.201.641 de 10.07.2008.-.-. Emol.R$ 246,66.-Oficial

CRE.

R-5-73.620:-Em, 11 de julho de 2.008.-
Conforme Mandado de Execução, passado aos 16.02.2007, pelo MM.Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Joinville-SC, Dr. - Yhon Tostes, extraído dos autos nº 038.06.046677-1 da Ação de /- Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente, entre partes BANCO DO BRASIL S/A contra CONFECÇÕES SIRPIER LTDA ME e Outros,- fica o imóvel desta matrícula PENHORADO.-Valor do débito: R$ 21.784,64+acréscimos legais.-Data do Cálculo: 03.08.2006.-Avaliação do imóvel: R$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais).-Depositário: Jam Pierre de Oliveira.-Prot.201.642 de 10.07.2008.-.- Emol.R$ 56,96.-Oficial

CRE.-

Para verificar a autenticidade, acesse https://central.centralrisc.com.br/validacao
Informe o código: F9F79DA5-B530-F34AE4CE0116

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1º andar
Bairro América - Joinville - SC
www.1rijoinville.com.br
Fone: (47) 3043-5888

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR
Matrícula nº: 73.620 (até R-5)

A presente Certidão envolve elementos à margem do termo: Foi protocolado sob nº 331.782 em data de 29/04/2020. PENHORAS, ARRESTOS E SEQUESTROS.

Certifico que o presente documento é fiel expressão dos registros existentes no 1º Registro de Imóveis de Joinville, conforme dispõe o art. 16 da Lei 6.015/73.

O referido é verdade e dou fé.

Joinville, 29 de maio de 2020.

_____

[ ] Bianca Castellar de Faria – Titular
[ ] Natacha Micaela Dias Bertolli - Substituta
[ ] Fernanda Elisa Tonioti Pedrini - Escrevente Substituta
[ ] Tainara Karin Ribeiro - Escrevente de Certidão
[ ] Carina da Silva Pires Junkes - Escrevente de Certidão
[ ] Munique Cristina da Silva - Escrevente Registral
[ ] Camile Ely Horn - Escrevente Registral
[ ] Joseane A. P. Luciano – Escrevente Substituta
[ ] Ariane Pinheiro Carvalho - Escrevente Substituta
[ ] Valentine Bevilaqua - Escrevente Operacional
[ ] Thamires Siedschlag – Escrevente Operacional
[ ] Sirlene de Sousa Santos - Escrevente de Atendimento
[ ] Patricia Correa - Escrevente de Certidão
[ ] Gilce Rocha - Escrevente de Atendimento

Emolumentos:
01 Certidão de Inteiro Teor..... R$ 20,00
Selos: R$ 2,80
Total: R$ 22,80

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal
FUB88086-P6IF
Confira os dados do ato em:
selo.tjsc.jus.br

CERTIDÃO VÁLIDA POR TRINTA (30) DIAS.

Documento Assinado Digitalmente por Joseane Aparecida Pereira Luciano

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 268

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
25/08/2020 15:03:00
Usuário:
MCPOVOAS - MAURICIO CAVALLAZZI POVOAS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
268

Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville

Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3461-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

DESPACHO/DECISÃO

1 . Verifica-se que o endereço para onde fora remetido o Aviso de Recebimento 1, de evento 257 corresponde ao local de citação ocorrida em certidão 29 de evento 227, muito embora a Executada não tenha sido localizada neste recentemente. Desta feita, CONSIDERO válida eventual intimação da Executada **CONFECÇÕES SIRPIER LTDA,** nos termos do art. **274** do CPC, em face a ausência de mantença do endereço atualizado.

2. Expeça-se o competente mandado para avaliação do imóvel penhorado em evento 245, cuja matrícula se encontra anexa à petição 1 de evento 267, sendo cumprido pelo Sr. Oficial de Justiça.

Cumpra-se.

Documento eletrônico assinado por **MAURICIO CAVALLAZZI POVOAS, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310006049344v3** e do código CRC **28334aac**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MAURICIO CAVALLAZZI POVOAS
Data e Hora: 25/8/2020, às 15:3:0

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 269

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
25/08/2020 19:22:02
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
269
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
28/08/2020 00:00:00
Data Final:
18/09/2020 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN
Suspensões e Feriados:
Independência do Brasil: 07/09/2020

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 270

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
25/08/2020 19:22:43
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
270

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville

Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3461-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

ATO ORDINATÓRIO

A parte ativa fica intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das diligências necessárias ao cumprimento do mandado pelo oficial de justiça.

Documento eletrônico assinado por **ROSELI SCHMIDT GASINO, Técnica Judiciária** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310006075683v1** e do código CRC **8373990c**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ROSELI SCHMIDT GASINO
Data e Hora: 25/8/2020, às 19:22:43

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 271

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___EXPEDIDA_CERTIFICADA
Data:
25/08/2020 19:22:43
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
271
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
28/08/2020 00:00:00
Data Final:
03/09/2020 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 272

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___CONFIRMADA___REFER__AO_EVENTO__269
Data:
26/08/2020 08:43:11
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
272

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 273

Evento:
INTIMACAO_ELETRONICA___CONFIRMADA___REFER__AO_EVENTO__271
Data:
26/08/2020 08:43:35
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
273

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 274

Evento:

JUNTADA___GUIA_GERADA___BANCO_DO_BRASIL_S_A__GUIA_Nº_652_479___R$_11028

Data:
27/08/2020 15:51:44

Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
274

PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

DETALHES DA GUIA

Para efetuar o pagamento da guia, acesse a área de custas e escolha a forma de pagamento.

Processo:	0046696-30.2006.8.24.0038
Nome da Parte:	BANCO DO BRASIL S.A.
Número:	652.479
Tipo:	Custas Intermediarias
Data de Geração:	27/08/2020
Situação:	Em aberto
Valor:	R$ 110,28

Itens de recolhimento

1	27/08/2020	Condução de Oficial de Justiça	R$ 69,88
2	27/08/2020	Condução de Oficial de Justiça	R$ 40,40

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 275

Evento:
JUNTADA___BOLETO_GERADO___1_BOLETO_S__GERADO_S_
Data:
27/08/2020 15:51:56
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
275

[bb.com.br] - Boleto gerado pelo sistema MPAG. 27/08/2020 15:51:53

INSTRUÇÕES:

Custas referentes ao processo: 0046696-30.2006.8.24.0038. Guia: 652479

O vencimento do boleto não influencia a contagem dos prazos processuais.

Este boleto pode ser pago até 02/10/2020 em qualquer banco.

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Física.

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Jurídica.

Recibo do Pagador

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02834.667004 03861.526170 7 83670000011328**

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
BANCO DO BRASIL SA CPF/CNPJ: 00000000000191
RUA ALVARO MILLEN DA SILVEIRA N 208, FLORIANOPOLIS -SC CEP:88020901
Sacador/Avalista

Nosso-Número	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	(=) Valor Pago
28346670003861526	28346670003861526	03/09/2020	113,28	

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço
GRJ - TRIBUNAL DE JUSTIÇA SC CPF/CNPJ: 83.845.701/0001-59
PRESIDENTE COUTINHO 232 3 ANDAR SL 302 , FLORIANOPOLIS - SC CEP: 88015230

Agência/Código do Beneficiário: 3582-3 / 34000-6

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02834.667004 03861.526170 7 83670000011328**

Local de Pagamento
PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO

Data de Vencimento: 03/09/2020

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ
GRJ - TRIBUNAL DE JUSTIÇA SC CPF/CNPJ: 83.845.701/0001-59

Agência/Código do Beneficiário: 3582-3 / 34000-6

Data do Documento	Nr. Documento	Espécie DOC	Aceite	Data do Processamento	Nosso-Número
27/08/2020	28346670003861526	DS	N	27/08/2020	28346670003861526

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento
28346670003861526	17	R$			113,28

Informações de Responsabilidade do Beneficiário
Custas referentes ao processo: 0046696-30.2006.8.24.0038. Guia: 652479
O vencimento do boleto não influencia a contagem dos prazos processuais.
Este boleto pode ser pago até 02/10/2020 em qualquer banco.

(-) Desconto/Abatimento

(+) Juros/Multa

(=) Valor Cobrado

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
BANCO DO BRASIL SA CPF/CNPJ: 00000000000191
RUA ALVARO MILLEN DA SILVEIRA N 208,
FLORIANOPOLIS-SC CEP:88020901

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 276

Evento:
PETICAO
Data:
28/08/2020 10:43:40
Usuário:
SC030425 - JOSÉ ANTÔNIO BROGLIO ARALDI - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
276

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Daniele Oliveira dos Santos Ma
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Exequente: BANCO DO BRASIL S.A.
Executado: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME E OUTROS.

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe de **Execução de Título Extrajudicial** em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME e outros**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador expor e requerer o que segue.

O exequente requer a juntada do relatório de avaliação elaborado pelo setor interno da Casa Bancária, relativo ao imóvel de matrícula sob n. º 73.620 do 1º Registro de Imóveis de Joinville/SC, avaliado no total de R$ 280.476, 73 (duzentos e oitenta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos), conforme anexo.

Desta feita, requer a intimação da executada Sirlei Lucidonio Melo de Oliveira, por seu procurador constituído nos autos e Jeam Pierre de Oliveira e Confeccções Sirpier, pela via postal, no endereço indicado às fls. 266, para que se manifestem quanto ao laudo elaborado pelo exequente, sob pena de aceitação tácita, consoante art. 871, I do Código de Processo Civil.

Outrossim, caso os executados, se mantenham inertes, requer seja homologada a avaliação realizada pelo exequente no valor constante da avaliação, conforme supracitado.

No tocante as intimações, independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer deste processo, incluindo todos os incidentes apensos e vinculados, sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941,** sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 27 de agosto de 2020

Luiz Fernando Brusamolin	**José Antônio Broglio Araldi**	**Carlos H. Santos de Alcântara**
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

BANCO DO BRASIL

Banco do Brasil

RELATÓRIO DE OPINIÃO DE VALOR

Cliente:	CPF/CNPJ/MCI:
CONFECCOES SIRPIER LTDA ME	916984651

1. ENDEREÇO/LOCALIZAÇÃO DO BEM AVALIADO

Rua Realcy Silveira, Aventureiro. Joinville – SC.

2. IMÓVEL(IS)

PROPRIETÁRIOS e CPF / CNPJ	DISCRIMINAÇÃO (Matricula, CRI, município, Terreno urbano/rural, prédio comercial/industrial, casa, apartamento, sítio, chácara, fazenda etc.)	ÁREA TOTAL (m2) (ha)	VALOR VENAL R$ (1)	Ônus? (Sim / Não)
Jam Pierre de Oliveira, CPF 631.161.979-20.	Matrícula 73.620, 1ºCRI de Joinville – SC. Terreno Urbano.	520,62 m²	280.476,73	Sim

(1) Considerar o preço para fácil negociação, À VISTA.

2.1 FONTES CONSULTADAS PARA DEFINIÇÃO DO VALOR VENAL/OBSERVAÇÕES

https://www.vivareal.com.br/imovel/lote-terreno-aventureiro-bairros-joinville-651m2-venda-RS300000-id-2482662420/?__vt=vt:b
https://www.vivareal.com.br/imovel/lote-terreno-aventureiro-bairros-joinville-502m2-venda-RS290000-id-2471527181/?__vt=vt:b
https://www.vivareal.com.br/imovel/lote-terreno-aventureiro-bairros-joinville-502m2-venda-RS290000-id-2481728701/?__vt=vt:b
Matrícula 73.620 emitida em 05/09/2019, última averbação R.5 em 11/07/2008.
Avaliação sem vistoria, isto é, sem visita in loco do imóvel; cotação realizada considerando imóvel em boas condições de uso, bom estado de conservação e conforme descrito na matrícula de imóvel ou laudo de avaliação judicial. Em razão de não realização da vistoria ao imóvel, o presente relatório não contempla a análise de eventuais incorreções ou inexatidões decorrentes de informações desatualizadas, com vício, ou inobservância de averbações posteriores a data de emissão da matricula.

3. OUTROS COMENTÁRIOS

Finalidade: Manifestação Judicial, conforme solicitado no protocolo: **PSQ.8661-2020.131807**. Relatório de Opinião de valor em conformidade com as IN: *219-1 e 219-2*;
Este laudo de opinião de valor não contempla os valores de VLI máximo e mínimo;

Data: 22/06/2020.

Celso Vivan Ponte	Clarissa Melim Saiva	Ricardo Kazuo
Gerente de Setor UA	Gerente de Grupo UA	Assistente Op. Pleno

Assinado eletronicamente por:
F1988238 - CELSO VIVAN PONTE - 23/06/2020 às 10:35
F2062365 - CLARISSA MELIM SAIVA GRAEFF - 23/06/2020 às 15:47
F8603328 - RICARDO KAZUO TSUDA - 22/06/2020 às 16:15
Código Validação: 536648603328UU0
https://www49.bb.com.br/assinatura-digital/#/17,506276,

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 277

Evento:
JUNTADA___REGISTRO_DE_PAGAMENTO___BOLETO_PAGO__1_1____R$_11328
Data:
31/08/2020 10:18:28
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
277

PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

DETALHES DO PAGAMENTO

Processo: 0046696-30.2006.8.24.0038
Nome da Parte: BANCO DO BRASIL S.A.
Número da Guia: 652.479
Situação da Guia: Baixado
Situação do Boleto: Baixado
Data de Pagamento: 28/08/2020
Parcela 1/1
Nosso Número: 28346670003861526
Valor do Documento: R$ 113,28

Itens de Recolhimento

1	Boleto	R$ 3,00
2	Condução de Oficial de Justiça	R$ 69,88
3	Condução de Oficial de Justiça	R$ 40,40

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 278

Evento:
DECURSO_DE_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__271
Data:
04/09/2020 01:07:50
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
278

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 279

Evento:
DECURSO_DE_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__269
Data:
19/09/2020 01:05:18
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
279

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 280

Evento:
EXPEDICAO_DE_MANDADO___JVECEMAN
Data:
23/09/2020 15:55:06
Usuário:
MCPOVOAS - MAURICIO CAVALLAZZI POVOAS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
280

Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville

Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3461-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

MANDADO Nº 310006886397

JUIZ DO PROCESSO: Mauricio Cavallazzi Povoas - Juiz(a) de Direito

OBJETO: **AVALIAÇÃO** dos bens constantes da relação abaixo.

BENS: O imóvel matriculado sob o número 73.620 constituído por um terreno situado nesta cidade, fazendo frente para a rua Realcy Silveira, com 12,50 metros, confrontando pelo lado direito com terras de Terraville Comércio de Imóveis Ltda., lado esquerdo com terras de Osvaldo Giosele, fazendo o travessão dos fundos com 12,50 metros , confrontando com terras da Prefeitura Municipalde Joinville, contendo a área total de 520,62 metros quadrados (lote 2 do desmembramento)

LOCAL DA DILIGÊNCIA: Rua Realcy Silveira, 1035 - Aventureiro - CEP:89226-280 - Joinville/SC

CHAVE DO PROCESSO: **769764036620** - Utilize esta chave, de uso pessoal e intransferível, para a consulta do conteúdo integral do processo na página do sistema eproc do site do Tribunal de Justiça de Santa Catarina na internet. O acesso aos autos digitais via sistema é considerada vista pessoal.

Documento eletrônico assinado por **MAURICIO CAVALLAZZI POVOAS, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310006886397v3** e do código CRC **ce038b4a**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MAURICIO CAVALLAZZI POVOAS
Data e Hora: 23/9/2020, às 15:55:6

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 281

Evento:

RECEBIDO_O_MANDADO_PARA_CUMPRIMENTO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___REFER__AO_EVEN

Data:
23/09/2020 17:41:00

Usuário:
ISAFLORASOUZA - ISAFLORA APARECIDA SOARES DE SOUZA - SERVIDOR CENTRAL DE MANDADOS

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
281

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 282

Evento:

JUNTADA_DE_MANDADO_CUMPRIDO___REFER__AO_EVENTO__280
DATA_DO_CUMPRIMENTO

Data:
03/12/2020 11:17:31

Usuário:
CHAIRES - CHAIRES DE LIMA - OFICIAL DE JUSTIÇA

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
282

Executado:
CONFECCOES SIRPIER LTDA

Prazo:
15 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
04/12/2020 00:00:00

Data Final:
27/01/2021 23:59:59

Suspensões e Feriados:
RECESSO: 21/12/2020 a 06/01/2021
SUSPENSÃO DE PRAZOS COM EXPEDIENTE: 07/01/2021 a 20/01/2021
Dia da Justiça: 08/12/2020

Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Central de Mandados - Joinville

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA E OUTROS

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado extraído dos autos mencionados, compareci no local indicado e, após as formalidades legais, procedi à avaliação do(s) seguinte(s) bem(ns):

BEM(NS): "O imóvel matriculado sob o número 73.620 constituído por um terreno situado nesta cidade, fazendo frente para a rua Realcy Silveira, com 12,50 metros, confrontando pelo lado direito com terras de Terraville Comércio de Imóveis Ltda., lado esquerdo com terras de Osvaldo Giosele, fazendo o travessão dos fundos com 12,50 metros, confrontando com terras da Prefeitura Municipalde Joinville, contendo a área total de 520,62 metros quadrados (lote 2 do desmembramento); com construção em alvenaria inacabada."

AVALIAÇÃO: R$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais).

Lavrei o presente laudo, que subscrevo.

Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Central de Mandados - Joinville

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA E OUTROS

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado extraído dos autos mencionados, compareci no local indicado e, após as formalidades legais, procedi à avaliação dos bem, conforme laudo que segue. Dou fé.

Conduções: 01 Aventureiro

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 283

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
03/12/2020 18:42:50
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
283

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville

Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3130-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

ATO ORDINATÓRIO

As partes ficam intimadas para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem-se sobre a avaliação do bem(evento 282).

Documento eletrônico assinado por **ROSELI SCHMIDT GASINO, Técnica Judiciária** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310009253003v2** e do código CRC **c21173d1**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ROSELI SCHMIDT GASINO
Data e Hora: 3/12/2020, às 18:42:49

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 284

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
03/12/2020 18:42:50
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
284
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
09/12/2020 00:00:00
Data Final:
15/12/2020 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN
Suspensões e Feriados:
Dia da Justiça: 08/12/2020

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 285

Evento:
EXPEDICAO_DE_OFICIO___3_CARTAS
Data:
03/12/2020 18:53:36
Usuário:
JCECYN - JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
285

Poder Judiciário
Justiça Estadual - Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville
Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3130-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

OFÍCIO Nº 310009253355

OBJETO: Fica o destinatário desta INTIMADO para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre a avaliação do bem (evento 282).

CHAVE DO PROCESSO 769764036620: Utilize esta chave, de uso pessoal e intransferível, para a consulta do conteúdo integral do processo na página do sistema eproc do site do Tribunal de Justiça de Santa Catarina na internet. O acesso aos autos digitais via sistema é considerada vista pessoal.

Documento eletrônico assinado por **JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR, Chefe de Cartório**, em 3/12/2020, às 18:53:36, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310009253355v2** e do código CRC **8c031704**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 286

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__284
Data:
04/12/2020 08:52:51
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
286

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 287

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__284
Data:
16/12/2020 01:16:30
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
287

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 288

Evento:
PETICAO
Data:
16/12/2020 09:34:40
Usuário:
SC030425 - JOSÉ ANTÔNIO BROGLIO ARALDI - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
288

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Daniele Oliveira dos Santos Ma
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Exequente: BANCO DO BRASIL S.A.
Executado: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME E OUTROS.

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe de **Execução de Título Extrajudicial** em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME e outros**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador que ao final assina, informar que para que possa se manifestar adequadamente quanto ao laudo de avaliação de evento 282, é necessária a análise prévia de setor interno da Casa Bancária.

Mister frisar que o exequente não pretende descumprir a determinação judicial ou cumpri-la de forma inadequada. Somente requer a dilação do prazo, em mais 30 (trinta) dias, para manifestar-se quanto à avaliação judicial realizada.

No tocante as intimações, independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer deste processo, incluindo todos os incidentes apensos e vinculados, sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de **Luiz Fernando Brusamolin,**

OAB/SC 29.941, sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 15 de dezembro de 2020

Luiz Fernando Brusamolin	**José Antônio Broglio Araldi**	**Carlos H. Santos de Alcântara**
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 289

Evento:
PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL
Data:
16/12/2020 14:07:14
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
289

Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville

Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3130-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

CERTIDÃO

Certifico que procedo a suspensão dos presentes autos pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme requerido pela parte autora na petição referente ao evento 288.

Documento eletrônico assinado por **ROSELI SCHMIDT GASINO, Técnica Judiciária** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310009658967v2** e do código CRC **dc29e6dc**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ROSELI SCHMIDT GASINO
Data e Hora: 16/12/2020, às 14:7:14

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 290

Evento:

JUNTADA_DE_CARTA_PELO_CORREIO___COMPROVANTE_DE_ENTREGA___REFER__AO_EVENTO_

Data:
16/12/2020 15:12:37

Usuário:
VPOST - SISTEMA VPOST - CORREIOS -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
290

Executado:
JAM PIERRE DE OLIVEIRA

Prazo:
5 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
17/12/2020 00:00:00

Data Final:
25/01/2021 23:59:59

Suspensões e Feriados:
RECESSO: 21/12/2020 a 06/01/2021
SUSPENSÃO DE PRAZOS COM EXPEDIENTE: 07/01/2021 a 20/01/2021

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

08/12/2020
LOTE: 12177

AR
9912239933720015-SE/SC
TJ/SC(eproc)
Correios

DESTINATÁRIO

JAM PIERRE DE OLIVEIRA

Rua Alberto T Veiga, 326, -, Iririú

Joinville, SC

89227-553

AR249050042TJ

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª __/__/__ __:__h

2ª __/__/__ __:__h

3ª __/__/__ __:__h

ATENÇÃO:
Posta restante de 10 (dez) dias corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros _____

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

CDD JVE LESTE
10 DEZ 2020
SC

BV

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Leandro Reni de Oliveira
Carteiro
Matrícula 8.707.019-7

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

39 / 100 - OS: 0792469 - VPOST_911359201_121177_68705051.PDF

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 291

Evento:

JUNTADA_DE_CARTA_PELO_CORREIO___COMPROVANTE_DE_ENTREGA___REFER__AO_EVENTO_

Data:
18/12/2020 12:55:44

Usuário:
VPOST - SISTEMA VPOST - CORREIOS -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
291

Executado:
SIRLEI LUCIDONIO MELO

Prazo:
5 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
07/01/2021 00:00:00

Data Final:
27/01/2021 23:59:59

Suspensões e Feriados:
RECESSO: 21/12/2020 a 06/01/2021
SUSPENSÃO DE PRAZOS COM EXPEDIENTE: 07/01/2021 a 20/01/2021

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

08/12/2020
LOTE: 12177

AR
99122399337/2015-SE/SC
TJ/SC(eproc)
Correios

DESTINATÁRIO

SIRLEI LUCIDONIO MELO

rua Realcy Silveira, 1035, -, Aventureiro

Joinville, SC

89200-000

AR249050056TJ

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª 11/12/20 14:__h

2ª __/__/__ __:__h

3ª __/__/__ __:__h

ATENÇÃO:
Posta restante de 10 (dez) dias corridos.

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

CDD JOINVILLE LESTE
11 DEZ 2020
SC

BV

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros _____

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Ismael N. Z. de Andrade
Agente Postal - CDD JVE Leste
Mat. 6090562

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Sirlei L. Melo

DATA DE ENTREGA

11.12.20

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

760657

31 / 100 - OS: 0792246 - VPOST_911359201_12177_68705051.PDF

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 292

Evento:

JUNTADA_DE_CARTA_PELO_CORREIO___COMPROVANTE_DE_ENTREGA___REFER__AO_EVENTO_

Data:
18/12/2020 12:55:53

Usuário:
VPOST - SISTEMA VPOST - CORREIOS -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
292

Executado:
CONFECCOES SIRPIER LTDA

Prazo:
5 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
07/01/2021 00:00:00

Data Final:
27/01/2021 23:59:59

Suspensões e Feriados:
RECESSO: 21/12/2020 a 06/01/2021
SUSPENSÃO DE PRAZOS COM EXPEDIENTE: 07/01/2021 a 20/01/2021

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

08/12/2020
LOTE: 12177

AR
99122399122/2015-SE/SC
TJ/SC(eproc)
Correios

9

DESTINATÁRIO

CONFECCOES SIRPIER LTDA

RUA REALCY SILVEIRA, 1035, -, AVENTUREIRO

Joinville, SC

89226-280

AR249050039TJ

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª 09/12/20 15:50

2ª __/__/__ __:__h

3ª __/__/__ __:__h

ATENÇÃO:
Posta restante de 10 (dez) dias corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros _____

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

CDD JOINVILLE LESTE
11 DEZ 2020

BV

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Ismael Rezende Andrade
Agente Postal - CDD JVE Leste
Matr. 87090562

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA
11/12/20

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

37 / 100 - OS: 0769246 - VPOST_01135920_121177_68705051.PDF

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 293

Evento:
PETICAO
Data:
23/12/2020 17:21:38
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
293

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Daniele Oliveira dos Santos Ma
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Exequente: BANCO DO BRASIL S.A.
Executado: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME E OUTROS.

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe de **Execução de Título Extrajudicial** em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME e outros**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador expor e requerer o que segue.

O exequente vem, manifestar sua **concordância,** com o laudo de avaliação acostado no evento 282, onde avaliado o imóvel de matrícula 73.620 do Registro de Imóveis de Joinville/SC, no importe de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) de modo que requer a sua homologação por este d. Juízo.

Uma vez homologada a avaliação do imóvel, pugna-se pelo prosseguimento do feito, para que sejam designadas datas para a realização de hasta pública, nos termos do art. 880 e seguintes do Código de processo Civil.

Outrossim, o exequente aproveita para indicar o seguinte leiloeiro:

- Ruy Walter Baldissera.
- Email: ruy@baldisseraleiloeiros.com.br
- Telefone p/contato: (49)3323-4245/(49)9 9913-6007.

No tocante as intimações, independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer deste processo, incluindo todos os incidentes apensos e vinculados, sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941,** sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 22 de dezembro de 2020

Luiz Fernando Brusamolin	José Antônio Broglio Araldi	Carlos H. Santos de Alcântara
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

Portal Jurídico Ache fácil

Por NPJ

Processos :: Cadastrar processo

Número do NPJ		
2006/0060455-000	8661 Cadastro: Finalizado	CONFECCOES SIRPIER LTDA ME Situação: Ajuizado - Conhecimento - Inicial

Atender Pedido de Subsídio do processo

Dados do item

Item: Documento

Descrição:

Prezados, solicito que se manifestem quanto ao laudo de avaliação acostado no código de rastreamento 20200015201888, referente ao imóvel de matrícula 73.620 do CRI de Joinville/SC. Obrigada.

Históricos: Exibir

Itens do Subsídio

Documentos

Documentos vinculados

Documentos

Origem: Processos
Tipo de Documento:
N° Rastreamento: 2020/0015941620
Referência:

Observações:

Prezados,
Informamos que o Banco do Brasil concorda com o laudo judicial, considerando que a diferença entre o valor apurado pelo relatório de opinião de valor BB e o laudo judicial é menor do que 30% (Comunicado DIRAO de 31.10.2018, Fale Dirao n° 2018.11.00032 e IN 219-1-2.3.1.8).
Em anexo encontra-se o relatório de opinião de valor BB (rastreamento n°2020/0015941620 - documento interno de uso restrito), para subsidiar manifestação em Juízo
Esta manifestação refere-se apenas a concordância com o valor do bem, não tendo relação com o interesse na adjudicação ou arrematação do mesmo, que deve ser solicitada em novo pedido de subsídio, se necessário.
Att, Sydnei Ruppel Filho - Assistente OP Pleno

Caracteres restantes: 2000

VOLTAR

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 294

Evento:
LEVANTAMENTO_DA_SUSPENSAO_OU_DESSOBRESTAMENTO
Data:
08/01/2021 17:57:55
Usuário:
THAISGFREITAS - THAIS GUIMARAES FREITAS - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
294

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 295

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO
Data:
08/01/2021 17:58:15
Usuário:
THAISGFREITAS - THAIS GUIMARAES FREITAS - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
295

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 296

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__290
Data:
26/01/2021 01:36:40
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
296

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 297

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AOS_EVENTOS__282_291_E_292
Data:
29/01/2021 01:21:11
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
297

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 298

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
21/06/2021 17:43:39
Usuário:
DSBITTAR - DANILO SILVA BITTAR - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
298

Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville

Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3130-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.
EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA
EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA
EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

DESPACHO/DECISÃO

1. Tendo em vista que não foi manifestado o interesse do credor na adjudicação ou na alienação por iniciativa particular do(s) bem(ns) penhorado(s), é imperativa a realização de leilão judicial por leiloeiro público (art. 881 do CPC).

2. Para tanto, acolho a indicação da parte credora (evento - 293) e nomeio para o encargo o leiloeiro Ruy Walter Baldissera. - Email: ruy@baldisseraleiloeiros.com.br.

3. Autorizo o(a) leiloeiro(a) nomeado(a), a quem o acesso aos autos será facilitado, com as cautelas de praxe, a que designe as datas e horários mais apropriados para que o(s) bem(ns) penhorado(s) seja(m) levado(s) à hasta pública.

4. Cumpre ao(à) Sr(a). Leiloeiro(a), nos termos dos arts. 886 e 887 do CPC:

a) pelo menos cinco dias antes da hasta, providenciar e publicar edital comum anunciando a alienação na internet, em página especializada, de notória publicidade, com descrição detalhada e ilustrada dos bens (se possível), e em emissora radiofônica local, buscando atrair o maior número de concorrentes (art. 887, § 1º, 2º e 4º, do CPC);

b) enviar o edital ao cartório para intimação das partes, com antecedência mínima de 40 dias;

c) anunciar no processo o valor (proporcional) das despesas com a publicação do edital;

d) realizar a alienação onde se encontrem os bens, ou no lugar designado pelo juízo;

e) expor aos pretendentes os bens ou as amostras das mercadorias.

5. Positiva a primeira ou a segunda hasta pública, o valor da arrematação deverá ser pago de imediato, mediante depósito judicial ou eletrônico (art. 892, caput, do CPC).

6. De outro lado, negativa a segunda hasta pública, deverá lavrar o respectivo auto negativo, comunicando imediatamente o juízo para posterior pronunciamento.]

7. Desde logo, fica o(a) leiloeiro(a) autorizado, se for o caso, a remover os bens móveis penhorados e constantes da relação do edital, deixando-os em local de acesso ao público interessado, observadas as cautelas legais.

8. Fixo a remuneração do(a) Leiloeiro(a) no equivalente a 5% sobre o valor da venda. Em caso de suspensão ou extinção do feito por acordo das partes, e unicamente nestes casos, quando já iniciados os atos preparatórios para a alienação pública, o(a) leiloeiro(a) fará jus à remuneração pela metade, calculando-se o percentual sobre o valor da avaliação judicial.

9. Compete ao Cartório Judicial, tão logo seja cientificado da(s) data(s) designada(s):

a) afixar o edital da hasta pública no local de costume, certificando nos autos;

b) providenciar a intimação do dia e hora da alienação, com antecedência mínima de cinco dias (art. 889 do CPC):

(i) das partes, por meio de seus procuradores, via DJ-e; se alguma das partes não tiver procurador constituído nos autos, deverá ser intimada por meio de mandado, carta registrada, edital ou outro meio idôneo;

(ii) do coproprietário de bem indivisível cuja fração ideal tenha sido penhorada;

(iii) do titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, bem como do proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, quando o bem for objeto de tais direitos reais;

(iv) dos credores pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, quando a penhora recair sobre bens com tais gravames, caso não sejam parte na execução;

(v) dos promitentes comprador ou vendedor, quando a penhora recair sobre bem ou direito aquisitivo com promessa de compra e venda registrada;

(vi) da União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado.

c) verificar se o(a) devedor(a) é casado(a) e, neste caso, se o(a) cônjuge foi intimado(a) da penhora. Havendo intimação acerca da penhora, é desnecessária a intimação do(a) cônjuge, a qual se perfectibiliza com a expedição do edital. Neste sentido: STJ, REsp 222658/SP, rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, j. 11/6/2002; e, TJSC, Apelação Cível n. 1999.009872-9, de Jaguaruna, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, Segunda Câmara de Direito Comercial, j. 20/2/2003. De outro lado, ausente a intimação da penhora, o(a) consorte deverá ser intimado;

d) fazer chegar ao magistrado o auto de arrematação, assim que juntado, para assinatura dele e do Chefe de Cartório, fato que será certificado na sequência;

e) certificar nos autos o decurso do prazo para a oposição de embargos à arrematação;

f) confeccionar a carta de arrematação após cumpridas todas as providências acima e pago o respectivo valor, bem como as demais despesas da alienação.

10. Intimem-se desta decisão as partes, o(a) leiloeiro(a) nomeado(a), bem como eventuais credores com garantia real acerca desta decisão.

Documento eletrônico assinado por **DANILO SILVA BITTAR, Juiz Substituto** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310015686335v2** e do código CRC **05a2a285**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): DANILO SILVA BITTAR
Data e Hora: 21/6/2021, às 17:43:39

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 299

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
21/06/2021 17:43:39
Usuário:
DSBITTAR - DANILO SILVA BITTAR - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
299
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
24/06/2021 00:00:00
Data Final:
14/07/2021 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 300

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
21/06/2021 17:43:39
Usuário:
DSBITTAR - DANILO SILVA BITTAR - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
300
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
24/06/2021 00:00:00
Data Final:
14/07/2021 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 301

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__299
Data:
23/06/2021 08:53:15
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
301

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 302

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__300
Data:
23/06/2021 08:53:24
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
302

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 303

Evento:

ALTERADA_A_PARTE___EXCLUSAO___SITUACAO_DA_PARTE_TATIANE_DOS_SANTOS_DUARTE___

Data:
24/06/2021 17:34:05

Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
303

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 304

Evento:
EXPEDICAO_DE_OFICIO
Data:
28/06/2021 12:14:12
Usuário:
JCECYN - JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
304

Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville

Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3130-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

OFÍCIO Nº 310015871927

JUIZ DO PROCESSO: DANILO SILVA BITTAR
EXEQUENTE : BANCO DO BRASIL S.A.
EXECUTADO : CONFECCOES SIRPIER LTDA

OBJETO: Fica o destinatário desta INTIMADO da sua nomeação como leiloeiro nos presentes autos, conforme decisão (evento 298), cuja cópia segue anexa.

Documento eletrônico assinado por **JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR, Chefe de Cartório**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310015871927v3** e do código CRC **70c0f319**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR
Data e Hora: 28/6/2021, às 12:14:12

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 305

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___EMAIL_ENVIADO
Data:
08/07/2021 10:57:56
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
305

Justiça Estadual

Informações do Email Enviado

De: joinville.bancario2@tjsc.jus.br
Para: ruy@baldisseraleiloeiros.com.br
Assunto: Ofício de Nomeação para o Encargo de Leiloeiro nos Autos n.0046696-30.2006.8.24.0038

Boa tarde,
segue ofício anexo para as devidas providências.

[Email enviado pelo sistema eprocSC da Justiça Estadual]

Anexos

Evento 298-DESPADEC1.pdf
Evento 304-OFIC1.pdf

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 306

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AOS_EVENTOS__299_E_300
Data:
15/07/2021 01:05:44
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
306

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 307

Evento:
PETICAO
Data:
06/08/2021 10:38:25
Usuário:
PER004326 - RUY WALTER BALDISSERA - PERITO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
307

Ruy W. Baldissera
LEILOEIRO OFICIAL E RURAL - JUCESC AARC 013 E FAESC 043
Marinilce Viana Quadrado
PREPOSTA DO LEILOEIRO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

PROCESSO Nº **0046696-30.2006.8.24.0038 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**
EXEQUENTE: **BANCO DO BRASIL S/A**
EXECUTADO(A): **CONFECÇÕES SIRPIER LTDA, JAM PIERRE DE OLIVEIRA E SIRLEI LUCIDONIO MELO**

RUY WALTER BALDISSERA, Leiloeiro Oficial, matriculado na JUCESC sob o nº AARC 013 e FAESC nº 043, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

1 – Que, foi nomeado para atuar nos autos em epígrafe, tendo designado os dias **29/09/2021 e 13/10/2021**, às **16:00 horas**, para realização do 1º e 2º Leilão/Praça, respectivamente, na modalidade **ELETRÔNICO**, através do site www.baldisseraleiloeiros.com.br.

2 – Desta feita, **encaminha o respectivo Edital**[1], que será devidamente **publicado no site supracitado**, de domínio deste profissional; e, www.leiloesdajustica.com.br, conforme artigo 887, CPC.

3 – Para efetivação dos atos alienatórios requer as seguintes **intimações, conforme matrícula:**

a) EXECUTADO, **JAM PIERRE DE OLIVEIRA e cônjuge SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA;**

[1] Edital de Leilão;



Ruy W. Baldissera
LEILOEIRO OFICIAL E RURAL - JUCESC AARC 013 E FAESC 043
Marinilce Viana Quadrado
PREPOSTA DO LEILOEIRO

4 – Também, requer à Vossa Excelência, que determine às **providências de Lei para o feito (intimações),** e que seja fixado o Edital no mural do Fórum.

5 – Não obstante, requer seja determinado à Contadoria, quando da **apresentação de cálculos para os casos de suspensão dos atos alienatórios por acordo, remição da execução ou adjudicação, deverá incidir Comissão de Leiloeiro**, computada na forma da Portaria desta Comarca, a ser depositado na **conta nº 9.850-7, agência 0321-2, Banco do Brasil S/A.**, **CPF: 031.943.029-49**, em favor do subscritor.

Nesses Termos,
Pede Deferimento

Chapecó (SC), 05 de agosto de 2021.

RUY WALTER BALDISSERA
Leiloeiro Oficial

Ruy W. Baldissera
LEILOEIRO OFICIAL E RURAL - JUCESC AARC 013 E FAESC 043
Marinilce Viana Quadrado
PREPOSTA DO LEILOEIRO

PODER JUDICIÁRIO JUIZO DE DIREITO
2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE (SC)

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA E INTIMAÇÃO - ELETRÔNICO
(Extrato dos artigos 886 e seguintes, do CPC)

1ºLEILÃO/PRAÇA: **29 de setembro de 2021** - (Lanço não inferior à avaliação).
2ºLEILÃO/PRAÇA: **13 de outubro de 2021** - (A quem mais der).
HORÁRIO: **16:00 horas**.
LOCAL/SITE: **www.baldisseraleiloeiros.com.br**

RUY WALTER BALDISSERA, Leiloeiro Oficial, JUCESC nº AARC 013/89SC e FAESC n° 043, e/ou MARINILCE VIANA QUADRADO (Preposta de Leiloeiro), indicado pelo(s) Credor(a) na forma do **artigo 883, do Código de Processo Civil,** e devidamente autorizado pelo(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Direito Bancário desta Comarca, venderá em Público Leilão/Praça, na forma da Lei, em dia, hora e local, supracitados, o(s) bem(ns) penhorado(s), à saber:

PROCESSO Nº **0046696-30.2006.8.24.0038 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** EXEQUENTE: **BANCO DO BRASIL S/A** (PROCURADOR(A): LUIZ F. BRUSAMOLIN) EXECUTADO(A): **CONFECÇÕES SIRPIER LTDA, JAM PIERRE DE OLIVEIRA E SIRLEI LUCIDONIO MELO** BEM(NS): "**Imóvel matrícula nº 73.620, do ORI dessa Comarca:** Um terreno, situado no Município de Joinville (SC), fazendo frente para a rua Realcy Silveira, com 12,50 metros, tendo de fundos em ambos os lados 41,65 metros, confrontando pelo lado direito com terras de Terraville Comércio de Imóveis Ltda; lado esquerdo com terras de Osvaldo Giosele, fazendo o travessão dos fundos com 12,50 metros, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Joinville (SC), contendo a área total de 520,62m²; **Benfeitoria(s):** com construção em alvenaria inacabada. Avaliados em R$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil Reais) em 03/12/2020." **ÔNUS: R.2 e R.3/73.620: Hipoteca cedular de 1° e 2° graus, em favor do Banco do Brasil S/A; R.5/73.620: Penhora nos autos n° 03806.046677-1, da 5ª Vara Cível desta Comarca, Exequente Banco do Brasil S/A. Depositário(a):** Jam Pierre de Oliveira – Rua Alberto T. Veiga, 326, Bairro Iririú, Joinville (SC).

Escritório e Depósito | Rua Rio de Janeiro, 115-D | Centro | Chapecó | SC | Depósito | Área Rural | Acesso BR 282 | Cordilheira Alta | SC
E-mail | ruy@baldisseraleiloeiros.com.br | Site | www.baldisseraleiloeiros.com.br | Leilão Presencial | Eletrônico
Telefone | (49) 3323-4245 | What'sApp | (49) 9 9913-6007

O leilão será realizado de forma **ELETRÔNICA** através do site **www.baldisseraleiloeiros.com.br**, onde serão aceitos lances a partir da publicação do Edital. No ato do pregão, o(a) Leiloeiro(a) iniciará o ato consultando a existência, ou não, de lances ofertados via internet, passando então, a receber novas propostas.

Os lances ELETRÔNICOS são irrevogáveis e irretratáveis, sendo o usuário responsável pelo correto cadastro e pelas ofertas registradas, aceitando as condições de participação, não podendo os lances ser anulados e/ou cancelados. Para efetivação do cadastro na internet, é obrigatório encaminhar a documentação exigida (CI/IE, CPF/CNPJ, contrato social quando for o caso e comprovante de endereço), ocasião em que será aprovado ou não referido cadastro. Será considerado vencedor o maior lance registrado, encerrando-se o ato com a batida do martelo.

Os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de recusa do(a) Leiloeiro(a), por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas no sistema, da conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. Ao optar por esta forma de participação no leilão, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito.

As pessoas físicas e/ou jurídicas que tiverem seu cadastro online aprovado, automaticamente estarão outorgando poderes a(o) Leiloeiro(a) Oficial para assinar em seu nome o(s) Auto(s) de Arrematação, sendo que posteriormente será encaminhado a respectiva Guia de Recolhimento Judicial – GRJ, para pagamento.

No(s) processo(s) relacionado(s): **ÔNUS/RECURSOS:** Nada consta, ou está informado no respectivo processo. As avaliações poderão ser atualizadas quando dos pregões. Sobre o valor da arrematação ou adjudicação, incide Comissão de Leiloeiro(a) no percentual de 5% e, na hipótese de suspensão, extinção, acordo ou remição da execução, conforme disposto na(s) Portaria(s) desta Comarca e pela Resolução n° 236, de 13/07/16 do Conselho Nacional de Justiça, que é responsabilidade do Arrematante, Remitente ou Adjudicante.

O(s) bem(ns) será(ão) vendidos no estado de conservação em que se encontra(m) não cabendo ao Juízo de Direto e/ou a(o) Leiloeiro(a) Oficial quaisquer responsabilidades quanto a consertos, encargos sociais, transporte e transferência patrimonial do(s) bem(ns) arrematado(s). Sendo a ARREMATAÇÃO FORMA DE AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA. É de exclusiva atribuição do(s) Arrematante(s), Remitente(s) ou Adjudicante(s) a prévia verificação da situação do(s) bem(ns) supracitado(s).

Escritório e Depósito | Rua Rio de Janeiro, 115-D | Centro | Chapecó | SC | Depósito | Área Rural | Acesso BR 282 | Cordilheira Alta | SC
E-mail | ruy@baldisseraleiloeiros.com.br | Site | www.baldisseraleiloeiros.com.br | Leilão Presencial | Eletrônico
Telefone | (49) 3323-4245 | What'sApp | (49) 9 9913-6007



Ruy W. Baldissera
LEILOEIRO OFICIAL E RURAL - JUCESC AARC 013 E FAESC 043
Marinilce Viana Quadrado
PREPOSTA DO LEILOEIRO

Ficam intimadas as partes através deste Edital caso não o sejam pelo Sr. Oficial de Justiça, seus cônjuges ou companheiros, se casados forem, bem como os Credores pignoratícios, hipotecários, anticréticos, fiduciário, caso não sejam encontrados, por qualquer razão, pelo Sr. Oficial de Justiça, valendo o presente como Edital de Intimação, conforme artigo 889 CPC, encaminhando cópia a ser afixada no local de costume.

Ao(s) interessado(s) em adquirir o(s) bem(ns) objeto(s) deste Edital, poderão arrematar À VISTA. Para arrematação na forma PARCELADA, realizar-se-á através de proposta escrita antes do leilão, com oferta de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) à vista, e o saldo em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca quando se tratar de imóvel, na forma do artigo 895, CPC. Destacando que o pagamento à vista, será preferencial as propostas de pagamento a prazo, que serão apreciadas pelo Douto Juízo.

Maiores informações no Fórum da Comarca, ou com o Leiloeiro Oficial, através do PABX: (49) 3323-4245. Site: www.baldisseraleiloeiros.com.br e/ou www.leiloesdajustica.com.br (e-mail: ruy@baldisseraleiloeiros.com.br).

RUY WALTER BALDISSERA
Leiloeiro Oficial

Cadastre-se no nosso site para participar dos leilões e receber editais!

www.baldisseraleiloeiros.com.br
facebook.com/baldisseraleiloeiros
ruy@baldisseraleiloeiros.com.br

Escritório e Depósito | Rua Rio de Janeiro, 115-D | Centro | Chapecó | SC | Depósito | Área Rural | Acesso BR 282 | Cordilheira Alta | SC
E-mail | ruy@baldisseraleiloeiros.com.br | Site | www.baldisseraleiloeiros.com.br | Leilão Presencial | Eletrônico
Telefone | (49) 3323-4245 | What'sApp | (49) 9 9913-6007

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 308

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
06/08/2021 19:22:44
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
308

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville

Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3130-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

ATO ORDINATÓRIO

Ficam intimadas as partes de que foram designadas as datas 29/09/2021 e 13/10/2021, às 16:00 horas, para realização do 1° e 2° Leilão/Praça, respectivamente, na modalidade ELETRÔNICO, através do site www.baldisseraleiloeiros.com.br, conforme petição e edital de leilão (evento 307).

Documento eletrônico assinado por **ROSELI SCHMIDT GASINO, Técnica Judiciária** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310017582550v3** e do código CRC **b9c209ca**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ROSELI SCHMIDT GASINO
Data e Hora: 6/8/2021, às 19:22:44

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 309

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
06/08/2021 19:22:44
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
309
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
11/08/2021 00:00:00
Data Final:
31/08/2021 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 310

Evento:
EXPEDICAO_DE_OFICIO___3_CARTAS
Data:
09/08/2021 14:48:58
Usuário:
JCECYN - JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
310

Poder Judiciário
Justiça Estadual - Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville
Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3130-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

OFÍCIO Nº 310017607469

OBJETO: Fica o destinatário desta INTIMADO de que o imóvel objeto de penhora nos presentes autos, matrícula 73.620, registrado no 1º Registro de Imóveis desta Comarca, será levado a hasta pública.

Foram designadas as datas 29/09/2021 e 13/10/2021, às 16:00 horas, para realização do 1° e 2° Leilão/Praça, respectivamente, na modalidade ELETRÔNICO, através do site www.baldisseraleiloeiros.com.br, conforme petição e edital de leilão (evento 307).

CHAVE DO PROCESSO 769764036620: Utilize esta chave, de uso pessoal e intransferível, para a consulta do conteúdo integral do processo na página do sistema eproc do site do Tribunal de Justiça de Santa Catarina na internet. O acesso aos autos digitais via sistema é considerada vista pessoal.

Documento eletrônico assinado por **JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR, Chefe de Cartório**, em 9/8/2021, às 14:48:58, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310017607469v3** e do código CRC **c3e32593**.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 311

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__309
Data:
10/08/2021 02:09:22
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
311

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 312

Evento:

JUNTADA_DE_CARTA_PELO_CORREIO___DEVOLVIDA_SEM_CUMPRIMENTO___REFER__AO_EVENT

Data:
19/08/2021 13:06:32

Usuário:
VPOST - SISTEMA VPOST - CORREIOS -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
312

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

12/08/2021
LOTE: 27223

AR
9912239931172015-SE/SC
TJ/SC(eproc)
Correios

9

DESTINATÁRIO

CONFECCOES SIRPIER LTDA

Rua Realcy Silveira, 1035, -, Aventureiro

Joinville, SC

89226-280

AR31122363TJ

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª __/__/__ __:__h

2ª __/__/__ __:__h

3ª __/__/__ __:__h

ATENÇÃO:
Posta restante de 10 (dez) dias corridos.

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
CDD JOINVILLE LESTE
16 AGO 2021

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- [X] 1 Mudou-se
- [ ] 2 Endereço insuficiente
- [ ] 3 Não existe o número
- [ ] 4 Desconhecido
- [ ] 5 Recusado
- [ ] 6 Não procurado
- [ ] 7 Ausente
- [ ] 8 Falecido
- [ ] 9 Outros

BV

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Ismael R. Z. de Andrade
Agente Postal - CDD JVE Leste
Matr. 87090562

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

AO REMETENTE

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

__/__/__

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

113 / 200 - OS: 1236631 - VPOST_9911359201_27223_68705051.PDF

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 313

Evento:

JUNTADA_DE_CARTA_PELO_CORREIO___COMPROVANTE_DE_ENTREGA___REFER__AO_EVENTO_

Data:
19/08/2021 13:06:32

Usuário:
VPOST - SISTEMA VPOST - CORREIOS -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
313

Executado:
JAM PIERRE DE OLIVEIRA

Prazo:
15 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
20/08/2021 00:00:00

Data Final:
10/09/2021 23:59:59

Suspensões e Feriados:
Independência do Brasil: 07/09/2021

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

12/08/2021
LOTE: 27223

AR
PN: 22399132/2021-DR/SC
TJ/SC(eproc)
Correios

9

DESTINATÁRIO

JAM PIERRE DE OLIVEIRA

Rua Alberto T Veiga, 326, -, Iririú

Joinville, SC

89227-553

AR31122137TJ

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª __/__/__ __:__h

2ª __/__/__ __:__h

3ª __/__/__ __:__h

ATENÇÃO:
Posta restante de 10 (dez) dias corridos.

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

CDD JVE LESTE
16 AGO 2021
BV SC

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros _____

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Leandro Reni de Oliveira
Carteiro
Matrícula 8.707.019-7

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA 16/8/21

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

117/200 - OS: 123631 - VPOST_911359201_27223_68705051.PDF

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 314

Evento:

JUNTADA_DE_CARTA_PELO_CORREIO___COMPROVANTE_DE_ENTREGA___REFER__AO_EVENTO_

Data:
27/08/2021 18:26:06

Usuário:
VPOST - SISTEMA VPOST - CORREIOS -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
314

Executado:
SIRLEI LUCIDONIO MELO

Prazo:
15 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
30/08/2021 00:00:00

Data Final:
20/09/2021 23:59:59

Suspensões e Feriados:
Independência do Brasil: 07/09/2021

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

12/08/2021
LOTE: 27223

AR
99122399332/2015-SE/SC
TJ/SC(eproc)
Correios

DESTINATÁRIO

SIRLEI LUCIDONIO MELO

rua Realcy Silveira, 1035, -, Aventureiro

Joinville, SC

89200-000

AR311221385TJ

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª __/__/__ __:__h

2ª __/__/__ __:__h

3ª __/__/__ __:__h

ATENÇÃO:
Posta restante de 10 (dez) dias corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros _____

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

CDD JOINVILLE LESTE
20 AGO 2021
BV

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Willian Alves Martins
Mat. 8.710.600-0
CDD JOINVILLE

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR Sirlei Lucidonio Melo

DATA DE ENTREGA 20/08/21

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR INFORMADO PELO EMPREGADO

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE [illegible]

99 / 200 - OS: 1236631 - VPOST_91135920 1_27223_68705C51.PDF

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 315

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___PRORROGADO_PRAZO__ART__7º_I_E_II_RESOLUCAO_CONJUNTA_GP

Data:
01/09/2021 01:04:36

Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
315

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 316

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__309
Data:
02/09/2021 01:09:49
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
316

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 317

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
06/09/2021 15:12:51
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
317

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville

Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3130-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

ATO ORDINATÓRIO

Certifico que a correspondência encaminhada para citação/intimação da parte passiva foi devolvida pelos correios. Fica intimada a parte ativa para se manifestar sobre a correspondência devolvida no prazo de 10 dias: (eventos 312/313).

Documento eletrônico assinado por **ROSELI SCHMIDT GASINO, Técnica Judiciária** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310018764150v2** e do código CRC **cd67ec0e**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ROSELI SCHMIDT GASINO
Data e Hora: 6/9/2021, às 15:12:51

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 318

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
06/09/2021 15:12:52
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
318
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
10 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
13/09/2021 00:00:00
Data Final:
24/09/2021 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 319

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__318
Data:
10/09/2021 01:12:11
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
319

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 320

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__313
Data:
11/09/2021 01:12:12
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
320

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 321

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__314
Data:
21/09/2021 01:16:02
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
321

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 322

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__318
Data:
21/09/2021 10:19:22
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
322

Livro : 2641
FLS : 175
Prot : 707475

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS
DE TAGUATINGA - DF
Ronaldo Ribeiro de Faria - Tabelião
QNA 04, LOTES 32/34, (PRAÇA DO DI) - TAGUATINGA - DF - CEP: 72.110-040
FONE: (61) 3961-8900 / 3351-8787
Site: www.cartorio5df.com.br - e-mail: atendimento@cartorio5df.com.br

CARTÓRIO 5º OFÍCIO DE NOTAS - Antonia Elizabeth Fonseca Ferreira - Escrevente - TAGUATINGA - DF

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que revendo os livros existentes neste notariado, dentre eles, no de número 2641, às fls. 175 (cento e setenta e cinco), verifiquei constar o seguinte teor:

P R O C U R A Ç Ã O bastante que faz(em):**BANCO DO BRASIL S/A**

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze **(11/12/2015)**, nesta cidade de Taguatinga, Distrito Federal, em Cartório, lavro este instrumento público, em que, comparece(m) como outorgante(s), **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, sediado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre I, 8º Andar, Edifício Banco do Brasil, em Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o número 00.000.000/0001-91, com seus atos constitutivos registrados e arquivados no Departamento Nacional do Registro do Comércio sob o número 83, neste ato representado, na forma prevista no artigo 27 do Estatuto, por seu Diretor Jurídico, **ANTONIO PEDRO DA SILVA MACHADO**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB-DF sob nº 1.739-A e OAB-SC 7.459, portador da carteira de identidade nº 2.594.785-SSP/DF e do CPF nº 239.664.400-91, residente nesta Capital e domiciliado na Sede da Empresa, investido na função conforme decisão do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. em reunião em 16 de setembro de 2013, cuja ata foi registrada sob o nº 20130880639 na Junta Comercial do Distrito Federal em 08 de outubro de 2013; identificado(a)(s) como o(a)(s) próprio(a)(s) em face dos documentos que me foram exibidos e de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ele(a)(s) me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia(m) e constitui(em) seu(ua)(s) procurador(a)(es)(as), **NELSON PILLA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 31.773 e no CPF/MF sob o nº 349.722.000-06, **MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA,** brasileiro, separado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 31.856 e no CPF/MF sob o nº 437.205.280-49, **LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 29.941 e no CPF/MF sob o nº 942.867.109-63, **MAURÍCIO KAVINSKI,** brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 31.712 e no CPF/MF sob o nº 796.457.049-87 e **JOSÉ ANTÔNIO BROGLIO ARALDI**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 30.425 e no CPF/MF sob o nº 804.777.040-34, sócios da sociedade de advogados **LESSA, PILLA, BRUSAMOLIN, KAVINSKI & ADVOGADOS ASSOCIADOS,** registrada na OAB/SC sob o nº 1867, inscrita no CNPJ/MF nº 04.074.640/0003-69, sediada na Rua Tenente Silveira, nº 225, sala 706, Centro, Florianópolis-SC (dados fornecidos por declaração, ficando o Outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção), que foi credenciada e contratada ao amparo do Edital de Licitação nº 2013/016655 (7421) SL, para prestar serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica ao Outorgante, no Estado de Santa Catarina, de acordo e nos limites do(s) contrato(s) administrativo(s) entabulado(s) com o Banco do Brasil. Ficam conferidos aos procuradores os poderes necessários à defesa dos interesses do Outorgante nas esferas administrativa e extrajudicial, além dos poderes da cláusula ***ad judicia***, para a prática de atos em processos no âmbito cível, fiscal, administrativo, previdenciário, trabalhista e penal, para: atuar em primeiro e segundo graus de jurisdição, nos juizados especiais, colégios e turmas recursais, compreendendo inclusive interpor recursos e apresentar contrarrazões a recursos interpostos aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal, apenas **ressalvado** que o acompanhamento de processos e a atuação nesses tribunais ficarão exclusivamente a cargo dos advogados empregados do Outorgante, propor e contestar ações, reconvir, nomear e impugnar peritos, prestar informações e usar de todos os recursos em direito permitidos, requerer falências, declarar ou impugnar créditos, praticar todos os atos necessários em processos de recuperação judicial ou extrajudicial, inclusive em assembleias de credores , representar o Outorgante perante órgãos públicos, solicitar informações escritas necessárias ao desempenho dos poderes ora outorgados, e ainda os **poderes especiais**, quando autorizados pelo Outorgante, de: reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber e dar quitação em autos de processo judicial, com recebimento de créditos do Outorgante somente mediante depósito judicial em favor do Outorgante, firmar compromisso, apresentar reclamação e representação correicional e ingressar em recinto, repartição ou outro local no qual esteja sendo realizada assembleia ou reunião de que tenha interesse, participe ou possa participar o Outorgante, ou perante a qual este deva ou tenha interesse em comparecer, para, em quaisquer processos ou procedimentos contenciosos judiciais ou administrativos, inclusive de recuperação judicial ou extrajudicial, defender os direitos e interesses do Outorgante, podendo impetrar mandados de segurança, propor ações rescisórias, opor exceção de qualquer natureza, solicitar abertura de inquéritos policiais, oferecer queixas-crime com observância ao artigo 44 do Código de Processo Penal, apresentar representação, ajuizar medidas cautelares, preventivas ou assecuratórias, bem como incidente de falsidade na esfera penal; receber intimações para ciência e andamento dos respectivos pleitos, exceto as que, por força de lei, devam ser feitas unicamente ao Outorgante. Fica **vedado** ao(s) outorgado(s) o levantamento do valor depositado em favor do Outorgante, podendo o(s) Outorgado(s), no entanto, requerer a expedição de alvará de

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS
DE TAGUATINGA - DF

Ronaldo Ribeiro de Faria - Tabelião

QNA 04, LOTES 32/34, (PRAÇA DO DI) - TAGUATINGA - DF - CEP: 72.110-040
FONE: (61) 3961-8900 / 3351-8787
Site: www.cartorio5df.com.br - e-mail: atendimento@cartorio5df.com.br

levantamento apenas em nome do Outorgante e retirá-lo em cartório ou serventia judicial para entrega ao Outorgante. Deste modo, ao(s) Outorgado(s) fica vedada a retirada de alvará de levantamento de valores a favor do Outorgante, ainda que o alvará tenha sido expedido indevida ou equivocadamente em nome do(s) Outorgado(s), bem como requerer que os alvarás cujos valores sejam destinados ao Outorgante sejam expedidos em nome do(s) Outorgado(s). Os poderes ora outorgados poderão ser exercidos conjunta ou individualmente. O presente mandato ratifica todos os atos praticados. Os poderes ora conferidos aos Outorgados podem ser substabelecidos, com reserva. Esclareço ao(s) outorgante(s) o significado deste ato após o que lhe(s) li em voz alta e pausada o presente instrumento que aceitou(aram) e assinou(aram). DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS DE ACORDO COM A LEI. DOU FÉ. **(aa.)ELIENE GOMES LIMA SAMPAIO SILVA, Escrevente Autorizada, ANTONIO PEDRO DA SILVA MACHADO**. Nada mais. Era o que se continha em dito livro e folhas, com relação ao pedido de protocolo nº **82362**, de onde fiz extrair a presente certidão, a qual me reporto e dou fé. Guia de recolhimento **nº 00399801,** no valor de **R$ 10,70,** referente aos emolumentos cartorários desta certidão. Selo digital desta certidão nº TJDFT20210100380016JKSR. Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Brasília, 16 de agosto de 2021

Em Testemunho da verdade

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS
Antonia Elizabeth Fonseca Ferreira
Escrevente
TAGUATINGA - DF

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, substabelecemos, com reserva de iguais, nas pessoas da:

Filial Paraná:

ANDRÉA CRISTIANE GRABOVSKI, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PR 36.223, PRISCILLA AURELIO RODRIGUES DOS REIS, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PR 58.000; estas com escritório profissional sito à Rua Padre Anchieta, 2286, sobreloja – Bigorrilho, CEP 80.730-000, Curitiba/PR, Fone (41) 3017-5650, Fax (41) 3017-5682.

Matriz Rio Grande do Sul:

JOSÉ ANTÔNIO BROGLIO ARALDI, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 60.292, estes com escritório profissional sito à Rua Felizardo Furtado, 8, sala 3, CEP 90670-090, Porto Alegre/RS, Fone/Fax (51) 3397-1169.

Filial Santa Catarina:

CARLOS H. SANTOS DE ALCÂNTARA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SC 19.756, com escritório profissional sito à Rua XV de Novembro, nº 153, Sl 301, Ed. João Moritz, Centro, CEP 88.010-400, Florianópolis/SC, Fone (48) 3333-0335.

Filial Goiás:

MARDEN GONTIJO FRANÇA FILHO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/GO 29.639, com escritório profissional sito à Rua 18, nº 282, Sala 03, Setor Oeste, CEP 74.120-080, Goiânia/GO.

Todos com endereço eletrônico intimacoes@lpbk.adv.br

Os poderes que nos foram conferidos no instrumento de mandato retro.

Observação: independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer-se que todas e quaisquer intimações deste processo sejam feitas – **EXCLUSIVAMENTE**-em nome de **NELSON PILLA FILHO, OAB/GO33.722 e OAB/RS41.666, LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, OAB/PR21.777 e OAB/SC29.941** sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no art. 236, §1º do CPC/1973 e 272, §2º do CPC/2015.

Porto Alegre (RS), 8 de julho de 2019.

NELSON PILLA FILHO
OAB/PR– 58.341
OAB/RS– 41.666
OAB/SC– 31.773
OAB/GO– 33.722
OAB/SP– 294,164
OAB/RJ– 209.644

LUIZFERNANDOBRUSAMOLIN
OAB/PR – 21.777
OAB/RS – 78688A
OAB/SC–29.941
OAB/GO 33.723
OAB/SP - 323.791

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Daniele Oliveira dos Santos Ma
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Exequente: BANCO DO BRASIL S.A.
Executado: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME E OUTROS

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe de **Execução de Título Extrajudicial** em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME E OUTROS**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador expor e requerer o que segue.

Conforme se depreende dos autos, verifica-se que a Casa Bancária está sendo intimada acerca do retorno negativo dos ARs de evento 312 e 313, a fim de informar os executado Jam Pierre de Oliveira e Confecções Sirpier, dos leilões designados nos autos.

Pois bem, em relação ao executado Jam Pierre de Oliveira, requer-se seja expedido mandado de intimação acerca das hastas publicadas designadas, no endereço em que efetivada a citação do executado (fls.25), qual seja: Rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro – CEP: 89.226-280, Joinville-SC.

Cumpre frisar que o exequente está diligenciando o recolhimento das custas para cumprimento da diligência do Oficial de justiça e, dentro do prazo de 05 (cinco) dias o comprovante será vinculado ao sistema.

Outrossim quanto ao executado Confecções Sirpier, considerando o retorno negativo do AR de evento 312, com a informação de "mudou-se", tendo em vista que a carta de intimação foi expedida no mesmo endereço em que efetivada a citação da parte e este por sua vez não comunicou ao juízo, requer seja considerada realizada a intimação acerca dos leilões designados nos autos, com fulcro nos arts. 77, V e parágrafo único do art. 274, ambos do Código de Processo Civil.

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

No tocante as intimações, independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer deste processo, incluindo todos os incidentes apensos e vinculados, sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941,** sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 17 de setembro de 2021

Luiz Fernando Brusamolin	**José Antônio Broglio Araldi**	**Carlos H. Santos de Alcântara**
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 323

Evento:
JUNTADA___GUIA_GERADA___BANCO_DO_BRASIL_S_A____GUIA_2343908___R$_8142
Data:
21/09/2021 15:15:15
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
323

PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

DETALHES DA GUIA

Para efetuar o pagamento da guia, acesse a área de custas e escolha a forma de pagamento.

Processo:	0046696-30.2006.8.24.0038
Nome da Parte:	BANCO DO BRASIL S.A.
Número:	2.343.908
Tipo:	Custas Intermediarias
Data de Geração:	21/09/2021
Situação:	Em aberto
Valor:	R$ 81,42

Itens de recolhimento

	Inclusao	Item	Valor
1	21/09/2021	Condução de Oficial de Justiça	R$ 81,42

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 324

Evento:

JUNTADA___BOLETO_GERADO___1_BOLETO_GERADO___GUIA_2343908_SUBGUIA_1328823

Data:
21/09/2021 15:15:26

Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
324

ATENÇÃO: NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO

Vara/Cartório: 2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville
Tarifa Bancária R$ 3,28

Guia ou Subguia:1328823 Processo Judicial: 00466963020068240038

Clique aqui e pague este boleto através de Auto Atendimento Pessoa Física
Clique aqui e pague este boleto através de Auto Atendimento Pessoa Jurídica

Recibo do Pagador

| 001-9 | 00190.00009 02834.667509 00558.704177 6 87600000008470

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
BANCO DO BRASIL S.A. CPF/CNPJ: 00.000.000/0001-91 Endereco: PRAÇA QUINZE DE NOVEMBRO 321 CENTRO FLORIANÓPOLIS SC 88010400

Nosso Número	Nr. Documento	Data de Vencimento	(=) Valor do Documento	(=) Valor Pago
5000558704	5000558704	01/10/2021	84,70	

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina CPF/CNPJ: 83.845.701/0001-59 R. Dr. Álvaro Milen da Silveira, 208, FLORIANOPOLIS - SC CEP: 88020-901

Agência/Código do Beneficiário	Autenticação Mecânica
3582-3 / 34000-6	

| 001-9 | 00190.00009 02834.667509 00558.704177 6 87600000008470

Local de Pagamento	Data de Vencimento
PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO	01/10/2021
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina CPF/CNPJ: 83.845.701/0001-59	Agência/Código do Beneficiário: 3582-3 / 34000-6

Data do Documento	Nr. Documento	Espécie DOC	Aceite	Data do Processamento	Nosso Número
21/09/2021	5000558704		N	21/09/2021	5000558704
Uso do Banco	**Carteira**	**Espécie**	**Quantidade**	**xValor**	**(=) Valor do Documento**
5000558704	17	R$			84,70

Informações de Responsabilidade do Beneficiário	(-) Desconto/Abatimento
ATENÇÃO: NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO Recolhimento Referente: Do Oficial de Justiça (212) Custas referentes ao processo: 0046696-30.2006.8.24.0038 Instância: EST1 Contexto: P O vencimento do boleto não influencia a contagem dos prazos processuais. Vara/Cartório: 2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville Guia ou Subguia:1328823 Processo Judicial: 00466963020068240038 Tarifa Bancária R$ 3,28	(+) Juros/Multa (=) Valor Cobrado

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço	Código de Baixa
BANCO DO BRASIL S.A. CPF/CNPJ: 00.000.000/0001-91 Endereco: PRAÇA QUINZE DE NOVEMBRO 321 CENTRO FLORIANÓPOLIS SC 88010400	

Sacador/Avalista — Autenticação Mecânica — **Ficha de Compensação**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 325

Evento:
EXPEDICAO_DE_MANDADO___JVECEMAN
Data:
28/09/2021 12:11:11
Usuário:
JCECYN - JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
325

Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville

Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3130-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

MANDADO Nº 310019613066

JUIZ DO PROCESSO: Fernando Seara Hickel - Juiz(a) de Direito

OBJETO: INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) a seguir relacionada(s) de que o imóvel objeto de penhora nos presentes autos, matrícula 73.620, registrado no 1º Registro de Imóveis desta Comarca, será levado a hasta pública.

F**oram designadas as datas 29/09/2021 e 13/10/2021, às 16:00 horas, para realização do 1° e 2° Leilão/Praça, respectivamente, na modalidade ELETRÔNICO, através do site www.baldisseraleiloeiros.com.br, conforme petição e edital de leilão (evento 307).**

DESTINATÁRIO(S): **JAM PIERRE DE OLIVEIRA,CPF: 631.161.979-20,** podendo ser encontrado à Rua Realcy Silveira, 1035 - Aventureiro - 89226280 - Joinville (Residencial)

Documento eletrônico assinado por **JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR, Chefe de Cartório**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310019613066v4** e do código CRC **a0fd7abf**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR
Data e Hora: 28/9/2021, às 12:11:10

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 326

Evento:

RECEBIDO_O_MANDADO_PARA_CUMPRIMENTO_PELO_OFICIAL_DE_JUSTICA___REFER__AO_EVEN

Data:
28/09/2021 13:09:58

Usuário:
JANETE - JANETE CARMEN VIGNOLA - SERVIDOR CENTRAL DE MANDADOS

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
326

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 327

Evento:
PETICAO
Data:
30/09/2021 17:49:41
Usuário:
PER004326 - RUY WALTER BALDISSERA - PERITO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
327

PODER JUDICIÁRIO JUIZO DE DIREITO
2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE (SC)

PROCESSO Nº **0046696-30.2006.8.24.0038 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**
EXEQUENTE: **BANCO DO BRASIL S/A**
EXECUTADO(A): **CONFECÇÕES SIRPIER LTDA, JAM PIERRE DE OLIVEIRA E SIRLEI LUCIDONIO MELO**

AUTO NEGATIVO DE 1° LEILÃO

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e um, às 16:00 horas, via portal do Leiloeiro – www.baldisseraleiloeiros.com.br, determinou o(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito, que fossem colocados em **1° LEILÃO** os bens penhorados no processo, acima referido, a saber:

"**Imóvel matrícula nº 73.620, do ORI dessa Comarca:** Um terreno, situado no Município de Joinville (SC), fazendo frente para a rua Realcy Silveira, com 12,50 metros, tendo de fundos em ambos os lados 41,65 metros, confrontando pelo lado direito com terras de Terraville Comércio de Imóveis Ltda; lado esquerdo com terras de Osvaldo Giosele, fazendo o travessão dos fundos com 12,50 metros, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Joinville (SC), contendo a área total de 520,62m²; **Benfeitoria(s):** com construção em alvenaria inacabada. Avaliados em R$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil Reais) em 03/12/2020 ." **ÔNUS: R.2e R.3/73.620: Hipoteca cedular de 1° e 2° graus, em favor do Banco do Brasil S/A; R.5/73.620: Penhora nos autos n° 03806.046677-1, da 5ª VaraCível desta Comarca, Exequente Banco do Brasil S/A.**

Certifico que, feito o pregão de estilo, não compareceu nenhum licitante. Dou fé. Pelo(a) Juiz(a) de Direito foi determinado o encerramento do **1º LEILÃO** e eu Ruy Walter Baldissera, Leiloeiro Oficial, digitei e conferi.

RUY WALTER BALDISSERA
Leiloeiro Oficial

Chefe de Cartório

Juiz(a) de Direito

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 328

Evento:
JUNTADA_DE_MANDADO_NAO_CUMPRIDO___REFER__AO_EVENTO__325
Data:
01/10/2021 20:27:33
Usuário:
FCR7977 - FLAVIA CRISTINA RODRIGUES - OFICIAL DE JUSTIÇA
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
328

Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Central de Mandados - Joinville

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA E OUTROS

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado extraído dos autos mencionados, compareci no local indicado e, após as formalidades legais, deixei de proceder à intimação de Jam Pierre de Oliveira, pois não reside mais no local, segundo declarou sua ex-esposa, Srª Sirlei Melo. Dou fé.

Conduções: 02

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 329

Evento:

JUNTADA___BOLETO_CANCELADO___1_BOLETO_CANCELADO___GUIA_2343908_SUBGUIA_132882

Data:
05/10/2021 02:31:06

Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
329

PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

DETALHES DO PAGAMENTO

Processo:	0046696-30.2006.8.24.0038
Nome da Parte:	BANCO DO BRASIL S.A.
Número da Guia:	2.343.908
Situação da Guia:	Em aberto
Número da Subguia:	1.328.823
Situação do Boleto:	Cancelado
Parcela	1/1
Nosso Número:	5000558704
Valor do Documento:	R$ 81,42

Itens de Recolhimento

1	Condução de Oficial de Justiça	R$ 81,42

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 330

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
05/10/2021 16:08:34
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
330

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville

Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3130-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

ATO ORDINATÓRIO

Fica intimada a parte ativa para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça: "Evento n. 328".

Registre-se, por oportuno, e por questão de economia processual, que requerida providência a ser cumprida pelo oficial de justiça, deverá a parte ativa, no mesmo ato, promover o recolhimento da respectiva diligência.

Documento eletrônico assinado por **ROSELI SCHMIDT GASINO, Técnica Judiciária** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310019945345v2** e do código CRC **ec4c1e11**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ROSELI SCHMIDT GASINO
Data e Hora: 5/10/2021, às 16:8:34

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 331

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___URGENTE
Data:
05/10/2021 16:08:35
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
331
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
08/10/2021 00:00:00
Data Final:
15/10/2021 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN
Suspensões e Feriados:
Dia De Nossa Senhora Aparecida: 12/10/2021

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 332

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__331
Data:
07/10/2021 01:06:47
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
332

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 333

Evento:
PETICAO
Data:
13/10/2021 23:02:30
Usuário:
PER004326 - RUY WALTER BALDISSERA - PERITO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
333

PODER JUDICIÁRIO JUIZO DE DIREITO
2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO
COMARCA DE JOINVILLE (SC)

PROCESSO Nº **0046696-30.2006.8.24.0038 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

EXEQUENTE: **BANCO DO BRASIL S/A**

EXECUTADO(A): **CONFECÇÕES SIRPIER LTDA, JAM PIERRE DE OLIVEIRA E SIRLEI LUCIDONIO MELO**

AUTO NEGATIVO DE 2º LEILÃO

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às 16:00 horas, através do portal do Leiloeiro www.baldisseraleiloeiros.com.br, determinou o(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito, que fosse(m) colocado(s) em **2º LEILÃO** o(s) bem(ns) penhorado(s) no processo, acima referido, a saber:

"**Imóvel matrícula nº 73.620, do ORI dessa Comarca:** Um terreno, situado no Município de Joinville (SC), fazendo frente para a rua Realcy Silveira, com 12,50 metros, tendo de fundos em ambos os lados 41,65 metros, confrontando pelo lado direito com terras de Terraville Comércio de Imóveis Ltda; lado esquerdo com terras de Osvaldo Giosele, fazendo o travessão dos fundos com 12,50 metros, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Joinville (SC), contendo a área total de 520,62m²; **Benfeitoria(s):** com construção em alvenaria inacabada. Avaliados em R$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil Reais) em 03/12/2020 ." **ÔNUS: R.2e R.3/73.620: Hipoteca cedular de 1° e 2° graus, em favor do Banco do Brasil S/A; R.5/73.620: Penhora nos autos n° 03806.046677-1, da 5ª VaraCível desta Comarca, Exequente Banco do Brasil S/A.**

Certifico que, feito o pregão de estilo, não compareceu nenhum licitante. Dou fé. Pelo(a) Juiz(a) de Direito foi determinado o encerramento do **2º LEILÃO** e eu Ruy Walter Baldissera, Leiloeiro Oficial, digitei e conferi.

RUY WALTER BALDISSERA
Leiloeiro Oficial

Chefe de Cartório

Juiz(a) de Direito

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 334

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
14/10/2021 15:45:17
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
334

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2º Vara de Direito Bancário da Comarca de Joinville

Rua Hermman August Lepper, 980 - Bairro: Saguaçú - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3130-8758 - Email: joinville.bancario2@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

ATO ORDINATÓRIO

As partes ficam intimadas para, no prazo de 15 dias, se manifestarem acerca do AUTO NEGATIVO DE PRAÇA/LEILÃO (eventos 327 e 333).

Documento eletrônico assinado por **ROSELI SCHMIDT GASINO, Técnica Judiciária** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310020302605v2** e do código CRC **f893156d**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ROSELI SCHMIDT GASINO
Data e Hora: 14/10/2021, às 15:45:17

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 335

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
14/10/2021 15:45:17
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
335
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
18/10/2021 00:00:00
Data Final:
09/11/2021 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN
Suspensões e Feriados:
Dia do Servidor Público: 28/10/2021
Finados: 02/11/2021

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 336

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__335
Data:
15/10/2021 01:17:12
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
336

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 337

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__331
Data:
16/10/2021 01:15:40
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
337

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 338

Evento:
PETICAO
Data:
29/10/2021 12:03:09
Usuário:
SC030425 - JOSÉ ANTÔNIO BROGLIO ARALDI - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
338

Demonstrativo de Conta Vinculada

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Cliente	CPF / CNPJ	Operação / Finalidade
CONFECCOES SIRPIER LTDA ME	04.304.816/0001-60	17/29374-X , ex-20/02513-0 - Atualização de cálculo

Observação(ões):

TAXAS UTILIZADAS NO CÁLCULO:

- COMISSÃO DE PERMANÊNCIA com base na variação do FACP, debitada e capitalizada mensalmente.

Data	Histórico / Documento	Extrato de normalidade				Extrato de inadimplemento				Saldo geral
		Débito	Crédito	Transferência	Saldo	Débito	Crédito	Transferência	Saldo	
28.02.2019	SALDO CALCULO ANTERIOR				-	-1.357.888,75			-1.357.888,75	**-1.357.888,75**
31.03.2019	Comissão de permanência				-	-13.880,61			-1.371.769,36	**-1.371.769,36**
30.04.2019	Comissão de permanência				-	-13.225,25			-1.384.994,61	**-1.384.994,61**
31.05.2019	Comissão de permanência				-	-14.452,87			-1.399.447,48	**-1.399.447,48**
30.06.2019	Comissão de permanência				-	-14.273,94			-1.413.721,42	**-1.413.721,42**
31.07.2019	Comissão de permanência				-	-14.368,46			-1.428.089,88	**-1.428.089,88**
31.08.2019	Comissão de permanência				-	-15.123,34			-1.443.213,22	**-1.443.213,22**
30.09.2019	Comissão de permanência				-	-13.361,76			-1.456.574,98	**-1.456.574,98**
31.10.2019	Comissão de permanência				-	-14.361,96			-1.470.936,94	**-1.470.936,94**
30.11.2019	Comissão de permanência				-	-13.603,06			-1.484.540,00	**-1.484.540,00**
31.12.2019	Comissão de permanência				-	-12.466,11			-1.497.006,11	**-1.497.006,11**
31.01.2020	Comissão de permanência				-	-13.230,80			-1.510.236,91	**-1.510.236,91**
29.02.2020	Comissão de permanência				-	-12.712,25			-1.522.949,16	**-1.522.949,16**
31.03.2020	Comissão de permanência				-	-12.525,75			-1.535.474,91	**-1.535.474,91**
30.04.2020	Comissão de permanência				-	-11.999,54			-1.547.474,45	**-1.547.474,45**
31.05.2020	Comissão de permanência				-	-12.232,29			-1.559.706,74	**-1.559.706,74**
30.06.2020	Comissão de permanência				-	-10.858,87			-1.570.565,61	**-1.570.565,61**
31.07.2020	Comissão de permanência				-	-10.926,97			-1.581.492,58	**-1.581.492,58**
31.08.2020	Comissão de permanência				-	-10.579,18			-1.592.071,76	**-1.592.071,76**
30.09.2020	Comissão de permanência				-	-10.528,03			-1.602.599,79	**-1.602.599,79**
31.10.2020	Comissão de permanência				-	-10.934,89			-1.613.534,68	**-1.613.534,68**
30.11.2020	Comissão de permanência				-	-10.127,46			-1.623.662,14	**-1.623.662,14**
31.12.2020	Comissão de permanência				-	-10.933,85			-1.634.595,99	**-1.634.595,99**
31.01.2021	Comissão de permanência				-	-11.137,22			-1.645.733,21	**-1.645.733,21**
28.02.2021	Comissão de permanência				-	-10.544,21			-1.656.277,42	**-1.656.277,42**
31.03.2021	Comissão de permanência				-	-10.944,84			-1.667.222,26	**-1.667.222,26**
30.04.2021	Comissão de permanência				-	-11.762,63			-1.678.984,89	**-1.678.984,89**
31.05.2021	Comissão de permanência				-	-13.091,87			-1.692.076,76	**-1.692.076,76**
30.06.2021	Comissão de permanência				-	-13.869,71			-1.705.946,47	**-1.705.946,47**

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 338, ANEXO1, Página 1

Demonstrativo de Conta Vinculada

Data	Histórico / Documento	Extrato de normalidade				Extrato de inadimplemento				Saldo geral
		Débito	Crédito	Transferência	Saldo	Débito	Crédito	Transferência	Saldo	
31.07.2021	Comissão de permanência				-	-15.372,41			-1.721.318,88	**-1.721.318,88**
31.08.2021	Comissão de permanência				-	-15.312,71			-1.736.631,59	**-1.736.631,59**
30.09.2021	Comissão de permanência				-	-16.485,24			-1.753.116,83	**-1.753.116,83**
31.10.2021	Comissão de permanência				-	-18.198,03			-1.771.314,86	**-1.771.314,86**
12.11.2021	Comissão de permanência				-	-7.577,09			-1.778.891,95	**-1.778.891,95**

Saldo Devedor em 12.11.2021 -1.778.891,95

Taxas utilizadas no cálculo de inadimplência

Descrição	Data	Taxa	Obs.
CP	28.02.2019	284,0944	
CP	31.05.2019	292,7892	
CP	31.08.2019	301,9458	
CP	30.11.2019	310,5921	
CP	29.02.2020	318,6279	
CP	31.05.2020	326,3183	
CP	31.08.2020	333,0896	
CP	30.11.2020	339,6989	
CP	28.02.2021	346,5226	
CP	31.05.2021	354,0124	
CP	31.08.2021	363,3341	
CP	12.11.2021	372,1757	

Descrição	Data	Taxa	Obs.
CP	31.03.2019	286,9984	
CP	30.06.2019	295,7756	
CP	30.09.2019	304,7413	
CP	31.12.2019	313,2002	
CP	31.03.2020	321,2485	
CP	30.06.2020	328,5901	
CP	30.09.2020	335,2923	
CP	31.12.2020	341,9864	
CP	31.03.2021	348,8124	
CP	30.06.2021	356,9142	
CP	30.09.2021	366,7831	

Descrição	Data	Taxa	Obs.
CP	30.04.2019	289,7654	
CP	31.07.2019	298,7817	
CP	31.10.2019	307,7461	
CP	31.01.2020	315,9683	
CP	30.04.2020	323,7591	
CP	31.07.2020	330,8763	
CP	31.10.2020	337,5800	
CP	31.01.2021	344,3165	
CP	30.04.2021	351,2734	
CP	31.07.2021	360,1304	
CP	31.10.2021	370,5904	

Legenda:

CP = Comissão de Permanência
Cálculo = 2777774

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 338, ANEXO1, Página 2

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Daniele Oliveira dos Santos Ma
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Exequente: BANCO DO BRASIL S.A.
Executado: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME E OUTROS

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe de **Execução de Título Extrajudicial** em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME E OUTROS**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador que ao final assina, expor e requerer o que segue em atenção à intimação de evento 331/335.

Em relação a certidão negativa de 328, informando o meirinho que não procedeu a intimação do executado acerca dos leilões realizados, a Casa Bancária vem manifestar ciência, razão pela qual deixa de requer nova diligência neste momento, considerando que já houve as hastas designadas.

Outrossim, requer o prosseguimento do feito, para o fim de que sejam designadas novas datas para realização de leilão referente ao bem imóvel penhorado, nos termos do art. 880 e seguintes do Código de Processo Civil.

Ademais, considerando que o bem imóvel penhorado possui valor insuficiente para saldar o débito exequendo e tendo em vista que cabe ao magistrado, enquanto sujeito imparcial no processo o dever de cooperação para obtenção de decisão justa e efetiva, tal como disposto no art. 6º do CPC[1] e, considerando a implantação do novo sistema SISBAJUD (ferramenta que substituiu integralmente o Bacenjud 2.0), o qual possui a funcionalidade de bloqueio permanente, conhecida como

[1] Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

"teimosinha" que possibilita ao Judiciário maior efetividade nas ordens de constrição via penhora eletrônica, com maior abrangência no atual sistema financeiro e de investimentos.

Além disso, considerando que a execução deve ser processada para a satisfação do credor, com fulcro nos artigos 789, 797 e 824, todos do Código de Processo Civil, bem como em homenagem ao princípio da efetividade da execução, aplica-se ao caso, a utilização do sistema SISBAJUD, com a modalidade "teimosinha".

Nesse sentido, destaco os seguintes julgados:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – Decisão recorrida que indeferiu o pedido de bloqueio permanente de ativos financeiros da executada via SISBAJUD – Ferramenta que substituiu integralmente o BACENJUD 2.0 a partir de setembro de 2020, ampliado a eficácia do processo de bloqueio ("teimosinha") até a satisfação integral do débito executado – Ausência de violação ao princípio da menor onerosidade ao devedor (art. 805 do CPC) – recurso provido.(Agravo de instrumento 2071032-02.2021.8.26.0000; Relator: Luis Fernando Nishi; órgão Julgador:23ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível -9ª Vara Cível; Data do julgamento:25/05/2021; Data de Registro:25/05/2021).

> AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO – SISBAJUD – REITERAÇÃO – TENTATIVA DE BLOQUEIO PELA FERRAMENTA DENOMINADA "TEIMOSINHA" – Pretensão de reforma da r.decisão que indeferiu pedido de bloqueio pelo sistema Sisbajud – Cabimento – Hipótese em que se justifica reiteração das medidas pretendidas, pelo decurso de tempo relevante desde a última tentativa de bloqueio – **Princípio da efetividade da execução impõe a utilização de novas ferramentas legitimamente disponibilizadas e desenvolvidas pelo CNJ** – Autorização da utilização da ferramenta não apresenta elementares para configuração do crime de abuso de autoridade (Lei 13.689/19, ART. 36) – recurso provido.(Agravo de Instrumento 2133297-40.2021.8.26.0000; Relatora:Ana de Lourdes Coutinho Silva da Fonseca;órgão Julgador:13ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível – 40ª Vaa Cível; Data do Jullgamento:08/07/2021; Data de Registro:08/07/2021).(**Grifo nosso).**

> PROCESSUAL CIVIL E CIVIL - IMPENHORABILIDADE - APLICAÇÃO FINANCEIRA - QUANTIA INFERIOR A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS - INOVAÇÃO RECURSAL - NÃO CONHECIMENTO - RESGATE A TERMO - PROVA - AUSÊNCIA - CONSTRIÇÃO CABÍVEL1 Salvo as matérias de ordem pública e aquelas não propostas por motivo de força maior, é defeso no segundo grau a apreciação de questões não suscitadas ou debatidas no primeiro grau, por constituírem inovação recursal.2 **É certo que "o devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei" (CPC, art. 789)**. Assim, mesmo que diante de aplicação financeira com prazo futuro para resgate do investimento, a penhora é cabível, a teor do art. 835, inc. I, do Código de Processo Civil. Mormente quando, como no caso dos autos, nem sequer se faz prova da impossibilidade de resgate automático do investimento financeiro. (TJSC, Agravo de

Instrumento n. 5022757-25.2021.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Luiz Cézar Medeiros, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 06-07-2021).**(Grifo nosso).**

Destarte, a Casa Bancária vem requerer se proceda o bloqueio dos ativos e aplicações financeiras em nome dos devedores, com fulcro no artigo 854 do CCPC, respeitando os limites impostos pelo art. 833 do mesmo diploma legal, a ser realizado por meios eletrônicos, **via SISBAJUD,** pelo próprio juízo, inclusive como a realização da "**teimosinha permanente[2]", até o limite do montante de R$1.778.891,95 (um milhão, cento e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e um reais e noventa e cinco centavos), conforme demonstrativo de débito atualizado anexo.**

No tocante as intimações, independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer deste processo, incluindo todos os incidentes apensos e vinculados, sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941,** sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 28 de outubro de 2021

Luiz Fernando Brusamolin	**José Antônio Broglio Araldi**	**Carlos H. Santos de Alcântara**
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

[2] Agravo de Instrumento. Cumprimento de sentença. Decisão que indeferiu o pedido de penhora bancária de forma reiterada, conhecida como teimosinha. Inadmissibilidade. **Ferramenta que substituiu o BACENJUD ampliando sobremaneira a eficácia do processo de bloqueio de ativos financeiros da parte executada. Possibilidade de bloqueio permanente até a satisfação integral do débito executado.** Decisão reformada. Recurso provido. (TJ-SP – AI: 22027684620128260000 SP 2202768-46.2021.8.26.0000, Relator: Ruy Coppola, Data de Julgamento: 29/09/2021, 32ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação:29/09/2021).

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 339

Evento:
JUNTADA_DE_CERTIDAO___ENCERRADO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__335
Data:
29/10/2021 16:09:47
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
339

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 340

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO
Data:
29/10/2021 16:10:36
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
340

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 343

Evento:

CANCELADA_A_MOVIMENTACAO_PROCESSUAL_____ATO_ORDINATORIO_PRATICADO___04_12_20

Data:
11/12/2021 14:22:23

Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
343

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 344

Evento:

CANCELADA_A_MOVIMENTACAO_PROCESSUAL_____EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELE

Data:
11/12/2021 14:22:23

Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
344

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 345

Evento:

REDISTRIBUICAO_POR_TRANSFERENCIA_DE_ACERVO____DE_JVE02BA01_PARA_FNSURBA20____

Data:
08/01/2022 12:11:03

Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
345

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 346

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
18/02/2022 05:10:35
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
346

Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: centro - CEP: 88020-120 - Fone: (48)3287-5700 - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.
EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA
EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA
EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

DESPACHO/DECISÃO

Do Sisbajud.

O bloqueio de valores pelo Sisbajud deve ser autorizado para localizar dinheiro em instituição financeira, com esteio no último cálculo apresentado pela parte exequente (art. 854 do CPC).

Saliento que rejeitada ou não apresentada arguição de impenhorabilidade, o numerário eventualmente bloqueado será convertido em penhora, independentemente da lavratura de termo.

ANTE O EXPOSTO, utilize-se o **Sisbajud**.

Sobrevindo bloqueio **Sisbajud positivo**:

a) providencie-se a transferência do numerário para conta vinculada aos autos, com a liberação de eventual excedente.

b) intime-se a parte executada (por seu Advogado ou, não o tendo, pessoalmente), para arguir, em 5 dias, eventual impenhorabilidade/excesso de penhora, ciente que a impenhorabilidade deve ser demonstrada: a) se for de salário, remuneração, aposentadoria etc, por comprovante de rendimento e extrato bancário do mês do bloqueio; b) se for de saldo em poupança, pelo extrato dos 3 meses que antecederam o bloqueio para se aferir se se trata de poupança propriamente dita.

c) intime-se a parte exequente para requerer o que de direito, no prazo de 30 dias, ciente que a expedição imediata de alvará depende da ausência de arguição de impenhorabilidade/excesso de penhora.

Sobrevindo bloqueio **Sisbajud negativo**, intime-se a parte exequente para requerer o que de direito, no prazo de 30 dias, sob pena de arquivamento ao aguardo de manifestação de parte ou do transcurso do prazo de prescrição intercorrente, nos moldes do art. 921 do CPC.

Com o decurso do prazo sem manifestação, independentemente de nova intimação, **arquivem-se.**

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO TAVARES MARTINS, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310023081259v1** e do código CRC **de7376ef**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO TAVARES MARTINS
Data e Hora: 18/2/2022, às 5:10:35

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 347

Evento:
REMETIDOS_OS_AUTOS___FNSURBA__>_FNSCONV
Data:
04/07/2022 16:04:26
Usuário:
CHARLES.BITENCOURT - CHARLES DOS SANTOS BITENCOURT - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
347

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 348

Evento:

DETALHAMENTO_DA_ORDEM_JUDICIAL_DE_DESDOBRAMENTO_DE_BLOQUEIO_DE_VALORES___N

Data:
11/07/2022 11:38:28

Usuário:
CGJ_CAMP - AUTOMAÇÃO PROCESSOS CORREGEDORIA -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
348

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 349

Evento:

DETALHAMENTO_DA_ORDEM_JUDICIAL_DE_DESDOBRAMENTO_DE_BLOQUEIO_DE_VALORES___N

Data:
11/07/2022 11:38:29

Usuário:
CGJ_CAMP - AUTOMAÇÃO PROCESSOS CORREGEDORIA -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
349

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 350

Evento:

DETALHAMENTO_DA_ORDEM_JUDICIAL_DE_DESDOBRAMENTO_DE_BLOQUEIO_DE_VALORES___P

Data:
11/07/2022 11:38:30

Usuário:
CGJ_CAMP - AUTOMAÇÃO PROCESSOS CORREGEDORIA -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
350

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 351

Evento:
JUNTADA_DE_ORDEM_CUMPRIDA___<BR_>_CONFECCOES_SIRPIER_LTDA_
Data:
11/07/2022 19:18:55
Usuário:
COSTACGJCAMP - RAMON DE QUADROS COSTA - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
351

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 352

Evento:
JUNTADA_DE_ORDEM_CUMPRIDA___<BR_>_JAM_PIERRE_DE_OLIVEIRA_
Data:
11/07/2022 19:18:56
Usuário:
COSTACGJCAMP - RAMON DE QUADROS COSTA - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
352

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 353

Evento:
JUNTADA_DE_ORDEM_CUMPRIDA___<BR_>_SIRLEI_LUCIDONIO_MELO_
Data:
11/07/2022 19:18:56
Usuário:
COSTACGJCAMP - RAMON DE QUADROS COSTA - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
353

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 354

Evento:
REMETIDOS_OS_AUTOS___FNSCONV__>_FNSURBA
Data:
11/07/2022 19:18:56
Usuário:
COSTACGJCAMP - RAMON DE QUADROS COSTA - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
354

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 355

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___TRANSFERENCIA_ORIUNDA_SISBAJU

Data:
13/07/2022 11:25:24

Usuário:
SIDEJUD - SISTEMA SIDEJUD -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
355

PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

Informamos que a Diretoria de Orçamento e Finanças recebeu a seguinte transferência no Sistema de Depósitos Judiciais, oriunda do sistema Sisbajud.

Subconta:	**2209228011**
Valor da transferência:	R$ 125,54
Data da transferência:	12/07/2022 00:00:00
Número processo:	00466963020068240038
Número do Protocolo Sisbajud:	020220007029604
Identificador:	072022000014512716

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 356

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___TRANSFERENCIA_ORIUNDA_SISBAJU

Data:
13/07/2022 11:26:32

Usuário:
SIDEJUD - SISTEMA SIDEJUD -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
356

PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

Informamos que a Diretoria de Orçamento e Finanças recebeu a seguinte transferência no Sistema de Depósitos Judiciais, oriunda do sistema Sisbajud.

Subconta:	**2209228011**
Valor da transferência:	R$ 4.608,12
Data da transferência:	12/07/2022 00:00:00
Número processo:	00466963020068240038
Número do Protocolo Sisbajud:	020220007029604
Identificador:	072022000014512708

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 357

Evento:
PROCURACAO___SIRLEI_LUCIDONIO_MELO__SC017079___CARLOS_ANDRE_VIEIRA_
Data:
14/07/2022 11:07:49
Usuário:
SC017079 - CARLOS ANDRÉ VIEIRA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
357

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: SIRLEI LUCIDONIO MELO, brasileira, divorciada, modelista aposentada, portadora da cédula de identidade n.º 2.604.657, SSP/SC, inscrita no CPF/MF sob o n.º 719.968.189-53, residente e domiciliada na Rua Realcy Silveira, 1035, Aventureiro, CEP 89226-280, Joinville/SC;

OUTORGADOS: **VIEIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 27.709.034/0001-06, com sede na cidade de Joinville, à Rua Abdon Batista, nº 121, sala 906, bairro centro, CEP 89.201-010, Joinville/SC, neste ato representado pelo seu sócio administrador e também ora procurador **CARLOS ANDRÉ VIEIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob nº 17.079, com escritório na Rua Abdon Batista, nº 121, sala nº 906, Centro, na Cidade de Joinville/SC, CEP 89201-010 • Tel +55 (47) 9963 0172 / 3422 6934 / 99912 1985 • vieira.adv@gmail.com • www.vieiradv.com.br.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, constitui(em) e nomeia(m) os outorgados acima qualificados, procuradores e advogados, com os poderes para o foro em geral *ad judicia*, podendo, inclusive, confessar e reconhecer procedência do pedido; transigir; desistir; renunciar direito; receber e dar quitação; receber alvará; firmar compromisso em geral; requerer prisão de depositário infiel; requerer pedido de falência; oferecer lanços, arrematar e adjudicar em hasta pública; assinar termo de caução judicial; substabelecer com ou sem reserva de poderes, e especificamente para ser procurador nos autos n. 0046696-30.2006.8.24.0038.

Joinville, 6 de julho de 2022.

SIRLEI LUCIDONIO MELO

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 358

Evento:
PETICAO
Data:
14/07/2022 17:58:18
Usuário:
SC017079 - CARLOS ANDRÉ VIEIRA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
358

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUÍZ DE DIREITO DO 20º JUÍZO DA UNIDADE ESTADUAL DE DIREITO BANCÁRIO – ESTADO DE SANTA CATARINA.

*****URGENTE*****

SIRLEI LUCIDONIO MELO, já qualificada na **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038**, que movida por **BANCO DO BRASIL S.A.**, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu advogado que ao final assina, **requerer o debloqueio realizado pelo SISBAJUD dos valores em conta da executada de evs. 350/353**, pelos fatos e fundamentos conforme segue:

Breve resumo

No ev. 346 o MM Juiz autorizou o bloqueio de dinheiro em conta da executada para saldar dívida em favor do Banco do Brasil que atualizada monta em R$ 1.778.891,95.

Em 05/07/2022 a ordem restou frutífera e bloqueou o total de R$ 4.733,66 em duas contas da executada, sendo elas:

1) BCO C6 S.A. no valor de R$ 4.608,12;

2) PAGSEGURO INTERNET S.A. no valor de R$ 125,54.

O valor bloqueado corresponde a 0,26% da dívida.

1. Da impenhorabilidade - art. 833, incs. IV e X, do CPC

Acontece que os valores bloqueados são decorrentes de empréstimo consignado pela Caixa Econômica Federal, que antecipa o benefício previdenciário e posteriormente realiza o desconto mensal das parcelas. É verba de caráter salarial e, portanto, impenhorável.

Segue em anexo o "Histórico de Empréstimo Consignado" indicando que a executada recebe benefício de aposentadora por invalidez previdenciária no valor mensal de R$ 1.212,00, correspondente a 1 salário mínimo, sendo a margem consignável ali inscrita no valor de R$ 424,20.

Este histórico demonstra que em 20/06/2022 a executada tomou emprestado o valor líquido de R$ 3.945,93.

Este valor foi depositado na conta nº 27.997-8 do Banco Bradesco, conta utilizada para receber o benefício previdenciário.

Veja-se que no extrato da conta Bradesco, em 21/06/2022 a autora recebe o exato valor emprestado de R$ 3.945,93.

Neste mesmo extrato, dias depois em 30/06/2022 a executada recebe o valor de R$ 879,70 referente ao benefício do INSS já descontada a parcela do empréstimo consignado ora realizado.

A executada utiliza a conta nº 12762374-4 do C6 Bank para realizar a sua movimentação bancária.

Assim, nos meus dias que recebeu o valor emprestado e o benefício do INSS (21 e 30/06/2022), transferiu-os via PIX de sua conta Bradesco para a conta do C6 Bank (extrato anexo).

No dia 05/07/2022 foi realizado o bloqueio judicial do saldo no valor de R$ 4.608,12.

O outro valor bloqueado da executada de R$ 125,54 é referente a um cartão pré-pago da PAGSEGURO em que ela vai se utilizando do crédito depositado para débitos em locomoção em uber, dentre outros, visto que não possui cartão de crédito devido a sua baixa renda.

Facilmente demonstrado o caminho do dinheiro com a documentação anexa, os bloqueios não merecem persistir.

Primeiramente porque a Corte da Cidadania firmou orientação no sentido de que a existência de movimentação na conta bancária - tal como pagamentos, saques e transferências, não elidem, de per se, a proteção contida na Lei Adjetiva Civil, que somente pode ser desconstituída para o pagamento de pensão alimentícia e se comprovada fraude ou má-fé, o que não é o caso em testilha, a propósito:

> *PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL DEMONSTRADO SATISFATORIAMENTE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. PENHORA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS. LIMITE DE IMPENHORABILIDADE DO VALOR CORRESPONDENTE A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. [...] 3.* ***Este Superior Tribunal entende que a simples movimentação atípica per se não constitui má-fé ou fraude a possibilitar a mitigação da impenhorabilidade do art. 833, X, do NCPC, motivo pelo qual não há falar em aplicação da Súmula nº 7 do STJ. 4. A jurisprudência desta egrégia Corte Superior é firme no sentido da impenhorabilidade de valor até 40 salários mínimos poupados ou mantidos pelo devedor em conta corrente ou em outras aplicações financeiras, ressalvada a comprovação de má-fé, abuso de direito ou fraude. 5. A regra da impenhorabilidade só pode ser mitigada no caso de pensão alimentícia, ou se comprovada a má-fé, abuso de direito ou fraude, o que não foi demonstrado no caso dos autos*** *[...] (STJ, AgInt nos EDcl no AREsp n. 1808527/SP, rel. Min. Moura Ribeiro, Terceira Turma, j. em 15/06/2021).*

De outra banda, no caso em apreço, os extratos juntados aos autos evidenciam que os valores glosados correspondem aos proventos de aposentadoria e aos empréstimos sobre a marem consignável da aposentadoria por invalidez da executada, ou seja, a antecipação, por meio de empréstimo, do próprio benefício previdenciário.

Assim, a referida verba possui natureza alimentar, estando abarcada também pela regra da impenhorabilidade prevista no art. 833, inc. IV, do CPC:

> *Art. 833. São impenhoráveis:*
>
> *[...]*
>
> *IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º ;*

Com isso, deduz-se que a constrição alcançou verba de natureza alimentar e inferior a 40 (quarenta) salários mínimos, estando assegurada pela impenhorabilidade prevista no art. 833, incs. IV e X, do CPC, de modo que não pode ser utilizada para fins de satisfazer o crédito do Banco do Brasil.

Nessa linha:

> *AGRAVO POR INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTA CORRENTE. RECEBIMENTO DE APOSENTADORIA. IMPENHORABILIDADE ATÉ O LIMITE DE 40 SALÁRIOS-MÍNIMOS DE QUANTIA DEPOSITADA EM CADERNETA DE POUPANÇA, CONTA-CORRENTE E FUNDOS DE INVESTIMENTO. EXEGESE DO ART. 833, IV E X, DO CPC. PRECEDENTES. TRANSAÇÕES FINANCEIRAS QUE POR SI SÓ NÃO CONSTITUEM MOTIVO PARA DESCARACTERIZAR A IMPENHORABILIDADE. REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. "[...]* ***A simples ocorrência de constantes movimentações financeiras não é, por si só, motivo suficiente para descaracterizar a impenhorabilidade de valores abaixo de 40 salários mínimos, não existindo na letra da lei tal ressalva. O STJ se manifestou no sentido de que "a legislação não faz distinção entre os tipos de contas ou cadernetas de poupança, sendo incabível a penhora de valores inferiores a quarenta salários mínimos nelas depositadas****" [...]. Somente poderia se cogitar no afastamento, na hipótese, da impenhorabilidade, caso comprovado o abuso, a má-fé ou a fraude da cobrança, hipótese que nem sequer foi examinada nos autos pelo Sodalício estadual" (Min. Luís Felipe Salomão) (TJSC, Agravo de Instrumento n. 5014962-65.2021.8.24.0000, rel. Des. Jorge Luiz de Borba, Primeira Câmara de Direito Público, j. em 27/07/2021).*

> *AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A LIBERAÇÃO DE VALORES ADVINDOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS, DEPOSITADOS EM CONTA BANCÁRIA DE TITULARIDADE DA EXECUTADA. [...]* ***ALEGADA IMPENHORABILIDADE DOS VALORES DECORRENTES DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO E EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. VERBAS DE CARÁTER SALARIAL. IMPENHORABILIDADE RECONHECIDA. EXEGESE DO ART. 833, INC. IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VALORES, ADEMAIS, INFERIORES A 40 SALÁRIOS-MÍNIMOS. APLICABILIDADE, TAMBÉM, DO ART. 833, X, DO MESMO DIPLOMA LEGAL. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO*** *(TJSC, Agravo de Instrumento n. 5032949-17.2021.8.24.0000, rela. Desa. Vera Lúcia Ferreira Copetti, Quarta Câmara de Direito Público, j. em 27/01/2022).*

Diante do exposto, a indisponibilidade dos valores deve ser levantada.

2. Da imprescindibilidade dos valores bloqueados ao sustento próprio

Segundo os atestados médicos em anexo, a executada é portadora de LÚPUS, uma doença autoimune, ou seja, que ocorre quando o sistema imunológico do seu corpo ataca seus próprios tecidos e órgãos. A condição é capaz de afetar diversos sistemas do corpo, como articulações, pele, rins, células sanguíneas, cérebro, coração e pulmões.

Esta condição tornou a executada incapaz ao trabalho, aposentando-se por invalidez, benefício sobre o qual recaem os bloqueios judiciais.

A condição exigiu que a executada realizasse uma cirurgia bariátrica em 2013, o que lhe acarretou hérnia de hiato no estômago, o que demanda atualmente cirurgia para a cura.

As intempéries da sua condição de saúde a que é acometida lhe causam também hipertireoidismo, depressão e insônia.

Conforme as receitas médicas atuais juntadas em anexo, a executada ministra 10 comprimidos pela manhã e 11 pela noite, sendo eles:

Ácido valproico 1 Comp a noite
Carbamazepina 1 Comp de manhã e outro a noite
Clorpromazina 4 Comp a noite
Levomepromazina 4 Comp a noite
Citalopram 1 Comp ao dia
Mirtazapina 1 Comp de manhã
Quetiapina 1 Comp a noite
Clonazepam 2 Comp a noite
Diazepam 2 Comp a noite
Prednisona de 20 mg 1 Comp de manhã
Prednisona 5 mg 3 Comp a noite
Injeção de diprospan caso o lupus ataque muito
Leflunomida 1 com a noite
Metotrexato 1 injeção na barriga todas as quarta feiras
Purant4 150 gramas pela manhã
Cálcio 1 Comp pela manhã
Vitamina d 2 mil unidades por dia
Ácido fólico 1 Comp de manhã
Baristar 1 Comp pela manhã
Zinco 1 Comp de manhã
Pantoprazol de 40 mg 1 de manhã e outro a noite

A executada recebe apenas 1 salário mínimo de aposentadoria e se utiliza dos empréstimos consignados para comprar a medicação que lhe custa em média R$ 800,00 por mês, fora a medição gratuita que recebe do governo.

Por isso tudo, é plenamente comprovada a condição de imprescindibilidade dos saldos bloqueados para o sustento da executada, neste caso, falta-lhe dinheiro para a saúde e que reflete nas demais necessidades diárias prementes como alimentação dentre outros.

Emérito Julgador, os documentos em anexo comprovam as assertivas, portanto, inquestionável a ilegalidade dos bloqueios, merecendo ser levantado urgentemente.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Joinville (SC), 14 de julho de 2022.

CARLOS ANDRÉ VIEIRA
OAB/SC 17.079

HISTÓRICO DE
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

SIRLEI LUCIDONIO MELO

Benefício

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PREVIDENCIARIA

Nº Benefício: 636.262.955-1

Situação: ATIVO

Pago em: BANCO BRADESCO S. A.

Meio: Conta Corrente

Não possui procurador

Não possui representante legal

Não é pensão alimentícia

Liberado para empréstimo

Margem para Empréstimo/Cartão e Resumo Financeiro

	EMPRÉSTIMOS	CARTÃO
BASE DE CÁLCULO	$1,212.00	$1,212.00
MARGEM CONSIGNÁVEL*	$424.20	$60.60
MARGEM UTILIZADA	$424.20	R$0,00
MARGEM RESERVADA**	$0.00	-
MARGEM DISPONÍVEL	$0.00	$60.60
MARGEM EXTRAPOLADA***	$0.00	-

* A margem consignável atual representa 35% da base de cálculo para empréstimos e 5% para

** O valor da margem reservada está incluído no valor da margem utilizada.

*** A margem extrapolada representa o valor que excedeu a margem disponível, que pode ocorrer em situações específicas como a redução da renda do benefício.

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

CONTRATOS ATIVOS E SUSPENSOS*

CONTRATO	BANCO	SITUAÇÃO	ORIGEM DA AVERBAÇÃO	DATA INCLUSÃO	COMPETÊNCIA		QUANTIDADE DE PARCELAS	VALOR				DATA			
					INÍCIO DE DESCONTO	FIM DE DESCONTO		PARCELA	IOF	EMPRESTADO	LIBERADO	SUSPENS. BANCO	SUSPENS. INSS	REATIV. BANCO	REATIV. INSS
1714231	104 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Ativo	Averbação nova	02/05/22	05/2022	04/2029	84	R$332,30	R$509,17	R$15.549,12	R$14.999,78				
1910277	104 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Ativo	Averbação nova	20/06/22	07/2022	06/2029	84	R$91,90	R$135,43	R$4.120,59	R$3.945,93				

*Contratos que comprometem a margem consignável.

07/JUL/2022 11:04 **BRADESCO - EXTRATO MENSAL** CICSM12 AT55
1712 B.IRIRIU-UJOINVILLE 07-05 27.997-8 ***** CLIENTE NAO CADASTRADO *****

data	historico	n.docto	valor debito da cpmf
	Saldo anterior		0,98
13/06/2022	01836 DP DINH C/C BDN 6464059		300,00
	AG01712MAQ036464SEQ01059		300,00-
13/06/2022	03205 TRANSFE PIX	1155425	
	DEST: Sirlei lucidonio melo		0,98
	Saldo em 13/06/2022		3.945,93
21/06/2022	00318 TED-T ELET DISP 5610018		
	REMET.CAIXA ECONOMICA FEDE		3.946,00-
21/06/2022	03205 TRANSFE PIX	1556175	
	DEST: Sirlei lucidonio melo		0,91
	Saldo em 21/06/2022		879,70
30/06/2022	00753 CREDITO DO INSS 0301712		880,00-
30/06/2022	03205 TRANSFE PIX	0850477	
	DEST: Sirlei Lucidonio Melo		0,61
	Saldo em 30/06/2022		0,61-
04/07/2022	01705 BLOQ.JUDICIAL	0039230	
	OFICIO 20220007029604-00011		

Sujeito a alteracoes

PF 1=guia 2=desc 3=at52 4=nov.cta **8=cont** 9=lanctos 10=extr

07/JUL/2022 11:05 BRADESCO - EXTRATO MENSAL CICSM12 AT55
1712 B.IRIRIU-UJOINVILLE 07-05 27.997-8 *** CLIENTE NAO CADASTRADO ***

data	historico	n.docto	valor	debito	da cpmf
	Saldo anterior		0,00		
	Saldo em 04/07/2022		0,00		
05/07/2022	01706 DESB.O.JUDICIAL	0039230	0,61		
	OFICIO 20220007029604-00011				
	Saldo em 05/07/2022		**0,61**		

Sujeito a alteracoes

PF 1=guia 2=desc 3=at52 4=nov.cta 9=lanctos 10=extr


bradesco
DÉBITO
6500 4250 8640 3103
02/27
VALID THRU
SIRLEI LUCIDONIO MELO

Emitido pelo Banco Bradesco S.A., em caso de perda ou roubo, comunique imediatamente.

AGÊNCIA CONTA

1712 4 0027997 8

421

elo

DÉBITO

ASSINATURA AUTORIZADA - AUTHORIZED SIGNATURE

Fone Fácil: 4002-0022 / 0800 570-0022
Acesso do Exterior: +55 (11) 4002-0022
SAC: 0800 704-8383
Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722-0099
Ouvidoria: 0800 727-9933

banco.bradesco

NO EXTERIOR

Diners Club INTERNATIONAL

DISCOVER

ATM

pulse

Banco24Horas

CED - 12/21 134954/01

Sistema de Conta Corrente

REL. DE EXTRATO PERIï¿½DICO

BANCO C6 S.A. ABERTO DR: 06/07/2022 DP: 06/07/2022 15:19:17

Data Inicial: 20/06/2022
Data Final: 06/07/2022
Agência: 0001 Conta: 000012762374-4 Situação: LIBERADA Categoria de Conta: PAGAMENTO COMUM Gerente: GERENTE GERAL

SIRLEI LUCIDONIO MELO 719.968.189-53
RUA REALCY SILVEIRA 1035
JOINVILLE SC 89226-280

AGÊNCIA: 0001 **CONTA CORRENTE:** 000012762374-4 **SITUAÇÃO:** LIBERADA

SIRLEI LUCIDONIO MELO

DATA	DESCRIÇÃO	DOC	VALOR	D/C	VALOR
17/06/2022	SALDO DISPONIVEL INICIAL				3.703,18
17/06/2022	SALDO VINCULADO INICIAL				0,00
17/06/2022	SALDO BLOQUEADO INICIAL				0,00
20/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	25,00	D	
20/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	120,00	D	
20/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	25,00	D	
20/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	100,00	D	
20/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	307,00	D	
20/06/2022	PGTO DE BOLETOS-Boleto	000000000000	75,00	D	
20/06/2022	PGTO BOLETO-Boleto	000000000000	122,31	D	
20/06/2022	DEBITO DE CARTAO -PAG*FiosECia JOINVILLE BRA	000000000000	6,50	D	
20/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	15,00	D	
20/06/2022	DEBITO DE CARTAO -FARMACIA PRECO POPULAR JOINVILLE BRA	000000000000	22,90	D	
20/06/2022	SALDO DISPONIVEL				2.884,47
21/06/2022	PIX RECEBIDO-SIRLEI LUCIDONIO MELO	000000000000	140,00	C	
21/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	330,00	D	
21/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	100,00	D	
21/06/2022	PIX RECEBIDO-SIRLEI LUCIDONIO MELO	000000000000	3.946,00	C	
21/06/2022	SALDO DISPONIVEL				6.540,47
22/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	120,00	D	
22/06/2022	DEBITO DE CARTAO -SUPERMERCADO RODRIGUES JOINVILLE BRA	000000000000	10,58	D	
22/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	500,00	D	
22/06/2022	SALDO DISPONIVEL				5.909,89
24/06/2022	PGTO DE BOLETOS-Boleto	000000000000	24,38	D	
24/06/2022	PGTO DE BOLETOS-Boleto	000000000000	102,46	D	
24/06/2022	SALDO DISPONIVEL				5.783,05
27/06/2022	DEBITO DE CARTAO -SUPERMERCADO RODRIGUES JOINVILLE BRA	000000000000	71,78	D	
27/06/2022	DEBITO DE CARTAO -ISA PRESENTES JOINVILLE BRA	000000000000	24,30	D	
27/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	30,00	D	
27/06/2022	DEBITO DE CARTAO -MILIUM LJ 56 JOINVILLE BRA	000000000000	29,00	D	
27/06/2022	DEBITO DE CARTAO -PATRICIA BORGES VEIGA JOINVILLE BRA	000000000000	10,00	D	
27/06/2022	DEBITO DE CARTAO -BISTEK SUPERMERCADOS JOINVILLE BRA	000000000000	61,07	D	
27/06/2022	PIX RECEBIDO-SIRLEI LUCIDONIO MELO	000000000000	28,88	C	
27/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	100,00	D	
27/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	15,00	D	
27/06/2022	PGTO DE BOLETOS-Boleto	000000000000	572,00	D	

REL. DE EXTRATO PERIï¿½DICO

BANCO C6 S.A. ABERTO DR: 06/07/2022 DP: 06/07/2022 15:19:17

Data Inicial: 20/06/2022
Data Final: 06/07/2022
Agência: 0001 Conta: 000012762374-4 Situação: LIBERADA Categoria de Conta: Gerente:

SIRLEI LUCIDONIO MELO 719.968.189-53
RUA REALCY SILVEIRA 1035
JOINVILLE SC 89226-280

27/06/2022	DEBITO DE CARTAO -PDV*Junta Medica CURITIBA BRA	000000000000	75,58	D	
27/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	15,00	D	
27/06/2022	DEBITO DE CARTAO -EBANX SPOTIFY CURITIBA BRA	000000000000	19,90	D	
27/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	12,00	D	
27/06/2022	SALDO DISPONIVEL				4.776,30
28/06/2022	RECARGA CELULAR-Recarga de celular	000000000000	60,00	D	
28/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	37,00	D	
28/06/2022	SALDO DISPONIVEL				4.679,30
29/06/2022	DEVOL RECEBIDA PIX	000000000000	135,19	C	
29/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	20,00	D	
29/06/2022	SALDO DISPONIVEL				4.794,49
01/07/2022	PIX RECEBIDO-SIRLEI LUCIDONIO MELO	000000000000	500,00	C	
01/07/2022	SALDO DISPONIVEL				5.294,49
04/07/2022	DEBITO DE CARTAO -BISTEK SUPERMERCADOS JOINVILLE BRA	000000000000	102,22	D	
04/07/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	50,00	D	
04/07/2022	PIX RECEBIDO-SIRLEI LUCIDONIO MELO	000000000000	880,00	C	
04/07/2022	PGTO DE BOLETOS-Boleto	000000000000	220,75	D	
04/07/2022	PGTO DE BOLETOS-Boleto	000000000000	30,27	D	
04/07/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	10,00	D	
04/07/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	120,00	D	
04/07/2022	SALDO DISPONIVEL				5.641,25
05/07/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	65,69	D	
05/07/2022	PGTO BOLETO-Boleto	000000000000	689,40	D	
05/07/2022	PGTO BOLETO-Boleto	000000000000	213,71	D	
05/07/2022	PGTO DE BOLETOS-Boleto	000000000000	64,33	D	
05/07/2022	BLOQUEIO DE SALDO-PR 0046696-30.2006.8.24.0038/V 45772	000000000000	4.608,12	D	
05/07/2022	SALDO DISPONIVEL				0,00
06/07/2022	SALDO DISPONIVEL FINAL				0,00
06/07/2022	SALDO VINCULADO FINAL				0,00
06/07/2022	SALDO BLOQUEADO FINAL				4.608,12
06/07/2022	SALDO BLOQUEADO CC - POR EXECUCAO JUDICIARIA				4.608,12
06/07/2022	SALDO TOTAL BLOQUEADO				4.608,12

Prefeitura Municipal de Joinville
Secretaria da Saúde - SUS
Policlinica Boa Vista - 2511754
R Rua Prefeito Helmuth Fallgatter - ate 839/840, 321 - Boa Vista - CEP: 89205300
JOINVILLE - SC, Fone: 47 3417-1303

Prescrição de Orientações

Usuário SUS: **8497 - Sirlei Lucidonio Melo** CPF: 719.968.189-53 Data: **31/01/2022**
Data Nascimento: 09/09/1969 CNS: 702904568151573 Sexo: Feminino
Rua: Rua Belem do Para Nr.: 347 Bairro: Aventureiro

ATESTADO MÉDICO

A PACIENTE ACIMA É IMUNOSSUPRIMIDA POR SER PORTADORA DE COMORBIDADE (DOENÇA)

AUTO -IMUNE (CID M328), DEVENDO REALIZAR VACINAÇÃO PARA COVID-19 E SEUS REFORÇOS, CONTRA-INDICAÇÃO NO MOMENTO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SCHEILA FRITSCH
Médica Reumatologista
CRM 18160 - Matrícula: 4272

Scheila Fritsch - CRM/SC: 18160

16/05/2022 (AMFB21474-0) - Impressão de Receita

Prefeitura de Joinville
Secretaria Municipal de Saúde - SUS
Policlinica Boa Vista - 2511754
R Rua Prefeito Helmuth Fallgatter - ate 839/840, 321 - Boa Vista - CEP: 89205300
JOINVILLE - SC, Fone: 47 3417-1303

Receita Simples Nr: 44172759

Nome: **8497 - Sirlei Lucidonio Melo** *(52 Anos, Sexo: Feminino)*
Endereço: R Rua Belem do Para, 347 - Aventureiro JOINVILLE/SC

1 . Prednisona 20mg - Comprimido — **90** Comprimido
Orientação: **TOMAR 1 CP APÓS CAFÉ DA MANHÃ** — Via Oral
1 Comprimido, 1 x por Dia, durante 90 dias

2 . Prednisona 5mg - Comprimido — **270** Comprimido
Orientação: **TOMAR 3 CP AO DIA.** — Via Oral
3 Comprimido, 1 x por Dia, durante 90 dias

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SCHEILA FRITSCH
Médica Reumatologista
CRM 18180 - Matrícula: 42721

Data: **16/05/2022**
Unidade: Policlinica Boa Vista - 2511754
R Rua Prefeito Helmuth Fallgatter - ate 839/840, 321 - Boa Vista

Scheila Fritsch - CRM: 18160

OLOSTECH — Consultório Informatizado - Impressão em: 16/05/2022 16:37

A cada 3 semanas:

reduzir 2,5mg da dose total diária

25 → 22,5 → 20 → 17,5 →

15 → 12,5mg → 10 → etc.

FORNECIDO
UBS AVENTUREIRO
Ass: 20/06/22

60 prednisona 20mg. (23/08/22)
180 prednisona 5mg.

Prefeitura Municipal de Joinville
Secretaria da Saúde - SUS
Policlinica Boa Vista - 2511754
R Rua Prefeito Helmuth Fallgatter - ate 839/840, 321 - Boa Vista - CEP: 89205300
JOINVILLE - SC, Fone: 47 3417-1303

Prescrição de Medicamentos

Usuário SUS: **8497 - Sirlei Lucidonio Melo** CPF: 719.968.189-53 Data: **07/12/2021**
Data Nascimento: 09/09/1969 CNS: 702904568151573 Sexo: Feminino
Rua: Rua Belem do Para Nr.: 347 Bairro: Aventureiro

USO INJETÁVEL

DIPROSPAN OU DUOFLAM OU BETATRINTA OU PERMESE _____ 2 DOSES

APLICAR 1 DOSE INTRAMUSCULAR SE TIVER CRISE DA ARTRITE, COM 30 DIAS DE INTERVALO PARA A SEGUNDA DOSE.

Dra. Scheila Fritsch
Reumatologista
CRM 18160 / RQE 11120

Scheila Fritsch - CRM/SC: 18160

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA

UF SC | NÚMERO 24.1 71565 .22.137 | B

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua: Dr. João Colin, 2719 - Santo Antônio
Joinville-SC, CEP: 89218-035
Telefone: 3481-5100

2 de 6 de 22

Paciente: Sirlei Lucidonio Melo

Endereço:

Dr. Erikson Kaczmarek
Médico
CRM SC 24832 / CRM PR 38576

Assinatura e carimbo do Emitente

Medicamento ou Substância: Clonazepam
Quantidade e Forma Farmacêuti: 120 cp
Dose por Unidade Posológic: 2 mg 1 cp.
Posologia: 1 cp 12/12 horas

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR
Nome:
Endereço:
Telefone:
RG nº Órgão Emissor:

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR
Pereira
NOME DATA: / /

GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA. - EPP - (41) 9.8426-5009 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PARANÁ - CNPJ: 13.919.051/0001-63 - 500 Bls. - 50x1 - Numeração: 24.155.001.22.137 A 24.180.000.22.137 - Aut. Nº 5841 de 11/02

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA

UF SC | NÚMERO 24.1 71566 .22.137 | B

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua: Dr. João Colin, 2719 - Santo Antônio
Joinville-SC, CEP: 89218-035
Telefone: 3481-5100

2 de 6 de 22.

Paciente: Sirlei Lucidonio Melo

Endereço:

Dr. Erikson Kaczmarek
Médico
CRM SC 24832 / CRM PR 38576

Assinatura e carimbo do Emitente

Medicamento ou Substância: Diazepam
Quantidade e Forma Farmacêu: 120 cp.
Dose por Unidade Posoló: 10 mg 1 cp.
Posologia: 1 cp 12/12 horas

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR
Nome:
Endereço:
Telefone:
RG nº Órgão Emissor:

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR
Pereira
NOME DATA: / /

GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA. - EPP - (41) 9.8426-5009 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PARANÁ - CNPJ: 13.919.051/0001-63 - 500 Bls. - 50x1 - Numeração: 24.155.001.22.137 A 24.180.000.22.137 - Aut. Nº 5841

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

2º VIA

UBSF Aventureiro I - 2511487
R Rua Alino J Alipio, S/N - Aventureiro
CEP: 89225160 - JOINVILLE - SC
Fone: (47) 3467-6046

Usuário SUS: Sirlei Lucidonio Melo - 8497
Endereço: R Rua Belem do Para, 347 - Aventureiro JOINVILLE/SC
Profissional: ERIKSON KACZMAREK CRM-SC : 24882

Prescrição

USO ORAL

1. MIRTAZAPINA 30 MG 1CX

TOMAR 1 COMPRIMIDO APÓS O CAFE DA MANHA

2. QUETIAPINA 50 MG ..... 1 CX

TOMAR 1 COMPRIMIDO A NOITE.

Dr. Erikson Kaczmarek
Médico
CRM SC 24882 / CRM PR 38576

Data: 02/06/2022

Dr. Erikson Kaczmarek - CRM/SC: 24882

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL
Nome: Ident.:_____ Org. Emissor:_____ Endereço: Cidade:_____ UF:_____ Telefone:	Ass. do Farmacêutico Data____/____/____

OLOSTECH

Consultório Informatizado - Impressão em: 02/06/2022 13:37

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

2º VIA

UBSF Aventureiro I - 2511487
R Rua Alino J Alipio, S/N - Aventureiro
CEP: 89225160 - JOINVILLE - SC
Fone: (47) 3467-6046

registro 168625
quantidade 60
data 07-06-22
FR Farmácia e Manipulação CNPJ 05.819.523/0001-88

Usuário SUS: Sirlei Lucidonio Melo - 8497
Endereço: R Rua Belem do Para, 347 - Aventureiro JOINVILLE/SC
Profissional: ERIKSON KACZMAREK CRM-SC : 24882

Prescrição

USO ORAL

1. CITALOPRAM 40MG 60CP

TOMAR 1 CP AO DIA.

Dr. Erikson Kaczmarek Médico CRM SC 24882 / CRM PR 38576

Data: 02/06/2022

Dr. Erikson Kaczmarek - CRM/SC: 24882

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL
Nome: Ident.:_____ Org. Emissor:_____ Endereço: Cidade:_____ UF:_____ Telefone:	Ass. do Farmacêutico Data____/____/____

OLOSTECH

Consultório Informatizado - Impressão em: 02/06/2022 13:41

RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL Nr: 44775299

2º VIA

Erikson Kaczmarek (CRM SC: 24882)
UBSF Aventureiro I - 2511487
R Rua Alino J Alipio, S/N - Aventureiro - CEP: 89225160
JOINVILLE - SC, Fone: (47) 3467-6046

Nome: **8497 - Sirlei Lucidonio Melo** *(52 Anos, Sexo: Feminino)*
Endereço: R Rua Belem do Para, 347 - Aventureiro JOINVILLE/SC

1 . Carbamazepina 200mg - Comprimido — **120** Comprimido
Orientação: 1 Comprimido, 2 x por Dia, durante 60 dias — Via Oral

2 . Clorpromazina 100mg - Comprimido — **240** Comprimido
Orientação: **TOMAR 4 CPS A NOITE**
4 Comprimido, 1 x por Dia, durante 60 dias — Via Oral

3 . Levomepromazina 25mg - Comprimido — **240** Comprimido
Orientação: **TOMAR 4 CPS A NOITE**
4 Comprimido, 1 x por Dia, durante 60 dias — Via Oral

Dr. Erikson Kaczmarek
Médico
CRM SC 24882/ CRM PR 38576

"A Receita de Controle Especial tem validade de 30 dias contados a partir da data de sua emissão" (PORTARIA 344/1998/ANVISA).

Data: **02/06/2022**

Dr. Erikson Kaczmarek - CRM: 24882

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL
Nome: Ident.: Org. Emissor: Endereço: Cidade: UF: Telefone:	Ass. do Farmacêutico Data 06/06/22

OLOSTECH

Consultório Informatizado - Impressão em: 02/06/2022 13:38

C/Esta nota
FORNECIDO UBSF AV 1
ATÉ 11/8/22
RENOVAR RECEITA P/ NOVA RETIRADA

RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL Nr: 45340576

2º VIA

Emerson de Lima Pedroso (CRM SC: 27571)
UBSF Aventureiro I - 2511487
R Rua Alino J Alipio, S/N - Aventureiro - CEP: 89225160
JOINVILLE - SC, Fone: (47) 3467-6046

FORNECIDO UBSF, IV 1
ATÉ 25/08/22
RENOVAR RECEITA P/ NOVA RETIRADA

Nome: **8497 - Sirlei Lucidonio Melo** *(52 Anos, Sexo: Feminino)*
Endereço: R Rua Belem do Para, 347 - Aventureiro JOINVILLE/SC

1 . Ácido Valpróico 500mg - Comprimido
Orientação: **TOMAR 1 COMPRIMIDO ÀS 20 HORAS.**
1 Comprimido, 1 x por Dia, durante 60 dias

60 Comprimido
Via Oral

"A Receita de Controle Especial tem validade de 30 dias contados a partir da data de sua emissão" (PORTARIA 344/1998/ANVISA).

Data: **21/06/2022**

Emerson de Lima Pedroso
MÉDICO
CRM/SC 27571

Emerson de Lima Pedroso - CRM: 27571

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL
Nome: Ident.:_____ Org. Emissor:_____ Endereço: Cidade:_____ UF:_____ Telefone:	Ass. do Farmacêutico Data __/__/__ 22/06/22

OLOSTECH

Consultório Informatizado - Impressão em: 21/06/2022 08:56

2ª via - Usuário

RETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA
ATARINA

UNIAFAM JOINVILLE 22

Data de Emissão:
27/06/2022 11:43

Protocolo:
004.22.241128-4

COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Protocolo de Atendimento: Renovação

IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO

Nome: SIRLEI LUCIDONIO MELO

CNS: 702.9045.6815.1573

Data Nasc.: 09/09/196

Município: Joinville

Nome Mãe: HORTALINA ALVES MELO

CPF: 719.968.189-53

Nº Interno:370.368/8

SES	MEDICAMENTOS SOLICITADOS	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3
400012-9	LEFLUNOMIDA 20MG COMP	30	30	30
221027-4	METOTREXATO 25 MG/ML F.A. 2 ML	4	4	4

PREFEITURA DE JOINVILLE

Secretaria da Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA ITAJAÍ, 51 FONE 47 3431 4500 JOINVILLE SC

RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL

1A VIA FARMÁCIA
2A VIA PACIENTE

NOME: SIRLEI LUCIDONIO MELO

USO INTERNO

LEFLUNOMIDA 20 MG_____CONTINUO

TOMAR 1 CP AO DIA.

NÃO MANIPULAR ESTE REMÉDIO
NÃO PODE BEBIDA ALCOÓLICA
NÃO PODE ENGRAVIDAR COM ESTE REMÉDIO

DATA: 27 / 06 / 22.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SCHEILA FRITSCH
Médica Reumatologista
CRM 18160 - Matrícula: 427...

Favor trazer todos os REMÉDIOS QUE TOMA em todos os retornos.

Dra SCHEILA FRITSCH
REUMATOLOGISTA
CRM SC - 18160

PREFEITURA DE JOINVILLE

Secretaria da Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA ITAJAÍ, 51 FONE 47 3431 4500 JOINVILLE SC

RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL
1A VIA FARMÁCIA
2A VIA PACIENTE

NOME: SIRLEI LUCIDONIO MELO

USO EXTERNO

METOTREXATO 25 MG/ ML (FRASCO 2 ML)_____ CONTINUO

APLICAR 1 ML IM POR SEMANA (MEIO FRASCO)

NÃO MANIPULAR ESTE REMÉDIO
NÃO PODE BEBIDA ALCOÓLICA
NÃO PODE ENGRAVIDAR COM ESTE REMÉDIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SCHEILA FRITSCH
Médica Reumatologista
CRM 18160 - Matrícula: 4272

DATA: 27 / 06 / 22.

Favor trazer todos os REMÉDIOS QUE TOMA em todos os retornos.

Dra SCHEILA FRITSCH
REUMATOLOGISTA
CRM SC - 18160

CRM - SC
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PACIENTE: SIRLEI LUCIDONIO MELO

Declaração

Declaro para os devidos fins que SIRLEI LUCIDONIO MELO foi submetida a Bypass Gástrico em Y de Roux por videolaparoscopia em 6 de junho de 2013 e a Colecistectomia videolaparoscópica em 1º de maio de 2015.

06 de Junho de 2022

AUTENTICIDADE DEVE SER VALIDADA PELO QR CODE

VINICIUS JOSE COTA SCHIOCHET CRM-SC 12709

Cirurgia Do Aparelho Digestivo (Registro: 6896) e Cirurgia Geral (Registro: 11184)

Declaração emitido no dia 06/06/2022 12:51:58 por VINICIUS JOSE COTA SCHIOCHET - 12709/SC para SIRLEI LUCIDONIO MELO ( ).

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do CRM-SC, na Internet, no endereço: **https://api.crmsc.org.br/crvirtual-prescricao/#/validador/formulario/hPW77Fi6** ou diretamente em um dispositivo móvel com leitor de QRCODE, utilizando a senha **1729484244**

Este documento foi emitido e assinado eletronicamente por VINICIUS JOSE COTA SCHIOCHET 12709/SC através do sistema ESPACO MEDICO do CRM-SC em 06/06/2022 12:51:58.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 359

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
15/07/2022 11:04:00
Usuário:
CHARLES.BITENCOURT - CHARLES DOS SANTOS BITENCOURT - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
359

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88020-120 - Fone: (48)3287-5728 - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

ATO ORDINATÓRIO

CERTIFICO, para os devidos fins, que houve bloqueio de valores da parte executada realizado via Sisbajud, tendo sido apresentada exceção de pré-executividade.

Fica intimada a parte exequente para se manifestar sobre a exceção, dentro do prazo de 05 (cinco) dias (autorizado pela Portaria Conjunta n. 01/2019, publicada no DJE 3282, de 14/04/2020).

Documento eletrônico assinado por **CHARLES DOS SANTOS BITENCOURT, Servidor de Cartório** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310030551563v1** e do código CRC **c2fe84a1**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CHARLES DOS SANTOS BITENCOURT
Data e Hora: 15/7/2022, às 11:4:0

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 360

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
15/07/2022 11:04:00
Usuário:
CHARLES.BITENCOURT - CHARLES DOS SANTOS BITENCOURT - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
360
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
19/07/2022 00:00:00
Data Final:
25/07/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 361

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO
Data:
15/07/2022 11:04:45
Usuário:
CHARLES.BITENCOURT - CHARLES DOS SANTOS BITENCOURT - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
361

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 362

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__360
Data:
18/07/2022 01:30:08
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
362

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 363

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
18/07/2022 14:00:32
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
363

Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88020-120 - Fone: (48)3287-5728 - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

DESPACHO/DECISÃO

Aguarde-se em cartório o decurso do prazo da intimação do evento 360.

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO TAVARES MARTINS, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310030592061v2** e do código CRC **18ea978b**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO TAVARES MARTINS
Data e Hora: 18/7/2022, às 14:0:32

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 364

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
18/07/2022 14:00:32
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
364
Executado:
SIRLEI LUCIDONIO MELO
Prazo:
1 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
21/07/2022 00:00:00
Data Final:
21/07/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CARLOS ANDRÉ VIEIRA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 365

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
18/07/2022 14:00:32
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
365
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
1 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
20/07/2022 00:00:00
Data Final:
20/07/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 366

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__365
Data:
19/07/2022 01:51:30
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
366

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 367

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__364
Data:
20/07/2022 22:58:50
Usuário:
SC017079 - CARLOS ANDRÉ VIEIRA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
367

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 368

Evento:
CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__364
Data:
20/07/2022 22:58:50
Usuário:
SC017079 - CARLOS ANDRÉ VIEIRA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
368

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 369

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__365
Data:
21/07/2022 01:12:35
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
369

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 370

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__360
Data:
25/07/2022 09:20:05
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
370

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Daniele Oliveira dos Santos Ma
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Requerente: BANCO DO BRASIL S.A.
Requerido: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe de **Execução de Título Extrajudicial** em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador expor e requerer o que segue.

Conforme se depreende dos autos, verifica-se que a Casa Bancária, está sendo intimada acerca do petitório da parte adversa, acostado no evento 358, onde alega que os ativos financeiros bloqueados em conta correntes são impenhoráveis por se enquadrarem nos termo do artigo 833, IV do Código de Processo Civil, tendo em vista que a quantia constrita se trata de empréstimo consignado e benefício do INSS.

Todavia, a executada não assiste razão, como será comprovado a seguir.

Analisando os documentos acostados, verifica-se que a executada não demonstrou a alegada impenhorabilidade dos valores bloqueados, conforme dispõe art.373, II, do Código de Processo Civil.

Ademais, resta cristalino através da documentação juntada pela parte adversa que a conta na qual houve o bloqueio de ativos financeiros por meio do sistema SISBAJUD não se destina a recebimento de salário/benefício, mas sim de conta corrente comum, inclusive com realizações de várias outras operações bancárias de recebimento e pagamento de despesas, logo, não se constata tratar-se o valor bloqueado de verba salarial/benefício.

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

AGÊNCIA: 0001 **CONTA CORRENTE:** 000012762374-4 **SITUAÇÃO:** LIBERADA

SIRLEI LUCIDONIO MELO

DATA	DESCRIÇÃO	DOC	VALOR	D/C	VALOR
17/06/2022	SALDO DISPONIVEL INICIAL				3.703,18
17/06/2022	SALDO VINCULADO INICIAL				0,00
17/06/2022	SALDO BLOQUEADO INICIAL				0,00
20/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	25,00	D	
20/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	120,00	D	
20/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	25,00	D	
20/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	100,00	D	
20/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	307,00	D	
20/06/2022	PGTO DE BOLETOS-Boleto	000000000000	75,00	D	
20/06/2022	PGTO BOLETO-Boleto	000000000000	122,31	D	
20/06/2022	DEBITO DE CARTAO -PAG*FiosECia JOINVILLE BRA	000000000000	6,50	D	
20/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	15,00	D	
20/06/2022	DEBITO DE CARTAO -FARMACIA PRECO POPULAR JOINVILLE BRA	000000000000	22,90	D	
20/06/2022	SALDO DISPONIVEL				2.884,47
21/06/2022	PIX RECEBIDO-SIRLEI LUCIDONIO MELO	000000000000	140,00	C	
21/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	330,00	D	
21/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	100,00	D	
21/06/2022	PIX RECEBIDO-SIRLEI LUCIDONIO MELO	000000000000	3.946,00	C	
21/06/2022	SALDO DISPONIVEL				6.540,47
22/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	120,00	D	
22/06/2022	DEBITO DE CARTAO -SUPERMERCADO RODRIGUES JOINVILLE BRA	000000000000	10,58	D	
22/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	500,00	D	
22/06/2022	SALDO DISPONIVEL				5.909,89
24/06/2022	PGTO DE BOLETOS-Boleto	000000000000	24,38	D	
24/06/2022	PGTO DE BOLETOS-Boleto	000000000000	102,46	D	
24/06/2022	SALDO DISPONIVEL				5.783,05
27/06/2022	DEBITO DE CARTAO -SUPERMERCADO RODRIGUES JOINVILLE BRA	000000000000	71,78	D	
27/06/2022	DEBITO DE CARTAO -ISA PRESENTES JOINVILLE BRA	000000000000	24,30	D	
27/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	30,00	D	
27/06/2022	DEBITO DE CARTAO -MILIUM LJ 56 JOINVILLE BRA	000000000000	29,00	D	
27/06/2022	DEBITO DE CARTAO -PATRICIA BORGES VEIGA JOINVILLE BRA	000000000000	10,00	D	
27/06/2022	DEBITO DE CARTAO -BISTEK SUPERMERCADOS JOINVILLE BRA	000000000000	61,07	D	
27/06/2022	PIX RECEBIDO-SIRLEI LUCIDONIO MELO	000000000000	28,88	C	
27/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	100,00	D	
27/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	15,00	D	
27/06/2022	PGTO DE BOLETOS-Boleto	000000000000	572,00	D	

27/06/2022	DEBITO DE CARTAO -PDV*Junta Medica CURITIBA BRA	000000000000	75,58	D	
27/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	15,00	D	
27/06/2022	DEBITO DE CARTAO -EBANX SPOTIFY CURITIBA BRA	000000000000	19,90	D	
27/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	12,00	D	
27/06/2022	SALDO DISPONIVEL				4.776,30
28/06/2022	RECARGA CELULAR-Recarga de celular	000000000000	60,00	D	
28/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	37,00	D	
28/06/2022	SALDO DISPONIVEL				4.679,30
29/06/2022	DEVOL RECEBIDA PIX	000000000000	135,19	C	
29/06/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	20,00	D	
29/06/2022	SALDO DISPONIVEL				4.794,49
01/07/2022	PIX RECEBIDO-SIRLEI LUCIDONIO MELO	000000000000	500,00	C	
01/07/2022	SALDO DISPONIVEL				5.294,49
04/07/2022	DEBITO DE CARTAO -BISTEK SUPERMERCADOS JOINVILLE BRA	000000000000	102,22	D	
04/07/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	50,00	D	
04/07/2022	PIX RECEBIDO-SIRLEI LUCIDONIO MELO	000000000000	880,00	C	
04/07/2022	PGTO DE BOLETOS-Boleto	000000000000	220,75	D	
04/07/2022	PGTO DE BOLETOS-Boleto	000000000000	30,27	D	
04/07/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	10,00	D	
04/07/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	120,00	D	
04/07/2022	SALDO DISPONIVEL				5.641,25
05/07/2022	TRANSF ENVIADA PIX	000000000000	65,69	D	
05/07/2022	PGTO BOLETO-Boleto	000000000000	689,40	D	
05/07/2022	PGTO BOLETO-Boleto	000000000000	213,71	D	
05/07/2022	PGTO DE BOLETOS-Boleto	000000000000	64,33	D	
05/07/2022	BLOQUEIO DE SALDO-PR 0046696-30.2006.8.24.0038/V 45772	000000000000	4.608,12	D	
05/07/2022	SALDO DISPONIVEL				0,00
06/07/2022	SALDO DISPONIVEL FINAL				0,00
06/07/2022	SALDO VINCULADO FINAL				0,00
06/07/2022	SALDO BLOQUEADO FINAL				4.608,12

Não obstante as verbas impenhoráveis nos termos do art. 833 do Código de Processo Civil, a jurisprudência é pacífica no sentido da precariedade da impenhorabilidade dos valores, sendo cabível a análise de cada caso concreto, nesse sentido, colaciona-se os seguintes julgados:

> REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. **PENHORA DE NUMERÁRIO PELO BACENJUD**. PLEITO DE IMPENHORABILIDADE INDEFERIDO. AGRAVO DO EXECUTADO. **VALORES DEPOSITADOS EM CONTA CORRENTE COM INTENSA MOVIMENTAÇÃO. INTENTO DE POUPANÇA NÃO COMPROVADO. PENHORABILIDADE**. Sem prova do intento de formar-se reserva financeira (poupança) ou da natureza alimentar, prevalece a penhora, nos termos da jurisprudência deste Tribunal. AGRAVO NÃO PROVIDO. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 5027421-36.2020.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Gilberto Gomes de Oliveira, Terceira Câmara de Direito Comercial, j. 12-11-2020).(Grifo nosso).

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. INTERLOCUTÓRIO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE DESBLOQUEIO DOS VALORES PENHORADOS ATRAVÉS DO SISTEMA BACENJUD. INCONFORMISMO DOS EXECUTADOS. PRETENDIDO O RECONHECIMENTO DA IMPENHORABILIDADE DA QUANTIA BLOQUEADA, POR SE TRATAR DE VALOR POUPADO, **NÃO OBSTANTE ESTEJA EM CONTA CORRENTE. TESE RECHAÇADA. DOCUMENTOS COLACIONADOS AOS AUTOS QUE INDICAM UMA MOVIMENTAÇÃO FREQUENTE DAS CONTAS CORRENTES EM QUESTÃO**. TRANSAÇÕES FINANCEIRAS QUE AFASTAM O INTUITO DE

> POUPAR TAIS VALORES, AINDA QUE ESTES APRESENTEM PATAMAR INFERIOR A 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. 1. "**A jurisprudência desta Corte de Justiça inclina-se no sentido de que, malgrado a impenhorabilidade da quantia depositada em caderneta de poupança até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, afigura-se possível a constrição na hipótese de desvirtuamento da aplicação financeira em conta corrente, constatado a partir da natureza e da periodicidade das transações bancárias"** (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2013.060542-2, de Chapecó, rel. Des. Cid Goulart, Segunda Câmara de Direito Público, j. 14-07-2015). 2. À luz da prioridade conferida por lei à penhora em dinheiro (art. 835, § 1º, CPC), o sistema processual dispõe que "incumbe ao executado, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar que [...] as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis" (art. 854, § 3º, I). Em consonância, o STJ entende que "[...] **a impenhorabilidade dos depósitos em contas correntes, ao argumento de tratar-se de verba salarial, consubstancia fato impeditivo do direito do autor (art. 333, inciso II, do CPC), recaindo sobre o réu o ônus de prová-lo" (REsp 619.148/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, j. 20/05/2010).** (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4024873-60.2017.8.24.0000, de Concórdia, deste Relator, com votos vencedores dos Exmos. Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta e Saul Steil, Terceira Câmara de Direito Civil, j. 20-02-2018). AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERE O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO PRETENDIDO PELA PARTE AGRAVANTE. MÉRITO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO JULGADO NESTA SESSÃO. CONSEQUENTE PERDA DO OBJETO DA PRESENTE INSURGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO. (TJ-SC - AI: 50230858620208240000 TJSC 5023085-86.2020.8.24.0000, Relator: MARCUS TULIO SARTORATO, Data de Julgamento: 22/09/2020, 3ª Câmara de Direito Civil).

Sendo assim, o valor bloqueado em conta corrente não corresponde a unicamente a verba de recebimento de aposentadoria, como assim alega a executada de modo que o bloqueio do valor em conta corrente se mostra plenamente procedente, nos termos do art. 835, I, do Código de Processo Civil:

> Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:
> I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira;

Diante da ausência de comprovação da impenhorabilidade por parte da devedora não é possível conceber o valor bloqueado como oriundo apenas do crédito do INSS, eis que foram comprovados que os ativos financeiros bloqueados se referem a verbas plenamente passíveis de penhora, razão pela qual requer-se o não acolhimento das alegações aduzidas, vez que carecedoras de direito e verdade real, mantendo-se, assim, a penhora dos ativos financeiros bloqueados.

No tocante as intimações, independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer deste processo, incluindo todos os incidentes apensos e vinculados, sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941,** sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 22 de julho de 2022

Luiz Fernando Brusamolin	**José Antônio Broglio Araldi**	**Carlos H. Santos de Alcântara**
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 371

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
15/08/2022 14:59:41
Usuário:
MARCELO.PAUTZ - MARCELO MARKUS PAUTZ - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
371

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88020-120 - Fone: (48)3287-5728 - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n° 06, de 20/08/2018, estando concluída a digitalização dos autos físicos para tramitação em meio eletrônico (atentar-se que, por vezes, esta pode ter sido realizada em 2º grau de jurisdição, nos autos da apelação), ficam as partes intimadas, por meio de seus procuradores constituídos, para, **no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias:**

I - alegar eventual adulteração ocorrida antes ou durante o processo de digitalização, nos termos do § 1º do art. 11 da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006; e/ou

II - solicitar o desentranhamento dos documentos originais que juntou aos autos físicos, **que se encontram disponíveis na comarca de Joinville/SC**.

Findo o prazo acima assinalado, os autos físicos serão descartados, observada a correta destinação ambiental.

Documento eletrônico assinado por **MARCELO MARKUS PAUTZ, Servidor de Cartório**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310031864561v1** e do código CRC **5aeea895**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MARCELO MARKUS PAUTZ
Data e Hora: 15/8/2022, às 14:59:41

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 372

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
15/08/2022 14:59:42
Usuário:
MARCELO.PAUTZ - MARCELO MARKUS PAUTZ - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
372
Executado:
SIRLEI LUCIDONIO MELO
Prazo:
45 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
17/08/2022 00:00:00
Data Final:
20/10/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CARLOS ANDRÉ VIEIRA
Suspensões e Feriados:
Independência do Brasil: 07/09/2022
Dia De Nossa Senhora Aparecida: 12/10/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 373

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
15/08/2022 14:59:44
Usuário:
MARCELO.PAUTZ - MARCELO MARKUS PAUTZ - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
373
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
45 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
17/08/2022 00:00:00
Data Final:
20/10/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN
Suspensões e Feriados:
Independência do Brasil: 07/09/2022
Dia De Nossa Senhora Aparecida: 12/10/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 374

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__373
Data:
16/08/2022 01:49:52
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
374

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 375

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO
Data:
16/08/2022 17:28:20
Usuário:
ALESSANDRO - ALESSANDRO MEES DOS SANTOS - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
375

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 376

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__372
Data:
16/08/2022 20:49:22
Usuário:
SC017079 - CARLOS ANDRÉ VIEIRA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
376

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 377

Evento:
CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__372
Data:
16/08/2022 20:49:22
Usuário:
SC017079 - CARLOS ANDRÉ VIEIRA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
377

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 378

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
17/08/2022 14:10:23
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
378

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88020-120 - Fone: (48)3287-5728 - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de impugnação à penhora e pedido de liberação de valores bloqueados em conta corrente pelo sistema *SISBAJUD,* formulado pela executada Sirlei Lucidonio Melo, sob o fundamento de que os valores bloqueados eram oriundos de aposentadoria e empréstimo consignado realizado junto à Caixa Econômica Federal (evento 358, DOC1).

Com efeito, o art. 833, IV, do Código de Processo Civil assegura a impenhorabilidade dos vencimentos, subsídios, salários, proventos de aposentadoria e assemelhados.

No caso em apreço, denota-se dos documentos constantes no evento 358, DOC2 que parte do valor de R$ R$ 4.733,66, bloqueado da conta bancária da executada (evento 353, DOC1), é oriundo do seu benefício previdenciário recebido no dia 30/06/2022, no valor de R$ 879,70 (evento 358, DOC2, pág. 3).

Quando ao restante da quantia bloqueada, restou comprovado que se refere a crédito de empréstimo consignado realizado pela parte executada no dia 20/06/2022, no valor de R$ 3.945,93, junto à Caixa Econômica Federal (evento 358, DOC2, pág 1).

Consoante se infere das declarações da executada, os valores são imprescindíveis para o seu próprio sustento, haja vista a condição delicada de seu estado de saúde, o que se constata por meio dos documentos médicos e das receitas constantes no evento 358, DOC3.

Vê-se, portanto, que a destinação do valor oriundo do empréstimo está clara.

Não obstante, comporta mencionar que recentemente o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que não só os valores depositados em conta poupança devem ser declarados impenhoráveis, mas todos aqueles que se estendam a outros tipos de conta, desde que inferiores a 40 salários mínimos. Neste sentido:

> *AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA POR BACENJUD. VALOR DEPOSITADO EM CONTA POUPANÇA COM MOVIMENTAÇÃO DE CONTA CORRENTE. SALDO INFERIOR A 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS. IMPENHORABILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A Segunda Seção desta Corte Superior pacificou o entendimento de que "**é possível ao devedor poupar valores sob a regra da impenhorabilidade no patamar de até quarenta salários mínimos, não apenas aqueles depositados em cadernetas de poupança, mas também em conta-corrente ou em fundos de investimento**, ou guardados em papel-moeda" (EREsp 1.330.567/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe de 19/12/2014). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1767245/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/06/2021, DJe 05/08/2021) (Sem grifo no original)*
>
> *AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIAL. APURAÇÃO DE HAVERES. EXECUÇÃO. PENHORA DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTA-CORRENTE E CONTA-POUPANÇA. IMPENHORABILIDADE DE QUANTIA ATÉ O LIMITE DE 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. PERDA DO OBJETO DO RECURSO EXCEPCIONAL. INOVAÇÃO RECURSAL. REVALORAÇÃO JURÍDICA DOS FATOS. POSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. É vedado à parte insurgente, nas razões do agravo interno, apresentar teses que não foram aventadas no momento da interposição do recurso especial, em virtude da preclusão. 2. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça manifesta-se no sentido de que todos os valores pertencentes ao devedor, até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, mantidos em conta-corrente, caderneta de poupança ou fundos de***

investimentos são impenhoráveis. *3. Segundo entendimento jurisprudencial deste Tribunal Superior, é possível a revaloração dos fatos reconhecidos pelas instâncias ordinárias, pois essa requalificação jurídica consiste apenas em atribuir o devido valor jurídico a matéria fática incontroversa (REsp 1.766.261/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 18/05/2021, DJe 24/05/2021). 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1826475/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/06/2021, DJe 25/06/2021) (Sem grifo no original)*

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. REGRA DE IMPENHORABILIDADE. VALORES ATÉ 40 SALÁRIOS MÍNIMOS DEPOSITADOS EM CONTAS BANCÁRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. 1. São impenhoráveis os saldos inferiores a 40 salários-mínimos depositados em caderneta de poupança e, conforme entendimento do STJ, em outras aplicações financeiras e em conta-corrente. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1812780/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/05/2021, DJe 26/05/2021) (Sem grifo no original)

Assim, considerando que o valor bloqueado no evento 353, DOC1 - com exceção da quantia decorrente da aposentadoria da devedora -, estava depositado em conta corrente e era inferior a 40 salários mínimos, também deve ser liberado, vez que impenhorável.

Por tais razões, **DEFIRO** o pedido de **impenhorabilidade** formulado pela executada, nos termos da fundamentação supra e, **DETERMINO** a devolução dos valores bloqueados via SISBAJUD (evento 353, DOC1) à executada, mediante a expedição de alvará judicial.

Com o decurso do prazo de 5 dias sem insurgência, expeça-se alvará do valor constante no evento 353, DOC1 para a parte executada, em conta bancária a ser indicada nos autos no prazo de 5 dias.

A expedição de alvará pressupõe o fornecimento das seguintes informações:

a) nome do beneficiário;

b) CPF/CNPJ do beneficiário;

c) número da conta bancária, **com dígito verificador;**

d) número da agência, **com dígito verificador, se houver;**

e) nome da instituição financeira, se possível com a indicação do código verificador;

f) nome do titular da conta bancária (do primeiro titular, se for conta conjunta);

g) CPF/CNPJ do titular da conta bancária;

h) identificar se a conta é corrente ou poupança (é inviável a transferência para conta salário, hipótese em que deve ser informada conta alternativa);

i) se o alvará for requerido em favor de Advogado que não advoga em causa própria, de procuração com poderes para receber e dar quitação;

j) se for alvará para levantamento de honorários em favor de sociedade de Advogados, deve ser comprovada a inscrição no Simples Nacional para se fazer jus a regime diferenciado de retenção de Imposto de Renda;

k) se o levantamento for fracionado em principal (à parte) e honorários (ao Advogado), solicitamos que se informe o valor devido a cada beneficiário, evitando assim o encaminhamento dos autos à Contadoria para cálculos, o que contribuirá para a rápida expedição do alvará.

Caso os dados bancários não sejam apresentados, fica autorizada, desde já, a utilização do SISBAJUD para a pesquisa.

Com a expedição do alvará, **intime-se** a parte exequente para requerer o que de direito, no prazo de 30 dias, sob pena de arquivamento ao aguardo de manifestação de parte ou do transcurso do prazo de prescrição intercorrente, nos moldes do art. 921 do CPC.

Com o decurso do prazo sem manifestação, independentemente de nova intimação, **arquivem-se.**

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO TAVARES MARTINS, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310031972589v7** e do código CRC **758c15f4**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO TAVARES MARTINS
Data e Hora: 17/8/2022, às 14:10:23

0046696-30.2006.8.24.0038 **310031972589 .V7**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 379

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
17/08/2022 14:10:24
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
379
Executado:
SIRLEI LUCIDONIO MELO
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
22/08/2022 00:00:00
Data Final:
26/08/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CARLOS ANDRÉ VIEIRA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 380

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
17/08/2022 14:10:24
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
380
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
5 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
19/08/2022 00:00:00
Data Final:
25/08/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 381

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__380
Data:
18/08/2022 01:51:55
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
381

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 382

Evento:
PETICAO
Data:
19/08/2022 14:24:08
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
382

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.



PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Daniele Oliveira dos Santos Ma
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Exequente: BANCO DO BRASIL S.A.
Executado: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe de **Execução de Título Extrajudicial** em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador que ao final assina, manifestar ciência da digitalização dos autos.

Outrossim, considerando que este juízo deferiu a liberação dos valores constritos a parte executada, a Casa Bancária vem requerer o prosseguimento do feito, razão pela qual reitera-se o petitório de evento 338, a fim de que sejam designadas novas datas para realização de leilão referente ao bem imóvel penhorado, nos termos do art. 880 e seguintes do Código de Processo Civil.

No tocante as intimações, independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer deste processo, incluindo todos os incidentes apensos e vinculados, sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941,** sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 18 de agosto de 2022

Luiz Fernando Brusamolin
OAB/SC 29.941

José Antônio Broglio Araldi
OAB/SC 30.425A

Carlos H. Santos de Alcântara
OAB/SC 19.756

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 383

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__379
Data:
19/08/2022 15:00:26
Usuário:
SC017079 - CARLOS ANDRÉ VIEIRA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
383

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 384

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__379
Data:
19/08/2022 15:00:26
Usuário:
SC017079 - CARLOS ANDRÉ VIEIRA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
384

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUÍZ DE DIREITO DO 20º JUÍZO DA UNIDADE ESTADUAL DE DIREITO BANCÁRIO – ESTADO DE SANTA CATARINA.

*****URGENTE*****

SIRLEI LUCIDONIO MELO, já qualificada na **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038**, que movida por **BANCO DO BRASIL S.A.**, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu advogado que ao final assina, em cumprimento a decisão de ev. retro, informar e requerer conforme segue:

1) Seguem dados para expedição de alvará total:

Beneficiária e Titular: Sirlei Lucidonio Melo
CPF: 71996818953
Conta Poupança: 00011256-7
Agência 1420
Operação 013
Caixa Econômica Federal – nº 104

2) Urgente!

Conforme laudo médico datado de ontem (18/08/2022) e demais comprovantes em anexo, a executada teve derrame pleural (água no pulmão) e teve que ser internada as pressas. Necessita de mais medicamentos e, portanto, requer-se a urgência na transferência dos valores.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Joinville (SC), 19 de agosto de 2022.

CARLOS ANDRÉ VIEIRA
OAB/SC 17.079

TC DO TORAX

hapvida Diagnóstico

HAPVIDA DIAGNÓSTICO

TOMOGRAFIA - HGJ

Data 18/08/2022

Paciente...: 22780634 SIRLEI LUCIDONIO MELO **Nascimento.:** 09/09/1969 **Sexo** F

CPF.: 71996818953

NºPedido: 56461320

Convênio CLINIPAM Matrícula 31663127

Solicitante Dr(a) OSIEL DOS REIS SCHO

Exame:
TC DO TORAX

Dt Realização: 18/08/22 17:36 **Dt Liberação:** 18/08/22 18:10

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX

¿

TÉCNICA DE EXAME: exame realizado com cortes axiais, com reconstruções ortogonais e sem o uso de contraste endovenoso

¿

INTERPRETAÇÃO

Opacidades pulmonares em vidro fosco à esquerda, com micronódulos associados

Pequeno granuloma calcificado no lobo superior do pulmão esquerdo, residual

Traqueia e brônquios principais pérvios

Discreta reação pleural à esquerda, sugestiva de espessamento e/ou líquido derrame pleural laminar

Coração e pericárdio sem anormalidades significativas

Aorta torácica e vasos supra-aórticos com calibre preservado. Discreta ateromatose aórtica

Tronco da artéria pulmonar com calibre preservado

Não há sinais de linfonodomegalias mediastinais

Implantes mamários bilaterais

Alterações pós-cirúrgicas no abdome superior relacionada a gastroplastia e colecistectomia

Osteófitos marginais na coluna vertebral

¿

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

Opacidades pulmonares em vidro fosco à esquerda, com micronódulos associados, podendo corresponder a processo inflamatório/infeccioso broncopneumônico. Correlacionar com informações clínicas

¿Discreta reação pleural à esquerda, sugestiva de espessamento e/ou líquido derrame pleural laminar

Discreta ateromatose aórtica

Implantes mamários bilaterais

Alterações pós-cirúrgicas no abdome superior relacionada a gastroplastia e colecistectomia

FABIO AKIRA UYENO - CRM 35120-PR

hapvida Diagnóstico

HAPVIDA DIAGNÓSTICO

HOSPITAL GERAL DE JOINVILLE

End: Rua Itaiopolis, 128 - America | Joinville - SC
CNPJ: 12361267004261

Fone: (47)31214600
Insc. Conselho: CRBM - 2638

Paciente...: SIRLEI LUCIDONIO MELO **Sexo: F** **Nasc: 09-09-1969**
RG.....: **CPF: 71996818953** Conv.: CLINIPAM
N° Pedido..: 56451911 N°Conv: 31663127
Solicitante: Dr(a) CAETANO DA COSTA SOUZA

Dt Coleta...: 18/08/2022 13:17 Dt Liberação..: 18/08/2022 14:36

TROPONINA

Método: **ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA**

Material..: **SORO**

RESULTADO:	0,009 ng/mL

Valores de Referência
Mulheres: <0,009 ng/mL
Homens..: <0,016 ng/mL

Vanessa M. A. Souza

Dra.Vanessa M Dos Anjos de Souza
Farmacêutico (A) - Bioquímico (A) CRBM - 3417

Esse laudo foi conferido e assinado digitalmente.

A interpretação do resultado desle(s) exames(s) e a conclusão diagnostica são atos medicos, dependem da análise conjunta dos dados clinicos de demais exames do(a) paciente.

RESP. TÉCNICO(A) - THAIS MARIA ROTH - CRBM - 2638 - RS

hapvida Diagnóstico

HAPVIDA DIAGNÓSTICO

HOSPITAL GERAL DE JOINVILLE

End: Rua Itaiopolis, 128 - America | Joinville - SC
CNPJ: 12361267004261

Fone: (47)31214600
Insc. Conselho: CRBM - 2638

Paciente....: BIRLEI LUCIDONIO MELO
EQ.....:
Nº Pedido..: 56451911 CPF: 71996818953 Sexo: F Nasc: 09-09-1969
Solicitante: Dr(a) CAETANO DA COSTA SOUZA Conv.: CLINIFAM
Nº Conv: 31441127

Dt. Coleta...: 18/08/2022 13:17 Dt. Liberação...: 18/08/2022 14:54

HEMOGRAMA COM CONTAGEM DE PLAQUETAS

Material..: SANGUE TOTAL EDTA
Método: CITOMETRIA DE FLUXO FLUORESCENTE/IMPEDÂNCIA COM FOCO HIDRODINÂMICO/MÉTODO ELS

Valores de Referência

		Homens	Mulheres
ERITROGRAMA: (SÉRIE VERMELHA):			
HEMÁCIAS:	3,39 10⁶/L	4,63 - 6,08	3,93 - 5,22 10⁶/L
HEMOGLOBINA:	10,5 g/dL	13,7 - 17,5	11,2 - 15,7 g/dL
HEMATÓCRITO:	32,7 %	40,1 - 51,0	34,1 - 44,9 %
VOL. CORPUSCULAR MÉDIO:	96,5 fL	79,0 - 92,2	79,4 - 94,8 fL
HE. CORPUSCULAR MÉDIA:	31,0 pg	25,7 - 32,2	25,6 - 32,2 pg
CONC. HB. CORP. MÉDIA:	32,1 g/dL	32,3 - 36,5	32,2 - 35,5 g/dL
R.D.W:	14,3 %	11,6 - 14,6 %	
ERITROBLASTOS:		0%	
LEUCOGRAMA: (SÉRIE BRANCA):			
LEUCÓCITOS:	12.420 /uL	Homem.: 4.230 - 9.070 /uL Mulher: 3.980 - 10.040 /uL	
NEUTRÓFILOS:	(%) (uL)	**Normal (%)**	**Normal (uL)**
PROMIELÓCITOS:	96 11.923	34,0 - 67,9 %	1.780 - 5.380 /uL
MIELÓCITOS:	0 0	0%	
METAMIELÓCITOS:	0 0	0%	
BASTÕES:	0 0	0%	
SEGMENTADOS:	11 1.366	0 - 5 %	0 - 390 /uL
EOSINÓFILOS:	85 10.557	34,0 - 67,9 %	1.780 - 5.380 /uL
BASÓFILOS:	0 0	0,8 - 7 %	40 - 540 /uL
LINFÓCITOS TÍPICOS:	0 0	0,2 - 1,2 %	10 - 80 /uL
MONÓCITOS:	2 248	21,8 a 53,1 %	1.130 a 3.570 /uL
LINFÓCITOS ATÍPICOS:	2 248	5,3 - 12,2 %	300 - 820 /uL
BLASTOS:	0 0	0%	
	0 0	0%	
PLAQUETAS:	209.000 /uL	Homem.: 163.000 - 337.000 /uL Mulher: 182.000 - 369.000 /uL	
MPV:	10,1 fL	9,4 - 12,4 fL	

Vanessa M. A. Souza

Dra Vanessa M Dos Anjos de Souza
Farmacêutico (A) - Bioquimico (A) CRBM - 3417

A interpretação do resultado deste(s) exames(s) e a conclusão diagnóstica são atos médicos, dependem da análise conjunta dos dados clínicos de demais exames do(a) paciente.

Esse laudo foi conferido e assinado digitalmente.

RESP. TÉCNICO(A) - THAIS MARIA ROTH - CRBM - 2638 - RS

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 385

Evento:
PETICAO
Data:
23/08/2022 14:50:40
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
385

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.



PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Daniele Oliveira dos Santos Ma
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Exequente: BANCO DO BRASIL S.A.
Executado: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe de Execução de Título Extrajudicial em que litiga com CONFECCOES SIRPIER LTDA ME, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador expor e requerer o que segue.

A Casa Bancária vem reiterar os petitórios de eventos 338 e 382, a fim de que sejam designadas novas datas para realização de leilão referente ao bem imóvel penhorado, nos termos do art. 880 e seguintes do Código de Processo Civil.

Ademais, considerando que o bem imóvel penhorado possui valor insuficiente para saldar o débito exequendo este exequente vem requerer a realização de consulta junto ao sistema SNIPER (SISTEMA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS), a fim de localizar eventuais bens dos executados, vínculos patrimoniais, societários e financeiros entre pessoas físicas e jurídicas.

Ainda requer seja realizada pesquisa via sistema RENAJUD, ordem judicial eletrônica de restrição de transferência, de licenciamento e de circulação, bem como averbação de registro de penhora, sobre eventuais veículos automotores cadastrados na Base Índice Nacional (BIN) em nome dos executados.

Caso a penhora realizada por meio do sistema RENAJUD resulte infrutífera, que seja enviado, via sistema INFOJUD, pedido a Receita Federal, para que encaminhe a este M.M. Juízo a cópia das declarações de imposto de renda do executado referente aos últimos cinco exercícios fiscais,

bem como cópia da Declaração de Operações Imobiliárias (DOI) e da Declaração de Imposto Territorial Rural (DITR), a fim de que o exequente possa verificar outros bens passíveis de penhora.

No tocante as intimações, independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer deste processo, incluindo todos os incidentes apensos e vinculados, sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941, sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 22 de agosto de 2022

Luiz Fernando Brusamolin	José Antônio Broglio Araldi	Carlos H. Santos de Alcântara
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 386

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__380
Data:
26/08/2022 01:16:16
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
386

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 387

Evento:
EXPEDICAO_DE_ALVARA
Data:
01/09/2022 15:00:38
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
387



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88020-120 - Fone: (48)3287-5728 - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

ALVARÁ Nº 310032683396

Alvará.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca: Estadual Bancária
Vara: Unidade Estadual de Direito Bancário

Alvará Judicial

Autos nº (0046696-30.2006.8.24.0038)

O (A) Doutor(a) Rodrigo Tavares Martins, (a) MM. Juiz(a) de Direito,

Determina que a Diretoria de Orçamento e Finanças, efetue a transferência bancária, mediante débito na subconta, a ser creditado na conta do beneficiário,conforme dados abaixo:

Número do Alvará: 22.930.035.13882
Valor autorizado: R$ 4.768,25 *

Dados da Subconta:
Nome do titular: BANCO DO BRASIL S A
CPF/CNPJ: 00.000.000/0001-91
Número subconta: 22.092.2801-1

Dados Bancários:
Beneficiário: SIRLEI LUCIDONIO MELO
CPF/CNPJ: 719.968.189-53
Banco: 104
Agência: 1420-0
Conta: 01300011256-7

* Incluir rendimentos do período.

Eu, Jorge Antonio Cecyn Junior (Matrícula nº 37785), Chefe de Cartório, o digitei, conferi e assinei eletronicamente o presente documento.

Estadual Bancária (SC), 1 de setembro de 2022.

Chefe de Cartório

Juiz(a) de Direito

Informações de Retenção Previdenciária e para a Receita Federal do Brasil:

CPF/CNPJ	Contribuinte	Valor Bruto	Inst. Prev.	Ret. Prev.	Código	RRA	Alíq(%)	Imposto Retido
719.968.189-53	SIRLEI LUCIDONIO MELO	4.768,25			0000	-	0,00	0,00

Sistema de Depósitos Judiciais
Alvará nº 22.930.035.13882

Impresso em: 01/09/2022
Página 1 / 1

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO TAVARES MARTINS, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310032683396v2** e do código CRC **646b983f**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO TAVARES MARTINS
Data e Hora: 1/9/2022, às 15:0:37

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 388

Evento:
JUNTADA_DE_ALVARA_PAGO
Data:
06/09/2022 13:37:06
Usuário:
JCECYN - JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
388

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88020-120 - Fone: (48)3287-5728 - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

CERTIDÃO

Informamos que o pedido de saque abaixo transcrito foi processado pelo Sistema de Depósitos Judiciais - DOF e o dinheiro já foi liberado para o banco, agência e conta indicados a seguir:
Juiz(a) autorizador(a): Rodrigo Tavares Martins
Chefe de cartório responsável: Jorge Antonio Cecyn Junior
Subconta: 22.092.2801-1
Valor do pedido solicitado: R$4.768,25
Valor total do pedido efetuado: R$4.793,54
Valor liquido transferido para parte: R$4.793,54
Tipo de saque: 'Total'
Beneficiado: SIRLEI LUCIDONIO MELO
CPF/CNPJ: 719.968.189-53
Data do pedido: 01/09/2022 10:28:11
Data da liberação: 05/09/2022
Número processo SAJ:
Número processo CNJ: 0046696-30.2006.8.24.0038
Banco: 104
Agência: 1420-0
Conta: 01300011256-7
Comprovante de liberação: 22.930.035.13882

Atenciosamente,
Divisão de Gestão de Depósitos Judiciais
Diretoria de Orçamento e Finanças
Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Confirmação de transferência SIDEJUD

.

Documento eletrônico assinado por **JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310032896791v2** e do código CRC **89da2ac1**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR
Data e Hora: 6/9/2022, às 13:37:6

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 389

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO
Data:
06/09/2022 13:37:17
Usuário:
JCECYN - JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
389

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 390

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___PARTE__BANCO_DO_BRASIL_S_A___

Data:
06/09/2022 13:37:35

Usuário:
JCECYN - JORGE ANTONIO CECYN JUNIOR - CHEFE DE CARTÓRIO

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
390

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 391

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
07/09/2022 06:58:20
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
391

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88020-120 - Fone: (48)3287-5728 - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.
EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA
EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA
EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

DESPACHO/DECISÃO

1) Designe-se nova hasta pública, dando preferência ao leiloeiro já nomeado.

2) Nos 30 dias que antecedem a hasta, a Contadoria deverá atualizar monetariamente o valor da avaliação.

3) Intime-se a parte executada, com antecedência mínima de 5 dias da hasta, através do seu Advogado ou, não o tendo, pessoalmente.

4) Se se tratar de bem imóvel de parte executada casada, intime-se nos moldes supramencionados igualmente o seu cônjuge.

5) Se a parte executada for revel ou não tiver Advogado, não havendo menção do seu endereço nos autos ou não sendo encontrado no endereço constante no processo, a sua intimação ocorrerá através da publicação do edital de leilão.

6) Não será aceito preço vil, assim entendido o inferior a 50% do valor da avaliação.

7) Arbitro em 6% do produto da alienação a comissão do leiloeiro.

8) Em caso de cancelamento da hasta pública originado de acordo ou pagamento, a parte executada pagará ao leiloeiro as despesas decorrentes da preparação do leilão, como a publicação de edital, conquanto comprovadas nos autos.

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO TAVARES MARTINS, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310032898172v2** e do código CRC **6cd6f71d**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO TAVARES MARTINS
Data e Hora: 7/9/2022, às 6:58:20

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 392

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
07/09/2022 06:58:20
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
392
Executado:
SIRLEI LUCIDONIO MELO
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
20/09/2022 00:00:00
Data Final:
10/10/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CARLOS ANDRÉ VIEIRA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 393

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
07/09/2022 06:58:20
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
393
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
09/09/2022 00:00:00
Data Final:
29/09/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 394

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__393
Data:
08/09/2022 01:54:15
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
394

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 395

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__392
Data:
17/09/2022 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
395

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 396

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
28/09/2022 12:45:27
Usuário:
DENIZE - DENIZE SCOZ - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
396

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88020-120 - Fone: (48)3287-5728 - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

ATO ORDINATÓRIO

Fica intimada a parte exequente para, no prazo de 15 dias, apresentar planilha atualizada do débito, bem como matrícula atualizada do imóvel penhorado, sob pena de suspensão do feito.

Documento eletrônico assinado por **DENIZE SCOZ**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310033898236v2** e do código CRC **2ac77dfc**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): DENIZE SCOZ
Data e Hora: 28/9/2022, às 12:45:27

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 397

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
28/09/2022 12:45:27
Usuário:
DENIZE - DENIZE SCOZ - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
397
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
30/09/2022 00:00:00
Data Final:
21/10/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN
Suspensões e Feriados:
Dia De Nossa Senhora Aparecida: 12/10/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 398

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__397
Data:
29/09/2022 01:38:12
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
398

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 399

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__393
Data:
30/09/2022 01:14:43
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
399

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 400

Evento:
EXCECAO_DE_PRE_EXECUTIVIDADE___REFER__AO_EVENTO__392
Data:
10/10/2022 21:38:26
Usuário:
SC017079 - CARLOS ANDRÉ VIEIRA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
400

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUÍZ DE DIREITO DO 20º JUÍZO DA UNIDADE ESTADUAL DE DIREITO BANCÁRIO – ESTADO DE SANTA CATARINA.

SIRLEI LUCIDONIO MELO, já qualificada na **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038**, que movida por **BANCO DO BRASIL S.A.**, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu advogado que ao final assina, opor

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

pelos fatos e fundamentos que conforme seguem:

I - DO CABIMENTO DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

A Exceção de Pré-Executividade serve como instrumento de defesa da parte, que independentemente da oposição de Embargos à Execução e da garantia do juízo, demonstra vícios intrínsecos ou extrínsecos do título executivo, comprometendo a certeza e liquidez do mesmo, exaurindo o procedimento de execução.

No caso em tela, pode o magistrado conhecer de ofício: (1) a ausência de citação; e (2) a prescrição, pois matérias de ordem pública.

A exceção de pré-executividade tem fundamento, no mais puro direito constitucional, eis que nossa Carta Magna em seu Artigo 5o estabelece a ampla acessibilidade ao judiciário, conforme disposto em seu inciso XXXV (a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito) e, também, a proibição de alguém ser privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, segundo reza o inciso LIV, e, por derradeiro, a garantia aos litigantes em geral ao contraditório e a ampla defesa "com os recursos a ela inerentes", exposto em seu inciso LV.

No presente caso, a utilização deste instrumento de defesa é pertinente em razão da impossibilidade de prosseguimento da execução, ante a iliquidez e incerteza que macula o suposto título.

Verifica-se que, se o título não for exequível, não tem sentido o procedimento de execução, bem como a penhora de bens do executado, uma vez que desaparece seu fundamento lógico jurídico.

A doutrina tem discutido acerca do cabimento da Exceção de Pré-Executividade e definido quando poderá ser utilizada.

Para Luís Edmundo Appel BOJUNGA , ... [1]*a alegação de nulidade, vícios pré-processuais e processuais que tornam ineficaz título executivo, judicial ou extrajudicial, devem ser suscitados através de exceção de pré-executividade, antes mesmo ou após a citação do executado. (...) A penhora e o depósito já são medidas executivas e não podem ser efetivadas quando não existir ou não for eficaz o título que embasa o processo executório.*

Parafraseando Nelson NERY JÚNIOR , [2]*tem o devedor direito de apontar irregularidades e vícios que maculam o título que instrui a execução, sem necessidade de prévia garantia do juízo e da oposição de embargos, como manifestação do princípio do contraditório.*

Ainda nesta linha, cabe destacar o ensinamento de Vicente GRECO FILHO : [3]*Admite-se, também, independentemente de embargos e do asseguramento do juízo, a alegação de inexistência do título. Se é nula a execução de um título, não de pode impor ao devedor o ônus de assegurar o juízo para poder denunciar que o credor é carecedor da execução, fato, aliás, que pode ser reconhecido de ofício. Essa possibilidade aceita jurisprudencial e doutrinariamente, é denominada exceção de pré-executividade.*

[1] *A exceção de pré-executividade.* RT, v. 657, p.244-246; [2] Apud, DANTAS, Francisco Wildo Lacerda. Exceção da pré-executividade: aspectos teóricos e práticos. Dialética, v.24, p. 21-29; [3] Apud, GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro, Saraiva, 12ª Ed., 3º v., 1997, p. 108.

O art. 803 estabelecen que a nulidade da execução é matéria de ordem pública e deve ser arguida de ofício pelo Juiz independentemente de embargos, in verbis:

> *Art. 803. É nula a execução se:*
> *I - o título executivo extrajudicial não corresponder a obrigação certa, líquida e exigível;*
> *(...)*
> *Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução.*

Também a jurisprudência já tem posicionamento acerca da matéria e o STJ definiu a sua propositura, independentemente de embargos do devedor, veja-se:

> ***PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO DE EXECUÇÃO. EMBARGOS DO DEVEDOR. NULIDADE. VÍCIO FUNDAMENTAL. ARGÜIÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS DA EXECUÇÃO. CABIMENTO. ARTIGOS 267, § 3º, 585, II; 586; 618, I DO CPC.***
>
> ***I - Não se revestindo o título de liquidez, certeza e exigibilidade, condições basilares no processo de execução, constitui-se em nulidade, como vício fundamental, podendo a parte argüi-la, independentemente de embargos do devedor, assim como pode e cumpre ao juiz declarar, de ofício, a inexistência desses pressupostos formais contemplados na lei processual civil.***
>
> *II - Recurso conhecido e provido.*

> ***PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE DO TÍTULO.***
>
> ***Consiste na faculdade, atribuída ao executado, de submeter ao juiz da execução, independentemente de penhora ou embargos, determinadas matérias próprias da ação de embargos do devedor. Admite-se tal exceção, limitada, porém sua abrangência temática, que somente poderá dizer respeito à matéria suscetível de conhecimento de ofício ou à nulidade do título, que seja evidente e flagrante, isto é, nulidade cujo reconhecimento independa de contraditório ou dilação probatória.***

O E. TJSC também corrobora com o mesmo entendimento, veja-se:

> *Processo: 5012566-52.2020.8.24.0000 (Acórdão do Tribunal de Justiça)*
> *Relator: ANDRÉ LUIZ DACOL*
> *Origem: TJSC*
> *Orgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Civil*
> *Julgado em: 15/09/2020*
> *Juiz Prolator: ANDRÉ LUIZ DACOL*
> *Classe: Agravo de Instrumento*
>
> ***AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. INTERLOCUTÓRIO QUE REJEITOU A TESE DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE APRESENTADA PELA RECORRENTE. INSURGÊNCIA DA EMPRESA EXECUTADA. PRELIMINAR EM CONTRARRAZÕES. ARGUIDA PRECLUSÃO DA MATÉRIA. ARGUMENTOS DEFENSIVOS QUE SE APOIARIAM EM QUESTÕES QUE EXIGIRIAM DILAÇÃO PROBATÓRIA, NÃO PERMITIDA EM SEDE DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. INOCORRÊNCIA. TEMA CONHECÍVEL DE OFÍCIO PELO JUÍZO. MATÉRIA ABORDADA DE ORDEM PÚBLICA E QUE TRATA DE ASPECTOS FORMAIS PARA EXISTÊNCIA DO PROCESSO EXECUTIVO. CABIMENTO NO CASO. PREFACIAL AFASTADA.*** *MÉRITO. ALEGAÇÃO DE QUE AS OBRIGAÇÕES EXECUTADAS NÃO ESTARIAM REVESTIDAS DE EXIGIBILIDADE E CERTEZA. SUBSISTÊNCIA. RECORRIDOS QUE REQUEREREM RECONHECIMENTO PRÉVIO E SUMÁRIO DA RESCISÃO CONTRATUAL NOS AUTOS EXECUTIVOS. POSTULAÇÃO DE CONTEÚDO DECLARATÓRIO QUE DEVE OCORRER EM PROCESSO DE CONHECIMENTO. PROCEDIMENTO ADOTADO PELO JUÍZO A QUO INADEQUADO. NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO JUDICIAL PARA A RESCISÃO CONTRATUAL. ENTENDIMENTO DO STJ. INOPERABILIDADE DE PLANO DE CLÁUSULAS RESOLUTIVAS, TAMPOUCO DE AUTOMATICIDADE IMPOSITIVA DE MULTAS CONTRATUAIS. CONTRATO SUBSISTENTE. TÍTULO EXECUTIVO INEXIGÍVEL. EXECUÇÃO NULA, NOS TERMOS DOS ARTS. 783 E 803, I DO CPC. RECURSO PROVIDO. Origem: Joinville*
>
> *Orgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Civil*
> *Julgado em: 30/07/2020*
> *Juiz Prolator: Leandro Katscharowski Aguiar*
> *Classe: Agravo de Instrumento*
> *Ementa:*
> *AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COEXISTÊNCIA DE AÇÃO QUE PRETENDE DECLARAR INEXISTENTE A DÍVIDA. PREJUDICIALIDADE DA PRIMEIRA LIDE EM FACE DA SEGUNDA. INTELIGÊNCIA DO ART. 921 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO ATÉ SENTENÇA FINAL NA AÇÃO DE CONHECIMENTO.*
> ***EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE QUE TEM POR FUNDAMENTO TESE ATRELADA A NULIDADE DA EXECUÇÃO (ART. 803, I E § ÚNICO, DO CPC). POSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DA SUSPENSÃO DETERMINADA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.***
> *RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.*

Sendo isto, plenamente cabível a presente insurgência.

II – DA AUSÊNCIA DA CITAÇÃO DO AVALISTA JAM PIERRE DE OLIVEIRA

Trata-se de execução de cédula de crédito bancário contra a devedora principal tomadora do empréstimo bancário CONFECÇÕES SIRPIER LTDA e seus avalistas JAM PIERRE DE OLIVEIRA e SIRLEI LUCIDONIO MELO, estes proprietários do imóvel sob o qual recai a penhora, de matrícula nº 73.620 colacionada às fls. 252/253 (Evento 227, INF20, Página 1/2).

No ev. 391, as partes foram intimadas da designação de nova hasta pública.

Acontece que a citação para responder à execução nos presentes autos perfectibilizou para a empresa SIRPIER às fls. 261 (Evento 227, CERT29, Página 1), também para a devedora solidária SIRLEI através de seu comparecimento voluntário às fls. 324/327 (Evento 227, PET92, Página 1/3), mas não ocorreu para o outro devedor solidário JAM PIERRE.

A citação realizada à fl. 261 (Evento 227, CERT29, Página 1), foi certifica exclusivamente em relação à pessoa jurídica, figurando as demais partes na certidão como representantes legais da empresa e não como devedores solidários, segundo as próprias palavras do oficial de justiça que, inclusive, sempre se refere a citação e ao mandado no singular e nunca no plural.

Caso quisesse se referir a mais de uma citação naquele ato, teria utilizado as palavras “citação” e “mandado” todas no plural, mas não o fez. Está bem claro isto.

Caso quisesse se referir a mais de uma parte naquele ato, teria negritado os nomes das demais partes e juntado os mandados cumpridos, mas somente o fez em relação à empresa.

O ato de citação é plenamente formal e não pode ser presumido!

O outro mandado de fls. 263/266 (Evento 227, MAND31, Página 1) que seguiu na sequencia, não se referiu à citação, mas se tratou da avaliação, penhora e depósito e assim foi certificado na fl. 266.

Muito importante salientar que o "Recebi em 14/05/07" no mandado de fl. 263 corresponde a firma/rubrica do chefe de cartório que deu o recebimento do mandado pelo oficial de justiça e procedeu à juntada no processo físico (basta comprar com a rubrica na numeração das folhas no canto superior direito das páginas anteriores).

Não consta nos autos qualquer outro mandado juntado de citação, bem como certidão de citação do oficial de justiça, referente aos devedores solidários/avalistas JAM PIERRE e SIRLEI.

Conforme relatado, SIRLEI, através de seu comparecimento voluntário às fls. 324/327 (Evento 227, PET92, Página 1/3), foi intimada de todos os atos do processo na fl. 327.

Contudo, o executado JAM PIERRE não foi citado desde o protocolo até os dias atuais e sequer tem procurador habilitado nos autos.

Diante da ausência de citação, deu-se o advento da prescrição em relação a este, não podendo a parte ideal do imóvel de sua propriedade ser objeto de constrição para saldar a dívida.

É o que se verá a seguir.

III – DA PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO AO AVALISTA JAM PIERRE DE OLIVEIRA

O art. 219, §§ 2º a 5º, do CPC de 1973 (vigente à época), dispõe que a não realização da citação implica na não interrupção da prescrição.

Dá-se a ocorrência da prescrição da pretensão executória em razão do transcurso de mais de 3 (três) anos após o vencimento da dívida, sem que a parte exequente tenha logrado concretizar a citação da executada.

Consoante entendimento pacífico na jurisprudência da nossa E. Corte Estadual e do Superior Tribunal de Justiça acerca da questão (v.g. AgInt no AREsp n. 1.534.625/SP, rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, j. em 18.11.2019), o prazo prescricional para execução de dívida lastreada em cédula de crédito bancário é de 3 (três) anos, contados do vencimento da obrigação, haja vista o disposto nos artigos 44 da Lei n. 10.931/2004 e 70 da Lei Uniforme de Genebra, veja-se:

Apelação Nº 0053692-34.2012.8.24.0038/SC
Florianópolis, 17 de junho de 2021.

APELAÇÃO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO, AO FUNDAMENTO DE PRESCRIÇÃO DIRETA DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA.
RECURSO DA CASA BANCÁRIA EXEQUENTE.
INSURGÊNCIA RECURSAL ADSTRITA À TESE DE APLICABILIDADE, NO CASO, DO PRAZO PRESCRICIONAL DE 5 (CINCO) ANOS, PREVISTO NO ARTIGO 206, § 5º, INCISO I, DO CÓDIGO CIVIL, EM CONTRAPOSIÇÃO ÀQUELE DE 3 (TRÊS) ANOS, UTILIZADO NA FUNDAMENTAÇÃO DO DECISUM COMBATIDO. INSUBSISTÊNCIA. EXECUÇÃO DE DÍVIDA ORIUNDA DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. APLICAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 44 DA LEI N. 10.931/2004 E 70 DA LEI UNIFORME DE GENEBRA. ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTA CORTE. PRECEDENTES. CASO CONCRETO. AÇÃO EXPROPRIATÓRIA AJUIZADA HÁ MAIS DE 8 (OITO) ANOS, SEM QUE SE TENHA PROMOVIDO A CITAÇÃO DA EXECUTADA. CIRCUNSTÂNCIA QUE IMPLICA A NÃO INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO E, CONSEQUENTEMENTE, A NÃO RETROAÇÃO À DATA DA PROPOSITURA DA DEMANDA. EXEGESE DO ARTIGO 219, CAPUT E §§ 1º, 2º, 3º E 4º, DO CPC DE 1973, VIGENTE À ÉPOCA. PRAZO TRIENAL ALCANÇADO. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA. SENTENÇA EXTINTIVA IRRETOCÁVEL.
RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (Nesse sentido: Apelação n. 0026275-35.2013.8.24.0018, rel. Des. Jânio Machado, j. em 29.04.2021; Apelação n. 0008521-70.2010.8.24.0023, rel. Des. Sérgio Izidoro Heil, j. em 30.03.2021; Agravo de Instrumento n. 5028382-74.2020.8.24.0000, rel. Des. Sebastião César Evangelista, j. em 25.03.2021; Apelação n. 0008434-40.2008.8.24.0038, rel. Des. Guilherme Nunes Born, j. em 18.03.2021; Apelação Cível n. 0018135-78.2007.8.24.0064, rel. Des. Jaime Machado Junior, j. em 22.03.2018; dentre tantos outros).

Seguem, *in verbis*, as redações dos dispositivos legais em referência:

> *Art. 44 da Lei n. 10.931/2004: Aplica-se às Cédulas de Crédito Bancário, no que não contrariar o disposto nesta Lei, a legislação cambial, dispensado o protesto para garantir o direito de cobrança contra endossantes, seus avalistas e terceiros garantidores.*
>
> *Art. 70 da Lei Uniforme de Genebra: Todas as ações contra o aceitante relativas a letras prescrevem em três anos a contar do seu vencimento. (...)*

A demanda expropriatória volta-se à cobrança de dívida consubstanciada em cédula de crédito bancário, cujo vencimento da última parcela ocorreu em 15/12/2010 (vide contrato de fl. 240, Evento 227, INF8, Página 1).

Embora a ação tenha sido proposta em agosto de 2006, antes mesmo do vencimento da última parcela, não foi promovida, até o presente momento, a citação da parte executada JAM PIERRE.

Logo, uma vez que não observados os prazos do art. 219, §§ 2º e 3º, do CPC de 1973 (vigente à época), não ocorreu a interrupção da prescrição (ex vi do art. 219, § 4º, do CPC/1973) e, consequentemente, não houve retroação à data da propositura da ação (art. 219, § 1º, do CPC/1973).

Passados mais de 11 (onze) anos do vencimento da dívida, nesse cenário, considerando-se a aplicabilidade, *in casu*, do prazo trienal, revela-se prescrita, há tempo, a pretensão executória.

Com respaldo na jurisprudência e na doutrina, a pretensão da parte executada resta sustentada, demonstrando-se que é totalmente inapropriado o processo executivo contra ela e, consequentemente, a penhora, devendo a constrição ser levantada.

Nestes termos, requer-se o acolhimento da presente exceção de pré-executividade para declarar a prescrição e julgar o mérito em relação a JAM PIERRE DE OLIVEIRA para declarar extinto o processo com o julgamento de mérito, com fulcro no art. 487, inc. II, c/c art. 771, parágrafo único, ambos do CPC.

IV – DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE EM RAZÃO DA AVALISTA SIRLEI LUCIDÔNIO MELO

Na inicial da execução de cédula de crédito bancário às fl. 229/230 o exequente aponta para a penhora o imóvel dos avalistas de matrícula nº 73.620 da 1ª circunscrição da Comarca de Joinville/SC, juntado o registro imobiliário às fls. 252/253 (Evento 227, INF20, Página 1/2).

Acontece que a penhora se deu em 17/05/2007 em imóvel distinto, matriculado sob o nº 27.695, conforme consta do AUTO DE PENHORA de fl. 264 (Evento 227, MAND32, Página 1).

O erro também constou no LAUDO DE AVALIAÇÃO de fl. 265 (Evento 227, MAND33, Página 1).

Intimado o exequente na fl. 268 (Evento 227, ATOORD36, Página 1) para se manifestar sobre a avaliação do meirinho, este em nada apontou quanto ao erro da penhora, manifestando concordância na fl. 273 (Evento 227, PET40, Página 1) e pedindo a designação de leilão.

O exequente foi intimado por mais 2 (duas) ortunidades pelo MM Juízo às fls. 417 e 426 para se manifestar quanto a impugnação da executada à avaliação do imóvel.

Em ambas as respostas nas fls. 420 (Evento 227, PET189, Página 1) e 429/430 (Evento 227, PET198, Página 1/2), o exequente faz confusão e mantém o mesmo erro, afirmando que a executada avaliara o imóvel errado, de matrícula nº 73.620, quando deveria ser o de matrícula nº 27.695.

O leiloeiro, então, à fl. 435 (Evento 227, PET204, Página 1), dá conta do erro da penhora ao informar ao MM Juízo que a constrição se deu na matrícula mãe, correspondendo a todo o loteamento.

Assim, na fl. 456 (Evento 227, DESP225, Página 1) o Juízo intimou a parte exequente para juntar a matrícula individualizada do imóvel, sob pena de arquivamento em se constatando a inércia.

O exequente, em petição seguinte, pede prazo para a juntada, e na petição posterior de fls. 461/478 (Evento 227, PET228, Página 1) novamente junta a matrícula errada de nº 27.695.

Apenas em 05/07/2019 na fl. 522 (Evento 234, PET286, Página 1) o exequente se deu conta do erro ao manifestar expressamente "**que não houve a penhora do imóvel de matrícula nº 73.620**", veja-se:

> *Ainda, para requerer a dilação de prazo de 30 (trinta) dias para requerimentos e prosseguimento do feito. O prazo é necessário visto que, em nova análise dos autos, verificou-se que não houve a penhora do imóvel de matrícula nº 73.620, indicado em inicial. Em verdade, a penhora realizada é correspondente ao imóvel nº 27.695, sendo esta uma "matrícula mãe".*
>
> *Assim, para que não restem dúvidas quanto à constrição e titularidade do imóvel, requer-se o deferimento do pedido retro para juntada de matrículas atualizadas.*

Apesar de constatar o erro, o exequente continuou inerte ao não juntar as matrículas atualizadas e requerer a correção da penhora.

Somente fez o requerimento de penhora depois de intimado à fl. 538 (Evento 239, PET291, Página 1), sendo a penhora do bem em nome dos executados reduzida a termo no ev. 245 em 02/12/2019.

Veja-se, Excelência, que desde a penhora ineficaz realizada em 17/05/2007, diga-se nula de pleno direito, até o termo de penhora realizado em 02/12/2019, passados então mais de 12 (doze) anos, o exequente teve

diversas oportunidades para corrigir o erro e dar efetividade ao processo executivo, mas diante da sua inércia, desídia e consecutivos erros, não o fez.

Além das intimações já relatadas e as outras inúmeras que constam nos autos, importante ressaltar a certidão de decurso de prazo de fl. 343 (Evento 227, CERT111, Página 1) e o consequente despacho em 19/04/2011 de fl. 345 (Evento 227, DESP113, Página 1) intimando o exequente para impulsionar o feito, sob pena de arquivamento administrativo.

Também importante ressaltar o pedido de desarquivamento do feito realizado pelo exequente em 23/08/2013 de fl. 376 (Evento 227, PET144, Página 1), fato importante para determinar que a prescrição intercorrente estava em curso.

Toda a demora em anos de processo, bem como a permanência do vício na penhora, é de culpa do exequente.

Impende resumir-se a prescrição intercorrente, basicamente, à inércia da parte em praticar atos úteis no processo. Tem como escopo a garantia da segurança jurídica, dando amparo jurídico de situações fáticas consolidadas no tempo por inércia de qualquer dos interessados.

No aspecto, regra geral, protocolizada a ação executiva quando incólume o direito de ação, rompe-se a prescrição desde a data da propositura da ação, contanto que o interessado promova a citação da parte *ex adversa* nos prazos legais, como preveem o artigo 202, I, do Código Civil/2002 e o artigo 219, caput e parágrafos, do Código de Processo Civil de 1973, vigente à época do ajuizamento da lide:

> *Código Civil/2002"*
>
> *Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;"*
>
> *Código de Processo Civil*
>
> *"Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.§ 1º. A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação.§ 2º. Incumbe à parte promover a citação do réu nos 10 (dez) dias subseqüentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário.§ 3º. Não sendo citado o réu, o juiz prorrogará o prazo até o máximo de 90 (noventa) dias.§ 4º. Não se efetuando a citação nos*

> *prazos mencionados nos parágrafos antecedentes, haver-se-á por não interrompida a prescrição."*

Conforme relatado, SIRLEI através de seu comparecimento voluntário aos autos em 22/09/2009 às fls. 324/327 (Evento 227, PET92, Página 1/3), foi intimada de todos os atos do processo na fl. 327, interrompendo-se a prescrição ao direito de ação.

Já quanto a prescrição intercorrente, a partir de então, não houve mais nenhum ato útil no processo até o termo de penhora de 02/12/2019 que obstasse o curso do prazo prescricional, visto que os atos anteriores estavam contaminados por uma penhora inválida que inclusive se deu antes da citação de SIRLEI.

Assim, nenhuma causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente se deu após a sua citação, a não ser o aludido termo de penhora nos autos 10 (dez) anos depois.

Veja-se o entendimento da jurisprudência neste ponto:

> *APELAÇÃO CÍVEL.* ***EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE CAUSAS SUSPENSIVAS OU INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO. PENHORA DECLARADA INVÁLIDA.*** *INTIMAÇÃO PRÉVIA. OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE NULIDADE. APLICAÇÃO DAS REGRAS E MARCOS INTERRUPTIVOS DEFINIDOS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO RESP 1340553/RS - TEMA 566. EXECUÇÃO FRUSTRADA POR MAIS DE CINCO ANOS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE RECONHECIDA.* Poder Judiciário do Estado do Acre TJ-AC - Apelação Cível: AC 0004966-10.1997.8.01.0001 AC 0004966-10.1997.8.01.0001

Conforme visto no tópico III acima, o prazo prescricional para execução de dívida lastreada em cédula de crédito bancário é de 3 (três) anos, contados do vencimento da obrigação, haja vista o disposto nos artigos 44 da Lei n. 10.931/2004 e 70 da Lei Uniforme de Genebra.

Se o prazo prescricional é de 03 (anos) para o exercício da ação, também o é o intercorrente, nos termos do art. 206-A do Código Civil, que assim dispõe: *A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas neste Código e observado o disposto no art. 921 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).*

Quanto ao termo “a quo” do curso do prazo prescricional, se contado a citação da executada, ou o despacho do Juízo para impulsionar o feito em 19/04/2011 de fl. 345, ou até mesmo o pedido de desarquivamento do exequente em 23/08/2013 de fl. 376, em todos estes, o prazo transcorrido é muito superior, tudo sendo fulminado pela prescrição intercorrente.

V - DOS PEDIDOS

Ex Positis, requer-se:

a) O recebimento da presente Exceção de Pré-Executividade, o seu processamento no rito determinado em lei e a intimação do exequente para manifestação;

b) Seja extinta a presente execução com o julgamento do mérito pelo advento da prescrição e da prescrição intercorrente, nos termos da fundamentação acima;

c) Seja levantada a penhora e a hipoteca, oficiando-se ao registro imobiliário;

d) Seja condenada a parte exequente no pagamento das custas processuais e nos honorários advocatícios. "O Superior Tribunal de Justiça 'consolidou o entendimento de que a procedência do incidente de exceção de pré-executividade, ainda que resulte apenas na extinção parcial da execução fiscal, acarreta a condenação na verba honorária' (STJ, AgRg no ARE sp 154225/MG, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, em 28.08.2012)" (Agravo de Instrumento n. 2014.076939-6, de Chapecó, rel. Des. Jaime Ramos, j. Em 21/05/2015);

Nestes termos,

Pede deferimento.

Joinville (SC), 10 de outubro de 2022.

CARLOS ANDRÉ VIEIRA
OAB/SC 17.079

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 401

Evento:
PETICAO
Data:
13/10/2022 17:13:48
Usuário:
SC023789 - GEORGE WILLIAN POSTAI DE SOUZA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
401

Souza Postai
Advogados Associados
OAB/SC 1270 Desde 1996

MM. JUIZ DE DIREITO DO 15º JUÍZO DA UNIDADE ESTADUAL DE DIREITO BANCÁRIO

Autos nº 0046696-30.2006.8.24.0038 – Execução de Título Extrajudicial

CONFECÇÕES SIRPIER LTDA. E SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, devidamente qualificadas nos autos do processo supra, por intermédio dos seus procuradores, vêm perante este r. Juízo expor e requerer:

Tendo em vista **a renúncia de mandato** por parte dos procuradores, anteriormente juntada aos autos, requer sejam **descredenciados os presentes advogados dos autos**.

No mais, pugna pelo prosseguimento do feito.

Termos Em Que Requer e Espera Deferimento.

Joinville - SC, 13 de outubro de 2022.

Jean Michel Postai de Souza	***George Willian Postai de Souza***	***Salustiano Luiz de Souza***
Advogado - OAB / SC 29.984	*Advogado - OAB / SC 23.789*	*Advogado - OAB / SC 10.952*

Rua Dona Francisca, 260 - Sala 1302 - 13º andar - Ed. Deville - Centro - CEP 89.201-250 - Joinville - SC
www.souzapostai.com.br - Fones (47) 3028-3761 - 3028-8191 - advocacia@souzapostai.com.br

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 402

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
17/10/2022 14:54:08
Usuário:
DENIZE - DENIZE SCOZ - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
402
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
19/10/2022 00:00:00
Data Final:
10/11/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN
Suspensões e Feriados:
Dia do Servidor Público: 28/10/2022
Finados: 02/11/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 403

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__402
Data:
18/10/2022 01:46:42
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
403

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 404

Evento:
PETICAO
Data:
18/10/2022 11:15:33
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
404

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE - SC.

000284527

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	21/10/2022
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Daniele Oliveira dos Santos Ma
PJ:	284527

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Exequente: BANCO DO BRASIL S.A.
Executado: CONFECCOES SIRPIER LTDA ME

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe de **Execução de Título Extrajudicial** em que litiga com **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador expor e requerer o que segue.

Em atenção à intimação de evento 397, a Casa Bancária vem promover a juntada da matrícula 73.620 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Joinville-SC, devidamente atualizada, bem como demonstrativo de débito, no importe de R$ 2.096.133,30 (dois milhões, noventa e seis mil, cento e trinta e três reais e trinta centavos).

Sendo assim, atendida a determinação deste juízo, requer a designação de novas datas para a realização de leilão, conforme deferido no seq. 391.

Outrossim, considerando que o valor do débito ultrapassa o valor do imóvel penhorado nos autos e, considerando que este exequente não localizou bens disponíveis para constrição em pesquisa extrajudicial realizada reentemente, este exequente vem requerer nos ditames do art. 835 do CPC, seja enviada, via sistema RENAJUD, ordem judicial eletrônica de restrição de transferência, de licenciamento e de circulação, bem como averbação de registro de penhora, sobre eventuais veículos automotores cadastrados na Base Índice Nacional (BIN) em nome dos executados.

Caso a penhora realizada por meio do sistema RENAJUD resulte infrutífera, que seja enviado, via sistema INFOJUD, pedido a Receita Federal, para que encaminhe a este M.M. Juízo a cópia das declarações de imposto de renda do executado referente aos últimos cinco exercícios fiscais, bem como cópia da Declaração de Operações Imobiliárias (DOI) e da Declaração de Imposto Territorial Rural (DITR), a fim de que o exequente possa verificar outros bens passíveis de penhora.

E por fim, a realização de consulta junto ao sistema SNIPER (Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos), a fim de localizar bens dos executados desta demanda e, na localização de algum bem/ativo, seja realizada a imediata penhora.

No tocante as intimações, independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer deste processo, incluindo todos os incidentes apensos e vinculados, sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de **Luiz Fernando Brusamolin, OAB/SC 29.941,** sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Curitiba, 17 de outubro de 2022

Luiz Fernando Brusamolin	José Antônio Broglio Araldi	Carlos H. Santos de Alcântara
OAB/SC 29.941	OAB/SC 30.425A	OAB/SC 19.756

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1° andar - América
Joinville/SC - Fone: (47) 3043-5888
www.1rijoinville.com.br

Livro Nº 2 **REGISTRO GERAL** Ficha Nº 01 Ano 1.993.

Matrícula Nº 73.620 Data: 31 de agosto de 1.993.-

IMOVEL:- Um terreno situado nesta cidade, fazendo frente - para a rua Realcy Silveira, com 12,50 metros, tendo de fundos em ambos os lados 41,65 metros, confrontando pelo lado direito com terras de Terraville Comércio de Imóveis Ltda., lado esquerdo com terras de Osvaldo Giosele, fazendo o travessão dos fundos com 12,50metros, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Joinville, contendo a área total de 520,62 metros quadrados.- (Lote 02 do Desmembramento). - BENFEITORIAS:- Não há.- PROPRIETÁRIA:- TERRAVILLE COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA., estabelecida nesta cidade, CGC 83.943.191/0001-52.- REGISTRO ANTERIOR:- Matrícula sob nº. 72.927, do Lº02-RG.,- neste cartório.- Oficial

LCM.

R-1:- Em, 31 de agosto de 1.993.- TITULO:- Escritura Pública de compra e venda, lavrada aos - 27.08.1993, pelo 3º Tabelionato de Notas, desta comarca,(Lº. 259, fls.163).- TRANSMITENTE:- TERRAVILLE COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA., já qualificada, no ato representada por seu proprietário ALCÉU VALDO JULIANI, brasileiro, do comércio, casado, CPF 059.228.449-20, residente nesta cidade.- ADQUIRENTE:- JAM PIERRE DE OLIVEIRA, brasileiro, bancário, CPF 631.161.979-20, casado com SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, - pelo regime da comunhão universal de bens, na vigência da - lei 6.515/77, residentes nesta cidade.- VALOR:- CR$ 25.500,00(vinte e cinco mil e quinhentos cruzeiros reais).- CONDIÇÕES:- Não há.(17:40hs).- Oficial

LCM.

R-2:-Em, 24 de maio de 2.002.- Pela Cédula de Crédito Industrial nº 21/90180-5, emitida - aos 20.05.2002, nesta cidade, por: CONFECÇÕES SIRPIER LTDA-ME, com sede nesta cidade, CNPJ nº 04.304.816/0001-60, representada por: JAM PIERRE DE OLIVEIRA e SIRLEI LUCIDONIO - MELO DE OLIVEIRA, já qualificados; o proprietário JAM PIERRE DE OLIVEIRA DEU EM HIPOTECA CEDULAR DE PRIMEIRO GRAU, o- imóvel desta matrícula, ao BANCO DO BRASIL S/A, sociedade - de economia mista, com sede em Brasilia-DF, por sua agência IRIRIU-JOINVILLE-SC, CNPJ nº 00.000.000/4065-70 ou à sua ordem, para garantia do crédito de R$ 47.314,50 (Quarenta e -

CARTÓRIO DO REG. DE IMÓVEIS - 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
CGC 83 545 350/0001-60
Joinville - Santa Catarina

Cont. no verso...

Validade: 30 dias - Pedido n° 505.207. 05/10/2022 às 10:37:09
Solicite sua certidão eletronicamente em www.registradores.onr.org.br Documento assinado digitalmente por JOSEANE APARECIDA PEREIRA LUCIANO (004.610.289-21)

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1° andar - América
Joinville/SC - Fone: (47) 3043-5888
www.1riijoinville.com.br

Continuação da Matrícula Nº -73.620-

sete mil, trezentos e quatorze reais e cinquenta centavos), nas condições constantes do registro feito no Livro 3-Auxiliar, sob nº 1.216-C, neste Cartório.-Oficial

Emol R$ 53,00 CRE

R-3-73.620:- Em, 06 de Dezembro de 2.005.-
Pela Cédula de Crédito Bancário nº 20/02513-0, emitida aos 02.12 2005, nesta cidade, por: CONFECÇÕES SIRPIER LTDA.ME, sediada nesta cidade de Joinville-SC, CNPJ 04.304.816/0001-60; o proprietário JAM PIERRE DE OLIVEIRA, CPF 631.161.979-20 e sua mulher SIRLEI LUCIDONIO MELO DE OLIVEIRA, CPF 719.968.189-53, DERAM EM HIPOTECA CEDULAR DE SEGUNDO GRAU, o imóvel desta matrícula ao BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, com sede em Brasilia-DF, CNPJ 00.000.000/0001-91, por sua Unidade Regional de - Reestruturação de Ativos Operacionais (URR), CNPJ 00.000.000/4315-08, ou à sua ordem, para garantia do crédito de R$ 149.313,75, (cento e quarenta e nove mil, trezentos e treze reais e setenta e cinco centavos), nas condições constantes feitas no Lº03-Registro Auxiliar, sob nº 1.605-C, neste Cartório.-Prot.186.315,de 05 12.2005.-Oficial

Emol 44,00 CG

R-4-73.620:-Em, 11 de julho de 2.008.-
Conforme Mandado de Execução, passado aos 16.02.2007, pelo MM.Juiz de Direito da 5ª Vara Cível Da Comarca de Joinville-SC, Dr. - Yhon Tostes, extraído dos autos nº 038.06.046696-8 da Ação de /- Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente, entre partes BANCO DO BRASIL S/A contra CONFECÇÕES SIRPIER LTDA ME e Outros,- fica o imóvel desta matrícula PENHORADO.-Valor do débito: R$179.470,69+acréscimos legais.-Data do Cálculo: 03.08.2006.-Avaliação do imóvel: R$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais).-Depositário: Jam Pierre de Oliveira.-Prot.201.641 de 10.07.2008.-.-. Emol.R$ 246,66.-Oficial

CRE.

R-5-73.620:-Em, 11 de julho de 2.008.-
Conforme Mandado de Execução, passado aos 16.02.2007, pelo MM.Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Joinville-SC, Dr. - Yhon Tostes, extraído dos autos nº 038.06.046677-1 da Ação de /- Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente, entre partes BANCO DO BRASIL S/A contra CONFECÇÕES SIRPIER LTDA ME e Outros,- fica o imóvel desta matrícula PENHORADO.-Valor do débito: R$ 21.784,64+acréscimos legais.-Data do Cálculo: 03.08.2006.-Avaliação do imóvel: R$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais).-Depositário: Jam Pierre de Oliveira.-Prot.201.642 de 10.07.2008.-.- Emol.R$ 56,96.-Oficial

CRE.

Validade: 30 dias - Pedido n° 505.207. 05/10/2022 às 10:37:09
Solicite sua certidão eletronicamente em www.registradores.onr.org.br Documento assinado digitalmente por JOSEANE APARECIDA PEREIRA LUCIANO (004.610.289-21)

1º Registro de Imóveis Joinville

Titular: Bianca Castellar de Faria
Rua Orestes Guimarães, 538 - 1° andar - América
Joinville/SC - Fone: (47) 3043-5888
www.1rijoinville.com.br

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Matrícula n°: 73.620 (até R/Av-5)

Certifico que o presente documento é fiel expressão dos registros existentes no 1º Registro de Imóveis de Joinville, conforme dispõe o art. 16 da Lei 6.015/73.

O referido é verdade e dou fé.

Joinville/SC, 05 de outubro de 2022

_____
Joseane A. P. Luciano – Escrevente Substituta

Emolumentos: R$ 22,22
Selos: R$ 3,11
Total: R$ 25,33

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal
GPF40745-Q9Y2
Confira os dados do ato em:
www.tjsc.jus.br/selo

Validade: 30 dias - Pedido n° 505.207. 05/10/2022 às 10:37:09
Solicite sua certidão eletronicamente em www.registradores.onr.org.br Documento assinado digitalmente por JOSEANE APARECIDA PEREIRA LUCIANO (004.610.289-21)

Demonstrativo de Conta Vinculada

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Cliente	CPF / CNPJ	Operação / Finalidade
CONFECCOES SIRPIER LTDA ME	04.304.816/0001-60	17/29374-X , ex-20/02513-0 - ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Observação(ões):
TAXAS UTILIZADAS NO CÁLCULO:

- COMISSÃO DE PERMANÊNCIA conforme índices apresentados ao final deste demonstrativo, debitada e capitalizada mensalmente.

Data	Histórico / Documento	Extrato de normalidade				Extrato de inadimplemento				Saldo geral
		Débito	Crédito	Transferência	Saldo	Débito	Crédito	Transferência	Saldo	
15.09.2022	SALDO CÁLCULO ANTERIOR				-	-2.047.527,33			-2.047.527,33	**-2.047.527,33**
01.10.2022	Comissão de permanência				-	-18.486,88			-2.066.014,21	**-2.066.014,21**
31.10.2022	Comissão de permanência				-	-30.119,09			-2.096.133,30	**-2.096.133,30**

Saldo Devedor em 31.10.2022 -2.096.133,30

Taxas utilizadas no cálculo de inadimplência

Descrição	Data	Taxa	Obs.
CP	15.09.2022	428,3790	

Descrição	Data	Taxa	Obs.
CP	01.10.2022	432,2468	

Descrição	Data	Taxa	Obs.
CP	31.10.2022	438,5482	

Legenda:
CP = Comissão de Permanência
Cálculo = 3060152

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 404, ANEXO3, Página 1

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 405

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__373
Data:
21/10/2022 01:05:36
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
405

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 406

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__397
Data:
22/10/2022 01:17:07
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
406

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 407

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO
Data:
27/10/2022 15:00:15
Usuário:
ISABEL - ISABEL CHRISTINA RAITZ PUEL - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
407

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 408

Evento:
DESPACHO
Data:
28/10/2022 14:51:04
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
408

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88015-601 - Fone: (48)3287-5728 - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

DESPACHO/DECISÃO

Intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 dias, sob a objeção de pré-executividade (evento 400).

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO TAVARES MARTINS, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310035252850v2** e do código CRC **a3eec990**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO TAVARES MARTINS
Data e Hora: 28/10/2022, às 14:51:4

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 409

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
28/10/2022 14:51:05
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
409
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
01/11/2022 00:00:00
Data Final:
23/11/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN
Suspensões e Feriados:
Finados: 02/11/2022
Proclamação da República: 15/11/2022

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 410

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__409
Data:
31/10/2022 01:25:05
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
410

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 411

Evento:
PETICAO
Data:
09/11/2022 12:05:43
Usuário:
SC029941 - LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
411

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 411, PROC1, Página 1

PROCURAÇÃO bastante que faz(em):**BANCO DO BRASIL S.A**

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois **(05/05/2022)** nesta cidade de Taguatinga, Distrito Federal, em Cartório, lavro este instrumento público, em que, comparece(m) como outorgante(s), **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, sediado no SAUN – Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o número 00.000.000/0001-91, registrado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - NIRE 5330000063-8, neste ato representado, na forma prevista no artigo 27 do Estatuto, por sua Diretora Jurídica, **LUCINÉIA POSSAR**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PR 19.599 e OAB/DF 40.297, portadora da carteira de identidade 38.704.370-SSP/PR e do CPF 540.309.199-87, residente nesta Capital e com domicílio profissional na Sede da Empresa, eleita conforme decisão do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. na reunião ocorrida em 02 de julho de 2021, cuja ata foi registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal em 09 de agosto de 2021, sob o número 1717531; identificada e reconhecida como a própria em face dos documentos que me foram exibidos e de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ela me foi dito que, por este instrumento público e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **I)** Consultores Jurídicos: **ALEXANDRE BOCCHETTI NUNES**, inscrito na OAB/DF 66.684 e CPF 981.753.277-15; **ANDRÉ LUIZ DE MEDEIROS E SILVA**, inscrito na OAB/DF 5.539 e CPF 317.369.801-06; **CLÁUDIO BISPO DE OLIVEIRA**, inscrito na OAB/DF 61.643 e CPF 386.515.725-49; **FERNANDO ALVES DE PINHO**, inscrito na OAB/RJ 97.492 e CPF 023.414.437-88; **JUNE ELCE MATOSO DE MEDEIROS**, inscrita na OAB/MG 65.701 e CPF 570.443.846-68; brasileiros, advogados, com domicílio profissional na Sede do outorgante, localizada no SAUN – Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, 8º andar, Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF; **RENATO CHAGAS MACHADO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 109.072-B e CPF 271.939.558-70, com domicílio profissional na Av. Paulista, 1230, 10º andar, Edifício BB São Paulo, Torre Matarazzo, Bela Vista, São Paulo/SP; **II)** Consultores Jurídicos Adjuntos: **ALESSANDRO ZERBINI RUIZ BARBOSA**, inscrito na OAB/RJ 108.741 e CPF 078.611.477-03; **ANA LUCIA FRANCISCO DOS SANTOS BOTTAMEDI**, inscrita na OAB/SC 21902-B e CPF 005.406.969-60; **ANTONIO CARLOS DA ROSA PELLEGRIN**, inscrito na OAB/SC 15.672 e CPF 449.776.200-97; **ANTÔNIO CARLOS ROSA**, inscrito na OAB/MT 4.990-B, OAB/DF 38.824 e CPF 291.233.569-87; **BETÂNIA MARA COELHO GAMA**, inscrita na OAB/BA 14.331 e CPF 505.547.945-00; **CARLOS GUILHERME ARRUDA SILVA**, inscrito na OAB/MG 68.106 e CPF 726.465.196-72; **FABRÍCIO GONÇALVES DOS SANTOS**, inscrito na OAB/SP 268.238 e CPF 326.914.358-30; **JORGE ELIAS NEHME**, inscrito na OAB/MT 4.642-O e CPF 329.555.291-68; **LUZIMAR DE SOUZA**, inscrita na OAB/GO 7.680 e CPF 166.518.631-34; **MARCELO SIQUEIRA DE MENEZES**, inscrito na OAB/RJ 147.339 e CPF 102.891.367-25; **MARCOS MARTINS DUTRA**, inscrito na OAB/SC 25.661 e CPF 029.080.499-02; **MÁRIO EDUARDO BARBERIS**, inscrito na OAB/SP 148.909 e CPF 096.266.228-30; **PABLO SANCHES BRAGA**, inscrito na OAB/DF 42.866 e CPF 806.562.695-53; **PAULO SÉRGIO FRANÇA**, inscrito na OAB/SP 115.012 e CPF 086.307.358-13; **SOLON MENDES DA SILVA**, inscrito na OAB/RS 32.356 e CPF 645.945.640-20; **VITOR DA COSTA DE SOUZA**, inscrito na OAB/DF 17.542 e CPF 856.301.951-15; **WAGNER MARTINS PRADO DE LACERDA**, inscrito na OAB/SP 111.593 e CPF 067.952.978-02; brasileiros, advogados, com domicílio profissional na Sede do outorgante, localizada no SAUN – Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, 8º andar, Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF; **ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS**, inscrito na OAB/RJ 104.731 e CPF 002.734.377-47; **ANA CLAUDIA CARDOSO BORGES BESSA DE SOUZA ABDALLA**, inscrita na OAB/SP 184528 e CPF 106.975.878-78; **JOSÉ AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO**, inscrito na OAB/SP 138.424 e CPF 093.024.278-54; **JOSÉ ROBERTO CHIEFFO JÚNIOR**, inscrito na OAB/SP 203.922 e CPF 269.266.968-10; **PLÍNIO MARCOS DE SOUSA E SILVA**, inscrito na OAB/SP 148.171 e CPF 756.790.516-72; brasileiros, advogados, com domicílio profissional na Av. Paulista, 1230, 10º andar, Edifício BB São Paulo, Torre Matarazzo, Bela Vista, São Paulo/SP; **III)** Gerentes Jurídicos Regionais: **ALESSANDRA FARIAS DE OLIVEIRA BARBOZA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PA 7.141 e CPF 392.978.452-15, com domicílio profissional na Av. Rio Branco, 240, 5º andar, Recife/PE; **ALEXANDRE FERREIRA DE REZENDE**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MG 82.312 e CPF 926.819.996-34, com domicílio profissional na Rua Guilherme Moreira, 315, 7º andar, Centro, Manaus/AM; **ALTEMIR BOHRER**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 41.844 e CPF 478.700.360-72, com domicílio profissional no SAUN - Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, Torre III, 5º andar, Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF; **ÂNGELO CESAR LEMOS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MG 64.228 e CPF 718.429.506-49, com domicílio profissional na Av. Presidente Vargas,

248, 7º andar, Comércio, Belém/PA; **ARI ALVES DA ANUNCIAÇÃO FILHO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 34.752 e CPF 505.500.630-72, com domicílio profissional na Rua do Livramento, 120, 8º andar, Centro, Maceió/AL; **ARTUR MATOS DOS SANTOS JUNIOR,** brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI 8398 e CPF 229.380.793-20, com domicílio profissional na Av. Pedro II, 78, 1º andar, Centro, São Luís/MA; **ASTOR BILDHAUER**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MS 19.882-B e CPF 462.037.881-04, com domicílio profissional na Rua Direita da Piedade, 25, 7º andar, Centro, Salvador/BA; **ATÍLIO SANCHEZ COSTA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 240.692 e CPF 283.460.898-99, com domicílio profissional na Av. Pedro II, 78, 1º andar, Centro, São Luís/MA; **CELSO YUAMI**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 116.613, OAB/RJ 110.017 e CPF 082.647.638-47, com domicílio profissional na Av. República do Líbano, 1875, 8º andar, Edifício Vera Lúcia, Setor Oeste, Goiânia/GO; **CLÁUDIA PORTES CORDEIRO**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP 219.265 e CPF 286.434.208-16, com domicílio profissional na Praça Pio XII, 30, 6º andar, Centro, Vitória/ES; **EDUARDO ALVEZ WEIMER**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/TO 8.699-B e CPF 988.436.050-20, com domicílio profissional na Quadra 103 Sul, Rua SO-9, Lote 2, térreo, Centro, Palmas/TO; **ERIKA SEFFAIR RIKER,** brasileira, advogada, inscrita na OAB/AM 7.735 e CPF 517.258.272-04, com domicílio profissional na Rua Desembargador Freitas, 977, 4º andar, Centro, Teresina/PI; **EVANDRO LÚCIO PEREIRA DE SOUZA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 133.091 e CPF 078.634.488-16, com domicílio profissional na Rua Lélio Gama, 105, 14º e 15º andares, Edifício Senador Dantas, Centro, Rio de Janeiro/RJ; **FÁBIO SPAGNOLLI**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 117.709-B e CPF 649.207.209-04, com domicílio profissional na Rua Uruguai, 185, 10º andar, Centro, Porto Alegre/RS; **JORGE MARCELO CÂMARA ALVES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/BA 13.724 e CPF 326.908.275-49, com domicílio profissional na Praça General Valadão, 377, Centro, Aracaju/SE; **LUIZ CARLOS CÁCERES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PR 26.822 e CPF 396.701.201-87, com domicílio profissional na Av. Afonso Pena, 2202, Centro, Campo Grande/MS; **MARCELO GUIMARÃES MAROTTA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/AM 10.856 e CPF 020.763.597-88 com domicílio profissional na Av. Doutor Hélio Ribeiro, 487, 3º andar, Edifício Concorde, Residencial Paiaguás, Cuiabá/MT; **MÁRCIO RIBEIRO PIRES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PR 25.849 e CPF 698.723.689-53, com domicílio profissional na Rua Visconde de Nácar, 1440, 28º Andar, Edifício Século XXI, Centro, Curitiba/PR; **MARCUS ANTONIO CORDEIRO RIBAS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SC 9.491 e CPF 653.330.559-04, com domicílio profissional na Rua da Bahia, 2500, 9º andar, Lourdes, Belo Horizonte/MG; **PRISCILA BITTENCOURT COSTA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SC 18.572 e CPF 005.827.479-02, com domicílio profissional na Av. Rio Branco, 510, 4º andar, Cidade Alta, Natal/RN; **ROMEU DE AQUINO NUNES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MT 3.770-O e CPF 274.264.751-15, com domicílio profissional na Rua Quinze de Novembro, 111, 6º, 7º e 8º andares, Centro, São Paulo/SP; **SANDRO DOMENICH BARRADAS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 115.559 e CPF 148.778.098-21, com domicílio profissional na Av. Duque de Caxias, 560, 4º andar, Centro, Fortaleza/CE; **SANDRO NUNES DE LIMA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/DF 24.693 e CPF 485.415.320-20, com domicílio profissional na Praça XV de Novembro, 321, 6º e 7º andares, Centro, Florianópolis/SC; **SÉRGIO MURILO DE SOUZA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/DF 24.535 e CPF 499.787.721-20, com domicílio profissional na Rua José de Alencar, 3115, 1º andar, Centro, Porto Velho/RO; **SOLANGE GONCALVES FUTIDA MAGRI**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP 184507 e CPF 267.428.078-65, com domicílio profissional na Praça 1817, 129, 8º e 9º andares, Centro, João Pessoa/PB; **IV)** Especialista Jurídica**: ACELMA CRISTINA SILVA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/RJ 14.8887 e CPF 690.663.881-53, com domicílio profissional na Sede do outorgante, localizada no SAUN – Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, 8º andar do Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF (dados fornecidos por declaração, ficando o outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção), aos quais confere os poderes da cláusula *ad judicia*, quer para a prática de atos em processos no âmbito judicial, quer para a prática de atos em processos no âmbito administrativo e os poderes especiais de: receber citação, reconhecer a procedência do pedido, desistir, dar e receber quitação, firmar compromisso, apresentar reclamação correicional e representação correicional e ingressar em recinto no qual esteja sendo realizada assembleia ou reunião de que participe, possa participar ou deva comparecer o outorgante, para, em quaisquer processos ou procedimentos contenciosos ou administrativos, defender os direitos e interesses do outorgante, podendo, para tanto, impetrar mandados de segurança, propor ou contestar ações, inclusive ações rescisórias, apresentar incidentes processuais e opor exceção de qualquer natureza, reconvir, nomear e impugnar peritos, solicitar a abertura de inquéritos policiais, oferecer queixas-crime, prestar informações e usar de todos os meios de recursos em direito permitidos, em todas as instâncias, turmas recursais ou tribunais, aceitar ou embargar concordatas, requerer falências, declarar, habilitar e impugnar créditos, praticar todos os atos necessários em processos de recuperação judicial e extrajudicial, representar o outorgante perante quaisquer órgãos públicos, solicitar informações escritas necessárias ao desempenho dos poderes ora outorgados, receber intimações para a ciência e andamento dos respectivos pleitos, exceto as que,

por força de lei, devam ser feitas unicamente ao outorgante. Nas hipóteses em que o outorgante atue como convenente, conveniado, mandante, mandatário, gestor, mantenedor, os outorgados ficam investidos de todos os poderes constantes dos respectivos contratos ou instrumentos de mandato que não excedam dos poderes antes descritos. O presente mandato não revoga outros mandatos que anteriormente tenham sido firmados e ratifica todos os atos praticados pelos advogados acima nominados que não extrapolem os poderes ora outorgados. **Os poderes ora conferidos poderão ser exercidos em conjunto ou individualmente e também podem ser substabelecidos, com ou sem reservas de iguais poderes, exceto o de receber citação.** (LAVRADO SOB MINUTA). *Esclareci ao(s) outorgante(s) o significado deste ato, após o que lhe li em voz* alta e pausada o presente instrumento que aceita(m) e assina(m). DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS DE ACORDO COM A LEI. DOU FÉ. Eu, ELIENE GOMES LIMA SAMPAIO SILVA, Escrevente Autorizada, a lavrei, conferi, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. E eu, Tabelião Substituto, dou fé, assino e subscrevo. **(aa.)MARCELO ROBERTO DE LIRA, Tabelião Substituto, LUCINÉIA POSSAR, nada mais.** Trasladada em seguida. E eu, _____, subscrevo, dou fé, e assino em público e raso. Guia de recolhimento nº 00436274, no valor de R$ 47,60, referente aos emolumentos cartorários. Sinal Público disponível para consulta no site: "http://www.censec.org.br" (acesso restrito aos cartórios). Selo Digital nº TJDFT20220100163918WCAM, disponível para consulta no site: "www.tjdft.jus.br".

EM TESTEMUNHO ( ) DA VERDADE.

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS
Eliene Gomes Lima Sampaio Silva
Escrevente
TAGUATINGA - DF

BANCO DO BRASIL

SUBSTABELECIMENTO

Por este instrumento particular, substabeleço, com reserva, parte dos poderes que me foram conferidos pelo **BANCO DO BRASIL S.A.**, por intermédio de sua Diretora Jurídica, Dra. LUCINÉIA POSSAR, nos termos do instrumento de procuração lavrado no Cartório do 5º Ofício de Notas de Taguatinga - DF, às fls. 065 a 067, do livro 3561, em 05/05/2022 (Protocolo 869764), aos advogados **MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA,** brasileiro, separado judicialmente, advogado, inscrito na OAB/RS sob n° 42.441 e no CPF/MF sob o n° 437.205.280-49, **NELSON PILLA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 41.666 e no CPF/MF sob o nº 349.722.000-06 e **LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RS sob n° 78.688A/RS e no CPF/MP sob o nº 942.867.109-63, sócios da sociedade de advogados **LESSA, PILLA, BRUSAMOLIN & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, registrada na OAB/RS sob o nº 1.394, inscrita no CNPJ/MF nº 04.074.640/0001-05, sediada na Rua Felizardo Furtado nº 8, sala 3 na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, que foi credenciada e contratada ao amparo da DP – Dispensa de Licitação 2022/01794 (7421), para prestar serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica ao Banco do Brasil nos Estados de Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de acordo e nos limites do(s) contrato(s) administrativo(s) entabulado(s) com o Banco do Brasil S.A. Ficam conferidos os poderes necessários à defesa dos interesses do Banco do Brasil S.A. nas esferas administrativa e extrajudicial, além de poderes da cláusula ***ad judicia***, para a prática de atos em processos no âmbito cível, fiscal, administrativo, previdenciário, trabalhista e penal, para : atuar em primeiro e segundo graus de jurisdição, nos juizados especiais, colégios e turmas recursais, compreendendo inclusive interpor recursos e apresentar contrarrazões a recursos interpostos aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal, apenas **ressalvado** que o acompanhamento de processos e a atuação nesses tribunais ficarão exclusivamente a cargo dos advogados empregados do Banco do Brasil S.A., propor e contestar ações, reconvir, nomear e impugnar peritos, prestar informações e usar de todos os recursos em direito permitidos, requerer falências, declarar ou impugnar créditos, praticar todos os atos necessários em processos de recuperação judicial ou extrajudicial, inclusive em assembleias de credores, representar o Banco do Brasil S.A. perante órgãos públicos, solicitar informações escritas necessárias ao desempenho dos poderes ora substabelecidos, e ainda os **poderes especiais**, quando autorizados pelo Banco do Brasil S.A., de: reconhecer a procedência do pedido, desistir, firmar compromisso, receber e dar quitação em autos de processo judicial, com recebimento de créditos do Banco do Brasil S.A. somente mediante depósito judicial em favor do Banco do Brasil S.A., apresentar reclamação e representação correicional e ingressar em recinto, repartição ou outro local no qual esteja sendo realizada assembleia ou reunião de que tenha interesse, participe ou possa participar o Banco do Brasil, ou perante a qual este deva ou tenha interesse em comparecer, para, em quaisquer processos ou procedimentos contenciosos judiciais ou administrativos, inclusive de recuperação judicial ou extrajudicial, defender os direitos e interesses do Banco do Brasil, podendo impetrar mandados de segurança, propor ações rescisórias, opor exceção de qualquer natureza, solicitar abertura de inquéritos policiais, oferecer queixas-crimes com observância ao artigo 44 do Código de Processo Penal, apresentar representação, ajuizar medidas cautelares, preventivas ou assecuratórias, bem com incidente de falsidade na esfera penal; receber intimações para ciência e andamento dos respectivos pleitos, exceto as que, por força de lei, devam ser feitas unicamente ao Banco do Brasil S.A. Fica **vedado** ao(s) substabelecidos(s) o saque de

MISTO Papel FSC FSC® C114317

Mod. 0.03.007-4 - SISBB 99176
Maio/2014 - Grafi Rio

BANCO DO BRASIL

valor depositado em favor do Banco do Brasil S.A., podendo o(s) substabelecido(os), no entanto, requerer a expedição de alvará de levantamento apenas em nome do Banco do Brasil S.A. e retirá-lo em cartório ou serventia judicial para entrega ao Banco do Brasil S.A. Os poderes ora substabelecidos poderão ser exercidos conjunta ou individualmente. O presente substabelecimento ratifica todos os atos praticados, desde que não extrapolem os poderes ora outorgados. Os poderes ora conferidos podem ser substabelecidos, com reserva.

São Paulo, segunda-feira, 26 de setembro de 2022.

EVANDRO LÚCIO PEREIRA DE SOUZA
OAB/SP 133.091

24º Tabelião de Notas da Capital
Rua Alvares Penteado, 97 - Centro - S/Loja - São Paulo - SP
Cep 01012-000 - Fone: (11) 3242-1400/8333
Reconheco a(s) firma(s) sem valor economico por semelhança de ----
EVANDRO LUCIO PEREIRA DE SOUZA, a qual confere com o padrao ----
arquivado em Cartorio. Valido somente com Selo de Autenticidade.**
****
N.270922285150 SAO PAULO, 27 de Setembro de 2022.
1019AA333764
Firma R$7,50 Em testemunho da verdade
Total R$7,50 ELTON JONNES LARANJA RINALDIN - ESCREVENTE

Colégio Notarial do Brasil Seção São Paulo
112826
FIRMA 1
S11019AA0333764

Mod. 0.03.007-4 - SISBB 99176
Maio/2014 - Grafi Rio

MISTO Papel FSC FSC® C114317

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, substabelecemos, **com reserva de iguais**, os poderes que nos foram conferidos no instrumento de mandato retro, nas pessoas de:

Filial Paraná:

ANDREA CRISTIANE GRABOVSKI, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PR 36.223, e **PRISCILLA AURELIO RODRIGUES DOS REIS**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PR 58.000, estas com escritório profissional à Rua Padre Anchieta, 2224, Sobreloja, Bigorrilho, Curitiba/PR, 80730-000, telefone (41) 3017-5650, fax (41) 3017-5682.

Matriz Rio Grande do Sul:

JOSÉ ANTÔNIO BROGLIO ARALDI, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 60.292, com escritório profissional à Rua Felizardo Furtado, 8, Sala 3, Petrópolis, Porto Alegre/RS, 90670-090, telefone/fax (51) 3397-1169.

Filial Santa Catarina:

CARLOS HENRIQUE SANTOS DE ALCANTARA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SC 19.756, com escritório profissional à Praça Quinze de Novembro, 153, Sala 301, Centro, Florianópolis/SC, 88010-400, telefone (48) 3333-0335.

Todos com endereço eletrônico **intimacoes@lpbk.adv.br**

Observação: Independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer intimações sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **Nelson Pilla Filho, OAB/GO 33.722** e **OAB/RS 41.666**, e **LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN, OAB/PR 21.777** e **OAB/SC 29.941**, sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Porto Alegre, 4 de outubro de 2022.

NELSON PILLA FILHO
OAB/RS 41.666
OAB/GO 33.722
OAB/PE 58.271
OAB/PR 58.341
OAB/RJ 209.644
OAB/SC 31.773
OAB/SP 294.164

LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN
OAB/PR 21.777
OAB/GO 33.723
OAB/PE 58.267
OAB/RS 78.688A
OAB/SC 29.941
OAB/SP 323.791

www.lpbk.adv.br
LESSA, PILLA, BRUSAMOLIN, KAVINSKI & Advogados Associados
Matriz: R. Felizardo Furtado, 8, Sala 3, Petrópolis, Porto Alegre/RS, 90670-090 – (51) 3397-1169
Filiais: Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Goiânia/GO, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP

LPBK
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE JOINVILLE – SANTA CATARINA

PROTOCOLO DE EXPEDIÇÃO	
PRAZO:	09/11/2022
CÓDIGO:	20060060455000
COLABORADOR:	Andrielly Timotio Hoffmann
PJ:	284527

000284527

Autos nº 0046696-30.2006.8.24.0038
Excipiente: SIRLEI LUCIDONIO MELO
Excepto: BANCO DO BRASIL S.A.

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado nos autos em epígrafe, movidos por **SIRLEI LUCIDONIO MELO**, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seus procuradores signatários, apresentar:

IMPUGNAÇÃO À EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE,

com base nos fundamentos de fatos e de direito que a seguir passa a expor:

1. SÍNTESE FÁTICA

O Banco Excepto ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial – em desfavor dos devedores Excipientes – em decorrência da inadimplência destes junto à Cédula de Crédito Bancário nº 20/02513-0, na monta de R$ 179.470,69 – valor ainda a ser corrigido.

Após intenso (e longo) trâmite processual, a devedora SIRLEI LUCIDONIO MELO apresentou Exceção de Pré-Executividade, oportunidade na qual argumentaram acerca: ***a)*** ausência da citação do avalista; ***b)*** prescrição direta em relação ao avalista; ***c)*** prescrição intercorrente; ***d)*** condenação do banco em honorários sucumbenciais.

Entretanto, tais alegações não podem prosperar, pelas razões de fato e direito que se passa a expor.

2. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme dispõe a intimação retro que é de 15 (quinze) dias úteis o prazo para a manifestação.

No caso em apreço, a publicação ocorreu em 18.10.22, iniciando o prazo no primeiro dia útil subsequente, 19.10.22.

Desta forma, o prazo final é dia 09.11.22, em razão do feriado nacional de Finados (RESOLUÇÃO GP Nº 01/85 – GP - anexo), sendo perfeitamente tempestivo o presente.

3. DO MÉRITO

3.1. DA AUSÊNCIA DA CITAÇÃO DO AVALISTA

Aduz a Excipiente a ausência de citação do avalista JAM PIERRE DE OLIVEIRA.

Contudo, não cabe à excipiente pleitear direito alheio em nome próprio, vez eu vedado pelo art. 18 do CPC.

Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial:

> RESPONSABILIDADE CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL POR DÍVIDA CONDOMINIAL. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE HASTA PÚBLICA E ARREMATAÇÃO DO BEM ANTE A AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO CÔNJUGE. IMPOSSIBILIDADE DE SE PLEITEAR DIREITO ALHEIO EM NOME PRÓPRIO. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. (TJPR - 10ª C. Cível - 0014096-84.2019.8.16.0017 - Maringá - Rel.: Desembargador Albino Jacomel Guérios - J. 07.12.2020) (TJ-PR - APL: 00140968420198160017 PR 0014096-84.2019.8.16.0017 (Acórdão), Relator: Desembargador Albino Jacomel Guérios, Data de Julgamento: 07/12/2020, 10ª Câmara Cível, Data de Publicação: 07/12/2020)

Portanto, o pedido da excipiente deve ser julgado improcedente.

3.2. DA INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DIRETA

Aduz o excipiente que os requisitos caracterizadores da prescrição estão constantes nos presentes de execução.

Contudo, referido entendimento não deve ser levado em consideração, haja vista que este deseja procrastinar o feito.

Dito isto, ressalta-se que devido ao inadimplemento da dívida, a instituição financeira tentou de todas as formas para amigavelmente receber o crédito, porém sem sucesso, ajuizou a ação em 08/08/2006. Assim, conforme entendimento jurisprudencial o prazo prescricional só começa a fluir do vencimento do título, portanto ocorreu em 15/12/2010, ou seja, não houve prescrição do direito, vejamos:

Deve-se ressaltar que o vencimento antecipado não altera o início do prazo da prescrição. Vejamos o entendimento jurisprudencial:

> APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO –- SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – IRRESIGNAÇÃO DO EMBARGANTE - CERCEAMENTO AO DIREITO DE DEFESA DECORRENTE DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – INOCORRÊNCIA – PROVA TESTEMUNHAL DESNECESSÁRIA PARA A SOLUÇÃO DO LITÍGIO – ILEGITIMIDADE PASSIVA APLICAÇÃO DA TEORIA DA ASSERÇÃO – PRELIMINAR REJEITADA – PRESCRIÇÃO – EXECUÇÃO FUNDADA EM NOTAS PROMISSÓRIAS – PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL - NOTAS PROMISSÓRIAS VINCULADAS A CONTRATO DE COMPRA E VENDA - **INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL A PARTIR DO VENCIMENTO DA ÚLTIMA PARCELA** – PRESCRIÇÃO NÃO CONSUMADA – ALEGADA NULIDADE DO INSTRUMENTO CONTRATUAL ATRELADO ÀS NOTAS PROMISSÓRIAS - LIVRE MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DE AMBAS AS PARTES – CONTRATO VÁLIDO E EFICAZ - INEXISTÊNCIA DE VÍCIO DE VONTADE -
> ALEGADA QUITAÇÃO DA DÍVIDA – INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS HÁBEIS A COMPROVAR O ADIMPLEMENTO DO DÉBITO - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ – INOCORRÊNCIA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 14ª C.Cível - 0013207-55.2017.8.16.0194 - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU ANTONIO DOMINGOS RAMINA JUNIOR - J. 11.04.2022) (grifo nosso)

> EMENTA: RECURSO INOMINADO. DECLARAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DE DÍVIDA E BAIXA DE GRAVAME DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE NÃO VERIFICADA. CESSÃO DE CRÉDITO. LEGITIMIDADE PASSIVA DO CEDENTE. FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. **INADIMPLÊNCIA. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. VENCIMENTO DA ÚLTIMA PARCELA PACTUADA. VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA QUE NÃO ALTERA O INÍCIO DO PRAZO DE FLUÊNCIA.** PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - RI: 00192995520188160019 Ponta Grossa 0019299-55.2018.8.16.0019 (Acórdão), Relator: Helder Luis Henrique Taguchi, Data de Julgamento: 09/07/2021, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: 13/07/2021) (grifo nosso)

> NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA COM LASTRO EM ESCRITURA PÚBLICA DE COMPOSIÇÃO E CONFISSÃO DE DÍVIDA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INOCORRÊNCIA. PRESTAÇÕES SUCESSIVAS. VENCIMENTO ANTECIPADO QUE NÃO ALTERA O TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL - VENCIMENTO DA ÚLTIMA PARCELA. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. 1. Insurge-se o apelante contra a sentença de extinção da ação de cobrança, com resolução do mérito, com fundamento na prescrição, nos termos dos arts. 332, § 1º, e 487, II, do Código de Processo Civil. 2. Consoante o art. 206, § 5º, I, do Código Civil, e a jurisprudência do STJ, é de 5 (cinco) anos o prazo prescricional para a cobrança de dívidas líquidas e certas, constantes de documento público ou particular. 3. No caso em apreço, consta da Escritura Pública de Composição e Confissão de Dívidas que as partes convencionaram o pagamento da dívida em prestações sucessivas, com vencimento final em 02/09/2022, bem como cláusula de vencimento antecipado, em caso de descumprimento das obrigações contratuais. 4**. Existindo cláusula expressa de vencimento antecipado, para o caso de descumprimento das obrigações contratuais, a dívida pode ser exigida antes do vencimento final, sem que isso implique na alteração do termo inicial do prazo prescricional, o qual continua sendo a data do vencimento da última prestação.** Precedentes do STJ. 5. **Não obstante a ação tenha sido ajuizada em 15/07/2009, valendo-se o credor da cláusula de vencimento antecipado, em razão da inadimplência do devedor, não há que se falar em prescrição da pretensão de cobrança, considerando que o vencimento da última prestação somente ocorrerá em 01/09/2022.** 6. Recurso provido. Sentença anulada. ACÓRDÃO Acordam os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, unanimemente, em conhecer do recurso interposto para dar-lhe provimento, desconstituindo a sentença recorrida, nos termos do voto da e. Relatora.(TJ-CE -

AC: 00702986020098060001 CE 0070298-60.2009.8.06.0001, Relator: MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, Data de Julgamento: 07/07/2021, 2ª Câmara Direito Privado, Data de Publicação: 07/07/2021) (grifo nosso)

CONTRATO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. APELO DOS EMBARGANTES**. PRETENSO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO. INVIABILIDADE. VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA QUE NÃO ALTERA O TERMO INICIAL DA FLUÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL QUE, NA HIPÓTESE, É A DATA DA ÚLTIMA PARCELA. Não há falar em modificação do termo inicial da contagem do prazo prescricional pelo vencimento antecipado do débito, que, nos contratos de prestações periódicas, corresponde à data de vencimento da última parcela.** DEMONSTRATIVO DE DÉBITO APRESENTADO PELA EXEQUENTE COM SALDO DEVEDOR INSUFICIENTE PARA AFASTAR A PRESCRIÇÃO. TESE DISSOCIADA DO TEOR DO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL COMBATIDO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. Se o disposto no apelo destoa do conteúdo do decisum vergastado, há violação do princípio da dialeticidade, o que acarreta o não conhecimento do recurso no ponto. APELO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO. (TJ-SC - APL: 50013464720198240047 Tribunal de Justiça de Santa Catarina 5001346-47.2019.8.24.0047, Relator: Gilberto Gomes de Oliveira, Data de Julgamento: 18/11/2021, Terceira Câmara de Direito Comercial) (grifo nosso)

APELAÇÃO – MONITÓRIA – **PRESCRIÇÃO – NÃO OCORRÊNCIA – VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA QUE NÃO ALTERA TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL – MANUTENÇÃO DO TERMO INICIAL COMO A DATA DO VENCIMENTO DA ÚLTIMA PARCELA** – RECURSO DESPROVIDO. "**O vencimento antecipado da dívida não altera o início da fluência do prazo prescricional, prevalecendo para tal fim o termo ordinariamente indicado no contrato, que é o dia do vencimento da última parcela**"(AgInt no REsp 1.850.690/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 05/06/2020).” (AgInt no AREsp 1914456/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29/11/2021, DJe 01/12/2021). (TJ-MT 10350145820198110041 MT, Relator: NILZA MARIA POSSAS DE CARVALHO, Data de Julgamento: 15/03/2022, Primeira Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/03/2022) (grifo nosso)

Ademais, o Código Civil vigente dispõe que o prazo prescricional se interrompe pelo despacho do Magistrado, o qual ordena a citação dos réus:

Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:
I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;
II - por protesto, nas condições do inciso antecedente;
III - por protesto cambial;
IV - pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores;
V - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
Parágrafo único. A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.

A redação do art. 240, §1 do Código do Processo Civil nos traz que:

Art. 240 A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
§ 1º A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. (Grifamos)

Com isto, podemos observar que deve-se considerar interrompida a prescrição na data em que ocorreu a citação válida, a qual retroage a data da propositura da ação.

Não obstante, vejamos que a citação do devedor solidário interrompe o prazo prescricional em relação aos demais coobrigados, nos termos do art. 204, § 1º do CC:

> **Art. 204.** A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.
> **§ 1 ºA interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.**

Neste sentido, tem se posicionado a jurisprudência, conforme se denota em recente decisão:

> APELAÇÃO CÍVEL.EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. NOTA PROMISSÓRIA. SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA E A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. 1. EXECUÇÃO LASTREADA EM NOTA PROMISSÓRIA. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL, CONFORME ARTIGOS 70 E 77, DA LEI DE GENÉBRA. 2. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO AFASTADA. DE ACORDO COM O ARTIGO 204, § 1, DO CC, A CITAÇÃO DO DEVEDOR SOLIDÁRIO INTERROMPE O PRAZO PRESCRICIONAL EM RELAÇÃO AOS DEMAIS COOBRIGADOS. AÇÃO PROPOSTA DENTRO DO PRAZO PREVISTO. APLICAÇÃO DA REGRA DO ART. 219, § 2º E § 3º DO CPC/1973 (ART. 240, § 1º E 2º, DO CPC/2015) 3. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INAPLICABILIDADE DA REDAÇÃO ATUAL DO § 4º, DO ARTIGO 921, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ALTERADO PELA LEI N. 14.195/2021. INEXISTÊNCIA DE PARALISAÇÃO INJUSTIFICADA DO FEITO POR PRAZO SUPERIOR AO DA PRESCRIÇÃO DO DIREITO MATERIAL. DESÍDIA DO EXEQUENTE NÃO CONFIGURADA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NÃO CARACTERIZADA. SENTENÇA CASSADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA REGULAR TRAMITAÇÃO.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. (TJ-PR 00005792220068160064 Castro, Relator: Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira, Data de Julgamento: 03/11/2022, 14ª Câmara Cível, Data de Publicação: 03/11/2022)

Vejamos, ainda que não seja possível a apreciação do pedido de prescrição em relação a pendência de citação de JAM PIERRE DE OLIVEIRA, sob pena de restar violado o art. 18 do CPC, necessário se faz esclarecer que no caso sub judice a citação não ocorreu em razão do fato de que mencionado executado não observou dever de boa-fé de manter seus endereços atualizados, aliado as dificuldades dos mecanismos do judiciário.

A Súmula 106 do STJ nos traz que não pode ser imputada a prescrição pela demora na citação por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, *in verbis*:

> SÚMULA 106
> Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência.

Com isto, a ausência de desídia do Autor na condução do processo, principalmente em relação à citação dos devedores, impede que seja configurada a prescrição no caso em comento. Assim é o entendimento jurisprudencial sobre a matéria:

ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANOS. Pronunciamento que contém os requisitos exigidos no art. 489 do CPC/2015, obediente ao preceito contido no inciso IX do art. 93 da CF. Extinção da ação com resolução de mérito em razão da prescrição. Ação ajuizada antes do decurso do prazo prescricional. **Demora na citação por motivos alheios à vontade da autora. Interrupção da prescrição que se deu por ocasião do despacho determinando a citação da ré. Prescrição não configurada.** Recurso provido. (TJ-SP - AC: 10064319820138260609 SP 1006431-98.2013.8.26.0609, Relator: Dimas Rubens Fonseca, Data de Julgamento: 07/05/2019, 28ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 10/05/2019) (Grifamos)

APELAÇÃO. Ação monitória. Contrato de prestação de serviços educacionais de ensino superior. EMBARGOS MONITÓRIOS. Rejeição. Ação proposta dentro do lapso quinquenal, previsto no art. 206, § 5º, I, do Código Civil. Demora na citação não imputável ao autor, que não deixou de dar andamento ao processo por lapso superior ao prazo prescricional. Desídia não configurada. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 252 do RITJSP. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10285477720178260506 SP 1028547-77.2017.8.26.0506, Relator: Flávio Cunha da Silva, Data de Julgamento: 11/11/2021, 38ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 11/11/2021)

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. PRELIMINAR DE DESERÇÃO. CURADOR ESPECIAL. DESNECESSIDADE DE EXIGÊNCIA DE PAGAMENTO DAS DESPESAS PROCESSUAIS. PRESCRIÇÃO. DEMORA DA CITAÇÃO NÃO IMPUTÁVEL AO AUTOR. REJEIÇÃO DA PREJUDICIAL. CITAÇÃO. NÃO LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS. BUSCAS NOS SISTEMAS INFOJUD, BACENJUD E SIEL – TRE. CITAÇÃO POR EDITAL. CABÍVEL. SENTENÇA MANTIDA. A exigência do preparo para o conhecimento de recurso interposto pela Defensoria Pública, na condição de curadora especial de réu ausente, representa indevido obstáculo ao livre exercício do munus público atribuído à instituição. Precedentes do STJ. Na hipótese, verificado que a parte demandada somente foi citada por edital após diversas diligências infrutíferas, é desarrazoada a pretensão de que sejam oficiados outros órgãos, sob pena de perpetuar o ato e postergar o regular processamento do feito. 4. Apelo desprovido.(TJ-AC - AC: 07032685320198010001 AC 0703268-53.2019.8.01.0001, Relator: Des. Laudivon Nogueira, Data de Julgamento: 14/10/2021, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 14/10/2021)

APELAÇÃO CÍVEL. **AÇÃO** DE **COBRANÇA**. SENTEÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DA RÉ. CURADOR ESPECIAL. DISPENSA DE PREPARO. PRESCRIÇÃO DIRETA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. PRAZO QUINQUENAL, COM INÍCIO APÓS O VENCIMENTO DA ÚTIMA PARCELA. DEMORA NA CITAÇÃO QUE NÃO DECORREU DO COMPORTAMENTO PROCESSUAL DA PARTE, MAS DO PRÓPRIO MECANISMO DA JUSTIÇA. **SÚMULA 106** DO **STJ**. SENTENÇA MANTIDA. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Apelação n. 0002012-98.2013.8.24.0062, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Janice Goulart Garcia Ubialli, Quarta Câmara de Direito Comercial, j. Tue Jul 05 00:00:00 GMT-03:00 2022).

CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. COBRANÇA. EXTINÇÃO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, ANTE O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DIRETA. APELO DA PARTE EXEQUENTE.PRAZO PRESCRICIONAL DO DIREITO MATERIAL. DEMORA NA CITAÇÃO QUE NÃO OCORREU EM VIRTUDE DA INÉRCIA DO EXEQUENTE. APLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ AO CASO. Segundo a Súmula nº 106 do STJ, "proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da argüição de prescrição ou decadência". Ao julgador cabe analisar o caso concreto e verificar se, em determinada hipótese, a demora na citação deu-se em virtude da inércia do credor em promover o andamento do feito ou do Poder Judiciário durante a tramitação processual. Se a demora na citação não ocorreu em virtude da inércia ou desídia do exequente em promover o andamento do feito, não há falar em prescrição do direito

material. APELO PROVIDO. (TJSC, Apelação n. 0303816-52.2016.8.24.0020, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Gilberto Gomes de Oliveira, Terceira Câmara de Direito Comercial, j. Thu Jun 09 00:00:00 GMT-03:00 2022).(TJ-SC - APL: 03038165220168240020, Relator: Gilberto Gomes de Oliveira, Data de Julgamento: 09/06/2022, Terceira Câmara de Direito Comercial)

Ademais, é dever dos devedores contratantes manter seus dados atualizados junto à instituição financeira, de forma que não se pode penalizar o Banco credor pelo sumiço da parte que não cumpre com suas obrigações. Vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. A NOTIFICAÇÃO REMETIDA AO ENDEREÇO CONSTANTE DO CONTRATO E RETORNADO COM A INFORMAÇÃO DE "MUDOU-SE". MUDANÇA DE ENDEREÇO CONFIRMADA NOS AUTOS. **DEVER DO FIDUCIANTE DE MANTER ATUALIZADOS OS SEUS DADOS JUNTO AO FIDUCIÁRIO. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA**. MORA COMPROVADA. APELAÇÃO PROVIDA. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0501509-52.2017.8.05.0274, Relator (a): Pilar Celia Tobio de Claro, Primeira Câmara Cível, Publicado em: 18/04/2018) (Grifamos)

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.NOTIFICAÇÃO ENVIADA AO ENDEREÇO CONSTANTE DO CONTRATO. MUDANÇA DE ENDEREÇO DO RÉU. MORA CONFIGURADA. NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 2º DO DECRETO-LEI N. 911/1969. 1. A nova redação dada pela Lei nº 13.043/2014 ao § 2º do art. 2º do Decreto-Lei nº 911/69 passou a prever que o simples envio da notificação ao endereço do devedor, lançado no contrato, já seria suficiente para a comprovação da mora, uma vez que, expressamente, deixou de exigir a assinatura do próprio destinatário no aviso de recebimento. 2. Havendo a comprovação de que a notificação foi enviada para o mesmo endereço constante do contrato, o fato de constar do aviso de recebimento que o devedor mudou-se, não invalida a sua constituição em mora. 3. O princípio da boa-fé objetiva tem por finalidade resguardar as expectativas legítimas de ambas as partes na relação contratual, com o cumprimento de um dever genérico de lealdade e crença recíproca, os quais traduzem na cooperação, proteção, solidariedade e informação. 4. É pacífica a jurisprudência, **se quaisquer das partes descumprem sua obrigação de atualização de endereço, deverá assumir as consequências de sua desídia, não podendo vir em juízo invocar nulidade de ato.** 5. Recurso conhecido e provido. Sentença cassada. (Acórdão n.1103134, 07072147620178070020, Relator: GISLENE PINHEIRO 7ª Turma Cível, Data de Julgamento: 13/06/2018, Publicado no DJE: 19/06/2018)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE EXECUÇÃO - PRELIMINAR - PRECLUSÃO - AFASTADA - IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - REJEIÇÃO - CITAÇÃO POR EDITAL - OBRIGAÇÃO DO DEVEDOR MANTER SEU ENDEREÇO ATUALIZADO - EXCESSO DE EXECUÇÃO - AFASTADA - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA - MARCO INICIAL - DATA DA OBRIGAÇÃO NÃO CUMPRIDA - MULTA - 10% - ESTIPULAÇÃO CONTRATUAL. - Não há que se falar em preclusão da nulidade da citação por edital, pois se trata de questão de ordem pública, que não está sujeita à preclusão - Se os cálculos foram devidamente elaborados pelo perito judicial, o qual utilizou a metodologia correta, não há que se falar em excesso de execução - Nos termos contratuais, o marco inicial da correção monetária, bem como do juros de mora é a data da obrigação não cumprida, conforme calculado pelo i. perito - A multa contratual, conforme estipulada na avença, será 10%, o que afasta a alegação de enriquecimento sem causa.(TJ-MG - AI: 10525100156252001 MG, Relator: Sérgio André da Fonseca Xavier, Data de Julgamento: 26/05/2020, Data de Publicação: 27/05/2020)

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. DEMORA NA CITAÇÃO POR MECANISMOS INERENTES À ADMINISTRAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. VIOLAÇÃO DA BOA-FÉ OBJETIVA. INOBSERVÂNCIA DOS DEVERES ANEXOS DO CONTRATO. DESÍDIA DO AUTOR NÃO CONFIGURADA. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. SENTENÇA ANULADA. 1. A demora na citação por motivos inerentes ao mecanismo do Poder Judiciário não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência se a ação for proposta no prazo fixado para o seu exercício (Súmula n. 106 do Superior Tribunal de Justiça). 2. As consequências da falta de citação não podem ser imputadas à parte autora se o atraso no ato

> citatório não teve como causa a sua desídia. 3. A demora na citação ocorreu porque os apelados não mantiveram seus endereços atualizados no sistema do Banco, violando a boa-fé objetiva, que impõe a observância dos deveres anexos do contrato, os quais podem ser resumidos nos seguintes valores: proteção, lealdade, informação e cooperação. 4. Apelação provida. Sentença anulada. (TJ-DF 00396765820158070001 DF 0039676-58.2015.8.07.0001, Relator: HECTOR VALVERDE, Data de Julgamento: 09/12/2020, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe: 30/12/2020)

Ou seja, a jurisprudência entende que se quaisquer das partes descumprem sua obrigação de atualização de endereço, deverá assumir as consequências de sua desídia, não podendo vir em juízo invocar nulidade de ato ou mesmo o reconhecimento de prescrição direta.

Diante disto, é clara a inocorrência da prescrição direta, razão pela qual o pleito da parte excipiente não merece deferimento.

3.3. DA INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

Aduz a Excipiente que houve abandono de causa e que os requisitos caracterizadores da prescrição intercorrente estão constantes nos presentes de execução, tendo compreendido que houve a desídia do Excepto.

Contudo, referido entendimento não deve ser levado em consideração, haja vista que este deseja procrastinar o feito, eis que o termo inicial para caracterização da prescrição intercorrente é a entrada em vigor do novo código de processo civil, como veremos a seguir.

Neste sentido compreende a jurisprudência:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. PROCESSO DE EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NÃO EVIDENCIADA. INEXISTÊNCIA DE INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO PELA PROPOSITURA DA AÇÃO REVISIONAL PELO DEVEDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento, Nº 70084644467, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira Rebout, Julgado em: 26-03-2021)

Ademais, o fato de a ação tramitar a mais de onze anos após o vencimento do título, não constitui razão para a declaração de prescrição intercorrente.

Deve-se destacar que a narrativa do Excipiente para demonstrar a suposta prescrição não é clara e não demonstra a realidade dos autos.

Dito isto, a demora no andamento do feito não pode ser imputada ao credor, vez que o mesmo se manifestou nas oportunidades em que foi intimado. Ainda, para o computo da prescrição não é possível a contabilização de períodos fracionados como pretende o Excipiente.

Nos termos da fundamentação ora atacada, os fundamentos para a extinção do feito, quais sejam os artigos 921 CPC, ENCONTRA ÓBICE NO ART. 1.056 DO MESMO CÓDIGO, UMA VEZ QUE O TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO SE DÁ NA VIGÊNCIA DO CPC/15:

> **Art. 1.056.** Considerar-se-á como termo inicial do prazo da prescrição prevista no art. 924, inciso V, **inclusive para as execuções em curso,** a data de vigência deste Código. (Grifamos)

Neste sentido entende a jurisprudência:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ESCRITURA PÚBLICA DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. exceção de pré-executividade. suspensão do feito executivo em relação ao avalista. AUSÊNCIA DE OPORTUNA IMPUGNAÇÃO. PRECLUSÃO. ART. 507 DO CPC. PROCESSO QUE TINHA SEU CURSO SUSPENSO NO MOMENTO DA ENTRADA EM VIGOR DO CPC/2015. APLICAÇÃO DA REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 1.056. PRECEDENTES. DESÍDIA DO CREDOR não COMPROVADA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE não consumada. decisão mantida. recurso desprovido. (TJPR - 13ª C.Cível - 0054839-56.2020.8.16.0000 - Campo Mourão - Rel.: Juiz Rodrigo Fernandes Lima Dalledone - J. 19.03.2021) (TJ-PR - ES: 00548395620208160000 PR 0054839-56.2020.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Juiz Rodrigo Fernandes Lima Dalledone, Data de Julgamento: 19/03/2021, 13ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/03/2021)

O marco inicial para a contagem do prazo da prescrição intercorrente é a data de vigência do novo CPC, inclusive para as execuções em curso, conforme regra de direito intertemporal do artigo 1.056.

Portanto como o prazo de caracterização da prescrição intercorrente possui como termo inicial a vigência do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o art. 1.056 do NCPC.

Deste modo, é clara a inocorrência da prescrição intercorrente, devendo, portanto ser totalmente improvido o pleito do Excipiente.

Ainda, cumpre mencionar que não houve intimação do Excepto para impulsionar o feito.

No caso em estudo, o credor, agiu em tempo de garantir seu direito processual e ingressou com a demanda. Sendo assim, não há cabimento para que seja decretada a prescrição intercorrente no presente caso, uma vez que a causa da suspensão não se deu por inércia do recorrido no prosseguimento do feito, vez que sequer foi intimado para impulsionar o feito, de modo que não há que se falar em prescrição intercorrente.

Assim, não pode, Excelência, ser atribuído ao Excepto o ônus da prescrição intercorrente diante da "suposta paralisação do feito", tendo em vista que os autos não ficaram paralisados por abandono da parte.

A ausência de desídia do Excepto na condução do processo impede que seja configurada a prescrição intercorrente no caso em comento. Assim é o entendimento jurisprudencial:

> APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL – DEMORA NA LOCALIZAÇÃO DE BENS DO DEVEDOR – AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO EXEQUENTE – REALIZAÇÃO DE DIVERSAS DILIGÊNCIAS – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE PRONUNCIADA – INVIABILIDADE – RECURSO PROVIDO. **O reconhecimento da prescrição intercorrente exige a comprovação da inércia e desídia do exequente na condução do processo, o que não ocorreu no caso. Não se pode cogitar na ocorrência da prescrição intercorrente, pelo simples fato de haver demora na localização de bens do devedor para a quitação da dívida, porquanto, a prevalecer esse entendimento, a ocultação de patrimônio surgiria como um prêmio ao mau pagador, o que não se mostra concebível de amparo pelo Poder Judiciário.** (TJ-MT 00009413120008110013 MT, Relator: SERLY MARCONDES ALVES, Data de Julgamento: 11/11/2020, Quarta Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 12/11/2020)

Ainda, para considerar-se abandono de causa, é indispensável que ocorra a intimação do procurador do autor com advertência da penalidade. Assim, se o procurador não tinha ciência da possibilidade de extinção do processo por inércia, não há que se falar em abandono da causa.

Resta evidente que todas as vezes que foi intimado o autor providenciou o devido andamento, logo, conforme denota-se da simples analise dos autos, vejamos que o processo não foi arquivado como exigia-se anteriormente e que ao longo da tramitação o credor sempre agiu de forma diligente a fim de recuperar seu crédito, inexistindo razão para o acolhimento da pretensão do Excipiente. Ainda a ação tramita a muito tempo em razão de necessidade de realização de atos como penhora e de mais atos inerentes a expropriação de bens, inexistindo qualquer das hipóteses para o reconhecimento da prescrição intercorrente.

Injusto seria se o excepto, que tomou todas as providências necessárias para garantir seu crédito, fosse prejudicado pela infundada alegação de prescrição do excipiente.

Desta feita, resta claro a inexistência da prescrição do contrato ou da prescrição intercorrente, devendo ser afastado o pleito da parte.

3.4. DA SUCUMBÊNCIA E HONORÁRIOS

O pleito da parte Excipiente quanto ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência por parte do embargado não merece acolhida.

Note-se que a presente exceção trata-se de mero incidente processual, não podendo, deste modo, ser estipulado honorários sucumbenciais, conforme é o disposto no artigo 85, do Código de Processo Civil.

Assim, quando a ação se trata de mero incidente processual, aliado ao fato de não por fim ao processo, não há que se falar em honorários sucumbenciais. É o entendimento jurisprudencial:

> APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO RECEBIDOS COMO INCIDENTE DE IMPENHORABILIDADE. DISCUSSÃO A RESPEITO DA IMPENHORABILIDADE DE PEQUENA PROPRIEDADE RURAL. ACOLHIMENTO EM PRIMEIRO GRAU. INSURGÊNCIA DO EXECUTADO. MANUTENÇÃO DA IMPENHORABILIDADE. PROPRIEDADE INFERIOR A QUATRO MÓDULOS FISCAIS E TRABALHADA PELA FAMÍLIA. SATISFAÇÃO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. GARANTIA HIPOTECÁRIA QUE NÃO AFASTA A IMPENHORABILIDADE. **CONDENAÇÃO DO EXEQUENTE AO PAGAMENTO DAS VERBAS DE SUCUMBÊNCIA QUE NÃO DEVE PERSISTIR. INCIDENTE PROCESSUAL QUE NÃO ADMITE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS.** AUSÊNCIA DE ADIANTAMENTO DE DESPESAS PROCESSUAIS PELOS APELADOS. CONDENAÇÃO AFASTADA. PREQUESTIONAMENTO A SER CUMPRIDO PELA PARTE. Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJPR - 14ª C.Cível - 0001681-95.2018.8.16.0052 - Barracão - Rel.: Desembargadora Themis de Almeida Furquim - J. 11.05.2020) (Grifamos)

> APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. EMBARGOS DE TERCEIRO. SENTENÇA DE MÉRITO. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA. MITIGAÇÃO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. 1. A condenação em custas processuais e honorários advocatícios rege-se, em regra, pelo princípio da sucumbência, sendo certo que é consequência imposta à parte vencida e independe de qualquer requerimento da parte contrária, uma vez que se trata de norma que tem por destinatário o próprio Juiz. **O princípio da causalidade não se contrapõe**

> **ao princípio da sucumbência, mas sim o mitiga em ocasiões nas quais a aplicação pura e simples deste causaria uma situação de injustiça. Em respeito ao princípio da causalidade, aquele que der causa ao ajuizamento da ação responde pelos ônus da sucumbência, devendo arcar com as custas processuais e honorários de advogado.** (TJ-DF - APC: 20130110194730, Relator: SIMONE LUCINDO, Data de Julgamento: 20/05/2015, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 29/05/2015 . Pág.: 104)?. 2. Negou-se provimento ao recurso. Unânime. (TJ-DF 07107878820188070020 DF 0710787-88.2018.8.07.0020, Relator: ROMEU GONZAGA NEIVA, Data de Julgamento: 03/07/2019, 7ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 11/07/2019 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Desta forma, não há que se falar em condenação em honorários de sucumbência, tendo em vista a presente exceção ser mero incidente processual, devendo ser rejeitado o pleito do Excipiente, até porque, foi o inadimplemento contratual que deu origem ao ajuizamento da ação executiva.

Ademais, deve-se frisar que o excepto não ensejou o presente feito e a contratação foi embasada em preceitos legais, devendo ser destacado, que o excipiente anuiu com os termos do contrato.

Diante disto, não há o que se falar em condenação do requerente ao pagamento de honorários advocatícios ou custas processuais, tendo vista que a parte excipiente deu causa a distribuição da presente demanda, eis que não cumpriu com suas obrigações assumidas contratualmente, ficando inadimplente.

Diante disto, conforme verifica-se na jurisprudência, o ônus sucumbencial é arcado pela parte executada nos casos de extinção pela prescrição, vejamos:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. DECISÃO AGRAVADA EM QCIVIL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXTINÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. PRINCÍPIO CAUSALIDADE. 1. Aplica-se o princípio da causalidade para a condenação de custas processuais e de honorários advocatícios nos processos extintos sem resolução do mérito. 2. O reconhecimento da prescrição intercorrente por ausência de localização de bens não atrai a sucumbência para o exequente (REsp 1.769.201/SP, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 20/3/2019). 3. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-DF 00224585620118070001 DF 0022458-56.2011.8.07.0001, Relator: MARIA DE LOURDES ABREU, Data de Julgamento: 04/11/2020, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 18/11/2020 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

> PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. HONORÁRIOS EM FAVOR DO EXECUTADO. DESCABIMENTO. CAUSALIDADE. AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA DO EXEQUENTE.
> 1. Declarada a prescrição intercorrente por ausência de localização de bens, incabível a fixação de verba honorária em favor do executado, eis que, diante dos princípios da efetividade do processo, da boa-fé processual e da cooperação, não pode o devedor se beneficiar do não-cumprimento de sua obrigação.
> 2. A prescrição intercorrente por ausência de localização de bens não retira o princípio da causalidade em desfavor do devedor, nem atrai a sucumbência para o exequente.
> 3. Recurso especial a que se nega provimento. (Processo REsp 0000487-20.1996.8.26.0451 SP 2018/0033038-2 Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA Publicação DJe 20/03/2019 Julgamento 12 de Março de 2019 Relator Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI)

> AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ÔNUS. EXECUTADO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.
> 1. Com fulcro no princípio da causalidade, o STJ entende que é a parte executada - inadimplente na obrigação debatida no feito - quem dá causa à execução. Dessa forma, a extinção do processo em razão da prescrição intercorrente não gera a sucumbência da parte exequente.

> 2. O entendimento adotado no acórdão recorrido coincide com a jurisprudência assente desta Corte Superior, circunstância que atrai a incidência da Súmula 83/STJ.
> 3. Agravo interno a que se nega provimento.(Processo AgInt no AREsp 1744415 MS 2020/0207462-1 Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA Publicação DJe 01/07/2021 Julgamento 31 de Maio de 2021 Relator Ministro RAUL ARAÚJO)
>
> APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DÉBITOS CONDOMINIAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. CONDENAÇÃO DO EXECUTADO AO PAGAMENTO DAS VERBAS SUCUMBENCIAIS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. INSURGÊNCIA DO RÉU. IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR - 8ª C. Cível - 0001898-35.1997.8.16.0001 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADOR SERGIO ROBERTO NOBREGA ROLANSKI - J. 06.12.2021)

Desta forma, não há que se falar em condenação em honorários de sucumbência, tendo em vista a presente exceção ser mero incidente processual e que não foi o excepto quem deu causa ao ajuizamento da ação, devendo ser rejeitado o pleito do Excipiente.

Caso o magistrado entenda pelo reconhecimento da prescrição, o que não se espera, a condenação ao pagamento dos honorários e custas diante da extinção da execução por prescrição intercorrente é vedado pelo art. 921, §5 do Código de Processo Civil:

> Art. 921. Suspende-se a execução:
> § 5º O juiz, depois de ouvidas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá, de ofício, reconhecer a **prescrição** no curso do processo e extingui-lo, **sem ônus para as partes**. (Redação dada pela Lei nº 14.195, de 2021)

Diante disto, não há o que se falar em condenação do Excepto ao pagamento de honorários advocatícios ou custas processuais, devendo ser afastado o pleito do Excipiente.

4. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, reitera os pedidos iniciais, pleiteando o julgamento pela procedência do pedido inicial – com a consequente rejeição da exceção de pré-executividade.

No tocante as intimações, independentemente da cadeia de substabelecimentos, requer que todas e quaisquer deste processo, incluindo todos os incidentes apensos e vinculados, sejam feitas – EXCLUSIVAMENTE - em nome de **José Antonio Broglio Araldi, OAB/SC 30.425,** sob pena de nulidade do ato ou cerceamento de defesa, com fulcro no artigo 272, §5º do CPC.

Nestes termos, pede deferimento.

Curitiba, 8 de novembro de 2022.

Luiz Fernando Brusamolin OAB/SC 29.941
José Antônio Broglio Araldi OAB/SC 30.425A
Carlos H. Santos de Alcântara OAB/SC 19.756



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO GP Nº 01/85 – GP*

Dispõe sobre o expediente forense nos foros judicial e extrajudicial.

RESOLVE:

Art. 1º Além dos feriados nacionais e dos feriados para efeitos forenses, constantes do Anexo Único, não haverá expediente nos foros judicial e extrajudicial na segunda-feira de Carnaval, na quinta-feira da Semana Santa, no dia de comemoração do Funcionário Público, no dia de comemoração de Finados e no dia de comemoração de Corpus Christi.

Parágrafo único. Na Quarta-Feira de Cinzas o expediente no foro judicial terá início às 13 horas. **(Redação dada pelo art. 1º da Resolução GP n. 37 de 5 de setembro de 2016)**

Art. 2º Fica suspenso o expediente nos foros judicial e extrajudicial nos municípios sede de comarca nos dias considerados feriados municipais nos termos dos arts. 1º, inc. III, e 2º da Lei n. 9.093, de 12 de setembro de 1995. **(Redação dada pelo art. 1º da Resolução GP n. 13 de 22 de março de 2016)**

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* aos prédios do Tribunal de Justiça, observando-se, para tanto, o município em que estão localizados. **(Redação dada pelo art. 1º da Resolução GP n. 13 de 22 de março de 2016)**

Art. 3º - Quaisquer outros casos de suspensão do expediente forense somente ocorrerão por ato ou autorização do Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 4º - Nos dias mencionados nos artigos 1º e 2º, nos sábados e nos domingos, os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais manterão serviço de plantão, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do artigo 8º da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 05 de setembro de 1985.
Presidente (Des. Eduardo Pedro Carneiro da Cunha Luz)

Feriados Nacionais:

- 1º de janeiro - Confraternização Universal (Lei nº 662 de 06/04/49)
- 21 de abril - Tiradentes (Lei nº 1.266 de 08/12/50)
- 1º de maio - Dia do Trabalho (Lei nº 662 de 06.04.49)
- 07 de setembro - Independência do Brasil (Lei nº 662 de 06/04/49)
- 12 de outubro - Dia da Padroeira do Brasil (Lei nº 6.802 de 30/06/80)
- 15 de novembro - Proclamação da República (Lei nº 662 de 06/04/49)
- 25 de dezembro - Natal (Lei nº 662 de 06/04/49)

Feriados para efeitos forenses (Decreto-lei nº 8.292 de 05/12/45 e Lei nº 1.408 de 09/08/51).

- Terça-feira de Carnaval
- Sexta-feira Santa
- Dia da Justiça (08 de dezembro)

***Versão compilada em 9 de setembro de 2016, por meio da incorporação da alteração introduzida pelas seguintes normas:**

- Resolução GP n. 13 de 22 de março de 2016;

- Resolução GP n. 37 de 5 de setembro de 2016.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 412

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO
Data:
09/11/2022 12:06:39
Usuário:
TANIT - TANIT ADRIAN PEROZZO DALTOE - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
412

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 413

Evento:
DESPACHO
Data:
09/11/2022 15:51:49
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
413

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88015-601 - Fone: (48)3287-5728 - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

DESPACHO/DECISÃO

Intime-se a parte executada/excipiente para se manifestar, no prazo de 15 dias, sobre a petição/documentos apresentados pela parte contrária.

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO TAVARES MARTINS, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310035710080v2** e do código CRC **be0de0ee**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO TAVARES MARTINS
Data e Hora: 9/11/2022, às 15:51:49

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 414

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
09/11/2022 15:51:50
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
414
Executado:
SIRLEI LUCIDONIO MELO
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
22/11/2022 00:00:00
Data Final:
12/12/2022 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CARLOS ANDRÉ VIEIRA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 415

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__402
Data:
11/11/2022 01:12:23
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
415

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 416

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__414
Data:
19/11/2022 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
416

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 417

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__409
Data:
24/11/2022 01:25:07
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
417

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 418

Evento:
PETICAO
Data:
01/12/2022 22:48:43
Usuário:
SP123199 - EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
418

BANCO DO BRASIL

SUBSTABELECIMENTO

Por este instrumento particular, substabeleço, com reserva, parte dos poderes que me foram conferidos pelo **BANCO DO BRASIL S.A.**, por intermédio de sua Diretora Jurídica, Dra. LUCINÉIA POSSAR, nos termos do instrumento de procuração lavrado no Cartório do 5º Ofício de Notas de Taguatinga - DF, às fls. 65, do livro 3561, em 05/05/2022 (Protocolo 869764), aos advogados **EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito(a) na OAB/SP 123.199 e no CPF/MF 135.207.888-02, **ELIANE DA COSTA**, brasileira, solteira, advogada, inscrito(a) na OAB/SP 156.057 e no CPF/MF 212.438.108-31, **WILSON ROGÉRIO OHKI**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito(a) na OAB/SP 157.223 e no CPF/MF 249.786.108-00, **DANIEL DE SÁ ANDREOLI BERTOTTI**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito(a) na OAB/SP 161.434 e no CPF/MF 261.543.028-94, **RODRIGO CARLOS LUZIA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito(a) na OAB/SP 207.886 e no CPF/MF 245.452.348-52, **RODRIGO RIOLI**, brasileiro, casado, advogado, inscrito(a) na OAB/SP 219.901 e no CPF/MF 290.632.498-10, **RAFAEL TOMAS FERREIRA**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito(a) na OAB/SP 221.279 e no CPF/MF 281.924.328-23, **NICOLE GUIMARÃES RODRIGUES**, brasileira, casada, advogada, inscrito(a) na OAB/SP 234.045 e no CPF/MF 281.595.858-96 e **LAURA MARIA PEREIRA COSTA**, brasileira, solteira, advogada, inscrito(a) na OAB/SP 244.643 e no CPF/MF 221.352.498-07, sócios da sociedade de advogados **AVALLONE ADVOGADOS,** registrada na OAB/SP sob o nº 4.474, inscrita no CNPJ/MF nº 03.010.114/0001-00, sediada na Rua Luiz Aleixo, nº 7-17, Vila Cardia, Bauru - SP, que foi contratada ao amparo do **Edital de Licitação nº 2020/03120**, para prestar serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica ao Banco do Brasil no(s) Estado(s) de Santa Catarina, de acordo e nos limites do(s) contrato(s) administrativo(s) entabulado(s) com o Banco do Brasil S.A. Ficam conferidos os poderes necessários à defesa dos interesses do Banco do Brasil S.A. nas esferas administrativa e extrajudicial, além de poderes da cláusula ***ad judicia***, para a prática de atos em processos no âmbito cível, fiscal, administrativo, previdenciário, trabalhista e penal, para : atuar em primeiro e segundo graus de jurisdição, nos juizados especiais, colégios e turmas recursais, compreendendo inclusive interpor recursos e apresentar contrarrazões a recursos interpostos aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal, apenas **ressalvado** que o acompanhamento de processos e a atuação nesses tribunais ficarão exclusivamente a cargo dos advogados empregados do Banco do Brasil S.A., propor e contestar ações, reconvir, nomear e impugnar peritos, prestar informações e usar de todos os recursos em direito permitidos, requerer falências, declarar ou impugnar créditos, praticar todos os atos necessários em processos de recuperação judicial ou extrajudicial, inclusive em assembleias de credores, representar o Banco do Brasil S.A. perante órgãos públicos, solicitar informações escritas necessárias ao desempenho dos poderes ora substabelecidos, e ainda os **poderes especiais**, quando autorizados pelo Banco do Brasil S.A., de: reconhecer a procedência do pedido, desistir, firmar compromisso, receber e dar quitação em autos de processo judicial, com recebimento de créditos do Banco do Brasil S.A. somente mediante depósito judicial em favor do Banco do Brasil S.A., apresentar reclamação e representação correicional e ingressar em recinto, repartição ou outro local no qual esteja sendo realizada assembleia ou reunião de que tenha interesse, participe ou possa participar o Banco do Brasil, ou perante a qual este deva ou tenha interesse em comparecer, para, em quaisquer processos ou procedimentos contenciosos judiciais ou administrativos, inclusive de recuperação judicial ou extrajudicial, defender os direitos e interesses do Banco do Brasil, podendo impetrar mandados de segurança, propor ações rescisórias, opor exceção de qualquer

MISTO Papel FSC FSC® C114317

Mod. 0.03.007-4 - SISBB 99176
Novembro/2014 - Grafi Rio

natureza, solicitar abertura de inquéritos policiais, oferecer queixas-crimes com observância ao artigo 44 do Código de Processo Penal, apresentar representação, ajuizar medidas cautelares, preventivas ou assecuratórias, bem com incidente de falsidade na esfera penal; receber intimações para ciência e andamento dos respectivos pleitos, exceto as que, por força de lei, devam ser feitas unicamente ao Banco do Brasil S.A. Fica **vedado** ao(s) substabelecidos(s) o saque de valor depositado em favor do Banco do Brasil S.A., podendo o(s) substabelecido(os), no entanto, requerer a expedição de alvará de levantamento apenas em nome do Banco do Brasil S.A. e retirá-lo em cartório ou serventia judicial para entrega ao Banco do Brasil S.A. Os poderes ora substabelecidos poderão ser exercidos conjunta ou individualmente. O presente substabelecimento ratifica todos os atos praticados, desde que não extrapolem os poderes ora outorgados. Os poderes ora conferidos podem ser substabelecidos, com reserva.

São Paulo, quarta-feira, 30 de novembro de 2022.

EVANDRO LÚCIO PEREIRA DE SOUZA
OAB/SP 133.091

Mod. 0.03.007-4 - SISBB 99176
Novembro/2014 - Grafi Rio

MISTO
Papel
FSC FSC® C114317

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS
DE TAGUATINGA - DF
Ronaldo Ribeiro de Faria - Tabelião
QNA 04, LOTES 32/34, (PRAÇA DO DI) - TAGUATINGA - DF - CEP: 72.110-040
FONE: (61) 3961-8900 / 3351-8787
Site: www.cartorio5df.com.br - e-mail: atendimento@cartorio5df.com.br

Livro : **3561**
FLS : **065**
Prot : **869764**

PROCURAÇÃO bastante que faz(em):**BANCO DO BRASIL S.A**

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois **(05/05/2022)** nesta cidade de Taguatinga, Distrito Federal, em Cartório, lavro este instrumento público, em que, comparece(m) como outorgante(s), **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, sediado no SAUN – Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o número 00.000.000/0001-91, registrado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - NIRE 5330000063-8, neste ato representado, na forma prevista no artigo 27 do Estatuto, por sua Diretora Jurídica, **LUCINÉIA POSSAR**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PR 19.599 e OAB/DF 40.297, portadora da carteira de identidade 38.704.370-SSP/PR e do CPF 540.309.199-87, residente nesta Capital e com domicílio profissional na Sede da Empresa, eleita conforme decisão do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. na reunião ocorrida em 02 de julho de 2021, cuja ata foi registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal em 09 de agosto de 2021, sob o número 1717531; identificada e reconhecida como a própria em face dos documentos que me foram exibidos e de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ela me foi dito que, por este instrumento público e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **I)** Consultores Jurídicos: **ALEXANDRE BOCCHETTI NUNES**, inscrito na OAB/DF 66.684 e CPF 981.753.277-15; **ANDRÉ LUIZ DE MEDEIROS E SILVA**, inscrito na OAB/DF 5.539 e CPF 317.369.801-06; **CLÁUDIO BISPO DE OLIVEIRA**, inscrito na OAB/DF 61.643 e CPF 386.515.725-49; **FERNANDO ALVES DE PINHO**, inscrito na OAB/RJ 97.492 e CPF 023.414.437-88; **JUNE ELCE MATOSO DE MEDEIROS**, inscrita na OAB/MG 65.701 e CPF 570.443.846-68; brasileiros, advogados, com domicílio profissional na Sede do outorgante, localizada no SAUN – Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, 8º andar, Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF; **RENATO CHAGAS MACHADO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 109.072-B e CPF 271.939.558-70, com domicílio profissional na Av. Paulista, 1230, 10º andar, Edifício BB São Paulo, Torre Matarazzo, Bela Vista, São Paulo/SP; **II)** Consultores Jurídicos Adjuntos: **ALESSANDRO ZERBINI RUIZ BARBOSA**, inscrito na OAB/RJ 108.741 e CPF 078.611.477-03; **ANA LUCIA FRANCISCO DOS SANTOS BOTTAMEDI**, inscrita na OAB/SC 21902-B e CPF 005.406.969-60; **ANTONIO CARLOS DA ROSA PELLEGRIN**, inscrito na OAB/SC 15.672 e CPF 449.776.200-97; **ANTÔNIO CARLOS ROSA**, inscrito na OAB/MT 4.990-B, OAB/DF 38.824 e CPF 291.233.569-87; **BETÂNIA MARA COELHO GAMA**, inscrita na OAB/BA 14.331 e CPF 505.547.945-00; **CARLOS GUILHERME ARRUDA SILVA**, inscrito na OAB/MG 68.106 e CPF 726.465.196-72; **FABRÍCIO GONÇALVES DOS SANTOS**, inscrito na OAB/SP 268.238 e CPF 326.914.358-30; **JORGE ELIAS NEHME**, inscrito na OAB/MT 4.642-O e CPF 329.555.291-68; **LUZIMAR DE SOUZA**, inscrita na OAB/GO 7.680 e CPF 166.518.631-34; **MARCELO SIQUEIRA DE MENEZES**, inscrito na OAB/RJ 147.339 e CPF 102.891.367-25; **MARCOS MARTINS DUTRA**, inscrito na OAB/SC 25.661 e CPF 029.080.499-02; **MÁRIO EDUARDO BARBERIS**, inscrito na OAB/SP 148.909 e CPF 096.266.228-30; **PABLO SANCHES BRAGA**, inscrito na OAB/DF 42.866 e CPF 806.562.695-53; **PAULO SÉRGIO FRANÇA**, inscrito na OAB/SP 115.012 e CPF 086.307.358-13; **SOLON MENDES DA SILVA**, inscrito na OAB/RS 32.356 e CPF 645.945.640-20; **VITOR DA COSTA DE SOUZA**, inscrito na OAB/DF 17.542 e CPF 856.301.951-15; **WAGNER MARTINS PRADO DE LACERDA**, inscrito na OAB/SP 111.593 e CPF 067.952.978-02; brasileiros, advogados, com domicílio profissional na Sede do outorgante, localizada no SAUN – Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, 8º andar, Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF; **ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS**, inscrito na OAB/RJ 104.731 e CPF 002.734.377-47; **ANA CLAUDIA CARDOSO BORGES BESSA DE SOUZA ABDALLA**, inscrita na OAB/SP 184528 e CPF 106.975.878-78; **JOSÉ AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO**, inscrito na OAB/SP 138.424 e CPF 093.024.278-54; **JOSÉ ROBERTO CHIEFFO JÚNIOR**, inscrito na OAB/SP 203.922 e CPF 269.266.968-10; **PLÍNIO MARCOS DE SOUSA E SILVA**, inscrito na OAB/SP 148.171 e CPF 756.790.516-72; brasileiros, advogados, com domicílio profissional na Av. Paulista, 1230, 10º andar, Edifício BB São Paulo, Torre Matarazzo, Bela Vista, São Paulo/SP; III) Gerentes Jurídicos Regionais: **ALESSANDRA FARIAS DE OLIVEIRA BARBOZA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PA 7.141 e CPF 392.978.452-15, com domicílio profissional na Av. Rio Branco, 240, 5º andar, Recife/PE; **ALEXANDRE FERREIRA DE REZENDE**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MG 82.312 e CPF 926.819.996-34, com domicílio profissional na Rua Guilherme Moreira, 315, 7º andar, Centro, Manaus/AM; **ALTEMIR BOHRER**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 41.844 e CPF 478.700.360-72, com domicílio profissional no SAUN - Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, Torre III, 5º andar, Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF; **ÂNGELO CESAR LEMOS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MG 64.228 e CPF 718.429.506-49, com domicílio profissional na Av. Presidente Vargas,

248, 7º andar, Comércio, Belém/PA; **ARI ALVES DA ANUNCIAÇÃO FILHO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 34.752 e CPF 505.500.630-72, com domicílio profissional na Rua do Livramento, 120, 8º andar, Centro, Maceió/AL; **ARTUR MATOS DOS SANTOS JUNIOR,** brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI 8398 e CPF 229.380.793-20, com domicílio profissional na Av. Pedro II, 78, 1º andar, Centro, São Luís/MA; **ASTOR BILDHAUER**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MS 19.882-B e CPF 462.037.881-04, com domicílio profissional na Rua Direita da Piedade, 25, 7º andar, Centro, Salvador/BA; **ATÍLIO SANCHEZ COSTA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 240.692 e CPF 283.460.898-99, com domicílio profissional na Av. Pedro II, 78, 1º andar, Centro, São Luís/MA; **CELSO YUAMI**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 116.613, OAB/RJ 110.017 e CPF 082.647.638-47, com domicílio profissional na Av. República do Líbano, 1875, 8º andar, Edifício Vera Lúcia, Setor Oeste, Goiânia/GO; **CLÁUDIA PORTES CORDEIRO**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP 219.265 e CPF 286.434.208-16, com domicílio profissional na Praça Pio XII, 30, 6º andar, Centro, Vitória/ES; **EDUARDO ALVEZ WEIMER**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/TO 8.699-B e CPF 988.436.050-20, com domicílio profissional na Quadra 103 Sul, Rua SO-9, Lote 2, térreo, Centro, Palmas/TO; **ERIKA SEFFAIR RIKER,** brasileira, advogada, inscrita na OAB/AM 7.735 e CPF 517.258.272-04, com domicílio profissional na Rua Desembargador Freitas, 977, 4º andar, Centro, Teresina/PI; **EVANDRO LÚCIO PEREIRA DE SOUZA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 133.091 e CPF 078.634.488-16, com domicílio profissional na Rua Lélio Gama, 105, 14º e 15º andares, Edifício Senador Dantas, Centro, Rio de Janeiro/RJ; **FÁBIO SPAGNOLLI**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 117.709-B e CPF 649.207.209-04, com domicílio profissional na Rua Uruguai, 185, 10º andar, Centro, Porto Alegre/RS; **JORGE MARCELO CÂMARA ALVES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/BA 13.724 e CPF 326.908.275-49, com domicílio profissional na Praça General Valadão, 377, Centro, Aracaju/SE; **LUIZ CARLOS CÁCERES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PR 26.822 e CPF 396.701.201-87, com domicílio profissional na Av. Afonso Pena, 2202, Centro, Campo Grande/MS; **MARCELO GUIMARÃES MAROTTA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/AM 10.856 e CPF 020.763.597-88 com domicílio profissional na Av. Doutor Hélio Ribeiro, 487, 3º andar, Edifício Concorde, Residencial Paiaguás, Cuiabá/MT; **MÁRCIO RIBEIRO PIRES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PR 25.849 e CPF 698.723.689-53, com domicílio profissional na Rua Visconde de Nácar, 1440, 28º Andar, Edifício Século XXI, Centro, Curitiba/PR; **MARCUS ANTONIO CORDEIRO RIBAS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SC 9.491 e CPF 653.330.559-04, com domicílio profissional na Rua da Bahia, 2500, 9º andar, Lourdes, Belo Horizonte/MG; **PRISCILA BITTENCOURT COSTA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SC 18.572 e CPF 005.827.479-02, com domicílio profissional na Av. Rio Branco, 510, 4º andar, Cidade Alta, Natal/RN; **ROMEU DE AQUINO NUNES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MT 3.770-O e CPF 274.264.751-15, com domicílio profissional na Rua Quinze de Novembro, 111, 6º, 7º e 8º andares, Centro, São Paulo/SP; **SANDRO DOMENICH BARRADAS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 115.559 e CPF 148.778.098-21, com domicílio profissional na Av. Duque de Caxias, 560, 4º andar, Centro, Fortaleza/CE; **SANDRO NUNES DE LIMA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/DF 24.693 e CPF 485.415.320-20, com domicílio profissional na Praça XV de Novembro, 321, 6º e 7º andares, Centro, Florianópolis/SC; **SÉRGIO MURILO DE SOUZA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/DF 24.535 e CPF 499.787.721-20, com domicílio profissional na Rua José de Alencar, 3115, 1º andar, Centro, Porto Velho/RO; **SOLANGE GONCALVES FUTIDA MAGRI**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP 184507 e CPF 267.428.078-65, com domicílio profissional na Praça 1817, 129, 8º e 9º andares, Centro, João Pessoa/PB; **IV)** Especialista Jurídica**: ACELMA CRISTINA SILVA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/RJ 14.8887 e CPF 690.663.881-53, com domicílio profissional na Sede do outorgante, localizada no SAUN – Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, 8º andar do Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF (dados fornecidos por declaração, ficando o outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção), aos quais confere os poderes da cláusula *ad judicia*, quer para a prática de atos em processos no âmbito judicial, quer para a prática de atos em processos no âmbito administrativo e os poderes especiais de: receber citação, reconhecer a procedência do pedido, desistir, dar e receber quitação, firmar compromisso, apresentar reclamação correicional e representação correicional e ingressar em recinto no qual esteja sendo realizada assembleia ou reunião de que participe, possa participar ou deva comparecer o outorgante, para, em quaisquer processos ou procedimentos contenciosos ou administrativos, defender os direitos e interesses do outorgante, podendo, para tanto, impetrar mandados de segurança, propor ou contestar ações, inclusive ações rescisórias, apresentar incidentes processuais e opor exceção de qualquer natureza, reconvir, nomear e impugnar peritos, solicitar a abertura de inquéritos policiais, oferecer queixas-crime, prestar informações e usar de todos os meios de recursos em direito permitidos, em todas as instâncias, turmas recursais ou tribunais, aceitar ou embargar concordatas, requerer falências, declarar, habilitar e impugnar créditos, praticar todos os atos necessários em processos de recuperação judicial e extrajudicial, representar o outorgante perante quaisquer órgãos públicos, solicitar informações escritas necessárias ao desempenho dos poderes ora outorgados, receber intimações para a ciência e andamento dos respectivos pleitos, exceto as que,

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS
DE TAGUATINGA - DF
Ronaldo Ribeiro de Faria - Tabelião
QNA 04, LOTES 32/34, (PRAÇA DO DI) - TAGUATINGA - DF - CEP: 72.110-040
FONE: (61) 3961-8900 / 3351-8787
Site: www.cartorio5df.com.br - e-mail: atendimento@cartorio5df.com.br

por força de lei, devam ser feitas unicamente ao outorgante. Nas hipóteses em que o outorgante atue como convenente, conveniado, mandante, mandatário, gestor, mantenedor, os outorgados ficam investidos de todos os poderes constantes dos respectivos contratos ou instrumentos de mandato que não excedam dos poderes antes descritos. O presente mandato não revoga outros mandatos que anteriormente tenham sido firmados e ratifica todos os atos praticados pelos advogados acima nominados que não extrapolem os poderes ora outorgados. **Os poderes ora conferidos poderão ser exercidos em conjunto ou individualmente e também podem ser substabelecidos, com ou sem reservas de iguais poderes, exceto o de receber citação.** (LAVRADO SOB MINUTA). *Esclareci ao(s) outorgante(s) o significado deste ato, após o que lhe li em voz* alta e pausada o presente instrumento que aceita(m) e assina(m). DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS DE ACORDO COM A LEI. DOU FÉ. Eu, ELIENE GOMES LIMA SAMPAIO SILVA, Escrevente Autorizada, a lavrei, conferi, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. E eu, Tabelião Substituto, dou fé, assino e subscrevo. **(aa.)MARCELO ROBERTO DE LIRA, Tabelião Substituto, LUCINÉIA POSSAR, nada mais.** Trasladada em seguida. E eu, _____, subscrevo, dou fé, e assino em público e raso. Guia de recolhimento nº 00436274, no valor de R$ 47,60, referente aos emolumentos cartorários. Sinal Público disponível para consulta no site: "http://www.censec.org.br" (acesso restrito aos cartórios). Selo Digital nº TJDFT20220100163918WCAM, disponível para consulta no site: "www.tjdft.jus.br".

EM TESTEMUNHO ( ) DA VERDADE.

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS
Eliene Gomes Lima Sampaio Silva
Escrevente
TAGUATINGA - DF

AVALLONE ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA 05 VARA CIVEL DA COMARCA DE JOINVILLE - SC

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038

BANCO DO BRASIL S/A, já devidamente qualificado nos autos do feito acima referenciado, por seu advogado que a presente subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **requerer:**

I - A juntada dos instrumentos de mandato e substabelecimento em anexo.

II - Que todas as publicações sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de Eduardo Janzon Avallone Nogueira, inscrito na **OAB/SC Nº 65176-A**, a fim de que este seja intimado dos atos e termos processuais, sob pena de nulidade.

III - A restituição de eventual prazo em curso, tendo em vista a substituição dos patronos ocorrida nesta oportunidade.

Termos em que,

pede deferimento.

Bauru/SP, 01 de dezembro de 2022.

EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA

OAB/SC Nº 65176-A

(certificado digital)

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 418, OUT3, Página 1

dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou ainda 3) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pelo Banco; a) A documentação relativa às propostas a serem apreciadas está disponível na sede do Banco do Brasil, na Secretaria Executiva - SAUN, quadra 5, lote B - Ed. Banco do Brasil - Torre Sul, 13º andar, em Brasília (DF); na página de relações com investidores (www.bb.com.br/ri) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores. b) Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos no site de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri) ou por intermédio do e-mail secex.assembleia@bb.com.br. Brasília (DF), 28 de março de 2017 Paulo Rogério Caffarelli Conselheiro de Administração ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A Assembleia Geral Extraordinária decidiu: a) retirar da ordem do dia, por maioria dos votos, o pedido de adesão do Banco do Brasil ao Programa Destaque em Governança de Estatais da BM&FBovespa, por iniciativa do acionista majoritário, sob justificativa de não ter havido tempo hábil para apreciação da matéria; b) aprovar, por maioria dos votos, a alteração do Estatuto Social do Banco do Brasil, nos termos da redação proposta pela Administração, com as alterações sugeridas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, conforme anexo; c) retirar da ordem do dia, por maioria dos votos, a proposta de criação do Programa de Matching para membros da Diretoria Executiva, por iniciativa do acionista majoritário, sob justificativa da matéria ainda encontrar-se sob análise pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A Assembleia Geral Ordinária decidiu: a) aprovar, por maioria dos votos, as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2016, acompanhadas da Manifestação do Conselho de Administração, dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes e dos Relatórios da Administração e do Comitê de Auditoria, todos publicados em 09.03.2017 no Diário Oficial da União e no Jornal Valor Econômico - Centro Oeste; b) aprovar, por maioria dos votos, a destinação do lucro líquido do exercício de 2016, conforme proposta da Administração da Companhia, na forma do quadro a seguir: Em R$

Lucro Líquido	7.930.113.891,32
Lucros Acumulados	12.082.608,47
Lucro Líquido Ajustado	7.942.196.499,79
Reserva Legal	396.505.694,57
Remuneração aos acionistas Juros Sobre Capital Próprio Dividendos	2.354.607.495,21 2.354.607.495,21 --
Utilização da Reserva p/ Equalização de Dividendos	--
Reservas Estatutárias para Margem Operacional para Equalização de Dividendos	5.191.083.310,01 4.931.529.144,51 259.554.165,50

c) eleger, por maioria dos votos, os membros do Conselho Fiscal, abaixo qualificados, para cumprirem o mandato 2017/2019, esclarecido que os eleitos atendem às exigências do Estatuto Social e da legislação em vigor: CONSELHO FISCAL - Mandato 2017/2019 Representantes do Tesouro Nacional indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda Titular: FELIPE PALMEIRA BARDELLA, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, inscrito no CPF/MF sob o nº 510.806.132-34, portador da Carteira de Identidade nº 3.041.874, expedida em 21.01.2009 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar - Brasília (DF); Suplente: LUIZ FERNANDO ALVES, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.260.116-89, portador da Carteira de Identidade nº M-8.598.879, expedida em 24.06.1994 pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar - Brasília (DF); Representantes da União indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda Titular: CHRISTIANNE DIAS FERREIRA, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/MF sob o nº 692.577.951-87, portadora da Carteira de Identidade nº 1532417, expedida em 11.12.2008 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Anexo II, 1º andar - Brasília (DF); Suplente: VAGO - Por iniciativa da acionista majoritário, a indicação do Sr. Rafael Brigolini como suplente do Conselho Fiscal, divulgada no Boletim de Voto a Distância, foi retirada da ordem do dia, sob justificativa de potencial conflito de interesse em razão do cargo ocupado pelo indicado na Secretaria do Tesouro Nacional; Titular: ALDO CÉSAR MARTINS BRAIDO, brasileiro, separado judicialmente, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 064.456.448-21, portador da Carteira de Identidade nº 18.023.404-3, expedida em 09.02.1999 pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 8º andar - Brasília (DF); Suplente: IEDA APARECIDA DE MOURA CAGNI, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/MF sob o nº 820.132.251-72, portadora da Carteira de Identidade nº 31937, expedida em 23.11.2012 pela Ordem dos Advogados do Brasil/DF. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 8º andar - Brasília (DF); Membros eleitos pela maioria dos acionistas minoritários Titular: GIORGIO BAMPI, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.167.759-87, portador da Carteira de Identidade nº 535.971-6, expedida em 06.07.2012 pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Endereço: Rua João Américo de Oliveira, 903, apt. 101 A, Hugo Lange - Curitiba (PR); Suplente: PAULO ROBERTO FRANCESCHI, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 171.891.298-72, portador da Carteira de Identidade nº 669.976-6, expedida em 22.02.2013 pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Endereço: Rua Marechal Deodoro, 630, conjunto 1303 - Curitiba (PR); Titular: MAURICIO GRACCHO DE SEVERIANO CARDOSO, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 315.096.737-68, portador da Carteira de Identidade nº 8.644, expedida em 11.09.2015 pelo Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Endereço: Rua Visconde de Pirajá, 589/802 - Rio de Janeiro (RJ); Suplente: ALEXANDRE GIMENEZ NEVES, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 707.072.007-68, portador da Carteira de Identidade nº 053473/0-2, expedida em 12.03.2012 pelo Conselho Regional de Contabilidade - RJ. Endereço: Rua Bartolomeu Mitre, 405, aptº 103 - Leblon, Rio de Janeiro (RJ); d) eleger, por maioria dos votos, os membros do Conselho de Administração, abaixo qualificados, para cumprirem o mandato 2017/2019, esclarecido que os eleitos atendem às exigências do Estatuto Social e da legislação em vigor: Representantes da União indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda JÚLIO CÉSAR COSTA PINTO, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 579.940.641-91, portador da Carteira de Identidade nº 1395052, expedida em 31.05.1990 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 4º andar - Brasília (DF); ODAIR LUCIETTO, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 604.411.738-00, portador da Carteira de Identidade nº 391.011, expedida em 31.05.1990 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SHIS QL 2, conjunto 3, casa 9 - Brasília (DF); FABRÍCIO DA SOLLER, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.223.979-00, portador da Carteira de Identidade nº 8080312682, expedida em 18.12.1997 pela Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 8º andar - Brasília (DF); FABIANO FELIX DO NASCIMENTO, Representante dos empregados, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 822.817.934-00, portador da Carteira de Identidade nº 4244805, expedida em 21.09.1989 pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Endereço: Av. Rio Branco nº 240, 10º andar, Recife Antigo - Recife (PE); PAULO ROGÉRIO CAFFARELLI, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 442.887.279-87, portador da Carteira de Identidade nº 3.381.390-2, expedida em 25.07.2012 pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, 15º andar, Torre Sul, Asa Norte - Brasília (DF). Representante da União indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: DANIEL SIGELMANN, brasileiro, solteiro, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.484.577-05, portador da Carteira de Identidade nº 084975432, expedida em 20.06.1989 pelo Instituto Félix Pacheco do Rio de Janeiro. Endereço: Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 4º andar - Brasília (DF). Membros independentes, eleitos pela maioria dos acionistas minoritários: BENY PARNES, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 729.641.627-00, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 04.116.256-1, expedida pelo Departamento de Trânsito do Rio de Janeiro. Endereço: Rua Sambaiba 587, aptº. 1002, Leblon - Rio de Janeiro (RJ); LUIZ SERAFIM SPINOLA SANTOS, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 093.068.627-68, portador da Carteira de Identidade nº 2.081.890, expedida em 20.12.1971 pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Endereço: Rua Tabapuã, 1123, conjunto 158 - São Paulo (SP). e) fixar, por maioria dos votos, em até R$ 80.222.878,47 (oitenta milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos), a remuneração global a ser paga aos administradores do Banco do Brasil S.A., no período de abril de 2017 a março de 2018; f) aprovar, por maioria dos votos, a observância dos limites individuais definidos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de doze meses, por rubrica e por cargo, com manifestação conforme tabela anexa, atendo-se ao limite global definido na alínea "e"; g) aprovar, por maioria dos votos, a delegação de competência ao Conselho de Administração para autorizar o pagamento efetivo mensal da remuneração, observados os limites global e individual previstos mas alíneas "e" e "f"; h) aprovar, por maioria dos votos, a vedação do pagamento de gratificação natalina, salvo se houver manifestação favorável final e transitada em julgado proveniente do TCU no Processo de nº03000.003329/2016-96; i) fixar, por maioria dos votos, os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e dos titulares do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; j) fixar, por maioria dos votos, os honorários mensais dos membros do Comitê de Auditoria em 90% da remuneração média mensal do cargo de Diretor, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; k) vedar expressamente, por maioria de votos, o repasse de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT na sua respectiva data-base; l) vedar, por maioria dos votos, o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado nesta assembleia aos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 152; m) condicionar, por maioria dos votos, o pagamento da Remuneração Variável Anual - RVA dos diretores à rigorosa observância dos termos e condições constantes de Programa de Metas Corporativas aprovado previamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, para essa Companhia; n) condicionar, por maioria dos votos, o pagamento da "quarentena" à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR, nos termos da legislação vigente. A Companhia registra o recebimento, entre 28.03.2017 e 20.04.2017, de 554 votos a distância, devidamente computados, conforme se verifica no Mapa Final de Votação em anexo.Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Acionistas e deu por encerrados os trabalhos das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Acionistas do Banco do Brasil S.A., da qual eu, Shirley da Rosa Maria Kudo, Segunda Secretária, fiz lavrar esta Ata de forma sumária, como determina o § 3º, do art. 9.º do Estatuto Social, que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.) Antonio Gustavo Matos do Vale, Vice-Presidente de Tecnologia do Banco do Brasil S.A., Presidente da Assembleia, Liana do Rêgo Motta Veloso, Representante da União, Pablo Sanches Braga, Primeiro Secretário e visto de Alexandre Bocchetti Nunes, OAB RJ 93294, CPF/MF 981.753.277-15 . ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE Nº 18, FOLHAS 09 A 53. Atestamos que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte. Departamento de Organização do Sistema Financeiro - DEORF - 8.350.709-4 - Priscila Guerra Barbosa da Silva - Analista. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 05.12.2017 sob o número 20171009924.

SAULO IZIDORIO VIEIRA
Secretário-Geral

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2017

Em trinta de junho de dois mil e dezessete, às dezessete horas, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF), sob presidência do Sr. Fabrício da Soller, realizou-se reunião extraordinária não presencial do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8) com a participação dos Conselheiros Beny Parnes, Daniel Sigelmann, Fabiano Felix do Nascimento, Julio Cesar Costa Pinto, Luiz Serafim Spinola Santos e Paulo Rogério Caffarelli. O Conselho de Administração aprovou a eleição da Sra. Lucinéia Possar, indicada pelo Presidente do Banco do Brasil, conforme dispõe o artigo 30, inciso I, alínea "b" do Estatuto Social, a seguir qualificada, para cumprir o mandato 2017/2019 como Diretora Jurídica, em razão do pedido de renúncia do Sr. Antonio Pedro da Silva Machado apresentado em 20.06.2017, com efeitos a partir de 26.06.2017, esclarecido que a eleita atende às exigências legais e estatutárias: Lucinéia Possar, brasileira, solteira, bancária, inscrita no CPF/MF sob o nº 540.309.199-87, portadora da Carteira de Identidade nº 19.599, expedida em 31.03.2009 pela Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 8º andar, Asa Norte, Brasília (DF). Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Ana Cláudia Kakinoff, Secretária, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos conselheiros. Ass.) Fabrício da Soller, Beny Parnes, Daniel Sigelmann, Fabiano Felix do Nascimento, Julio Cesar Costa Pinto, Luiz Serafim Spinola Santos e Paulo Rogério Caffarelli. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 28 PÁGINA 297. Atestamos que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte. Departamento de Organização do Sistema Financeiro - DEORF - 6.350.709-4 - Priscila Guerra Barbosa da Silva - Analista. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 28/11/2017 sob o número 20170987825 -

SAULO IZIDORIO VIEIRA
Secretário-Geral

BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BESCVAL

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2017

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, na Praça XV de Novembro, nº 329, Centro - Florianópolis (SC), reuniram-se, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia. Verificando o Livro de Presença dos Acionistas apurou-se que havia quorum legal para a instalação da Assembleia, pois estava presente acionista detentor de 10.168.639 ações ordinárias nominativas, todas com direito a voto (representando 99,6% do capital votante). Em observância ao disposto no artigo 128 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, foi designado para presidir os trabalhos o Sr. Antonio Jonas Madruga, representante do acionista majoritário, que declarou instalada a Assembleia, em 1ª convocação, convidando para compor a mesa André Luiz Valença da Cruz, para servir como Secretário. Composta a mesa, o Presidente comunicou que a Assembleia havia sido regularmente convocada por edital publicado na forma do artigo 124, da Lei n.º 6.404/76, nas edições de 05, 06 e 07.06.2017, no Diário Oficial da União (pags. 105, 75 e 81, respectivamente) e do jornal Notícias do Dia - SC (pags. 17, 18 e 13, respectivamente), solicitando ao Secretário que procedesse à sua leitura, cujo teor é o seguinte: BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 418, OUT4, Página 1

ESTATUTO SOCIAL

Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10.3.1942**, arquivada no Registro do Comércio, sob o número 17.298, em 7.4.1942; e modificado pelas seguintes Assembleias Gerais com seus respectivos registros:** 24.6.1952 **(23.896 de 15.07.52),** 19.4.1956 **(43.281 de 29.05.56),** 03.08.1959 **(68.010 de 09.10.1959),** 15.05.1961 **(122 de 14.07.61),** 06.11.1961 **(205 de 15.12.61),** 25.4.1962 **(291 de 27.06.62),** 26.4.1963 **(439 de 29.05.63),** 03.08.1964 **(675 de 10.09.64),** 01.02.1965**, (836 de 18.03.65)** 04.02.1966 **(1.162 de 29.03.66),** 08 .07.1966 **(1.305 de 18.08.66),** 20.04.1967 **(1.513 de 06.09.67),** 15.08.1967 **(1544 de 11.10.67)** 25 .02.1969 **(2.028 de 22.05.69)** 18.12.1969 **(2.360 de 19.02.70),** 31.07.1970 **(2.638 de 06.10.70),** 24.11.1971 **(3.241 de 28.12.71),** 17.04.1972**, (3.466 de 11.07.72)** 01.09.1972 **(3.648 de 21.11.72),** 18.09.1973 **(4.320 de 18.10.73)** 09.10.1974 **(5.121 de 12.11.74),** 15.04.1975 **(5.429 de 22.04.75),** 23.10.1975 **(5.853 de 25.11.75),** 02.04.1976**,(6.279 de 15.06.76)** 08.11.1976 **(6.689 de 02.12.76),** 18.04.1977 **(7.078 de 19.05.77),** 10.11.1977 **(7.535 de 09.12.77),** 12.03.1979 **(8.591 de 08.05.79),** 23.04.1980 **(53.925.4 de 09.05.80),** 28.04.1981 **(53.1002.9 de 01.06.81),** 31.03.1982 **(53.1.2908 de 03.06.82),** 27.04.1983 **(53.1.3670 de 25.07.83),** 29.03.1984 **(53.1.4194 de 21.05.84),** 31.07.1984 **(53.1.4440 de 21.09.84),** 05.03.1985 **(53.1.4723 de 08.04.85),** 23.12.1985 **(15361 de 16.04.86)** 07.04.1986 **(15420 de 15.05.86),** 27.04.1987 **(16075 de 04.06.87),** 05.08.1987 **(16267 de 10.09.87),** 20.04.1988 **(16681 de 26.05.88),** 15.02.1989 **(531711.0 de 10.03.89),** 19.04.1989 **(531719.1 de 22.05.89),** 08.03.1990 **(531712.4 de 24.04.90),** 14.05.1990 **(531727.8 de 02.07.90),** 29.06.1990 **(531735.6 de 01.08.90),** 24.04.1991 **(531780.2 de 31.05.91),** 12.11.1991 **(539724.2 de 06.12.91),** 29.04.1992 **(5310645.4 de 22.05.92),** 10.12.1992 **(5312340,0 de 01.02.93),** 30.12.1992 **(5312485,0 de 01.03.93),** 30.04.1993 **(5313236,6 de 24.06.93),** 05.10.1993 **(5314578,8 de 07.12.93),** 27.12.1993 **(5314948,6 de 28.01.94),** 27.01.1994 **(5312357,1 de 10.03.94),** 28.04.1994 **(5315254.1 de 20.07.94),** 25.04.1995 **(5317742,5 de 14.09.95),** 14.11.1995 **(5318223,1 de 13.12.95),** 29.03.1996 **(5318902,9 de 09.05.96),** 23.04.1996 **(5319068,7 de 12.06.96),** 17.06.1996 **(5319241,0 de 05.07.96),** 25.09.1996 **(960476369 de 13.11.96),** 23.04.1997 **(970343256 de 20.06.97),** 13.10.1997 **(970662831 de 13.11.97),** 24.04.1998 **(980316812 de 02.07.98),** 29.09.1998 **(980531535 de 09.11.98),** 30.04.1999 **(990269655 de 15.06.99),** 25.04.2000 **(000288004 de 26.05.2000),** 30.04.2001 **(20010388893 de 13.07.2001),** 27.08.2001 **(20010578382 de 8.10.2001),** 29.11.2001 **(20020253346 de 10.5.2002),** 07.06.2002 **(20020425961, de 30.07.2002),** 22.04.2003 **(20030387515, de 18.07.2003),** 12.11.2003 **(20030709806 de 11.12.2003),** 22.12.2004 **(20050003739 de 04.01.2005),** 26.04.2005 **(20050420810 de 11.07.2005),** 28.04.2006 **(20060339098 de 07.08.2006),** 22.05.2006 **(20060339101 de 07.08.2006),** 24.08.2006 **(20060482842 de 05.10.2006),** 28.12.2006 **(20070117900 de 05.04.2007),** 25.04.2007 **(2007034397, de 14.06.2007),** 12.07.2007 **(20070517410 de 16.08.2007),** 23.10.2007 **(20070819807 de 19.12.2007),** 24.01.2008 **(20080389414, de 19.05.2008),** 17.04.2008 **(20080635695, de 14.08.2008),** 23.04.2009 **(20091057000, de 10.12.2009),** 18.08.2009 **(20091057477, de 10.12.2009),** 30.11.2009 **(20100284574, de 22.04.2010),** 13.04.2010 **(20100628060, de 12.08.2010),** 05.08.2010 **(20100696040, de 02.09.2010),** 06.09.2011 **(20110895207, de 31.01.2012),** 26.04.2012 **(20120445450, de 28.06.2012),** 19.09.2012 **(20120907496, de 20.11.2012),** 18.12.2012 **(20130248410, de 12.03.2013),** 19.12.2013 (**20140228632, de 01.04.2014**), 29.04.2014 (**20140529101, de 07.07.2014),** 28.04.2015 **(20150701756, de 26.08.2015)** e 27.04.2017 **(a registrar).**

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, CARACTERÍSTICAS E NATUREZA DO BANCO

Art. 1º O Banco do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima aberta, de economia mista, que explora atividade econômica, na forma do artigo 173 da Constituição Federal, organizado sob a forma de banco múltiplo, está sujeito ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, sendo regido por este Estatuto, pelas Leis nº 4.595/64, nº 6.404/76, nº 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador, e demais normas aplicáveis.

§1º O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

§2º O Banco tem domicílio e sede em Brasília, podendo criar e suprimir sucursais, filiais ou agências, escritórios, dependências e outros pontos de atendimento nas demais praças do País e no exterior.

§3º Com a admissão do Banco do Brasil no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. (ou outra denominação social que lhe vier a ser atribuída), o Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (ou outra denominação social que lhe vier a ser atribuída).

§4º As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas nos artigos 56, 57 e 58 deste Estatuto.

CAPÍTULO II – OBJETO SOCIAL

Seção I – Objeto social e vedações

Objeto social

Art. 2º O Banco tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

§1º O Banco poderá, também, atuar na comercialização de produtos agropecuários e promover a circulação de bens.

§2º Compete-lhe, ainda, como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, exercer as funções que lhe são atribuídas em lei, especialmente aquelas previstas no artigo 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, observado o disposto nos artigos 5º e 6º deste Estatuto.

Art. 3º A administração de recursos de terceiros será realizada mediante a contratação de sociedade subsidiária ou controlada do Banco.

Vedações

Art. 4º Ao Banco é vedado, além das proibições fixadas em lei:

I – realizar operações com garantia exclusiva de ações de outras instituições financeiras;

II - conceder empréstimos ou adiantamentos, comprar ou vender bens de qualquer natureza a membros do Conselho de Administração e dos comitês a ele vinculados, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

III - Realizar transferências de recursos, serviços ou outras obrigações entre o Banco e suas Partes Relacionadas em desconformidade com sua Política de Transações com Partes Relacionadas.

IV – participar do capital de outras sociedades, salvo:

a) em percentuais iguais ou inferiores a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do próprio Banco, para tanto considerada a soma dos investimentos da espécie; e

b) em percentuais inferiores a 20% (vinte por cento) do capital votante da sociedade participada;

V – emitir ações preferenciais ou de fruição, debêntures e partes beneficiárias.

§1º As limitações do inciso IV deste artigo não alcançam as participações societárias, no Brasil ou no exterior, em:

I – sociedades das quais o Banco participe na data da aprovação do presente Estatuto;

II – instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

III – entidades de previdência privada, sociedades de capitalização, de seguros ou de corretagem, financeiras, promotoras de vendas, sociedades de processamento de serviços de suporte operacional e de processamento de cartões, desde que conexas às atividades bancárias.

IV – câmaras de compensação e liquidação e demais sociedades ou associações que integram o sistema de pagamentos;

V – sociedades ou associações de prestação de serviços de cobrança e reestruturação de ativos, ou de apoio administrativo ou operacional ao próprio Banco;

VI – associações ou sociedades sem fins lucrativos;

VII – sociedades em que a participação decorra de dispositivo legal ou de operações de renegociação ou recuperação de créditos, tais como dação em pagamento, arrematação ou adjudicação judicial e conversão de debêntures em ações; e

VIII – outras sociedades, mediante aprovação do Conselho de Administração.

§2º Na limitação da alínea "a" do inciso IV deste artigo não se incluem os investimentos relativos à aplicação de incentivos fiscais.

§3º As participações de que trata o inciso VII do §1º deste artigo, decorrentes de operações de renegociação ou recuperação de créditos, deverão ser alienadas no prazo fixado pelo Conselho de Administração.

§4º É permitido ao Banco constituir controladas, inclusive na modalidade de subsidiárias integrais ou sociedades de propósito específico, que tenham por objeto social participar, direta ou indiretamente, inclusive minoritariamente e por meio de outras empresas de participação, dos entes listados no §1º, não se aplicando a essas subsidiárias e controladas a limitação prevista no inciso IV do caput.

Seção II – Relações com a União

Art. 5º. O Banco contratará, na forma da lei ou regulamento, diretamente com a União ou com a sua interveniência:

I – a execução dos encargos e serviços pertinentes à função de agente financeiro do Tesouro Nacional e às demais funções que lhe forem atribuídas por lei;

II – a realização de financiamentos de interesse governamental e a execução de programas oficiais mediante aplicação de recursos da União ou de fundos de qualquer natureza; e

III – a concessão de garantia em favor da União.

Parágrafo único. A contratação de que trata este artigo fica condicionada, conforme o caso:

I – à colocação dos recursos correspondentes à disposição do Banco e ao estabelecimento da devida remuneração;

II – à prévia e formal definição dos prazos e da adequada remuneração dos recursos a serem aplicados em caso de equalização de encargos financeiros;

III – à prévia e formal definição dos prazos e da assunção dos riscos e da remuneração, nunca inferior aos custos dos serviços a serem prestados; e

IV – à prévia e formal definição do prazo para o adimplemento das obrigações e das penalidades por seu descumprimento.

Seção III – Relações com o Banco Central do Brasil

Art. 6º O Banco poderá contratar a execução de encargos, serviços e operações de competência do Banco Central do Brasil, desde que observado o disposto no parágrafo único do artigo 5º deste Estatuto.

CAPÍTULO III – CAPITAL E AÇÕES

Capital social e ações ordinárias

Art. 7º O Capital Social é de R$ 67.000.000.000,00 (sessenta e sete bilhões de reais), dividido em 2.865.417.020 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e dezessete mil e vinte) ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

§1º Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações da Assembleia Geral, salvo na hipótese de adoção do voto múltiplo para a eleição de Conselheiros de Administração.

§2º As ações escriturais permanecerão em depósito neste Banco, em nome dos seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração prevista em lei.

§3º O Banco poderá adquirir as próprias ações, mediante autorização do Conselho de Administração, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação.

§4º. O capital social poderá ser alterado nas hipóteses previstas em lei, vedada a capitalização direta do lucro sem trâmite pela conta de reservas.

Capital autorizado

Art. 8º. O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação da Assembleia Geral e nas condições determinadas por aquele órgão, aumentar o capital social até o limite de R$ 120.000.000.000,00 (cento e vinte bilhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem.

Parágrafo único. A emissão de ações, até o limite do capital autorizado, para venda em Bolsas de Valores ou subscrição pública, ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, poderá ser efetuada sem a observância do direito de preferência aos antigos acionistas, ou com redução do prazo para o exercício desse direito, observado o disposto no inciso I do artigo 10 deste Estatuto.

CAPÍTULO IV – ASSEMBLEIA GERAL

Convocação e funcionamento

Art. 9º A Assembleia Geral de Acionistas será convocada por deliberação do Conselho de Administração, ou, nas hipóteses admitidas em lei, pelo Conselho Diretor, pelo Conselho Fiscal, por grupo de acionistas ou por acionista isoladamente.

§1º Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Banco, por seu substituto ou, na ausência ou impedimento de ambos, por um dos acionistas ou administradores do Banco presentes, escolhido pelos acionistas. O presidente da mesa convidará dois acionistas ou administradores do Banco para atuarem como secretários da Assembleia Geral.

§2º Nas Assembleias Gerais Extraordinárias, tratar-se-á, exclusivamente, do objeto declarado nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão, na pauta da Assembleia, de assuntos gerais.

§3º As atas das Assembleias Gerais serão lavradas de forma sumária no que se refere aos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conterão a transcrição apenas das deliberações tomadas, observadas as disposições legais.

§ 4º A Assembleia Geral Ordinária deverá ser convocada com pelo menos 30 dias de antecedência e a Assembleia Geral Extraordinária deverá ser convocada com pelo menos 15 dias de antecedência.

Competência

Art. 10. Compete à Assembleia Geral, dentre outras atribuições previstas na Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, deliberar sobre:

I – alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social do Banco ou de suas controladas, abertura do capital, aumento do capital social por subscrição de novas ações, renúncia a direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas controladas, venda de debêntures conversíveis em ações de titularidade do Banco de emissão de empresas controladas, ou, ainda, emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior;

II – transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da empresa;

III – permuta de ações ou outros valores mobiliários;

IV – práticas diferenciadas de governança corporativa e celebração de contrato para essa finalidade com bolsa de valores.

Parágrafo único. A escolha da instituição ou empresa especializada para determinação do valor econômico da companhia, nas hipóteses previstas nos artigos 56, 57 e 58 deste Estatuto, é de competência privativa da Assembleia Geral, mediante apresentação de lista tríplice pelo Conselho de Administração, e deverá ser deliberada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação, presentes na respectiva Assembleia Geral, não computados os votos em branco. Se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes dessas ações.

CAPÍTULO V – ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO BANCO

Seção I – Normas Comuns aos Órgãos de Administração

Requisitos

Art. 11 São órgãos de administração do Banco:

I – o Conselho de Administração; e

II – a Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor e pelos demais Diretores, todos residentes no País, na forma estabelecida no artigo 24 deste Estatuto.

§1º O Conselho de Administração tem, na forma prevista em lei e neste Estatuto, atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas.

§2º A representação do Banco é privativa da Diretoria Executiva, na estrita conformidade das competências administrativas estabelecidas neste Estatuto.

§3º Os cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Conselho de Administração não poderão ser acumulados com o de Presidente do Banco, ainda que interinamente.

§4º Os órgãos de administração do Banco serão integrados por brasileiros, dotados de notórios conhecimentos, inclusive sobre as melhores práticas de governança corporativa, compliance, integridade e responsabilização corporativas, experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o cargo, observados os requisitos impostos pela Lei nº 6.404/76, Lei nº 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis, e pela Política de Indicação e Sucessão do Banco.

§ 5º Sempre que a Política de Indicação pretender impor requisitos adicionais àqueles constantes da legislação aplicável para os Conselheiros de Administração e para os Conselheiros Fiscais, tais requisitos deverão ser encaminhados para deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral.

Investidura

Art. 12. Os membros dos órgãos de Administração, serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Diretor, conforme o caso, no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir da eleição ou nomeação.

§1º Os eleitos para os órgãos de Administração tomarão posse independentemente da prestação de caução.

§2º No ato da posse, os administradores eleitos deverão, ainda, assinar o Termo de Anuência dos Administradores ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (ou outra denominação social que lhe vier a ser atribuída).

Impedimentos e vedações

Art. 13. Não podem ingressar ou permanecer nos órgãos de Administração, os impedidos ou vedados pela Lei nº 6.404/76, Lei nº 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis, pela Política de Indicação e Sucessão do Banco e, também:

I – os que estiverem inadimplentes com o Banco ou que lhe tenham causado prejuízo ainda não ressarcido;

II – os que detenham controle ou participação relevante no capital social de pessoa jurídica inadimplente com o Banco ou que lhe tenha causado prejuízo ainda não ressarcido, estendendo-se esse impedimento aos que tenham ocupado cargo de administração em pessoa jurídica nessa situação, no exercício social imediatamente anterior à data da eleição ou nomeação;

III – os que houverem sido responsabilizados por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por crime de sonegação fiscal, corrupção, lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a administração pública ou contra a licitação, bem como por atos de improbidade administrativa;

IV – os que sejam ou tenham sido sócios ou acionistas controladores ou participantes do controle ou com influência significativa no controle, administradores ou representantes de pessoa jurídica responsabilizada, cível ou administrativamente, por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial ou administrativo colegiado, por atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, referente aos fatos ocorridos no período de sua participação e sujeitos ao seu âmbito de atuação.

V – os declarados inabilitados para cargos de administração em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em outras instituições sujeitas à autorização, controle e fiscalização de órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, incluídas as entidades de previdência privada, as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as companhias abertas;

VI – os que estiverem respondendo pessoalmente, como controlador ou administrador de pessoa jurídica, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;

VII – os declarados falidos ou insolventes;

VIII – os que detiveram o controle ou participaram da administração de pessoa jurídica concordatária, falida ou insolvente, no período de cinco anos anteriores à data da eleição ou nomeação, salvo na condição de síndico, comissário ou administrador judicial;

IX – sócio, ascendente, descendente ou parente colateral ou afim, até o terceiro grau, de membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva;

X – os que ocuparem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, ou em comitês vinculados ao Conselho de Administração, e os que tiverem interesse conflitante com o Banco, salvo dispensa da Assembleia.

Parágrafo único. É incompatível com a participação nos órgãos de administração do Banco a candidatura a mandato público eletivo, devendo o interessado requerer seu afastamento, sob pena de perda do cargo, a partir do momento em que tornar pública sua pretensão à candidatura. Durante o período de afastamento não será devida qualquer remuneração ao membro do órgão de administração, o qual perderá o cargo a partir da data do registro da candidatura.

Art. 14. Aos integrantes dos órgãos de administração é vedado intervir no estudo, deferimento, controle ou liquidação de qualquer operação em que:

I – sejam interessadas, direta ou indiretamente, sociedades de que detenham, ou que seus cônjuges ou parentes consanguíneos ou afins até terceiro grau detenham, o controle ou participação igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social;

II – tenham interesse conflitante com o do Banco.

Parágrafo único. O impedimento de que trata o inciso I se aplica, ainda, quando se tratar de empresa em que ocupem, ou tenham ocupado, cargo de administração nos seis meses anteriores à investidura no Banco.

Perda do cargo

Art. 15. Perderá o cargo:

I – salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o membro do Conselho de Administração que deixar de comparecer, com ou sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro reuniões ordinárias alternadas durante o prazo de gestão; e

II – o membro da Diretoria Executiva que se afastar, sem autorização, por mais de trinta dias.

Remuneração

Art. 16. A remuneração dos integrantes dos órgãos de Administração será fixada anualmente pela Assembleia Geral, observadas as disposições da Lei nº 6.404/76, da Lei nº 13.303/2016 e seu Decreto regulamentador, e das demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. A Assembleia Geral, nos exercícios em que forem pagos o dividendo obrigatório aos acionistas e a participação de lucros aos empregados, poderá atribuir participação nos lucros do Banco aos membros da Diretoria Executiva, desde que o total não ultrapasse a remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva e nem um décimo dos lucros (artigo 152, §1º, da Lei nº 6.404/76), prevalecendo o limite que for menor.

Dever de informar e outras obrigações

Art. 17. Sem prejuízo dos procedimentos de autorregulação atualmente adotados, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva do Banco deverão:

I – comunicar ao Banco, à CVM – Comissão de Valores Mobiliários e à bolsa de valores:

a) imediatamente após a investidura no cargo, a quantidade e as características dos valores mobiliários ou derivativos de que sejam titulares, direta ou indiretamente, de emissão do Banco, de suas controladas ou das sociedades coligadas relacionadas à sua área de atuação, além daqueles de titularidade de seus respectivos cônjuges, companheiros e dependentes incluídos na declaração anual do imposto de renda;

b) no momento da posse, ou de eventuais alterações posteriores, os seus planos de negociação periódica dos valores mobiliários e derivativos referidos na alínea “a” deste inciso, inclusive suas subsequentes alterações; e

c) as negociações com os valores mobiliários e derivativos de que trata a alínea “a” deste inciso, inclusive o preço, até o décimo dia do mês seguinte àquele em que se verificar a negociação;

II – abster-se de negociar com os valores mobiliários ou derivativos de que trata a alínea “a” do inciso I deste artigo:

a) no período de 15 (quinze) dias anteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e IAN); e

b) nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

Seção II – Conselho de Administração

Composição e prazo de gestão

Art. 18. O Conselho de Administração, órgão independente de decisão colegiada, será composto por pessoas naturais, eleitas pela Assembleia Geral, e terá oito membros, com prazo de gestão unificado de dois anos, dentre os quais um Presidente e um Vice-Presidente, sendo permitidas até três reconduções consecutivas. O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos membros.

§1º É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger ao menos dois conselheiros de administração, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo.

§2º A União indicará, à deliberação da Assembleia Geral, para o preenchimento de seis vagas no Conselho de Administração:

I – o Presidente do Banco;

II – três representantes indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda;

III – um representante eleito pelos empregados do Banco do Brasil S.A., na forma do §4º deste artigo;

IV – um representante indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§3º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos pelo próprio Conselho, na forma da legislação vigente, observado o previsto no §3º do artigo 11 deste Estatuto.

§4º O representante dos empregados será escolhido pelo voto direto de seus pares, dentre os empregados ativos da empresa, em eleição organizada e regulamentada pelo Banco, em conjunto com as entidades sindicais que os representam, observadas as exigências e procedimentos previstos na legislação e o disposto nos parágrafos 5º e 6º deste artigo.

§5º Para o exercício do cargo, o conselheiro representante dos empregados está sujeito a todos os critérios, exigências, requisitos, impedimentos e vedações previstas em lei, regulamento e neste Estatuto.

§6º Sem prejuízo dos impedimentos e vedações previstos nos artigos 13 e 14 deste Estatuto, o conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, bem como nas demais hipóteses em que ficar configurado o conflito de interesse.

§7º Na composição do Conselho de Administração, observar-se-ão, ainda, as seguintes regras:

I - no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, assim definidos na

legislação e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (ou outra denominação social que lhe vier a ser atribuída), estando nessa condição os conselheiros eleitos nos termos do §1º deste artigo;

II - a condição de Conselheiro Independente será expressamente declarada na Ata da Assembleia Geral que o eleger; e

III - quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (ou outra denominação social que lhe vier a ser atribuída).

§8º Na hipótese de adoção do processo de voto múltiplo previsto no §1º deste artigo, não será considerada a vaga destinada ao representante dos empregados.

Voto múltiplo

Art. 19. É facultado aos acionistas, observado o percentual mínimo estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, solicitar, em até 48 horas antes da Assembleia Geral, mediante requerimento escrito dirigido ao Presidente do Banco, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o disposto neste artigo.

§1º Caberá à mesa que dirigir os trabalhos da Assembleia Geral informar previamente aos acionistas, à vista do "Livro de Presença", o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho.

§2º Adotado o voto múltiplo, em substituição às prerrogativas previstas no §1º do artigo 18 deste Estatuto, os acionistas que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto, terão direito de eleger e destituir um membro e seu suplente do Conselho de Administração, em votação em separado na Assembleia Geral, excluído o acionista controlador.

§3º Somente poderão exercer o direito previsto no §2º acima os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária ali exigida durante o período de três meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral.

§4º Será mantido registro com a identificação dos acionistas que exercerem a prerrogativa a que se refere o §2º deste artigo.

Vacância e substituições

Art. 20. Excetuada a hipótese de destituição de membro do Conselho de Administração eleito pelo processo de voto múltiplo, no caso de vacância do cargo de conselheiro, os membros remanescentes no Colegiado nomearão substituto para servir até a próxima Assembleia Geral, observados os requisitos previstos nos artigos 11 e 18. Se houver a vacância da maioria dos cargos, estejam ou não ocupados por substitutos nomeados, a Assembleia Geral será convocada para proceder a uma nova eleição.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho será substituído pelo Vice-Presidente e, nas ausências deste, por outro conselheiro indicado pelo Presidente. No caso de vacância, a substituição dar-se-á até a escolha do novo titular do Conselho, o que deverá ocorrer na primeira reunião do Conselho de Administração subsequente.

Atribuições

Art. 21. Compete ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições previstas na Lei nº 6.404/76, na Lei nº 13.303/16 e seu Decreto regulamentador, nas demais normas aplicáveis e no seu Regimento Interno:

I – aprovar as Políticas, o Código de Ética, as Normas de Conduta, o Código de Governança, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, o Regulamento de Licitações, a Estratégia Corporativa, o Plano de Investimentos, o Plano Diretor e o Orçamento Geral do Banco;

II – deliberar sobre:

a) distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;

b) pagamento de juros sobre o capital próprio;

c) aquisição das próprias ações, em caráter não permanente;

d) participações do Banco em sociedades, no País e no exterior;

e) captações por meio de instrumentos elegíveis ao capital principal; e

f) alteração dos valores estabelecidos nos incisos I e II do artigo 29 da Lei nº 13.303/16.

III - analisar, ao menos trimestralmente, as demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

IV - manifestar-se sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em Assembleia;

V - supervisionar os sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos;

VI. definir os assuntos e valores para sua alçada decisória e dos membros da Diretoria Executiva, por proposta do Conselho Diretor;

VII - identificar a existência de ativos não de uso próprio do Banco e avaliar a necessidade de mantê-los, de acordo com as informações prestadas pelo Conselho Diretor;

VIII – definir as atribuições da Auditoria Interna, regulamentar o seu funcionamento, bem como nomear e dispensar o seu titular;

IX – escolher e destituir os auditores independentes, cujos nomes poderão ser objeto de veto, devidamente fundamentado, pelo Conselheiro eleito na forma do §2º do artigo 19 deste Estatuto, se houver;

X – fixar o número, eleger os membros da Diretoria Executiva e definir suas atribuições, observado o art. 24 deste Estatuto e o disposto no artigo 21 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964;

XI – aprovar o seu regimento interno e decidir sobre a criação, a extinção e o funcionamento de comitês de assessoramento não estatutários no âmbito do próprio Conselho de Administração;

XII – aprovar os Regimentos Internos dos comitês de assessoramento a ele vinculados, bem como os Regimentos Internos da Diretoria Executiva e do Conselho Diretor;

XIII – decidir sobre a participação dos empregados nos lucros ou resultados do Banco;

XIV – apresentar à Assembleia Geral lista tríplice de empresas especializadas para determinação do valor econômico da companhia, para as finalidades previstas no parágrafo único do artigo 10;

XV – estabelecer meta de rentabilidade que assegure a adequada remuneração do capital próprio;

XVI – eleger e destituir os membros dos comitês constituídos no âmbito do próprio Conselho;

XVII – avaliar formalmente, ao término de cada ano, o seu próprio desempenho, o da Diretoria Executiva, da Secretaria Executiva, dos comitês a ele vinculados e do Auditor Geral e, ao final de cada semestre, o desempenho do Presidente do Banco;

XVIII – manifestar-se formalmente quando da realização de ofertas públicas de aquisição de ações de emissão do Banco; e

XIX – deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto Social, limitado à questões de natureza estratégica de sua competência.

§1º A Estratégia Corporativa do Banco será fixada para um período de cinco anos, devendo ser revista anualmente. O Plano de Investimentos será fixado para o exercício anual seguinte.

§2º Para assessorar a deliberação do Conselho de Administração, as propostas de fixação das atribuições e de regulamentação do funcionamento da Auditoria Interna, referidas no inciso VIII, deverão conter parecer prévio das áreas técnicas envolvidas e do Comitê de Auditoria.

§3º A fiscalização da gestão dos membros da Diretoria Executiva, de que trata a Lei n° 6.404/76, poderá ser exercida isoladamente por qualquer conselheiro, o qual terá acesso aos livros e papéis do Banco e às informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos que considere necessários ao desempenho de suas funções, podendo requisitá-los, diretamente, a qualquer membro da Diretoria Executiva. As providências daí decorrentes, inclusive propostas para contratação de profissionais externos, serão submetidas à deliberação do Conselho de Administração.

§4º A manifestação formal, favorável ou contrária, de que trata o inciso XVIII será por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de ações, abordando, pelo menos: (i) a conveniência e a oportunidade da oferta pública de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses do Banco; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação ao Banco; (iv) outros pontos que o

Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

§5º O processo de avaliação de desempenho citado no inciso XVII deste artigo, no caso de administradores e dos membros de comitês, será realizado de forma individual e coletiva, conforme procedimentos previamente definidos pelo próprio Conselho de Administração, devendo ser avaliados na forma prevista na legislação.

Funcionamento

Art. 22. O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença de, no mínimo, a maioria dos seus membros:

I – ordinariamente, pelo menos uma vez por mês; e

II – extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, ou a pedido de, no mínimo, dois conselheiros.

§1º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente.

§2º A reunião extraordinária solicitada pelos conselheiros, na forma do inciso II deste artigo, deverá ser convocada pelo Presidente nos sete dias que se seguirem ao pedido. Esgotado esse prazo sem que o Presidente a tenha convocado, qualquer conselheiro poderá fazê-lo.

§3º O Conselho de Administração delibera por maioria de votos, sendo necessário:

I – o voto favorável de cinco conselheiros para a aprovação das matérias de que tratam os incisos I, VIII, IX e XI do artigo 21; ou

II – o voto favorável da maioria dos conselheiros presentes para a aprovação das demais matérias, prevalecendo, em caso de empate, o voto do Presidente do Conselho, ou do seu substituto no exercício das funções.

§4º Fica facultada eventual participação dos conselheiros na reunião, por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

Avaliação

Art. 23. O Conselho de Administração realizará anualmente uma avaliação formal do seu desempenho.

§1º O processo de avaliação citado no caput será realizado conforme procedimentos previamente definidos pelo próprio Conselho de Administração e que deverão estar descritos em seu regimento interno.

§2º Caberá ao Presidente do Conselho conduzir o processo de avaliação.

Seção III – Diretoria Executiva

Composição e prazo de gestão

Art. 24. A administração do Banco competirá à Diretoria Executiva, que terá entre dez e trinta e oito membros, sendo:

I - o Presidente, nomeado e demissível “ad nutum” pelo Presidente da República, na forma da lei;

II - até dez Vice-Presidentes, eleitos na forma da lei, sendo que um dos cargos será ocupado pelo Presidente da BB Seguridade Participações S.A; e

III – até vinte e sete Diretores, eleitos na forma da lei.

§1º No âmbito da Diretoria Executiva, o Presidente e os Vice-Presidentes formarão o Conselho Diretor.

§2º O cargo de Diretor é privativo de empregados da ativa do Banco.

§3º Os eleitos para a Diretoria Executiva terão prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas até três reconduções consecutivas, observado, além do disposto na Lei nº 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador, e demais normas aplicáveis, que:

I - não é considerada recondução a eleição de membro para atuar em outra área da Diretoria Executiva;

II - uma vez realizada a eleição, o prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos membros;

§4º Além dos requisitos previstos no artigo 11 deste Estatuto, devem ser observadas, cumulativamente, as seguintes condições para o exercício de cargos na Diretoria Executiva do Banco:

I - ser graduado em curso superior; e

II - ter exercido, nos últimos cinco anos:

a) por pelo menos dois anos, cargos gerenciais em instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional; ou

b) por pelo menos quatro anos, cargos gerenciais na área financeira de outras entidades detentoras de patrimônio líquido não inferior a um quarto dos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido exigidos pela regulamentação para o Banco; ou

c) por pelo menos dois anos, cargos relevantes em órgãos ou entidades da administração pública.

§5º Ressalvam-se, em relação às condições previstas nos incisos I e II do §4º deste artigo, ex-administradores que tenham exercido cargos de diretor ou de sócio-gerente em outras instituições do Sistema Financeiro Nacional por mais de cinco anos, exceto em cooperativa de crédito.

§6º Após o término da gestão, os ex-membros da Diretoria Executiva ficam impedidos, por um período de seis meses, contados do término da gestão, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares, de:

I - exercer atividades ou prestar qualquer serviço a sociedades ou entidades concorrentes das sociedades integrantes do Conglomerado Banco do Brasil;

II - aceitar cargo de administrador ou conselheiro, ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica com a qual tenham mantido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término da gestão, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares; e

III – patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da Administração Pública Federal com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término da gestão, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares.

§7º Durante o período de impedimento de que trata o §6º deste artigo, os ex-membros da Diretoria Executiva fazem jus à remuneração compensatória equivalente à da função que ocupavam nesse órgão, observado o disposto no §8º deste artigo.

§8º Não terão direito à remuneração compensatória de que trata o §7º deste artigo os ex-membros do Conselho Diretor não oriundos do quadro de empregados do Banco que, respeitado o §6º, deste artigo, optarem pelo retorno, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função ou cargo, efetivo ou superior, que, anteriormente à sua investidura, ocupavam na administração pública ou privada.

§9º Finda a gestão, os ex-membros da Diretoria Executiva oriundos do quadro de funcionários do Banco sujeitam-se às normas internas aplicáveis a todos os empregados, observado o disposto no §7º deste artigo.

§10 Salvo dispensa do Conselho de Administração, na forma do §12, o descumprimento da obrigação de que trata o §6º implica, além da perda da remuneração compensatória prevista no §7º, a devolução do valor já recebido a esse título e o pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o total da remuneração compensatória que seria devida no período, sem prejuízo do ressarcimento das perdas e danos a que eventualmente der causa.

§11 - A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

§12 O Conselho de Administração pode, a requerimento do ex-membro da Diretoria Executiva, dispensá-lo do cumprimento da obrigação prevista no §6º, sem prejuízo das demais obrigações legais a que esteja sujeito. Nessa hipótese, não é devido o pagamento da remuneração compensatória a que alude o §7º, a partir da data em que o requerimento for recebido.

Vedações

Art. 25. A investidura em cargo da Diretoria Executiva requer dedicação integral, sendo vedado a qualquer de seus membros, sob pena de perda do cargo, o exercício de atividades em outras sociedades com fim lucrativo, salvo:

I – em sociedades subsidiárias ou controladas do Banco, ou em sociedades das quais este participe, direta ou indiretamente, observado o §1º deste artigo; ou

II – em outras sociedades, por designação do Presidente da República, ou por autorização prévia e expressa do Conselho de Administração.

§1º É vedado, ainda, a qualquer membro da Diretoria Executiva o exercício de atividade em instituição ou empresa ligada ao Banco que tenha por objeto a administração de recursos de terceiros, exceto na qualidade de membro de conselho de administração ou de conselho fiscal.

§2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, consideram-se ligadas ao Banco as instituições ou empresas assim definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Vacância e substituições

Art. 26. Serão concedidos (as):

I – afastamentos de até 30 dias, exceto licenças, aos Vice-Presidentes e Diretores, pelo Presidente, e ao Presidente, pelo Conselho de Administração; e

II – licenças ao Presidente do Banco, pelo Ministro de Estado da Fazenda; aos demais membros da Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração.

§1º As atribuições individuais do Presidente do Banco serão exercidas, durante seus afastamentos e demais licenças:

I – de até trinta dias consecutivos, por um dos Vice-Presidentes por ele designado; e

II – superiores a trinta dias consecutivos, por quem, na forma da lei, for nomeado interinamente pelo Presidente da República.

§2º No caso de vacância, o cargo de Presidente será ocupado, até a posse do seu sucessor, pelo Vice-Presidente mais antigo; se de igual antiguidade, pelo mais idoso.

§3º As atribuições individuais dos Vice-Presidentes e dos Diretores serão exercidas por outro Vice-Presidente ou Diretor, respectivamente, nos casos de afastamentos e demais licenças, bem como no caso de vacância, sendo:

I – até trinta dias consecutivos, mediante designação do Presidente;

II – superior a trinta dias consecutivos, ou em caso de vacância, até a posse do substituto eleito, mediante designação do Presidente e homologação, dentro do período em que exercer as funções do cargo, pelo Conselho de Administração.

§4º Nas hipóteses previstas nos §§1º a 3º deste artigo, o Vice-Presidente ou Diretor acumulará suas funções com as do Presidente, do Vice-Presidente ou do Diretor, conforme for designado, sem acréscimo de remuneração.

Representação e constituição de mandatários

Art. 27. A representação judicial e extrajudicial e a constituição de mandatários do Banco competem, isoladamente, ao Presidente ou a qualquer dos Vice-Presidentes e, nos limites de suas atribuições e poderes, aos Diretores. A outorga de mandato judicial compete ao Presidente, aos Vice-Presidentes e ao Diretor Jurídico.

§1º Os instrumentos de mandato devem especificar os atos ou as operações que poderão ser praticados e a duração do mandato, podendo ser outorgados, isoladamente, por qualquer membro da Diretoria Executiva, observada a hipótese do §2º do art. 29 deste Estatuto. O mandato judicial poderá ser por prazo indeterminado.

§2º Os instrumentos de mandato serão válidos ainda que o seu signatário deixe de integrar a Diretoria Executiva do Banco, salvo se o mandato for expressamente revogado.

Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 28. Cabe à Diretoria Executiva cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração e exercer as atribuições que lhe forem definidas por esse Conselho, observando os princípios de boa técnica bancária e de boas práticas de governança corporativa, e, também, o disposto na Lei nº 6.404/76, Lei nº 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis e em seu Regimento Interno.

Atribuições do Conselho Diretor

Art. 29. São atribuições do Conselho Diretor:

I – submeter ao Conselho de Administração, por intermédio do Presidente do Banco, ou pelo Coordenador por este designado, propostas à sua deliberação, em especial sobre as matérias relacionadas nos incisos I, II, XII e XIII do artigo 21 deste Estatuto;

II – fazer executar as políticas, a estratégia corporativa, o plano de investimentos, o plano diretor e o orçamento geral do Banco;

III – aprovar e fazer executar o plano de mercados e o acordo de trabalho;

IV – aprovar e fazer executar a alocação de recursos para atividades operacionais e para investimentos;

V – autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais, a prestação de garantias a obrigações de terceiros, a renúncia de direitos, a transação e o abatimento negocial, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;

VI – decidir sobre os planos de cargos, salários, vantagens e benefícios e aprovar o Regulamento de Pessoal do Banco, observada a legislação vigente;

VII – distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação da Assembleia Geral de Acionistas ou do Conselho de Administração, observada a legislação vigente;
VIII – decidir sobre a criação, instalação e supressão de sucursais, filiais ou agências, escritórios, dependências e outros pontos de atendimento no País e no exterior, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;

IX – decidir sobre a organização interna do Banco, a estrutura administrativa das diretorias e das demais unidades e a criação, extinção e funcionamento de comitês no âmbito da Diretoria Executiva;

X – fixar as atribuições e alçadas dos comitês e das unidades administrativas, dos órgãos regionais, das redes de distribuição e dos demais órgãos da estrutura interna, bem como dos empregados do Banco, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;

XI – autorizar, verificada previamente a segurança e a adequada remuneração em cada caso, a concessão de créditos a entidades assistenciais e a empresas de

comunicação, bem como o financiamento de obras de utilidade pública, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;

XII – decidir sobre a concessão, a fundações criadas pelo Banco, de contribuições para a consecução de seus objetivos sociais, limitadas, em cada exercício, a 5% (cinco por cento) do resultado operacional;

XIII – aprovar os critérios de seleção e a indicação de conselheiros, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, para integrarem os conselhos de empresas e instituições das quais o Banco, suas subsidiárias, controladas ou coligadas participem ou tenham direito de indicar representante; e

XIV - decidir sobre situações não compreendidas nas atribuições de outro órgão de administração e sobre casos extraordinários, no âmbito de sua competência.

§1º As decisões do Conselho Diretor obrigam toda a Diretoria Executiva.

§2º As outorgas de poderes previstas nos incisos V, VIII, X e XI deste artigo, quando destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão formalizadas por meio de instrumento de mandato assinado pelo Presidente e um Vice-Presidente ou por dois Vice-Presidentes.

Atribuições individuais dos membros da Diretoria Executiva

Art. 30. Cabe a cada um dos membros da Diretoria Executiva cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração e as decisões colegiadas do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva, observando os princípios de boa técnica bancária e de boas práticas de governança corporativa, e, também, o disposto na Lei nº 6.404/76, Lei nº 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis e em seu Regimento Interno. Além disso, são atribuições:

I – do Presidente:

a) presidir a Assembleia Geral de Acionistas, convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva e supervisionar a sua atuação;

b) propor, ao Conselho de Administração, o número de membros da Diretoria Executiva, indicando-lhe, para eleição, os nomes dos Vice-Presidentes e dos Diretores;

c) propor ao Conselho de Administração as atribuições dos Vice-Presidentes e dos Diretores, bem como eventual remanejamento;

d) supervisionar e coordenar a atuação dos Vice-Presidentes, dos Diretores e titulares de unidades que estiverem sob sua supervisão direta;

e) nomear, remover, ceder, promover, comissionar, punir e demitir empregados, podendo outorgar esses poderes com limitação expressa;

f) indicar, dentre os Vice-Presidentes, coordenador com a finalidade de convocar e presidir, em suas ausências ou impedimentos, as reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva.

II – de cada Vice-Presidente:

a) administrar, supervisionar e coordenar as áreas que lhe forem atribuídas e a atuação dos Diretores e dos titulares das unidades que estiverem sob sua supervisão direta;

b) coordenar as reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva, quando designado pelo Presidente.

III – de cada Diretor:

a) administrar, supervisionar e coordenar as atividades da diretoria e unidades sob sua responsabilidade;

b) prestar assessoria aos trabalhos do Conselho Diretor no âmbito das respectivas atribuições; e

c) executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo membro do Conselho Diretor ao qual estiver vinculado.

§1º O Coordenador designado pelo Presidente para convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva não proferirá voto de qualidade no exercício dessa função.

§2º As atribuições individuais do Presidente, dos Vice-Presidentes e dos Diretores serão exercidas, nas suas ausências ou impedimentos, na forma do artigo 26, observado o que dispuserem os Regimentos Internos da Diretoria Executiva e do Conselho Diretor, as normas sobre competências, as alçadas decisórias e demais procedimentos fixados pelo Conselho Diretor.

Funcionamento

Art. 31. O funcionamento da Diretoria Executiva e do Conselho Diretor será disciplinado por meio dos seus Regimentos Internos, observado o disposto neste artigo.

§1º A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente do Banco ou pelo Coordenador por este designado.

§2º O Conselho Diretor:
I – é órgão de deliberação colegiada, devendo reunir-se, ordinariamente, pelo menos uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pelo Coordenador por este designado, sendo necessária, em qualquer caso, a presença de, no mínimo, a maioria de seus membros;

II – as deliberações exigem, no mínimo, aprovação da maioria dos membros presentes; em caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente; e

III – uma vez tomada a decisão, cabe aos membros do Conselho Diretor a adoção das providências para sua implementação.

§3º O Conselho Diretor será assessorado por uma Secretaria Executiva, cabendo ao Presidente designar o seu titular.

Seção IV – Segregação de funções

Art. 32. Os órgãos de Administração devem, no âmbito das respectivas atribuições, observar as seguintes regras de segregação de funções:

I – as diretorias ou unidades responsáveis por funções relativas à gestão de riscos e controles internos não podem ficar sob a supervisão direta de Vice-Presidente a que estiverem vinculadas diretorias ou unidades responsáveis por atividades negociais.

II – as diretorias ou unidades responsáveis pelas atividades de análise de risco de crédito não podem ficar sob a supervisão direta de Vice-Presidente a que estiverem vinculadas diretorias ou unidades responsáveis por atividades de concessão de créditos ou de garantias, exceto nos casos de recuperação de créditos; e

III – os Vice-Presidentes, Diretores ou quaisquer responsáveis pela administração de recursos próprios do Banco não podem administrar recursos de terceiros.

Seção V – Comitês vinculados ao Conselho de Administração

Comitê de Auditoria

Art. 33. O Comitê de Auditoria, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos na Lei nº 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis e no seu Regimento Interno, será composto por no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos, em sua maioria independentes, e mandato de três anos não coincidente para cada membro.

§1º É permitida uma única reeleição, observadas as seguintes condições:

I - até 1/3 (um terço) dos membros do Comitê de Auditoria poderá ser reeleito para o mandato de três anos;

II – os demais membros do Comitê de Auditoria poderão ser reeleitos para o mandato de dois anos.

§2º Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos pelo Conselho de Administração e obedecerão as condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto neste Estatuto e em seu Regimento Interno, e, adicionalmente, aos seguintes critérios:

I – pelo menos um membro será escolhido dentre os indicados pelos Conselheiros de Administração eleitos pelos acionistas minoritários;

II – os demais membros serão escolhidos dentre os indicados pelos Conselheiros de Administração representantes da União.

III - pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria deverá possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade societária e auditoria.

§3º O membro do Comitê de Auditoria somente poderá voltar a integrar tal órgão após decorridos, no mínimo, três anos do final de seu mandato anterior, observado o §1º.

§4º É indelegável a função de membro do Comitê de Auditoria.

§5º Perderá o cargo o membro do Comitê de Auditoria que deixar de comparecer, com ou sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro reuniões

alternadas durante o período de doze meses, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, e, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração.

§6º O Comitê de Auditoria é um órgão de caráter permanente, ao qual compete assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização.

§7º Cabe ao Comitê de Auditoria supervisionar permanentemente as atividades e avaliar os trabalhos da auditoria independente, bem como exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas que adotarem o regime de Comitê de Auditoria único.

§ 8º Cabe, ainda, ao Comitê de Auditoria acompanhar e avaliar as atividades de auditoria interna, avaliar e monitorar exposições de risco do Banco, acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações, bem como assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias de sua competência, notadamente aquelas relacionadas com a fiscalização da gestão do Banco e a rigorosa observância dos princípios e regras de conformidade, responsabilização corporativa e governança.

§9 O funcionamento do Comitê de Auditoria será regulado por meio do seu Regimento Interno, observado que:

I - reunir-se-á, no mínimo, mensalmente com o Conselho de Administração; trimestralmente com o Conselho Diretor, com a Auditoria Interna e com a Auditoria Independente, em conjunto ou separadamente, a seu critério; e com o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, sempre que por estes solicitado, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

II – o Comitê de Auditoria deverá realizar, no mínimo, quatro reuniões mensais, podendo convidar para participar, sem direito a voto:

a) membros do Conselho Fiscal;

b) o titular e outros representantes da Auditoria Interna; e

c) quaisquer membros da Diretoria Executiva ou empregados do Banco.

§10 A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, a ser definida pela Assembleia Geral, será compatível com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho de Administração, observado que:

I – a remuneração dos membros do Comitê não será superior ao honorário médio percebido pelos Diretores,

II – no caso de servidores públicos, a sua remuneração pela participação no Comitê de Auditoria ficará sujeita às disposições estabelecidas na legislação e regulamento pertinentes;

III – o integrante do Comitê de Auditoria que for, também, membro do Conselho de Administração, deverá receber remuneração apenas do Comitê de Auditoria.

§11 Ao término do mandato, os ex-membros do Comitê de Auditoria sujeitam-se ao impedimento previsto no §6º do artigo 24 deste Estatuto, observados os §§7º a 12 do mesmo artigo.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 418, OUT4, Página 23

§12 O Comitê de Auditoria disporá de meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas ao Banco, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades, conforme vier a ser estabelecido em instrumento adequado.

§ 13 Os membros do Comitê de Auditoria serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Comitê de Remuneração e Elegibilidade

Art. 34. O Comitê de Remuneração e Elegibilidade com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos na Lei nº 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas e regulamentos aplicáveis e no seu Regimento Interno, será formado por cinco membros efetivos, com mandato de dois anos, sendo permitidas no máximo três reconduções, nos termos das normas vigentes.

§1º Os membros do Comitê de Remuneração e Elegibilidade serão eleitos pelo Conselho de Administração, obedecendo as condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto neste Estatuto e em seu Regimento Interno.

§2º Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Remuneração e Elegibilidade não deverá ser membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva.

§3º Os integrantes do Comitê de Remuneração e Elegibilidade deverão possuir a qualificação e a experiência necessárias para avaliar de forma independente a política de remuneração de administradores e a política de indicação e sucessão.

§4º Perderá o cargo o membro do Comitê de Remuneração e Elegibilidade que deixar de comparecer, com ou sem justificativa, a três reuniões consecutivas, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, e, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração.

§5º São atribuições do Comitê de Remuneração e Elegibilidade, além de outras previstas na legislação própria:

I – assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento da política de remuneração de administradores e da política de indicação e sucessão do Banco do Brasil;

II – exercer suas atribuições e responsabilidades relacionadas à remuneração de administradores junto às sociedades controladas pelo Banco do Brasil que adotarem o regime de Comitê de Remuneração único.

III – opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores, dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e Conselheiros Fiscais, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições;

IV – verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores, dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e dos Conselheiros Fiscais.

§6º O funcionamento do Comitê de Remuneração e Elegibilidade será regulado por meio de regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração, observado que o Comitê reunir-se-á:

I – no mínimo semestralmente para avaliar e propor ao Conselho de Administração a remuneração fixa e variável dos administradores do Banco e de suas controladas que adotarem o regime de comitê único;

II – nos três primeiros meses do ano para avaliar e propor o montante global anual de remuneração a ser fixado para os membros dos órgãos de administração, a ser submetido às Assembleias Gerais do Banco e das sociedades que adotarem o regime de Comitê de Remuneração único.

III – por convocação do coordenador, sempre que julgado necessário por qualquer um de seus membros ou por solicitação da administração do Banco.

§7º A função de membro do Comitê de que trata o caput não é remunerada.

§ 8º Os membros do Comitê de Remuneração e Elegibilidade serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Comitê de Riscos e de Capital

Art. 35. O Comitê de Riscos e de Capital, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos na Lei nº 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas e regulamentos aplicáveis e no seu Regimento Interno, será formado por quatro membros efetivos, com mandato de dois anos, admitidas até três reconduções consecutivas, nos termos das normas vigentes.

§1º Os membros do Comitê de Riscos e de Capital serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, obedecendo as condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto neste Estatuto e em seu Regimento Interno.

§2º São atribuições do Comitê de Riscos e de Capital, além de outras previstas na legislação aplicável e no seu Regimento Interno:

I - assessorar o Conselho de Administração na gestão de riscos e de capital; e

II - avaliar e reportar ao Conselho de Administração relatórios que tratem de processos de gestão de riscos e de capital.

§ 3º Os membros do Comitê de Riscos e de Capital serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Seção VI – Auditoria Interna

Art. 36. O Banco disporá de uma Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração e responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo das demonstrações financeiras, observadas, ainda, demais

competências impostas pela Lei nº 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. O titular da Auditoria Interna será escolhido dentre empregados da ativa do Banco e nomeado e dispensado pelo Conselho de Administração, observadas as disposições do artigo 22, §3º, I, deste Estatuto.

Seção VII – Ouvidoria

Art. 37. O Banco disporá de uma Ouvidoria que terá a finalidade de atuar como canal de comunicação com clientes e usuários de produtos e serviços, permitindo-lhes buscar a solução de problemas no seu relacionamento com o Banco do Brasil mediante registro de demandas.

§1º Além de outras previstas na legislação, constituem atribuições da Ouvidoria:

I – atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;

II - prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta;

III - encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;

IV – propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento dos procedimentos e rotinas da instituição e mantê-lo informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los.

V - elaborar e encaminhar à Auditoria Interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

§2º A atuação da Ouvidoria será pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, sendo dotada de condições adequadas para o seu efetivo funcionamento.

§3º A Ouvidoria terá assegurado o acesso às informações necessárias para sua atuação, podendo, para tanto, requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades, observada a legislação relativa ao sigilo bancário.

§4º O Ouvidor será empregado da ativa do Banco, detentor de função compatível com as atribuições da Ouvidoria e terá mandato de 1 (um) ano, renovável por iguais períodos, sendo designado e destituído, a qualquer tempo, pelo Presidente do Banco.

§ 5º O empregado designado para o exercício das funções de ouvidor deverá ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos.

§ 6º Constituem motivos para a destituição do Ouvidor:

I - perda do vínculo funcional com a instituição ou alteração do regime de trabalho previsto no §4º deste artigo;

II - prática de atos que extrapolem sua competência, nos termos estabelecidos por este artigo;

III - conduta ética incompatível com a dignidade da função;

IV - outras práticas e condutas desabonadoras que justifiquem a destituição.

§ 7º No procedimento de destituição a que se referem as alíneas II, III e IV do parágrafo anterior será assegurado o contraditório e o direito à ampla defesa.

§8º O empregado designado para o exercício das atribuições de Ouvidor não perceberá outra remuneração além daquela prevista para a comissão que originalmente ocupa.

Seção VIII

Gestão de Riscos e Controles Internos

Art. 38. O Banco disporá de áreas dedicadas à gestão de riscos e aos controles internos, com liderança de Vice-Presidente estatutário e independência de atuação, segundo mecanismos estabelecidos no artigo 32 deste Estatuto, e vinculação ao Presidente do Banco.

§1º São atribuições da área responsável pela gestão de riscos, além de outras previstas na legislação própria e nas instruções normativas do Banco, a identificação, avaliação, controle, mitigação e monitoramento de riscos a que estão sujeitos os negócios e processos do Banco.

§2º São atribuições da área responsável pelos controles internos, além de outras previstas na legislação própria e nas instruções normativas do Banco, a avaliação e o monitoramento da eficácia dos controles internos e do estado de conformidade corporativo.

§3º A área responsável pelo processo de controles internos deverá se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento de integrante da Diretoria Executiva em irregularidades ou quando um membro se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação de irregularidade a ele relatada.

CAPÍTULO VI – CONSELHO FISCAL

Composição

Art. 39. O Conselho Fiscal, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos na Lei nº 6.404/76, Lei nº 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas e regulamentos aplicáveis e no seu Regimento Interno, funcionará de modo permanente e será constituído por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um prazo de atuação de dois anos, sendo permitidas até duas reconduções consecutivas. Fica assegurada aos acionistas minoritários a eleição de dois membros.

§1º Podem ser membros do Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por

prazo mínimo de três anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública, de conselheiro fiscal ou de administrador de empresa, observando-se, ainda, o disposto na Lei nº 6.404/76, na Lei nº 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador, nas demais normas aplicáveis e na Política de Indicação e Sucessão do Banco.

§2º Os representantes da União no Conselho Fiscal serão indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, dentre os quais um representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública.

§3º A remuneração dos conselheiros fiscais será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

§4º Além das pessoas a que se refere o artigo 13 deste Estatuto, não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal membros dos órgãos de Administração e empregados do Banco, ou de sociedade por este controlada, e o cônjuge ou parente, até o terceiro grau, de administrador do Banco.

§5º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos desde a respectiva eleição, independentemente da assinatura de termo de posse.

§6º Os Conselheiros Fiscais devem, na data da eleição, assinar o Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (ou outra denominação social que lhe vier a ser atribuída).

Funcionamento

Art. 40. Observadas as disposições deste Estatuto, o Conselho Fiscal, por voto favorável de, no mínimo, quatro de seus membros, elegerá o seu Presidente e aprovará o seu regimento interno.

§1º O Conselho Fiscal reunir-se-á em sessão ordinária, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que julgado necessário por qualquer de seus membros ou pela Administração do Banco.

§2º Perderá o cargo, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer, sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro reuniões ordinárias alternadas durante o prazo de atuação.

§3º Exceto nas hipóteses previstas no caput deste artigo, a aprovação das matérias submetidas à deliberação do Conselho Fiscal exige voto favorável de, no mínimo, três de seus membros.

Art. 41. Os Conselheiros Fiscais assistirão às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que devam opinar.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal far-se-á representar por, pelo menos, um de seus membros às reuniões da Assembleia Geral e responderá aos pedidos de informação formulados pelos acionistas.

Dever de informar e outras obrigações

Art. 42. Os membros do Conselho Fiscal acionistas do Banco devem observar, também, os deveres previstos no art. 17 deste Estatuto.

CAPÍTULO VII – EXERCÍCIO SOCIAL, LUCRO, RESERVAS E DIVIDENDOS

Exercício social

Art. 43. O exercício social coincidirá com o ano civil, com término no dia 31 de dezembro de cada ano.

Demonstrações financeiras

Art. 44. Serão levantadas demonstrações financeiras ao final de cada semestre e, facultativamente, balanços intermediários em qualquer data, inclusive para pagamento de dividendos, observadas as prescrições legais.

§1º As demonstrações financeiras trimestrais, semestrais e anuais, além dos requisitos legais e regulamentares, devem conter:

I – balanço patrimonial consolidado, demonstrações do resultado consolidado e dos fluxos de caixa;

II – demonstração do valor adicionado;

III – comentários acerca do desempenho consolidado;

IV – posição acionária de todo aquele que detiver, direta ou indiretamente, mais de 5% (cinco por cento) do capital social do Banco;

V – quantidade e características dos valores mobiliários de emissão do Banco de que o acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal sejam titulares, direta ou indiretamente;

VI – evolução da participação das pessoas referidas no inciso anterior, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos doze meses imediatamente anteriores; e

VII – quantidade de ações em circulação e o seu percentual em relação ao total emitido.

§2º Nas demonstrações financeiras do exercício, serão apresentados, também, indicadores e informações sobre o desempenho socioambiental do Banco.

Art. 45. As demonstrações financeiras trimestrais, semestrais e anuais serão também elaboradas em inglês, sendo que pelo menos as demonstrações financeiras anuais serão também elaboradas de acordo com os padrões internacionais de contabilidade.

Destinação do lucro

Art. 46. Após a absorção de eventuais prejuízos acumulados e deduzida a provisão para pagamento do imposto de renda, do resultado de cada semestre serão apartadas verbas que, observados os limites e condições exigidos na Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, terão, pela ordem, a seguinte destinação:

I – constituição de Reserva Legal;

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 418, OUT4, Página 29

II – constituição, se for o caso, de Reserva de Contingência e de Reservas de Lucros a Realizar;

III – pagamento de dividendos, observado o disposto nos artigos 47 e 48 deste Estatuto;

IV – do saldo apurado após as destinações anteriores:

a) constituição das seguintes Reservas Estatutárias:

1 - Reserva para Margem Operacional, com a finalidade de garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social;

2 - Reserva para Equalização de Dividendos, com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos, constituída pela parcela de até 50% (cinquenta por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;

b) demais reservas e retenção de lucros previstas na legislação.

Parágrafo único. Na constituição de reservas serão observadas, ainda, as seguintes normas:

I – as reservas e retenção de lucros de que trata o inciso IV não poderão ser aprovadas em prejuízo da distribuição do dividendo mínimo obrigatório;

II – o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;

III – as destinações do resultado, no curso do exercício, serão realizadas por proposta do Conselho Diretor, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral Ordinária de que trata o §1º do artigo 9º deste Estatuto, ocasião em que serão apresentadas as justificativas dos percentuais aplicados na constituição das reservas estatutárias de que trata a alínea “a” do inciso IV do caput deste artigo.

Dividendo obrigatório

Art. 47. Aos acionistas é assegurado o recebimento semestral de dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, como definido em lei e neste Estatuto.

§1º O dividendo correspondente aos semestres de cada exercício social será declarado por ato do Conselho Diretor, aprovado pelo Conselho de Administração.

§2º Os valores dos dividendos devidos aos acionistas sofrerão incidência de encargos financeiros na forma da legislação aplicável, a partir do encerramento do semestre ou do exercício social em que forem apurados até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando

esse recolhimento não se verificar na data fixada em lei, pela Assembleia Geral ou por deliberação do Conselho Diretor.

§3º É admitida a distribuição de dividendos intermediários em períodos inferiores ao previsto no caput deste artigo, observado o disposto nos artigos 21, II, "a", 29, I e VII, e 47, §1º, deste Estatuto.

Juros sobre o capital próprio

Art. 48. Observada a legislação vigente e na forma da deliberação do Conselho de Administração, o Conselho Diretor poderá autorizar o pagamento ou crédito aos acionistas de juros, a título de remuneração do capital próprio, bem como a imputação do seu valor ao dividendo mínimo obrigatório.

§1º Caberá ao Conselho Diretor fixar o valor e a data do pagamento ou crédito de cada parcela dos juros, autorizado na forma do caput deste artigo.

§2º Os valores dos juros devidos aos acionistas, a título de remuneração sobre o capital próprio, sofrerão incidência de encargos financeiros, na forma do artigo 47, §2º, deste Estatuto.

CAPÍTULO VIII – RELAÇÕES COM O MERCADO

Art. 49. O Banco:

I – realizará, pelo menos uma vez por ano, reunião pública com analistas de mercado, investidores e outros interessados, para divulgar informações quanto à sua situação econômico-financeira, bem como no tocante a projetos e perspectivas;

II – enviará à bolsa de valores em que suas ações forem mais negociadas, além de outros documentos a que esteja obrigado por força de lei:

a) o calendário anual de eventos corporativos;

b) programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos de emissão do Banco, destinados aos seus empregados e administradores, se houver; e

c) os documentos colocados à disposição dos acionistas para deliberação na Assembleia Geral;

III – divulgará, em sua página na Internet, além de outras, as informações:

a) referidas nos artigos 44 e 45 deste Estatuto;

b) divulgadas na reunião pública referida no inciso I deste artigo; e

c) prestadas à bolsa de valores na forma do inciso II deste artigo;

IV – adotará medidas com vistas à dispersão acionária na distribuição de novas ações, tais como:

a) garantia de acesso a todos os investidores interessados; ou

b) distribuição, a pessoas físicas ou a investidores não institucionais, de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações emitidas.

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Ingresso nos quadros do Banco

Art. 50. Só a brasileiros será permitido ingressar no quadro de empregados do Banco no País.

Parágrafo único. Os portugueses residentes no País poderão também ingressar nos serviços e quadros do Banco, desde que amparados por igualdade de direitos e obrigações civis e estejam no gozo de direitos políticos legalmente reconhecidos.

Art. 51. O ingresso no quadro de empregados do Banco dar-se-á mediante aprovação em concurso público.

§1º Os empregados do Banco estão sujeitos à legislação do trabalho e aos regulamentos internos da Companhia.

§2º Poderão ser contratados, a termo e demissíveis “ad nutum”, profissionais para exercerem as funções de assessoramento especial ao Presidente, observada a dotação máxima de três Assessores Especiais do Presidente e um Secretário Particular do Presidente.

Publicações oficiais

Art. 52. O Conselho Diretor fará publicar, no sítio eletrônico da empresa na internet, o Regulamento de Licitações do Banco do Brasil, observadas as disposições da Lei 13.303/16, e as melhores práticas empresarias de contratação preferencial de empresas de que participa.

Arbitragem

Art. 53. O Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei de Sociedades Anônimas, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (ou outra denominação social que lhe vier a ser atribuída), do Regulamento de Arbitragem, do Contrato de Participação e do Regulamento de Sanções do Novo Mercado.

§1º O disposto no caput não se aplica às disputas ou controvérsias que se refiram às atividades próprias do Banco, como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, e às atividades previstas no artigo 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e demais leis que lhe atribuam funções de agente financeiro, administrador ou gestor de recursos públicos.

§2º Excluem-se, ainda, do disposto no caput, as disputas ou controvérsias que envolvam direitos indisponíveis.

Processo 0046696-30.2006.8.24.0038/SC, Evento 418, OUT4, Página 32

Art. 54. O Banco, assegurará aos integrantes e ex-integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e dos demais órgãos de assessoramento técnicos ou consultivos criados por este Estatuto, bem como aos seus empregados, a defesa em processos judiciais, administrativos e arbitrais contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função, desde que, na forma definida pelo Conselho de Administração, não haja incompatibilidade com os interesses do Banco, de suas subsidiárias integrais, controladas ou coligadas.

Parágrafo único. O Banco contratará seguro de responsabilidade civil em favor de integrantes e ex-integrantes dos órgãos estatutários identificados no caput, obedecidos a legislação e os normativos aplicáveis.

CAPÍTULO X – OBRIGAÇÕES DO ACIONISTA CONTROLADOR

Alienação de controle

Art. 55. A alienação do controle acionário do Banco, direta ou indireta, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a, observando as condições e prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (ou outra denominação social que lhe vier a ser atribuída), fazer oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, assegurando-se a estes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

§1º A oferta pública, prevista no caput deste artigo, será também realizada quando houver (i) cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, de que venha resultar a alienação do controle do Banco; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle do Banco, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA (ou outra denominação social que lhe vier a ser atribuída) o valor atribuído ao Banco nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

§2º Aquele que adquirir o poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no caput deste artigo, e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do poder de controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações do Banco nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA (ou outra denominação social que lhe vier a ser atribuída) operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

§3º O acionista controlador alienante somente transferirá a propriedade de suas ações se o comprador subscrever o Termo de Anuência dos Controladores. O Banco somente registrará a transferência de ações para o comprador, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, se este(s) subscrever(em) o Termo de Anuência dos

Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (ou outra denominação social que lhe vier a ser atribuída).

§4º O Banco somente registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle se os seus signatários subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores.

Fechamento de capital

Art. 56. Na hipótese de fechamento de capital do Banco e consequente cancelamento do registro de companhia aberta, deverá ser ofertado um preço mínimo às ações, correspondente ao valor econômico apurado por empresa especializada escolhida pela Assembleia Geral, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e conforme previsto no Parágrafo Único do artigo 10 deste Estatuto.

§1º No caso da saída do Banco do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (ou outra denominação social que lhe vier a ser atribuída), para que os valores mobiliários por ele emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas do Banco, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Parágrafo 3º deste artigo e do Parágrafo Único do artigo 10 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§2º Os custos com a contratação de empresa especializada de que trata este artigo serão suportados pelo acionista controlador.

§3º Os laudos de avaliação referidos neste artigo deverão ser elaborados por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão do Banco, de seus administradores e/ou do(s) acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos do §1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º desse mesmo artigo.

Art. 57. Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída do Banco do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (ou outra denominação social que lhe vier a ser atribuída), para que os valores mobiliários por ele emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo 56 deste Estatuto.

§1º A referida Assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§2º Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários

admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Art. 58. A saída do Banco do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (ou outra denominação social que lhe vier a ser atribuída) em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que tratam o Parágrafo Único do Artigo 10 e o Parágrafo 3º do Artigo 56 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

§2º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

§3º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores do Banco deverão convocar Assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída do Banco do Novo Mercado.

§4º Caso a Assembleia geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída do Banco do Novo Mercado, a referida Assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Ações em circulação

Art. 59. O acionista controlador promoverá medidas tendentes a manter em circulação, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das ações de emissão do Banco.

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Art. 60. A modificação na composição do Conselho Diretor, de que trata o Art. 24, inc. II, deste Estatuto, está condicionada à alteração do Decreto nº 3.905, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a composição, indicação, eleição e nomeação dos membros dos órgãos colegiados do Banco.

Brasília (DF), 27 de abril de 2017.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 419

Evento:
REPLICA___REFER__AO_EVENTO__414
Data:
12/12/2022 16:04:36
Usuário:
SC017079 - CARLOS ANDRÉ VIEIRA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
419

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUÍZ DE DIREITO DO 20º JUÍZO DA UNIDADE ESTADUAL DE DIREITO BANCÁRIO – ESTADO DE SANTA CATARINA.

SIRLEI LUCIDONIO MELO, já qualificada na **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038**, que movida por **BANCO DO BRASIL S.A.**, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu advogado que ao final assina, em cumprimento ao despacho de ev. 413, manifesta-se quanto a resposta da parte Excepta conforme segue:

I – DAS MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA QUE DEVEM SER ARQGUIDAS E DECIDIDAS DE OFÍCIO PELO JUIZ, INDEPENDENTEMENTE DE PROVOCAÇÃO

Aduz o excepto que "não cabe à excipiente pleitear direito alheio em nome próprio, vez que vedado pelo art. 18 do CPC".

Acontece que as questões levantadas de prescrição e nulidade de citação são de ordem pública, arguíveis a qualquer tempo e de apreciação de ofício pelo julgador.

O art. 803 estabelece que a nulidade da execução é matéria de ordem pública e deve ser arguida de ofício pelo Juiz independentemente de embargos, *in verbis*:

Art. 803. É nula a execução se:
I - o título executivo extrajudicial não corresponder a obrigação certa, líquida e exigível;
(...)
Parágrafo único. A nulidade de que cuida este artigo será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução.

O STJ também acompanha, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO DE EXECUÇÃO. EMBARGOS DO DEVEDOR. NULIDADE. VÍCIO FUNDAMENTAL. ARGÜIÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS DA EXECUÇÃO. CABIMENTO. ARTIGOS 267, § 3º, 585, II; 586; 618, I DO CPC.

I - Não se revestindo o título de liquidez, certeza e exigibilidade, condições basilares no processo de execução, constitui-se em nulidade, como vício fundamental, podendo a parte argüi-la, independentemente de embargos do devedor, assim como pode e cumpre ao juiz declarar, de ofício, a inexistência desses pressupostos formais contemplados na lei processual civil.

II - Recurso conhecido e provido.

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE DO TÍTULO.

Consiste na faculdade, atribuída ao executado, de submeter ao juiz da execução, independentemente de penhora ou embargos, determinadas matérias próprias da ação de embargos do devedor. Admite-se tal exceção, limitada, porém sua abrangência temática, que somente poderá dizer respeito à matéria suscetível de conhecimento de ofício ou à nulidade do título, que seja evidente e flagrante, isto é, nulidade cujo reconhecimento independa de contraditório ou dilação probatória.

O E. TJSC também corrobora com o mesmo entendimento, veja-se:

Processo: 5012566-52.2020.8.24.0000 (Acórdão do Tribunal de Justiça)
Relator: ANDRÉ LUIZ DACOL
Origem: TJSC
Orgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Civil
Julgado em: 15/09/2020
Juiz Prolator: ANDRÉ LUIZ DACOL

Classe: Agravo de Instrumento

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. INTERLOCUTÓRIO QUE REJEITOU A TESE DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE APRESENTADA PELA RECORRENTE. INSURGÊNCIA DA EMPRESA EXECUTADA. PRELIMINAR EM CONTRARRAZÕES. ARGUIDA PRECLUSÃO DA MATÉRIA. ARGUMENTOS DEFENSIVOS QUE SE APOIARIAM EM QUESTÕES QUE EXIGIRIAM DILAÇÃO PROBATÓRIA, NÃO PERMITIDA EM SEDE DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. INOCORRÊNCIA. TEMA CONHECÍVEL DE OFÍCIO PELO JUÍZO. MATÉRIA ABORDADA DE ORDEM PÚBLICA E QUE TRATA DE ASPECTOS FORMAIS PARA EXISTÊNCIA DO PROCESSO EXECUTIVO. CABIMENTO NO CASO. PREFACIAL AFASTADA. *MÉRITO. ALEGAÇÃO DE QUE AS OBRIGAÇÕES EXECUTADAS NÃO ESTARIAM REVESTIDAS DE EXIGIBILIDADE E CERTEZA. SUBSISTÊNCIA. RECORRIDOS QUE REQUEREREM RECONHECIMENTO PRÉVIO E SUMÁRIO DA RESCISÃO CONTRATUAL NOS AUTOS EXECUTIVOS. POSTULAÇÃO DE CONTEÚDO DECLARATÓRIO QUE DEVE OCORRER EM PROCESSO DE CONHECIMENTO. PROCEDIMENTO ADOTADO PELO JUÍZO A QUO INADEQUADO. NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO JUDICIAL PARA A RESCISÃO CONTRATUAL. ENTENDIMENTO DO STJ. INOPERABILIDADE DE PLANO DE CLÁUSULAS RESOLUTIVAS, TAMPOUCO DE AUTOMATICIDADE IMPOSITIVA DE MULTAS CONTRATUAIS. CONTRATO SUBSISTENTE. TÍTULO EXECUTIVO INEXIGÍVEL. EXECUÇÃO NULA, NOS TERMOS DOS ARTS. 783 E 803, I DO CPC. RECURSO PROVIDO. Origem: Joinville*

Orgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Civil
Julgado em: 30/07/2020
Juiz Prolator: Leandro Katscharowski Aguiar
Classe: Agravo de Instrumento
Ementa:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COEXISTÊNCIA DE AÇÃO QUE PRETENDE DECLARAR INEXISTENTE A DÍVIDA. PREJUDICIALIDADE DA PRIMEIRA LIDE EM FACE DA SEGUNDA. INTELIGÊNCIA DO ART. 921 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO ATÉ SENTENÇA FINAL NA AÇÃO DE CONHECIMENTO.
EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE QUE TEM POR FUNDAMENTO TESE ATRELADA A NULIDADE DA EXECUÇÃO (ART. 803, I E § ÚNICO, DO CPC). POSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DA SUSPENSÃO DETERMINADA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.
RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Quanto a penhora, o entendimento é o mesmo, veja-se novamente os ditames de nossa E. Corte Estadual de Justiça:

Apelação Nº 5001402-97.2020.8.24.0030/SCPROCESSO ORIGINÁRIO: Nº 5001402-97.2020.8.24.0030/SC
RELATORA: Desembargadora ROSANE PORTELLA WOLFF
EMENTA

> *APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS DE PROFISSIONAL LIBERAL. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA.* ***RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO DE PARTE DO PERÍODO. APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO TRIENAL. INSURGÊNCIA DA AUTORA.***
> ***PREJUDICIAL DE MÉRITO. MATÉRIA ANALISADA PORQUE DE ORDEM PÚBLICA, ARGUÍVEL A QUALQUER MOMENTO E GRAU DE JURISDIÇÃO.*** *PROFISSIONAL LIBERAL QUE SE ENQUADRA NO ROL DO ARTIGO 206, §5º, INCISO II, DO CC/2002. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. SENTENÇA REFORMADA NO PONTO.*
> *PLEITO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ESTIPULADOS PELO STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS INDEVIDOS.*
> *RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.*

A ausência de citação também é considera de ordem pública e gera nulidade absoluta da ação. São novamente os ensinamentos do nosso E. TJSC, veja-se:

> *Processo: 0003450-43.2017.8.24.0023 (Acórdão do Tribunal de Justiça)*
> *Relator: Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer*
> *Origem: Tribunal de Justiça de Santa Catarina*
> *Orgão Julgador: Quinta Câmara Criminal*
> *Julgado em: 11/02/2021*
> *Classe: Apelação Criminal*
> *Início do documento:*
> *APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A SAÚDE PÚBLICA. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI N.º 11.343/2006). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO.* ***PRELIMINAR. ALEGADA NULIDADE ABSOLUTA, ANTE A AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA E REGULAR.*** *DEFESA APRESENTADA POR MEIO DE DEFENSOR SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS, ANTES DA NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO RÉU. AUSÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. RÉU NÃO ENCONTRADO PARA SER INTIMADO A CONSTITUIR NOVO DEFENSOR OU RATIFICAR A PEÇA PRELIMINAR APRESENTADA. TAMBÉM NÃO ENCONTRADO PARA SER INTIMADO ACERCA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. NÃO REALIZAÇÃO DE INTERROGATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE CITAÇÃO PESSOAL OU POR EDITAL. REVELIA INDEVIDAMENTE DECRETADA. NOTIFICAÇÃO PESSOAL QUE NÃO SUPRE A FALTA DE CITAÇÃO, NO CASO CONCRETO.* ***PREJUÍZO EVIDENTE. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NULIDADE DECRETADA****. MÉRITO PREJUDICADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.*

> *Origem: Tribunal de Justiça de Santa Catarina*
> *Orgão Julgador: Sétima Câmara de Direito Civil*
> *Julgado em: 03/12/2020*
> *Classe: Apelação*
> *Início do documento:*
> *APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO AUTOR. CONSTATAÇÃO EX OFFICIO DE IMPRESCINDIBILIDADE DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. IMÓVEL OBJETO DA LIDE GRAVADO COM ÔNUS HIPOTECÁRIO.* ***AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA***

> ***NA ORIGEM.*** *ACOLHIMENTO DA PRETENSÃO INICIAL QUE IMPLICARIA O DESFAZIMENTO DA GARANTIA INCIDENTE SOBRE O BEM. CIRCUNSTÂNCIA QUE ATINGIRIA DE FORMA DIRETA BEM JURÍDICO DE TERCEIRO NÃO INTEGRANTE DA RELAÇÃO PROCESSUAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 114 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.* ***MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA COGNOSCÍVEL A QUALQUER TEMPO E GRAU DE JURISDIÇÃO. IMPOSITIVO RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA A REGULARIZAÇÃO PROCESSUAL. SENTENÇA CASSADA****. ""O credor hipotecário é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que busca o levantamento da garantia real que recai sobre o bem, ainda que entre eles inexista relação contratual, porquanto a sua esfera jurídica pode vir a ser atingida naquilo que pertine ao cancelamento da hipoteca constituída em seu favor' (AC n. 2011.009842-5, rel. Des. Henry Petry Junior, j. em 01.03.2012).' (Apelação Cível n. 0300897-34.2018.8.24.0113, rel. Des. Gerson Cherem II, Primeira Câmara de Direito Civil, j. 30-05-2019)" (...) (Apelação Cível n. 0300121-34.2018.8.24.0113, de Camboriú, rel. Álvaro Luiz Pereira de Andrade, Sétima Câmara de Direito Civil, j. 20-2-2020). APELO PREJUDICADO.*

Sendo isto, plenamente cabível a presente insurgência.

II – DA DESÍDIA DO AUTOR EM PROMOVER A CITAÇÃO

O excepto invoca a Súmula 106 do STJ para afastar a prescrição justificando que a demora na citação se deu por motivos inerentes ao mecanismo da justiça. Finaliza alegando que não ocorreu a desídia do autor na condução do processo, principalmente em relação à citação dos devedores.

Sem razão.

Em nenhum momento nos autos o autor, ora exequente/excepto, renovou o pedido de citação do réu JAM PIERRE.

Quando do retorno do mandado do oficial de Justiça, o autor deveria ter sido diligente e provocado a máquina do Judiciário à consecução da citação, algo que nunca fez.

Da mesma forma, teve-se a desídia do exequente ao realizar a penhora do imóvel, que por diversas vezes, mesmo que intimado judicialmente ou mesmo que avisado expressamente pelo leiloeiro, continuou a juntar a matrícula do imóvel errada e sequer requereu a renovação da penhora no imóvel certo, tendo que o Juízo de Ofício corrigir o erro, mas quando já advinda a prescrição intercorrente.

Relevante ressaltar que o réu JAM PIERRE deve ser citado para exercer o contraditório e, inclusive, intimado da penhora de imóvel de sua propriedade. Sem isso, nenhum ato expropriatório poder prosseguir.

III – DO TERMO "A QUO" DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

O excepto alega que o termo inicial da prescrição intercorrente é a data da vigência do novo código do processo civil de 2015 (Art. 1.056 do CPC).

Também sem razão.

A jurisprudência é pacífica que o termo inicial da prescrição somente coincide com a vigência do novo CPC quando esta ainda não teve o transcurso iniciado anteriormente, sob pena de se haver 2 (dois) termos iniciais, em grave prejuízo da parte contrária.

Veja-se o ensinamento do nosso E. TJSC em recente decisão de setembro/2022:

> *Processo: 0305278-37.2014.8.24.0045 (Acórdão do Tribunal de Justiça)*
> *Relator: Carlos Roberto da Silva*
>
> *Apelação Nº 0000196-33.1996.8.24.0012/SC*
>
> *EMENTA*
>
> *APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM RELAÇÃO À EMPRESA EXECUTADA E, QUANTO AOS DEMAIS EXECUTADOS, DECRETOU DA EXTINÇÃO DO FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, EM RAZÃO DO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (ART. 924, V, DO CPC/2015). RECURSO DE AMBAS AS PARTES*
>
> *RECURSO DA CASA BANCÁRIA.*
>
> ***PLEITO DE AFASTAMENTO DA SENTENÇA EXTINTIVA AO ARGUMENTO DE AFRONTA AO ART. 1.056 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL DO ART. 206, § 5º, INCISO I, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002, O QUAL FLUIU INTEIRAMENTE SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. INAPLICABILIDADE DO SUSCITADO ARTIGO AO CASO CONCRETO.***
>
> ***"Inexiste a alegada ofensa à regra de direito intertemporal posta no artigo 1.056 do Código de Processo de 2015 se o prazo prescricional já estava em curso no momento da entrada em vigor desta***

lei.[...]'Uma interpretação apressada do art. 1.056 poderia levar à conclusão equivocada de que os prazos de prescrição intercorrente nas execuções em curso antes da vigência do CPC de 1973 seriam reiniciados quando da entrada em vigor do CPC atual. Isto porque, ao fazer referência ao art. 924, V, que trata da extinção do processo de execução pela ocorrência da prescrição intercorrente, considera o termo inicial desta última a 'data de vigência deste Código'. Evidentemente, contudo, ocorrendo o termo inicial da prescrição antes da entrada em vigor do atual CPC, na forma prevista na legislação anterior, não se deve reiniciar o prazo prescricional. O que o art. 1.056 em verdade prevê é que o novo termo da prescrição intercorrente previsto no art. 921, § 4.º, do CPC atual, que não havia no CPC revogado, não pode ter sua aplicação retroativa, respeitando-se aqui a irretroatividade da lei processual e o ato processual consumado. Como se sabe, na vigência do CPC revogado, suspenso o processo por ausência de bens do executado, suspendia-se, igualmente, a contagem do prazo prescricional (AgRg no AResp 583.987/DF, rel. Min. Maria Isabel Gallotti, 4.ª T., j. Em 18.12.2014, DJe 06.02.2015). Não havia limites para o período de suspensão por tal motivo. O atual CPC, em seu art. 921, § 1.º, prevê um limite de um ano para a suspensão, após o que, não havendo manifestação do exequente, o prazo prescricional voltará a correr. (...).Sendo assim, quando da entrada em vigor do atual CPC, se já houver transcorrido mais de um ano da suspensão do processo por falta de bens na vigência do CPC revogado, iniciar-se-á o prazo prescricional intercorrente. Contudo, estando já em curso o prazo da prescrição intercorrente na vigência do CPC revogado, seguirá ele seu curso naturalmente na entrada em vigor do atual CPC.' *(o grifo não está no original) (AMARAL, Guilherme Rizzo. Comentários às alterações do novo CPC. 2. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, ps. 1075/1076)" (Apelação Cível n. 0001865-91.1998.8.24.0064, de São José, Quarta Câmara de Direito Comercial, rel. Des. Jânio Machado, j. 13-7-2017).*

PROCESSO JUDICIAL QUE PERMANECEU ARQUIVADO ADMINISTRATIVAMENTE POR MAIS DE 7 (SETE) ANOS EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. HIPÓTESE ELENCADA NO ART. 921, III, DO CPC/2015 (ART. 791, III, DO CPC/1973) QUE NÃO INTERROMPE A CONTAGEM DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO ORA ANALISADA, TAMPOUCO PODE SERVIR COMO SUBTERFÚGIO À ETERNIZAÇÃO DA ACTIO EXECUTIVA. DESÍDIA CONFIGURADA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CARACTERIZADA.

"Para se configurar a prescrição intercorrente no processo de execução, reputa-se suficiente o decurso de lapso temporal superior ao da prescrição do título exequendo, sem que o credor promova as diligências que lhe competir, independentemente de a demanda estar arquivada administrativamente ou de prévia intimação do titular do crédito especificamente para impulsionar o feito. Ademais, inviável se interpretar os arts. 791, III, e 793 do Código Buzaid como respaldo judicial à inércia do exequente, sendo inviável que o arquivamento administrativo tenha o condão de estabelecer prazo indeterminado à localização de bens em nome da parte devedora. [...]." (Apelação Cível n. 0600004-44.1993.8.24.0016, de Capinzal, rel. Des. Robson Luz Varella, j. 25-4-2017). [...]" (Apelação Cível n. 0002986-15.2000.8.24.0023, da Capital, rel. Des. Dinart Francisco Machado, Segunda Câmara de Direito Comercial, j. 16-10-2018).

(...) RECURSO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO DO EXECUTADO CONHECIDO E PROVIDO.

Não é isso o que ocorreu nos autos, pois o termo "a quo" do curso do prazo prescricional, se contado da citação da executada em 22/09/2009, ou o despacho do Juízo para impulsionar o feito em 19/04/2011 de fl. 345, ou até mesmo o pedido de desarquivamento do exequente em 23/08/2013 de fl. 376, todos estes se deram em momento anterior à vigência do novo CPC.

Assim, em todos estes casos, o prazo transcorrido é muito superior a 03 (três) anos, tudo sendo fulminado pela prescrição intercorrente.

Por último, veja-se que mesmo se adotada a regra do art. 1.056 do CODEX, com o termo "a quo" da prescrição a partir da vigência do novo CPC de 2015, a penhora só se perfectibilizou no termo de penhora de 02/12/2019, já transcorridos mais de 03 (três) anos do início da vigência, dando-se o advento da prescrição intercorrente.

Por último, alega o excepto que não houve arquivamento ou intimação do exequente para impulsionar o feito.

Sem razão.

Conforme já exposto na exceção, além das intimações já relatadas e as outras inúmeras que constam nos autos, importante ressaltar a certidão de decurso de prazo de fl. 343 (Evento 227, CERT111, Página 1) e o consequente despacho em 19/04/2011 de fl. 345 (Evento 227, DESP113, Página 1) intimando o exequente para impulsionar o feito, sob pena de arquivamento administrativo.

Também importante ressaltar o pedido de desarquivamento do feito realizado pelo exequente em 23/08/2013 de fl. 376 (Evento 227, PET144, Página 1), fato importante para determinar que a prescrição intercorrente estava em curso.

Toda a demora em anos de processo, bem como a permanência do vício na penhora, é de culpa do exequente.

IV – DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE QUE APROVEITA A TODOS OS EXECUTADOS

Apesar de constar no tópico da exceção de pré-executividade sobre a prescrição intercorrente quanto a executada SIRLEI, a aludida prescrição também se deu quanto aos demais devedores solidários, nos mesmos termos e prazos ali indicados, devendo ser reconhecida pelo MM Juízo.

V – DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

A jurisprudência pacífica ensina que, em função da insurgência da executada através de objeção de não executividade, deve haver a fixação de honorários em relação a parte indevida do crédito que se extirpa da execução, veja-se:

> *Agravo de Instrumento Nº 5034393-22.2020.8.24.0000/SC*
> *RELATOR: Desembargador JAIME RAMOS*
> ***AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDA PARA RECONHECER EXCESSO DE EXECUÇÃO E CONDENAR O EXEQUENTE AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SOBRE O PROVEITO ECONÔMICO OBTIDO PELOS EXECUTADOS IMPUGNANTES.*** *INDENIZAÇÃO DEVIDA PELO ESTADO E PELO IPREV POR DEMORA NA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA. INCLUSÃO DO DIA DA PUBLICAÇÃO DO ATO APOSENTATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. EXCLUSÃO ACERTADA PELA DECISÃO AGRAVADA. REVISÃO DSO ENCARGOS DA MORA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. PRETENSÃO DE CONDENAÇÃO DOS EXECUTADOS AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REJEIÇÃO TOTAL OU PARCIAL DA IMPUGNAÇÃO QUE NÃO GERA CONDENAÇÃO DO IMPUGNANTE AO PAGAMENTO DE VERBA HONORÁRIA.* ***SUCUMBÊNCIA DO EXEQUENTE QUE NÃO FOI MÍNIMA. HONORÁRIOS A ELE CORRETAMENTE IMPOSTOS SOBRE O PROVEITO ECONÔMICO OBTIDO EM PROPORÇÃO PELOS EXECUTADOS. PRECEDENTES. DECISÃO ACERTADA****. EXEQUENTE BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. OBSERVÂNCIA DO ART. 98, § 3º, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE DETERMINAÇÃO PARA COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS COM A VERBA HONORÁRIA DEVIDA AO ADVOGADO DO EXEQUENTE. INTERESSE RECURSAL AUSENTE. CONHECIMENTO PARCIAL DO RECURSO E DESPROVIMENTO.* ***"O acolhimento ainda que parcial da impugnação gerará o arbitramento dos honorários, que serão fixados nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, do mesmo modo que o acolhimento parcial da exceção de pré-executividade, porquanto, nessa hipótese, há extinção também parcial da execução." (Tema 410/STJ; REsp 1134186/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL). "[...] Não são devidos honorários advocatícios na rejeição de impugnação ao cumprimento de sentença (Súmula 519 do STJ), de sorte que, relativamente à porção vitoriosa (mesmo que em parte), deve ser arbitrada a verba (em favor somente do impugnante)."*** *(TJSC, AI n. 4004530-09.2018.8.24.0000, de Camboriú, Rel. Des. Hélio do Valle Pereira, Quinta Câmara de Direito Público).*

Assim, diante do pedido expresso de fixação de honorários de sucumbência na aludida objeção de pré-executividade da executada e diante do seu acolhimento judicial, deve ser a parte excepta condenada no seu pagamento.

Nestes termos, requer-se a procedência dos pedidos da excipiente.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Joinville (SC), 12 de dezembro de 2022.

CARLOS ANDRÉ VIEIRA
OAB/SC 17.079

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 420

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO
Data:
10/02/2023 12:29:31
Usuário:
CRISTIANECM - CRISTIANE COSTA MELLO - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
420

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 421

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___PARTE__CONFECCOES_SIRPIER_LTD

Data:
10/02/2023 12:29:42

Usuário:
CRISTIANECM - CRISTIANE COSTA MELLO - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
421

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 422

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___PARTE__JAM_PIERRE_DE_OLIVEIRA_

Data:
10/02/2023 12:29:42

Usuário:
CRISTIANECM - CRISTIANE COSTA MELLO - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
422

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 423

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___PARTE__SIRLEI_LUCIDONIO_MELO__

Data:
10/02/2023 12:29:42

Usuário:
CRISTIANECM - CRISTIANE COSTA MELLO - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
423

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 424

Evento:
DESPACHO
Data:
13/02/2023 21:59:39
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
424

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88015-601 - Fone: (48)3287-5728 - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

DESPACHO/DECISÃO

Intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 15 dias, sobre a petição apresentada pela parte contrária.

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO TAVARES MARTINS, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310038988374v2** e do código CRC **d4fcb394**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO TAVARES MARTINS
Data e Hora: 13/2/2023, às 21:59:39

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 425

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
13/02/2023 21:59:39
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
425
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
24/02/2023 00:00:00
Data Final:
16/03/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 426

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__425
Data:
23/02/2023 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
426

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 427

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__425
Data:
17/03/2023 01:26:09
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
427

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 428

Evento:
JUNTADA_DE_CERTIDAO
Data:
17/03/2023 18:51:00
Usuário:
RSG8560 - ROSELI SCHMIDT GASINO - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
428

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88015-601 - Fone: (48)3287-5728 - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que decorreu o prazo destinado às partes para que solicitassem o desentranhamento de documentos originais, razão pela qual encaminho os presentes autos físicos à destinação ambiental, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6 de 20 de agosto de 2018.

Documento eletrônico assinado por **ROSELI SCHMIDT GASINO, Servidora de Cartório**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310040552225v1** e do código CRC **e8df33a2**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ROSELI SCHMIDT GASINO
Data e Hora: 17/3/2023, às 18:51:0

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 429

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO
Data:
23/03/2023 17:06:15
Usuário:
CRISTIANECM - CRISTIANE COSTA MELLO - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
429

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 430

Evento:
PETICAO
Data:
03/04/2023 17:30:50
Usuário:
SC65176A - EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
430

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 20º JUÍZO DA UNIDADE ESTADUAL DE DIREITO BANCÁRIO SANTA CATARINA

Ação de Execução de Título Extrajudicial
Processo n.º 0046696-30.2006.8.24.0038

BANCO DO BRASIL S.A., já qualificado, por seu advogado e procurador que a presente subscreve, nos autos da que move em face de **CONFECCOES SIRPIER LTDA**, feito epigrafado, em curso perante este r. Juízo e Cartório do 20º Ofício Cível, vem, mui respeitosamente perante Vossa Excelência, em atendimento ao r. despacho de fls., ***IMPUGNAR*** Exceção de Pré-Executividade oposta pelo coexecutado às fls., o que se faz pelos fatos e motivos a seguir expostos:

DA IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE NESTE FEITO.

Como é cediço, a exceção de pré-executividade só é cabível naquelas matérias em que o Juiz pode conhecer de ofício. Neste contexto, como é de conhecimento geral, é vedada a inclusão de matérias de fato, objeto de dilação probatória.

Por via reflexa, nessa linha de raciocínio, a objeção de pré-executividade, na hipótese vertente, não se mostra adequada, bem como a posição do executado.

Excelência! É nítido que **a executada deixou de apresentar a peça adequada (embargos à execução) no prazo legal e agora visa discutir matérias preclusas.**

É importante delimitar-se o campo da atuação deste instituto uma vez que, como já foi referido anteriormente, diferentemente dos embargos à execução, a exceção de pré-executividade somente poderá ser alegada questões referentes aos pressupostos processuais, condições da ação ou a presença de nulidade ou defeito no título executivo, portanto, não há o que se falar em produção de provas, já que as matérias arguíveis não podem estar ocultas, mas facilmente demonstráveis.

Caso contrário seria desnecessário a existência do instituto dos embargos à execução, que por sua vez, vem a ser o meio unanimamente considerado pela legislação processual, doutrina e jurisprudência pelo qual o executado faz oposição à ação executiva.

Ao se fazer uma análise do contexto histórico deste instituto, verificaremos que se trata de um algo muito recente e causador de controvérsia entre os doutrinadores, porém, que vem sendo amplamente utilizado pelos nossos tribunais. Segundo a maioria absoluta da doutrina, Pontes de Miranda foi um dos primeiros a fazer um estudo mais aprofundado sobre este tema em nosso país, uma vez que admitir a exceção da defesa para algar questões de nulidades que o juiz deveria saber por si.

Já afirmava o mestre imortal que: *"(...) para que haja executividade, é preciso que se repute ao título executivo e instrumento da dívida ou que haja sentença com carga suficiente de executividade."*

Pois bem. Quando se pede ao juiz que execute a dívida (exercício das pretensões pré-processual e processual à execução), tem o juiz de examinar se o título e executivo seja judicial ou extrajudicial.

O objetivo de Pontes de Miranda foi demonstrar com essa afirmação, que quando o título executivo não tem o símbolo da executividade, poderá se oposição fazer a pretensão executiva. Talvez daí tenha surgido à origem da expressão "pré-executividade" cuja denominação e amplamente critica pela doutrina.

Por sua vez, Barbosa Moreira evidencia que se o que se busca é demonstrar que o credor não tem condições jurídicas para executar seu pretenso credito, não e de um requisito anterior (pré) a executividade que se cogita. E, isto, da falta de um requisito da própria execução proposta. Que se ocupa a arguição. Afinal, a execução já foi proposta e o intento do devedor não se relaciona com os requisitos ou dados anteriores, mas com aqueles que no momento deveriam existir e, na realidade não existem. Enfim, o que falta não e a pré-executividade, e a executividade.

Já, outros autores como Nelson Nery Junior pertencem à corrente de doutrinadores que criticam veementemente o uso da expressão mencionada por defender a tese de que a terminologia correta vem a ser "objeção de executividade", tendo em vista que o termo "objeção" diz respeito a matérias

MATRIZ – BAURU/ SP: Rua Luiz Aleixo, n.º 7-17 – Bairro Vila Cardia – CEP 17.013-590 – Tel. (14) 2107-8888 – Fax (14) 2107-8832

que o juiz deveria conhecer de ofício, já que se trata de questões atinentes a ordem publica.

Em relação ao campo de sua aplicação, e necessário ressaltar que não haja discordância a respeito da impossibilidade da utilização da exceção de pré-executividade para apreciação de matéria de fato, cuja demonstração carece de uma grande dilação probatória. Por exclusão, a aplicação desse instituto cabe primeiramente, como já mencionado, a chamadas matérias de ordem publica no que diz respeito aos chamados pressupostos processuais e as condições da ação, assim como também, no tocante a toda a matéria atinente a prescrição, decadência, coisa julgada, pagamento ou novação.

Finalizando, a admissão da exceção de pré-executividade e cabível toda vez em que se verificar a ausência das condições da ação, bem quando estiver carecendo o título executivo dos seus requisitos básicos, sendo desta forma, que a maioria dos casos de arguição de exceção de pré-executividade se relacionam com a falta de algumas dessas condições, que uma vez ausentes, invalidam o processo executivo, situação esta não verificada nos autos.

DA INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO

Em que pesem os argumentos acerca da prescrição em nenhum momento ocorreu, pois, segundo o artigo 202 do Código Civil, interrompe a prescrição, qualquer ato judicial que constitua o devedor em mora, ou seja, a intimação do executado para pagar o débito, é suficiente para a afastar a prescrição.

Diz o artigo 202 do Código Civil em seu inciso I que a interrupção da prescrição se dará por despacho do juiz que ordenar a citação, e em seu inciso V, que interrompe a prescrição qualquer ato judicial que constitua o devedor em mora.

Assim sendo, a ação estava interrompida pelo ato judicial que constituiu o devedor em mora, qual seja, a intimação do requerido para pagar o débito sob pena de prisão civil.

Desta forma, a intimação do requerido para pagar o débito sb pena de prisão civil, interrompe a prescrição, nos termos do artigo 202 inciso V, do Código Civil.

Nesse sentido:

TJ-RS - Apelação Cível : AC 70046316485 RS
Apelação Cível Nº 70 046 316 485
Vigésima Câmara Cível Guarani das Missões
APELANTE/APELADO: VALDEMAR RIGODANZO
APELADO/APELANE: COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA CEEE D

MATRIZ – BAURU/ SP: Rua Luiz Aleixo, n.º 7-17 – Bairro Vila Cardia – CEP 17.013-590 – Tel. (14) 2107-8888 – Fax (14) 2107-8832

Julgamento: 14/12/2011

EMENTA: apelação cível. rede elétrica. CEEE d. AÇÃO DE COBRANÇA. prescrição. causa de interrupção. NOTIFICAÇÃO JUDICIAL. Afastada a prescrição. Lapso qüinqüenal, art. 206, § 5º, I, do CC. Causa de interrupção. Ajuizamento de notificação judicial pelo titular da pretensão. Atitude que evidencia ausência de inércia, requisito essencial da prescrição. ***Aplicável a norma do art. 202, inc. V, do NCC, que prevê a interrupção da prescrição por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.***
Legitimidade passiva da CEEE para responder a demanda ante a alegada relação jurídica.
É abusiva a cláusula que prevê devolução apenas do valor histórico. Precedentes da Corte e do STJ.
Restituição dos valores pagos acrescidos de correção monetária pelo IGPM, a contar da data do investimento, e de juros moratórios de 1% ao mês a contar da notificação em mora.
DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR E NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DA RÉ. UNÂNIME.

Ademais, o ajuizamento da demanda interrompe a prescrição, nesse sentido é o entendimento de nossos tribunais, senão vejamos:

TJ-SP - Apelação : APL 211638720098260562 SP 0021163-87.2009.8.26.0562
Processo: APL 211638720098260562 SP 0021163-87.2009.8.26.0562
Relator(a): Rosa Maria de Andrade Nery
Julgamento: 01/08/2011
Órgão Julgador: 34ª Câmara de Direito Privado
Publicação: 08/08/2011

Ementa: Prestação de serviços escolares. Prescrição inocorrente. ***O ajuizamento da ação interrompe a prescrição.*** O acordo é permitido em qualquer fase processual, basta a concordância simultânea das partes. Sentença mantida. Recurso não provido.

TJ-RS - Apelação Cível : AC 70038094207 RS
Processo: AC 70038094207 RS
Relator(a): Nelson José Gonzaga
Julgamento: 28/03/2013
Órgão Julgador: Décima Oitava Câmara Cível
Publicação: Diário da Justiça do dia 04/04/2013

MATRIZ – BAURU/ SP: Rua Luiz Aleixo, n.º 7-17 – Bairro Vila Cardia – CEP 17.013-590 – Tel. (14) 2107-8888 – Fax (14) 2107-8832

> Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA. ÔNUS DA PROVA DO PAGAMENTO. PRESCRIÇÃO. Contrato de aquisição de imóvel. Autora que alegou o adimplemento total da dívida. Ré que juntou aos autos o aditivo contratual firmado pela autora, no qual esta se confessou devedora de valores. Ausência de prova da quitação do valor a que se comprometeu a autora. A prova do pagamento seria o fato extintivo do direito do credor. Quem alega e nada prova, sucumbe. Perito da falência que verificou a existência de dívida, conforme a contabilidade da empresa falida. Ação declaratória de inexistência de dívida julgada improcedente. Prescrição. Ação de natureza pessoal cujo prazo tem regramento no Estatuto Civil de 1916 ou de 2002. In casu, o fato gerador ocorreu na vigência do Código Civil/1916, cujo prazo prescricional era o vintenário. Quando do início da vigência do Código Civil/2002 (11/01/2003), havia transcorrido menos da metade do prazo de 20 anos, não incidindo a regra de transição do artigo 2028. Aplicável, no caso, o prazo qüinqüenal, previsto no art. 206, § 5º, inciso I, do Código Civil de 2002, o qual, no caso em tela, correria por inteiro, com término em 11/01/2008. ***O ajuizamento desta ação interrompeu a prescrição.*** ***O reinício do prazo prescricional dar-se á com o trânsito em julgado desta***. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNANIME. (Apelação Cível Nº 70038094207, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nelson José Gonzaga, Julgado em 28/03/2013)

Saliente-se, que NÃO PODE HAVER A PRESCRIÇÃO, haja vista que o processo encontrava-se em fase citatória dos demais executados.

Há latente confusão no que diz respeito à busca pela efetividade da tutela jurisdicional, tendo em vista que esta não significa pôr termo ao processo de modo a valorizar apenas a duração do mesmo. Sem negar a grande importância ao combate à morosidade na justiça, este não pode ser o único objetivo do intérprete do Direito, sob pena de arriscar outro princípio igual valia: ***a segurança jurídica.***

Da mesma forma que se diz que Justiça tardia não é Justiça, uma Justiça apressada também não o é. **No presente caso a ânsia em entregar a prestação jurisdicional se contrapôs ao costumeiro zelo necessário**.

MATRIZ – BAURU/ SP: Rua Luiz Aleixo, n.º 7-17 – Bairro Vila Cardia – CEP 17.013-590 – Tel. (14) 2107-8888 – Fax (14) 2107-8832

Nesse ponto os argumentos do excipiente, reside o inconformismo, não há que se falar em prescrição intercorrente no presente caso.

Imperioso destacar que, a suspensão ocorre por força de lei, e não por vontade do titular do direito. Como já dizia Câmara Leal, uma das condições elementares da prescrição é a inércia do titular da ação e por esta razão não há que se falar em inércia do recorrente que buscava a citação dos recorridos.

Imperioso ser destacado que a prescrição intercorrente **no caso** somente se iniciaria **após a citação, se o processo ficar paralisado,** todavia, restou demonstrado nos autos **que o processo não está paralisado por inércia do credor, estava sim, em fase citatória.**

Deflui daí que no caso vertente **não fluirá o prazo prescricional.** Conseqüentemente, não poderá ser consumada a prescrição.

Assim, **um dos requisitos para que se opere a prescrição intercorrente seria a inércia do credor, o que em momento algum ocorreu no caso vertente.**

De acordo com os ensinamentos de Theotonio Negrão, como "A prescrição é instituto de direito material, tendo prazos e conseqüências próprias, que não se confundem com a extinção do processo regulada no art. 267 do CPC. Começa a fluir do momento em que o autor deixou de movimentar o processo, quando isso lhe cabia. Consumada, a declaração de que ocorreu não está a depender de prévia intimação ao autor, para que dê andamento ao feito, mas apenas de requerimento da parte a quem aproveita" (RSTJ 37/481) (NEGRÃO, Theotonio; GOUVÊA, José Roberto F.. Código de processo civil e legislação processual em vigor. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 303.)

A prescrição intercorrente tem lugar diante da inércia do requerente que, possuindo prazo certo para provocar o Judiciário na tutela de seu direito, não se desincumbe de seu dever depois de provocada à jurisdição.

Seguindo este liame de raciocínio:

> [...] os tribunais reconhecem que se aplica, na avaliação da prescrição intercorrente, o mesmo prazo prescricional que regular a dedução da pretensão à tutela jurisdicional do direito material. Assim, se certo direito tem prazo prescricional de dois anos, não poderá a execução ficar paralisada por período maior que este, sob pena de ser a exigibilidade judicial do direito fulminada pela prescrição intercorrente. (MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. EXECUÇÃO. São Paulo: RT, 2007. p. 338.)

MATRIZ – BAURU/ SP: Rua Luiz Aleixo, n.º 7-17 – Bairro Vila Cardia – CEP 17.013-590 – Tel. (14) 2107-8888 – Fax (14) 2107-8832

A prescrição intercorrente constitui hipótese de 'extinção da exigibilidade judicial da prestação', que ocorre pela paralisação injustificada - por culpa do credor - da execução**.** (loc. cit.).

> [...] se o credor abandonar a ação condenatória ou a executiva por um lapso superior ao prazo prescricional, já então sua inércia terá força para combalir o direito de ação dando lugar à consumação da prescrição**.** (THEODORO JÚNIOR. Humberto. Curso de direito processual civil. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p. 139, v. 2.)

A prescrição, instituto de direito material, tem por finalidade a paz social, e não o enriquecimento de quem quer que seja, e tampouco a punição do credor em face de ocultação dos requeridos.

A esse respeito:

> "Não opera a prescrição intercorrente quando a credora não deu causa à paralisação do feito' (RSTJ 63/196). No mesmo sentido: STJ-RT 717/272 (autos desaparecidos em cartório), 724/272, Lex-JTA 163/229.
>
> "Não ocorre a prescrição intercorrente quando o retardamento foi por culpa exclusiva da própria pessoa que dela se beneficiaria' (RSTJ 36/478)" (NEGRÃO, Theotonio e GOUVÊA, José Roberto F. Código de processo civil e legislação processual em vigor. 36ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 303. Nota 26 ao art. 219).

Enfim, por estar a prescrição diretamente relacionada ao tempo e ao interesse da parte, e por não ser vontade do legislador conceder ao devedor maneira de se eximir da dívida através de artifícios.

DO TERMO INICIAL PARA CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

O art. 1.056, do CPC, estabeleceu como termo inicial para contagem da prescrição intercorrente a data de vigência deste novo Código de Processo Civil para aqueles processos que já possuíam situação jurídica consolidada sob a vigência do Código anterior.

Dessa forma, a r. sentença esta em desacordo com a jurisprudência atual: *Ação de rescisão contratual c.c. indenização por perdas e danos. Decisão que não reconhece a prescrição intercorrente. Alegação de abandono da execução pelo exequente. Ausência de intimação pessoal da parte credora. Prescrição intercorrente não consumada. Precedentes do STJ e desta Corte. Aplicação das normas dos arts. 921, § 4º, 924, V e 1.056 do CPC/2015 a partir da vigência do novo Código. Justiça gratuita concedida. AGRAVO*

MATRIZ – BAURU/ SP: Rua Luiz Aleixo, n.º 7-17 – Bairro Vila Cardia – CEP 17.013-590 – Tel. (14) 2107-8888 – Fax (14) 2107-8832

PARCIALMENTE PROVIDO, com observação. (Relator(a): Alexandre Marcondes; Comarca: São Paul o; Órgão julgador: 3ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 08/07/2016; Data de registro: 08/07/2016).

Portanto, conclui-se que não houve a prescrição intercorrente no caso em concreto.

DA AUSÊNCIA DE CITAÇÃO

Dada a nova sistemática processual introduzida pela Lei nº 11.382/2006, nos termos dos artigos 830, 835 inciso I e 854 do CPC, bem como o entendimento do *STJ. RESP 1.370.687/MG, REL. MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJE. 15/08;2013* é possível o prosseguimento da ação de execução quando não encontrado o executado, até mesmo a realizações de pesquisas de bens ARRESTO*"ON LINE"*

Nesse sentido:

*Dt Dispon.: 07/08/2019 ********** Dt Imp.: 07/08/2019 ********** SAO JOSE DO RIO PRETO ********** 2a VARA CIVEL ********** JUIZO DE DIREITO DA 2a VARA CIVEL ********** PROCESSO 0091836-05.2005.8.26.0576 (576.01.2005.091836)-EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL-ALIENACAO FIDUCIARIA-BANCO DO BRASIL SA-RESTAURANTE MONT SIAO LTDA-VISTOS. O ART. 830, DO NOVO CODIGO DE PROCESSO CIVIL, ESTABELECE QUE 'SE O OFICIAL DE JUSTICA NAO ENCONTRAR O EXECUTADO, ARRESTAR-LHE-A TANTOS BENS QUANTOS BASTEM PARA GARANTIR A EXECUCAO". A JURISPRUDENCIA, POR SUA VEZ, VEM ADMITINDO A POSSIBILIDADE DE QUE O ARRESTO SE DE TAMBEM PELA VIA ELETRONICA, POR ORDEM DE BLOQUEIO VIA BACENJUD* ***(STJ. RESP 1.370.687/MG, REL. MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJE. 15/08;2013).*** *EM SENDO ASSIM E NAO ENCONTRADOS BENS DO EXECUTADO PARA GARANTIA DA EXECUCAO, DEFIRO O ARRESTO 'ON LINE", NOS TERMOS DE REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL, COMBINADO COM O ART. 854 DO MESMO 'CODEX", FICANDO AUTORIZADO DESBLOQUEIO DE IMEDIATO, DE VALOR INFERIOR A R$ 132,65 POSTO QUE INSUFICIENTE PARA COBRIR SEQUER AS CUSTAS PROCESSUAIS. PUBLIQUE-SE, INTIME-SE E CUMPRA-SE.-ADV: EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA (OAB 123199/SP)*

É o entendimento também do TJ/SP:

MATRIZ – BAURU/ SP: Rua Luiz Aleixo, n.º 7-17 – Bairro Vila Cardia – CEP 17.013-590 – Tel. (14) 2107-8888 – Fax (14) 2107-8832

Agravo de Instrumento. Execução de título - Agravo de Instrumento nº 2187647-85.2015.8.26.0000 - São Paulo 4 extrajudicial. Decisão que indeferiu pedido de arresto por intermédio da utilização dos sistemas ***BACENJUD,INFOJUD e RENAJUD****. Descabimento. Diligência que pode ser realizada ainda que sem a citação dos executados ou sem prévia realização de diligências administrativas. Recurso provido".(Agravo de instrumento n° 2218517-50.2014.8.26.0000, Rel. Des. Pedro Kodama, j. em 10.03.2015).*

Preconiza o Art. 239. (...) § 1o do CPC:

O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.

Importante deixar claro que Conforme dispõe o parágrafo único do art. 274 do CPC:

Presumem-se ***válidas*** *as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva* ***não tiver sido devidamente comunicada ao juízo****, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. (grifo nosso).*

Assim, diante do comparecimento do executado requer considerado como intimado.

Importante ainda esclarecer que a Lei nº 14.195 alterou o inciso III do art. 921 do CPC, referente às causas de suspensão do processo de execução, acrescentando o texto: **"III – quando não for localizado o executado** ou bens penhoráveis";

Ainda, a interrupção do prazo de prescrição intercorrente, já que a Lei 14.195/2021 incluiu o § 4º-A no art. 921 do CPC, prevendo hipóteses de interrupção do prazo de prescrição intercorrente.

Todavia, caso entenda Vossa Excelência pela configuração da prescrição intercorrente o banco autor não poderá ser condenado em honorários de sucumbência, conforme entendimento do STJ - *RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.201 - SP (2018/0033038-2).*

Os Tribunais de Justiça estão sedimentando o seu entendimento da condenação integral do devedor ao pagamento das verbas

MATRIZ – BAURU/ SP: Rua Luiz Aleixo, n.º 7-17 – Bairro Vila Cardia – CEP 17.013-590 – Tel. (14) 2107-8888 – Fax (14) 2107-8832

sucumbências, aplicando a estes casos, o Princípio da Causalidade, sob o fundamento de que, no caso, a parte adversa deu causa à propositura da ação, pois não adimpliram o débito e, nesse passo, tornam-se responsáveis pela totalidade da sucumbência, aplicando assim a esta situação, o artigo 85, §10, do Código de Processo Civil.

Neste sentido, é o entendimento adotado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso:

> *"APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO - AUSÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I - Em situações em que há o reconhecimento da prescrição intercorrente, a responsabilidade pelo pagamento de honorários e custas deve ser fixada com base no princípio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa à instauração do processo deve suportar as despesas dele decorrentes, incasu, a parte recorrida. II - Mesmo não sucumbindo no plano do direito material, a parte vitoriosa é considerada como geradora das causas que produziram o processo e todas as despesas a ele inerentes, uma vez que a demanda originou-se de dívida inadimplida pela parte recorrida. III - O exequente não pode ser condenado ao pagamento de honorários de sucumbência na hipótese em que a execução foi extinta por prescrição intercorrente." (TJ-MT 00009142820078110005 MT, Relator: SEBASTIAO DE MORAES FILHO, Data de Julgamento: 12/05/2021, Segunda Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 14/05/2021.*

Além disso, o Superior Tribunal de Justiça já possui julgado adotando o mesmo entendimento:

> *"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Em situações em que há o reconhecimento da prescrição intercorrente, a responsabilidade pelo pagamento de honorários e custas deve ser fixada com base no princípio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa à instauração do processo deve suportar as despesas*

MATRIZ – BAURU/ SP: Rua Luiz Aleixo, n.º 7-17 – Bairro Vila Cardia – CEP 17.013-590 – Tel. (14) 2107-8888 – Fax (14) 2107-8832

dele decorrentes. 3. Agravo interno não provido."(STJ - AgInt no REsp: 1749342 PR 2018/0150839-6, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 20/04/2020, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/04/2020)

Do exposto, deve-se aplicar ao presente caso o princípio da causalidade e demais mencionados, com o arbitramento de honorários advocatícios sucumbências, a serem arcados integralmente pelo executado, tal como as custas processuais!

Diante do exposto, resta evidente a inocorrência da prescrição intercorrente, requer a intimação da parte adversa através de seu patrono para entrar em contato com esse escritório visando homologação de acordo.

DO PEDIDO

Infundadas, portanto, todas as alegações genéricas, sendo que todos os lançamentos efetuados pelo excepto foram autorizados pelo excipiente no instrumento contratual em referência. *ALLEGARE NIHIL ET ALEEGATUM NON PROBARE PARIA SUNT*.

Requer a desconsideração da peça de exceção de pré-executividade, a uma pela falta de seriedade do excipiente aduzindo teses manifestamente contrárias ao caso dos autos e, a duas, pela infringência ao princípio da impugnação específica.

Ante todo o exposto, requer o excepto seja à exceção de pré-executividade julgada totalmente IMPROCEDENTE, bem como para condenar o excipiente ao pagamento do principal acrescido dos encargos contratuais, determinando o seguimento da demanda em seus ulteriores termos.

Por fim, requer que seja incluído nos autos SOMENTE o nome do advogado Eduardo Janzon Avallone Nogueira OAB SC 65176-A, a fim de que este seja intimado dos atos e termos processuais da presente ação, sob pena de nulidade, EXCLUINDO o nome do patrono anterior dos autos.

Termos em que,
P. deferimento.

Bauru, 31 de março de 2023.

Eduardo Janzon Avallone Nogueira
OAB SC 65176-A

MATRIZ – BAURU/ SP: Rua Luiz Aleixo, n.º 7-17 – Bairro Vila Cardia – CEP 17.013-590 – Tel. (14) 2107-8888 – Fax (14) 2107-8832

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 431

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA_DE_MERITO
Data:
06/09/2023 16:35:20
Usuário:
AMANDALIERMANN - AMANDA ROSA LIERMANN - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
431



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88015-601 - Fone: (48)3287-5728 - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.
EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA
EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA
EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

DESPACHO/DECISÃO

Cuida-se de exceção de pré-executividade apresentada por **CONFECCOES SIRPIER LTDA, JAM PIERRE DE OLIVEIRA e SIRLEI LUCIDONIO MELO** em face de **BANCO DO BRASIL S.A.**.

Alega que ausência de citação do Avalista Jean Pierre, a prescrição quanto à cobrança do referido avalista, bem como a prescrição intercorrente em relação à avalista Sirlei.

Intimada, a parte contrária deixou transcorrer o prazo sem manifestação.

É o relatório.

DECIDO.

A exceção de pré-executividade possui cabimento para discussão cujos debates envolvem matérias passíveis de serem conhecidas de ofício, e que não demandam a instrução probatória.

Ou seja, é uma via de defesa incidental, em que a parte executada apresenta provas documentais e pleiteia a análise de questões de ordem pública, correlacionadas às condições e pressupostos da ação de execução.

Nesse sentido, colhe-se da jurisprudência:

> APELAÇÃO CÍVEL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACOLHIMENTO. INSURGÊNCIA DA EXCEPTA. INCIDENTE LIMITADO A QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA. OFÍCIO CITATÓRIO ENCAMINHADO A ENDEREÇO DIVERSO DA SEDE OU FILIAL DA EMPRESA REQUERIDA NOS AUTOS DA AÇÃO DECLARATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TEORIA DA APARÊNCIA. NULIDADE DA CITAÇÃO RECONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA. [...] A exceção de pré-executividade é mecanismo não normatizado fruto de criação jurisprudencial, amplamente aceito na doutrina, apenas quanto às matérias conhecíveis de ofício e desde que aferíveis de plano, sem necessidade de dilação probatória. Uma vez eleita, como via processual, possibilita o exercício da defesa na execução sem o condicionamento da prévia constrição patrimonial do devedor, isto é, oportunizando que o magistrado tome conhecimento de determinadas matérias relativas à nulidade do título, independentemente de penhora ou embargos. Em resumo, a finalidade do instituto é evitar que o executado submeta-se à constrição patrimonial quando flagrante ou evidente a nulidade do título e, por conseguinte, do próprio processo executivo (Agravo de Instrumento n. 2014.052488-8, de Lages, rel. Des. Sebastião César Evangelista, j. 13-08-2015). HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, §§ 1º e 11, DO CPC/15. MAJORAÇÃO DEVIDA. CRITÉRIOS CUMULATIVOS PREENCHIDOS (STJ, EDCL NO AGINT NO RESP 1.573.573/RJ). RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 0302158-47.2017.8.24.0023, da Capital, rel. Jaime Machado Junior, Terceira Câmara de Direito Comercial, j. 13-08-2020).

E ainda:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALEGADA ILEGITIMIDADE DE PARTE. PROVA IRRESOLUTA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO

> PROBATÓRIA. INVIABILIDADE DO MEIO DE DEFESA ELEITO. INTERLOCUTÓRIA ESCORREITA. RECURSO DESPROVIDO. A exceção de pré-executividade é servil à suscitação de questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz, como as atinentes à liquidez do título executivo, aos pressupostos processuais e às condições da ação executiva, desde que não demandem dilação probatória (exceção secundum eventus probationis) (STJ, Min. Teori Albino Zavascki). Cabe o ajuizamento de exceção de pré-executividade quando a matéria nela aduzida deva ser conhecida de ofício pelo juiz, sem que para isso seja necessária dilação probatória (STJ, Min Maria Isabel Gallotti). (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4001776-26.2020.8.24.0000, da Capital, rel. Pedro Manoel Abreu, Primeira Câmara de Direito Público, j. 28-07-2020).

De maneira semelhante, Humberto Theodoro também leciona que *"o incidente de exceção de pré-executividade é uma simples petição apresentada nos próprios autos para acusar falta de condições da ação de execução, ou a ausência de algum pressuposto processual"* (in Curso de Direito Processual Civil: Processo de Execução e Processo Cautelar, 36. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 284, v. II).

Da alegada prescrição em relação ao avalista Jaime Pierre por ausência de citação.

No caso em apreço, a parte excipiente pretende o reconhecimento da prescrição do direito material objeto desta execução em relação ao avalista Jaime Pierre.

Verifica-se que a ação de execução está embasada em uma cédula de crédito, que possui prazo prescricional de 5 anos, conforme disposto pelo art. 206, § 5º, I, do Código Civil, a contar do vencimento da última parcela do contrato.

A execução de título executivo extrajudicial, por sua vez, foi distribuída em 08/08/2006, isso é, durante a vigência do Código de Processo Civil de 1973, cujo art. 219 estabelecia que a prescrição era interrompida com a citação válida do polo passivo:

> *Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.*
>
> *§ 1 º A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação.*
>
> *§ 2 º Incumbe à parte promover a citação do réu nos 10 (dez) dias subseqüentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário.*
>
> *§ 3 º Não sendo citado o réu, o juiz prorrogará o prazo até o máximo de 90 (noventa) dias.*
>
> *§ 4 º Não se efetuando a citação nos prazos mencionados nos parágrafos antecedentes, haver-se-á por não interrompida a prescrição.*

Todavia, considerando que a demora da citação nem sempre pode ser imputada ao credor, o Superior Tribunal de Justiça fixou sua Súmula n. 106, que estabelece que "proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência".

É o entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

> AÇÃO DE COBRANÇA. TARIFA DE COLETA DE LIXO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA PARTE RÉ. SUSCITADA NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO PROCESSO, EM VIRTUDE DA AFETAÇÃO DA MATÉRIA AO TEMA 903 DO STF, COM O RECONHECIMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA DE DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO PELO SUPREMO. PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PRELIMINAR REJEITADA.
> **ARGUIDA PRESCRIÇÃO DECENAL. AÇÃO AJUIZADA DENTRO DO PRAZO PRESCRICIONAL. DEMORA NA CITAÇÃO IMPUTÁVEL EXCLUSIVAMENTE AOS MECANISMOS DA JUSTIÇA. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA SÚMULA 106 DO STJ. PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA.**
> "Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência." (Súmula 106 do STJ)

> [...]
> (TJSC, Apelação n. 0301339-84.2017.8.24.0064, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Carlos Adilson Silva, Segunda Câmara de Direito Público, j. 05-04-2022, grifei).

Aliás:

> CHEQUES. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DA PARTE EMBARGANTE-EXECUTADA.
> EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL QUE NÃO EXCEDE A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. AÇÃO AFORADA NO JUÍZO COMUM. COMPETÊNCIA RELATIVA DO JUIZADO ESPECIAL. MANUTENÇÃO DA OPÇÃO PELO JUÍZO COMUM QUE SE IMPÕE.
> Há muito tempo se consolidou no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que "o processamento da ação perante o Juizado Especial é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum" (REsp. 173.205/SP, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha, Quarta Turma, DJ 14.6.1999).
> **PRESCRIÇÃO DO DIREITO MATERIAL NÃO DELINEADA. EXEQUENTE QUE MANEJOU O PROCESSO EXPROPRIATÓRIO DENTRO DO LASTRO PRESCRICIONAL DE SEIS MESES PREVISTO NO ART. 59, CAPUT, DA LEI N. 7.357/85, ALÉM DE PROMOVER AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA QUE A CITAÇÃO FOSSE PERFECTIBILIZADA. DEMORA OCASIONADA PELOS MECANISMOS INERENTES AO JUDICIÁRIO. SÚMULA 106 DO STJ.**
> **Resultando flagrante no feito que a demora na perfectibilização do ato citatório foi ocasionada exclusivamente pelo Poder Judiciário, tal situação não poderá ocasionar qualquer prejuízo ao exequente.**
> PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NÃO DELINEADA. TESE FIRMADA POR MEIO DO RESP Nº 1.604.412/SC, SUBMETIDO AO RITO PREVISTO NO ART. 487, § 4º DO CPC/15.
> O Superior Tribunal de Justiça, por meio do julgamento do REsp nº 1.604.412/SC, estabeleceu os seguintes requisitos necessários ao reconhecimento da prescrição intercorrente: (a) inércia do exequente pelo prazo superior ao de prescrição do direito material; (b) o início da contagem do prazo ocorre no fim da suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, a partir de um ano; e (c) a intimação prévia do credor com o objetivo de assegurar-lhe a possibilidade de apresentar defesa acerca da matéria, sob pena de ofensa aos princípios da ampla defesa e contraditório.
> Ausentes os requisitos no caso em tela, não há falar em prescrição intercorrente.
> APELO NÃO PROVIDO.
> (TJSC, Apelação n. 5006503-65.2020.8.24.0079, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Gilberto Gomes de Oliveira, Terceira Câmara de Direito Comercial, j. 24-03-2022, grifei).

Analisando os autos, verifico que a demanda foi proposta dentro do prazo prescricional, e que a parte excepta/exequente, ao decorrer do longo trâmite processual, cumpria com as diligências que lhe cabiam, de maneira tempestiva, buscando realizar a citação da parte contrária.

Sendo assim, considerando a atuação da parte excepta no curso do processo, não entendo possível lhe imputar a responsabilidade pelo longo trâmite do feito e pela demora na citação e, portanto, não se opera a prescrição, pois a parte foi citada devidamente (evento 227, CERT29).

Por derradeiro, frisa-se que que *"não é cabível a condenação em honorários advocatícios em exceção de pré-executividade julgada improcedente"* (STJ. EREsp n. 1.048.043, Min. Hamilton Carvalhido).

Da alegada Prescrição Intercorrente em relação à avalista Sirlei Lucidonio.

No caso em apreço, a parte excipiente pretende o reconhecimento da prescrição intercorrente.

Com efeito, importante destacar que a prescrição intercorrente ocorre quando, durante o trâmite da execução, o exequente deixa de cumprir determinação judicial e, por consequência, o feito permanecer paralisado por lapso temporal superior ao da prescrição do direito material postulado.

Ou seja, a prescrição intercorrente ocorre quando verificada a desídia do exequente em dar andamento à execução. Nesse sentido, colhe-se entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

> AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DO EXECUTADO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INÉRCIA DO EXEQUENTE NÃO

> CARACTERIZADA. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ.
> AGRAVO NÃO PROVIDO.
> 1. "Consoante entendimento consolidado das Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte, não flui o prazo da prescrição intercorrente no período em que o processo de execução fica suspenso por ausência de bens penhoráveis. Ademais a prescrição intercorrente pressupõe desídia do credor que, intimado a diligenciar, se mantém inerte." (AgRg no AREsp 277.620/DF, Rel.
> Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 03/02/2014).
> [...]
> (AgInt no AREsp 1584281/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 10/03/2020)
>
> Também, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:
>
> APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO, LASTREADA EM DUPLICATAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. SENTENÇA DE EXTINÇÃO PELA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE, NOS MOLDES DOS ARTS. 487, II, E 924, V, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APELO DA FUNDAÇÃO EXEQUENTE. FEITO SUSPENSO - MEDIANTE ARQUIVAMENTO ADMINISTRATIVO - POR PRAZO PRESCRICIONAL SUPERIOR AO PREVISTO EM LEI DO TÍTULO EXEQUENDO. INÉRCIA DA PARTE INTERESSADA EM DAR IMPULSO AO FEITO. ADEMAIS, DESNECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL. SENTENÇA DE EXTINÇÃO MANTIDA. "Para se configurar a prescrição intercorrente no processo de execução, reputa-se suficiente o decurso de lapso temporal superior ao da prescrição do título exequendo, sem que o credor promova as diligências que lhe competir, independentemente de a demanda estar arquivada administrativamente ou de prévia intimação do titular do crédito especificamente para impulsionar o feito" (TJSC, Apelação Cível n. 0005558-69.1998.8.24.0004, de Araranguá, rel. Des. Robson Luz Varella, Segunda Câmara de Direito Comercial, j. 21-05-2019). APELO REGIDO SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS RECURSAIS. OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NOS §§ 1º E 11º DO ARTIGO 85 DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 0003014-95.2004.8.24.0005, de Balneário Camboriú, rel. José Maurício Lisboa, Primeira Câmara de Direito Civil, j. 25-06-2020).

Contudo, analisando os autos, verifico que a parte excepta/exequente, ao decorrer do longo trâmite processual, cumpria com as diligências que lhe cabiam, de maneira tempestiva, buscando realizar a citação da parte contrária, que foi realizada em evento 227, CERT29, pessoalmente por oficial.

Conforme os precedentes assinalados, a prescrição intercorrente é instituto de direito material que passa a fluir no momento em que o exequente deixa de movimentar o processo quando lhe cabia. Sendo assim, considerando a atuação da parte excepta no curso do processo, não entendo possível lhe imputar a responsabilidade pelo longo trâmite do feito e, portanto, não se opera a prescrição.

Por derradeiro, frisa-se que que *"não é cabível a condenação em honorários advocatícios em exceção de pré-executividade julgada improcedente"* (STJ. EREsp n. 1.048.043, Min. Hamilton Carvalhido).

Ante o exposto, **REJEITO** a exceção de pré-executividade e, por consequência, determino o andamento à execução.

INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 30 dias, apresentar cálculo atualizado do débito e requerer o que entender de direito, de modo a dar efetivo andamento ao feito, ciente da possibilidade de extinção do feito.

Decorrido o prazo sem manifestação, **INTIME-SE** pessoalmente a parte exequente para, no prazo de 5 dias, dar andamento ao feito, advertida da possibilidade de extinção.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se.

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO TAVARES MARTINS, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310040987363v5** e do código CRC **edc54810**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO TAVARES MARTINS
Data e Hora: 29/3/2023, às 9:18:57

0046696-30.2006.8.24.0038 **310040987363 .V5**

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 432

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
06/09/2023 16:35:21
Usuário:
AMANDALIERMANN - AMANDA ROSA LIERMANN - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
432
Executado:
SIRLEI LUCIDONIO MELO
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
19/09/2023 00:00:00
Data Final:
13/10/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CARLOS ANDRÉ VIEIRA
Suspensões e Feriados:
SUSPENSÃO DE PRAZOS: 09/10/2023 a 11/10/2023
Dia De Nossa Senhora Aparecida: 12/10/2023

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 433

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
06/09/2023 16:35:21
Usuário:
AMANDALIERMANN - AMANDA ROSA LIERMANN - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
433
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
30 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
11/09/2023 00:00:00
Data Final:
23/10/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA
Suspensões e Feriados:
Dia De Nossa Senhora Aparecida: 12/10/2023

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 434

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__433
Data:
08/09/2023 17:21:56
Usuário:
SC65176A - EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
434

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 435

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__433
Data:
08/09/2023 17:21:58
Usuário:
SC65176A - EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
435

AVALLONE ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 20º JUÍZO DA UNIDADE ESTADUAL DE DIREITO BANCÁRIO – SANTA CATARINA

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038

BANCO DO BRASIL S/A, já qualificado, nos autos da ação que tem como parte adversa **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME**, em curso perante este r. Juízo e Cartório, vem, mui respeitosamente perante V. Exa., reiterar os termos do evento 404

Por fim, **requer** que as intimações ocorram somente em nome do advogado Eduardo Janzon Avallone Nogueira, a fim de que este seja intimado dos atos e termos processuais da presente ação, sob pena de nulidade.

Termos em que,
p deferimento.

Bauru, 8 de setembro de 2023.

Eduardo Janzon Avallone Nogueira
OAB SC 65176-A

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 436

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO
Data:
11/09/2023 11:52:54
Usuário:
ISABEL - ISABEL CHRISTINA RAITZ PUEL - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
436

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 437

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
11/09/2023 21:24:28
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
437

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88015-601 - Fone: (48)3287-5728 - https://www.tjsc.jus.br/contatos/capital-bancario - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.
EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA
EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA
EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

DESPACHO/DECISÃO

Do Renajud

O Renajud deve ser empregado para localizar veículo da parte devedora, com a inserção de restrição de transferência.

ANTE O EXPOSTO, utilize-se o **Renajud (restrição de transferência)**.

Não será feita restrição:

a) se existir restrição de outro juízo (a restrição somente será feita se a parte exequente trouxer informações sobre o outro processo e solicitar a instauração de concurso de credores).

b) se o veículo estiver gravado com alienação fiduciária e/ou arrendamento mercantil, porquanto a penhora recai sobre direito de crédito e não sobre o referido bem (TJSC, AC 0301655-64.2015.8.24.0075, Rel. Des. Luiz Zanelato, j. 20/02/2020).

1) Para **Renajud positivo** de veículo **sem** restrição de outro juízo e sem gravame (alienação fiduciária e/ou arrendamento mercantil): expeça-se mandado de constrição, intimação e avaliação, atendando-se ao endereço da parte executada. A avaliação terá como parâmetro o valor constante na Tabela de Preços Médios da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE), cabendo ao Oficial de Justiça apontar outro valor apenas se se deparar com eventual veículo em mau estado de conservação.

2) Para busca **Renajud negativa**, **intime-se** a parte exequente para requerer o que de direito, no prazo de 30 dias, sob pena de arquivamento ao aguardo de manifestação de parte ou do transcurso do prazo de prescrição intercorrente (art. 921 do CPC).

2.2) Com o decurso do prazo sem manifestação, independentemente de nova intimação, **arquivem-se**.

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO TAVARES MARTINS, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310048578622v1** e do código CRC **55179456**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO TAVARES MARTINS
Data e Hora: 11/9/2023, às 21:24:28

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 438

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
13/09/2023 17:16:00
Usuário:
NG9076 - NALU GANZENMULLER - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
438
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
30 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
26/09/2023 00:00:00
Data Final:
14/11/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA
Suspensões e Feriados:
SUSPENSÃO DE PRAZOS: 09/10/2023 a 11/10/2023
SUSPENSÃO DE PRAZOS: 13/10/2023 a 15/10/2023
Dia De Nossa Senhora Aparecida: 12/10/2023
Finados: 02/11/2023

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 439

Evento:
JUNTADA_DE_CERTIDAO
Data:
13/09/2023 17:22:53
Usuário:
NG9076 - NALU GANZENMULLER - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
439

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88015-601 - Fone: (48)3287-5728 - https://www.tjsc.jus.br/contatos/capital-bancario - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

CERTIDÃO

CERTIFICO que remeto os autos para pesquisa de bens por meio do sistema RENAJUD, consoante decisão proferida nos autos, observando-se o seguinte:

Restrição: TRANSFERÊNCIA

PARTE(S): CPF: 04304816000160; CPF: 63116197920; CPF: 71996818953

Restringir veículo com alienação fiduciária/arrendamento mercantil: não

---

Documento eletrônico assinado por **NALU GANZENMULLER, Servidora de Cartório** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310048754848v3** e do código CRC **d86e330f**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): NALU GANZENMULLER
Data e Hora: 13/9/2023, às 17:22:53

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 440

Evento:
JUNTADA_DE_PESQUISA_NEGATIVA_RENAJUD___CAMP___RENAJUD__NEGATIVO
Data:
13/09/2023 17:43:02
Usuário:
CGJ_CAMP - AUTOMAÇÃO PROCESSOS CORREGEDORIA -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
440

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 441

Evento:
JUNTADA_DE_PESQUISA_NEGATIVA_RENAJUD___CAMP___RENAJUD__NEGATIVO
Data:
13/09/2023 17:43:02
Usuário:
CGJ_CAMP - AUTOMAÇÃO PROCESSOS CORREGEDORIA -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
441

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 442

Evento:
JUNTADA_DE_PESQUISA_NEGATIVA_RENAJUD___CAMP___RENAJUD__NEGATIVO
Data:
13/09/2023 17:43:03
Usuário:
CGJ_CAMP - AUTOMAÇÃO PROCESSOS CORREGEDORIA -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
442

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 443

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
14/09/2023 17:54:46
Usuário:
NG9076 - NALU GANZENMULLER - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
443

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88015-601 - Fone: (48)3287-5728 - https://www.tjsc.jus.br/contatos/capital-bancario - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO
ADVOGADO(A): CARLOS ANDRÉ VIEIRA (OAB SC017079)

ATO ORDINATÓRIO

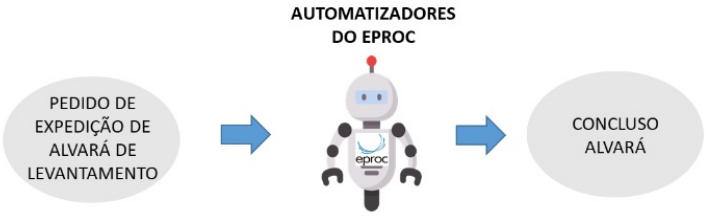
Fica intimada a parte ativa para em 30 (trinta) dias requerer o que entender de direito, ciente de que o decurso do prazo sem manifestação pode resultar na suspensão do processo pelo prazo de um ano (CPC, art. 921, § 1°).

Fica também cientificada a parte exequente que, independentemente de nova intimação, decorrido o prazo de um ano sem manifestação da parte credora, os autos podem ser arquivados administrativamente, tendo início o curso o prazo da prescrição intercorrente (CPC, art. 921, §§2º e 4º).

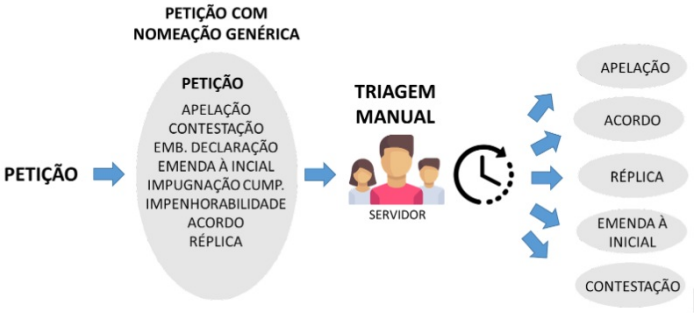
Sr.(a) Advogado(a), veja como é simples contribuir para a celeridade da tramitação do processo.

Ao peticionar, nomeie os documentos corretamente (de acordo com o pedido), possibilitando o direcionamento automático para localizadores específicos do sistema.

Exemplo:



Caso contrário (documentos nomeados simplesmente como “PETIÇÃO”), haverá a necessidade de triagem manual dos documentos, acarretando menor celeridade.



Documento eletrônico assinado por **NALU GANZENMULLER, Servidora de Cartório** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310048825474v2** e do código CRC **8e00d006**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): NALU GANZENMULLER
Data e Hora: 14/9/2023, às 17:54:45

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 444

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
14/09/2023 17:54:48
Usuário:
NG9076 - NALU GANZENMULLER - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
444
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
30 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
26/09/2023 00:00:00
Data Final:
14/11/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA
Suspensões e Feriados:
SUSPENSÃO DE PRAZOS: 09/10/2023 a 11/10/2023
SUSPENSÃO DE PRAZOS: 13/10/2023 a 15/10/2023
Dia De Nossa Senhora Aparecida: 12/10/2023
Finados: 02/11/2023

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 445

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__432
Data:
16/09/2023 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
445

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 446

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__438
Data:
23/09/2023 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
446

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 447

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__444
Data:
24/09/2023 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
447

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 448

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA___DISTRIBUIDO__AGRAVO_DE_INSTRUMENTO_NUMERO

Data:
09/10/2023 14:00:57

Usuário:
SC017079 - CARLOS ANDRÉ VIEIRA - ADVOGADO

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
448

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 449

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSAO_DO_PRAZO___09_10_2023_ATE_11_10_2023___MOTIVO_

Data:
09/10/2023 23:24:29

Usuário:
SIRLEY - SIRLEY ELISABETH CORREA - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
449

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 450

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSAO_DO_PRAZO___09_10_2023_ATE_11_10_2023___MOTIVO_

Data:
09/10/2023 23:39:14

Usuário:
SIRLEY - SIRLEY ELISABETH CORREA - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
450

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 451

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__432
Data:
11/10/2023 14:54:59
Usuário:
SC017079 - CARLOS ANDRÉ VIEIRA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
451

Processo n. 0046696-30.2006.824.0038

MM JUIZ,
Ciente e com distribuição de agravo de instrumento conforme certificado no ev. 448.
N.t.,
P.d.

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 452

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSAO_DO_PRAZO___13_10_2023_ATE_15_10_2023___MOTIVO_

Data:
13/10/2023 12:03:38

Usuário:
RAIMUNDO - RODRIGO VALCELI RAIMUNDO - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
452

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 453

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO
Data:
18/10/2023 12:24:58
Usuário:
ISABEL - ISABEL CHRISTINA RAITZ PUEL - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
453

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 454

Evento:
DESPACHO
Data:
22/10/2023 08:09:14
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
454

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88015-601 - Fone: (48)3287-5728 - https://www.tjsc.jus.br/contatos/capital-bancario - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

DESPACHO/DECISÃO

1) Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

2) Não há notícia da concessão de efeito ativo/suspensivo ao agravo.

3) Entretanto, considerando que o julgamento do recurso poderá influenciar no andamento do feito, aguarde-se a manifestação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina acerca do recurso interposto.

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO TAVARES MARTINS, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310050446722v2** e do código CRC **7eb277f3**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO TAVARES MARTINS
Data e Hora: 22/10/2023, às 8:9:14

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 455

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
22/10/2023 08:09:16
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
455
Executado:
SIRLEI LUCIDONIO MELO
Prazo:
1 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
24/10/2023 00:00:00
Data Final:
24/10/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CARLOS ANDRÉ VIEIRA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 456

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
22/10/2023 08:09:17
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
456
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
1 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
03/11/2023 00:00:00
Data Final:
03/11/2023 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA
Suspensões e Feriados:
Finados: 02/11/2023

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 457

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__455
Data:
23/10/2023 10:45:50
Usuário:
SC017079 - CARLOS ANDRÉ VIEIRA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
457

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 458

Evento:
CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__455
Data:
23/10/2023 10:45:50
Usuário:
SC017079 - CARLOS ANDRÉ VIEIRA - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
458

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 459

Evento:

PROCESSO_SUSPENSO_OU_SOBRESTADO_POR_DECISAO_JUDICIAL___AGUARDA_DECISAO_DA_

Data:
23/10/2023 18:05:43

Usuário:
LFUSINATO - LEONARDO SANTOS FUSINATO - CHEFE DE CARTÓRIO

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
459

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 460

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA___DECISAO_PROFERIDA_EM__AGRAVO_DE_INSTRUMEN

Data:
31/10/2023 17:15:59

Usuário:
MARIANO - ROGÉRIO MARIANO DO NASCIMENTO - SERVIDOR 2º GRAU

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
460

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 461

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__456
Data:
01/11/2023 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
461

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 462

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__456
Data:
04/11/2023 01:14:29
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
462

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 463

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AOS_EVENTOS__438_E_444
Data:
15/11/2023 01:02:31
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
463

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 464

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA___JULGADO__AGRAVO_DE_INSTRUMENTO_NUMERO__5

Data:
15/02/2024 14:06:54

Usuário:
PR16960 - PRISCILA DA ROCHA - SERVIDOR 2º GRAU

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
464

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 465

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA___BAIXADO__AGRAVO_DE_INSTRUMENTO_NUMERO__50

Data:
26/03/2024 13:06:18

Usuário:
JORGE.GOTO - JORGE GOTO - SERVIDOR 2º GRAU

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
465

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 466

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA___BAIXADO__AGRAVO_DE_INSTRUMENTO_NUMERO__50

Data:
26/03/2024 13:06:31

Usuário:
JORGE.GOTO - JORGE GOTO - SERVIDOR 2º GRAU

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
466

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 467

Evento:
LEVANTADA_A_SUSPENSAO_OU_SOBRESTAMENTO_DOS_AUTOS
Data:
27/03/2024 14:16:22
Usuário:
LFUSINATO - LEONARDO SANTOS FUSINATO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
467

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 468

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO
Data:
27/03/2024 14:17:00
Usuário:
LFUSINATO - LEONARDO SANTOS FUSINATO - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
468

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 469

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
23/04/2024 14:44:51
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
469

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88015-601 - Fone: (48)3287-5728 - https://www.tjsc.jus.br/contatos/capital-bancario - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

DESPACHO/DECISÃO

Intime-se a parte exequente para requerer o que de direito, no prazo de 30 dias, sob pena de arquivamento ao aguardo de manifestação de parte ou do transcurso do prazo de prescrição intercorrente (art. 921 do CPC).

Com o decurso do prazo sem manifestação, independentemente de nova intimação, arquivem-se.

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO TAVARES MARTINS, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310058104469v1** e do código CRC **478abf37**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO TAVARES MARTINS
Data e Hora: 23/4/2024, às 14:44:51

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 470

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
23/04/2024 14:44:54
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
470
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
30 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
06/05/2024 00:00:00
Data Final:
17/06/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA
Suspensões e Feriados:
Corpus Christi: 30/05/2024

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 471

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__470
Data:
03/05/2024 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
471

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 472

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__470
Data:
21/05/2024 11:22:10
Usuário:
SC65176A - EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
472

AVALLONE ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 20º JUÍZO DA UNIDADE ESTADUAL DE DIREITO BANCÁRIO – SANTA CATARINA

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038

BANCO DO BRASIL S/A, já qualificado, nos autos da ação que tem como parte adversa **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME**, em curso perante este r. Juízo e Cartório, vem, mui respeitosamente perante V. Exa., reiterar evento 404

Termos em que,
p deferimento.

Bauru, 20 de maio de 2024.

Eduardo Janzon Avallone Nogueira
OAB SC 65176-A

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 473

Evento:
CONCLUSOS_PARA_DECISAO
Data:
22/05/2024 12:56:21
Usuário:
ADRIANASIMAS - ADRIANA SIMAS KUNZE - SERVIDOR UNIDADE JUDICIAL AVANÇADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
473

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 474

Evento:
DECISAO_INTERLOCUTORIA
Data:
22/05/2024 22:17:06
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
474

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88015-601 - Fone: (48)3287-5728 - https://www.tjsc.jus.br/contatos/capital-bancario - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

DESPACHO/DECISÃO

1) Designe-se hasta pública, dando preferência para eventual leiloeiro oficial indicado pela parte exequente.

2) Nos 30 dias que antecedem a hasta, a Contadoria deverá atualizar monetariamente o valor da avaliação.

3) Intime-se a parte executada, com antecedência mínima de 5 dias da hasta, através do seu Advogado ou, não o tendo, pessoalmente.

4) Se se tratar de bem imóvel de parte executada casada, intime-se nos moldes supramencionados igualmente o seu cônjuge.

5) Se a parte executada for revel ou não tiver Advogado, não havendo menção do seu endereço nos autos ou não sendo encontrado no endereço constante no processo, a sua intimação ocorrerá através da publicação do edital de leilão.

6) Não será aceito preço vil, assim entendido o inferior a 50% do valor da avaliação.

7) Arbitro em 6% do produto da alienação a comissão do leiloeiro.

8) Em caso de cancelamento da hasta pública originado de acordo ou pagamento, a parte executada pagará ao leiloeiro as despesas decorrentes da preparação do leilão, como a publicação de edital, conquanto comprovadas nos autos.

Ademais, considerando o princípio da menor onerosidade ao devedor (artigo 805 do CPC), indefiro, por ora, os demais pedidos insculpidos no evento 404, DOC1, sob pena de, caso não se mostrarem desnecessarias, tornarem-se inóquas as demais providências, onerando indevidamente o dedevor.

Documento eletrônico assinado por **RODRIGO TAVARES MARTINS, Juiz de Direito** , na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310059539562v2** e do código CRC **3809ca8b**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RODRIGO TAVARES MARTINS
Data e Hora: 22/5/2024, às 22:17:6

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 475

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
22/05/2024 22:17:08
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
475
Executado:
SIRLEI LUCIDONIO MELO
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
04/06/2024 00:00:00
Data Final:
24/06/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
CARLOS ANDRÉ VIEIRA

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 476

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___DESPACHO_DECISAO
Data:
22/05/2024 22:17:09
Usuário:
RODRIGOTAVARES - RODRIGO TAVARES MARTINS - MAGISTRADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
476
Exequente:
BANCO DO BRASIL S.A.
Prazo:
15 Dias
Status:
FECHADO
Data Inicial:
24/05/2024 00:00:00
Data Final:
14/06/2024 23:59:59
Procurador Citado/Intimado:
EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA
Suspensões e Feriados:
Corpus Christi: 30/05/2024

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 477

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__476___CIENCIA_NO_DOMICIL

Data:
23/05/2024 21:47:30

Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
477

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 478

Evento:
CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__475
Data:
01/06/2024 23:59:59
Usuário:
SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
478

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 479

Evento:
PETICAO___REFER__AO_EVENTO__476
Data:
07/06/2024 10:25:05
Usuário:
SC65176A - EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA - PROCURADOR
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
479

AVALLONE ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 20º JUÍZO DA UNIDADE ESTADUAL DE DIREITO BANCÁRIO – SANTA CATARINA

Processo nº 0046696-30.2006.8.24.0038

BANCO DO BRASIL S/A, já qualificado, nos autos da ação que tem como parte adversa **CONFECCOES SIRPIER LTDA ME**, em curso perante este r. Juízo e Cartório, vem, mui respeitosamente perante V. Exa., nos termos do artigo 883 do CPC, indicar o leiloeiro Daniel Melo Cruz, JUCESC – AARC/512, profissional atuante na Gestora GRUPOLANCE, CNPJ Nº 23.341.409/0001- https://www.grupolance.com.br telefone nacional 3003-0577.

Vale expor que o leiloeiro indicado está devidamente cadastrado no portal do TJSC, bem como possui sua matrícula ativa perante a JUCESC, conforme abaixo: JUCESC : https://leiloeiros.jucesc.sc.gov.br/site/ TJ:

Sendo assim, de acordo com o que preceitua o código de processo civil, requer que:

i. a primeira praça, sejam aceitos lances a partir do preço de avaliação;

ii. na segunda praça, sejam aceitos lances a partir de 50% (cinquenta por cento) do preço de avaliação, com base no art. 891, parágrafo único do CPC;

iii. os interessados possam ofertar proposta de pagamento parcelada também através do sistema https://www.grupolance.com.br/, de pelo menos 25% do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, sem prejuízo do disposto no art. 895, §1º do CPC;

iv. o imóvel seja livre e desembaraçado de débitos fiscais e tributários conforme art. 130, parágrafo único do CTN; e

v. o arbitramento de comissão devida ao gestor, a ser pago pelo arrematante, no importe de 5% sobre o valor da arrematação, valor este não incluído no valor do lance.

vi. Havendo acordo ou suspensão das praças designadas, fica desde já o executado responsável pelo reembolso das despesas e comissão do gestor leiloeiro.

É de se destacar, que o leiloeiro em questão é gestor do GRUPO LANCE, que dispõe de sistema eletrônico habilitado para realização de leilões eletrônicos, hospedado no sítio eletrônico https://www.grupolance.com.br/ e que o leilão eletrônico em apreço será realizado neste endereço eletrônico.

Termos em que,
p deferimento.

Bauru, 6 de junho de 2024.

Eduardo Janzon Avallone Nogueira
OAB SC 65176-A

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 480

Evento:
DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__475
Data:
25/06/2024 01:08:11
Usuário:
SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS -
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
480

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 481

Evento:

ALTERADA_A_PARTE___EXCLUSAO___SITUACAO_DA_PARTE_RUY_WALTER_BALDISSERA___EXCL

Data:
05/07/2024 15:33:37

Usuário:
DENIZE - DENIZE SCOZ - CHEFE DE CARTÓRIO

Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC

Sequência Evento:
481

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 482

Evento:
EXPEDICAO_DE_OFICIO
Data:
05/07/2024 15:34:05
Usuário:
DENIZE - DENIZE SCOZ - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
482

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88015-601 - Fone: (48)3287-5728 - https://www.tjsc.jus.br/contatos/capital-bancario - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

OFÍCIO Nº 310061765564

Senhor(a) Leiloeiro(a):

Pela presente carta de intimação fica o(a) destinatário(a) desta INTIMADO(A) de que foi nomeado(a) leiloeiro(a) para os autos supra indicados, para que cumpra fielmente dos comandos normativos do art. 886 e seguintes do CPC.

Agradeço as providências tomadas no sentido do pronto atendimento do presente e desejo reiterar a Vossa Senhoria os mais elevados protestos de consideração.

Documento eletrônico assinado por **DENIZE SCOZ, Chefe de Cartório**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310061765564v2** e do código CRC **a0620c2c**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): DENIZE SCOZ
Data e Hora: 5/7/2024, às 15:34:5

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 483

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
05/07/2024 15:34:08
Usuário:
DENIZE - DENIZE SCOZ - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
483
Perito:
DANIEL MELO CRUZ
Prazo:
30 Dias
Status:
AGUARD. ABERTURA
Procurador Citado/Intimado:
DANIEL MELO CRUZ

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 484

Evento:
PETICAO
Data:
08/07/2024 17:32:20
Usuário:
SP306683 - ADRIANO PIOVEZAN FONTE - ADVOGADO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
484

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA(O) 20º JUÍZO DA UNIDADE ESTADUAL DE DIREITO BANCÁRIO - SC

Processo nº: **0046696-30.2006.8.24.0038**

Daniel Melo Cruz, JUCESP nº 1125, leiloeiro pelo Sistema **GRUPO LANCE** - devidamente habilitado por este E. Tribunal através do link www.grupolance.com.br**,** honrado com sua nomeação, por intermédio seu advogado infra assinado, **DR. ADRIANO PIOVEZAN FONTE, OAB SP 306.683**, nos autos em epigrafe, vem, permissa máxima venia, a presença de Vossa Excelência, por meio desta petição apresentar as datas para realização de leilão no processo, como segue:

1. Datas do primeiro leilão:

Início do 1º Leilão:	06/08/2024 às 00:00
Encerramento do 1º Leilão:	**09/08/2024 às 14:13**

2. Não havendo lances no primeiro leilão, seguir-se-á sem interrupção ao segundo leilão, que se estenderá em aberto e se encerrará na data e horário marcado (todo, em horário de Brasília).

Início do 2º Leilão:	09/08/2024 às 14:13
Encerramento do 2º Leilão:	**29/08/2024 às 14:13**

3. Dessa forma, requer a aprovação das datas, para posterior juntada da minuta do edital de leilão.

4. Possuindo as partes, advogado constituído nos autos, com base no art. 889 do CPC, pede este Leiloeiro Oficial / Sistema do **GRUPO LANCE**, respeitosamente, que esta D. Vara realize a intimação(ões) eletrônica(s) dos advogados, via DJE.

5. De outra parte, informa que procederá a cientificação, caso existam, do(s) terceiro(s) envolvido(s) nestes autos, bem como do(s) credor(es) com ônus real e do executado caso o

mesmo não tenha advogado constituído nos autos, através de carta ou por petição para cientificação aos autos que foram expedidas as garantias sobre o(s) bem(ns) a ser(em) alienado(s), sendo estas posteriormente comprovadas.

6. No mais, informa que diante da redação do caput e parágrafos **§ 1º e 2o do art. 887 do CPC**, já em vigor, informa esta Gestora procederá a publicação do edital legal com antecedência mínima de 5 dias antes do início do pregão, dentro do seu sítio eletrônico, qual seja, www.grupolance.com.br, dispensando-se, portanto, as demais publicações legais, e, para fins de controle de prazo, a publicação será datada no dia que for anexado a minuta aos autos.

7. Requer, outrossim, que as futuras intimações relativas ao presente processo, quando houver necessidade de ciência do Leiloeiro e sua equipe, sejam enviadas por uma das seguintes opções a escolha deste M.M. Juízo:

a. Pelo e-mail: contato@grupolance.com.br**,** ou;
b. Que conste no despacho o nome do Leiloeiro ou do portal;
Para assim, haver o devido acompanhamento e andamento do presente feito.

Termos em que, pede deferimento.
Renovamos ao este. M.M. Juízo, nossos protestos de mais elevada estima e distinta consideração.



Adriano Piovezan Fonte
306.683 OAB/SP

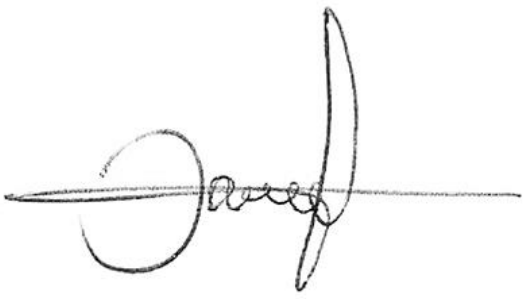
PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: **Daniel Melo Cruz**, de nacionalidade brasileira, titular do **RG nº 561404094 SSP/SP**, inscrito sob o **CPF 027.601.055-80**;

OUTORGADO: **ADRIANO PIOVEZAN FONTE**, de nacionalidade brasileira, casado, portador da cédula de identidade **RG nº 32.152.427-5 SSP/SP** e inscrito no CPF/MF sob nº. 373.755.258-46, residente a Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 790, apto 81, CEP 11410-221, Guarujá-SP.

PODERES: Pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula “Ad Judicia” em qualquer juízo, Instancia ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defende-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, desistir, transigir, substituir leiloeiros e firmar compromissos ou acordo, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer está a outrem, com reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

São Paulo, sexta, 05 de julho de 2024.



Daniel Melo Cruz
LEILOEIRO OFICIAL
JUCESP nº 1125

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 485

Evento:
ATO_ORDINATORIO_PRATICADO
Data:
09/07/2024 13:04:25
Usuário:
DENIZE - DENIZE SCOZ - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
485

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Unidade Estadual de Direito Bancário

Rua Almirante Lamego, 1386 - Bairro: Centro - CEP: 88015-601 - Fone: (48)3287-5728 - https://www.tjsc.jus.br/contatos/capital-bancario - Email: bancaria.estadual@tjsc.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 0046696-30.2006.8.24.0038/SC

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

EXECUTADO: CONFECCOES SIRPIER LTDA

EXECUTADO: JAM PIERRE DE OLIVEIRA

EXECUTADO: SIRLEI LUCIDONIO MELO

ATO ORDINATÓRIO

Fica intimado o leiloeiro para juntar o edital de leilão.

Documento eletrônico assinado por **DENIZE SCOZ, Chefe de Cartório**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310061889542v3** e do código CRC **138e5907**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): DENIZE SCOZ
Data e Hora: 9/7/2024, às 13:4:25

PÁGINA DE SEPARAÇÃO
(Gerada automaticamente pelo sistema.)

Evento 486

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA
Data:
09/07/2024 13:04:27
Usuário:
DENIZE - DENIZE SCOZ - CHEFE DE CARTÓRIO
Processo:
0046696-30.2006.8.24.0038/SC
Sequência Evento:
486
Perito:
DANIEL MELO CRUZ
Prazo:
5 Dias
Status:
AGUARD. ABERTURA
Procurador Citado/Intimado:
DANIEL MELO CRUZ